

Em Brasília, as superquadras

vida cotidiana, escolas e segregação
no espaço urbano da capital modernista

Vinicius Prado Januzzi

Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Tese de Doutorado
Brasília, Distrito Federal, 2021

Universidade de Brasília

Departamento de Antropologia

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Vinicius Prado Januzzi

Em Brasília, as superquadras

Vida cotidiana, escolas e segregação no espaço urbano da capital modernista

Brasília, Distrito Federal

2021

Universidade de Brasília

Departamento de Antropologia

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Vinicius Prado Januzzi

Em Brasília, as superquadras

Vida cotidiana, escolas e segregação no espaço urbano da capital modernista

Brasília, Distrito Federal

2021

Em Brasília, as superquadras

Vida cotidiana, escolas e segregação no espaço urbano da capital modernista

Vinicius Prado Januzzi

Tese apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília

Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Brasília, Distrito Federal

2021

Vinicius Prado Januzzi

Em Brasília, as superquadras

Vida cotidiana, escolas e segregação no espaço urbano da capital modernista

Tese apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília

Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Aprovada em: 15/09/2021

Banca de avaliação

Cristina Patriota de Moura (Presidente – DAN/UnB)

Lia Zanotta Machado (DAN/UnB)

Heitor Frúgoli Jr. (FFLCH/USP)

Julia Galli O'Donnell (IFCS/UFRJ)

Christine de Alencar Chaves (DAN/UnB – Suplente)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo autor

JJ35b Januzzi, Vinicius Prado
Em Brasília, as superquadras: vida cotidiana, escolas e
segregação no espaço urbano de Brasília / Vinicius Prado
Januzzi; orientador Cristina Patriota de Moura. -- Brasília,
2021.
522 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Antropologia) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. Brasília. 2. Superquadra. 3. Segregação. 4.
Autossegregação. 5. Escolas. I. Patriota de Moura, Cristina,
orient. II. Título.

À Mariana

AGRADECIMENTOS

Este é o terceiro agradecimento de maior envergadura que faço em minha trajetória acadêmica. O primeiro o fiz ainda na monografia, quando me aventurava na Ciência Política. O segundo já o escrevi na Antropologia, no mestrado. O de agora encerra esta longa, atravancada e pedregosa jornada.

Em todos os anteriores, dirigi palavras e desejos às pessoas que considerei indispensáveis e inesquecíveis até o momento. Continuam, no íntimo e fraternamente, encandecidas em quem sou. Continuam, por demais, aqui subscritas, ainda que implicitamente.

Esses agradecimentos são uma extensão prosaica – quase uma corruptela – de uma frase de Guimarães Rosa:

“Viver é um rasgar-se e remendar-se”.

Agradeço, por primeiro, a meus velhos: pai e mãe. Cada um a seu modo, completamente distinto um do outro, deram sempre o suporte e o afago necessários durante toda minha vida. Já se vão alguns longos e intermináveis anos de estudo, certamente injustificáveis em suas cacholas. Nem por isso, sequer por um segundo, estiveram ausentes; pelo contrário, diria eu, quase que onipresentemente me acompanharam. Ao pai José Roberto e à mãe Lucilene, meu eterno obrigado, incapaz por sinal de representar como gesto o quanto lhes sou grato e lhes devo não somente pelo que me foi disponibilizado nesses anos, mas sobretudo por esta que chamamos de vida.

A minha irmã, a mania, cujo limiar entre infância e adolescência a transformou de eterna inimiga em maior cúmplice e melhor amiga. Sempre acostumada a ser aguerrida e a lidar com o mundo com sensibilidade única, Jaqueline é a maior artífice de minhas inspirações. Não fosse ela, certamente seria outro. Nela, vejo a coragem que pode derrubar quaisquer obstáculos e, ademais, a teimosia em aceitar a derrota e tê-la como o que é: temporária.

Aos meus amigos feitos em Brasília, Caio, Daniel, Antônio, Jardim, Leandro, Matheus, Pedro, Lucas, Bruna, Aline, Marcelo, Elisa e Felipe, companheiros de inomináveis noites, tardes e conversas, meus sinceros agradecimentos. Suas companhias, audaciosamente tenazes e indiscretas, são real prova do que pode significar ser amigo em tempos brutos e, oremos, contornáveis. Aos amigos e às amigas de Iphan, que desde 2019 diariamente me suportam com resistência admirável e incompreensível, um cumprimento reverente; o serviço público é tudo antes de fácil.

À Cristina Patriota de Moura, que me acompanha como orientadora desde 2014, ainda neófito entre antropólogos e antropólogas, dos maiores obrigados por me apontar caminhos inesperados em pesquisa, teoria e, sobretudo, vida. A parceria intelectual que se transformou em amizade fraterna é dessas inflexões inesperadas com que nos deparamos vez ou outra e que nos fazem mais cientes de como as coisas podem mudar para melhor.

Dessas curvas em que nos enveredamos em nossas trajetórias, uma louvação à Mariana Gomes Cartaxo. Sagaz, corajosa e extremamente ciente do que precisa e deve ser feito, é das pessoas cujos elogios, de tão profícuos e intermináveis, causam desconfiança. Como pode alguém ser assim? Também não o sei e espero até o fim de meus dias estar nessa chama de procura. É com Mariana que compartilho sonhos, dissabores, felicidades. É com ela que compartilho um futuro por vir. É com ela que compartilho os muitos vais e vens que fazem uma vida. Vidas, aliás, assim mesmo, no plural.

Às amigas e aos amigos de pós-graduação, Leila Saraiva, Carol Holanda, Carol Matias, Aline Miranda, Lucas Coelho, Vinícius Venâncio, João Lucas, e outras tantas que, em sala, em bares ou em corredores, provaram que a antropologia é uma coisa inquieta, desafiadora e completamente sem limites, ficam meu obrigado e minhas sinceras desculpas pelos momentos em que falei muito, como papagaio.

À Laura Camargo, agradeço enormemente por ter aceitado a proposta de construir os mapas que acompanham esta tese. Seu olhar aguçado, de alguém que é profunda

conhecedora e admiradora de Brasília, e sua altivez sensível são admiráveis, impressionantes, únicos.

Agradeço, ainda, Cecília Cartaxo, por fazer da tese um emaranhado mais coeso. Suas habilidades enquanto diagramadora e sua paciência em responder minhas dúvidas e inconstâncias fizeram, ao fim e ao cabo, que a tese tivesse uma forma final, um argumento de carne, sangue e, claro, esqueleto.

A Daniel, o Ruivo, com quem compartilhei uma morada e anos de jornada acadêmica, meu agradecimento por ter entrado de cabeça na crítica e na revisão da tese. Seus comentários, gentis e precisos, permitiram a amarra final em torno do escrito. Ruivo é daquelas pessoas que, quando surgem em nossas vidas, fazem com que nos perguntemos: por que não a conheci antes?

Dessas mesmas pessoas é Lucas, o Chips, companheiro de bares e de vida, que foi ao Noroeste comigo em muitas madrugadas e noites, com sua câmera fotográfica a postos e seu olhar preciso à procura de movimentos e fluxos tanto imprevistos quanto corriqueiros. Se pude tirar uma ou outra foto boa do bairro, devo meus agradecimentos a ele, a você, Chips.

Às professoras Christine Chaves, Antonádia Borges e Soraya Fleischer, incansáveis no exercício de suas funções, porque as veem não como obrigação, mas como anéis de elos muito maiores e mais belos. Muito obrigado! À professora Lia Zanotta Machado, meu agradecimento por ter topado participar deste processo de avaliação. Digo o mesmo para Julia O'Donnell e Heitor Frúgoli Jr. De todas, com suas aguçadas mentes e seus olhares minuciosos, espero nada menos do que uma esfolação pública, acompanhada de comentários extremamente pertinentes, necessários e desejáveis.

Não menos importante, vão meus agradecimentos às agências financiadoras CAPES e CNPq, que me aportam desde o início da graduação e continuam a permitir que a pesquisa de caráter público, mesmo em dificuldades, continue a ser possível no Brasil.

Às pessoas incríveis da Secretaria do Departamento de Antropologia, Branca, Rosa, Jorge, Carol, Thaís e Laíse, sem as quais não apenas a burocracia não seria revelada e traduzida para meros mortais, como a antropologia em si não existiria e não passaria de linhas escritas ao léu e sem sentido.

Por último, meu mais profundo agradecimento à Universidade de Brasília, que me recebeu no alto de meus 17 anos e que, dia após dia, surpreende-me. De muitas formas nos encontramos, vivemos e pudemos caminhar. Como universidade, você mudou e ainda continua a ser objeto de desejo de muitas e muitos nesse país. Que assim possa ser, até o fim dos milênios e dos dias!

Termino. A voz que leu estas páginas quis ser o eco das vozes conjuntas das minhas personagens. Não tenho, a bem dizer, mais voz que a voz que elas tiveram. Perdoai-me se vos pareceu pouco isto que para mim é tudo.

(José Saramago, na ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura, 1998)

RESUMO

Esta tese aborda a produção do espaço urbano de Brasília, com foco em visões, percepções e modos de ocupação espacial por camadas médias e altas em superquadras da capital federal. A relação entre moradores desses espaços e as escolas públicas localizadas em espaços vizinhos – ou, por contraponto, sua ausência – constitui um dos elementos centrais da aproximação etnográfica feita desde, pelo menos, 2014. Se a segregação na cidade está relacionada com alongados processos históricos e sociais de várias ordens (econômicas, raciais, políticas), ela se encarna e se atualiza, de modos complexos e, a princípio, ininteligíveis, no cotidiano da experiência urbana – sobre corpos que são classificados como indesejáveis, sobre comportamentos considerados desviantes, sobre sujeitos forasteiros. É na multiplicidade dessa experiência, da vida cotidiana, que me debruço, a partir do que chamo de processos de segregação e de autosegregação, atentando para os movimentos, os fluxos, os encontros e os desencontros das pessoas no espaço.

Palavras-chave: Brasília; Superquadra; Segregação; Autosegregação; Escolas

ABSTRACT

This thesis addresses the production of urban space in Brasília, focusing on visions, perceptions and ways of spatial occupation by middle and upper classes in *superquadras* in the federal capital. The relationship between residents of these spaces and public schools located in neighboring spaces – or, by contrast, their absence – constitutes one of the central elements of the ethnographic approximation made since, at least, 2014. If segregation in the city is related to lengthy historical and social processes of various orders (economic, racial, political), it embodies and updates itself, in complex and, at first, unintelligible ways, in the daily urban experience - on bodies that are classified as undesirable, on behaviors considered deviant, on foreign subjects. It is in the multiplicity of this experience, of everyday life, that I lean on, from what I call processes of segregation and self-segregation, paying attention to the movements, flows, encounters and disagreements of people in space.

Keywords: Brasilia; Superquadra; Segregation; Self-segregation; Schools

RESUMÉ

Cette thèse porte sur la production de l'espace urbain à Brasilia, en se concentrant sur les visions, les perceptions et les façons d'occupation de l'espace par les classes moyennes et hautes des *superquadras* de la capitale fédérale. La relation entre les habitants de ces espaces et les écoles publiques situées dans les espaces voisins – ou, au contraire, leur absence – constitue l'un des éléments centraux du rapprochement ethnographique effectué depuis, au moins, 2014. Si la ségrégation dans la ville est liée à longs processus historiques et sociaux d'ordres divers (économique, racial, politique), il s'incarne et se met à jour, de manières complexes et, au départ, inintelligibles, dans l'expérience urbaine quotidienne - sur des corps qui sont classés comme indésirables, sur des comportements jugés déviants, sur des sujets étrangers. C'est dans la multiplicité de cette expérience, de la vie quotidienne, que je m'appuie, à partir de ce que j'appelle des processus de ségrégation et d'auto-ségrégation, attentif aux mouvements, aux flux et aux rencontres et désaccords entre personnes dans l'espace.

Mots-clés : Brasilia ; Superquadra ; Ségrégation ; Auto-ségrégation ; Processus ; Écoles

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 Pracinha Marcelino, com a mochila do etnógrafo	27
FOTO 2 O PEC, com crianças estudantes brincando e um idoso se exercitando.	28
FOTO 3 Placa com a insígnia “quadra-modelo”, na 308 sul	30
MAPA 1 Unidade de Vizinhança n. 1, com equipamentos públicos em destaque	31
FOTO 4 O laguinho.	32
FOTO 5 Trabalhadores deitados.	36
FOTO 6 O CEF 02, visto de dentro, com bloco residencial ao fundo.	58
FOTO 7 CEF 02, visto de frente, com grades à mostra.	60
FOTO 8 CEF 02, visto de fora, de trás, com estudantes no pátio.	60
FOTO 9 Indicação de medidas do bloco a ser construído pelos estudantes, segundo medidas de proporção, indicadas pelas professoras no quadro branco, durante a oficina.	61
MAPA 2 Endereços de estudantes do CEF 02 – Asa Sul.	63
MAPA 3 As regiões administrativas do DF	67
MAPA 4 A RA 1, dividida por setores.	68
MAPA 5 O território do Distrito Federal, com o projeto vencedor de Lucio Costa destacado, e as atuais manchas urbanas.	69
MAPA 6 Noroeste e escolas da W5 Norte.	70
MAPA 7 Escolas públicas das Asas Sul e Norte.	71
MAPA 8 Sistema de numeração das Asas.	72
MAPA 9 Sistema viário do Plano Piloto.	73
MAPA 10 Noroeste.	74
MAPA 11 Sistema de numeração do Noroeste.	75

MAPA 12 Sudoeste	77
MAPA 13 Sistema de numeração do Sudoeste.....	78
MAPA 14 Localização, no Distrito Federal, do Sudoeste e do Noroeste	79
MAPA 15 Octogonal	80
QUADRO-RESUMO 1 Famílias entrevistadas durante o trabalho de campo.....	84
FOTO 10 Totem informativo na SQNW 310, com presença holográfica de blocos residenciais e escolas públicas	90
FOTO 11 Estudantes do CEF 02 analisam mapa do Distrito Federal, na SQS 308, durante atividade de oficina	91
FOTO 12 Mapa ilustrativo da SQS 308, em banca de revistas, com fotografia de Lucio Costa ao lado.....	91
FOTO 13 Estudantes do CEF observam maquete do CEF 02 durante visita ao Espaço Lucio Costa, na Praça dos Três Poderes.....	92
FIGURA 1 Diagrama de Chicago, segundo a articulação entre espaços, grupos de moradores e trabalho exercido	109
FOTO 14 Placa sinalizadora no pilotis de bloco residencial do Setor Noroeste.	165
FIGURA 2 O passo-a-passo da concepção de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília. O gesto do sinal da cruz dando lugar ao planejamento racional	182
FIGURA 3 Distância de Brasília das capitais brasileiras, apresentada por Holston (1993), um dos pontos do argumento para levar a capital para o “centro do país”	187
FIGURA 4 Recorte do mapa do Brasil, com destaque para os quadriláteros desenhados para abrigar a sede do poder administrativo nacional	188
FIGURA 5 A cidade radiante, de Le Corbusier	195
FIGURA 6 A cidade radiante, com separação do fluxo de pedestres e veículos em níveis distintos, característica incorporada ao projeto de Brasília	195

FOTO 15 Enquanto despretensiosamente posam para a foto, Lucio Costa e JK analisam um documento detrás de uma placa que demarcava a Avenida Monumental, no projeto já apontada como Eixo Monumental.....	196
FIGURA 7 Eixos monumental e rodoviário da nova capital. O número 7 se refere à ordenação deste croqui no relatório apresentado por Lucio Costa para o Concurso	200
FIGURA 8 Croqui de uma superquadra. Os contornos tracejados são referentes à cobertura vegetal. No canto inferior direito, vê-se uma quadra comercial.....	202
FIGURA 9 Diagrama de representação do sistema de distribuição e produção de Brasília, interna às superquadras, segundo projetado por Lucio Costa.	205
FIGURA 10 Diagrama de representação do sistema de distribuição e produção de Brasília, em escala regional, segundo projetado por Lucio Costa.....	206
FIGURA 11 O conjunto de quatro superquadras, com equipamentos culturais e de abastecimento: a Unidade de Vizinhança	207
FIGURA 12 O plano piloto de Brasília, como submetido por Lucio Costa à avaliação do Júri. O croqui não contém tanto as quadras 400, como, por exemplo, a ocupação residencial das quadras 700.....	211
FOTO 16 Escola parque da 308 sul, em vias de conclusão, antes mesmo da construção da camada asfáltica da superquadra	216
FOTO 17 Escola classe concluída, também sem cerca divisória	216
FOTO 18 Brasília foi marcada por controvérsias e questionamentos desde muito antes de sua construção.....	222
FOTO 19 O cruzamento do eixo monumental com eixo rodoviário, em ângulo reto, tal como o sinal da cruz	223
FIGURA 13 Retrato propagandístico de um trabalhador candango.....	226
FIGURA 14 Recorte de texto apresentado na Revista Brasília. Os trabalhadores são apresentados como os pioneiros bandeirantes.....	227
FOTO 20 Crianças são mostradas no caminho para uma escola classe, já durante o período ditatorial.....	240

FOTO 21 Crianças sorriem para a fotografia, com escola classe ao fundo.	241
FOTO 22 A ideia de que Brasília, por sua morfologia espacial, aumenta a distância entre uns e outros é corrente desde o início da cidade como nova capital. O eixo rodoviário, que é de ocupação preferencial de automóveis, é um dos elementos apontados nessa linha.	245
FIGURA 15 Plano urbanístico da cidade italiana de Parma, em 1830, segundo a matriz sólido-vazio	251
FIGURA 16 Centro de Ouro Preto, em 1980	251
FIGURA 17 Matriz sólido-vazio aplicada a um conjunto de superquadras residenciais e comerciais, em 1960. A proporção de área e de escala representadas são as mesmas do plano de Parma	251
FIGURA 18 Eixo Monumental, em 1981, representado com a mesma área e na mesma escala em relação ao centro de Ouro Preto	251
MAPA 16 Distrito Federal e municípios de Goiás, sob o englobamento da RIDE.....	254
MAPA 17 O crescimento e alastramento urbano de Brasília, ao longo do tempo, pelo Distrito Federal.	256
FOTO 23 Trevo de Triagem Norte, visto de cima, com destaque para a Ponte do Bragueto, que se suspende sobre a parte norte do Lago Paranoá.....	257
FOTO 24 Trevo de Triagem Norte, visto de cima. Ao fundo e à direita, o Setor Noroeste; à esquerda e ao fundo, a Asa Norte.	257
FOTO 25 Demarcação holográfica das escolas públicas	266
FIGURA 19 Anúncio do Setor Noroeste, da Brasal Incorporações. Proximidade e exclusividade.	270
FIGURA 20 Um futuro próximo	271
FIGURA 21 Um empreendimento perto de tudo que “importa”, inclusive faculdades e escolas	273
MAPA 18 Área 7 e Escola.....	326
FOTO 26 Via W9 norte, com Santuário dos Pajés à direita e blocos residenciais ao fundo.....	352

FOTO 27 W9 Norte, com Santuário dos Pajés à direita e ao fundo, com a presença de uma catadora de materiais recicláveis e sua cargueira.	353
FOTO 28 Entrada de uma Área do Setor Octogonal	379
FOTO 29 Trabalhadores da construção civil, durante obra de edificação de um bloco residencial	384
FOTO 30 Passagem subterrânea entre as comerciais 111/112 e 211/212 norte, vista sob diversos ângulos	406
FOTO 31 Jogo de cartas, na pausa do almoço.	413
FOTO 32 Placa com instruções de uso de quadra poliesportiva, na 307 sul.....	419
FOTO 33 A chegada de trabalhadores, ainda com o sol escondido pela noite.....	431
FOTO 34 Banca de comida, bem no início da manhã.....	433
FOTO 35 O campo de futebol, sem jogadores, com blocos residenciais ao fundo	435
FOTO 36 O campo de futebol, com bloco à esquerda e o Santuário dos Pajés ao fundo.....	436
FOTO 37 Partida entre “brancos” e “índios”, com Santuário dos Pajés ao fundo.....	437
FOTO 38 Partida em disputa, sob os olhares dos espectadores. Nesta ocasião, o prédio ao fundo ainda não estava concluído	438

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ademi-DF	Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal
AMONOR	Associação de Moradores do Noroeste
Arie	Área de Relevante Interesse Ecológico
ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CCBB	Centro Cultural Banco do Brasil
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEM	Centro de Ensino Médio
CEMEB	Centro de Ensino Médio Elefante Branco
CLN	Comércio Local Norte
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
EC	Escola Classe
EPIA	Estrada Parque Indústria e Abastecimento
EPIG	Estrada Parque Indústrias Gráficas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESCS	Escola Superior de Ciências da Saúde
FAPDF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal

GEB	Guarda Especial de Brasília
GPS	Global Positioning System
IAPI	Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
IFC	Instituto de Fiscalização e Controle
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PEC	Ponto de Encontro Comunitário
PSL	Partido Social Liberal
RA	Região Administrativa
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SEDUH	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SGAS	Setor de Grande Áreas Sul
SHS	Setor Hoteleiro Sul
Sinduscon-DF	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SMU	Setor Militar Urbano

SUMÁRIO

PRÓLOGO – Um dia de campo na Unidade de Vizinhança n. 1	26
INTRODUÇÃO	37
CAPÍTULO I – Caminhos de pesquisa, caminhos sobre Brasília: considerações teó- ricas e metodológicas em antropologia urbana.....	52
CAPÍTULO II – Antropologia urbana: da cidade como objeto, da segregação como processo	97
A Escola Sociológica de Chicago: urbanização, individualização e segregação.....	105
A Escola de Manchester: urbanização e análise situacional	118
A produção do espaço: aproximações materialistas	124
A rede como premissa analítica: breves considerações	135
Composição e segregação: mundos sociais em articulação.....	142
A segregação espacial como processo.....	169
CAPÍTULO III – Brasília e Distrito Federal: formação e produção do espaço em perspectiva temporal.....	182
Antes de Brasília, o “espaço vazio”	183
O modernismo brasiliense	190
Brasília: a superquadra como modo de vida	198
A cidade como problema e como objeto	221

CAPÍTULO IV – A escola como escolha: a vida em superquadra, para além da superquadra	274
“Por que eu escolhi essa escola? É simples! Quer dizer...”	275
“Só que é Brasília, né?”	366
CAPÍTULO V – A superquadra como espaço em movimento, em processo.....	393
A vida na superquadra, a vida debaixo do bloco	399
“Sabe aquele ali?” e “Era assim, não é mais” – A Brasília que é, a Brasília que já foi, a Brasília que poderia ser	445
CAPÍTULO VI – Brasília, efeitos escalares e processos de autosegregação...	462
CONSIDERAÇÕES FINAIS	492
REFERÊNCIAS	498

PRÓLOGO

Um dia de campo na Unidade de Vizinhança n. 1

19 de setembro de 2018 (quarta-feira)¹

Saio de casa às 05h30, com a luz do sol ainda às escondidas. Da 405 norte, no apartamento que divido com mais 4 homens adultos (uma República), sigo até a 107 sul de motocicleta. Pelo eixão e pelo eixinho, sem quase nada de trânsito, chego em breves 15 minutos. Retiro um caderno da minha mochila e me sento no banco da Pracinha Marcelino, ou apenas Pracinha, em frente ao Centro de Ensino Fundamental (CEF) 02, ali mesmo na quadra. A Praça tem apenas três bancos coloridos, sem nada no centro. Em todos eles, há alguns objetos no encosto superior que tornam impossível se sentar na ponta do banco sem que isso se torne muito desconfortável. Por enquanto, estou sozinho (Foto 1).

Não demora muito para que escute um burburinho de sons começar. Do eixinho logo abaixo, os ônibus passam com mais velocidade e frequência – noto também um volume maior de carros. Num intervalo de 10, 15 minutos, se antes via e ouvia apenas automóveis, ao longe, sem nenhum movimento por aqui, agora vejo crianças se aproximando, com mochilas às costas, e o uniforme branco e azul da escola. Em sua maioria, como em outras oportunidades, estão acompanhadas de mulheres adultas, com bolsas a tiracolo. Algumas dessas crianças vêm desacompanhadas de pessoas mais velhas, mas na companhia de outras da mesma idade, quando se mostram mais soltas e brincalhonas entre si (lembremos, não são nem 6 da manhã). Quando estão com outras de sua idade, é comum apostarem corrida de um ponto aleatório a outro.

¹ O diário de campo que dá início ao meu argumento é parte de um todo maior, de onde condensei informações em prol de maior fluidez da narrativa, sem pormenores excessivos ou mesmo todas as tergiversações comuns de quando escrevemos nosso material de trabalho.

Ao deixarem-nas no portão da escola, onde há apenas um porteiro uniformizado sentado em uma cadeira escolar à frente, essas mulheres (razoável supor que sejam suas mães ou as responsáveis por esse trajeto até a escola), seguem para dentro da superquadra, desaparecendo entre os blocos² residenciais e a vegetação. Esse fluxo das 6h se intensifica com o passar do tempo, estendendo-se até às 7h. Às 7h10, escuto um sinal e consigo escutar uma música saindo dos alto falantes da escola: os estudantes são convocados a suas salas.



FOTO 1 Pracinha Marcelino, com a mochila do etnógrafo. *Autoria: Vinícius Januzzi, 2018³*

Não é somente nessa configuração que as crianças chegam. Vejo, pelo menos, mais cinco ônibus escolares estacionarem em frente ao CEF; alguns carros também param, de onde saem correndo crianças. A depender do dia, do tempo que faz fora, se está chovendo, se faz muito sol, elas deixam suas mochilas lá dentro e saem. Ficam conversando, correndo, subindo nos equipamentos do Ponto de Encontro Comunitário (PEC) aqui bem próximo, escalam árvores, veem os celulares uns dos outros, riem.

Uma menina, uniformizada, de cabelos afro, chama suas amigas para ver algo na tela de seu aparelho. Juntas, gargalham e apontam uma para a outra e, depois, para o celular. Ao lado, outro grupo de meninas ouve *Favela chegou*, da cantora Ludmilla, com tentativas espontâneas de coreografia ou mesmo um leve movimento dos pés. Os meninos estão próximos, mas separados, também em outros grupos. Correm de um

2 Em Brasília, em especial em se tratando de superquadra, é comum se referir ao edifício de apartamentos como bloco. Por vezes, fala-se também prédio, ainda que o uso seja mais ocasional. No texto, uso ambos, dando preferência ao primeiro.

3 As fotografias, tabelas, imagens e os mapas da tese contam com texto alternativo.

lado para o outro: “seu viado, vem aqui!”; “corre ou eu te pego, moleque safado”, é possível ouvir vez por outra.

Meninas e meninos não estão sós em seus grupos. Desde muito cedo, quando ainda estão chegando, ali mesmo na PEC (Foto 2), é que se veem acompanhadas de outros adultos, esses moradores da superquadra ou de quadras vizinhas; alguns senhores e senhoras idosos se exercitam. Com roupas de ginástica, vêm, em sua maioria, sozinhos. Ao chegarem até o espaço, conversam

com outros de sua idade – seus vizinhos de bloco ou de quadra. Conversam desde amenidades, sobre o tempo, sobre a doença de um parente ou amigo, ao período eleitoral que está próximo⁴: “você vai ver, ele vai dar um jeito, tô confiante dessa vez”, um senhor diz a outro, enquanto esticam seus braços em um aparelho para alongamento.

Nas redondezas da “academia” – é assim que os mais velhos a chamam – donos passeiam com seus cães encoleirados. Não são a maioria, vale dizer. Boa parte desses animais de quatro patas, quando a passeio, são acompanhados de mulheres adultas, vestidas em rasteirinhas e roupas largas. Consigo contar, apenas nessa ocasião, três que há pouco trouxeram crianças para a escola – trocaram de roupa, fizeram o que tinham de fazer e cá estão. Quando os cães, por sua vez, fazem o que têm que fazer, recolhem em sacos plásticos e jogam em lixeiras específicas para esse descarte. Se os animais estão mais tranquilos, aproveitam para telefonar ou só para dar uma conferida nas telas que carregam à mão.



FOTO 2 O PEC, com crianças estudantes brincando e um idoso se exercitando. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2018*

4 Esse excerto é de diário escrito em 2018, quando se avizinhavam as eleições gerais, nas quais foram eleitos Jair Bolsonaro, à época do PSL, hoje sem partido, para a presidência da República, e Ibaneis Rocha (MDB), para o governo do Distrito Federal.

Toca o sinal da escola e se segue uma música de embalo suave. Como das outras vezes, é uma canção de Bossa Nova, de ritmo lento. Nos outros intervalos, o sino é sempre acompanhado de um par sonoro musicado, sempre uma música brasileira. Certa vez durante uma tarde de oficina, perguntei a um menino com quem fazia pesquisa na escola se conhecia aquela música – *O Barquinho*, de Ronaldo Bôscoli e Roberto Menescal, na voz de João Gilberto. “Eu nem ouço direito qual música é, tio...essa aí eu nunca nem ouvi falar”.

Fico um período de tempo sentado na Pracinha, anotando alguns dos movimentos anteriores. Decido seguir com o que havia planejado para o dia. Rumo para a SQS 308, para os bancos do bloco em frente ao lago de peixes ornamentais, um dos itens pensados pelo paisagista Burle Marx⁵ para aquela superquadra em particular. Na entrada de carros da quadra⁶, uma placa indica se tratar da “quadra-modelo” de Brasília (Foto 3). O caminho que faço não é tanto o dos pedestres, mas o fiz nesse dia em busca de passar pela Igrejinha. A Igrejinha, ou nos termos canônicos Igreja Nossa Senhora de Fátima, fica no centro da Unidade de Vizinhança (UV) n. 1 (Mapa 1). Foi projetada por Oscar Niemeyer⁷, um dos artífices de Brasília e do modernismo brasileiro, fundada antes mesmo da inauguração da nova capital, em 1958. A UV n. 1 é o conjunto toponímico

5 Nascido em São Paulo, com parte da vida no Rio de Janeiro, Burle Marx foi um artista plástico muito conhecido por seu trabalho como paisagista. Em Brasília, além do projeto paisagístico da SQS 308, entre suas obras mais conhecidas estão os jardins do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, e a Praça dos Cristais, no Setor Militar Urbano (SMU).

6 O leitor e a leitora perceberão ao longo da tese que quadra e superquadra se referem ao mesmo tipo de espaço, se estamos tratando do Plano Piloto de Brasília e de seus arredores mais imediatos. O primeiro uso é mais comum, cotidiano, nativo por assim dizer, ao passo que o segundo é uma referência de utilização oficial (em legislações, notícias, documentos, etc.), ainda que possa aparecer em alguns discursos – sobretudo de adultos.

7 O carioca Oscar Niemeyer é considerado um dos grandes arquitetos brasileiros, com projeção internacional. Foi responsável pelo projeto de várias obras da cidade, entre elas o Congresso Nacional e o Palácio da Alvorada. Em parceria com outros arquitetos e urbanistas, fez parte daquilo que se entendeu como o movimento modernista na arquitetura. Explorarei mais detalhadamente isso no decorrer do texto.

que se convencionou adotar para o agregado de quatro superquadras residenciais, e suas vizinhas comerciais, da Asa Sul: 107, 108, 307 e 308 sul.



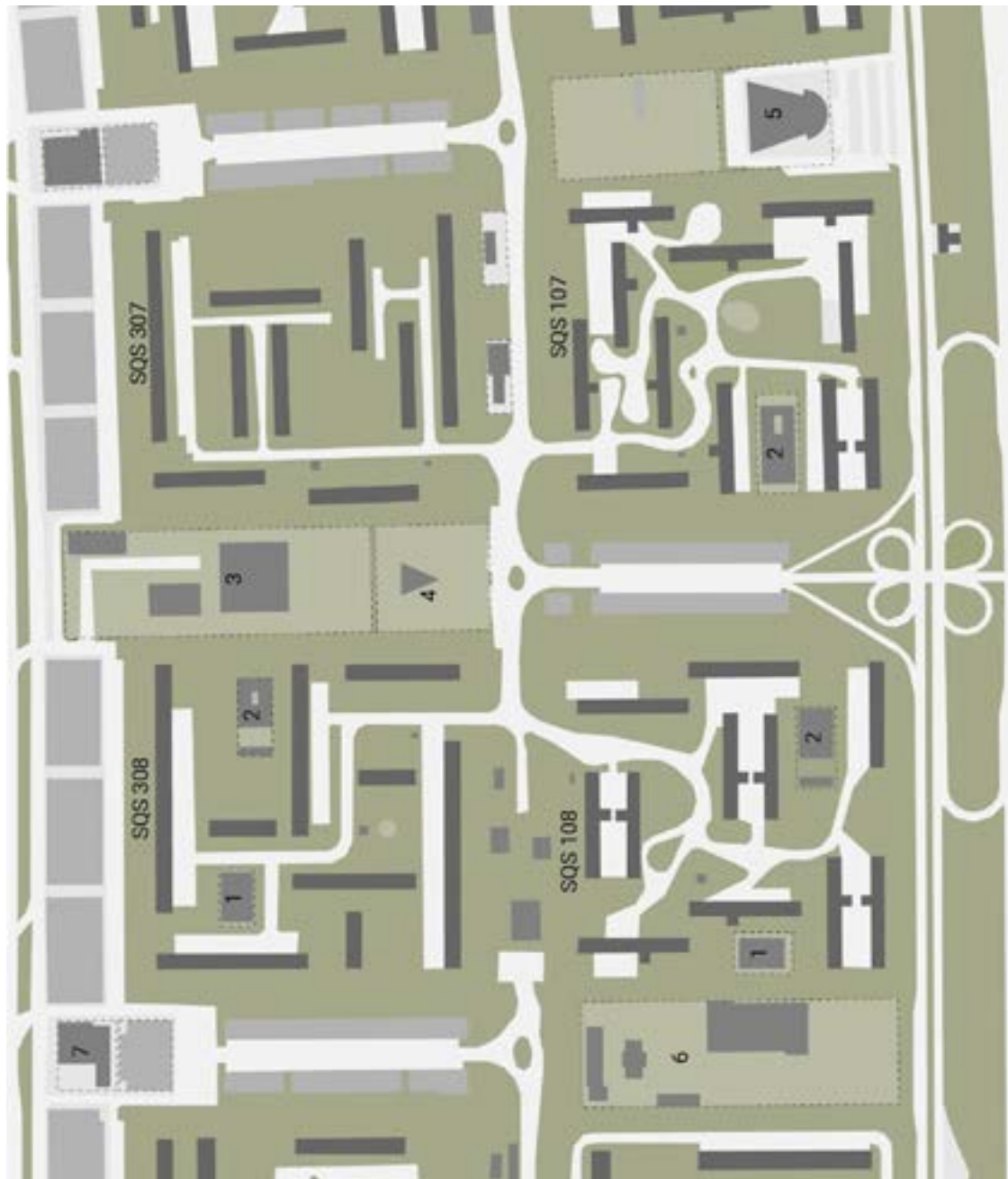
FOTO 3 Placa com a insígnia “quadra-modelo”, na 308 sul. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2018*

O “laguinho”, como é conhecido nas redondezas, é cuidado pelos próprios moradores da quadra, em particular pelos do bloco que o beira em um dos lados. Suas águas são contornadas por bancos de concreto e, em seu meio, há uma série de pranchas retangulares que formam uma passarela entre o pilotis e um “pátio” de bancos e árvores. Por baixo dessa passarela, os peixes orna-

mentais passam livremente. O porteiro, de tempos em tempos, joga ração de uma garrafa pet verde em direção ao lago, ao que é seguido instantaneamente pelo nado direcionado dos peixes em busca de comida. Quando alguém pede para alimentar os peixes, ensina como fazê-lo e fica ao lado para supervisionar – a menos que seja uma criança ou um adulto seu conhecido, o que é bem comum. Nessa ocasião, segui adiante, mas frequentemente pedi para fazê-lo, seja para me aproximar de quem ali estivesse, tentando fazer dos peixes um singelo e potente mediador, seja para, simplesmente, divertir-me; para minha felicidade, as alternativas nunca foram excludentes.

No lago (Foto 4), nos bancos de concreto que o circundam, está sentado um grupo de estudantes. Fumam, bebem Coca-Cola de uma garrafa de dois litros e jogam conversa fora. Por baixo de seus casacos, dá para reparar nos uniformes do Centro de Ensino

8 Os mapas produzidos por Laura Camargo foram baseados em dados georreferenciados e públicos extraídos do Geoportal, portal do Governo do Distrito Federal. Os dados, como de malha viária, de equipamentos públicos, de categorização espacial, são atualizados periodicamente, a partir de informações repassadas pelas secretarias e pelas subunidades que compõem o executivo local. Para acessar o portal: <http://www.seduh.df.gov.br/geoport/>. Acesso em 07 jul. 2021.



LEGENDA

- | | | | |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 1. Jardim de Infância | 5. Cinema | ■ áreas livres públicas | ■ equipamentos urbanos |
| 2. Escola Classe | 6. Clube de Unidade de Vizinhança | ■ blocos residenciais superquadra | ■ lotes |
| 3. Escola Parque | 7. Posto de Saúde | ■ blocos comerciais | ■ vias e estacionamentos |
| 4. Igreja | | | |
- 0 25 100 250m
- N

MAPA 1 Unidade de Vizinhança n. 1, com equipamentos públicos em destaque. Autoria: Laura Camargo, 2021⁸

Médio Elefante Branco (CEMEB), ou simplesmente Elefante Branco, escola relativamente próxima da Unidade de Vizinhança n. 1. Como é horário de aula, suponho que as estejam “matando”. Pergunto exatamente isso, sem nenhum rodeio, porque já nos conhecíamos de outros momentos. Sem ficarem sem graça (por que ficariam?), respondem que sim. Um deles engata: “é, tio, quero ter o mesmo emprego que você, para poder ficar perambulando por aí”. Continuam questionando a partir daí sobre como se entra na UnB e o que, *de fato*, faz a antropologia. Não devem ser poucos os antropólogos e as antropólogas que, uma vez arguidos, não tenham já mexido os botões da mente procurando como melhor responder. “Eu caminho e escrevo”, é o que digo. Não sei se o satisfiz.

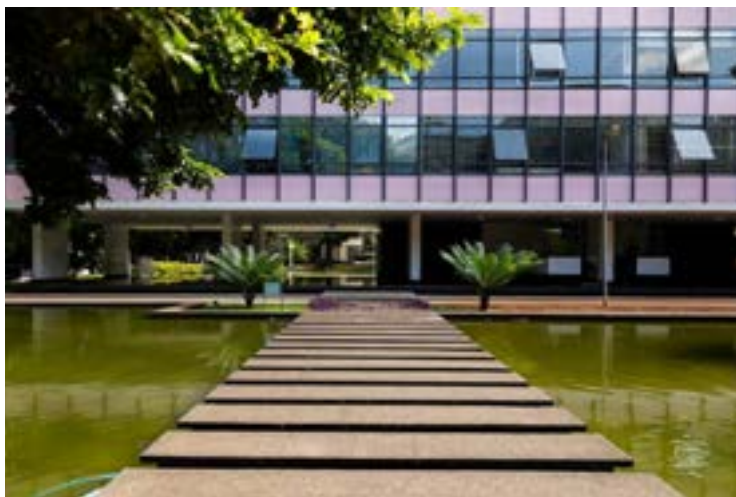


FOTO 4 O laguinho.

Autoria: Giovanna Bembom, Metrôpoles

Debaixo dos blocos próximos, encostados em seus pilotis, distribuem-se alguns casais. São dois no momento. Por volta do horário de almoço, porém, chegam a ocupar cada um dos pilotis, sob olhares desconfiados e alguns sorrisos de canto dos porteiros próximos. Dali, consigo escutar um vozerio agudo de crianças. Não é difícil localizar sua origem. Vem do Jardim da In-

fância da 308, que fica bem perto de onde estou. Estão em um dos intervalos matutinos. Despeço-me dos jovens, “tchau, galera, até a próxima”. Fico sempre em dúvida do quão mais velho acham que sou. Sigo adiante.

Paro para tirar algumas fotografias próximo à Praça dos Cogumelos, surpreendentemente vazia a essa hora. Sento-me em um dos suportes de concreto do espaço, protegido pelas árvores frondosas que o envolvem como um todo. Um homem adulto está passeando com um cachorro grande, bem peludo, amarelo, que eu imagino ser um

chow chow⁹. Tento me aproximar dele, pensando que o contato anterior que tivemos fosse o suficiente para permitir essa abertura. Ledo engano. Ao ouvir-me chamar o seu nome e minhas primeiras palavras, menciona que está com pressa, que hoje não pode parar por nenhum segundo. “Quem sabe outro dia possamos conversar”, digo. “Vamos ver, vamos ver... a vida tá uma correria”. Vejo-o caminhar na direção de outrora, em passos lentos e nada decididos. Seu companheiro peludo está na mesma marcha. Entendi o recado.

Retomo o caminho que pretendia trilhar anteriormente. Volto, em direção à Igrejinha. Suas portas estão fechadas. Nos bancos que se espalham ao seu redor, há pouco movimento. Em um deles, um senhor de cabelos brancos está sentado, colete verde, acompanhado de uma mulher adulta, sua cuidadora. A mulher fala com a voz mais calma do mundo, entre sussurros e elevações ocasionais, quando ele dá a entender que não compreendeu o que ela disse. Ele a chama pelo nome, que não consigo escutar. Na outra ponta, uma senhora também de cabelos brancos está em uma cadeira de rodas; uma mulher lhe dá algo para beber, parece um suco de laranja. Saca um, dois, três, quatro comprimidos de umas caixas e paulatinamente a ajuda a engoli-los. A senhora tem muita dificuldade para falar. Ambas as cuidadoras são negras. Ambos os senhores são brancos. Isso é comum.

No painel de Athos Bulcão¹⁰ da Igrejinha, vejo um homem deitado sobre um papelão, sob um cobertor de lã escuro. Há outras pessoas em situação de rua que vivem e cir-

9 Muitas das pessoas moradoras de quadras com quem conversei, em nossos primeiros contatos, me diziam quase o nome de seus cães e sua raça, segundo sua classificação veterinária. Em uma oportunidade, ainda no início de minhas incursões etnográficas, em 2015, perguntei se certo cão era um vira-lata. Secamente, uma moradora me disse: “não, sem-raça-definida”. Com o tempo, fui aprendendo a nunca presumir a classificação de determinado animal, sob pena de ocorrer algo parecido. Como se trata de um signo classificatório relevante em campo, procuro sempre, em texto, associar cães a esses emblemas – ao menos aos que pude conhecer nos últimos anos.

10 Athos Bulcão foi um artista plástico carioca. Logo quando das obras de construção de Brasília, mudou-se para a cidade para trabalhar na projeção e construção de elementos artísticos da arquitetura proposta para a capital. É muito conhecido pelos azulejos que compõem painéis em blocos residenciais, em edifícios públicos e mesmo em casas particulares.

culam por essas bandas, como mostrou Cordeiro (2018). Sei que essa presença é um tanto conflituosa e, no geral, incomoda, sobretudo nos horários das celebrações de missa que ocorrem na igreja, nos inícios e fins do dia. Já acompanhei de longe uma ou outra missa e nunca cheguei a ouvir algum som que incomodasse.

Incomoda a alguns moradores da superquadra, sejam eles membros ou não da comunidade religiosa católica, como evidenciaram durante nossas conversas. Incomodam a polícia militar, que comumente os interpela, mexe em seus pertences, exige que saiam dali. Incomodam os porteiros dos blocos vizinhos, que, vira e mexe, abordam essas pessoas, com gritos e frases curtas. “Você vai ver se não sair daqui, vai ficar feio pra você”, disse o porteiro de um bloco da SQS 308, dirigindo-se a um homem adulto, negro, vestido com uma bermuda preta e uma camiseta do Flamengo.

Mas, o incômodo é relativo. Em um dos “cantos” do espaço em frente à construção eclesiástica, há um casal de adultos conversando. Ao seu lado, um carrinho de supermercado com roupas e comida. Uma criança dorme ao seu lado. Do outro lado da Igrejinha, também em um painel de Athos, duas mulheres tiram selfie. Decido voltar para o laguinho, já é quase meio-dia.

Por ali, há muito mais estudantes do que havia no período da manhã. Estão sentados por toda a praça, em vários grupos. Alguns estão sozinhos, com o olho vidrado na tela do celular. No bloco, o movimento de saída e de entrada do pórtico dos moradores é mais intenso. Alguns adultos, a maioria, chegam com roupas sociais, de salto alto, depois de estacionarem seus carros no estacionamento próximo. Muitos estão acompanhados de crianças com uniformes escolares. Nesse dia, são todos de escolas privadas de ensino fundamental e médio, com exceção de uma criança, mais nova, que vem acompanhada de um homem adulto do Jardim de Infância.

Em um dos bancos, dois homens conversam. Estão comendo “quentinhas”, em papo animado e alto. Comem muito rápido e logo se deitam, escondendo-se sob a aba de seus bonés para um cochilo. Estão de uniforme azul, de um supermercado bem perto

dali. Embaixo de prédios próximos (Foto 5), consigo ver trabalhadores deitados ou recostados sob os pilotis, com a recorrente companhia de casais jovens. Um desses casais, com a inscrição Elefante Branco na roupa, sentado no banco de um bloco, é avisado pelo porteiro: “já disse para vocês, não dá para ficar aí, vão complicar para mim”. Riem e saem em disparada, não sei para onde.

Um grupo de adolescentes, com o mesmo uniforme, chega na praça do laguinho. Reparo como quase nunca deixam a roupa “oficial” tão aparente, envolvendo-se em casacos, acessórios coloridos ou simplesmente a deixando pelo avesso. Não me aproximo dessa vez, porque não avisto ninguém conhecido. Param debaixo de uma árvore e engatam uma competição de arrote. A vencedora é uma menina, para desespero de quem havia participado, agora alvo de troças de seus colegas: “[risadas], você perdeu pra ela”, “puta humilhação, véio, vocês perderam pra Joana¹¹”, aponta um dos meninos, que não participou da disputa, para os demais.

O grupo se divide em três: uma parte “sobe”, suponho que para a própria escola, outra “desce”, dizendo que a aula “já acabou”, uma menor resolve ficar. São três pessoas, todas negras, mais altas do que eu. Duas delas se afastam. Dois rapazes caminham em direção a um canto do lago, mais coberto pela sua vegetação. Burle Marx, imagino comigo mesmo, mais do que aprovaria esse uso. Um deles tem o cabelo colorido e, parece, tenta deixar a barba crescer. Trocam carícias e beijos apaixonados como adolescentes de presente infinito. Sua colega fica de longe, a observar, com um sorriso no rosto. Procuo observar se há alguém inquieto pela situação, mas não. Dessa vez nada ocorre, o porteiro não se mexe ou nada viu, e a felicidade apenas transborda.

Decido terminar por aí minha manhã de trabalho de campo. De fome, meu estômago começa a se engalfinhar e ainda tenho a tarde toda de entrevistas a serem feitas. Faço

11 Os nomes citados foram propositadamente alterados, a não ser quando explicitamente indicados ou em se tratando de figuras eminentemente “conhecidas”, como no caso do governador local. Considero o anonimato relativo uma questão de proteção, igualmente relativa, dos meus anfitriões em pesquisa de campo.

o caminho de volta, indo da 308 à 107 sul, onde havia deixado minha moto, estacionada em frente ao CEF 02. Quando chego lá, o pneu traseiro está murcho. Aparentemente, em algum ponto do trajeto, passara por algum caco de vidro e a câmara de ar não resistira. Procuo no celular o borracheiro mais próximo e sigo empurrando-a, xingando o pedaço de vidro e a mim mesmo. O dia promete ser longo...



FOTO 5 Trabalhadores deitados.

Autoria: Vinicius Januzzi, 2018

INTRODUÇÃO

O ano era 2015. Estava sentado em um banco de mármore de um bloco residencial do Setor Noroeste, fazendo anotações de campo. O banco ficava localizado próximo à guarita onde se posicionavam os porteiros, durante seus turnos de trabalho. Havia anoitecido. O porteiro da ocasião estava com o rádio ligado, sintonizado numa rádio local. Às 19 horas, a vinheta conhecida do programa Voz do Brasil chegou aos meus ouvidos, com um som agudo de solo de guitarra acompanhando a melodia que conhecia há muito tempo, desde a infância. “Voz do Brasil”, anunciava um coro, antes da entrada da locutora, com notícias do poder executivo.

Estava à espera de uma entrevista que agendara previamente, por telefone, com um servidor público que me fora indicado por um casal de amigos. Trago essa situação logo nos primeiros parágrafos da tese para mostrar o que, a meu ver, é um dos cerne do que vivi em campo e qual é, em primeira instância, o argumento que faço com relação ao espaço urbano de Brasília.

Em cena, estávamos eu, um porteiro, trajado com um paletó preto, que continha um logotipo de uma empresa terceirizada, e um espaço bem silencioso ao redor. Ele, dentro de uma cabine climatizada, fechada por vidros, de frente para dois aparelhos televisores, que lhe conferiam acesso a dezenas de câmeras, instaladas no prédio, nos estacionamentos subterrâneos e em outros espaços, como nas coberturas, localizadas acima do sexto andar. Bem ao longe, uma criança estava acompanhada de um adulto, num brinquedo pula-pula posicionado logo próximo a uma entrada de moradores. Em três momentos, motoboys o abordaram, indicando o nome de uma pessoa e de um apartamento, denominações que lhe concediam acesso à entrada do prédio e às entregas que lhes foram confiadas.

A Voz do Brasil¹² é um programa radiofônico de mais de 80 anos, com variados apelos informativos ao longo de sua história. À época de meu campo, sua apresentação era dividida em três momentos, mais ou menos equilibrados em termos de tempo: as notícias do executivo, do legislativo e do judiciário. O tom relativamente impessoal de informações sobre o julgamento de dispositivos constitucionais, de habeas corpus de políticos profissionais, ou referentes a projetos de lei em torno do orçamento público, do uso de símbolos nacionais, da tributação de pessoas físicas, ia ao encontro da encarnação do Estado, incessantemente associado à capital federal, à Brasília.

É em seus programas, nas locuções, que podemos dia sim, outro também, ouvir: “Hoje, em Brasília, deputados se reuniram...”. “No palácio do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, o julgamento...”. “O Deputado concedeu entrevista no Salão Verde, onde falou...”. “A Esplanada se prepara para receber uma campanha midiática...”. É a Brasília da política institucionalizada, do poder revestido e teatralizado, das grandes decisões nacionais, das conspirações, das tramas, das negociatas, de eleições, votos, pareceres, obstruções, questões de ordem. Tudo isso veiculado por um pequeno aparelho de rádio, colocado num canto da guarita, enquanto o porteiro mexia em seu aparelho celular e lançava esporadicamente olhares para os lados.

A Esplanada dos Ministérios não estava longe dali. Menos de 20 quilômetros nos separavam, eu e o porteiro, do “centro do poder”. As notícias do que havia sido vivido nela, naquele dia e nos anteriores, chegava por meio de uma transmissão sonora, mediada por frequência de rádio. Essa dimensão do poder estava, de uma perspectiva, muito perto de nós; de outra, muito distante. A transmissão, de algum modo, conectava aquele espaço, o da Esplanada, a uma configuração maior, a de um país entendido como uma nação, num território determinado, com fronteiras bem estabelecidas;

12 O programa foi ao ar pela primeira vez em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi inicialmente chamado de Programa Nacional, tornando-se obrigatória sua veiculação, em todas as rádios do Brasil, a partir de 1938, já com o nome de A Hora do Brasil. Mudou mais de uma vez de nome, este que permanece até hoje, em 1971. Ver mais em: <http://memoriasdaditadura.org.br/programas/voz-do-brasil/>. Acesso em 13 jul. 2021.

ligava, assim, o Setor Noroeste, a Esplanada e o Brasil num só feixe discursivo. Mas, no limite, o que eu vivia era essa situação *em particular*, a de ouvir o rádio indiretamente, cuja transmissão poderia ser encerrada assim que o porteiro decidisse que não queria mais escutá-la, ou tivesse que executar alguma tarefa de seu turno de trabalho, que se estenderia até o amanhecer do dia seguinte. A Brasília do poder se encerraria, ao menos nessa dimensão ritual, tão logo o rádio fosse desligado.

Estamos às voltas aqui com o que Lucio Costa (1957), em seu projeto vencedor para a nova capital federal, chamou de *urbs* e *civitas*, a dupla funcionalidade que constituiria Brasília. De um lado, uma cidade do poder, o espaço representativo *per se* do Estado Nacional, a *civitas*. De outro, a cidade como vivida no cotidiano, por seus moradores, por aqueles e aquelas que não necessariamente sairiam de casa para um gabinete no Congresso Nacional – ainda que essa seja, desde sua fundação enquanto capital, uma possibilidade. Deste outro lado, a cidade como *urbs*, da cotidianidade. Essa vivência do dia a dia é a que vivemos, naquele momento, eu e o porteiro, senão também a que trouxe no prólogo que dá início ao meu argumento. É a vivência de *outras Brasília*s, ligadas, claro, à dimensão institucional da política, mas não *sempre* relacionadas a ela. Uma dessas outras Brasília

s é a que é vivida, de muitas formas, nas superquadras residenciais. É essa vivência, como vista e falada pelos seus moradores, e como observada no espaço público, que persegui etnograficamente nos últimos anos, desde 2014, quando comecei a dar meus primeiros passos acadêmicos na antropologia e, em particular, na antropologia urbana.

A superquadra pode ser considerada uma das mais singulares contribuições do movimento modernista em arquitetura e urbanismo. Era ela que inauguraria o novo “morar em apartamento” (Iphan, 2014; Costa, 2018), com a distribuição de unidades residenciais em blocos assentados sob pilotis, ao longo de uma extensa faixa rodoviária, largamente arborizada (Costa, 1957). Com ela, propunha-se que as pessoas pudessem viver a cidade de uma forma com as quais não estavam acostumadas e que, assim, também pudessem se relacionar umas com as outras de maneiras com as quais não estavam

habitadas. Também com ela, Brasília seria, desde sua inauguração, em 1960, cidade “nunca” antes construída ou imaginada. Seja pelo modo como representava o poder, seja pela sua arquitetura dos imóveis residenciais, seja pela sua modulação urbanística como um todo, a cidade inauguraria, como disse Juscelino Kubitschek (2000) reiteradas vezes, uma nova era para o Brasil. Quanto à superquadra, a vida da *urbs* repousava também sobre outros elementos, para além de sua separação entre o tráfego automotivo e o trânsito pedestre e a predominância de espaços públicos sobre espaços privados. Um deles, a escola pública, que deveria estar localizada, entre outros espaços, no interior das superquadras (Costa, 1957, 2018; Teixeira, 1961).

Entra aqui em cena um ruído, um ruído que atravessa todo o meu argumento e que foi uma das pistas que me levaram a percorrer os caminhos desta etnografia. Isso porque, se a escola pública era parte do projeto urbanístico para Brasília, como *parte da* superquadra, em regra ela deixou, ao longo do tempo, de ser utilizada pelos moradores desses espaços. Sabemos, no entanto, que essa não é uma exclusividade de Brasília. Há muito a educação pública, nos níveis básico e médio, deixou de ser uma referência para as camadas médias brasileiras (Carvalho, 2016). Mas, restava – e ainda fica – a pergunta: e se em Brasília esse fenômeno tivesse características singulares? E se o espaço urbano de Brasília fosse vivido das muitas formas também por conta da relação com a escola pública, seja pela sua ausência, seja pela sua presença?

Essas dúvidas começaram a pairar sobre mim a partir do desenrolar de minha pesquisa feita durante o mestrado (Januzzi, 2016a). Naquele momento, estava interessado em compreender, basicamente, a heterogeneidade de ocupação de camadas médias e altas de Brasília. Escolhi um espaço de referência, o Setor Noroeste, cuja construção como bairro começou ainda em 2009, e contra a qual se opuseram uma série de *agentes* (Frúgoli Jr., Andrade, Peixoto, 2006; Frúgoli Jr., 2007), entre eles estudantes universitários, servidores públicos vinculados ao Poder Judiciário e, sobretudo, povos indígenas que habitavam aquele espaço há algumas décadas (Crevels, 2014; Brayner, 2013). Estava interessado, portanto, em compreender os porquês e os comos desse novo espaço na

capital modernista, a partir de seus novos moradores, esses que adquiriram ou alugaram imóveis ali. Encontrava-me, à época, particularmente envolvido por questões teóricas próprias da antropologia urbana: a disputa pelo espaço urbano, as múltiplas significações da cidade, a diversidade de práticas espaciais no meio urbano, os conflitos em torno da expansão urbana. Esta agenda de pesquisa, claro, não é de hoje.

Podemos traçar seus fios de origem desde as preocupações evidenciadas pela Escola de Chicago, no início e em meados do século XX. No Brasil, em especial, esse tipo de preocupação começou a aparecer de modo mais nítido nos primeiros anos após a instauração de um sistema universitário no país, a partir de Pierson (Frúgoli Jr., 2005), mas alcançou um grau mais sistemático com os estudos empreendidos por pesquisadores do Rio de Janeiro, como Gilberto Velho (1993, 1998) e Roberto DaMatta (1980, 1997), e de São Paulo, como Eunice Durham (2004), Florestan Fernandes (1989, 2008) e José Guilherme Magnani (1984, 2003). Apesar das muitas diferenças entre suas abordagens, repousava sobre suas pesquisas uma questão de fundo, desdobrável em muitas outras: quais relações sociais são produzidas na cidade? E, ainda mais, é possível apontar se há traços distintivos do espaço urbano em relação a outras formas de ocupação espacial? (Hannerz, 2015).

Esses problemas de pesquisa, se surgidos em outros contextos, ganham um contorno idiossincrático em Brasília. Isto porque a cidade não surgiu “espontaneamente” como outras cidades brasileiras. Foi construída para ser a capital do país, segundo um traçado urbano próprio. Esse planejamento original sempre esteve em questão nos estudos urbanos sobre a cidade (Derntl, 2019, Ficher, 2019a, 2019b; Patriota de Moura; Januzzi, 2021). Se se fala que a vida urbana do Rio de Janeiro poderia estar relacionada a aspectos de sua história (O’Donnell, 2013), que São Paulo mudou ao longo do tempo em termos de quem e como nela vive (Frehse, 2005), em Brasília essa mudança teria um marco temporal de origem, ao menos a princípio: o início de suas obras e, pouco mais adiante, sua inauguração. Ademais, a cidade, planejada em quase todos os seus setores, em se tratando de seu plano piloto, poderia engendrar uma sociabilidade urbana,

senão incomum, muito distinta da de outros centros urbanos. O debate em torno do planejamento da cidade, seja crítico, seja elogioso, acompanha a história mesma dos estudos urbanos sobre a capital (Epstein, 1973; Holston, 1993; Nunes, 2004; Ribeiro, 2008; Holanda, 2012, 2020).

Entre esses debates, o da segregação. Brasília é, sem nenhuma dúvida, uma das áreas urbanas mais segregadas do Brasil (Codeplan, 2019; Paviani, 1996, 2010; Peixoto, Lima, Pescatori, 2019). A distância entre o espaço de oferta de boa parte dos empregos e o espaço de moradia de seus habitantes é, na capital, no Distrito Federal, grande. O acesso aos equipamentos públicos e à infraestrutura urbana planejada pelo Estado é desigual (Paviani, 2010, 2010a) e marcado por diferenças notáveis quanto à renda (Codeplan, 1984, 2019) e à raça (Santarém, 2013; Codeplan, 2014; Lemos, 2017).

As discussões em torno da segregação constituem também, como sabemos, um tema de pesquisa desde os primórdios das ciências sociais, e em particular do que se convencionou chamar de antropologia urbana. Desde Park (1967), com suas reflexões acerca do surgimento de regiões morais e de conflitos em torno da vizinhança, passando por Mitchell (1958) e outros estudiosos (Gluckman, 1981, entre eles) preocupados com a *desdistribuição* em países afligidos pelo colonialismo europeu, chegando aos estudos brasileiros, como os de Kowarick (1979, 2000), Telles Silva (2006a), Frúgoli Jr. (2000, 2005) e Patriota de Moura (2010, 2013).

Para mim, ela era também uma questão marcante no Setor Noroeste, com as tensões entre povos indígenas e novos moradores, com as grandes distâncias percorridas a pé por trabalhadores do comércio, pela insuficiência da oferta de transporte público para não moradores (Januzzi, 2016a). Tornou-se, no entanto, ainda mais aguda quando comecei a participar, em 2016, de um grupo de pesquisa coordenado pela minha orientadora Cristina Patriota de Moura e por outros professores da Universidade de Brasília. A proposta deste grupo era compreender de que forma o espaço urbano de Brasília era produzido a partir das comunidades escolares, como chamamos esse uni-

verso relacional de estudantes, professores, pais, mães, responsáveis e funcionários das escolas (Patriota de Moura; Peixoto; Derntl, 2021).

Escolhemos, como locais de nossas etnografias, duas escolas, uma localizada no Plano Piloto, na Asa Sul, outra em Ceilândia, a região administrativa mais populosa do DF. O que pudemos perceber, em relação à escola da Asa Sul, é que boa parte de seus estudantes não morava nas redondezas. Pelo contrário, vinha de longe, sozinhos ou acompanhados (Patriota de Moura; Januzzi, 2021). Essa distância percorrida e a vivência dos estudantes dessas escolas no espaço público do Plano Piloto se tornaram, com o tempo, um de meus interesses etnográficos, porquanto diretamente relacionadas às diferentes interações que costumava observar entre estudantes e o espaço e entre estudantes e moradores da superquadra onde a escola estava localizada (Januzzi, 2019; Silva, 2019; Castor, 2020).

A Asa Sul tem muitas escolas públicas nos espaços internos das superquadras. Algumas outras ao redor, nas franjas das vias que dão acesso ao Plano Piloto e a outras regiões do DF. No Setor Noroeste, contudo, sabia, de antemão, que elas estavam ausentes. O mesmo quanto ao Sudoeste. Esses são também espaços de superquadras, inseridos na poligonal de tombamento do Iphan (1992). Via, na Asa Sul, que a presença de escolas levava, de maneiras tensas ou não, a um encontro entre moradores e estudantes. No caso desses outros bairros, simplesmente não havia nem mesmo a ocasião desse encontro. Eis que para perseguir etnograficamente as *outras Brasília*s, resolvi não compreender apenas os movimentos de outros sujeitos que ocupavam o espaço público que não os moradores. Concentrei-me, de igual modo, em compreender o que os moradores achavam e verbalizavam sobre essas escolas do Plano Piloto. Por que, afinal de contas, não escolhiam, via de regra, essas escolas como a escola de seus filhos e filhas? Havia enfrentado tangencialmente essa questão no mestrado, mas os caminhos que percorrera dali em diante me levaram a crer que explorar essa perspectiva dos moradores sobre o espaço poderia me conduzir a compreender de que formas a segregação na cidade era produzida.

Como ela se relacionaria, em primeiro lugar, aos modos como os moradores de espaços de camadas médias e altas interpretavam e interviam no espaço urbano? Afinal, não é segredo para ninguém que a Brasília da superquadra é habitada por segmentos de camadas médias (Machado; Magalhães, 2010; Holston, 1993; Nunes, 2001; Patriota de Moura, 2013; Januzzi, 2016a) e, nisso, há muito não segue o projeto modernista de coabitação, no interior da superquadra – entre diferentes classes sociais sim, mas todas provenientes do funcionalismo público (Patriota de Moura; Januzzi, 2021). No caso de espaços em que as escolas públicas fossem *ausentes*, elas poderiam, mesmo assim, estar *presentes* no discurso de seus moradores? Essa era e foi minha aposta ao longo dos últimos anos, desde que concluí minha dissertação e até o momento em que passei a consolidar as informações que são, agora, expostas como argumento nesta tese.

Parti de três referenciais etnográficos. A Asa Sul, onde comecei a realizar pesquisa de campo com a comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental 02, localizada na 107 sul. O Setor Sudoeste, construído entre os anos 80 e 90, como parte de uma proposta feita por Lucio Costa (1987) para a expansão do Plano Piloto de Brasília. E o Setor Noroeste, onde já fizera pesquisa anteriormente, construído a partir do fim da primeira década dos anos 2000, igualmente tributário da proposta de Costa, um dos arquitetos-planejadores de Brasília. Morando na Asa Norte desde que cheguei a Brasília, esse espaço está, em maior ou menor medida, também atravessando minhas reflexões, como parte de minha experiência urbana – não foi um lócus direto da pesquisa, mas nem por isso foi menos relevante ao longo de toda a caminhada.

Nesses espaços, ora chamados pelos seus moradores de bairros, de vizinhança, de região, conduzi tanto observações do cotidiano de seus espaços públicos quanto procurei conversar com moradores e suas famílias, fosse em seus apartamentos ou em locais combinados de antemão (uma padaria, uma quadra poliesportiva, um banco de praça, etc.). Essa combinação, entendia de começo, poderia me permitir compreender como esses bairros eram vividos no dia a dia e como, em outro nível, os significados atribuí-

dos pelos moradores à vivência e à experiência na/da cidade. Dito de outro modo, tinha em mente compreender: (i) como os moradores se relacionavam com o espaço, com as escolas (públicas ou não, como pude perceber ao longo do tempo); e (ii) as diferentes formas de apropriação simbólica dessas relações. A todo o tempo, no entanto, falar de espaço era falar, de muitas formas, de frequentadores, usuários, visitantes, enfim, de pessoas – e como elas eram aí categorizadas.

É por isso que, sempre que me refiro a espaço, estou na companhia de De Certeau, que o define como um “cruzamento de móveis [...] o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”. Enfim, o espaço como mediado pelo conflito, pelo desencontro, pelo encontro, como um “lugar praticado” (De Certeau, 1998, p. 202). Espaço produzido, ademais, na aproximação e no distanciamento discursivo em torno de um *nós* e de um *outro*: o outro englobando aqueles cujas ocupação e práticas espaciais são consideradas como mais ou menos impróprias; um Outro, como Carneiro (2005) argumenta, que é construído como *não-ser* e como fundamento do *Ser* – como um espelho de afirmação de si mesmo.

Tudo caminhava bem em meus levantamentos, em minhas observações, em minhas conversas quando algo um tanto quanto imprevisível abalou todos os meus planos – quem dera fossem só os meus planos os abalados pelas circunstâncias, e não milhares de vida ceifadas mundo afora. Era março de 2020 e as primeiras notícias de um vírus altamente transmissível e potencialmente letal davam lugar a uma constatação, pela Organização Mundial de Saúde, de que vivíamos uma pandemia¹³. Havia, até ali, conversado com 70 grupos domésticos de moradores de bairros de superquadra e feito muitas observações de campo. Daquele momento em diante, contudo, diante da necessidade

13 Ver em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em 14 jul. 2020.

de isolamento físico e do esvaziamento colossal dos encontros no espaço público, ao menos num primeiro momento, decidi por encerrar minhas atividades de pesquisa.

Decidi que me dedicaria, nos meses seguintes, a consolidar as informações que tinha em mãos e passar a categorizá-las, colocá-las em relação e em perspectiva. Esta tese é, portanto, sobre o espaço de *antes* da pandemia de covid-19, doença causada por um novo tipo de coronavírus. Decerto, todos os meus argumentos estão sujeitos às mudanças de relações produzidas no espaço surgidas em decorrência da pandemia e às de outras que, menos relacionadas, possam ter surgido a partir daquele momento¹⁴. Falo do espaço urbano, em sua multiplicidade, como pude etnografá-lo entre os anos de 2015 e 2020.

Dito isso, é importante mencionar que meu argumento é pautado indiretamente nas transformações pelas quais Brasília passou desde sua inauguração. Isto é, a cidade *como era* e o que ela *se tornou* são resgatadas ao longo do texto, principalmente na medida em que tais visões, memórias e construções discursivas sobre o passado me ajudaram a compreender com mais profundidade o que me apontavam os moradores em relação a suas próprias vidas, em relação a suas trajetórias. Era dessas, aliás, que estávamos falando em boa parte do tempo: o que seus pais haviam decidido por eles, o que seus avós, antes ainda, haviam decidido por seus pais, o que haviam decidido por seus filhos; como era a Brasília quando eram crianças, adolescentes ou iniciaram a vida adulta; que cidade podia ser resgatada ou atualizada em relação àquela que viveram em décadas passadas.

Não assumo uma leitura historicizante dessas mudanças, na medida em que não é meu objetivo primordial traçar as linhas genealógicas pelas quais o espaço urbano de Brasília foi se transformando. Não obstante, se eram muitas as considerações deste tipo por

14 Sobre frentes analíticas do espaço urbano, nas suas interconexões com o enfrentamento da covid-19, ver Frúgoli Jr. (2020).

parte daqueles com quem conversei, não pude deixar de trazer à tona algumas considerações em torno da passagem do tempo e do como diferentes temporalidades de Brasília foram acionadas quando de meus encontros etnográficos. Daí que afirmo que, se o modernismo em arquitetura e urbanismo modulou a nova cidade surgida nos anos 60, ele ainda continua sendo acionado como um *valor* e como discurso na expansão da cidade. É esse modernismo, inclusive, que é uma das balizas utilizadas para justificar a presença ou não de um elemento como a escola pública em determinados espaços, como veremos ao longo das próximas páginas.

Para expressar tanto o conjunto dos espaços onde realizei pesquisa, em suas características comuns, quanto as diferenças que pude perceber entre eles, e deles com relação ao espaço maior do Distrito Federal, escolhi não apenas me valer das conversas com moradores e das observações do espaço públicos. A elas, agreguei outros tipos de interações, como as que tive ocasionalmente durante o trabalho de campo, fosse com trabalhadores do comércio, com pessoas em situação de rua, com indígenas, com usuários do transporte público, fosse com jogadores ocasionais de futebol.

Essas interações, feitas muitas vezes durante uma caminhada em direção a uma escola, ou à espera de um ônibus, foram, a meu ver, também um modo de enxergar uma *outra Brasília*, que sequer era percebida por muitos de seus moradores. Essa invisibilidade de outrem colaborava, sem nenhuma dúvida, para o que chamei de processos de segregação e de autosegregação. Com o termo *processo*, quis evidenciar a construção *ao longo do tempo e no espaço* da segregação, como um conjunto aberto de possibilidades, ainda que delimitado por uma série de desigualdades, discursos, distâncias, tensões e conflitos.

Como não poderia deixar de ser, esta tese é, de alguns modos, uma narrativa sobre como entrei em campo e como fui visto e categorizado pelas pessoas com que conversei durante a pesquisa. Como, por exemplo, quando, ao chegar a uma das entrevistas previamente combinadas por telefone, com o capacete a tiracolo, uma moradora me

perguntou se eu era, também, um entregador. Fui perceber posteriormente que não somente o capacete era um índice visual das maneiras com que poderia ser enxergado na cidade.

Fabiana: Boa tarde! Pode entrar, Vinicius, vou deixar a porta aberta, tá bom? Fica melhor.

Vinicius: Boa tarde. Tudo bem? Ah, claro, o que for melhor. Com licença...Tudo bem se eu colocar meu capacete em cima da mesa para conversarmos? Na verdade, onde for melhor.

Fabiana: Não tem problema ser em cima da mesa, não. Você faz antropologia na UnB, né?

Vinicius: Isso. Faço, agora estou no doutorado.

Fabiana: E você também é motoboy? Falo por conta do capacete.

Vinicius: Não, não. Só uso a moto mesmo.

Fabiana: E você trabalha? Quer dizer, faz algo além do doutorado?

Vinicius: Hoje em dia, não, trabalho com o doutorado.

Fabiana: Ah, sim, tudo bem. Só estranhei um pouco, tem que se virar, né?. As bolsas não pagam muito né?.... Bom, podemos começar, quando quiser. Sou toda ouvidos.

As formas como me vestia, o estado das roupas com que chegava nos apartamentos (encharcadas da chuva ou cheias de poeira) e mesmo a qualidade do meu aparelho telefônico eram possíveis índices materiais pelos quais poderia ou ser entendido como alguém mais próximo ou mais distante dos cotidianos vividos por moradores e moradoras. Não era apenas um antropólogo em campo, senão um antropólogo com um *corpo* em campo, em movimento, em interação, visto, rotulado e sob o escrutínio mais

ou menos sistemático de outras pessoas – um corpo com uma cor branca e com um sotaque “caipira”, do interior de São Paulo. Por mais que me visse como um morador do Plano Piloto, onde sempre morei desde que mudei para Brasília, não era isso, em algumas vezes, o que enxergavam os entrevistados. Ir a campo é, sabemos, também falar como um corpo em particular (Borges, 2009, 2018; Lemos, 2017).

Estruturei meu argumento em seis capítulos. No primeiro deles, conto um pouco mais da história do porquê decidi pesquisar a relação entre escolas e moradores de superquadras. Detalho a experiência etnográfica realizada ao longo do percurso da tese, com destaque para os desafios metodológicos enfrentados e as decisões (teóricas e de método) que tomei ao longo do tempo, de modo a contornar, sobrepor ou mesmo absorver o ponto de vista de meus anfitriões em campo.

Em seguida, num capítulo majoritariamente teórico, me posiciono em relação a uma tradição de pesquisa e a possíveis campos de exploração na antropologia urbana, em especial nos estudos de camadas médias. Traço o histórico de questões e abordagens, em consonância ao recorte empírico da tese, valendo-me de Simmel (2005, 2005b), Redfield (1930, 1947, 1974), Hannerz (2015), Canclini (1997), Velho (1993, 1997, 1998), Caldeira (1997, 2000), Proença Leite (2004, 2008, 2010), entre outros autores e autoras. Meu objetivo é mostrar o percurso teórico que abre o caminho para as contribuições dadas pela tese, em especial no que toca a temas constitutivos da antropologia urbana, como: formação do espaço urbano, expansão urbana, segregação socioespacial e produção social e espacial da diferença.

O terceiro capítulo localiza a tese em meio às discussões teóricas feitas sobre Brasília. Evidencio as conexões de minha produção teórica com debates locais sobre o movimento modernista, a formação de identidades e de valores de classe, a expansão urbana e a ocupação do espaço urbano. Entre os muitos autores relevantes para esta abordagem, destaco Holston (1993), Ribeiro (2008), Machado e Magalhães (1981), Patriota de Moura (2012), Paviani (2012), Borges (2003) e Nunes (2014). Como veremos, falar sobre a ocupação do espaço urbano de Brasília é, de alguns modos, ter que recor-

rer a discussões sobre seu planejamento e sobre “acertos” e “erros” apontados e em disputa em torno dos primeiros anos de formação da cidade.

Feito o acúmulo teórico nos capítulos anteriores, o quarto capítulo é mais propriamente etnográfico. Aqui, trago momentos, eventos e situações etnográficas vividas em campo (em observações ou em entrevistas), evidenciando os processos de escolha de estabelecimentos escolares por famílias de camadas médias e altas de espaços de superquadra em Brasília, com os efeitos discerníveis em relação ao espaço urbano (público ou não) da cidade. Embora com foco etnográfico, pondero aí a relevância das contribuições teóricas de Pereira (2008, 2010), Alex da Guia (2006), Bartholo et al. (2020), Bourdieu (2008, 2013) e Carneiro (2005).

Apresento, por fim, no capítulo cinco, a experiência etnográfica em espaços de superquadra de Brasília, fruto de observações de sua vida cotidiana. Concentro-me em situações etnográficas de encontros, desencontros e conflitos no espaço, entre estudantes e moradores, entre moradores e transeuntes, entre todos esses simultaneamente, entre estudantes apenas. Das relações entre as pessoas e o espaço, foi possível revelar sentidos e caminhos dos processos de segregação urbana de Brasília, que tem como um de seus signos a superquadra, ou antes, o desejo mais ou menos comum de torná-la um espaço exclusivo, ainda que aberto. Baseio minha descrição entre dias da semana, fins de semana e períodos letivos ou de férias escolares, chamando a atenção tanto para as recorrências quanto para as singularidades da vida cotidiana nas superquadras. Para observar e descrever, segui as pistas metodológicas de Péttonet (2008), em sua proposta de uma observação flutuante, como aquela etnografia que é ancorada nos movimentos cotidianos dos cidadãos, em suas andanças pela cidade; um olhar que procura atentar para os deslocamentos e para os encontros, sem que, a princípio, seja definido um só ponto de observação a partir do qual todas as relações sociais poderiam ser descritas.

Tentei, nos limites deste texto, abranger o máximo possível dessa recorrência, razão pela qual descrevo detalhadamente alguns aspectos e algumas dimensões da vida co-

tidiana. É o olhar sobre ela, ademais, que permite atentar para o que foge do comum. É com ela, ao longo de todo o texto, que fiz uma descrição que chamo de espiralada ascendente, porquanto termos trabalhados em determinado momento são resgatados mais uma vez, a partir de informações de campo e de diálogos etnográficos e teóricos.

No sexto e último capítulo, sintetizo as articulações teóricas desenvolvidas anteriormente, com foco nas pontes entre os processos de segregação socioespacial, o processo de expansão urbana via superquadra, algo marcadamente brasiliense, e os processos de autosegregação escolar. Argumento, aqui, que essas pontes são, em Brasília, atravessadas e codificadas pela gramática modernista – um conjunto mais ou menos homogêneo de referências, discursos e postulados baseados no modernismo urbanístico e arquitetônico e incorporado por determinados segmentos de camadas médias e altas da cidade.

Em todos os capítulos, a leitora e o leitor poderão ver que faço uso recorrente de fotografias, figuras e de mapas. Entendo que essas outras formas de ver a cidade, de fragmentos de totalização (Latour, 2009), permite acessar diferentes escalas e escalonamentos de Brasília, como feito por seus moradores e por todos aqueles que, com maior ou menor intensidade, estão no espaço público. Para aquelas menos familiarizadas com Brasília, esses registros permitem, ainda, posicionar-se com mais facilidade na organização espacial da cidade e com suas possibilidades de subjetivação.

Sem mais delongas, sigamos. Começemos do começo, quando estive em Brasília, pela primeira vez, e quando me mudei definitivamente para a cidade, a capital federal. Desde lá, embora não soubesse, começava meu processo de pesquisa. Como sabemos, não há um botão de liga e desliga para a curiosidade etnográfica e para a potência do estranhamento (Peirano, 2014). Foi assim que Brasília logo se apresentou para mim. Que cidade era essa?

CAPÍTULO I

Caminhos de pesquisa, caminhos sobre Brasília: considerações teóricas e metodológicas em antropologia urbana

Cheguei a Brasília em 2010, recém-ingressante no curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Tinha vindo à capital federal anteriormente em apenas uma oportunidade, para prestar o vestibular. Fiz as provas de ingresso no Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEM), localizado no Setor de Grandes Áreas Sul (SGAS) 912, ou simplesmente, como depois me fui inculcando, na 912 Sul. Vindo de carro com meu pai e alguns amigos do interior de São Paulo, imaginem que não foram poucas as vezes em que nos perdemos entre os eixos, a W3 e a L2 - hoje sei que as letras são referências a sentidos geográficos, mas, à época, mais nos confundiam que qualquer outra coisa. Ir do Setor Hoteleiro Sul (SHS), onde estávamos hospedados, até às escolas onde faríamos as avaliações era um desafio; não havia, como hoje, tantos dispositivos de georreferenciamento na palma da mão, e dadas nossas condições financeiras, não seríamos nós a tê-los - a viagem foi resultado da economia de cerca de dois anos de recursos.

À época, o traçado modernista não fazia sentido “lógico” para mim. As curvas, as siglas, as voltas e mais voltas nos eixos pouco ou quase nada significavam para nós. As placas, igualmente. O que indicavam e o que deveríamos fazer a partir de suas indicações? Quando paramos em um posto localizado em um dos eixinhos da Asa Sul, um dos frentistas nos disse, “segue por ali, ó, pega a agulhinha da 13, faz a tesourinha¹⁵ e sobe pra W3” - não entendemos nada do que recomendou. E nos diziam que Brasília era fácil de entender, tudo era muito óbvio!

15 Tesourinha e agulhinhas são denominações dadas às vias que “cortam”, respectivamente, o acesso aos eixinhos e ao eixo rodoviário, o eixão. No momento em que as ouvimos pela primeira vez, foram motivo de piada, seja pela confusão em que estávamos, seja pela dificuldade em entender o mínimo do que nos reportavam como dica.

Não sei o quanto essa impressão inicial que tive de Brasília, ou antes, de seu Plano Piloto, pode ser generalizável. Imagino que algumas pessoas também a sentiram quando estiveram pela primeira vez na cidade, ainda mais porque quase sempre informadas de que o traçado de Brasília é *todo* planejado e de que transitar por aqui é bem fácil; “em Brasília tudo é plano”, como diz o senso-comum, que nos diz muito da confusão que fazemos sobre o que é fruto de planejamento e, por isso, teoricamente linear, aplaiado, achatado. Entendimento que não deixa de ser compartilhado por planejadores urbanos de inspiração modernista: planejar para simplificar, planejar para organizar.

Vendo a experiência alguns anos à frente, a despeito do que achara preliminarmente de Brasília, de pensar a cidade como facilmente palatável, tragável, discernível, logo constatei que, bem, Brasília exigia certo envolvimento, fruição, para que pudesse “entendê-la”. Ao menos, para que pudesse chegar do apartamento onde morava à época, em 2011, no Comércio Local Norte (CLN) 412, até a UnB, trajeto que iria fazer diariamente a pé por alguns anos. Como sói acontecer com quaisquer outras cidades, Brasília era pouco inteligível à primeira vista. Se poderia me embaraçar em ruas, alamedas, praças e avenidas de São Paulo, Rio de Janeiro ou o poderia qualquer um/a que visitasse Borborema, minha cidade natal de 14 mil habitantes, não pude entender bulhufas onde estava e para onde deveria ir nos primeiros dias. Brasília era, no começo, completamente *estranha e desconhecida* aos meus olhos.

Com o tempo pude mapear com mais desenvoltura os meus trajetos e fui me fazendo mais versado sobre como me deslocar para lugares que nem sequer precisaria ir. Pouco a pouco o traçado “lógico” do Plano Piloto foi entrando em minha cabeça, a ponto de se tornar *familiar* (Velho, 1997) – *mais* familiar, pelo menos. Absorver a lógica cifrada ou como define Pais (2010), o *siglalês*, a ordem simbólica pela qual siglas e nomenclaturas podem ser critérios de (re)conhecimento e distinção, foi algo conquistado a duras penas. Ainda que esse código me fosse próximo e pudesse inclusive dar dicas a turistas que tivessem dúvidas e estivessem com caras de espantados porque não sabiam como chegar à Catedral Metropolitana, ao Congresso, à Torre de TV ou à quadra

das informáticas, das noivas, não necessariamente Brasília era, por isso, *conhecida* (cf. Velho, 1997). Vivia a cidade em andanças, caronas, afazeres, mas ignorava, porque nem mesmo as via, outras realidades que perfaziam o território distrital.

Também com o passar dos anos, pude perceber que Brasília e o Distrito Federal não são necessariamente a mesma coisa. Qual a Brasília que conhecemos quando não moramos nela? Não é leviano afirmar que muito do que vemos e sabemos sobre a cidade está associado à sua expressão urbana como capital do país: os monumentos, o Eixo monumental, a *civitas*. A representação arquitetônica do poder institucionalizado. Mas a cidade sempre carregou algo mais do que essa faceta.

É o que objetivei ressaltar, logo de cara, com o prólogo e com os parágrafos que introduzem esta tese. Lembro-me, certa vez, ao conversar com um amigo que também fazia a graduação em Ciência Política, da dificuldade inicial em me inteirar do trajeto que precisava fazer para chegar à UnB. Entre idas e vindas, ele me disse que isso podia ser também ao fato de que “no Plano você não vê muita gente e isso acaba confundindo, tudo parece igual”. Sem muito refletir sobre, apenas concordei. Clarice Lispector, em outro tempo, apontou algo parecido: “Não chorei nenhuma vez em Brasília. Não tinha lugar. – É uma praia sem mar. – Em Brasília, não há por onde entrar, nem há por onde sair [...] De qualquer modo, não haveria para onde fugir [...] Uma prisão ao ar livre” (Lispector, 1970).

Hoje, passado certo tempo e com alguns anos de pesquisa de campo e vida em Brasília, vividos sempre no Plano Piloto, poderia dizer que meu amigo não estava de todo certo. Mesmo no espaço circunscrito de algumas quadras da Asa Sul, o movimento é intenso e diverso quanto a quem o faz, a qual momento do dia isso ocorre, bem como são múltiplas – ainda que não infinitas – as possibilidades de encontro, de tensão e de conflito.

Debaixo de um bloco, sob as janelas dos prédios de apartamentos, estão crianças, jovens, porteiros, porteiras, cuidadoras, pessoas em situação de rua; estão os cães

passeantes, os bancos de repouso, os peixes ornamentais, as plantas de um jardim planejado. Observar e tentar entender Brasília sob outro prisma, em atenção a outros fluxos, a outras relevâncias, levou-me também a atentar para algo que nem eu nem meu amigo poderíamos supor. O movimento intenso e diverso não é algo que se poderia ter como um dado apreensível de imediato por todas e todos, uma informação *objetiva* que só resta ao analista e ao observador atento um pouco de tempo e de paciência para captá-la. Não. Dependendo de onde você vem, com quem você vai, para onde vai e quem as pessoas acham que você é, a cidade, definitivamente, não é uma só.

Essas dificuldades de identificação com o traçado urbano da cidade e de inteligibilidade em relação ao seu movimento cotidiano apareceram, em maior ou menor medida, durante o período de trabalho de campo do doutorado. Mas essa história de pesquisa começou antes. Entre 2014 e 2016, por ocasião do mestrado, entrevistei moradoras e moradores (Januzzi, 2016a) do então recém-instalado Setor Noroeste, um bairro de superquadras localizado na franja oeste do Plano Piloto, previsto para receber aproximadamente 40 mil pessoas¹⁶. Sua concepção inicial partira de Lucio Costa, o arquiteto vencedor do Concurso Nacional que elegeu o desenho técnico da nova capital. Inicialmente, no entanto, conforme o arquiteto, o bairro deveria abrigar quadras econômicas, para além de blocos residenciais assentados sobre pilotis (Costa, 1987). Não obstante, o valor de seu metro quadrado chegou a ser um dos mais altos do país¹⁷, superando valores de apartamentos da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e dos Jardins, em São Paulo. Esse valor, claro, requeria uma boa capacidade de investimento financeiro. Era disponível, portanto, para poucos.

16 Número que começou a ser veiculado ainda em 2009, quando das primeiras obras do bairro (<https://oglobo.globo.com/economia/imoveis/primeiro-bairro-verde-de-brasilia-comeca-sair-do-papel-gera-polemicas-3124965>). Essa ainda é, a princípio, a população estimada para o Noroeste, conforma aponta o próprio GDF (<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/05/12/comecam-as-obras-da-ciclovia-no-noroeste/>). Acesso em: 30 mar. 2021

17 Em 2017, por exemplo, esse valor ultrapassou os 9 mil reais por metro quadrado (R\$ 9.677, 00), pouco acima dos praticados, em média, no Sudoeste (R\$ 9.545, 00). Ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,brasilia-tem-o-metro-quadrado-mais-carro-do-brasil,70001685679>. Acesso em 30 mar. 2021.

Ocorre que o Setor Noroeste não havia começado a ser construído sobre um espaço *vazio*. À época de suas primeiras obras, já estavam lá diferentes povos indígenas, habitantes da Terra Indígena Santuário dos Pajés. Ainda antes de sua construção, era comum a instalação de moradias temporárias de catadores de material reciclável. Ademais da ocupação humana, o espaço era considerado uma região relevante do ponto de vista ambiental, conforme apontaram Giovenardi (2010) e Penhavel (2013). A resistência indígena à ocupação imobiliária foi pesquisada, entre outros, por Brayner (2013), Santarém (2013) e Crevels (2014), quem discorreram sobre os conflitos fundiários do Distrito Federal e a participação inequívoca de empreendedores imobiliários em iniciativas de expulsão de grupos e pessoas considerados indesejáveis para os novos propósitos políticos daquele espaço. Matias (2018), em estudo mais recente, conviveu com catadores que habitam alguns espaços próximos ao Setor Noroeste, circulando intensamente pelas ruas do bairro. Como relata ao longo de sua pesquisa, foram muitas as tentativas de expulsá-los dali, tanto por meio de acordos quanto por ações incisivas com uso de força policial.

Ao longo do mestrado, no entanto, procurei os moradores do Setor Noroeste para entender os motivos que os levavam a se mudar para o bairro. Se, para mim, a escolha de um apartamento ali parecia impensável, não parecia que esse fosse um pensamento comum: havia muita gente disposta a se mudar para lá, como ainda há hoje¹⁸. À época, dadas as limitações de tempo de um mestrado, entrevistei 15 famílias, algumas delas selecionadas para o texto final da dissertação. Havia, entre esses grupos domésticos, aqueles que haviam chegado muito recentemente e outros que tinham chegado quando o suporte de energia elétrica era instável e insuficiente.

18 Conforme apontaram a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), entidades de representação patronal do setor imobiliário no DF: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/vendas-no-noroeste-e-samambaia-fazem-mercado-de-imoveis-no-df-crescer-46>. Acesso em 31 mar. 2021.

Dessas conversas e de minhas observações etnográficas, ressaltei que a ocupação espacial do Setor Noroeste, se era possível pela aquisição mercadológica de um bem, estando relacionada a uma ocupação profissional e a uma renda mensal alta, era também um processo de caráter simbólico. As pessoas expulsas daquele espaço com a chegada do bairro não apenas não podiam pagar por um imóvel, como, no geral, tinham estilos de vida, hábitos e interesses incompatíveis com o novo espaço – com o que ele vinha se tornando.

Os moradores de apartamentos alegaram *lutar pelo céu* (Januzzi, 2016a), postulando que morar no bairro representava uma conquista simbólica, determinada pelo planejamento e pelo trabalho duro ao longo de uma vida; com isso, decerto seriam poucos os que poderiam arcar com os custos locais de moradia. Esta *luta*, como mostrei, era por um apartamento mais ao alto e com maior acesso ao horizonte de Brasília, o que evidenciaria, por metáfora, o *quão alto* uma família conseguiria chegar.

Finalizado o mestrado, fui convidado por minha orientadora a integrar a equipe do projeto de pesquisa *Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas na capital do Brasil*¹⁹. O propósito dessa pesquisa foi tentar compreender mais sobre trajetórias de vida e trajetos na cidade de pessoas que compunham o que chamamos de *comunidade escolar* – estudantes, docentes, coordenadores, pais, mães, responsáveis, familiares, unidos pela experiência urbana de compartilhamento de uma mesma instituição pública de ensino. A premissa que articulava os múltiplos pesquisadores integrantes era de que as pessoas produzem a cidade e, concomitantemente, a cidade as produz – os trajetos urbanos compõem as trajetórias pessoais e coletivas de indivíduos, famílias, classes, raças, etc., em processo complexo e multifacetado.

Os trajetos *pela* cidade informam, por conseguinte, as *trajetórias* de uma vida – e vice-versa (Patriota de Moura; Vasconcelos, 2012). Como faço para ir ao supermercado,

19 O projeto de pesquisa foi contemplado com recursos financeiros da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), por meio do Edital 03/2016 – Demanda Espontânea. As atividades de pesquisa foram desenvolvidas entre 2016 e 2020.

o que uso, a que recorro, os percursos de ida e de volta para o trabalho, os meios de transporte dos quais me valho, as pessoas com quem me encontro – e as que evito: estamos aqui às voltas com os trajetos. Às trajetórias as autoras se referem aos movimentos de longo prazo construídos individualmente: faço um curso superior, um curso de inglês, faço aulas de violão; compro uma casa, escolho morar em tal ou qual lugar. Em poucas palavras, trajetos como os percursos que se fazem no cotidiano, no deslocamento pela e na cidade; trajetórias como os percursos vistos em um período mais alongado no decorrer da vida, constitutivos da “biografia”, aqui entre aspas para enfatizar que uma biografia não é de todo individual. É construída pelos relacionamentos tecidos longo de uma vida, na participação em grupos, instituições, na profissão, ao longo da infância e por toda a vida adulta, nos encontros com vizinhos, desconhecidos, turistas, estrangeiros, pedestres, carros, nas relações construídas no espaço, e a partir dele, no ir e vir cotidiano à aula, ao trabalho, ao bar da esquina.

Necessário dizer, em relação a esse ponto, que não se trata apenas de movimentos espaciais, senão também das dimensões simbólicas que os conformam e que são produzidas com eles. Se preciso evitar tal trajeto por conta da possibilidade de ser assaltado, em virtude da cor de minha pele, ou do gênero que me é atribuído, se é necessário que eu use uma roupa determinada para ser reconhecido como um usuário autorizado de um espaço (um porteiro, por exemplo, dentro de uma guarita de segurança) – todas atribuições simbólicas com respeito à entrada, à saída, à travessia e à permanência em relação ao espaço. Por óbvio, muitos são os exemplos de valores associados à materialidade do espaço em si.



FOTO 6 O CEF 02, visto de dentro, com bloco residencial ao fundo. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2018*

No escopo dessa pesquisa, os caminhos de investigação foram feitos por duas equipes, cada qual em uma escola do Distrito Federal: uma em Ceilândia, o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 19, outra na Asa Sul, no Plano Piloto, o Centro de Ensino Fundamental 02, a mesma do prólogo. Embora a etnografia constante da tese não seja do CEF 02 (Foto 6) *em si*, é da minha vivência pessoal na escola, em conjunto com as pesquisadoras que estiveram ao meu lado entre 2017 e 2018, e a partir das questões suscitadas pelas pessoas com quem convivi em um ano e meio de atividades pedagógicas, que trilhei os caminhos iniciais de pesquisa que resultam nesta tese.

O CEF 02 (Fotos 7 e 8) está localizado na Superquadra Sul 107, uma das superquadras da Unidade de Vizinhança n. 1. Com duas professoras, desenvolvemos, ao longo de dois semestres letivos, uma oficina sobre cidade e patrimônio. A primeira delas já estava prevista inicialmente no calendário pedagógico da escola. Apenas nos inserimos no roteiro planejado, minha orientadora e eu, uma estudante de graduação e outra no início do mestrado. Como a escola é de educação integral, a oficina foi oferecida no contraturno disciplinar, durante a tarde, encaixada nas chamadas partes diversificadas (PD)²⁰, de livre escolha pelos estudantes. Numa mesma turma, estavam presentes estudantes de diferentes idades, cursando o 6º e 7º ano dos anos finais do ensino fundamental.

O objetivo da oficina, intitulada *Maquete Brasília* e oferecida durante o primeiro semestre de 2018, era possibilitar às estudantes o contato com Brasília enquanto patrimônio cultural reconhecido nacional e internacionalmente, principalmente por meio da cons-

20 Essas oficinas eram oferecidas também de modo livre pelo corpo docente da rede pública de ensino. Nelas, as professoras e os professores poderiam trabalhar temas não comumente abordados em sala de aula, ou não previstos no currículo da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Segundo nos disseram as responsáveis por nossa oficina, entretanto, era muito comum que os docentes usassem as PDs como um momento de reforço de conteúdo em relação a suas próprias disciplinas, seja pela insuficiência de tempo disponível para abordar dado assunto, seja por dificuldades apresentadas por uma parcela de estudantes em pontos específicos das disciplinas sob responsabilidade dos docentes. Não pretendi durante a pesquisa, bem como minhas colegas de trabalho, confirmar ou refutar esta informação, tanto com referência à escola quanto ao contexto maior da rede pública de ensino. Cabe apontar que essa opinião era compartilhada pela direção do CEF 02, que me afirmou, certa vez, que a PD oferecida pelas docentes com quem trabalhamos “fugia da regra”.



FOTO 7 CEF 02, visto de frente, com grades à mostra. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2018*



FOTO 8 CEF 02, visto de fora, de trás, com estudantes no pátio. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2018*

trução de uma maquete-modelo. A maquete que propunham as professoras responsáveis representaria a “quadra-modelo”, a 308 sul, de modo que ela fosse fiel àquele espaço e “agradável” do ponto de vista estético. (Foto 9). Para isso, foram programadas visitas a monumentos da cidade, aos espaços das superquadras vizinhas e atividades em sala de aula, nas quais os estudantes se dedicariam, também, à produção de textos, músicas, desenhos.

O início das atividades foi dedicado à explicação, por parte das professoras, das noções de escala, proporção e representação. A turma foi dividida em pequenos grupos, cada qual responsável pela construção das partes que, ao final, depois de juntadas, formariam o “todo” idealizado. A equipe de pesquisa acompanhou todo o processo, desde as visitas à quadra, passando pela produção autoral dos es-

tudantes, chegando à confecção da maquete, com a qual pouco pudemos contribuir, pela inaptidão artística de nossa parte; em meu caso, pela dificuldade ainda maior de transpor as escalas propostas à escala da maquete – os materiais, de isopor, papelão, papel, no geral, delicados, constituíam, para mim, um desafio para minhas parcas habilidades manuais.

A maquete, lamentavelmente, nunca ficou pronta. Em algum momento, antes do final das atividades, as professoras comunicaram que o que havia sido feito até aquele

momento havia se perdido. O material, guardado num depósito da escola, aparentemente, fora jogado fora, sem mais nem menos. Os estudantes pareceram não se importar muito com o fato; ficavam bem mais entusiasmados quando saíam da escola e se mostravam desanimados, preguiçosos, calados, quando das atividades dentro da sala.

No segundo semestre, já tendo auxiliado a condução de atividades nos meses anteriores, propusemos às docentes responsáveis que construíssemos a oficina em conjunto. A temática patrimonial continuou presente, por ser um objetivo claro das professoras naquela PD. Sugerimos, contudo, que ouvíssemos mais os estudantes sobre suas experiências urbanas na cidade, procurando entender de onde vinham, com quem moravam e quais as relações desenvolvidas nestes trajetos entre casa e escola.

Queríamos, nesse momento, compreender a cidade em uma escala metropolitana, na esteira dos apontamentos de Paviani (1996, 2010), deslocando a centralidade simbólica assumida por Brasília no discurso patrimonial (Sinoti, 2005; Patriota de Moura; Peixoto; Derntl, 2021). Continuamos com um conjunto similar de atividades, com visitas a locais “relevantes” da cidade e a superquadras vizinhas. Continuamos, também, com momentos *em sala de aula*, desta vez mais direcionados a entender como eram as cidades desses estudantes, segundo as viam e as produziam. Não mais Brasília, seu Plano Piloto, exclusivamente, mas levando em consideração as particularidades das regiões administrativas do Distrito Federal onde viviam e as relações produzidas entre elas – o local de sua escola, claro, como uma âncora de observação, seja pela proximidade ou pelo distanciamento a como poderiam se referir à 107 sul, à Unidade de Vizinhança.



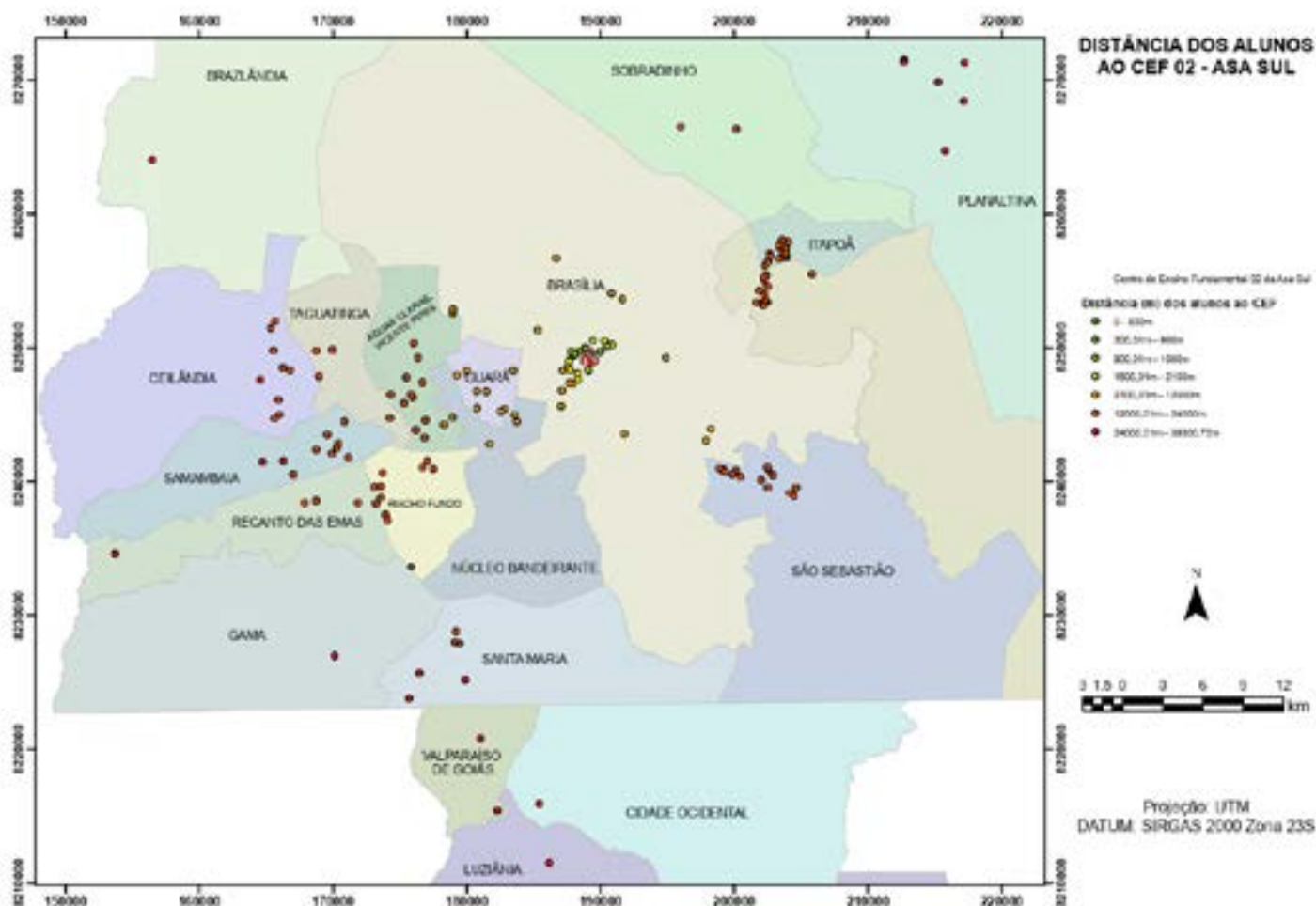
FOTO 9 Indicação de medidas do bloco a ser construído pelos estudantes, segundo medidas de proporção, indicadas pelas professoras no quadro branco, durante a oficina. *Autoria: Cristina Patriota de Moura, 2018*

Ainda no primeiro semestre, durante a fase inicial da pesquisa, pedimos autorização à direção da escola para termos acesso aos Códigos de Endereçamento Postal (CEPs) dos estudantes do CEF 02, com os quais gostaríamos de produzir um retrato visual e estatístico dos locais de moradia de cada um/a deles. Foram armazenados, desde o início, apenas os endereços dos(as) estudantes, sem que fossem registrados seus nomes ou quaisquer outras informações de caráter mais pessoal.

Em sua maioria, como pudemos observar (Mapa 2), os estudantes vinham de outras “cidades” do Distrito Federal; alguns percorriam trajetos de duas ou mais horas, pegando ônibus e metrô, para chegar ao colégio, tendo que fazer o mesmo percurso na volta. Como passavam o dia todo na escola, em virtude de estarem em regime integral de ensino, faziam ali todas suas refeições, indo embora somente às 17 horas. As aulas começavam pouco depois das 7h, indo até às 12h, com um intervalo entre as 9h30 e as 9h45. O turno da tarde, após o “almoço”, ia das 13h até o fim do dia, com uma pausa de 30 minutos para o lanche, a partir das 15h. Numa das oficinas dada no contraturno vespertino, havia apenas *um* estudante morador do Plano Piloto, por coincidência da 308 sul, dentro da Unidade de Vizinhança n. 1.

O mesmo se repetia em outras turmas e por toda a escola. Em outras oportunidades, pude problematizar, em conjunto com outros autores (Holanda, 2021; Patriota de Moura, Januzzi, 2021), alguns dos longos trajetos percorridos, na visão de familiares e dos próprios estudantes. Essa experiência do trajeto era, confesso, inesperada de nossa parte. Por conta das longas distâncias, da situação conhecida do transporte público em Brasília, de resto bem similar à de outras grandes cidades brasileiras, por conta do horário de entrada na escola, que exigia desses estudantes terem que acordar bem cedo para estarem presentes na hora do início das aulas, o que esperávamos? Relatos de cansaço, de fadiga, de necessidade de descanso. Contra todos esses motivos e contra nossa perspectiva restrita, contra o que para nós seria a priori mais marcado, esses trajetos *para a* e *de volta da* escola eram um dos momentos diários em que crianças e adolescentes mais se divertiam, seja em razão do contato mais próximo e duradouro

com seus amigos e amigas, seja pela ausência de instâncias de controle, como professores, pais, mães e adultos (Holanda, 2021; Patriota de Moura; Januzzi, 2021).



MAPA 2 Endereços de estudantes do CEF 02 – Asa Sul.

Autoria de Elane Peixoto e Heloísa Dourado, com dados coletados por Vinicius Januzzi, 2018

Esses motivos se contrapunham, como pudemos perceber, a alguns significados atribuídos pelos estudantes à escola. As aulas não eram consideradas as mais convidativas, a convivência entre uns e outros era instável, às vezes amistosa, por outras conflituosa, o conteúdo lecionado era tido como desnecessário. Esta visão, claro, não é incomum, nem desconfiávamos que fosse. De modos similares, ela também foi expressa quando

de nossas visitas aos *patrimônios locais*²¹. No mais das vezes, por mais que as docentes e nós procurássemos *mostrar* a relevância da arquitetura e do urbanismo da superquadra, não era isso que os estudantes queriam na cidade. Entre nossas falas, pulavam bancos de concreto, subiam em árvores, corriam para lá e para cá. Quando questionados sobre o que imaginavam dos apartamentos logo acima de suas cabeças, ponderavam que era um “lugar de ricos”, em contraponto ao lugar onde moravam, de “pobres”, uma divisão que era recorrentemente acionada com o Plano Piloto como objeto de comparação.

Em paralelo às atividades desenvolvidas com os estudantes, fizemos algumas entrevistas com responsáveis pelos estudantes. Não foram muitas, menos de 10, logo não constituem uma amostra estatisticamente relevante sobre o CEF 02 ou sobre as escolas públicas no Distrito Federal. Nessas entrevistas, perguntamos a esses adultos os motivos pelos quais tinham escolhido esta escola para aqueles pelos quais se responsabilizavam, os trajetos realizados dia após dia para levar à ou trazer da escola, bem como o que esperavam de uma instituição escolar. As respostas foram múltiplas, tanto como foram as maneiras pelas quais as famílias se viravam para conseguir dar conta de fazer com que o filho ou o tutelado pudessem estar no CEF 02: uns levavam de carro, em conjunto com o cônjuge, em vista de o emprego onde trabalhavam ser próximo à escola, outros os levavam até o ponto de ônibus, onde retornavam à noite para fazer o percurso de volta para casa.

Haviam escolhido esta escola por indicações de amigos, em virtude da qualidade de ensino oferecida, pela proximidade com relação ao local de trabalho, pela segurança. Alguns alegaram não se importar tanto com a qualidade de ensino desde que a instituição pudesse deixar seu filho mais seguro, protegido dos “perigos” da cidade. As famílias também citaram o fato de a escola escolhida ser integral, o que permitia que

21 Sobre isso, vale desde já um aparte. Brasília, ou antes, seu Conjunto Urbanístico, é considerada patrimônio cultural nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desde o fim dos anos 80 (Decreto 10.829/87 e Portaria Iphan 314/1992). A Unidade de Vizinhança, embora seja parte deste Conjunto, é tombada somente pelo Governo do Distrito Federal (Decreto 30.303/2009). Para uma discussão etnográfica dos efeitos múltiplos do tombamento na Unidade de Vizinhança n. 1, ver Vasconcelos (2013).

pais e mães tivessem que ir à escola apenas em dois momentos, pela manhã e ao final da tarde, e se preocuparem menos com o cuidado de seus filhos durante o dia, quando, afinal de contas, precisavam trabalhar. Dela esperavam, para além da segurança, que oferecessem um ensino que os possibilitasse “crescer na vida”, o que incluía a formação em curso superior ou a obtenção de empregos mais qualificados que de seus ascendentes. Não foram poucos, ademais, que mencionaram que escolheriam uma escola particular, caso tivessem condições financeiras compatíveis e/ou tivessem instituições do tipo próximas de suas casas.

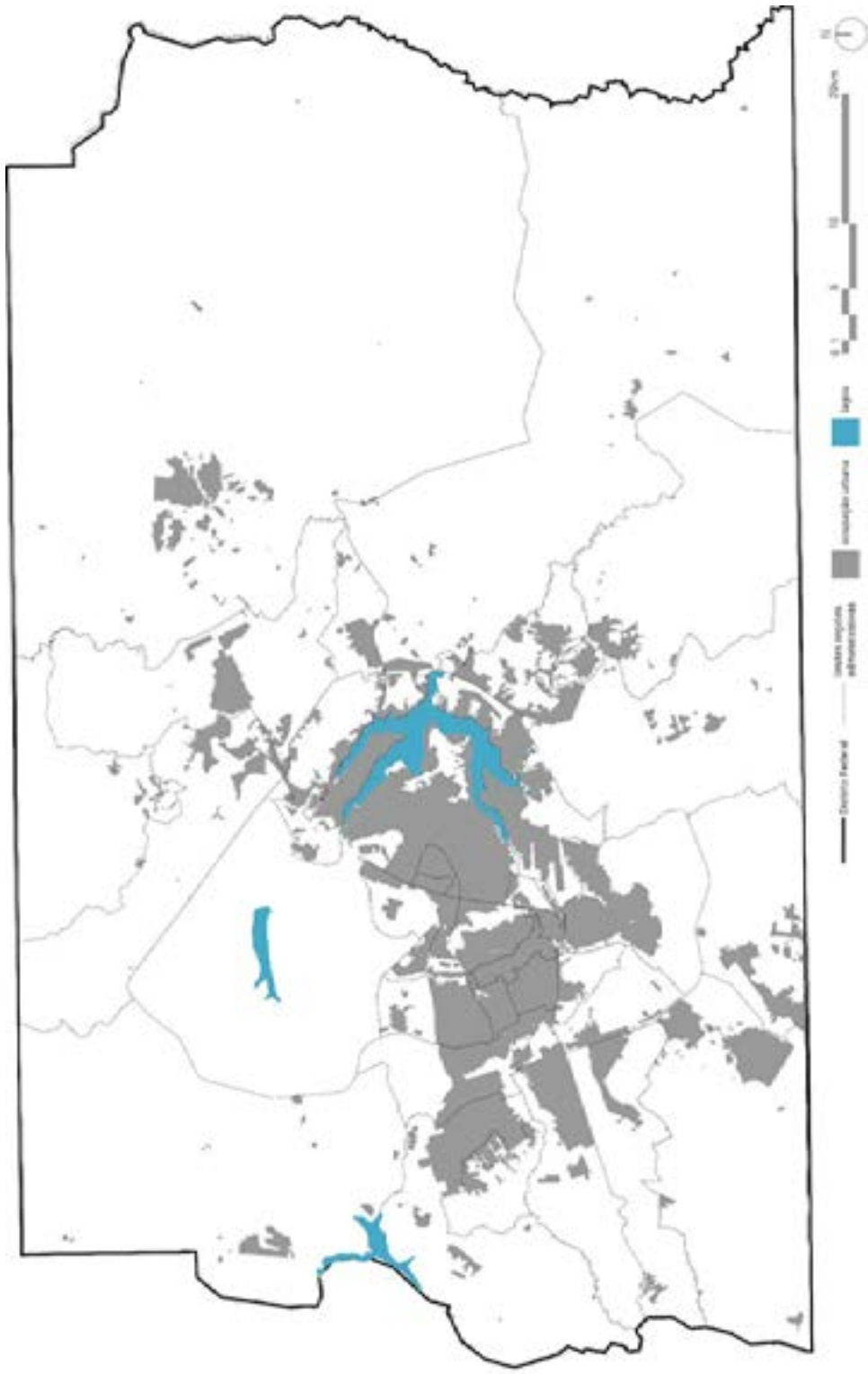
A constatação de que esse material das entrevistas, se do ponto de vista estatístico era insuficiente, não nos levou a considerar irrelevantes os significados atribuídos à educação e, claro, à cidade. A cidade foi notada como um espaço perigoso, no qual é necessário que se esteja atento e de sobreaviso; a escola não escaparia a isso. Mesmo que considerassem, em maior ou menor medida, o Plano Piloto um espaço mais seguro que onde moravam, disso não deveria derivar maior liberdade de movimento aos estudantes. “Nunca se sabe quando você pode ser um alvo”, apontou um pai morador do Paranoá. Àquele momento, o que podia ver era, de um lado, que a escola era numerosamente ocupada por estudantes moradores de outras cidades do Distrito Federal e, de outro, que sua relação com o espaço urbano da Asa Sul era ambígua: se prevalecia a admiração por algo “rico”, apareciam as menções sobre o “vazio”, sobre a “falta de gente” e a não identificação daquele espaço como *seu* e como muito distinto de onde vinham todos os dias. Sobre esses pontos, reside um aparte relevante a se considerar no momento.

Em termos estritamente administrativos, conforme a Constituição Federal de 1988, Brasília é indivisível. Brasília é a capital do país e o Distrito Federal o território que a abriga. Antes da promulgação desse texto, sua formatação jurídica não era muito distinta. Governava a cidade um prefeito, indicado pelo Presidente da República. As antigas cidades-satélites, mencionadas no projeto de Lucio Costa (1957) para a cidade, permanecem sob o englobamento do DF, agora com a nomenclatura de *regiões adminis-*

trativas, conferindo-lhes a margem legal dentro da qual poderiam existir juridicamente. Estas regiões, hoje, possuem suas administrações locais, sob a responsabilidade de um gestor ou uma gestora, indicados pelo governo do Distrito Federal – não há, nem nunca houve, eleição, no sentido de um sistema institucionalizado, via Estado. Borges (2002) discorre sobre como essa indicação não é, de toda forma, um atributo que foge de dinâmicas políticas locais, de resto algo comum às cidades brasileiras (Palmeira; Goldman, 1995).

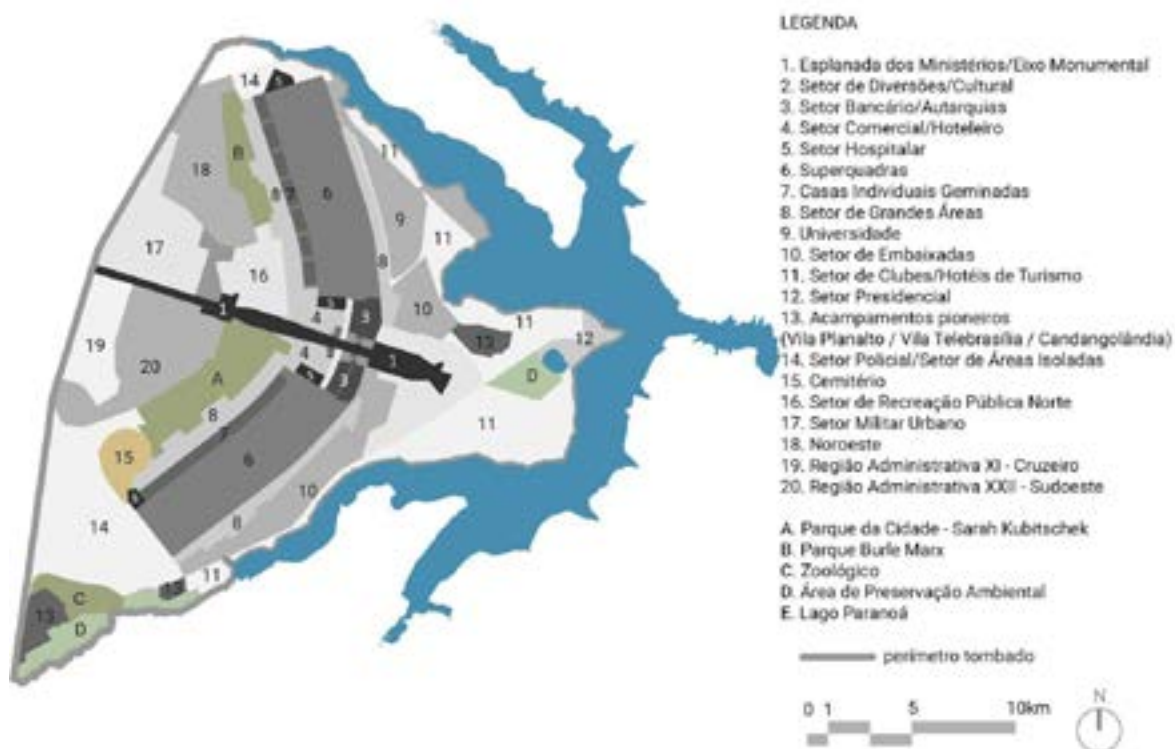
A distinção entre Brasília, Distrito Federal e suas regiões administrativas (ou cidades) é atravessada, portanto, por uma decisão com sentido político (Mapa 3). É comum, nesse complexo arranjo administrativo, que Brasília apareça tanto quanto todo o Distrito Federal como uma de suas regiões administrativas (RAs), a RA1, Plano Piloto (Mapa 4), que abrange as Asas Sul e Norte, o Eixo Monumental, as Vilas Telebrasília e Planalto e o Setor Noroeste.

Como percebemos ao longo das atividades desenvolvidas no CEF 02, as RAs de origem dos estudantes, no entanto, aparecem sob a forma de *cidade* (Castor, 2020; Patriota de Moura; Januzzi, 2021). Ceilândia, Planaltina, Varjão, São Sebastião e as demais, se são reconhecidas oficialmente como parte de um conjunto administrativo homogêneo, não o são no cotidiano. Reconhece-se, no mais das vezes, Brasília enquanto *uma* das cidades do Distrito Federal (Mapa 5), entre todas as outras. Essa polissemia do território local pode também ser fruto de negociação e contextuais: se estou no DF, posso me afirmar como morador de uma de suas cidades, se viajo para algum canto do país, posso agregar essa mesma cidade neste conjunto englobante, e daí por diante.



MAPA 3 As regiões administrativas do DF.

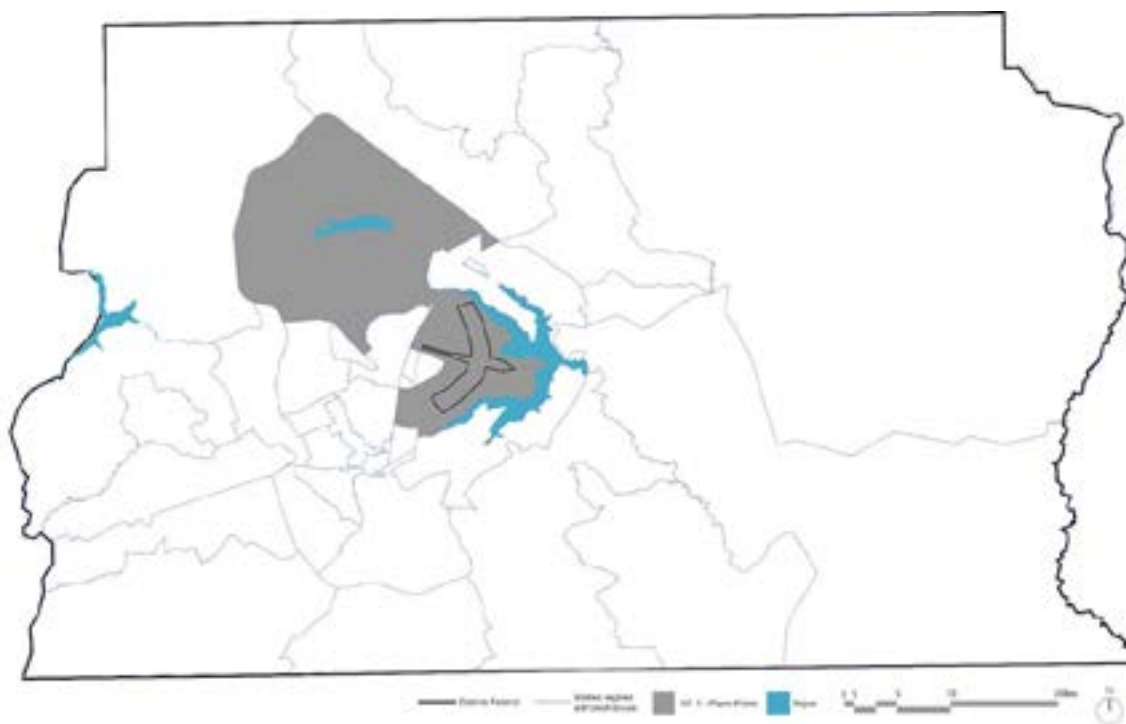
Autoria: Laura Camargo, 2021.



MAPA 4 A RA 1, dividida por setores. *Auto-
ria: Laura Camargo, 2021*

O Setor Noroeste, como argumentei em minha dissertação (Januzzi, 2016a), se integra oficialmente este agregador administrativo, é considerado por seus moradores como uma continuidade simbólica e urbana do projeto modernista da cidade. Seu vínculo com Brasília é tido, nesse sentido, como mais forte do que o apresentariam os moradores de outros espaços do Distrito Federal. Mais adiante, percebi igualmente que, para moradores do Setor Sudoeste, ocorre o mesmo. Parte de uma RA particular (a de número XXII), os moradores se identificam como pertencentes a Brasília, ou, em outras palavras, como uma continuidade direta de seu Plano Piloto, este, como sabemos, o espaço urbano decorrente do projeto urbanístico primeiro da cidade²². Nessa perspectiva dos moradores e das moradoras, o Sudoeste e o Noroeste seriam Plano Piloto (e Brasília), mas não a Vila Planalto, por exemplo, por sua configuração urbanística própria.

²² Perpétuo (2015) aponta que a definição do espaço do Plano Piloto não é um exercício simples. Isto porque, como veremos nos próximos capítulos, em especial quando estivermos falando de Brasília enquanto projeto, a cidade inaugurada não foi exatamente a mesma desenhada pelo arquiteto Lucio Costa, quem já propôs modificações desde o início das obras de construção da capital.



MAPA 5 O território do Distrito Federal, com o projeto vencedor de Lucio Costa destacado, e as atuais manchas urbanas. *Autoria: Laura Camargo, 2021*

Ao usar Brasília, adoto esta definição de meus anfitriões, com o propósito de evidenciar as particularidades da segregação socioespacial no Distrito Federal, discussão que ficará mais nítida ao longo de minha argumentação. Por ora, voltemos aos estudantes do CEF 02.

Entre a vivência urbana de seus pais e mães e as suas, notamos discontinuidades – as maneiras como significavam a segurança, os trajetos, os espaços das superquadras (Patriota de Moura; Januzzi, 2021). Essas discontinuidades me levaram de volta às reflexões etnográficas que havia feito quando de meu trabalho sobre o Noroeste. Não havia atinado para esse aspecto, mas a partir desse novo contato com o espaço da cidade, já na Asa Sul, atentei para o fato de que os moradores do Setor Noroeste não estudavam em escolas públicas. Estas escolas sequer haviam sido cogitadas como opção pelas famílias que entrevistei durante o mestrado. Essas considerações estavam lá

em minhas anotações, mas nunca havia parado para destrinchá-las; pior, nem mesmo sabia que poderiam ensejar uma questão. Os trajetos que me narraram sobre suas rotinas mencionavam levar filhos para a escola e trazê-los de volta. Escolas particulares, no mais localizadas nas franjas do bairro²³, na via W5 norte (Mapa 6).



MAPA 6 Noroeste e escolas da W5

Norte. Autoria: Laura Camargo, 2021

Ainda no momento de estudo para *O céu e a terra* (Januzzi, 2016a), havia me deparado com toda uma literatura sobre o projeto arquitetônico-urbanístico de Brasília (Epstein, 1973; Holston, 1993; Patriota de Moura, 2012, entre outros). Uma das costuras deste

23 O debate sobre o uso do termo bairro, em Brasília, será feito especificamente a partir do quarto capítulo.

projeto, sejamos críticos ou não a ele, era de que as escolas públicas seriam um dos equipamentos urbanos das superquadras, ainda mais de suas unidades de vizinhança (Costa, 1987, 2018). O CEF 02 é um dos exemplos concretos desse alinhavo, bem como o são as escolas que foram construídas no Plano Piloto (Mapas 7, 8 e 9).

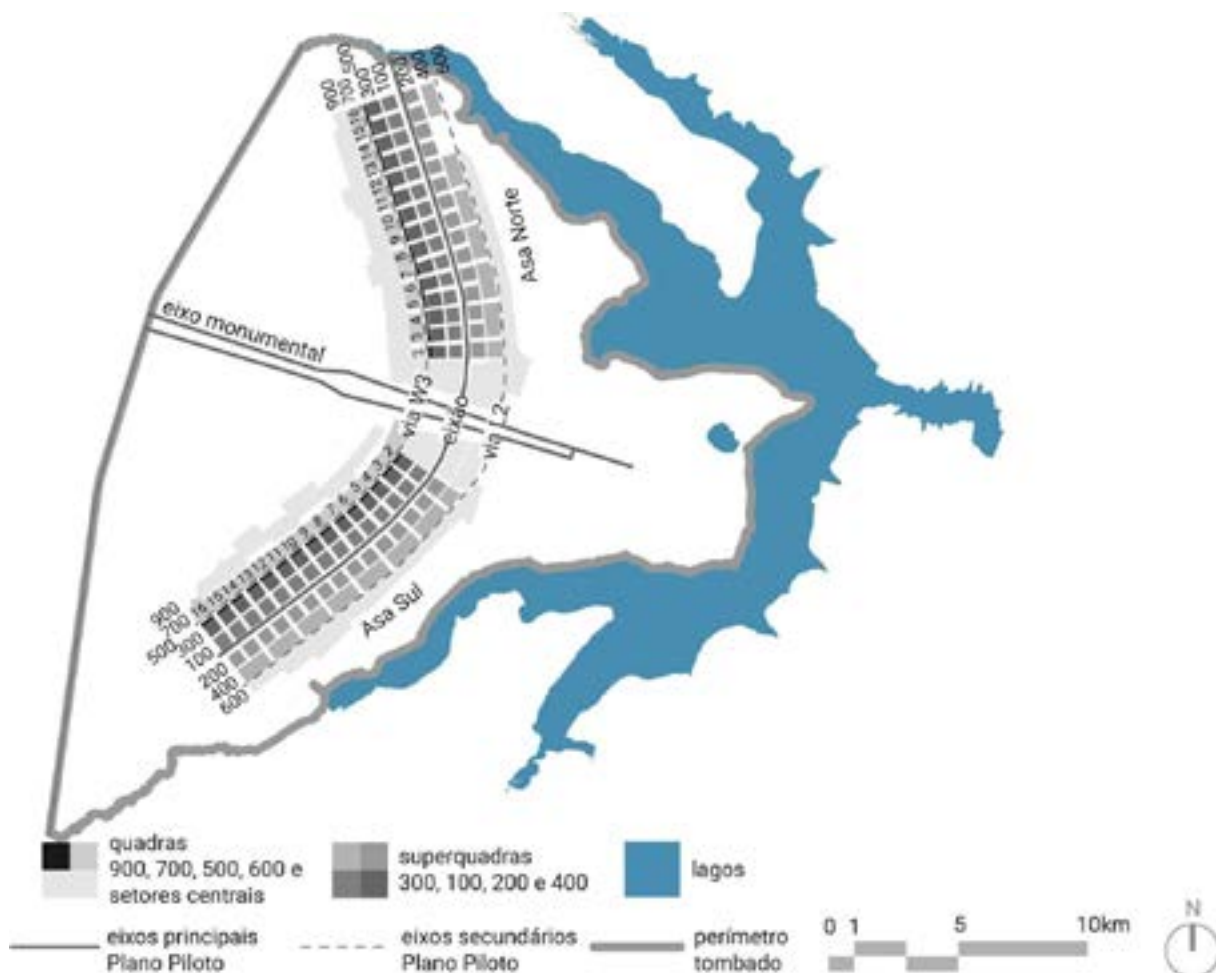


MAPA 7 Escolas públicas das Asas Sul e Norte.

Autoria: Laura Camargo, 2021

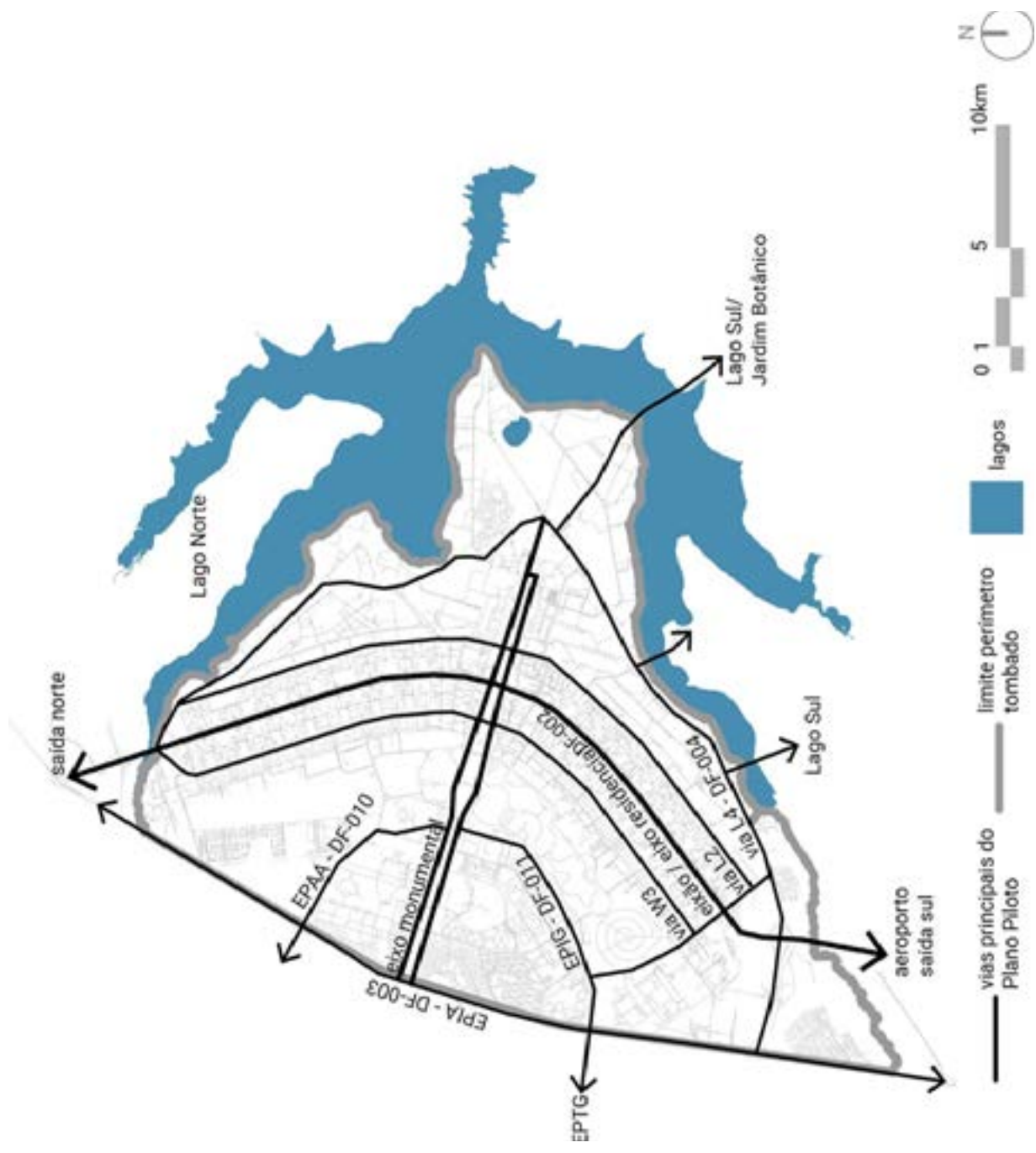
A presença de uma escola pública no espaço urbano de Brasília, no entanto, ocorre de forma distinta em relação ao *planejado* originalmente para a cidade. Seus estudantes vêm de outras cidades, quando se pressupunha (Teixeira, 1961) que fossem moradores das superquadras, na conformação prevista para a sociabilidade urbana local. Em algum momento, essa mudança teria, logo, ocorrido, fossem quais fossem as razões e

as articulações que a possibilitaram. No cotidiano da Asa Sul, que é o que via naquele período, destacavam-se, não obstante, que alguns moradores e alguns estudantes não se bicavam. Via conflitos, tensões, silêncios, não tão óbvios quando de relações tecidas apenas entre moradores.



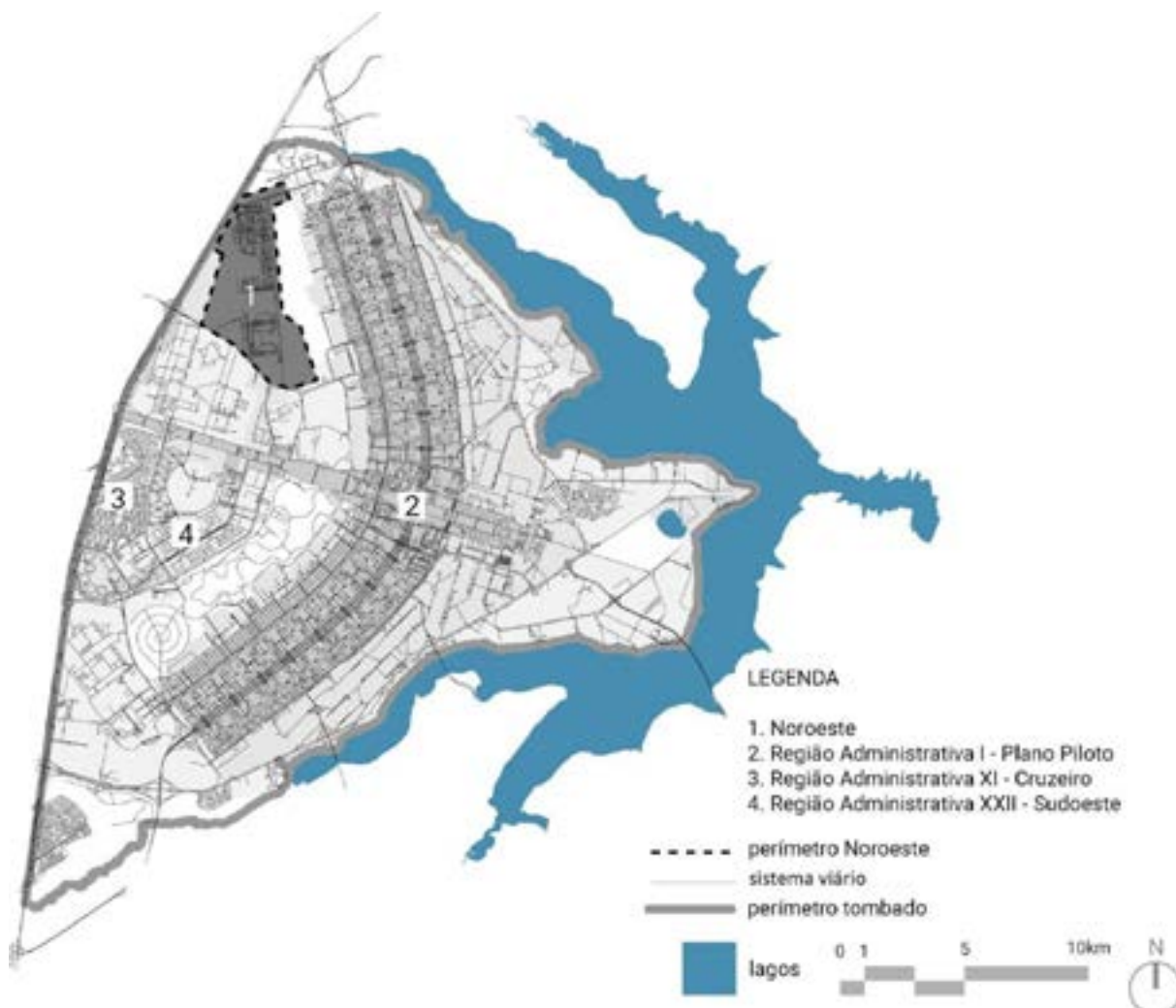
MAPA 8 Sistema de numeração das Asas.

Autoria: Laura Camargo, 2021

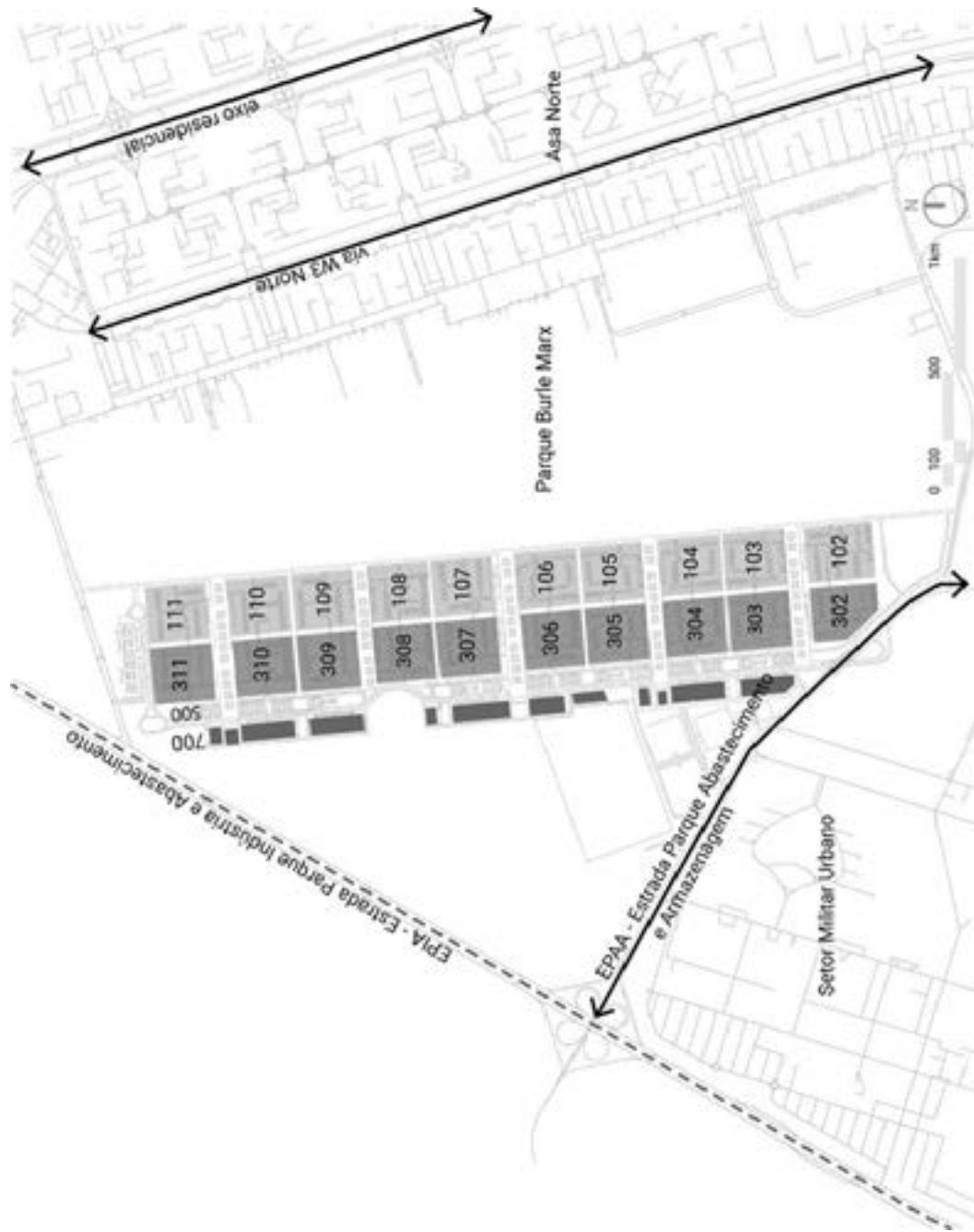


MAPA 9 Sistema viário do Plano Piloto. Autoria: Laura Camargo, 2021

Mas... sempre há um mas, essas ocasiões de embates existiriam em outros espaços de Brasília? Àquele momento, percebíamos que a relação do CEF 19, em Ceilândia, era mais orgânica com a comunidade escolar e com seu entorno espacial (Peixoto; Waldvogel, 2021). As estudantes desta escola pública, não por menos, eram em maioria moradoras da cidade, quando muito de regiões pouco distantes. E no Setor Noroeste (Mapas 10 e 11), o que poderia ver? Afinal, nem escolas públicas lá havia, como ainda hoje não há. Essa ausência poderia significar algo? Foi essa dúvida, essa pulguinha atrás da orelha, em primeira instância, que me conduziu ao longo dos últimos anos em trabalho de campo.



MAPA 10 Noroeste.
Autoria: Laura Camargo, 2021.



MAPA 11 Sistema de numeração do No-
roeste. Autoria: Laura Camargo, 2021

Sei, estamos acostumados a ouvir aos quatro cantos que a escola pública é ruim, é insegura, faltam recursos aos docentes e a quem é responsável por sua gestão. Seja em São Paulo ou no Piauí, essas instituições estariam há muitos anos sob o descaso dos governantes. Isso é, podemos dizer com alguma certeza, uma opinião mais ou menos corrente – até mesmo um senso-comum. Seria ouvida entre moradores da Asa Sul, com quem até então, em 2017, não havia conversado? Seria possível que se estendesse entre moradoras do Noroeste, onde continuava indo a campo desde 2014? Não sabia à época e era isso que queria compreender. Como a escola (pública ou não) era vista por indivíduos e famílias, por segmentos das camadas médias e altas desses bairros?

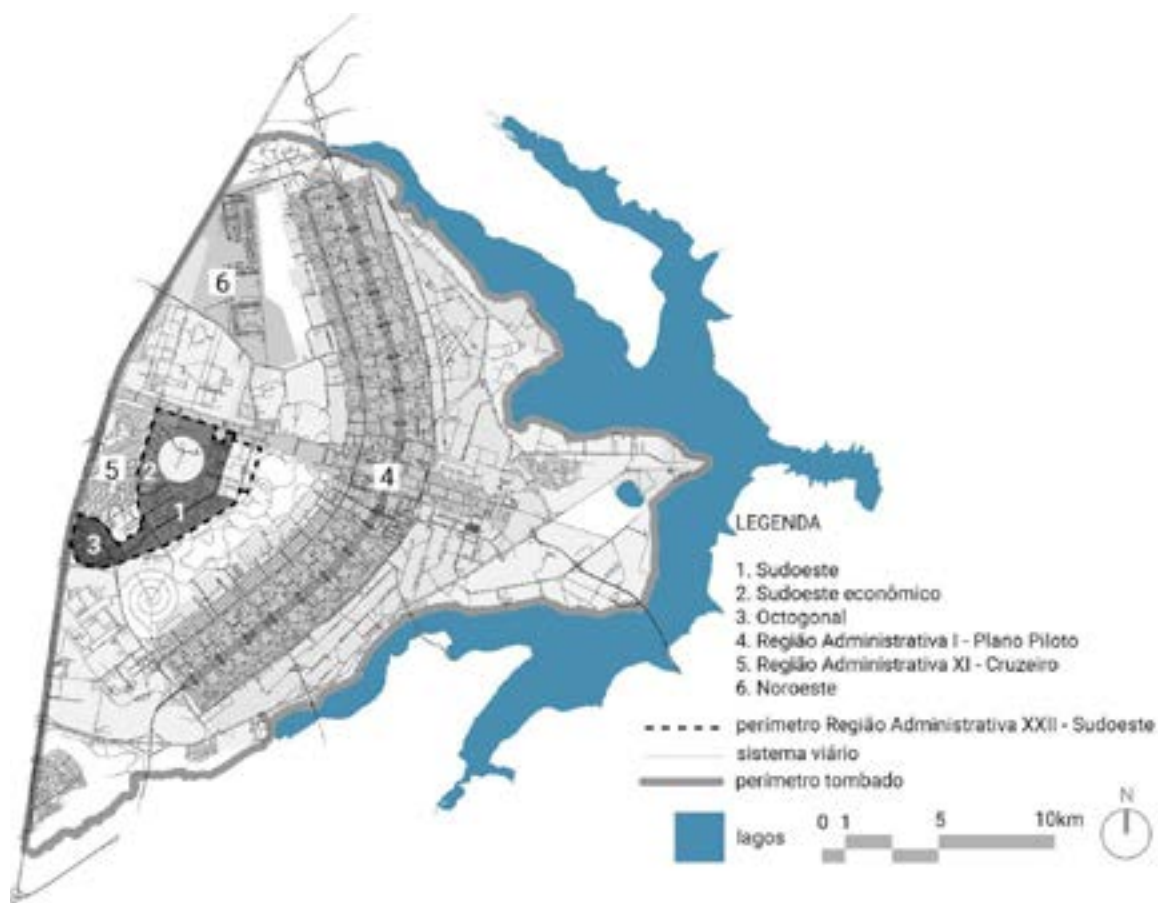
Onde deveria, entretanto, concentrar meus esforços de pesquisa? Tinha três “configurações” que a mim se mostravam discerníveis. Em um ponto, a Unidade de Vizinhança, para onde semanalmente fazer trabalho de campo. Poderia entrevistar seus moradores, ampliando pouco a pouco a abrangência de meu olhar. Com a premissa de que a *ausência* de escolas no Noroeste poderia significar algo dentro do modernismo enquanto projeto, também poderia me dirigir até o bairro, em processo que imaginava seria parecido ao que percorrera nos últimos anos como antropólogo. Não obstante o Noroeste pudesse ser visto dessa forma, havia outro espaço que poderia agregar perspectivas relevantes a uma reflexão sobre o espaço urbano de Brasília.

Construído entre os anos 80 e 90, o Setor Sudoeste (Mapas 12, 13 e 14) igualmente não tinha escolas públicas nos espaços internos de suas superquadras, com poucas instaladas nos limites do bairro, nas fronteiras espaciais com o Cruzeiro e o Setor Octogonal²⁴.

Como argumentei antes (Januzzi, 2016a), os dois bairros, Sudoeste e Noroeste são reivindicados por seus construtores (empreendedores imobiliários, gestores públicos e, depois, por alguns de seus moradores) como filiados em parentesco a uma ideia de

24 Os processos de transformação urbana foram fruto de análises contidas em coletâneas organizadas por Aldo Paviani (1996, 2010, 2010a).

Lucio Costa para a expansão urbana de Brasília, às voltas nos anos 70 e 80 com o que o arquiteto alegava ser um problema que exigia trabalho coordenado do poder público: solucionar o déficit habitacional de classes populares e da classe média brasileira sem as afastar espacialmente do Plano Piloto, onde se concentravam boa parte dos empregos (Costa, 1987).

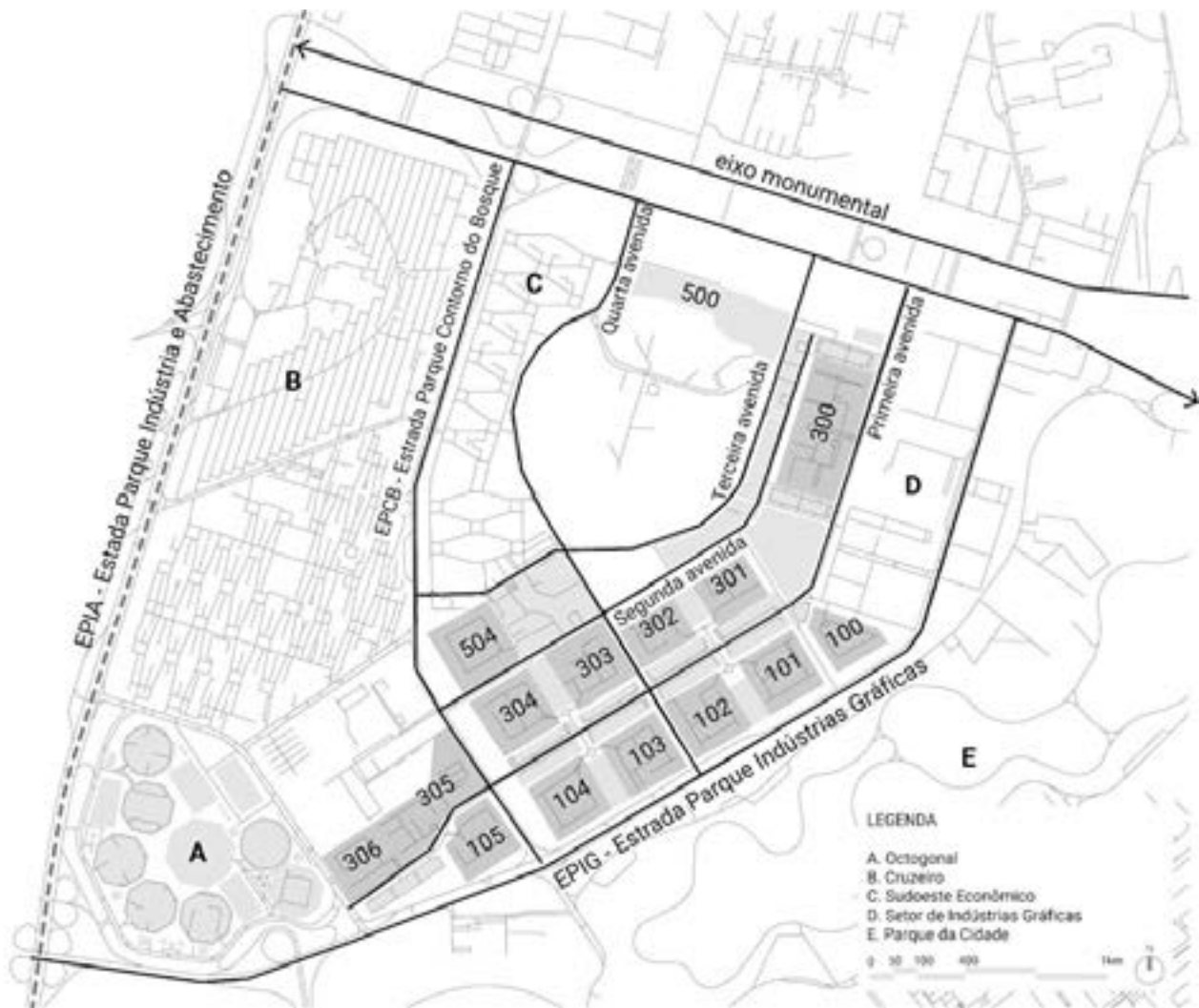


MAPA 12 Sudoeste.

Autoria: Laura Camargo, 2021

Costa propôs a criação dos bairros Oeste Norte e Oeste Sul. Sua arquitetura seria similar à do Plano: superquadras residenciais, abertas ao público, entremeadas por quadras econômicas. Uma atualização dos termos originais sobre os quais a cidade teria se assentado, procurando acondicionar movimentos “naturais” de uma cidade

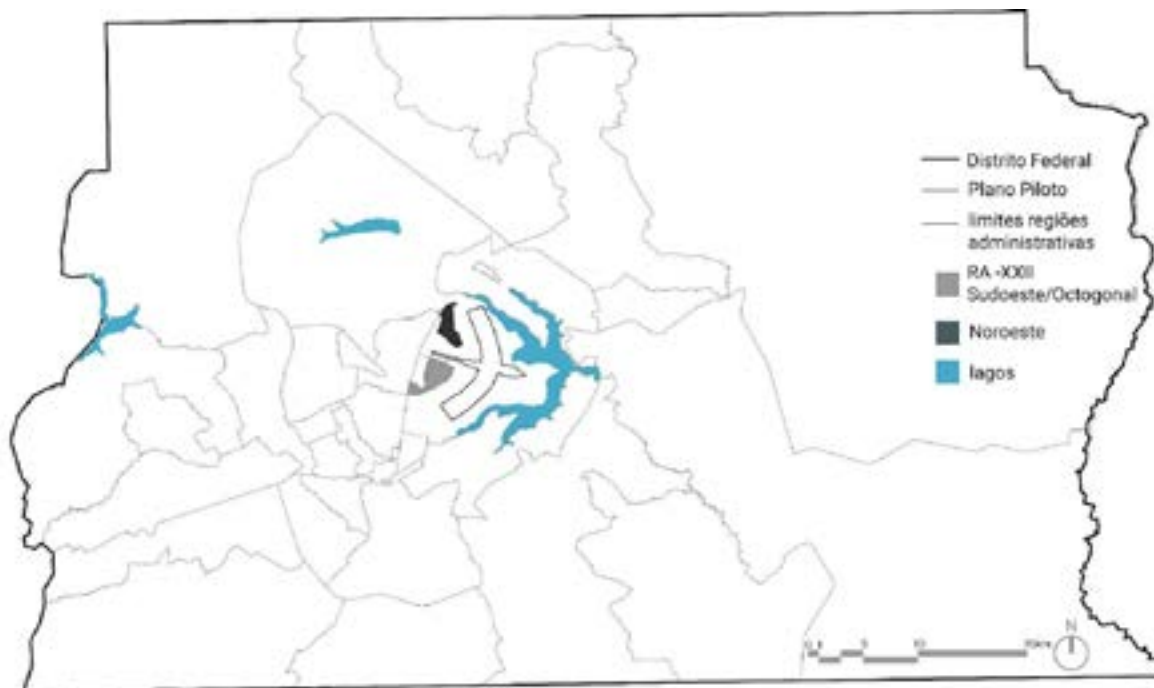
em desenvolvimento, mas que deveria guardar presentes suas raízes originais: “não interessa a Brasília ser metrópole” (Costa, 1987, p. 121)²⁵.



MAPA 13 Sistema de numeração do Sudoeste.

Autoria: Laura Camargo, 2021

25 A escala metropolitana do Distrito Federal pode não ser um contraponto numérico-espacial a esse desejo do arquiteto, se supomos que a Brasília a que se refere é a desse planejamento primordial, de seu plano piloto.



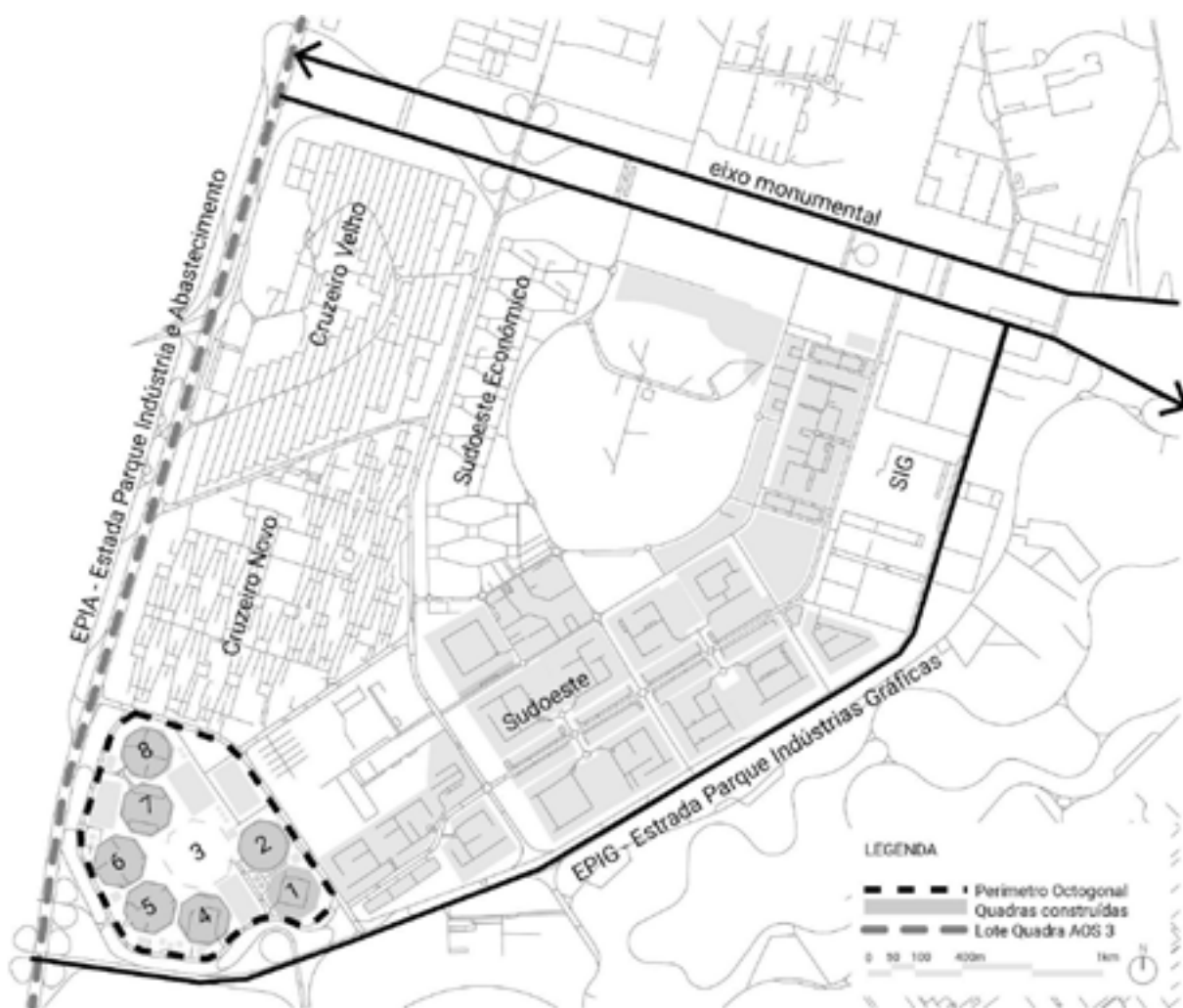
MAPA 14 Localização, no Distrito Federal, do Sudoeste e do Noroeste. *Autoria: Laura Camargo, 2021*

Exigindo uma grande capacidade de investimento de capital financeiro para sua aquisição, passaram a ser ocupadas por

camadas médias e altas da população, com grande presença de funcionários públicos de médio e alto escalão e de dirigentes de empresas (Schvarsberg, 2009). Mantiveram, entretanto, a adesão ao projeto modernista das superquadras²⁶ e às unidades residenciais assentadas sobre pilotis. Mantiveram, sobretudo, uma característica primordial do urbanismo modernista: a abertura ao público, com “livre” circulação pelos pilotis, vias e avenidas. O Setor Octogonal (Mapa 15), por exemplo, ainda que com prédios residenciais sobre pilotis, é cercado por todos os lados, com uma guarita de segurança

²⁶ Maria Elisa Costa (2013) considera, quanto a esse ponto, que a superquadra do Noroeste não é superquadra de fato, como a pensava seu pai, Lucio Costa. Isto porque seriam espaços de passagem, com entradas e saídas, não com apenas uma entrada para veículos, como previsto para a Asa Sul. Destaco que, embora esta possa ser uma distinção relevante do ponto de vista da técnica arquitetônica e urbanística, parece-me menor do que pareceu fundamental aos meus anfitriões em termos de continuidade com o projeto modernista: a abertura pública desses espaços. O argumento da autora está disponível em: <https://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2013/01/12/filha-de-lucio-costa-brasil-esta-sendo-maltratada/>. Acesso em 24 mar. 2021.

disponível para cada uma de suas superquadras, ou Áreas, na qual porteiros e seguranças controlam a entrada e a saída de moradores e visitantes, no que se assemelha mais a um condomínio. De igual modo, o Park Sul, um novo empreendimento imobiliário que é vendido como a “modernização da superquadra” (Januzzi, 2016b), tem muros que isolam seus blocos do espaço externo.



MAPA 15 Octogonal.

Autoria: Laura Camargo, 2021

Para nuançar esta diferença de abertura entre as superquadras como as da Asa Sul e do Noroeste, de um lado, e as do Park Sul e da Octogonal²⁷, de outro, passei a utilizar (Januzzi, 2019) o binômio *aberta/fechada* como adjetivo de qualificação conceitual. Não se trata, a bem da verdade, de fechamento total e de abertura total desses espaços, mas de um potencial contido na forma como estão construídos hoje em dia. Agueda (2021) fez apontamentos interessantes nesse sentido quanto ao que chamou de experiências de fechamento em torno de novos espaços de camadas médias e altas no Rio de Janeiro, em particular na região da Barra da Tijuca (planejada, *voilà*, por Lucio Costa). O autor argumenta que o fechamento de um bairro é um movimento não determinado a priori e que, para sua consecução ou contra ele, colaboram uma série de agentes, valores, expertises, num processo contraditório e heterogêneo.

Como veremos ao longo da tese, no entanto, a não existência de uma cerca não torna um espaço livremente ocupado – vicejam formas de controle de entrada e saída de pessoas e modos de vigilância que prescindem de elementos materiais colocados sobre muros. A noção de *superquadra aberta* me abriu caminhos teóricos, com pistas reflexivas correspondentes: foi mais uma ferramenta de abertura, de flexibilização primordial, do que é uma categoria dentro da qual poderíamos resolver todas as questões antropológicas suscitadas em Brasília – se pudesse existir algo assim, claro. Como ferramenta, permitiu, de um lado, atentar para as múltiplas formas de uso do espaço urbano, para sua elasticidade; de outro, para observar as formas com as quais pode ser compartimentalizado, encerrado, ser um dos suportes à segregação.

Feito esse alinhamento conceitual, comecei, então, a entrar em contato com as pessoas que havia entrevistado anteriormente no Noroeste, com prefeitos de superquadra da Asa Sul, principalmente da Unidade de Vizinhança, e a pedir a amigos e colegas indicações de pessoas moradoras de superquadras do Setor Noroeste e Setor Sudoeste que pudessem me receber para uma entrevista. Um indicando o outro, constitui uma

27 Utilizo, aqui, Octogonal como um substantivo feminino, por ser o uso mais comum no cotidiano de seus moradores e entre moradores de Brasília e do DF.

amostra mista: tanto por conveniência quanto do tipo bola de neve, ambas não probabilísticas. Moradores da Asa Sul me indicaram vizinhos, amigos, passaram o contato de pessoas do Sudoeste, estas do Noroeste, e vice-versa. Depois de indicados, muitos foram os que perguntaram de imediato, por telefone ou por whatsapp, os motivos de querer entrevistá-los. Surgiram, ainda, possibilidades de entrevistar moradores do Setor Octogonal, que julguei relevantes de serem trazidos ao meu argumento, por conta de algumas questões candentes que surgiram durante as entrevistas.

De antemão, a todas as pessoas dizia que estava interessado em saber como eram suas vidas em Brasília, numa pesquisa feita como parte do doutorado em antropologia na Universidade de Brasília. Reproduzo aqui uma dessas conversas, com uma moradora da 308 sul, feita numa noite de 2017, no penúltimo mês do ano.

- Antropologia, é?

- Sim

- E posso te perguntar pq entrevistar nossa família? Nossa vida não tem nada d+

- Oi, [Nome]. Estou interessado em saber como vivem as pessoas na superquadra mesmo. Todas as entrevistas que fiz até agora me mostraram coisas muito interessantes.

- Bom, se você tá dizendo... Podemos marcar para amanhã, à tarde? Deixo o porteiro avisado. Mas te aviso, tem muita coisa interessante pra saber não kkkkk [emoji de gargalhada]

- Pode ser! Estarei aí. Combinado!

A vida de sua família era, claro, interessante. Tanto como é a minha, a sua ou a de qualquer um/a de nós. Tanto quanto foram as dos outros setenta grupos domésticos com quem conversei entre 2017 e 2020. Esses setenta grupos eram compostos, no todo, de casais heterossexuais. Com eles, não moravam familiares ascendentes ou outros

agregados, como primos, sobrinhos ou conhecidos. Eram, em grande maioria, brancos, mas não em absoluto. A maioria também tinha um ou mais filhos (o máximo sendo um casal mais velho, com 4 filhos com “vida própria”). Conversei, também, com casais que, se não tinham filhos, pretendiam tê-los e se planejavam com esse propósito.

Dos setenta, trouxe catorze para a tese (20% do total), por conterem, como parcela desse todo analítico, elementos, categorias e discussões abrangidas pelas demais. São, de alguma forma, casos que trazem ressonâncias, semelhanças e, ao mesmo, congregam as diferenças com relação ao todo de grupos entrevistados. O quadro-resumo destas 14 conversas é o que segue (Quadro-resumo 1). Chamavam-se de *famílias*, pelo que adoto, daqui em diante, quase sempre essa denominação quando me refiro a elas.

Quando das entrevistas, ressalto, fiz registros apenas pontuais no caderno de campo, em torno de palavras-chave. Entendi, ao longo do tempo, que isso permitia que tanto eu quanto a pessoa entrevistada ficássemos mais à vontade. As primeiras entrevistas durante meu mestrado, gravadas e minuciosamente anotadas, foram demasiadamente engessadas, protocolares. Na situação desta pesquisa para o doutorado, optei desde o início por não gravar as conversas, fugindo desse engessamento em potencial. Ainda que algumas pessoas tenham dito que poderíamos gravá-las, argumentei que preferia registrá-las apenas textualmente.

Considero que a profusão de histórias e informações que foram contadas pelas moradoras e pelos moradores pode ter a ver, em primeira instância, com essa disposição mais flexível entre entrevista e seu registro. Necessário dizer que essa abordagem me obrigava a fazer o diário de campo tão logo chegasse em casa, quando muito, no dia seguinte, pela manhã, a fim de que pudesse descrever com mais detalhes o que vivera anteriormente.

Sobrenome	Bairro	Origem	Profissão	Filhos(as)	Pretende ter filhos(as)? Quantos(as)?	Idade dos(as) entrevistados(as)	Idade dos(as) filhos(as)	Escola	Turno
Garcia	Norocete	Paul	Servidor Público	3	0	50-60	15-18 / 18-25	Liceu do Vovô	Madril
		Minas Gerais	Profissional/Bensol						
Purtes	Norocete	Gólia	Servidor Público	2	0	40-50	15-18	Sarna	Tarde
		São Paulo	Servidora Pública						
Caetano	Sudoeste	Rio de Janeiro	Profissional/Bensol	1	1	30-40	5-10	Caju da Brasília	Integral
		Rio de Janeiro	Servidora Pública						
Quarinho	Sudoeste	DF / Goiás	Servidor / Servidor	2	0	30-40	5-10	Dionisio	Madril
Costa	Sudoeste	Paraná / Paraíba	Empresário / Profissional Bensol	2	0	40-50	10-15	Notre Dame	Madril
		Rio de Janeiro	Empresário						
Bastos	Asa Sul	Rio de Janeiro	Aposentado	3	0	50-60	5-10	Nenhum filio em idade escolar	Madril
		Rio de Janeiro	Aposentada						
Santos	Asa Sul	RS / RS	Aposentado / Aposentada	4	0	50-60	15-18	Marcia	Madril
Oliveira	Asa Sul	Rio de Janeiro	Servidor Público	1	0	40-50	15-18	CUC	Madril
		Espírito Santo	Servidora Pública						
Lima	Orthogonal	DF	Servidor Público	1	1	30-40	05-10	CAJALIN	Tarde
Pereira	Orthogonal	Minas Gerais / Minas Gerais	Auxiliar / Profissional Bensol, Dons de casa	1	0	30-40	10-15	Dionisio	Tarde
Rangeleres	Norocete	Paraná	Servidor Público	-	2	20-30	-	Escolas privadas	-
		DF	Profissional/Bensol						
Lopes	Sudoeste	DF	Empresário	-	2	20-40	-	Escola religiosa	-
		DF	Profissional/Bensol						
Silva	Asa Sul	Paul / Nordeste	Profissional/Bensol / Servidor	-	1	30-40	-	Escola pública	-
		Minas Gerais / Minas Gerais	Servidor Público / Servidora Pública	-	1	20-30	-	Escolas privadas	-

QUADRO-RESUMO 1 Famílias

entrevistadas durante o trabalho de campo. *Autoria própria, com base em informações de campo*

Na estrutura de apresentação dessas *famílias*, que aparecem com mais ênfase no quarto capítulo, dividi os 14 grupos domésticos em dois subgrupos: um com filhos, em idade escolar ou não; outro sem filhos, mas com pretensões de tê-los. Ter ou almejar um filho(a) foi um critério, portanto, de filtragem das entrevistas a serem feitas.

Em cada uma das entrevistas feitas, em seus apartamentos ou em espaços públicos das superquadras, perguntei à família ou a quem estivesse conversando comigo como eram seus cotidianos na “quadra” e como havia sido feita a escolha de uma instituição escolar para seus filhos (ou para aqueles pelos quais eram responsáveis). Duas perguntas básicas, portanto, a partir das quais a interação era desenvolvida: “como é morar nesse bairro” e “por que você escolheu essa escola para o seu filho?”. No caso de famílias sem filho, ademais, a segunda pergunta era hipotética: em qual escola você colocaria seu filho, sua filha? Embora não tenha feito nenhum termo de consentimento a ser entregue aos entrevistados, desde o início, indiquei que os nomes e sobrenomes seriam trocados no momento de redação da tese, caso a conversa fosse integrar diretamente meu argumento. Alguns, quanto a isso, expressaram, no início de nossas conversas, que não se importavam que seus nomes constassem no texto. A maioria, ao fim, acabou optando por expressar que haviam mudado de opinião e que, portanto, eu deveria anonimizar sua presença no argumento. Outras cinco famílias optaram por não participar definitivamente da tese – ligaram-me ou mandaram mensagens afirmando a desistência.

Sobre a consolidação das informações de campo, vale mencionar que prometi aos entrevistados que compartilharia esta tese, quando concluída – promessa que, claro, será cumprida. Até o momento, não compartilhei os registros feitos após as entrevistas, apenas totalmente consolidados quando da escrita deste texto. Pontuo, contudo, que a construção dos relatos de campo, nos diários, foi feita ao mesmo tempo em que lia e fazia pequenos esboços analíticos dos que havia escrito em ocasiões anteriores. Foi com esses esboços que pude, já quando do início da escrita, perceber a relevância da categorização de meus dados em dias e fins de semana, durante períodos letivos ou

de férias escolares, e a conformação da vida cotidiana em torno dos tempos de seca e de chuva, característicos de Brasília. Esses relatos de campo, se versavam sobre as escolhas familiares, iam adiante, em torno das observações do espaço público das superquadras.

O uso da palavra *escolha*, a propósito, não foi feito à toa, uma vez que surgiu logo de meus primeiros movimentos em campo, sendo uma categoria recorrente no mundo das camadas médias (Velho, 2006; Januzzi, 2016a). Trata-se de categoria enraizada no mundo social dessas pessoas com que me deparei em campo, como parte de um modelo de pensamento centrado num suposto indivíduo universal, pertencente a um núcleo doméstico “estável”. A ação social, extrapolando aqui o plano analítico em si das entrevistas, seria aí originada do planejamento e da organização frente aos problemas cotidianos, em busca de estabilidade e progresso constantes. Irônico perceber que a categoria em muito se parece ao modo como é formatada pelas teorias da escolha racional²⁸, cuja premissa é de que a ação social é atravessada por racionalidade, intencionalidade e decisões ancoradas em domínio mais ou menos completo de informações.

Com as entrevistas, decerto não buscava compreender a *totalidade* da vida dessas pessoas em Brasília. Sabemos o quão isto é improvável (Bourdieu, 1989), seja por conta do momento artificial que elas inauguram, relativamente desconectado do fluxo cotidiano “real” familiar, seja por serem diretamente relacionadas ao tipo de questões apresentadas – uma resposta dada não é necessariamente a única possível, mas aquela feita em determinado momento, a partir de uma provocação em particular de quem faz a pergunta. Assim como em relação às famílias do CEF 02 entrevistadas, que não constituem, ademais, objeto de reflexão para este argumento, a não ser indiretamente, é necessário ponderar que não constituem uma amostra representativa da população do Plano Piloto, considerados os parâmetros mínimos de uma análise estatística que se preze a ter este nome. Não obstante, cada uma delas, e todas como um conjunto, refletiram muitas das questões teóricas discutidas há muito pela antropologia urbana

28 Para um exemplo dessa aplicação da escolha racional, ver Shepsle (2010).

quanto à segregação, em especial sobre a lacuna que considero haver em estudos urbanos (em Brasília ou não) sobre as relações da escola com o espaço público, ainda mais sob o ponto de vista do que por ora podemos chamar muito grosseiramente de “elites”.

Somente as entrevistas não dariam conta da multiplicidade da vida urbana da cidade, bem sabia. Por isso, ao longo de todo o período com que conversei com essas famílias, de 2017 a 2020, realizei trabalho de campo nas proximidades de seus blocos residenciais e nas escolas mencionadas pelos membros do grupo doméstico. Passo além, e mais fundamental, conduzi-me pelo que Péttonet (2008) chamou de *observação flutuante*, como o método etnográfico que procura se ater à dinâmica múltipla, variada e inesperada do espaço urbano. À etnógrafa que decidisse começar sua observação de um ponto no espaço em particular, caberia seguir aqueles elementos que chamam a atenção (as cores, os cheiros, as vozes, as sensações), para os quais, a bem da verdade, as pessoas chamam a atenção. O argumento da autora é feito com base em uma experiência em um cemitério, local onde ironicamente encontrou uma vida efervescente. Não foi diferente, quanto a esse aspecto, seguir seu palpite teórico em espaços que não aqueles onde soterramos nossos mortos.

O pesquisador caminhou um bom tempo, em uma tarde ensolarada, descobrindo Balzac ou Géricault ao sabor das alamedas que se chamam aqui “avenidas” ou “caminhos”. Ele meditou sobre a arquitetura funerária, decifrou os epitáfios, leu os símbolos maçônicos, entre outros, apreciou as esculturas, se deixando levar pelo charme do cemitério. Ele marcou o tempo de parar diante da estátua de Victor Noir assassinado, muito realista, em bronze e polido pelos toques sobre a face, o nariz, os lábios e, à direita do sexo, onde o escultor tratou de representar a leve intumescência. Ele se lembrou que o busto de Allan Kardec era de um amarelo brilhante. Depois, ele desceu até a entrada. No mesmo lugar do outro dia, um velho homem conversa com os marmoristas, e os coveiros o cumprimentam ao passar. Sobre seus conselhos, duas mulheres sobem a aleia e nos convidam a “ir ver uma artista enterrada na véspera (Péttonet, 2008, p. 5).

Essa experiência proposta por Péttonet (2008) se assemelha ao caminhar despreocupado proposto por De Certeau (1998) com relação ao pedestre: aquele que pode caminhar sem uma direção proposital, sob uma sequência espacial somente discernível

a posteriori, mas que, no momento da andança, é ziguezagueada, flexível e relativamente aberta ao acaso. Esta é, claro, uma postura que tive em mente quando de minha pesquisa: acompanhei pessoas andando com seus cachorros, porteiros lavando o piso de seus blocos, uma criança subindo em uma árvore enquanto sua mãe amamentava um bebê, um idoso dormindo numa cadeira de roda, dois carros apostando uma corrida noturna, para serem logo parados em uma blitz policial, para ficarmos com apenas alguns entre inumeráveis exemplos.

Com esse duplo caminho investigativo – entrevistas e observação –, queria (quis!) compreender tanto as formas pelas quais as pessoas relatavam suas experiências urbanas quanto como era o cotidiano público das superquadras. Essas formas e esse cotidiano, a saber, não são axiologicamente inseparáveis, excludentes, por mais que possam colidir momentaneamente – uma mãe que se referiu, por exemplo, a um “morador de rua” como alguém que pode estar livremente pela sua superquadra e logo depois indicou que pediu à prefeita de sua quadra residencial que acionasse a política para a “bagunça” em volta da Igreja; uma fala que, ademais, é visível nos enfrentamentos políticos entre esses moradores de apartamentos e de superquadras (Cordeiro, 2018).

Percorri, nos últimos anos, o *cotidiano*, como o define Pais (2010), essa dimensão da vida onde são criadas as regras e as permanências, os fluxos fugazes e os conflitos, onde o tempo adquire vida, prática, é especializado.

[...] o pressuposto do amargo está no doce; o da aventura na rotina; o da liberdade no aprisionamento; enfim, a ideia de um dia diferente emerge das cadências repetitivas do dia-a-dia. É esta força heurística da metáfora que me leva a tomar objetos residuais do cotidiano como caminhos de busca de significações simbólicas que possam ser reveladoras de modos de vida (Pais, 2010, p. 79)

O cotidiano, nessa perspectiva, não é somente definido, contudo, pela soma aritmética de “fatos” e “ocorrências”. A flutuação, lembremo-nos já de Péttonet (2008), pede-nos que mesmo a mais aparentemente irrelevante das situações pode alinhar um fio pelo

qual se traçam muitas outras formas de vida. Como no prólogo, um cigarro amassado sob uma árvore em frente a um bloco residencial marca a passagem de um grupo de estudantes de escolas públicas por ali. Um amontoado considerável de fezes caninas num determinado ponto do Noroeste mostra que ali humanos costumam se aventurar com seus cachorros. Pistas, afinal, que comprovam que o espaço é vivido, como também o são os sons veiculares trazendo crianças para os colégios ou o silêncio durante à noite, quando as pessoas se recolhem a seus lares, com o qual apenas se rebelam grilos entusiasmados.

Nesses últimos anos, ainda, busquei relacionar os diferentes entrelaçamentos entre tempo e espaço em superquadras residenciais de Brasília, com foco naqueles mais nitidamente relacionados às escolas públicas e privadas. Ouvir meus anfitriões em campo me levou, em determinado momento, a perceber referências com relação ao modernismo brasiliense, cuja ancestralidade remontaria a Lucio Costa e a Oscar Niemeyer, às vezes considerados por eles como personagens indistintos na história da capital.

Não foram todas as pessoas, mas foram muitas as que fizeram referências do tipo, razão pela qual, desde o início de meu trabalho de campo, passei a me aprofundar em compreender de que forma a vida urbana de hoje remete ao que disseram esses arquitetos-urbanistas, bem como a outros personagens e autores tidos como com igual impacto para a trajetória singular de modulação espacial da cidade – um processo que seria inequivocamente marcado pela releitura das ideias e vidas dessas personagens de referência.

Trazer isso como uma cartada apriorística seria, contudo, um atalho imperfeito – quem constrói o caminho teórico de uma pesquisa são, em primeira instância, aqueles e aquelas com os quais fazemos pesquisa. Se os estudantes do CEF 02 se mostraram indiferentes às escalas do patrimônio modernista – termos consagrados na oficialidade contada sobre Brasília –, postulando suas próprias escalas relevantes (Patriota de Moura; Januzzi, 2021) no Distrito Federal, qual seria o caso desses grupos domésticos? Levariam ao pé da letra a “relevância” das escalas por Lucio Costa? Ou se mostrariam

indiferentes? Se indiferentes ou em sintonia com o modernismo proposto para a cidade, como isso se daria cotidianamente?

Pouco vale respeitar as realizações dos atores, se no final nos lhes negamos um dos seus privilégios mais importantes, isto é, que eles são *os que definem a escala relativa*. Não é tarefa do analista impor uma escala absoluta. Como bem sabe qualquer leitor da teoria da relatividade, as estruturas de referenda absolutas só geram deformações horríveis, frustrando qualquer esperança de sobrepor documentas em algum formato legível, enquanto os moles e viscosos “moluscos de referenda” (termo de Einstein) permitem aos físicos viajarem de uma estrutura para a seguinte, se não suavemente, pelo menos continuamente. Ou o sociólogo é rígido e o mundo se torna uma confusão, ou o sociólogo é flexível o bastante e o mundo se põe em ordem (Latour, 2012, p. 266, grifos meus).

A flexibilidade analítica é, em última instância, a chave de uma compreensão relativamente organizada. As leitoras e os leitores hão de ter percebido que, todavia, disponho

de muitos mapas e imagens para meu argumento.



FOTO 10 Totem informativo na SQNW 310, com presença holográfica de blocos residenciais e escolas públicas. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2019*

Forçoso reconhecer, nesse aspecto, que antecipo, por vezes, o escalonamento percebido etnograficamente, na pretensão de facilitar a compreensão do que quero falar sobre Brasília. Se fizesse o trajeto de meus anfitriões passo por passo, de modo estritamente descritivo, poderia mais confundir que destrinchar a produção espacial sobre a qual falo. Os mapas, por exemplo, se surgem após a pesquisa, como um emblema imagético que pode facilitar de algumas maneiras a compreensão do espaço urbano de Brasília e do DF, foram *recorrências* ao longo de meu trabalho de campo, como os que estão nas superquadras (Foto 10). O mesmo pode ser dito das fotografias, das figuras, desenhos e mesmo de uma maquete, como a que tentamos, em vão, produzir em conjunto com os estudantes do CEF 02.

Quando das atividades com estudantes do CEF 02, foi por meio dos mapas que desvelamos sentidos que atribuíam ao espaço urbano e insatisfações com o patrimônio cultural oficializado, de ordem moderna. Foi pelos mapas instalados no espaço das superquadras (Fotos 10, 11 e 12) e pela maquete panorâmica de uma parte do



FOTO 11 Estudantes do CEF 02 analisam mapa do Distrito Federal, na SQS 308, durante atividade de oficina. *Autoria: Cristina Patriota de Moura, 2018*

Distrito Federal (Foto 13), com grande foco no Plano Piloto, que percebemos o incômodo com a ausência de representação de suas próprias cidades – ao mesmo tempo que tirações de sarro entre uns e o outros, por conta de maiores distâncias de dadas cidades em relação a outras (“claro que Planaltina não ia estar aqui [na maquete], fica mó lonjão”; “nossa, nunca que essa porra de Sãosebas [São Sebastião] ia aparecer [no mapa], mano”). Nessas ironias, marcadamente ofensivas ou não, estavam em jogo comparações a partir de um parâmetro, o Plano Piloto, cuja proximidade em relação a ele seria um aspecto digno de consideração positiva. Invertendo o polo reflexivo, podemos cogitar que suas cidades continuaram, mesmo na crítica jocosa, a ser um universo de referência simbólica.



FOTO 12 Mapa ilustrativo da SQS 308, em banca de revistas, com fotografia de Lucio Costa ao lado. *Autoria: Cristina Patriota de Moura, 2018*

A respeito do totem no Setor Noroeste (Foto 10), ressalto tanto as duas escalas presentes, a da superquadra e a de sua inserção no Plano Piloto, quanto o que *não aparece* no mapa, ou que apenas é colocada entre tracejados: os blocos a serem construídos e a escola classe (denominação apenas comum a escolas públi-

cas) – uma escala holográfica, por assim dizer. Comentando esta informação gráfica com alguns moradores do bairro, disseram-me que não sabiam dessa possibilidade. Alguns afirmaram que não seria um problema, mas que a escola (pública) seria basicamente frequentada por filhos de funcionários dos prédios e dos apartamentos; outros se opuseram, dizendo que “não faria sentido”, “poderia bagunçar”, “nem escola paga tinha que ter”, “pra quê, se ninguém ia estudar?”.

Com os mapas, em suma, fiz pesquisa nos últimos anos, desde quando me chegaram “naturalmente” pelos anfitriões, quanto quando lhes levei esta imagem representacional do espaço urbano. De algum modo, posso afirmar que, pelo menos quanto ao que aponta Latour, fui mais enxerido e menos estritamente descritivo.

Ainda sobre a indicação “relativista” de Latour, realço outro de seus aspectos fundamentais: a premissa de que a ação social não é inercial, isto é, depende de arranjos e mobilizações constantes entre o que chama de atores, nos quais engloba tanto hu-

manos quanto não humanos. Nessa perspectiva, a “sociedade” seria uma criação passível sempre de definição e de articulação para sua efetividade; de igual modo, quaisquer categorias amplas que tivermos diante de nós: o capitalismo, a economia monetária, o modernismo, a superquadra, a desigualdade social – a segregação socioespacial. Com relação aos moradores com quem convivi nos últimos anos, entretanto, adiciono que as representações prévias sobre o que é a sociedade, uma cidade, uma boa vida são também feixes de articulação sobre como vivem.



FOTO 13 Estudantes do CEF observam maquete do CEF 02 durante visita ao Espaço Lucio Costa, na Praça dos Três Poderes. *Autoria: Cristina Patriota de Moura, 2018*

O mundo simbólico é, desta feita, um *ator* no sentido latouriano, como algo (ou alguém) que é utilizado como suporte da construção de um coletivo, de uma ação conjunta e relativamente ordenada: um processo que, no mais, tende a escapar do controle de atores individuais (eu e você) e que, portanto, demanda *muita energia* para ser mantido de pé – as colunas de sustentação de um bloco residencial dependem, bem sabemos, da manutenção frequente de seus alicerces, combinada em reuniões de condomínio, por mensagens de whatsapp, por croquis, com base em parâmetros arquitetônicos, em desejos do que deve ou não ser uma superquadra, uma vizinhança, uma cidade. Daí não ser nenhum absurdo afirmar, a depender de onde, como e com quem fazemos pesquisa, que a cidade permite tantas observações e análises quanto as rachaduras de suas calçadas, as janelas de seus prédios, os contatos íntimos ou casuais entre as pessoas que nela vivem – multiplicidade que, a propósito, não é exclusiva do espaço urbano, mas que encontra nele conformações particulares.

É nessa abertura que procurei me infiltrar junto com meus *anfitriões* nestes anos que passaram. Sobre esse termo, vale um pequeno aporte. Não falo de *informantes* em meu trabalho de campo, pela carga demasiadamente inquisidora associada à categoria – como nomear o campo é, em primeira instância, um exercício sempre político (Borges, 2009) –, uma crítica metodológica com a qual, hoje, estamos mais ou menos acostumados. Não utilizo também *interlocutores*, por entender que, embora seja largamente disseminado, é um tanto quanto impreciso pela descontinuidade de meu contato com as pessoas que entrevistei e com quem conversei posteriormente – na maioria, foram contatos pontuais, com diálogos menores em seguida e encontros casuais pelos espaços das superquadras. Ao denominar essas pessoas como *anfitriãs*, quero pôr em destaque a centralidade para a pesquisa dos momentos em que me receberam em seus apartamentos, ao passo que quero delinear, neste caso, suas disposições em integrarem as reflexões que hoje faço, que abriram os *caminhos* reflexivos que trilhei.

Bem sei que há contextos que anfitriões recebem antropólogos por tempos mais duradouros, daí a expressão ser ainda mais cabível, suponho, pela intensidade do convívio

firmado, com o compartilhamento de uma rotina em comum e dos desafios referentes a ela. Entendo também, para o que cabe neste momento da tese, que, quando em campo, na posição de observador, como aquele que anota, perambula, registra, fotografa, estive tanto na posição de *forasteiro* quanto de um morador do Plano Piloto, numa conformação ambígua e complexa própria à antropologia urbana (Velho, 1997, 2003, 2006), para o que é igualmente útil a categoria de anfitrião. Como, por exemplo, naqueles momentos em que me encontrei com moradores que já havia entrevistado anteriormente ou mesmo quando conversei com trabalhadores desses espaços (porteiros, empregadas domésticas, zeladores, etc.), frequentadores rotineiros, usuais deles, ao menos com relação a mim.

Durante a pesquisa, logo, deparei-me com uma série de desafios, que se sobrepuseram a concepções iniciais que tinha sobre o espaço urbano de Brasília. Se imaginava *conhecer* a cidade e *ser familiar* ao seu espaço, descobri-me enredado numa nova trama de significados e significantes possíveis nas superquadras, fartamente estudadas em diversas áreas do conhecimento científico (Brasil, 2015; Ficher, 2019a; Januzzi, 2016a, 2017, 2019; Nunes, 2004, entre outros). Meus anfitriões me mobilizaram a me aprofundar em outras searas e a percorrer seus trajetos e trajetórias em direção a essa questão que atravessa o meu argumento: *como a escola está relacionada à ocupação urbana de Brasília, de espaços urbanos e públicos do Plano Piloto?* Em linha correlata, o que a escolha de uma escola e as estratégias em torno dessas escolhas podem nos mostrar sobre *projetos* (Velho, 1997) de camadas médias e sobre formas particulares de segregação em Brasília? Ainda mais, o que se pode dizer sobre a segregação social nas bandas de cá que se assemelha ou se diferencia de outras conformações urbanas?

Esta trama peculiar na qual procurei me envolver está intimamente ligada a um modo possível de se estudar as cidades, de resto similar à proposta latouriana (Latour, 2012) e aos pressupostos que elenquei ao longo destas páginas. Trata-se do *fazer-cidade*, como pensado por Agier (2015).

De fato, para o universo urbano, assim como para o universo em geral, podemos evocar simultaneamente a relatividade no espaço (ela pode ser observada quando postulamos a igualdade epistemológica entre todas as formas urbanas assim como entre todas as culturas) e a relatividade no tempo (as cidades nascem, transformam-se ou desaparecem, como o demonstram sobre este último aspecto as histórias de Detroit ou Filadélfia) [...] São portanto a descrição e a compreensão do movimento permanente de transformação urbana no tempo e no espaço que podem constituir a contribuição do olhar antropológico sobre a cidade. Este movimento é o de “fazer-cidade”. Ele é incitado por uma ausência (“a cidade está morta”, escrevia Lefebvre) e é impulsionado por uma imagem: um mito perdido, um horizonte inatingível (Agier, 2015, p. 484)

É certo que a construção de Brasília foi parte de uma iniciativa expansionista do Estado brasileiro. Igualmente certo é que o arranjo modernista pretendia transformar as formas “tradicionais” de sociabilidade urbana brasileiras, como compreendidas (e criticadas) à época. Em muitos sentidos, Brasília e a superquadra extirpariam o Brasil de seus males e pavimentariam o futuro nacional – um país que saltaria décadas de “desenvolvimento” em pouco tempo.

Brasília *transformaria* o espaço e o tempo. Paradoxalmente, a vida em superquadra poderia ser tão frutífera, exitosa e intensa que seria replicável em larga *escala* (mais uma vez, a bendita expressão). Esperava-se, ou antes, havia a certeza de que seria pouco contestada por seus moradores (Costa, 1957). A saudade da terra de origem, quando da mudança para a nova capital, poderia ser logo esquecida diante da imensidão da nova realidade. Digo tudo isso porque Brasília se mostrou uma experiência urbana transformadora. Isto é inquestionável, poderia dizer em conjunto com aqueles e aquelas que entrevistei. Muito do que ocorreu e ocorre, no entanto, mostra que a ação social no espaço urbano escapa aos lemes dos planejadores; a cidade vai por *caminhos* inesperados, ainda que em conformidade a uma história e a acúmulos que lhe dizem respeito.

A descrição dessa transformação é um dos exercícios mais caros aos estudos urbanos e, em particular, para aqueles com presença marcante da etnografia. Falar de cidade é, inevitavelmente, entendê-la como um conjunto parcial de fenômenos, de envolvimento instáveis, cuja permanência, em verdade, depende da energia de muitos atores.

Refiro-me a caminho neste sentido: um processo que se alonga no tempo e é desenvolvido no espaço, ativado por pessoas, coisas, objetos, seres fantásticos, discursos e o que mais nos for dito que importa. Porque, se em campo importa, importa.

Tempos biográficos e tempos sociais se articulam na linha de sucessão (das genealogias familiares e suas trajetórias), mas também supõem uma espacialização demarcada pelas temporalidades urbanas corporificadas nos espaços e territórios da cidade. Espaço e tempo estão imbricados em cada evento de mobilidade, de tal modo que, mais importante do que identificar os pontos de partida e os pontos de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias – “zonas de turbulência” em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas. E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade” (SILVA TELLES, 2006, p. 70)

Se há um caminho da cidade, também é possível afirmar que há um da segregação em si, como não poderia deixar de ser. Seguimos adiante, com os autores e as autoras que reivindico como aqueles que nos possibilitam entender esta forma mais fluida de compreender o espaço urbano, este *fazer-cidade*. Para início de conversa, caminhemos de Ceilândia, aqui no Distrito Federal, a Chicago.

CAPÍTULO II

Antropologia urbana: da cidade como objeto, da segregação como processo

Numa das primeiras cenas de *A cidade é uma só?*, filme ceilandense de Adirley Queiróz (2013), Dildu e Zé Roberto estão dentro de um carro em um dos eixos rodoviários acessórios (os eixinhos) do eixo rodoviário de Brasília. Pelo diálogo, depreende-se que trafegam no eixinho “de baixo”, oficialmente Eixo L (leste). São de Ceilândia, localizada mais ao sul do Distrito Federal, e para lá querem ir. Mas não sabem como chegar. Sabemos disso os espectadores, que conhecem a organização viária do Plano Piloto, não o sabem os protagonistas da história. Estão perdidos.

Dirigindo-se a Zé Roberto, Dildu, um homem negro, sentado no banco de trás do carro, diz:

- “Será? Ou então quebra pra acolá, ó, tem estrada por ali

- [...] Vê onde tem pra dar um balão aí, onde tem pra girar aí, onde é?

Zé Roberto, motorista da vez, de óculos escuros, também um homem negro, indica:

- E se eu pegasse essa Saída Sul aqui, rapaz? Saída Sul, Eixo W, Zona Central. [...] Onde vai dar essa porra?

Um pouco mais à frente, antecipando algumas das questões do filme, Dildu complementa:

- Morreu foi gente aqui, rapaz. Isso aqui é amaldiçoado. Ninguém tem sorte aqui²⁹.

29 A cena vai dos minutos 4’34 aos 5’25 (Queiroz, 2013).

Dildu e Zé Roberto estão no Distrito Federal, em Brasília, no Plano Piloto, na Asa Sul, no eixo rodoviário. No entanto, *não estão familiarizados com* o espaço onde se encontram. Não sabem como transitar por ele, nem mesmo com a indicação das placas. Afinal, o que pode significar uma placa se nem se entende as relações entre os termos que ela expressa? Palavras e setas, apesar de legíveis, tornam-se ininteligíveis. Brasília é, para passageiro e motorista, algo *estranho, exótico*, incompreensível. O contrário de Ceilândia, que ao longo do filme se mostra como *sua* cidade, o espaço de significação positiva, íntima, intensa.

Uso este exemplo para o começo desta conversa. Diretor e atores do filme estão constantemente se perguntando: A cidade é uma só? Isto porque, durante os anos 70, o governo militar, à época no comando do executivo nacional – e do governo da capital – lançou mão de uma campanha propagandística cujo lema era, no afirmativo, *a cidade é uma só*. A propaganda, musicada, encenada, era parte da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), programa estatal que pretendeu – e conseguiu – expulsar moradores indesejáveis de espaços próximos ao Plano Piloto. Se Brasília, como argumentam, não é uma cidade só, é porque há Ceilândia, há Taguatinga, há Sobradinho, há o Varjão, há São Sebastião. Há muitos espaços que não Brasília, se a entendermos como o Plano Piloto, ainda que, por oposição, dependência, ou autoafirmação, a esta cidade estejam ligados.

Já a partir daqui podemos encarar uma reflexão. Se mesmo a pergunta reflexiva e crítica acerca do status monolítico e homogêneo da cidade existe, é porque, de fundo, a própria cidade como um *fato* é uma variável discursiva. Embora isso, hoje, possa soar ponto pacífico, não o foi sempre. Como outros conceitos, noções, categorias, a cidade foi construída como um conjunto articulado de fenômenos, em que teríamos particularidades, singularidades, miudezas próprias. Ao mesmo tempo, se uma cidade seria um todo particular, seria possível, como muitos argumentaram nos últimos séculos, que as cidades pudessem ser comparáveis entre si. Haveria algo próprio *da* cidade e,

entre elas, diferenças: a cidade como *ponto de partida*, como *ponto de chegada* e como *espaço* geral e particular.

É preciso ressaltar que a circunscrição da cidade como um objeto de reflexão sociológica e filosófica acompanhou o próprio surgimento das ciências sociais como formas disciplinares de produção do conhecimento³⁰. Se Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx são alguns dos mais lembrados responsáveis pelo estabelecimento das matrizes e das raízes do raciocínio sociológico, é nesse momento histórico que também localizamos as primeiras referências do tipo em relação à cidade. Não se trata somente de uma coincidência de caráter epistemológico.

É nos séculos XVIII e XIX que as cidades europeias, primeiro alvo dessas análises, passavam por um processo intenso de transformação, marcado pelo grande influxo populacional para *dentro* do espaço urbano e por grandes mudanças nos fluxos internos e externos de bens e serviços entre e a partir das cidades. Em suma, os núcleos populacionais relativamente centralizados de então passaram a crescer como nunca. Foi a partir de seus espaços que começaram a ser fixados, ademais, os parâmetros de consolidação do capitalismo como modo hegemônico de produção e de ser/estar no mundo (Harvey, 2012). Foram para elas que foram direcionados os contingentes massivos de pessoas expulsas durante o *cercamento dos campos* (Marx, 2017). A cidade, como tantos outros fenômenos do início epistêmico das ciências sociais, é aquela, naquele momento, em maior ou menor medida, da escala europeia de análise.

Uma das exposições mais emblemáticas desse momento foi feita por Friedrich Engels, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2008), publicada originalmente em 1845, vinte anos antes, pois, da primeira versão d'*O Capital*. No texto, o filósofo alemão descreveu de modo pormenorizado as condições socioeconômicas da classe proletária. Se detalhou as agruras vividas em fábricas e em comércios pelos trabalha-

30 Para uma revisão mais sistemática e aprofundada da antropologia urbana, em especial de sua consolidação como um campo mais ou menos próprio de estudos antropológicos, ver Hannerz (2015)

dores e pelas trabalhadoras, debruçou-se paralelamente sobre a vida dessas pessoas, dessa *classe*, no espaço urbano em si.

A análise materialista de Engels procurou articular tanto as causas imediatas e estruturais das condições de vida da classe trabalhadora quanto as consequências para o modo de produção – e para a cidade – da *situação* em que viviam. O capitalismo era aí tanto a causa, como a consequência de um processo vivido por proletários e suas famílias. De um lado, tornava o custo econômico de se manter *próximo* do local de trabalho impraticável para a renda familiar da classe trabalhadora; do outro, a renda advinda da venda do trabalho, crescentemente estrangida pelos custos ascendentes da vida urbana, era o que permitia a expansão do capitalismo e a própria alienação do trabalhador dos frutos de seu trabalho. Em suma e diretamente: se ficar o bicho come, se correr o bicho pega.

Para além do processo contínuo e crescente de afastamento do proletário dos centros urbanos, as condições de suas moradias *em si* eram parte do problema. A classe trabalhadora não morava apenas longe do núcleo nervoso do espaço urbano, onde se concentrava a efervescência do espaço público, como morava *mal*, submetida a condições precárias de saneamento, transporte, higiene – sua descrição caminha parecida com a d’*O Cortiço* (2016), de Aluísio Azevedo, de 1890, quando o Rio de Janeiro aparece como um espaço sujo e desorganizado, marcado por condições habitacionais restritivas, *naturalmente*, para o autor, incidentes em seu comportamento cotidiano. Embora não fosse essa essencialmente a preocupação de Engels, desde já, a partir de sua análise, podemos evidenciar o quanto o *ideal* público da cidade como um espaço democrático de convivência e sociabilidade sempre foi uma possibilidade circunscrita – alguns poderiam ter acesso a esse espaço, outros não.

Trazida à tona por autores como Henri Lefebvre (1992, 2011) e Fraya Frehse (2015), a análise de Engels é norteadada por, pelo menos, um parâmetro similar a uma das mais conhecidas reflexões sobre a cidade como um espaço distinto de sociabilidade. Falo de Simmel e seu argumento de que a cidade de sua época demonstrava, pela configura-

ção de seus espaços, pelas relações entre indivíduos e grupos e pelo comportamento individual em si, a proeminência do *dinheiro* como denominador comum de *todos* os processos sociais. Para o autor,

[...] na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade (Simmel, 2005, p. 583-583).

A cidade, como vista por Simmel, é nitidamente a cidade capitalista. Foi nela que as relações típicas de períodos históricos anteriores, como no feudalismo ou no mercantilismo, ganharam outra roupagem. O espaço urbano é o espaço da multiplicação das relações sociais e da perda de muitos dos elementos que teriam caracterizado a vida rural: a pessoalidade, a intimidade, as pequenas distâncias. Nesse ponto, sua análise é um tanto quanto parecida com a de Durkheim e sua tão conhecida (e criticada) divisão entre solidariedade mecânica e orgânica, aquela considerada como própria de sociedades primitivas, esta como mais presente nas sociedades modernas. Se, para o autor de *As Formas elementares da vida religiosa* (2010), Durkheim, essa distinção era, grosso modo, de ordem macrossociológica entre distintas *sociedades*, Simmel traça outro recorte: entre, de um lado, o campo e núcleos urbanos menores, e, de outro, cidades maiores. Atrelada ao dinheiro como atravessador das relações sociais, a *grandeza* é outro critério fundamental da reflexão simmeliana: quanto maior um núcleo urbano, mais propenso fica ao desenvolvimento das características *tipicamente* urbanas. E quais são essas?

A cidade, pela sua grandeza em termos populacionais e pelas distâncias sempre crescentes entre suas diferentes regiões, tornava seus habitantes mais e mais desconhecidos uns dos outros, promovendo a *impessoalidade*; estimulava que, em nível individual, desenvolvesse-se o caráter *blasé*. Este caráter seria como que uma consequência inevitável, de ordem até biológica (na sua dimensão psíquica), por conta do número ascendente de contatos de indivíduo para indivíduo e desses com seus grupos. Como

um organismo, um corpo, não suportaria devidamente a pressão *nervosa*, valendo-me de seu termo, decorrente dos muitos estímulos da cidade, passaria a agir deste modo.

A saber:

A essência do caráter blasé é o *embotamento* frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que *o significado e o valor* da distinção das coisas e com isso das próprias coisas *são sentidos como nulos*. Elas aparecem ao blasé em uma tonalidade acinzentada e baça, e não vale a pena preferir umas em relação às outras. Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa (Simmel, 2005, p. 581, grifos meus)

O *embotamento* é um dos elementos, como veremos no capítulo seguinte, que deveriam ser limados do espaço urbano, segundo o modernismo arquitetônico e urbanístico. Para Simmel, esse modo de agir não era, entretanto, um fenômeno exclusivamente negativo. A cidade encerrava esses paradoxos, a bem da verdade, porque, se limitava determinadas formas de agir, permitia com mais intensidade muitas outras. O caráter blasé, segundo via, embotava os sentidos, abrindo as portas para que o indivíduo pudesse desenvolver e expor de modo mais marcado sua *individualidade*. É na cidade, portanto, que o indivíduo teria encontrado as condições materiais e simbólicas de existência que o definiriam como um sujeito distinguível sociologicamente.

Na medida em que o grupo cresce — numericamente, espacialmente, em significação e em conteúdos de vida —, então justamente afrouxa-se a sua unidade interior imediata; a pregnância da delimitação originária frente aos outros se atenua mediante relações mútuas e conexões. Ao mesmo tempo, no grupo que agora cresceu, o indivíduo ganha liberdade de movimento para muito além da delimitação inicial, invejosa, e ganha uma peculiaridade e particularidade para as quais a divisão do trabalho dá oportunidade e necessidade (Simmel, 2005, p. 581).

Com relação à reflexão de Engels, vê-se que Simmel, não obstante preocupado com as condições de formação e com processos sociais mais amplos, direciona um grande peso para o indivíduo como principal *ator* do espaço urbano, tanto como aquele sobre

o qual pesam as grandes transformações da cidade naquele momento quanto a partir de quem surgem as principais possibilidades de mudança social.

Essa relação será sempre em sua obra, não custa ressaltar, mediada pela formação da subjetividade e pela formação sociológica de papéis sociais, como os chamaram Goffman (1985) e Hannerz (2015). Nessa multidão de anônimos que seria a cidade, as relações sociais de menor escala, entre conhecidos ou entre aqueles que se conhece do trabalho, da escola, do comércio, seriam atravessadas pela construção identitária de diferentes formas de relação: assim seriam as relações construídas a partir da divisão do trabalho, entre patrão e empregado, entre proprietário e usuário, e aquelas relativas à construção da cidade, da nação, de um grupo religioso, por exemplo. Quanto a essa constituição de formas de relação social, Simmel aponta como exemplos o *estrangeiro* e o *viajante* (Simmel, 2005b).

O estrangeiro, na visão do autor, ocupa uma posição peculiar no espaço urbano. É sempre um outro, em vista de sua origem nacional. É, contudo, também visto como um elemento relativamente próximo – sua condição balança de um pêndulo a outro da alteridade subjetiva daqueles com quem tem contato. Entre aqueles sujeitos e indivíduos mais distantes, mais desconhecidos ou nunca vistos, o estrangeiro seria o mais próximo, aquele a quem se vê e se julga pela simultânea distância e proximidade.

O viajante, pelo contrário, seria sempre alguém considerado como *móvel*, sem posição fixa conhecida e cujas relações se desenvolveriam segundo essa inconstância posicional e sua impermanência temporal em um mesmo espaço – se estou aqui em uma cidade, amanhã estou em outra e depois em mais outra, as relações que posso desenvolver são muito limitadas, sendo, no mais, visto como alguém que vai a e perambula em determinados espaços sem efetivamente vivê-los.

O contraponto entre essas formas sociológicas, como Simmel as chama, “[...] revela também, certamente, que as relações concernentes ao espaço são, por um lado, apenas, a condição e, por outro, o *símbolo* das relações entre os seres humanos” (2005b).

p. 265, grifo meu). A cidade, logo, é não somente um espaço ou as relações no espaço, como também os símbolos que nela e dela são produzidos – não exclusivamente circunscreve e limita, como liberta.

Ainda na chave de formação sociológica do indivíduo e da constituição do capitalismo como modo de produção hegemônico no Ocidente dos séculos XIX e XX, temos a leitura de Weber sobre o espaço urbano. Em muitos sentidos similar aos recortes analíticos de Simmel, Weber (1966) argumenta que a cidade é o espaço onde o capitalismo encontrou terreno para sua consolidação e para sua expansão. Sua preocupação reflexiva é direcionada, quanto a este ponto, aos diferentes tipos de relação social presentes na cidade e ao modo como essas relações permitiram o desenvolvimento de um sistema econômico pautado na busca pelo lucro e pela racionalização instrumental de meios e fins. A burocracia racional, característica típica dos Estados modernos, é igualmente alvo de suas considerações.

A emergência da impessoalidade e do monetarismo, se decorrentes de transformações amplas proporcionadas pela economia capitalista, foram alavancadas pelas dimensões e pela grandeza das cidades ocidentais. A distância geográfica (e simbólica) entre indivíduos e entre indivíduos e locais de trabalho abriram margem, por exemplo, para que a divisão de trabalho capitalista pudesse se acentuar e ser convertida para os propósitos mesmos da economia: reprodução, acumulação e expansão. Essas mudanças não deixaram de ter efeitos sociológicos óbvios sobre a cidade e sobre seus moradores, numa relação espiral ascendente marcada pela crescente sobreposição do capitalismo a formas tradicionais de relação e a relações materiais não atravessadas por meios de troca universalmente impessoais, como o dinheiro.

Até aqui, falei da cidade europeia como objeto de estudo reflexivo: Simmel e Weber se concentrando em Berlim, Engels em Londres e em cidades industriais inglesas, como Manchester e Liverpool. Sobre Weber, é de se destacar, ainda, que seu *The City* (1966) aborda outras formações urbanas, notadamente localizadas em países asiáticos. No mais, contudo, seus estudos de caso além-Europa são tanto minuciosos quanto abran-

gentes, com fins de constituírem *tipos sociológicos* e, em seu olhar, fortemente direcionados a apontar os aspectos e formas singulares da cidade europeia – como um farol de luz que, apontando em uma outra direção, permite que se descubra mais acerca de si do que necessariamente do objeto para o qual se aponta.

Ocorre que, qualquer que seja a leitura feita sobre a cidade, hoje ou antes, sua abrangência definitivamente não estaria limitada ao continente europeu. Ampliando levemente o escopo de nossa análise, chegamos àquele que é o movimento conhecido como responsável pela definição da cidade como objeto antropológico e sociológico. Trato, obviamente, da Escola Sociológica de Chicago

A Escola Sociológica de Chicago: urbanização, individualização e segregação

Quando pensamos em uma Escola, é recorrente que pensemos imediatamente num conjunto mais ou menos definido de autores e autoras que compartilham de postulados, conceitos, categorias, hipóteses, etc. Assim vistos a posteriori ou *in ipso momento*, esses autores, mesmo que desconhecidos entre si ou distantes espacial e/ou temporalmente, constituem um grupo: estou aqui no Brasil do século XXI, mas se compartilho determinados propósitos com Weber ou com Marx e com outros autores, poderia ser então visto como parte da escola weberiana, da escola marxista e daí por diante. Como aponta Becker (1996), estas são as *escolas de pensamento*. A Escola Sociológica de Chicago não teria sido uma dessas.

Diferentemente delas, as *escolas da atividade*, como a de Chicago, reúnem pesquisadoras e pesquisadores que aceitam o desafio de trabalhar em conjunto. Embora ideias e conceitos fossem comuns e compartilhados entre seus autores, nem todos e todas as adotavam como cartilha de seguimento irrestrito – a despeito das pequenas ou grandes diferenças conceituais, toparam participar de um empreendimento teórico coletivo. Empreendimento que, ademais, não apenas ficou restrito ao seu campus de origem, da Universidade de Chicago, mas se espalhou pelo Estados Unidos e mundo afora. O

objeto inicial de estudo, e posteriormente, mesmo que para propósitos de comparação, era a cidade de Chicago e seu entorno.

A personagem mais lembrada da Escola estudou com Simmel. Trata-se de Robert Park, jornalista de formação e cientista social professor da Universidade de Chicago. Park (1967; Park, Burgess; Mackenzie, 1925) considerava que Chicago apresentava uma gama de possibilidades analíticas. A cidade vivenciara nos séculos XVIII e XIX, sobretudo nas décadas finais deste último, um crescimento populacional vertiginoso, por conta de uma onda migratória, tanto de estados localizados ao Sul do Estados Unidos, como de países europeus. Chicago tinha se tornado *grande e diversa*.

O país estava às voltas com um intenso processo de expansão econômica, com consequências enormes para o espaço urbano. Os frutos da Marcha para o Oeste, da abolição do regime de escravidão pós-guerra-civil e uma grande mudança nas formas tecnológicas aplicadas ao trabalho fizeram com que cidades pequenas e médias convivessem, naquele momento, com contingentes que começaram a beirar os milhares. Esta nova população não apenas levou ao adensamento das cidades como ao seu espraiamento espacial: as cidades, logo, tornaram-se maiores em espaço e mais concentradas em algumas de suas regiões.

Esse processo, se positivo para a economia capitalista, ao menos em termos quantitativos de produção bruta, tinha efeitos que Park considerava perniciosos. Durante esse período, a violência urbana aumentou, a cidade passou a ser mais segregada espacialmente, com distâncias consideráveis entre locais de trabalho e de moradia, cresceu o número de “delinquentes juvenis”, de “vadios”, inseridos num conjunto de pessoas cada vez mais apartado dos ciclos formais de produção econômica. Um conjunto imenso e variado, mas relativamente atrofiado – anômico, se pensarmos na contemporaneidade desta noção durkheimiana à época. Conflitos de ordem étnica, mormente integrados a rivalidades de origem nacional (italianos e irlandeses, por exemplo) e a tensões e disputas raciais (judeus e negros) passaram a ser comuns no espaço urbano e mesmo

a dar o caráter espacial da cidade – *bairros* e *vizinhanças* ocupados apenas por negros, somente por italianos ou com violência constante.

A Escola de Chicago, ao passo que propunha que essa transformação da cidade era cabível de ser refletida e analisada, carregava em seu âmago a pretensão de que o conjunto dessas reflexões e análises ensejassem mudanças políticas na organização urbana, na estrutura política e, a partir daí, na própria convivência entre diferentes pessoas e seus grupos. Todos, afinal, uma vez que moravam nos Estados Unidos, poderiam compartilhar de seus ideais nacionais e filosóficos: uma nação federada promotora da “liberdade” e do bem-estar individual.

A proeminência do modo de vida urbano nos Estados Unidos e em outros países crescentemente marcados pela industrialização fariam da cidade um “laboratório para a investigação do comportamento coletivo” (Park, 1967, p. 44). Embora essa expressão definidora não seja muito corrente em outros de seus estudos, podemos com ela apontar que entre os objetivos de estudar o espaço urbano, como propunha Park, residia algo mais do que o exclusivo interesse *na* cidade.

Com compromissos sociológicos debitários de Durkheim e de todo um conjunto de autores que fizeram companhia intelectual ao sociólogo francês, Park via na cidade e em tudo que ela engendrava (na estabilidade ou na transformação) uma trama relacional (espacial) de onde poderiam ser entendidas as relações sociais entre cidade e campo, entre cidade e indústria, entre seus moradores e, em outro nível, entre indivíduos (em nível abstrato ou empírico). Os microcosmos da vida cotidiana abrigariam, nesse sentido, exemplos de processos sociais (sociologicamente discerníveis) de maior envergadura. Se as sociedades “primitivas” permitiam entender aspectos estruturais da *sociedade* enquanto categoria analítica, sobretudo quanto a momentos inferiores de sua “evolução”, a cidade abriria o olhar para estágios superiores civilizatórios – decerto, também atravessados por problemas de organização, de conflito, etc.

Com esse intuito, Park, à frente do Departamento de Sociologia e Antropologia, escreveu uma série de artigos propositivos. Chicago despontava, pois, como unidade de análise, mas era também o modelo dentro do qual se poderiam ser tecidas considerações estruturais e morfológicas sobre a cidade *em si* – e, a partir daí, sobre esses processos de outros níveis, outras escalas. E o que seria essa cidade, esse laboratório? Segundo o autor:

Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (Park, 1967, p. 25).

A menção à natureza humana é fundamental para a compreensão de sua matriz de entendimento da cidade. Isto porque, para Park, a cidade era esse constructo sociológico ainda enraizado, em primeira instância, em princípios de ordem biológica, num *continuum* entre *natureza* e *cultura*. Daí ser possível se falar em um campo de conhecimento que se tornou conhecido como *ecologia humana*. Com raízes em algumas leituras sociológicas do pensamento darwiniano (Hannerz, 2015), entendia-se que a cidade era um espaço marcado especialmente pela competição individual e coletiva. Nesta luta do “homem” por espaços e recursos, surgiam formas diversas de organização espacial.

Muito do que normalmente consideramos como a cidade — seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de rua, e assim por diante — é, ou parece ser, mero artefato. Mas essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos adventícios que somente se tornam parte da cidade viva quando, e enquanto, se interligam *através do uso e costume*, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade (Park, 1967, p. 26).

Agora, embora fundamentada na natureza, a cidade seria um fato ecológico *na medida em que humano*. Era um fruto *sui generis* da cultura, “dos usos e costumes”, como afir-

ma, quiçá a maior realização civilizatória de sobreposição cultural sobre os imperativos biológicos – se distribuídas, num mesmo plano comparativo, diferentes “sociedades”. Como prova do espírito humano, e potencialmente diversa e mais inclusiva que outros contextos, era a cidade também marcada por processos muito explícitos de diferenciação, exclusão e segregação, mapeáveis pelo pesquisador interessado (Figura 1).

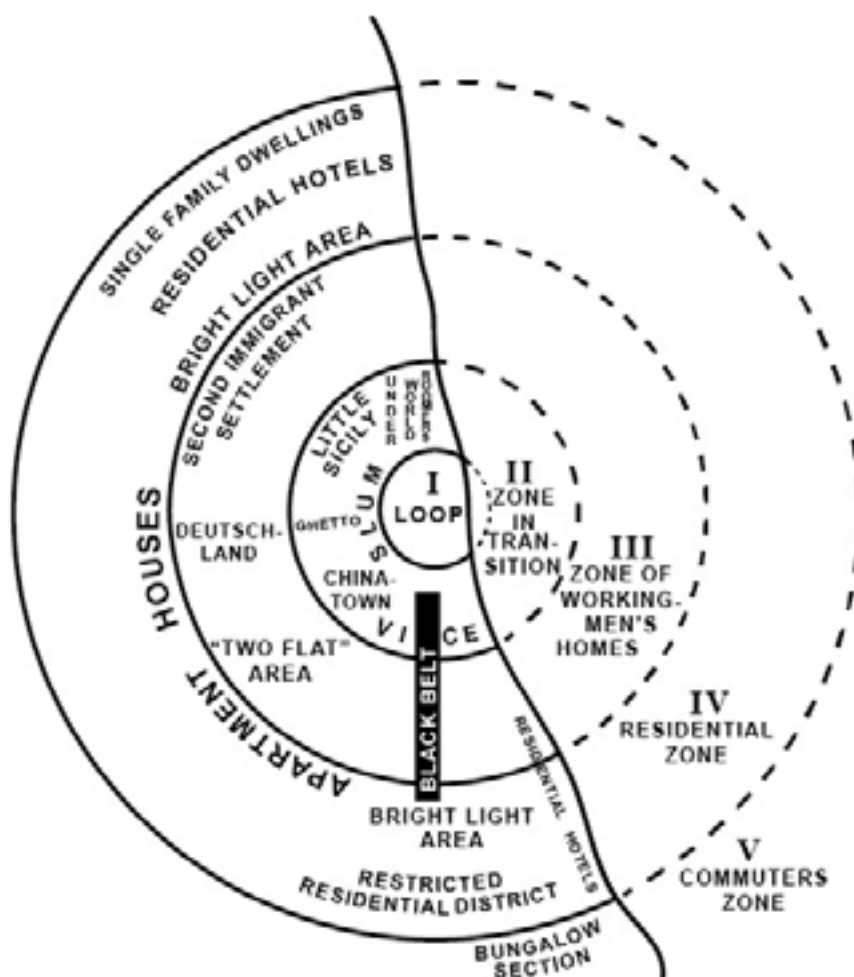


FIGURA 1 Diagrama de Chicago, segundo a articulação entre espaços, grupos de moradores e trabalho exercido. Fonte: Burgess, 1925, redesenhado, a fim de melhorar sua legibilidade, por Cecília Cartaxo, 2021

A segregação foi um tema comum a muitas das reflexões de Park. Nela, estavam tanto contidos o resultado do processo social e histórico quanto as possibilidades de seu redirecionamento. Se a cidade fosse desenvolvida *naturalmente*, apenas sob o peso

estrutural e circunstancial da economia capitalista e da política institucional (e da biologia, poderíamos acrescentar), decerto permaneceria plena de enclaves e espaços segregados entre si. Poder-se-ia, no entanto, com base no que *eram* sociologicamente, serem apontadas em outra direção. A cidade continuaria sendo grande e densa, seu esqueleto formal seria mantido, mas seria política e economicamente outra – por conseguinte, seriam os indivíduos e suas famílias.

Essa possibilidade de mudança, mais do que contida nas *zonas* elencadas por Burgess (Figura 1, constante de livro organizado, também, por Park), podia ser proporcionalmente maior nas *regiões morais*.

É inevitável que indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão, quer sejam proporcionadas por corridas de cavalos ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares. O resultado disso é que, dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas. Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações citadinas, pode assumir o caráter de uma “região moral”. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião (Park, 1967, p. 63).

A divisão geográfica de Chicago tinha, portanto, mais um componente. Esquemáticamente, podemos pensar em círculos concêntricos dentro de outros círculos concêntricos, de maior escala. Num determinado plano, a cidade definida em zonas, em outro menor definida por vizinhanças e regiões morais. Ainda que possamos ver tal delimitação como demasiadamente fechada, não custa lembrar que o exercício reflexivo de Park nunca impediu, pelo contrário, o desenvolvimento de pesquisas etnográficas e sociológicas profundas (Hannerz, 2015). O modelo servia como uma possibilidade de entendimento, não corroendo, ao menos não no todo, possibilidades analíticas e de trabalho.

Na região moral, distribuíam-se pequenos conjuntos de pessoas e grupos, conformados por interesses, gostos e temperamentos. Era o exemplo de regiões boêmias, de delinquência, de jogos de azar ou de espaços marcados por grandes fluxos ligados à vida religiosa, econômica, etc. Se os negros estavam, em sua maioria, espacializados numa mesma zona, nem por isso viviam *a mesma* vida cotidiana (Clair Drake; Cayton Jr., 1945). Essa era, segundo Park, uma das diferenças fundamentais da cidade em relação a outras formas humanas de assentamento – a possibilidade de subjetivação e individualização em meio à multidão e a pessoas relativamente parecidas consigo.

Para Park, a região moral, contudo, tanto concentrava pessoas com práticas cotidianas similares quanto *contaminava* aquelas que não tivessem proximidade ou afinidade com elas. Aí podemos vislumbrar um efeito psicologizante no modo como via a cidade. Sendo o espaço um conjunto articulado tanto de práticas quanto de representação (intra ou extralegais), também era nele que havia essa corrente de reprodução de comportamentos em uma escala impossível em outras sociedades.

Haveria, no espaço urbano, como que este fio invisível e imanente que vincularia indivíduos de lá para cá, em direções contraditórias e múltiplas. Lembrando-nos da conexão do autor com Simmel, vemos aqui os paradoxos que o pensador alemão via no espaço urbano: ao mesmo tempo um estímulo à individualidade, a cidade conduzia essa condição a níveis incertos e exagerados.

Façamos uma pausa importante. Até este ponto, trouxe à consideração as primeiras análises com propósito científico em relação à cidade (ocidental). É possível dizer que, enquanto uma forma distinta de ocupação espacial (e simbólica, e política, e social, e histórica, etc.), ao menos desde esses primeiros movimentos cientificizantes e em maior ou menor medida até em produções acadêmicas recentes, a cidade foi tanto definida por características que lhe seriam particulares (a cada uma delas) e comuns (entre diferentes cidades) quanto, por oposição, a outras formas de organização no espaço.

Sua definição como unidade de análise foi constantemente alicerçada na própria consolidação de outras que lhe seriam espelhadas, negativa ou positivamente. Algo similar ao que Foucault (2008) apontou, por exemplo, com relação à construção estatística da *população*, como categoria de entendimento que permitiu a gestão estatal e política do espaço e do controle sistemático do tempo. O próprio desenho da modulação política dos Estados nacionais foi possível a partir da possibilidade de definição de um *todo* que poderia ser analisado, destrinchado, controlado, direcionado. Esse *todo*, ademais, foi com o tempo diferenciado comparativamente, num processo ascendente de circunscrição histórica e conceitual de possibilidades de entendimento – e, claro, de intervenção. A cidade, se pensarmos como Park e aqueles que mais proximamente o precederam, é um todo desse nível e nesta escala, por ser um agregado heterogêneo sim, mas por se contrapor em relação a outras formas de ocupação – daí que, mesmo essa heterogeneidade, seria passível de controle e disciplina (e, num passo paralelo, de ser *conhecida*, isto é, um alvo *epistêmico*).

Em uma das conferências reunidas em *Imaginários Urbanos*, o antropólogo Néstor Canclini (1997) se questiona sobre o que é, afinal, uma cidade. Para responder, reúne algumas daquelas que considera as principais referências em estudos urbanos, os da Escola de Chicago entre eles, claro. Grosso modo, a cidade teria, ao longo de sua história conceitual, sido definida em termos de sua *diferença*, sua *economia* e sua *grandeza*. Essas chaves de entendimento não eram conjuntos fechados, segundo o autor, sendo mais categorias classificatórias que reuniam as discussões sobressalentes em um determinado número de autores e autoras.

Na primeira chave, o que distinguiria os espaços urbanos seria, essencialmente, sua relativa distinção quanto ao “rural”. A cidade se definiria como um contraponto, muitas vezes evolutivo, às zonas ditas rurais (e ao seu atraso, a sua personalidade e a sua baixa tecnologia). Deixavam-se de lado semelhanças, relações comuns, tráfegos simbólicos, de parentesco e de outras ordens para destacar a singularidade da *urbs*. O exemplo

mais recorrentemente citado dessa narrativa é o de Redfield e sua obra *Tepoztlán: a Mexican Village. A Study of Folk Life* (1930).

Redfield foi um pesquisador envolvido nas *atividades* da Escola de Chicago. Teve em Park não somente um professor como uma referência intelectual, de quem importou e atualizou algumas compreensões sobre a cidade – e o seu par oposto, os espaços rurais. Para ele:

A sociedade rural, ou *folk*, seria “[...] pequena, isolada, analfabeta e homogênea, com um forte sentido de solidariedade grupal. Os modos de viver estão convencionalizados naquele sistema coerente que chamamos de ‘cultura’. O comportamento é tradicional, espontâneo, acrítico e pessoal [...]” (Redfield, 1930, p. 293, tradução de Ruben Oliven, 2010).

Temos aí a influência nítida de Durkheim, representada na tentativa de criar um modelo de sociedade o mais sistematizado e circunscrito possível. Se o *folk* seria essa representação de uma coletividade intimista, pessoalizada, ao mesmo tempo que espontânea, acrítica, marcada por um processo ininterrupto de reprodução da tradição, a cidade seria o avesso: o mundo das relações impessoais, indiretas, profissionais, de maior mobilidade social e profissional, de subjetividades múltiplas, de tráfego intenso e complexo, ao passo que mais violento, segregado e sujo.

Longe de ser uma exceção em termos históricos e sociológicos, a postura essencialista de Redfield nunca deixou de ser parte da antropologia e da sociologia urbanas, a se ver, como exemplo, o modo como foram tratadas durante muito tempo “cidades latinoamericanas”, quase como que contraexemplos de cidades civilizadas, urbanizadas (europeias, estadunidenses, do norte global...). A noção de um conjunto socialmente homogêneo de cidades localizadas numa determina porção territorial seria, em si, fruto de um processo *inventivo* (Gorelik, 2005), de acomodação factual de elementos a priori associáveis em torno de um único polo atrator. Não deixou de ser o caso, como veremos no capítulo seguinte, das críticas modernistas às cidades brasileiras, ainda que sob o efeito relativista de serem consideradas como integrantes das chamadas

idades industriais – mas mais desgastadas, acabadas, desorganizadas, para o que contribuiriam nossas muitas “deficiências” históricas e sociais.

No segundo encadeamento epistemológico proposto por Canclini, a cidade poderia ser compreendida pela sua relevância histórica em concentrar atividades comerciais e industriais e propiciar a distribuição em maior escala de produtos e pessoas – às vezes, essas coisas se misturavam. De certo modo, essa consideração é ponto relativamente pacífico na historiografia e em estudos sociais. Aí entram em consideração as leituras de Engels (2008), como já vimos, e de Henri Lefebvre (2011), ainda que em tom crítico, sobre o quanto cidades e capitalismo, no mundo ocidental, imbricam-se de modo pernicioso.

Por último, as cidades seriam definíveis pelo seu tamanho, sua heterogeneidade e densidade. Em uma categoria: *grandeza*. Resgato, mais uma vez, o percurso que vínhamos trilhando sobre a Escola de Chicago, por compreender que seus autores compartilham de muitos dos parâmetros presentes nos três encadeamentos propostos por Canclini.

O trabalho realizado por Robert Park para a formação de uma geração de intelectuais estudiosos da cidade o tornou, sem nenhuma dúvida, uma figura constantemente lembrada como facilitadora: um pioneiro em criar portas políticas e analíticas antes inexploradas (Becker, 1996). Seus esforços certamente seriam menos conhecidos se outros não tivessem aderido ao que visualizava. Um desses autores que levaram à frente seu legado é Louis Wirth, cujo texto mais conhecido é *O urbanismo como modo de vida*, um artigo publicado originalmente em 1938 no *The Journal American of Sociology*. Seu trabalho destacadamente empírico foi publicado, contudo, dez anos antes. Trata-se de *The Ghetto* (1928), ao qual Wirth propõe o seguinte objetivo.

Este estudo é uma tentativa de compreender alguns detalhes da vida cultural de um grupo que possui uma longa história. A história dos judeus nos últimos mil anos oferece uma oportunidade para estudar as maneiras pelas quais a cultura de um grupo reage sobre o caráter de um povo e, inversamente, as mutações que ocorrem em uma cultura como resultado da mudança expe-

riências de um povo. A história dos judeus desse período é a história do gueto (Wirth, 1928, p. 1, tradução minha)³¹.

Esse parágrafo reúne a introdução de sua obra; como um universo em uma casca de noz. Para cumprir seu objetivo, o autor se debruçou sobre o gueto judeu chicagense, procurando entender como, ao longo do tempo e, sobretudo, pelas relações construídas entre as pessoas no espaço, o gueto se constituiu como uma *instituição*. Por que, perguntava-se, existe o isolamento judeu em um determinado espaço, não apenas nos Estados Unidos, como em grande parte da história europeia?

Ao seu ver, a resposta residia na combinação tanto de um processo de segregação, fruto de processos políticos, urbanos e religiosos de expropriação de suas terras e recursos, quanto de uma medida coletivamente tomada com o objetivo de se proteger. Com o passar dos anos e mesmo em diferentes formações sociais e diante de grandes diferenças históricas, estar guetizado se tornou não apenas a única opção, como a melhor, num misto sociológico de “é o que tem para hoje, porque não nos deixam outra alternativa” e “a gente prefere assim”.

No fundo, entretanto, estamos falando de um processo atravessado por violências de múltiplos níveis e de diferentes escalas – estas tanto as de escala estritamente urbana quanto as nacionais ou mesmo as internacionais, desenvolvidas em aspectos religiosos, de costumes (vestimentas e cuidados com o corpo), etc. Seu interesse por essa forma particular de segregação é um dos ancoradouros da proposta teórica contida no artigo que é lido em toda e qualquer disciplina introdutória em estudos urbanos.

Nesse texto, Wirth (1938) atinge outro degrau de abstração teórica. Aqui, mais do que entender um fenômeno em particular, este ou aquele caso, o autor quer dar conta do

31 No original, em inglês: “This study is an attempt to understand some of the details of the cultural life of a group that has a long history. The history of the Jews for the past one thousand years furnishes an opportunity to study the ways in which the culture of a group reacts upon the character of a people, and conversely, the mutations that take place in a culture as a result of the changing experiences of a people. The story of the Jews for this period is the story of the ghetto”.

conjunto desses fenômenos, situados na cidade e na contraposição desta com outras formas de organização social no espaço. Conjugando um esforço recorrente da Escola de Chicago, de estudar empiricamente e propor modelos teóricos, Wirth diz: “Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos (Wirth, 1967, p. 95)”. Simples assim.

As considerações de Simmel, Engels e Weber aparecem em sua definição. Como apontou Hannerz (2015), sua conceituação é tão curta quanto demasiadamente abrangente. O que pode ou não ser considerado dentro de seu escopo conceitual é, no limite, indefinido e sujeito a muitas e muitas circunstâncias. Frise-se, quanto a esse ponto, que há um advérbio de comparação na sua concepção de cidade: está lá o *relativamente*, tão relevante quanto as demais variáveis.

Isto porque a cidade não era um núcleo surgido “do nada”, em “meio ao nada”, “para o nada”. Aponte-se aí que a cidade industrial esteve estreitamente vinculada à consolidação da economia capitalista, assumindo, nesse período, diferentes formas de organização, a depender do processo de formação desse modo de produção. Mas isso em se falando da cidade industrial, um dos alvos, também, da crítica modernista. Agora, a bem da verdade, as cidades não surgiram *nesse momento*. Em algumas partes do mundo, antecedem, como forma espacial, o capitalismo, ainda que possam, hoje, estar imbuídas nele (Roy; Ong, 2011; Hannerz, 2015).

Historicamente, a cidade carregava, ademais, as mudanças políticas mais amplas de um país, uma nação, uma sociedade. Abrigava relações que, em outra escala, eram vividas por um conjunto mais amplo de pessoas, grupos, instituições e valores – fosse a Europa, fossem os Estados Unidos, fosse o Império Britânico, *ad infinitum*. Se a cidade era *relativamente* grande, densa e heterogênea, era também pela contraposição factual desse espaço a núcleos rurais, consideradas aqui as múltiplas dificuldades decorrentes de se encaixar com absoluta precisão os limites espaciais entre cidade e campo (o que dirá de suas relações sociológicas de ordens).

A cidade de Wirth era considerada, pois, como parte de um conjunto continuado de espaços sociológicos, políticos e econômicos: de menores, menos densos e mais homogêneos, para maiores, mais densos e mais heterogêneos. Essa diferença era discernível no nível de relacionamentos construídos entre indivíduos e seus grupos. Se a “sociedade” rural era marcada pela pessoalidade, pela proximidade e pela intimidade, com conhecimento universal de todas as regras e costumes do *todo*, por relações primárias, isso se dava de maneira praticamente oposta em Chicago, digo, na cidade: ela seria marcada, ao contrário, por relações secundárias, isto é, impessoais, indiretas, com variação no conhecimento individual acerca da organização geral da cidade e da sociedade. Aqui, os reflexos da análise de Simmel em sua análise são escancarados.

Esses três elementos, como elencados por Wirth (1938), fariam, sobretudo, do habitante da cidade um ser acostumado a outras influências e contatos, o que teria possibilitado o florescimento, sempre maior, da individualização enquanto chave ontológica da vida ocidental, a despeito, como apontou Simmel (1971), das inevitáveis contradições levadas a cabo nesse processo. A chave da grandeza conjuga elementos trazidos nas outras perspectivas, atribuindo ao espaço urbano a fronteira, senão última, principal do que Weber denominou de *desencantamento do mundo* (Weber, 1996, 2004).

Para Wirth, entretanto, a cidade não era uma mera extensão espacial do capitalismo de sua época, tampouco exclusivamente o espaço onde ele se desenvolvia plenamente. Atento às considerações da ecologia humana, argumentava que o espaço era uma variável extremamente importante para entender conflitos, tensões, acordos, animosidades, violências correntes na cidade – não que inexistissem em outros lugares, mas que tivessem se acentuado pela pressão nervosa, digamos assim, proporcionada pelo espaço urbano.

A leitura de autores da Escola de Chicago sobre a cidade foi fortemente exportada mundo afora. O Brasil, que à época vivia um momento de institucionalização de universidades e faculdades, bebeu recorrentemente dessa fonte. Mas não somente dela. Ao passo que a antropologia se expandia internacionalmente, outro conjunto de au-

tores desenvolveu uma série de noções, categorias e propostas de trabalho que foram relevantes para o campo dos estudos urbanos, ainda que não exclusivamente. Falo da Escola de Manchester, sobre a qual proponho uma breve discussão em seguida. Para o recorte de minha tese, a junção de ensinamentos de autores de ambas as Escolas, com os empréstimos, as atualizações e as críticas (mais ou menos pertinentes) que foram feitos com o tempo, constitui um conjunto teórico mais robusto e aplicável ao que percebi a partir de meu trabalho etnográfico.

A Escola de Manchester: urbanização e análise situacional

Não é incomum a noção de que a antropologia urbana foi um campo que se desenvolveu *após* a consolidação dos primeiros alicerces disciplinares da própria antropologia. Trata-se de uma visão historicamente parcial³².

Park publicou boa parte de seus escritos nas primeiras décadas do século XX. Simmel antes, no limiar da passagem dos séculos XIX e do seguinte. Não nos faz mal lembrar que uma das obras canônicas da antropologia – *Os argonautas do pacífico ocidental* –, foi publicada em 1922, por Malinowski. De fato, ao menos nessas primeiras décadas de proposições e discussões antropológicas, tanto as bases principiológicas disciplinares quanto as articulações em torno da cidade caminharam de modo paralelo. A se ver, por exemplo, pela consolidação da produção fértil dos autores da chamada Escola de Manchester, cuja influência direta do funcionalismo e do estrutural-funcionalismo britânicos é marcante, ao mesmo tempo que ligeiramente diversa, posto que aplicada sobre outros objetos de pesquisa e com diferenças (pontuais ou de maior envergadura) em relação aos desenhos metodológicos de suas etnografias.

32 É preciso considerar, ainda, que estou apenas mencionando uma conformação canônica da disciplina, uma vez que leituras e perspectivas do sul global ou, basicamente, não europeias e estadunidenses, constituíram a antropologia desde os seus primeiros momentos epistêmicos (Mafeje, 2008).

É mais do que sabido que nossa disciplina surgiu não apenas dentro do contexto político do colonialismo europeu como, em outro nível, fez parte dos próprios movimentos internos da política colonial e exploratória sobre países localizados preponderantemente no sul global (Stocking Jr., 1968, 1983; Mafeje, 2008). É aí também que surgem os estudos feitos no continente africano por autores como Gluckman (1981), Mitchell (2009) e Turner (2005). A condução de boa parte de seus estudos, bem como de outros pesquisadores do *contexto urbano*, foi feita sob a batuta do Instituto Rhodes Livingstone, criado em 1937 como suporte organizacional de estudos sociais realizados na então Rodésia do Norte (Hannerz, 2015), território que posteriormente foi incorporado à Zâmbia, quando de sua independência.

Como com relação à Escola de Chicago, a visão preponderante dos estudos de Manchester era de que o continente africano, em especial sua porção central, vivia um processo intenso, complexo e disputado de urbanização, industrialização, monetarização e impessoalização. “Sociedades” antes *tribais*, marcadas pelo convívio íntimo e próximo, cujo funcionamento orgânico estaria fortemente atrelado a regras – explícitas e implícitas – religiosas, políticas e de parentesco, estariam passando por uma grande transformação. Qual era essa mudança e o que poderia ser dito sobre ela eram as duas questões gerais que pairavam nas pesquisas propostas inicialmente pelo primeiro diretor do Rhodes Livingstone, Godfrey Wilson.

[...] Uma comunidade em que as relações impessoais são as mais importantes; onde o comércio, a lei e a religião fazem os homens dependentes de milhões de outros homens que eles nunca conheceram; uma comunidade composta de raças, nações e classes; na qual as tribos, já não mais quase mundos em si mesmas, agora ocupam seu lugar como pequenas unidades administrativas; um mundo da escrita, de conhecimento especializado e de habilidades técnicas sofisticadas (Wilson, 1941, p. 13 apud Hannerz, 2015, p. 118).

O mundo tribal dava lugar ao mundo impessoal e desencantado. Por um lado, se havia uma expectativa implícita por parte do autor de que esse processo era (e devia ser) irreversível, como que numa escala etapista, por outro, sua postura reflexiva era

de que essa irreversibilidade e todos os fenômenos associados a essa transformação eram menos óbvios do que poderiam aparentar. Traziam em seu bojo consequências negativas, mesmo que momentâneas, seja pelas violências diretas relacionadas ao processo, seja por conta das próprias mudanças em nível individual – aí residia, ademais, um ponto fundamental, uma vez que os membros de uma sociedade cada vez mais se tornavam *indivíduos*, perdendo os vínculos e os sentidos com suas matrizes comunitárias (e *tribais*).

A preocupação central que atravessou a Escola de Manchester foi a *destribalização*, definida como a mudança nas estruturas e formas sociais a partir de mudanças de ordem espacial, em virtude de migrações crescentes a espaços urbanos, como os do Copperbelt, uma província da então Rodésia do Norte com grandes afluxos populacionais para seus espaços urbanos. Em relação à Chicago, começa nesse ponto uma diferença fundamental: aqui, havia menos peso às tensões e às pressões decorrentes *do* espaço, com foco mais direcionado às relações construídas cotidianamente e às pequenas interações tecidas nesses relacionamentos – era no campo das conversas, dos rituais, dos deslocamentos que se encontrou a chave comparativa para entender, em primeira instância, os efeitos da colonização territorial.

Como bem enraizados nas perspectivas funcionalistas, o que se procurava nessas mudanças sociais mais profundas eram os modos pelos quais seria alcançado um novo *equilíbrio*. Tratava-se, claro, de um fundamento da existência das sociedades: que fossem relativamente estáveis, organizadas e equilibradas. Se, naquele momento, a África Central passava por agudas transformações, pelo que se vislumbravam nitidamente aspectos de desequilíbrio estrutural, isso teria fim, *logicamente*, em algum momento.

Por mais homogênea que fosse a linha de pesquisa proposta por Rhodes Livingstone, é pertinente apontar que, acompanhada da matriz equilíbrio-urbanização, os percursos de pesquisa foram alterados após a chegada de Max Gluckman ao posto de seu diretor. Naturalmente, o autor estava interessado tanto nas permanências quanto nas formas pelas quais as sociedades adquiriam novas estruturas e formas estáveis. No entanto,

para além da dimensão convergente e harmoniosa, Gluckman foi também um teórico do conflito (Hannerz, 2015, p. 126), por entender que constituía uma fonte fértil de pesquisa e de entendimento do processo histórico de desenvolvimento social. Mesmo que o conflito mais hora, menos hora fosse canalizado entropicamente para a estabilização social, não deixava de ser um elemento antropológico digno de consideração.

Em sua principal obra, *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*, o autor tece a seguinte conclusão:

Meu argumento é que, formulando processos nestas direções e relacionando-os ao funcionamento das forças fundamentais numa situação de mudança total, o sociólogo pode ser capaz de explicar, e mesmo de predizer, a obsolescência, a revitalização e a adoção de cultura numa sociedade em mudança composta por grupos culturais heterogêneos. Isto pode ser feito através da determinação do equilíbrio entre os processos de obsolescência, persistência, revitalização e a adoção de cultura (Gluckman, 1987, p. 307).

Para atentar ao conflito, o pesquisador deveria concentrar seu olhar não exclusivamente no estudo formal das regras e estruturas de uma sociedade, bem como, por meio dos aspectos propriamente culturais, observar momentos em que ela poderia evidenciar suas contingências e possibilidades de mudança. O conceito de *situação social* é sua proposta metodológica de trabalho etnográfico nesse sentido. A convivência prolongada em campo permitiria que o antropólogo visualizasse ocasiões de negociação, conflito e tensão entre pessoas e seus grupos. O termo é preciso quanto a esse ponto: a situação social mostraria os indivíduos em ação, jogando com as regras sociais e culturais de um povo, tornando-as mais ou menos elásticas e dando margem ao processo de sua flexibilização. Sua proposta *situacionista* se tornou a moeda teórica corrente nos estudos de Manchester.

Daqueles que se tornaram mais conhecidos nessa linha e que despertaram grande curiosidade no próprio diretor do Instituto, o exemplo típico é o que foi trabalhado por James Clyde Mitchell e seu *A dança Kalela: Aspectos das relações sociais entre africanos urbanos na Rodésia do Norte*, publicado em 1956 pela primeira vez. A Kalela era, segundo

o autor, uma dança de origem tribal, praticada no meio urbano, cujos meandros poderiam revelar algo mais sobre fenômenos de destribalização no território africano. Em linhas gerais, procurou descrevê-la como um *fato social total*, no sentido maussiano, alinhando permanência e transição. Já no primeiro parágrafo de seu texto, anuncia que a dança é “tribal”, utilizando-se das aspas como índices de relativização daquilo que seria considerado como marcadamente tradicional (Mitchell, 1958, p. 2).

Não considero necessário descrevê-la minuciosamente, algo que fugiria aos propósitos da compreensão que é pertinente ao argumento aqui delineado. O que Mitchell pontua é que a dança só adquire significado sociológico relevante se posta em consideração com sua história de formação e com as transformações territoriais vividas na Rodésia do Norte. Quanto a esse viés, afasta-se das propostas malinowskianas e de Radcliffe-Brown, agudamente preocupados com o *presente etnográfico* e menos com as transformações sociais anteriores à chegada do pesquisador em campo. Ao final, o autor sintetiza:

A estrutura rural tribal não tem nenhuma importância imediata na composição da equipe de dança, e o símbolo específico que usam para expressar sua unidade não é definitivo. Afirmo que o conjunto das relações entre um grupo de membros tribais no seu “habitat” rural é algo bem diferente do conjunto de relações dentro do mesmo grupo quando transposto para uma área urbana. Na área rural, as relações dos membros são parte de um sistema tribal completo. Eles fixam suas relações entre si em termos de laços de parentesco, sistema de clãs e sua “filiação” às vilas. Nas cidades, o padrão de sistema social é determinado predominantemente pelo sistema industrial que forma a base de sua existência e pelas leis que o governo sanciona para regulamentar a vida dos habitantes das cidades. Como as cidades têm se desenvolvido com base na produção industrial, ‘o laço monetário que envolve o poder de compra dos serviços e coisas vem suplantando as relações pessoais como base de associação’. A individualidade, nestas circunstâncias, deve ser substituída por categorias. A “tribo” se tornou uma destas categorias no Cinturão de Cobre, e apenas neste sentido a kalela é uma dança tribal (Mitchell, 1958, p. 54).

Os dançarinos Kalela, mesmo que executassem em suas apresentações papéis tradicionais, faziam-no de forma atualizada, tornando o “tribalismo” que lhes era característico anteriormente um significante relativizado a partir das novas relações construídas na

cidade. O *habitat*, nessa linha, trouxe aos dançarinos elementos com os quais não estavam habituados e seus propósitos cotidianos se diversificaram. A dança continuava sendo *tribal* apenas na medida em que fosse reivindicada como parte de um sistema social anterior, pouco a pouco menos comum. A cidade, ou melhor dizendo, todos os processos sociais nela espacializados, como a industrialização e a monetarização, teria(m) modulado as alianças tribais em outra direção e segundo outras formas, pelo que poderíamos afirmar que é no lócus urbano que estariam as novas bases (africanas) da estabilização social.

Importante notar que a dança mostrava, epistemologicamente, ao antropólogo devidamente atento que a sociedade “real” era produzida *circunstancialmente*. Isto é, diferentes situações poderiam levar a diferentes formas de entendimento. O amálgama delas, em última instância, poderia proporcionar uma compreensão mais totalizada de processos urbanos – e tribais. Nas circunstâncias, indivíduos podiam muitas vezes se contradizer, intencionalmente ou não, tornando suspeitas normas as quais deveriam seguir; a depender de com quem se estivesse, o que se pretendesse, o local onde determinada situação ocorresse, o resultado poderia ser diferente, a despeito das determinações por condicionantes estruturais. Era nesse balanço entre situação (contexto ou circunstância) e estrutura que ocorreria o desenvolvimento histórico social.

Uma das críticas dirigidas tanto aos situacionistas quanto aos postulantes da Escola de Chicago era de que suas pesquisas ora transitavam entre considerações específicas e mais profundas sobre o espaço urbano, ora apenas o tinham como um pano de fundo pouco articulado dentro do qual quem daria realmente as cartas seriam indivíduos, famílias e pequenos grupos – crítica que, ademais, diz respeito a premissas e objetivos teóricos, metodológicos, empíricos distintos. De um lado ou de outro, estavam aqueles que indagavam que o que ocorria na cidade era fruto de movimentos maiores, de outras escalas, relacionados a dimensões estruturais, econômicas, políticas, etc, e não necessariamente com tanta margem individual – e situacional – para a transformação social.

A seguir, caminharemos com uma parcela desses autores, a maioria inspirada em princípios marxistas, cujos argumentos giraram em torno de que a cidade, se tinha elementos peculiares e distinguíveis, era o espaço onde se desenvolviam, contradiziam-se, formulavam-se e se migalhavam os funcionamentos da economia capitalista. Não custa dizê-lo, a despeito das relativizações que seus próprios pioneiros teceram com relação ao que, então, argumentaram, que este movimento teórico tem implicações e enraizamentos recentes. Sigamos.

A produção do espaço: aproximações materialistas

Quando mencionei anteriormente o estudo de Engels sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, afirmei igualmente que a preocupação teórica do autor era, fundamentalmente, com as transformações do modo de produção capitalista. O estudo de caso que propôs antes era mais uma comprovação de seus postulados, do que uma possibilidade empírica de contradizê-los. Não teria como ser diferente, pensaria Engels, pelo caráter em si do capitalismo, estruturalmente condicionado pela acumulação e pela necessidade de expansão fronteiriça de mercados e consumidores.

A abrangência desse argumento vai na contramão da perspectiva relativista dos autores das escolas de Chicago e de Manchester. Para estes, sobretudo para aqueles filiados ao Instituto Rhodes-Livingstone, muito do que a sociologia e a antropologia tinham de especial na forma como produziam seu conhecimento estava relacionado ao fato de que supostamente atentavam para as relações de ordem cotidiana, aquelas sujeitas às sutilezas circunstanciais. Peirano (2004), quanto a esse ponto, chamou a atenção para a inevitabilidade epistemológica do *contexto* na produção acadêmica da antropologia, destacando que essa categoria é entendida como ponto relativamente pacífico da formação etnográfica: o conjunto de tramas, redes e experiências sociais formariam um todo particularizado de relações sociais, tanto no tempo quanto no

espaço, cuja apreensão permitiria registrar regularidades, padrões e constâncias de diferentes sociedades.

Sem questionar aqui as muitas premissas de fundo desse debate, pontuo que nem mesmo Chicago e Manchester adotaram exclusivamente essa perspectiva, uma vez que os resultados de suas pesquisas, no mais, acabaram por apontar que os processos de urbanização e de destribalização eram inexoráveis, com a conseqüente individualização social. Restava saber, claro, quais eram as minúcias e as miudezas desses processos.

Um daqueles que mais imediatamente se opuseram a essa postura relativista dos etnógrafos urbanos foi Castells, cuja obra mais lembrada nessa seara é *A questão urbana* (1983), publicada pela primeira vez em 1972. Em seu argumento, o tratamento teórico dado à cidade, sobretudo por autores da Escola de Chicago, mostrava que não havia propriamente uma questão *urbana*. Isto é, segundo considerou à época, não é que não se desenvolvessem fenômenos sociológicos, antropológicos, psicológicos e históricos nas cidades, no interior dos e entre espaços urbanos. A isso, não haveria como se opor. A espacialização dizia muito pouco, todavia, sobre o que Castells considerava como fundamental a ser desenvolvido como um programa rigoroso de estudos na cidade: o desvendamento de processos de maior escala e em outros níveis, quais seja, aqueles referentes ao modo de produção capitalista.

Em resumo, segundo Castells, a ciência social *na* cidade não deveria levar a crer que havia, por conseguinte e sem nenhum salto analítico errôneo, uma ciência social *da* cidade. A tipicidade urbana, em primeira instância, inexistia, sendo a cidade um dos suportes espaciais do desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições inerentes. A minúcia deveria, nessa lógica, dar lugar a análises socioeconômicas, quantitativas ou qualitativas que fossem, mas que buscassem cobrir relações estruturais e conjunturais na esteira da formação de uma economia mais e mais globalizada e predatória com o tempo.

Para esse campo analítico, Castells sugere a centralidade do que denomina como *ideologia urbana*, uma proposta teórica de articulação entre estudos nas cidades com as relações entre trabalho e capital. Se certos grupos dominam determinadas porções do espaço urbano, seria marcante, para o autor, o fato de que esse domínio se fundava na hegemonia de classe de outra ordem, pelo controle (mesmo que relativo) dos processos de produção. Uma *cultura urbana*, ou seja, uma forma cultural típica, seja de um bairro ou de uma vizinhança, não existiria sociologicamente e seria tão somente fruto de premissas metodológicas e teóricas erradas, como numa profecia autorrealizável (Merton, 1948) de coloração empírica relativamente ineficiente. Como eram o caso da *ecologia humana* e das *zonas concêntricas* de Park e daqueles que o seguiram intelectualmente.

Considerava o autor que a abordagem ecológica de Chicago era uma repetição irrefletida, no espaço urbano, dos pressupostos evolucionistas dos primeiros sociólogos e antropólogos. Sobrariam a suas pesquisas as assunções apriorísticas e faltariam aportes empíricos de peso. Se a cidade não era central, com o capitalismo o sendo, o viés culturalista, por premissa, seria nada factível sociologicamente. O caso das cidades soviéticas ilustraria, a seu ver, a validade de sua tese, pois que seriam organizadas por outras formas urbanas, em consonância com seu modo de produção hegemônico.

Em convergência ao seu argumento, Castells recorre às considerações analíticas de Henri Lefebvre, com quem compartilhava o princípio unificador pelo qual as cidades seriam, no geral, a extensão material-espacial (e, nessa medida, simbólica) da infraestrutura econômica. Um desses exemplos de convergência seria de Paris, mencionada por Lefebvre como uma das pontas de lança do processo de planejamento racionalista do espaço urbano em continuidade à expansão capitalista e à necessária produção decorrente dessa expansão: a transformação de uma coletividade – ou antes, sua sujeição – em figuras de consumidores e produtores.

Georges-Eugène Haussmann foi nomeado prefeito de Paris em 1853 logo nos primeiros anos do reinado de Napoleão III, um dos responsáveis pelo movimento que dissolveu o processo revolucionário vivido pela França em 1948. Sobre essa relação do sobrinho

napoleônico com o contexto político de então, não há obra mais conhecida que aquela de Marx (2011), em que o autor analisa as conjunturas políticas internas francesas e o quanto boa parte dos esforços institucionais autoritários (incluindo-se os da burguesia) para o espraiamento capitalista na Europa. Se hoje pensamos na figura de um prefeito(a) como alguém limitado por certos constrangimentos institucionais, no caso de Haussmann, as circunstâncias eram outras – foram poucos os limites políticos estabelecidos e, no mais, o administrador pode fazer o que quis e quando quis, desde que respeitados os ditames cientificistas da burguesia (Lefebvre, 2011).

Seu diagnóstico era simples (ou simplório?). A Paris de então era desorganizada, não funcional e suja. Os percursos viários eram demasiadamente complicados e dificultavam acessos que poderiam ser simples. O *centro* da cidade estava corrompido – séries e mais séries de conjuntos habitacionais miseráveis, de trabalhadores paupérrimos, enfileiradas num arrazoado disforme. A solução? Haussmann propôs que as vias de circulação se tornassem largas e extensas, permitindo o tráfego mais intenso. As casas desses moradores do centro foram postas abaixo e deram lugar à monumentalidade do poder e à proeminência, exemplificada no gigantismo, na efervescência da Champs-Élysées, um de seus alvos de intervenção. Esses mesmos moradores, como poderíamos imaginar, foram expulsos para as margens do espaço urbano considerado central, contra o que pouco puderam fazer.

A Paris-formigueiro, imprópria, deu lugar a uma cidade modernizada, ideal, com fluxos de pedestres e veículos bem estabelecidos. Como parte da estrutura política burguesa (Lefebvre, 2011; Harvey, 2012), o planejamento racionalista invisibilizou os indesejáveis, canalizou os fluxos de produção e de consumo. Uma reforma urbana exemplar do funcionamento orgânico do capitalismo, diria Lefebvre, pela despreocupação agressiva com interesses que não os da classe dominante e até pelo “embelezamento” proporcionado. Se para ser “bela”, Paris teve que bombardear e isolar seus próprios moradores, havia algo de errado – a depender do ponto de vista – com a forma desse objetivo ser atingido.

A crítica de Lefebvre não foi, contudo, apenas levantada contra a aliança entre capitalismo e planejamento urbano. Para o autor, a própria *totalização* do espaço urbano, como empreendida por planejadores, arquitetos e urbanistas, era ela mesma parte de um movimento violento para com a cidade e, claro, para com seus moradores. Ao passo que escaneava cartesianamente como deveria ser o espaço urbano, esse movimento intervencionista esquartejava muitas das potencialidades e criatividades que a cidade poderia proporcionar. A cidade-obra, que seria marcada pela vivência criativa, articulada e coletiva de seus cidadãos, dava lugar a uma cidade-produto, atravessada pelo crescente estreitamento das possibilidades de vida urbana, pela redução da vida a uma corrida “contra o tempo” e pela significação do espaço como *valor de troca* (Lefebvre, 2011). Cidade-produto porque cidade-mercado.

Entre esses planejadores, estavam aqueles envolvidos no movimento modernista em arquitetura e urbanismo, como Le Corbusier³³. Por mais que os princípios do planejamento modernista fossem, em maior ou menor medida, avessos à cidade industrial, não descartavam a relação instrumental entre capital e trabalho. Antes, naturalizavam-na, como que partícipes de uma lei social inevitável. Para Lefebvre, a disposição funcionalista do espaço urbano, longe do que pretendia, acabaria por favorecer as relações sociais apontadas negativamente pelo planejamento modernista. Em poucas palavras, se a cidade se tornasse *moderna* no sentido que objetivavam, o feitiço apenas viraria contra o feiticeiro.

Como uma das maneiras de se opor a esse impulso racionalizante, o autor propõe o que chamou de *direito à cidade*,

[...] como forma superior dos direitos, enquanto direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e a habitação. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) que se imbricam dentro do direito a cidade, revelando plenamente o uso.

33 No próximo capítulo, debruço-me em particular sobre o movimento modernista em arquitetura e urbanismo, em especial em sua relação com a idealização-construção de Brasília.

Nesse sentido [...] acabar-se-ia com a separação cotidianidade-lazer, vida cotidiana-festa e, justapondo-se na cidade dos espaços trabalho produtivo, da obra e do lazer. A cidade seria, nesta direção, a obra perpétua dos seus habitantes, contrária a ideia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento. Com essas ideias avanta a necessidade de uma nova cidade: aquela do homem urbano para quem a cidade e a própria vida cotidiana na cidade torna-se obra, apropriação, valor de uso (e não de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, da dominação sobre a natureza material (Lefebvre, 2011, p. 134)

Esse direito seria contraposto à segregação urbana, entendida não apenas como o alargamento das divisões sociais entre diferentes grupos, senão também como o estreitamento dos horizontes políticos de um em detrimento dos outros e como limitação da vida cotidiana. A cidade-obra não seria, friso, vivida sob a inconstância, é preciso dizer, como num arremedo de anarquismo ingênuo, mas tão somente como fruto das relações produzidas por seus moradores e entre eles, como autônomos e no controle de seu próprio tempo. Quanto a isso, se o espaço era uma categoria utilizada como forma de fazer expandir um sistema econômico, seria nele igualmente que poderiam surgir novas matrizes e formas de sociabilidade, produtoras de novos sistemas produtivos.

Na proposta teórica de Lefebvre, estão incorporados muitos de seus postulados analíticos mais constantes, a despeito das óbvias transformações pelas quais passou seu pensamento ao longo da vida (Frehse, 2015). Em si, o *direito à cidade* seria garantido e possível, como também os movimentos que lhe opõem, pelo caráter relacional do espaço urbano, que encontram melhor definição na *produção do espaço* (Lefebvre, 2000; Schmid, 2012, Harvey, 2012).

Por mais que a definição hoje possa ser considerada relativamente vazia, muito por conta de seu uso indiscriminado e inapropriado teoricamente (Schmid, 2012), o conceito lefebviano é uma das bases de sua construção teórica. Se o espaço é produzido, isto é, é feito, refeito, disputado e tramado por pessoas, por grupos, por classes, por ideias, *como* isso ocorre, *por que* ocorre e *quando* ocorre constituem perguntas-chave para o autor. Um espaço ser *social* não é uma conclusão, é antes uma premissa.

Esta premissa é fundamentada em duas tríades. Para Lefebvre, o espaço urbano, e em nível mais abstrato, o espaço de forma generalista, pode ser compreendido como resultado e princípio da articulação entre *prática espacial*, *representação do espaço* e *espaços de representação*. Em paralelo, esse espaço enquanto fenômeno sociológico e filosoficamente analisável, pode ser compreendido como *percebido*, *concebido* e *vivido*. Reitere-se que a potência analítica é expressamente derivada, em sua linha de pensamento, pelo fato de que essas dimensões são parte da vida cotidiana e das relações sociais e forças políticas circunstanciais e estruturais em jogo.

- a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance.
- b) As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”.
- c) Os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação (Lefebvre, 2006, p. 59).

A primeira dimensão, a da percepção, está relacionada com a materialidade mesma da vida cotidiana, nas formas de interação entre corpo e espaço, sabendo-se desde o primeiro momento que essas formas não são necessariamente dadas, isto é, são compostas tanto de aspectos sincrônicos quanto daqueles diacrônicos, produzidos em outros tempos e com reflexos diretos nas atuais modulações de sociabilidade e de expressão corporal individual e coletiva (Frehse, 2015).

A representação do espaço, a dimensão concebida, é aquela na qual estão situadas as proposições ordenadoras do espaço, seja de planejadores, seja de tecnocratas ou sejam aquelas articuladas em torno de uma vizinhança. São as visões e determinações *do poder*, que estabelecem os padrões esperados de ocupação e de experimentação espacial. Em relação às superquadras residenciais localizadas no Plano Piloto, na Brasília

de moradores e moradoras das camadas médias, poderíamos pensar, de um lado, nas determinações legais-governamentais do que é permitido se construir em tal espaço (uma escola, um comércio, um bloco residencial), e, de outro, nos comportamentos considerados próprios e impróprios, apreensíveis na observação etnográfica.

Caso, por exemplo, como veremos mais especificamente no capítulo V, do uso de maco-nha por jovens nos pilotis de blocos da Asa Sul, geradores de muitas controvérsias entre proprietários de apartamentos, ainda mais quando este uso é *corporalmente* marcado: uma coisa são jovens moradores desses blocos ou preconcebidos como moradores, seja pela vestimenta, seja pela cor da pele (branca); outra distinta é o uso feito por jovens que não se encara como “dali” – em uniformes de escolas públicas, negros e negras. Todo esse julgamento, ademais, parte de um conjunto de definições apriorísticas e experienciais que permitem ao morador considerar, segundo sua percepção, quem é e quem *não é* morador. Representação do espaço se articula aqui com a prática espacial.

No terceiro pilar do tripé analítico lefebrviano, os espaços vividos, de representação, como a dimensão onde podem ser inseridas as formas suspeitas, inesperadas, indesejáveis da vida social (e urbana).

Combinando o real e o imaginado, sem a priori privilegiar um em detrimento de outro, esses espaços de representação são o terreno para a geração de contra-espacos, espacos de resistência à ordem dominante decorrentes precisamente da sua posição marginalizada, periférica e subordinada. Ele sobrepõe o espaco físico, fazendo uso simbólico de seus objetos (Araújo, 2021, p. 57).

Voltemos ao exemplo que trouxe pouco antes. O uso de uma droga ilícita no espaco urbano pode ser feito a céu aberto e de modo escancarado ou, por outro lado, de modos menos visíveis, atrás de moitas, de pequenas construções de concreto. Essas formas diversas, se podem variar no interior de um grupo de estudantes de escolas públicas, é muitas vezes completamente diferente daquele feito por um jovem morador de uma superquadra. Pertencente a um ou outro grupo, ambos se arriscam, pelo status inde-

sejável da maconha, mas com riscos diferenciais e sob escrutínios coletivos por vezes antagônicos – em um caso, pode se tratar de um comportamento criminoso, em outro, rebelde.

Os *contra-espacos* estão aí inseridos como parte de espaços de representação e no universo das práticas espaciais. Isso em se tratando desse nível de interação, uma vez que podem existir, e Lefebvre esteve atento a isso, aqueles espaços que de modo mais global se constituem em oposição a outros comparativamente hegemônicos – caso de bairros habitados por classes trabalhadoras e artísticas, ou de regiões da cidade com grande circulação de pessoas em situação de rua.

Sua proposta é bem similar à trabalhada por De Certeau (1998) quando diferencia as ações *estratégicas* e as *táticas* no espaço urbano. Nesta metáfora bélica, as primeiras dizem respeito às ações que procuram ordenar, controlar, padronizar o espaço urbano, as segundas aquelas que se opõem direta ou indiretamente, silenciosa ou agudamente, às primeiras. A articulação entre ambas não seria, segundo propõe o autor, parte de um cenário apenas sincrônico, das relações coetâneas entre sujeitos, senão partícipes de um processo dialógico e diacrônico (poderia dizer dialético) de envolvimento e transformação – uma ação tática pode levar à maior rigidez na estratégia ou a sua flexibilização e, quem sabe, a seu apagamento.

O argumento principiológico de Lefebvre é fundamental para minha proposta quanto às superquadras. Isto porque, segundo considero, seu desenho analítico, se parte de fundamentos materialistas (as relações econômicas, as interações entre corpos e entre esses e o espaço, as transformações físicas do espaço), abre margem para que as relações simbólicas, idealistas, propositivas, mais ou menos abstratas, também sejam uma variável de processo urbano – enfim, na produção do espaço.

Foge, nesse sentido, de um materialismo vulgar ou de um apego restritivo à objetificação de indivíduos, grupos, famílias, como se fossem arquétipos de conjuntos categóricos que lhes são exteriores. A produção do espaço não é um universo de reprodução,

uma vez que nela é flagrante a possibilidade (mediada, constrangida, potencializada) de mudança.

É na esteira desta possibilidade da mudança como premissa da análise triádica que o britânico David Harvey baliza sua atualização crítica da perspectiva de Lefebvre. Compartilhando do princípio materialista de raiz historicista e da articulação deste com os sentidos simbólicos produzidos no (e com o) espaço urbano, Harvey atenta de maneira mais evidenciada para a ampliação criativa e destrutiva do capitalismo como modo de produção, canalizada pela centralidade do lucro como mecanismo de coesão sistemática de seu funcionamento e, derivada desta, da dimensão multiescalar assumida pelas relações capital-trabalho.

Se considerarmos o espaço como absoluto, ele se torna uma “coisa em si”, com uma existência independente da matéria. O espaço, então, possui uma estrutura que podemos usar para classificar ou individualizar fenômenos. Essa visão do espaço relativo propõe que o espaço seja entendido como uma relação entre objetos que existe apenas porque os objetos existem e se relacionam entre si. Há outro sentido em que o espaço pode ser visto como relativo, e eu escolho chamar esse espaço relacional - espaço considerado à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos no sentido de que um objeto só pode existir na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos³⁴ (Harvey, 1973, p. 13, tradução minha).

Se, no período em que Lefebvre escreveu, particularmente quando do lançamento de sua obra mais conhecida, *O Direito à Cidade* (1968), a classe trabalhadora possuía força política a ponto de ser protagonista de mudanças sociais amplas e intensas, no final dos anos 90 e a partir da virada do milênio, a economia capitalista se alastrou para *toda* a vida. O capitalismo como uma concertação econômica no interior das nações

34 No original: “If we regard space as absolute, it becomes a “thing in itself” with an existence independent of matter. It then possesses a structure that we can use to pigeonhole or individuate phenomena. This view of relative space proposes that space be understood as a relationship between objects that exists only because objects exist and relate to each other. There is another sense in which space can be viewed as relative, and I choose to call this relational space— space regarded in the manner of Leibniz, as being contained in objects in the sense that an object can be said to exist only insofar as it contains and represents within itself relationships to other objects.

e entre elas se tornou um problema de escala planetária. Evidentemente, as cidades desempenharam um papel fundamental nesse escalonamento e na produção da desigualdade e da segregação – é via expropriação urbana que muitas das fronteiras do capital se expandem e, passo concomitante, integram fluxos de consumo e circulação de bens e mercadorias.

Para Harvey, hoje mais do que nunca, falar de capitalismo – e de alternativas políticas a ele – exige o debate sobre qual cidade se deseja e o que deve ser feito para que ela seja plenamente realizada. Segundo sua expressão tanto poética quanto generalista: para que a cidade atenda “aos desejos de seu coração” (Harvey, 2012, p. xvi, tradução minha). Na pretensão de tanto ilustrar seu pensamento quanto de demonstrar a validade da análise de Lefebvre, o autor recorre, em *Rebel Cities* (2012), a exemplos de revoltas populares costurados na primeira década do século XXI e a movimentos urbanos que reivindicam uma nova cidade e, nessa lógica, um novo modo de viver, como a insurgência popular da Primavera Árabe e a urbanidade anti-hegemônica expressa por moradores da região boliviana de El Alto. Ao seu ver, movimentos desse tipo não somente traçam a cidade como um espaço a ser modificado, como um *direito*; é nelas que estão os fragmentos de um processo que poderia ser ampliado e articulado em escala global: uma *revolução urbana* (Harvey, 2012).

Só quando a política se centrar na produção e na reprodução da vida urbana como o centro do processo de trabalho a partir do qual surgem os impulsos revolucionários, será possível mobilizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Só quando se entende que quem constrói e sustenta a vida urbana tem uma reivindicação primária sobre o que eles produziram, e que uma de suas reivindicações é o direito não alienado de tornar uma cidade mais aos desejos de seu coração, chegaremos a uma

política do urbano que fará sentido. “A cidade pode estar morta;” Lefebvre parece dizer, mas vida longa à cidade” (Harvey, 2012, p. xvi, tradução minha)³⁵.

Harvey caminha simultaneamente em duas escalas de análise: micro e macro. Seus exemplos anticapitalistas, por mais que “revelem” estruturas socioeconômicas maiores, posturas políticas elitistas e movimentos globais de expansão capitalista *contra* alternativas cosmo-sociológicas, não são em grande medida um exercício antropológico sobre essas alternativas. Antes, e na quadratura de sua postura teórica, são anteparos de suas considerações sobre o capitalismo. Não se trata, obviamente, de um problema *metodológico* em si, mas de um caminho que é o mais costumeiro em eixos analíticos materialistas. Caminho que escolhi não seguir de antemão. É aqui que trago à cena, mais uma vez, Castells.

A rede como premissa analítica: breves considerações

Como ressaltai, Manuel Castells (1974) foi acentuadamente crítico à Escola Sociológica de Chicago. Em uma leitura mais atravessada e ligeiramente apressada, poderíamos considerar essa crítica pertinente. Ora, se a etnografia e determinada microsociologia eram os aportes que seus estudiosos mais procuravam levar adiante, suas conclusões, em maioria, beiravam a uma replicação durkheimiana de função-representação. As pretensões culturalistas, se errôneas na base, seriam inatingíveis como resultado nos modos como seus autores se portavam.

35 No original, “Only when politics focuses on the production and reproduction of urban life as the central labor process out of which revolutionary impulses arise will it be possible to mobilize anti-capitalist struggles capable of radically transforming daily life. Only when it is understood that those who build and sustain urban life have a primary claim to that which they have produced, and that one of their claims is to the unalienated right to make a city more after their own heart’s desire, will we arrive at a politics of the urban that will make sense. ‘The city may be dead’ Lefebvre seems to say, but ‘long live the city!’”

Quanto a isso, Castells (1983) mudou de ideia. Melhor dizendo, relativizou sua crítica, numa reedição de *A questão urbana*. Ainda considerando os contornos ecológicos, naturalistas e funcionalistas pouco promissores intelectualmente, Castells reconheceu a qualidade analítica dessa escola de atividade em relação ao que metodologicamente realizou. Usando-me da velha e até desgastada metáfora de não jogar a água do banho com o bebê junto, o autor admitiu, como elementos de força em boas análises teóricas, a relevância da etnografia e das análises relativistas ou que procurassem, por outros meios, os meandros, os interstícios do espaço urbano – os aspectos que escapavam da tentativa forçada de amarração universalista. As cidades continuavam (Castells, 1983, 2003), em sua perspectiva, a não ter a centralidade que aparentariam ter, mas poderiam ser um território analítico promissor para o entendimento de formas estruturais e organizacionais de outras escalas, cuja precisão poderia estar localizada menos em contornos quantitativistas, de agregação de informações em macrodados, e mais no pequeno, no ínfimo, no íntimo.

No conjunto dessa releitura sobre a Escola de Chicago e, mais adiante em suas análises, Castells passou a adotar como elemento de suas análises o conceito de *rede*, absurdamente em voga hoje, levando-se em conta a emergência de formas de comunicação vinculadas ao uso de celulares, smartphones e computadores. Em sua leitura, claro, *rede* não eram as redes sociais como as conhecemos, ainda que a relação seja indiretamente possível. Segundo afirmou (2002), as cidades estão cada vez mais conectadas em termos da circulação de bens e produtos (incluída a informação), os países mais e mais interdependentes, em suma, a relação *espaço-tempo* (Harvey, 2002) ganhou outra intensidade e novas formas a partir da hegemonização da internet e de comunicações virtuais (a distância) na vida social.

Daí ser necessário ter em mente que essa conexão, interrelação, interdependência, é construída cotidianamente, em conjunto com outros processos sociais (vide capitalismo). Essas relações são tramadas em rede, entre pontos, vínculos, caminhos, com ligações mais ou menos intensas, mais ou menos distantes. Uma empresa vende a

um país X mercadorias produzidas no país Y, com insumos de Z, T e B, pela mediação tecnológica virtual de computadores fabricados em F, e daí por diante, num processo relativamente indefinido de circulação e complexificação das relações tradicionais entre capital e trabalho. E, claro, espaço.

Esse novo momento histórico inauguraria a distinção entre *espaços de fluxo* e *espaços de lugar*, um inexistente, na escala global, sem o outro. O primeiro seria formado pela simultaneidade informacional independente de contiguidade territorial. Posso me conectar com um amigo no Japão e conversar “como se” estivéssemos lado a lado, apesar de estarmos geograficamente muito distantes e em fusos horários quase que diametralmente opostos. Quem garantiria a simultaneidade seriam os *fluxos* (de informação, de dados, de conteúdo, etc).

Por sua vez, os espaços de lugar seriam aqueles tradicionalmente compreendidos dentro da categoria *espaço*: as ruas, as avenidas, as praças, os apartamentos, as casas. Mas não apenas, porque espaços de lugar *sustentam* a existência dos fluxos. Se uma rede é uma ligação entre pontos, há uma base material que torna possível a comunicação virtual, o fluxo informacional. Uma transmissão online depende de um celular, que depende de um lugar onde possa ser fabricado, que depende de insumos para essa fabricação. Uma conexão de internet é mantida por servidores físicos instalados territorialmente, que dependem de energia elétrica produzida por estações de produção energética, que dependem... O limite dessa rede é dado pelo ângulo de observação teórica, pelo recorte metodológico, mas, numa *sociedade em rede*, tudo pode estar interligado.

A ideia de rede é interessante, como argumento, porque articula pontos analíticos que a priori nem poderiam ser considerados como parte de um problema etnográfico e destravar chaves explicativas em potencial. Agora, se tudo está em rede, corre-se o risco não improvável de que a conclusão a que sempre chegaremos é de que, afinal, “levando isso, aquilo e mais um pouco disto em consideração, temos uma rede”. Algo similar ao que pode ocorrer a partir da postura de Lefebvre: tudo o mais constante, o

espaço é produzido? Ficam não respondidos os *quês*, os *comos*, os *ondes*, os *quandos*, os *apesares*...

Neste longo percurso proposto, chego, então, a Bruno Latour, com sua proposta *simétrica* de sociologia. Tendo se concentrado de início em estudos de técnica e de ciência, com foco apenas indireto no espaço urbano, considero que as frentes de análise desenvolvidas em sua obra e a partir dela permitem extravasamento teórico para o campo dos estudos urbanos, sobretudo em se considerado sua proposta sobre Paris: *Paris: cidade invisível* (Latour, 2009)³⁶, experimento teórico, literário e interativo considerado por ele como uma forma alternativa de se ler *Reagregando o social* (Latour, 2012).

Na abertura de seu texto, Latour afirma: “Tudo em uma cidade permanece invisível, tudo, e acima de tudo, a cidade tomada como totalidade” (2009, p. 1). Um dos pontos centrais da sociologia latouriana está concentrada nessa frase: a sociologia foi construída tendo como premissa que o *social* é um elemento que deve ser compreendido *a partir* da análise teórica, metodológica e empírica. Este fundamento não é de todo incorreto, uma vez que as ciências sociais como um todo criaram um *objeto de estudo* com essa postura de trabalho, em especial pela influência de Durkheim e dos funcionalistas britânicos.

Se, por um lado, esse raciocínio sociologizante pode fazer sentido, por outro, é completamente descabido. Isto porque, argumenta Latour, a *sociedade*, como entendida pelos sociólogos, simplesmente não existe, na escala cotidiana dos *atores*. A sociedade é uma criação epistemológica a posteriori, definível uma vez traçadas as articulações, os encontros, os curtos-circuitos entre humanos e não humanos. Essa definição quem dá é o *social*, somente plenamente discernível se entendido como o vínculo que as pessoas criam entre si, entre objetos, com pensamentos filosóficos, com religiões, partidos, computadores, telas de celular, etc.

36 Há um conteúdo imagético disponível online, como parte do argumento do autor, em coautoria com Hermant (Latour; Hermant, 2004). O link de acesso é: <http://www.bruno-latour.fr/virtual/>. Acesso em 05 mar. 2021.

Longe de considerar esse esforço como hercúleo, Latour o destaca como o único que atende aos requisitos dos atores em si. Ator, destaque-se, como não necessariamente uma pessoa, um grupo, senão como esses e outros elementos da ação que devem ser considerados. Se, no dia a dia, eu me comunico com amigos e colegas de trabalho por meio de celular e de uma conexão à internet, por que eu desconsideraria esses outros elementos (não humanos) como partes de uma *rede* ligada pelo *social*? Eles fazem parte da interação, quando não, muitas vezes, tornam-na possível e contínua. Ao menos quanto a esse ponto, as noções de rede de Latour e de Castells são similares. Com exceção de muitos outros aspectos, fundamentais.

A preocupação de Castells, como procurei ressaltar, é com a construção global de fluxos de bens, serviços e informações, com a consequente formação de uma rede maior desses mesmos fluxos. Latour (2012) argumenta, contudo, que essa rede global é igualmente um *salto de fé* do pensador social. Não se trata de uma forma distinta de conduzir pesquisas, mas mesmo de iniciá-las. Um problema de pesquisa, por mais preciso que seja, certamente será alterado, catapultado, reduzido, esmigalhado, uma vez em campo. Daí, claro, a força de uma etnografia que procura o mais fielmente possível *descrever* o campo, em sintonia com os caminhos feitos pelos atores. A *descrição* seria o principal objetivo de um cientista social, porque evitaria esses saltos em direção à teoria ou a interpretações sobre os atores que não estivessem diretamente relacionadas ao *social* que os enreda.

Uma rede global pode até existir, mas desde que ancorada, sustentada e produzida pela *ação*. Humanos e não humanos em interação constante, reivindicando-se constantemente, vinculando-se, abandonando uns aos outros no caminho, mas criando um conjunto mais ou menos discernível sociologicamente nesse processo. Um *coletivo*, Latour (2012) diria, procurando se afastar da rigidez que atribui ao conceito de sociedade.

Por óbvio que a noção de rede foi tematizada, debatida e contraposta por muitos outros autores, a se ver pelo exemplo de John Barnes, um dos pesquisadores da Escola de Manchester, que publicou *Social Networks* (1972), discutindo a pertinência sistemática

da rede em estudos antropológicos. Meus objetivos aqui são mais modestos e estão distantes de uma pretensa exegese da noção ao longo da história da antropologia e da sociologia. Mais do que propriamente a centralidade da rede, julgo que, a partir de Latour, o entendimento da *produção do espaço*, retomando-se aí o materialismo de Lefebvre e de Harvey, torna-se mais qualificado quando em diálogo com produções etnográficas.

Não que a cidade passe a não existir. De fato, ela está aí, vemos nas placas dos carros, nos mapas de GPS, nas disposições legislativas, nas músicas, nos discursos políticos: trata-se de avaliar como ela é produzida e *qual* cidade é produzida, por *quem* e *como*.

Como veremos, adotar esse caminho *com* Brasília é o inverso do proposto pelo modernismo arquitetônico e, de muitas formas, divergente de parcela significativa de estudos sobre a cidade. Se temos o “avião” composto pelas Asas Sul e Norte e pelo Eixo Monumental, visível em visão panorâmica e a partir de satélites, tido como a prova da aplicação prática da concepção urbana de Lucio Costa, temos também os elementos responsáveis pela oxigenação, lubrificação, por seu abastecimento. Em nenhum momento do plano piloto para a capital, aliás, mencionava-se o avião como a forma representativa do espaço urbano (nem a palavra asa aparecia, sendo tão somente explicitada a menção a metades sul e norte da atividade). Brasília, até nisso, foi construída na articulação entre o vivido no cotidiano e suas representações – e vice-versa. Entre a imagem de satélite e da prancheta do arquiteto, há um salto muito grande em termos de escala. As pessoas com quem conversei o fazem rotineiramente, destaque-se, como veremos nos capítulos IV e V.

Importante notar, nesse ponto, que as visualizações de outras escalas, como a dos mapas já inseridos anteriormente (ver, por exemplo, Mapa 1 e Fotos 11 e 12), não são a priori descartáveis. Latour mesmo admite que a teoria *ator-rede* é utilizável na medida em que aplicável a uma determinada articulação empírica e teórica (Latour, 2012). Essa informação visual, no entanto, deve ser útil se ilustra um vínculo social entre atores do campo e é ainda mais justificável se, particularmente, esses mesmos atores fazem uso

dessa forma discursiva. Temos, com alguns e algumas dos moradores de superquadras de Brasília, um caso exemplar dessa possibilidade, uma vez que o modernismo como valor (de formação de comunidade e de instrumento de segregação) é, vez ou outra, posto em questão.

Assim como o mapa não é o território, mas se situa no território, no qual ela acelera ou facilita certos deslocamentos; assim como a lista telefônica não é “Paris toda”, mas dela faz parte ao assinalar os endereços; da mesma maneira as fórmulas totalizantes que tomam Paris “como um todo” circulam, também elas, por Paris, à qual acrescentam, por assim dizer, seus *fragmentos de totalização*. Até os panoramas mais globais têm um endereço, e mesmo que apresentem uma versão erudita e quantificada, que vejam “tudo”, isso se passa sempre “dentro” de uma sala obscura (Latour, 2009, p. 5-6, grifo no original).

O *fragmento de totalização* é o elemento (ator) que participa, mais ou menos intensamente, da formação de um conjunto. Esse conjunto (*totalidade*), embora definido e descrito, é instável e requer o esforço articulado e ativo para que se mantenha assim. É assim que se definem parâmetros, níveis de medição, universidades, teses acadêmicas, estradas. A totalidade é uma construção que depende da produção, não um prédio que se sustenta sozinho. Daí que podemos afirmar que a nova sociabilidade de Brasília, pretendida quando de sua construção, não se sustentaria sozinha, ainda mais quando todos se opunham aos seus contornos.

Latour recorre à noção-metáfora de *plasma* como suporte empírico dessa frente analítica. Para ele, o espaço teria o defeito de historicamente ser associado a algo independente da ação em rede de atores. O plasma é onde ocorrem totalizações e circulações de elementos, à espera de movimento e de articulação por humanos e não humanos. É no plasma que são desfeitas as bonecas russas de categorização dos cientistas sociais. Essas nas quais tendemos a colocar coisa sobre coisa, como num encaixe relativamente perfeito e ideal: o universo abarcando um sistema solar, que abrange um planeta, este engloba países, nos países moram cidadãos...

Abra agora todas as bonecas: mergulhe-as no plasma, deixando cada uma delas definir o que é maior e o que é menor que elas, sem ordená-las de antemão e abrindo todas as controvérsias sobre as relações disputadas entre as partes e o todo. É a Paris invisível. É a Paris política. É a Paris a compor (Latour, 2009, p. 7).

Em sua concepção, a política é a tarefa de *composição*, de unir elementos em torno de um ponto em comum, ainda que provisoriamente, formando-se a partir daí *coletivos* de ação. Paris surgiria (surge!, ele diria) apenas se rastreada desta maneira. Se invisível, torna-se visível depois de que alguém, muitos alguéms, com muitas coisas, tenham se desdobrado a compor, a agregar (Latour, 2009). É nessa missão de entender mais sobre a composição que sigo adiante, atrelando-a ao processo de produção da cidade e, em particular, das formas de segregação urbana. Tendo isso em mente, proponho que mergulhemos (forcemos um zoom, nos termos de Latour) nos estudos urbanos feitos no Brasil.

Composição e segregação: mundos sociais em articulação

Disse anteriormente que se costuma classificar a antropologia urbana como um desenvolvimento epistemológico posterior à consolidação da antropologia como uma forma disciplinar. Seus pressupostos, suas ferramentas, seus objetos de estudos seriam, nessa perspectiva, consequências de debates anteriores, dos quais constituiria uma parcela, por mais ou menos significativa que possa ter sido. Esta visão é, argumentei, incorreta. Magnani argumenta o mesmo (2003).

Pois bem. Podemos vislumbrar um movimento parecido no Brasil, quando do firmamento das ciências sociais como disciplinas autônomas no seio das universidades brasileiras. Tal como em escala internacional, os estudos urbanos brasileiros teriam vicejado apenas *após* o estabelecimento das raízes da sociologia e da antropologia brasileiras. Mais uma vez, trata-se de uma perspectiva incorreta, ao menos em parte.

Os primeiros estudos a que podemos fazer referência com foco na cidade foram desenvolvidos logo nos anos iniciais de institucionalização universitária no território nacional. Consideradas a possibilidade de se criticá-los ou mesmo invalidá-los, foi neste momento, durante os anos 40 e 50, que surgiram pesquisas como a de Donald Pierson (Frúgoli Jr., 2005). À época, assim como em outros espaços acadêmicos, as análises foram centradas nas relações mútuas e diferenciais entre espaços urbanos e rurais, num período de aceleração da migração populacional para as cidades, mormente da região sudeste brasileira.

Paralelamente, teríamos aí o peso analítico da contribuição de Gilberto Freyre para debates sobre e com a cidade. Seu enfoque era, sabe-se, outro, com propósitos comparativos e generalistas, mas não se vá duvidar que *Casa Grande & Senzala* (2006) e *Sobrados & Mucambos* (2013) continham reflexões feitas sobre o espaço e o tempo das cidades, em contraposição sociológica a outros momentos e espaços da história brasileira.

É na articulação entre esses espaços de moradia – de trabalho, de sofrimento, de produção da sociabilidade – que Freyre encontra os gérmenes das relações sociais nacionais, profundamente ancoradas em características lusitanas, negras e indígenas. Logo, se o autor busca na formação histórica do Brasil, nos conflitos e nos arranjos harmônicos entre pessoas, famílias, grupos na cidade os fundamentos da vida nacional, a cidade é igualmente um ancoradouro reflexivo, sobretudo no caso de *Sobrados e Mucambos*, em que Freyre mostra a crescente urbanização brasileira como um elemento chave para se entender transformações mais amplas do território e da sociedade nacional.

É nos anos 50 do último século que Lévi-Strauss publica *Tristes Trópicos*, um relato etnográfico e teórico sobre a passagem do antropólogo por terras brasileiras. Lembremos, ademais, que o autor foi um dos convidados para integrar o corpo docente da então incipiente Universidade de São Paulo (USP). O livro, publicado originalmente em 1955, traz uma série de registros impressionistas de Lévi-Strauss sobre a vida de

alguns povos indígenas sul-americanos e, o que particularmente me interessa aqui, sobre o espaço urbano de São Paulo.

Um espírito malicioso definiu a América como um país que passou da barbárie à decadência sem ter conhecido a civilização. Poder-se-ia, com mais justeza, aplicar a fórmula às cidades do Novo Mundo: *elas vão do frescor à decrepitude, sem parar na madureza*. Uma estudante brasileira veio a mim em lágrimas, depois da sua primeira viagem à França: Paris lhe parecera suja, com os seus edifícios enegrecidos. *Brancura e a limpeza eram os únicos critérios de que dispunha para apreciar uma cidade*. Mas essas férias fora do tempo a que convida o gênero monumental, essa vida sem idade que caracteriza as mais belas cidades, tornadas objeto de contemplação e de reflexão, e não mais simples instrumentos da função urbana – as cidades americanas jamais ascendem a isso (Lévi-Strauss, 1957, p. 96, grifo meu).

À vista das cidades europeias, as cidades do Novo Mundo apresentam o contraste a partir do qual o autor enxerga não somente uma derivação colonial malsucedida, isto é, um experimento social (no espaço) cuja miséria e cujo aspecto inacabado seriam decorrências do vínculo colônia-metrópole. Mal ou bem, a se ver por São Paulo, as cidades locais proporcionariam uma forma singular de sociabilidade e de estruturação social. Nas cidades decrépitas, que foram atravessadas impiedosamente pela flecha pessimista do tempo, viveriam sujeitos e relações desconhecidos pelo europeu. São Paulo era tão nova quanto acabada, segundo via, tão velha quanto mais se expandia. E ainda,

[...] uma sociedade restrita tinha repartido os seus papéis. Todas as ocupações, os gostos, as curiosidades justificáveis da civilização contemporânea aí se encontravam, mas cada qual figurada por um único representante. Nossos amigos não eram verdadeiramente pessoas, mas antes funções, cuja lista parecia determinada mais por sua importância intrínseca do que pela sua disponibilidade. Havia, assim, o católico, o liberal, o legitimista, o comunista; ou, em outro plano, o gastrônomo, o bibliófilo, o amador de cães (ou de cavalos) de raça, de pintura antiga, de pintura moderna; e também o erudito local, o poeta surrealista, o musicólogo, o pintor (Lévi-Strauss, 1957, p. 101).

O que Lévi-Strauss vê em São Paulo é a ausência do indivíduo enquanto noção estruturadora das relações sociais. Supõe-se aí, claro, que em algum lugar, em algum

tempo, essa noção tenha vigorado como valor – seja na Europa, de onde partem suas bases comparativas, seja Chicago, se nos lembrarmos dos etnógrafos que procuraram descrevê-la e analisá-la.

Entre o individualismo ontológico desses espaços e a cosmogonia relativamente coletivista das sociedades primitivas, estaria São Paulo, ou antes, aqueles ambientes frequentados por determinados grupos permeados pela diferenciação funcional de matiz hierárquico. Ao passo que São Paulo era definitivamente um espaço “novo”, desenvolveu-se territorialmente e no universo relacional um desequilíbrio estrutural responsável pelo funcionamento social. A cidade, por óbvio, não era um espaço social isolado, senão que compartilhava com outros premissas fundantes.

Não é portanto apenas de maneira metafórica que é possível comparar – como se fez muitas vezes – uma cidade a uma sinfonia ou a um poema; são objetos de natureza idêntica. A cidade, talvez mais preciosa ainda, situa-se na *confluência da natureza e do artifício*. Congregação de animais que encerram a sua história biológica nos seus limites, modelando-a ao mesmo tempo com todas as suas intenções de seres pensantes, a cidade provém simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É ao mesmo objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada; a coisa humana por excelência (Lévi-Strauss, 1981, p. 117 apud Magnani, 1999, p. 101)

Uma sinfonia, um poema. Decerto isso poderia ser dito de outras formações sociais, tendo-se em mente a conclusão do autor. A confluência natureza-cultura, no entanto, se presente entre indígenas, é de outra *escala* e de outro *nível* nas cidades. A organização social indígena é, nesta linha, igualmente uma “coisa humana por excelência”, mas com outros contornos, outros limites, outros propósitos. Na cidade, onde quer que ela fique, pela sua disposição populacional em termos de milhares, pelos encontros mais constantes e intensos entre pessoas de diferentes origens, tudo o mais se torna distinto. Pensemos aqui no paralelo inequívoco com Simmel e mesmo com Park, sobretudo se considerarmos a raiz relativamente biologizante do espaço urbano.

O pensamento de Lévi-Strauss quanto à cidade segue, em suma, uma tríade: num ponto triangular, a emergência da cidade em relação a outras formas de sociabilidade, consideradas as cidades dentro de uma mesma categoria de entendimento; noutro ponto, a diferença interna a esse mesmo espaço distinguível sociologicamente – há cidades de vários tipos; em outro, as cidades como expressões evolutivas do arranjo entre natureza e cultura, cujas escalas e níveis de integração, de encontro e de conflito são expressamente maiores.

Ainda na esteira de macroanálises sobre a cidade brasileira, produzidas no contexto de consolidação da antropologia (urbana), há o exemplo do clássico *A Casa e a Rua* (1997), de Roberto DaMatta, publicado pela primeira vez em 1985. Com objetivos claramente freyrianos, DaMatta propõe em seu texto que a inexistência do indivíduo como sujeito de valor no país está relacionada diretamente à formação hierárquica da sociedade brasileira. Diferentemente da Europa, onde a cidade seria simultaneamente o espaço de confluência da hegemonia do indivíduo e do espaço público como espaço de convivialidade e sociabilidade entre portadores de direitos universais, a cidade brasileira mostraria o inverso.

Na Casa, teríamos as relações íntimas, pessoais, geralmente atreladas à produção e à reprodução do grupo doméstico familiar. A Rua seria o espaço residual, de despejo: o público, o coletivo como uma esfera externa ao espaço privado das famílias e, portanto, evitável. De um lado, o espaço preferencial, para onde se direcionam boa parte dos recursos financeiros em posse das famílias; de outro, o espaço que ninguém quer ver, sujo, fruto do descaso. Essa relação entre Casa e Rua é tanto causa como efeito da ausência epistêmica do indivíduo como sujeito de direitos: revela o processo histórico brasileiro, da escravidão, do bandeirantismo, da hierarquização política, e conduz a reprodução dessa estrutura.

Como DaMatta está tratando de aspectos gerais da “sociedade brasileira”, não é de se estranhar que a hierarquia que menciona aparece na figura de categorias sociológicas amplas: o indivíduo e a sociedade, o público e o privado. Ainda que seja explicativa em

certo sentido, sobretudo se chaveada sobre hierarquias específicas (do proprietário de terras com relação ao empregado, do patrão para com o operário, etc.), as formas como a segregação é produzida espacialmente restam não respondidas. Se temos uma distinção universalmente brasileira entre casa e rua, que poderíamos dizer as diferenças entre casas e ruas de uma cidade? O que se diria, ademais, das diferenças de casas e ruas entre cidades? Isto é, seu olhar demasiadamente panorâmico pode esconder, sombrear ou invisibilizar as particularidades da experiência urbana, particularidades que, de um ponto de vista antropológico, levam-nos a compreender, de modo mais amplo, as muitas formas pelas quais as cidades podem ser produzidas, podem ser significadas, podem ser conhecidas.

É possível dizer também, quanto a esse período de formação de uma antropologia urbana nacional, que boa parte da produção acadêmica ignorou ativamente outros aspectos, elementos e, sobretudo, sujeitos das cidades brasileiras. Se Freyre, Lévi-Strauss e DaMatta estão pontuando as hierarquias formadas historicamente no Brasil, para isso se referindo aos corpos sobre os quais recaem o peso estrutural da desigualdade social e política e da segregação espacial, é possível apontar, criticamente, que seus textos escolhem um caminho restritivo de análise. Fala-se *dos* sujeitos, mas sem se falar *com* eles. Uma diferença não meramente pontual e que constitui as ciências sociais como disciplina acadêmica.

Para o caso de São Paulo, Paterniani (2019) aponta como a cidade foi construída de forma dupla: num plano, a expansão espacial propriamente dita, alicerçada na expropriação do corpo negro – e do corpo *não branco*; noutro, a produção sociológica sobre a capital, que, mesmo quando crítica, teve como suporte direcional (e ideal) a figura do trabalhador embranquecido. Explico.

O argumento de que a cidade de São Paulo é segregada não é inédito, claro. Também não é de hoje que se aponta que a forma geral de ocupação urbana da capital paulista é pautada pela expropriação e pela expulsão de indesejáveis. Alguns têm que sair para que outros possam ficar, resumidamente (Frehse, 2005, 2015; Durham, 2004, 2004a,

Frúgoli Jr., 2000, 2005, 2019). Esse ponto de discussão é relativamente pacífico. Migrantes à procura de posições mal remuneradas? Dificuldades em pagar o custo de vida de se morar próximo ao trabalho? Essas e outras perguntas convergem para a “periferização” da cidade, para distâncias (espaciais e temporais) cada vez maiores entre o local de trabalho, a fonte de renda, o local de moradia. Anda-se muito, em péssimas condições de transporte, em busca de salários baixos (Rolnik, 1997, 2015; Telles da Silva, 2006, 2006a, 2006b).

Decerto esse contexto é mais complexo e afetado por muitos fatores. A segregação não é um processo unívoco, pelo contrário, é multilocalizado e variável. No geral, no entanto, ao menos no que se refere a São Paulo, epicentro da discussão antropológica e sociológica sobre a cidade durante meados do século XX, o diagnóstico é similar àquilo que Lefebvre e Harvey afirmaram: a cidade vista como produto, não como obra, em cujos espaços são definidos privilégios e proprietários.

Quanto ao segundo plano analisado por Paterniani (2019), há controvérsias. A autora mostra, resgatando textos, documentos e fotografias da produção acadêmica sobre a cidade, que a crítica anticapitalista à segregação mirava, no mais das vezes, à construção de um sujeito *sui generis*, enraizado num imaginário europeu de luta de classes. Tudo bem, admitia-se, São Paulo teria problemas relacionados à raça e ao gênero, *mas*, fundamentalmente, seu problema social urgente e amplificado seria o de classe. Logo, econômico, relacionado à propriedade, e apenas diretamente vinculado a valores quando esses eram uma expressão da materialidade das relações classistas. Burgueses contra proletários. Estamos aqui, lembremos, no campo das críticas (marxistas ou não) à segregação, não no universo daqueles e daquelas para quem o espaço tão apenas expressaria desigualdades *naturais* ou originárias do capitalismo naturalizado.

A proeminência da classe acabou por descartar, no entanto, as evidências sociológicas de que São Paulo, e certamente outras muitas cidades brasileiras, encarnava um problema racial. Ao escantear a racialização como um dos fundamentos da segregação socioespacial, a se ver, por exemplo, com Fernandes (1989, 2008), ou ao compreender

que uma revolução, uma reforma, uma mudança sistêmica passaria *necessariamente* pela centralidade do operário (neutro, embranquecido), logo, da classe, a crítica deixou de enxergar a complexidade sociológica da própria cidade. Se essa compreensão epistêmica era tida como um pressuposto para a transformação política da realidade, é de se considerar que o enviesamento prejudicou intensamente o propósito mudancista, por mais ou menos “radical” que fosse.

Feita essa ponderação, peço licença aos leitores e às leitoras para resgatar o percurso de Lévi-Strauss, DaMatta, Freyre, com base em pontes analíticas possíveis com Erving Goffman, autor que, veremos, foi um dos pensadores reivindicados pela antropologia urbana nacional como referência intelectual. Em se considerando os encontros etnográficos que tive ao longo do percurso de pesquisa desta tese, considero que sua perspectiva em muito agrega à própria crítica da crítica antropológica em relação à cidade. Senão, vejamos.

Goffman (1987) é certamente conhecido pelo seu trabalho com o que chamou de *instituições totais*, aquelas que objetivariam o controle e a organização da vida cotidiana de seus membros em todos seus aspectos. Uma prisão, uma escola, um hospital psiquiátrico: em comum, teriam regras escritas e não escritas que estabeleceriam limites e possibilidades da ação, os marcos dentro do qual indivíduos poderiam agir. Se essas regras são parte da vida social em si, entendidas de modo mais amplo, no caso das instituições totais elas seriam fortalecidas pelo seu caráter fechado, vigiado e rotineirizado. A linha prescrita deveria ter como resultado uma taxa de reprodutibilidade institucional altíssima.

Ocorre que mesmo as instituições totais, segundo Goffman, não conseguiriam organizar a vida social como um *todo*. No quadro de interações individuais, a partir dos códigos prescritos, surgiriam comportamentos inesperados, suspeitos, fugidios às regras normativas: *desviantes*. Necessário dizer: quanto mais totalitária a instituição, menor a liberdade de desvio, do inesperado. Caberia ao etnógrafo atentar tanto para essas regras gerais quanto para ações, por menores e minoritárias que fossem, que

delas escapassem. Aponta o autor, contudo, que o *desvio* é fundamental na lógica de organização: a existência de um comportamento “impróprio” depende necessariamente de que haja a definição anterior entre o que se deve ou não fazer (Goffman, 1981, 1985, 1987).

A instituição total carrega, portanto, ambiguidades. Limita as ações individuais em prol de um objetivo coletivo, definindo, pelo avesso, as ocasiões desviantes. Pela perspectiva do indivíduo, todavia, é necessário compreender que sua ação não é *totalmente* determinada pela circunscrição institucional. Em maior ou menor medida, a despeito da tentativa de totalização de regras e normas, é possível se jogar com a instituição total: provocá-la, flexibilizá-la, diminuí-la.

Essa maleabilidade decerto não estaria somente relegada ao poder, à influência de um indivíduo apenas, mas se constituiria nas interações entre uns e outros. Não custa lembrar que Goffman foi um dos mais proeminentes antropólogos do *interacionismo simbólico*, segundo o qual a antropologia e a etnografia seriam mais potentes se não apenas se ativessem à reprodução social, aos moldes de Malinowski, Durkheim e Radcliffe-Brown, mas aos meandros da ação individual. Mitchell (2009) e Gluckman (1981, 1985, 1987) são aqui pontos de convergência.

Tão conhecida quanto seus estudos sobre instituições totais é a perspectiva de Goffman sobre os *papeis sociais*. Ancorado no teatro, o autor postula que o conceito permite equilibrar o peso da estrutura com a margem individual de ação. Um espetáculo tem um roteiro, uma definição posicional de onde estarão seus atores e atrizes, um começo, meio e fim estabelecidos. Este mesmo espetáculo será visto por um público, mais ou menos passivamente. Nem toda encenação de uma *mesma* peça será exatamente igual, todavia. A depender das circunstâncias, os atores podem optar pela improvisação, por um deslocamento distinto ao feito no dia anterior, e daí por diante. Pequenas mudanças que somente são percebidas se observadas não apenas em uma cena, em uma peça, mas entre elas (Goffman, 1985).

Em paralelo, ainda na analogia teatral, o que o público vê é apenas uma parcela de como um espetáculo é produzido. Os bastidores são apenas conhecidos por aqueles a quem lhes é concedido acesso, a quem primordialmente produz o teatro. É nesse espaço invisibilizado, por trás das cortinas, que surge a ação pública, ensaiada e, simultaneamente, improvisada. Goffman argumenta que esse raciocínio pode igualmente ser útil para a compreensão antropológica da vida social.

Somos moldados, seguimos padrões, regras, princípios, temos deveres. No dia a dia, falamos por códigos conhecidos, explícitos ou implícitos. Nossas ações, por mais que as vejamos como fruto da disposição individual, de uma *anima* inerente ao Eu, são mediadas. É na esteira dessa mediação que se multiplicam as muitas conformações da ação.

Uma sociedade, por menor que seja, não é organizada para que todos sigam inadvertidamente as mesmas regras: são atribuídos e assumidos distintos *papeis sociais* em nível individual, representativos de uma função esperada para cada situação. Sou pai em um momento, estudante em outro, professor naquele dia, filho noutro. Em uma outra ocasião, posso agir com base em mais de um papel simultaneamente. Numa reunião de família, sou pai e filho, por exemplo, e assim vai. Há muitas formas, claro, de se ser pai, de ser mãe, de se estudar, mas é possível destrinchar um conjunto de expectativas e prescrições para cada um desses papeis. Daí surgirem julgamentos sociais daqueles que podem ser bons ou maus pais, bons ou maus professores, policiais, presidentes; daí alguns sujeitos serem bem-vindos (ou não) em determinados espaços, seja por como se vestem, por sua cor da pele, seja por adereços corporais. Goffman chamou este processo de definição social no universo das interações simbólicas de *estigma* (1981).

O estigma é, a priori, uma definição exterior ao indivíduo. No conjunto de regras sociais, comportamentos desviantes são estigmatizados e passam ser *atributos* da pessoa. Esse caráter pode ser negociado, ser reduzido ao longo do tempo, ou mesmo desaparecer, a depender de como se age, com quem se conversa. De outro ponto, pode ser intensificado, sendo o indivíduo mais e mais estigmatizado. O estigma tem, ainda, consequências profundas sobre a psique individual, sobre a formação do *self*. Se sou

estigmatizado, posso recorrentemente me martirizar com base nesse estigma, por menos correspondente que seja ao que eu penso de mim mesmo. Por outro lado, posso cada vez mais me ater ao estigma, intensificando-o – um desvio menor se torna, com o tempo, no espaço, um comportamento desviante generalizado.

Agora, estamos falando de agrupamentos, no caso das instituições totais, de menor escala, se as compararmos com cidades, países, continentes. Se Goffman aponta (1981) que até sociedades territorialmente pouco dispersas, com poucos indivíduos, criam papéis e formas de estigmatização, é possível apreender, a partir daí, que a multiplicação de relações sociais cotidianas e de sua dispersão espacial potencialmente amplia os papéis passíveis de serem exercidos, bem como as possibilidades de tensão, de conflito, de embate. Passo além, de estigmatização, de criação de sujeitos desviantes.

Chegamos, aqui, às perspectivas antropológicas de Gilberto Velho sobre a cidade, perspectivas que, em primeira instância, inauguraram a possibilidade teórica de que esta tese pudesse ser desenvolvida na forma como foi.

Heterogeneidade urbana: projetos e campo de possibilidades

Gilberto Velho nos deixou há 9 anos. Desde então, alguns esforços analíticos foram realizados com o intuito de reconhecer seu legado para a antropologia nacional (Patriota de Moura; Coradini, 2019; O'Donnell, 2013; Bispo; Zampiroli, 2020), cuja amplitude pode ser demarcada não apenas pelo conjunto extenso de obras, artigos, seminários, apresentações realizadas individualmente ou em coautoria, mas também pela quantia não menos que impressionante de orientações (de mestrado/doutorado/em estágios pós doutorais) por ele feitas.

Lembro-me que descobri o peso histórico de seu trabalho ainda em minha graduação, quando cursei a disciplina de Antropologia Urbana, oferecida pelo Departamento de Antropologia da UnB, ocasião na qual minha atual orientadora trouxe à turma uma série dos debates levados adiante por Velho ao longo da vida. Do impacto quantitativo de sua influência acadêmica, lembro-me de um seminário do qual participei, já

no mestrado, em 2014, quando as organizadoras reportaram que seu currículo lattes ultrapassava as 100 páginas.

Velho, por óbvio, não alterou profundamente apenas a minha forma de fazer antropologia, como de muitos outros e de muitas outras antes de mim. Suas pesquisas e sua produção teórica pavimentaram muitos dos caminhos que hoje percorremos antropológicamente em estudos urbanos. Mas, quanto a esta tese, qual é a contribuição do antropólogo carioca a que recorro? De antemão, destaco que me debruçar sobre toda sua obra, se também fugiria dos contornos de meu argumento, seria um exercício para o qual valeria uma tese exclusiva com esse objeto.

Uma das obras mais conhecidas de seu trabalho enquanto pesquisador é *A utopia urbana*. Velho (1973) realizou seu trabalho de campo em um edifício de moradores de classe média do Rio de Janeiro, buscando compreender as histórias de vida dessas pessoas e alguns dos motivos pelos quais haviam se mudado tanto para a cidade quanto, especificamente, para Copacabana, um bairro considerado, na primeira metade do século, como privilegiado e “bem” habitado, mas que vivia então um processo de decadência. Ao menos, era esse o senso comum associado àquele espaço. Em termos gerais, a preocupação demonstrada pelo autor era compreender as articulações entre ideologia e cultura, muito inspirado por abordagens marxistas tão em voga à época, particularmente direcionadas aos mecanismos sociais de reprodução das relações estruturais entre burgueses e proletários. Uma ideia burguesa e um valor preconizado individualmente ou por uma família seriam, nessa linha ortodoxa, derivadas majoritariamente de uma posição de classe, um produto da determinação do capital sobre o trabalho (Marx, 2017).

Munido das considerações de Simmel (2005), Weber (1966) e Goffman (1981), Velho ouviu, descreveu, sistematizou. As entrevistas feitas com moradores e moradoras, com os quais compartilhava, aliás, o mesmo local de moradia, poderiam ser vistas na chave da ideologia e da reprodução social? Não negaríamos que sim, seria, inclusive, o mais fácil e óbvio a ser feito. O autor, entretanto, levou a sério o que lhe disseram,

adotando uma postura etnográfica com sujeitos não comumente presentes em estudos antropológicos: os membros de elites econômicas, políticas, sociais, os pequenos proprietários e funcionários públicos de médio a alto escalão, etc., antecipando aquilo que, mais à frente, Nader (1972) intitulou como *estudar para cima*, o *studying up*.

Velho percebeu, então, que as famílias com quem conversou não eram homogêneas, idênticas, tanto com relação a suas trajetórias individuais quanto com relação ao que projetavam para suas vidas. Vistas etnograficamente, essas famílias não eram uma representação fidedigna da noção crítica de que seriam uma e a mesma coisa, como se, ao morarem em Copacabana, imediatamente adotassem para si o arquétipo dos comerciais televisivos de margarina. Encontrou, em primeira instância, diversidade de origem, de profissão, de religião, de sonhos.

Sendo diversos, esses sujeitos não obstante compartilhavam características em comum. Moravam, claro, no mesmo bairro, em um mesmo prédio, usavam os mesmos elevadores, iam a comércios do bairro, mas, para além dessas sincronias cotidianas, destacavam, muitas vezes, o mérito individual como a causa de suas conquistas, o trabalho “duro” como o fio condutor de suas histórias. Eram também, no geral, assalariados, ou em algum momento tinham sido, com uma renda suficiente para ter um padrão de vida considerado razoável ou bom para aquele momento. Queriam que seus filhos tivessem a estabilidade necessária para poder estudar e depois adentrar ao mercado de trabalho com o mínimo possível de percalços, entre outras coisas. Essas famílias, de um lado, não formavam nem um grupo monolítico, nem, de outro, eram tão somente indivíduos dispersos no tempo e no espaço, sobre os quais não poderia recair nenhuma categoria definidora. Como disse o próprio autor mais à frente:

A própria noção de sujeito não é só fonte de polêmicas e divergências, mas de contestações radicais. Portanto, longe de mim pretender dar conta de todas as suas implicações. Para o nosso entendimento, a identidade individual do sujeito é construída através da memória – visão retrospectiva e de projetos – visão prospectiva. “Olhando” para trás e para frente, o agente individual que denominamos de sujeito reinterpreta, com maiores ou menores “ilusões” o seu passado e o seu futuro. Na sociedade moderna individualista é

fundamental a ideia de uma continuidade subjetiva interior que, através de múltiplas e diversificadas etapas e interações, mantém uma consistência básica. Self, ego, entre outras, são noções que permeiam os autores e tradições com que temos lidado. O multipertencimento, a fragmentação de papéis e contextos, assim como outras análises e perspectivas, às vezes tendem a reduzir e minimizar a noção mais convencional de identidade individual a ponto de quase dissolvê-la, diluindo-a. Procuo encontrar não, propriamente, uma áurea medida ou posição intermediária, mas uma perspectiva que, sem congelar o agente individual numa postura essencialista, reveja-o na dinâmica socioexistencial, tão flagrante e mesmo dramática nas cidades e metrópoles onde temos pesquisado (Velho, 2009, p. 16).

No jogo entre passado e futuro, entre história e sonhos, o sujeito formaria sua identidade e construiria sua biografia, espacializada na cidade. Tendo isso em vista, não é de se estranhar que o autor tenha relativizado o conceito de *classe social*, ao menos como era compreendido pela sociologia marxista de sua época. Classe, nessa perspectiva mais ortodoxa, seria decorrente da infraestrutura capitalista, de fundamento notavelmente econômico, ainda que com efeitos marcados na superestrutura (política, religiosa). Se sou proprietário de um meio de produção (uma fábrica de automóveis, por exemplo), inevitavelmente integraria a classe burguesa, a despeito de poder me considerar diverso dela, um peixe fora d'água.

Velho (2003, 2006) não abandona essa linha de pensamento, mas a complexifica, articulando a propriedade, a origem, a profissão, à possibilidade apriorística de variação cultural. Se a cidade seria um espaço marcado por múltiplas interações, com muitos não se conhecendo entre si (Simmel, 2005, lembremos, atentou para os efeitos do anonimato na multidão), esse mesmo espaço poderia ser palco de inúmeras formas de convivência e de sociabilidade e, logo, de flexibilização da rigidez com que muitos encaravam a classe. Seria flagrante a possibilidade de que indivíduos desenvolvessem não apenas um papel, predeterminado a partir de seu poderio econômico, mas muitos deles, a depender de suas redes de convívio, dos lugares frequentados, das escolhas feitas, com o que se aproximava, então, de Goffman (2015), por quem foi inegavelmente influenciado ao longo de sua obra.

Daí sua proposição da noção de *camada*, como uma alternativa teórica para abrigar, num mesmo conceito, a diversidade e a unidade enquanto fenômenos da vida social. Numa mesma camada média, por exemplo, poderiam existir sujeitos que fossem funcionários públicos e herdeiros de uma família rica, ou funcionários públicos que teriam edificado seu patrimônio familiar a partir de um acesso mais universalizado a uma carreira de Estado; estariam os pais conservadores, frequentadores de celebrações religiosas, e seus filhos usuários de drogas, libertários; teríamos aposentados, cuja vida profissional foi feita na iniciativa privada, ou aqueles que se aposentaram como militares; famílias que, internamente, eram compostas, sob o mesmo teto, por pessoas que poderiam ser consideradas de esquerda ou de direita, considerado o espectro político-ideológico de então. Caberia ao etnógrafo atento não desconsiderar essas particularidades como exógenas à formação social, senão como elementos fundamentais da produção da subjetividade e, não menos, da formação do espaço.

O entendimento de amplitude e de variabilidade econômica, social e cultural no seio de uma “classe” encontra eco nas considerações de Thompson (1964). A *classe* como um feixe relacional.

Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que de fato acontece (e pode-se mostrar que aconteceu) nas relações humanas. Se pararmos a história em um determinado ponto, não haverá classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com uma infinidade de experiências. Mas se observarmos esses homens durante um período adequado de mudança social, observaremos padrões em seus relacionamentos, suas ideias e suas instituições. A classe é definida pelo homem à medida que vive a sua própria história e, no final, esta é a sua única definição (Thompson, 1964, p. 9, tradução minha)³⁷

37 No original: “I do not see class as a ‘structure’, nor even as a ‘category’, but as something which in fact happens (and can be shown to have happened) in human relationships. If we stop history at a given point, then there are no classes but simply a multitude of individuals with a multitude of experiences. But if we watch these men over an adequate period of social change, we observe patterns in their relationships, their ideas, and their institutions. Class is defined by men as they live their own history, and, in the end, this is its only definition”.

Junto a esses mesmos moradores, Velho (1973) pode observar também que muitos se referiam a *escolhas* feitas ao longo da vida como fragmentos de uma biografia – de sucesso, ou, caso contrário, com apenas breves interrupções momentâneas, ocasionais, exceções à regra – e a *projetos* como pontes temporais entre os caminhos biográficos e um futuro melhor. Dessa recorrência, o antropólogo observou ser possível destacar que o *projeto* seria um conceito útil à antropologia, porque alinhavaria as ações sociais, tomadas individualmente ou em níveis institucionais, com estruturas sociais de maior escala. Como veremos, principalmente a partir do capítulo IV desta tese, essa noção também foi muito focada pelos meus anfitriões.

Os projetos constituem, portanto, uma dimensão da cultura, na medida em que sempre são expressão simbólica. Sendo *conscientes* e *potencialmente públicos*, estão diretamente ligados à organização social e aos processos de mudança social. Assim, implicando relações de poder, são sempre políticos. Sua eficácia dependerá do instrumental simbólico que puderem manipular, dos paradigmas a que estiverem associados, da capacidade de contaminação e difusão da linguagem que for utilizada, mais ou menos restrita, mais ou menos universalizante (Velho, 1997, p. 33-34, grifos no original).

Com os projetos, o autor descarta também a existência de uma *falsa consciência* (na aproximação marxista). Se o autoconhecimento e a visão retrospectiva sobre o passado e prospectiva sobre o futuro são mediados por sistemas políticos, econômicos, religiosos, de parentesco, isso não deve levar à conclusão (fácil) de que o sujeito (o indivíduo) toma decisões e conduz sua vida como um ventríloquo de processos que lhe escapam. Essa mediação é mais bem compreendida, como aponta, se tratada como um

[...] campo de possibilidades [que,] trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée* (Velho, 2003, p. 28).

Um *projeto*, portanto, é construído como parte de escolhas individuais e é resultado de um processo mais amplo, de nível histórico, e outro, de nível sociológico. Essas *escolhas*, sendo fruto de uma racionalização e de uma sistematização de uma trajetória particular, em outro plano são conformadas temporal e socialmente. Por mais que queira fazer algo e me enxergue como um indivíduo livremente apto a escolher caminhos, não o sou totalmente. O que não quer dizer, no entanto, que o discurso observado em campo, quando referente a essa individualização, é inválido. Pelo contrário, é aí que surgem uma das sutilezas do argumento de Gilberto Velho. Em se comparando projetos individuais e familiares e sua conexão com a cidade, é possível rastrear padrões, regularidades e dimensões da heterogeneidade urbana. É a articulação de distintos padrões, em constante comunicação, que fazem imergir formas diferenciadas de sociabilidade (e socialização).

O múltiplo pertencimento se assenta, tal como entendo o trabalho de Gilberto Velho, em quatro bases: 1) no conceito de diversidade ou pluralidade de “regiões morais”, inspirado em Park (1967) e de “províncias de significado”, conceito tomado de Schutz (1979), entendido por Gilberto Velho como “níveis de significado” que coexistem na vida urbana, em especial nas metrópoles; 2) na noção de que consenso e conflito, a exemplo de Simmel (1971; 1983), são elementos fundantes de toda sociedade; 3) na noção plural de tipos ou modalidades de individualismos e 4) na noção de ação social dos indivíduos vinculada ao jogo entre o mundo interior subjetivo e as práticas e redes materiais e simbólicas (Machado, 2016, p. 52-53, referências da autora).

O autor chama a atenção para que a cidade, ou a sociedade complexa, como entendia as associações humanas de grande escala, conforma uma multiplicidade de coletivos sociais, constituídos de formas de interações particulares, por redes simbólicas próprias, por contatos, conflitos e alianças. A cidade, pois, como um todo formado de redes simbólicas de interação. Velho escapa das amarras conceituais das regiões morais de Park, da tão familiar tentação da aldeia (Magnani, 2003), ao mesmo tempo que as recupera e as atualiza para evidenciar que a cidade é um espaço onde se produzem sociabilidades específicas, distintas de outras formas de organização socioespacial.

Essa ideia fica mais nuançada em sua tese de doutorado, que resultou no livro *Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia* (Velho, 1998). Nele, o antropólogo se debruça sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas – os *tóxicos*, na terminologia de então – nas camadas médias cariocas, mostrando como substâncias iguais eram apropriadas distintamente por indivíduos de uma mesma família ou por famílias que poderiam ser compreendidas como pertencentes a uma mesma classe.

Na Zona Sul do Rio de Janeiro, onde fez seu trabalho de campo, o autor pode se deparar com dois grupos de usuários dessas substâncias, os nobres e os anjos, um de vanguardistas-aristocratas, outro de jovens surfistas, respectivamente. Mais do que direcionado para as distinções sociais entre estes grupos, decerto significativas, seja pelo local de uso, pelos rituais associados a ele, pelas conversas publicamente feitas, Velho (1998) destaca que também havia, entre elas, trocas e relações simbólicas relevantes, pontuando que, justamente na comparação feita a partir de diferenças e similitudes, era possível determinar com mais precisão as formas de construção de um individualismo urbano – hedonista, cosmopolita e hierarquizante.

Nos projetos desses grupos com quem teve contato (frise-se, bem maior com nobres do que com anjos, algo que o próprio autor aponta), Velho pode vislumbrar a natureza processual da construção de hierarquias internas entre os grupos, em concomitância com a construção de hierarquias (e a validação delas) para com outros grupos de usuários. Se as substâncias utilizadas eram ilegais, sobre as quais repousava um comportamento hedonista, os objetivos dos nobres eram compreendidos pelos próprios como uma busca por autoconhecimento, por prazeres transcendentais, enquanto para os anjos os tóxicos representavam uma forma de experimentar sensações não ordinárias. Internamente aos grupos, como uns se comportavam “adequadamente” e outros não, foi possível distinguir também os mecanismos e os valores associados às interações daqueles sujeitos considerados desviantes – um estigma, ademais, que não impedia o uso de tóxicos, mas que implicava em diferentes modalidades de uso e de negociação com outros sujeitos.

Disse anteriormente que Copacabana passava, à época da pesquisa de mestrado de Gilberto Velho, por um momento liminar: da aura praticamente inabalável de bairro glamoroso para um espaço em decadência, relativamente inferior a outros espaços da Zona Sul, como Ipanema, ou, mais tarde, ao projeto urbano da Barra da Tijuca, na Zona Oeste. Essa transição do imaginário sobre aquele espaço é o indício perseguido por O'Donnell em *A invenção de Copacabana* (2013), obra debitária das contribuições teóricas de Velho, no qual a autora demonstra as múltiplas formas pelas quais o bairro foi simbolicamente produzido, inclusive como um produto de mercado e direcionado a camadas médias.

Antes um espaço residual, como boa parte dos limites litorâneos da cidade, onde comumente eram despejados *restos* de alimentos ou resíduos da vida (fezes, urina, lixo, tralhas), a transformação da paisagem urbana do Rio de Janeiro criou uma nova fronteira de ocupação *classificada* (Patriota de Moura; Januzzi, 2020). O espaço *outro, impuro* (Douglas, 2010), a partir de intervenções do estado e de consórcios imobiliários, foi mais e mais sendo hegemônico por grupos socioeconômicos em particular. Claro, em toda sua heterogeneidade.

Essa mudança de status passou também por campanhas midiáticas, por defesas e críticas jornalísticas, políticas (O'Donnell, 2013). A autora agrega aqui uma dimensão menos presente na análise de Velho, muito por conta de seu recorte analítico, mas que considero relevante em meu caso. As formas com que bairros *aparecem* publicamente criam e/ou fortalecem uma narrativa que é utilizada cotidianamente por seus moradores. Não há uma diferença de escala, em muitos casos, a se ver pelas entrevistas que fiz, entre discursos publicitários e suas apropriações simbólicas – há, inclusive, as circunstâncias em que responsáveis pela divulgação de determinadas imagens feitas com propósitos mercadológicos moram no bairro que pretendem vender, como em relação a diretores de construtoras com que tive contato durante o mestrado (Januzzi, 2016a). Não obstante, pontuo, campanhas publicitárias não representam necessaria-

mente camadas médias, pelo que, se admitido este pressuposto, todo o edifício teórico da heterogeneidade urbana cairia por terra.

O'Donnel argumenta que Copacabana foi *inventada*, nos moldes do pontuado por De Certeau (1998) em relação ao cotidiano. Se parte de um processo de invenção, nem por isso irreal ou desconectado de anseios, projetos, estilos de vida – trata-se justamente do oposto. Voltemos, neste ponto, ao articulado anteriormente com relação a Latour (2012), quando afirma que a rede de interações entre atores, a partir de suas ações, não falseia a “realidade”, sendo, em verdade, o que a sustenta como um *fato*³⁸ – a Copacabana inventada foi, para todos os efeitos, a real para seus moradores.

À invenção de um bairro e sua classificação, isto é, como espacialização de valores e noções associadas a determinadas camadas médias, tivemos, em paralelo, uma política de expropriação daqueles sujeitos que anteriormente ocupavam aquele espaço. Afinal, se o espaço tornado Copacabana, um dos irresistíveis berços da bossa nova, era antes um espaço residual na escala da cidade, era porque alguém, em algum momento, sob as ordens de outros ou não, fazia o serviço de levar até lá os elementos execráveis da nossa cotidianidade. De igual forma, as praias, que depois se tornaram parte do imaginário imagético de um Brasil cosmopolita, ao mesmo tempo exuberante na natureza e civilizado na sua urbanidade, eram habitadas por pequenos pescadores, quem possuíam um estilo de vida incompatível com o que se tornou mais comum no interior de prédios e dos comércios das ruas do bairro.

38 Latour (2000) traça aqui uma analogia com a caixa-preta dos aviões e navios. Da caixa-preta, só entendemos o funcionamento como mecanismo fechado, o todo, e não necessariamente daqueles componentes que a compõem, suas partes. Ao comparar esse mecanismo com as formas de produção da ciência, Latour argumenta que os fatos, como expostos cientificamente, são compostos de uma série de interligações entre artefatos, relações entre humanos e não humanos. Esses artefatos somente podem ser rastreados a partir do acompanhamento da ciência como uma disciplina feita na ação, sob a atuação direta de pessoas e coisas. O fato que conhecemos como inquestionável é, portanto, feito de uma série de encaixes, alguns mais visíveis, outros não.

Todas essas pessoas, e as formas de vida que levavam adiante, foram deslocadas, seja em termos de seus movimentos, seja com relação ao espaço onde morariam a partir de então. Os corpos negros que faziam esse escoamento de dejetos, passaram a ser, no geral, o dos trabalhadores domésticos, dos vendedores, dos pedestres não moradores. Os pescadores idem. Um espaço inventado pode estar relacionado, ao mesmo tempo, à invenção de outros espaços onde se pode *alocar* os sujeitos que não cabem no invento. O mesmo, ademais, com relação aos trabalhadores que vieram para a nova capital para, então, serem sistematicamente expulsos para as chamadas cidades-satélites, um dos objetos do próximo capítulo.

Para se entender a complexidade da segregação espacial, compreendo que não deixemos nunca de prestar atenção às formas de produção da heterogeneidade urbana, tão bem delineadas pelas mãos de Gilberto Velho ao longo de sua vida, tendo em mente também aqueles aspectos propriamente históricos, de média e longa duração, em conformidade ao realizado por O'Donnell. Igualmente, e na medida em que isso se destacar etnograficamente em campo, devem entrar em consideração, como um elemento da equação, os instrumentos discursivos relativamente externos aos anfitriões, como propagandas, campanhas midiáticas, folhetos, folders. Uma das autoras que articula estes aspectos é Caldeira (2000).

Em *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000), a antropóloga se debruça sobre as transformações urbanas da capital paulista nas últimas décadas do século XX, em especial sobre novos empreendimentos *fechados*. Nessa modulação, a autora entrevista moradores, empresários, analisa documentos, propagandas, peças publicitárias, reportagens jornalísticas, delineando uma das principais mudanças perceptíveis no espaço urbano de São Paulo: a dissociação entre um ideal público e democrático, enfatizado pela Constituição de 1988 e por movimentos civis que participaram de sua construção, e o crescente número de *enclaves fortificados*.

Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping

centers, conjuntos comerciais e empresariais. ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os marginais, os sem-teto. Por serem espaço fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias. Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicos de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante (Caldeira, 2000, p. 11-12)

Enclaves desse tipo não são, logo, apenas condomínios residenciais fechados, mas todos aqueles equipamentos que permitem às elites sociais e econômicas da cidade o enclausuramento espacial social. Em suas palavras, a *autossegregação*, uma vez que, por via da securitização, do policiamento ostensivo, do uso constante de veículos automotores e de mecanismos simbólicos de exclusão, grupos da elite pouco a pouco passaram a viver na cidade, sem que precisassem vivê-la plenamente: “O ideal do condomínio fechado é a criação de uma ordem privada na qual os moradores possam evitar muitos dos problemas da cidade e desfrutar um estilo de vida alternativo com pessoas do mesmo grupo social” (Caldeira, 2000, p. 275).

Esse desejo de viver isolado é considerado, por moradores desses grupos, como uma necessidade diante do aumento da violência e da pobreza. Aldear-se, nesse sentido, seria uma medida natural, uma vez que a propriedade de bens privados se tornaria, nesse cenário violento, alvo de criminosos. Se a cidade proporcionaria, de um lado, acesso maior a bens de consumo, traria como contraponto a impossibilidade de vida pública e comunitária. Quer dizer, esta forma pública de vida é possível e desejável, mas desde que feita entre os *seus*, no seio do grupo doméstico e com outros de origem social similar ou com ocupações profissionais parecidas. Caldeira (2000) nomina este sentimento a partir de seu material etnográfico: *medo*.

Os discursos sobre o medo que simultaneamente legitimam essa retirada [de grupos sociais do espaço urbano] e ajudam a reproduzir o medo encon-

tram diferentes referências. Com frequência, dizem respeito ao crime e especialmente ao crime violento. Mas eles também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados (Caldeira, 2000, p. 9, redação no original).

Não se trata, neste ponto, de desconsiderar que nas cidades não ocorrem crimes violentos, como homicídios, feminicídios, latrocínios, etc. Caldeira aponta, todavia, que o medo se constitui como discurso porque não é necessariamente factual, associado ao universo empírico das estatísticas. Mais do que números, índices, regiões de prevalência do crime, o que mais se destaca neste discurso é a *sensação* do alastramento da insegurança e da violência por todo o espaço urbano. Não haveria escapatória, portanto: é preciso fugir, proteger-se, guardar-se. Todo um aparato de fechamento é mobilizado para tal. Em paralelo, uma série de construções simbólicas lhe serve de anteparo. Se há crime, seria possível distinguir um perfil típico de criminosos, quem sabe descobrir onde moram e como se comportam. Todo esse processo é marcado por perspectivas racistas e preconceituosas de muitas ordens, por *estigmas* e pela definição de *desviantes*.

Essa narrativa do medo não é particular de São Paulo, claro. Borges, Machado e Patriota de Moura (2014) mostraram como a sensação é definidora de políticas urbanas intervencionistas e de processos de segregação socioespacial. Em comum com o narrado por Caldeira, sobressai-se o aspecto de retroalimentação do medo: a sensação possibilita a construção de aparatos protetores, ao passo que essas mesmas estruturas começam a integrar mais e mais o imaginário social, numa espiral ascendente de enclausuramento. A segurança não necessariamente é atingida, permanecendo como um objetivo a ser concretizado no futuro, cuja realização depende do trabalho perene de vigilância e de controle – da vida, do espaço, do outro.

Quanto a isso, Patriota de Moura (2012) narra as circunstâncias de condomínios horizontais de Goiânia, cujas entradas são altamente reguladas e vigiadas, com seguranças armados. Em paralelo, entre os moradores com quem conviveu, a autora conseguiu averiguar a existência de categorias classificatórias de status de pertença – moradores,

visitantes e prestadores de serviço –, que, num *continuum*, posicionavam aqueles com propriedade imobiliária, aqueles que visitavam esses proprietários (familiares, amigos, conhecidos) e aqueles que simplesmente executavam um serviço, sem maiores vínculos expressos conhecidos externamente. Esse processo não era simples, podemos imaginar, porque marcado por ambivalências e por recortes negociados de classe, raça e gênero.



FOTO 14 Placa sinalizadora no pilotis de bloco residencial do Setor Noroeste. *Autoria:* Vinicius Januzzi, 2019

Como poderemos ver mais adiante, a securitização é igualmente um tema para as superquadras *abertas*. Sua abertura potencial à circulação pública implica, de parte dos moradores, ao menos como me relatam, que seja necessário um cuidado fino com sistemas de segurança. Câmeras, alarmes, senhas de entrada em portarias são dispositivos recorrentes e com os quais todos se acostumaram a viver. Um síndico de um bloco da Asa Sul, sob cujos pilotis descansam muitos estudantes de escolas públicas depois de suas aulas, me disse: “um mal necessário, mas que traz segurança e conforto para nossas famílias”. No Setor Noroeste, com relação à Asa Sul, essas políticas residenciais de controle chegam a envolver, por exemplo, pedidos diretos de que o espaço do pilotis seja ocupado apenas (Foto 14) por quem “paga” por ele (ou por próximos de quem paga).

Estamos aqui às voltas, em termos mais abstratos, com concepções mais ou menos exclusivistas do que é ou do que deve ser o espaço público. Caldeira pondera que um dos objetivos dos moradores de condomínios fechados era poder viver sem nenhuma preocupação com o “caos” do espaço urbano; não negavam a possibilidade de sair à rua,

de sair de fronteiras controladas, desde que esse movimento fosse também controlado. Nega-se, no limite, o espaço público de ordem iluminista, ou a cidade como obra de Lefebvre (2011), ou mesmo a cidade a que se quer opor, como a dos centros comerciais do centro paulistano (da rua 25 de Março, por exemplo), exigindo-se pequenas ilhas (enclaves) de sociabilidade intraclassista e com relativa homogeneidade de valores. Uma das propagandas analisadas pela autora é reveladora desse ponto.

A nova propaganda mostrava uma fotografia da praça parisiense e um desenho do enclave do Morumbi e anunciava: “Place des Vosges. A única diferença é que a de Paris é pública. *E a sua é particular*” (*O Estado de S. Paulo*, 15 de março de 1996) (Caldeira, 2000, p. 275, grifo meu).

Um público recortado. Fragmentado. Privilegiado. Exclusivo. Nos condomínios horizontais, Patriota de Moura (2012) mostra, por exemplo, que as casas estavam quase sempre de portas abertas, sem que maiores preocupações fossem ordinariamente demonstradas sobre isso. Os moradores se sentiam seguros porque não se consideravam, no geral, ameaçados, a despeito de mesmo esse equilíbrio não ser sempre estável, uma vez que o perigo poderia estar não nitidamente visível, mas presente no vai e vem de prestadores de serviço, por exemplo.

Mesmo para os interlocutores de Caldeira (2000), retomando-se aqui o debate de Velho (1994), a heterogeneidade urbana não deixa de ser uma questão. É, pelo contrário, das mais importantes. É vista, não obstante, sob o ponto de vista da segregação; sociologicamente negativada. É contra ela que são direcionados esforços, imagens, ações cotidianas. Por isso, em resumo, uma *cidade de muros*, como chama a autora, é tanto uma forma sociológica quanto um projeto urbano de classe.

Este projeto, a bem da verdade, se pode ser entendido num recorte mais estrito, de ordem socioeconômica, é amplificado e matizado quando parte de políticas públicas e/ou estatais, quando vistas sob a esfera do que Foucault (2008) chamou de *governamentalidade*, como o conjunto de dispositivos – e discursos – políticos postos em ação com o objetivo de controlar, dispor e direcionar as relações sociais. É o caso das

intervenções colonialistas vividas nos continentes africano e americano, das quais vimos antes exemplos na relação com a produção do saber antropológico, ou no caso das reformas de Hausmann em Paris e de projetos urbanísticos de grande envergadura, como os do Minha Casa Minha Vida (Marques, 2018). Não somente.

Em *Contrausos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana*, Proença Leite (2004) se dedica a antropologizar movimentos políticos associados à chamada “revitalização” do Bairro do Recife, localizado na capital pernambucana. No início dos anos 1990, a região foi escolhida pelo poder público, em parceria com instituições privadas, para ser remodelada; um espaço antes abandonado, mas de grande valor histórico e patrimonial, daria lugar a um centro econômico e turístico pulsante, por meio de investimentos públicos e privados. O autor enquadra este empreendimento como uma medida de *enobrecimento*, ou de *gentrification*³⁹, seguindo os contornos conceituais de Harvey (1992), entre outros. Pelo conceito, Proença Leite situa

intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados *centralidades* e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado (2002, p. 118, grifo no original).

Essa objetificação mercadológica do espaço, se assentada na valorização de um determinado conjunto simbólico referente ao passado, que seria digno de proteção atual – isto é, patrimônio cultural, logo deve ser preservado –, elege sujeitos e conformações materiais que não são convergentes ao enobrecimento. Para ser nobre, afinal, como é preciso seguir certas etiquetas, atingir parâmetros internacionais, alguns sujeitos – indesejáveis, desviantes, impuros – ficam aí a ver navios.

39 Em contato direto com o material etnográfico, a partir do capítulo IV, entendo que o conceito é demasiadamente abrangente para dar sentido pleno à experiência urbana dos espaços de superquadra de Brasília. Ao se falar exclusivamente de *gentrification*, corre-se o risco de se perder de vista tanto a heterogeneidade da vida urbana quanto os processos pelos quais essa heterogeneidade é considerada prejudicial, por moradores e moradoras.

Isso, claro, em teoria, se pensadas as relações capitalistas em termos estritos. Ao etnografar a produção do empreendimento *in loco*, o antropólogo observa que nem tudo sai como o planejado. Determinados espaços que deveriam servir a tal e qual propósito acabam sendo ressignificados pela população local e por moradores do Bairro. Emerge o colorido e o diverso onde se pretendia o cinza. Como disse Lucio Costa, um tanto quanto cinicamente acerca de sua própria obra em Brasília, ao falar da ocupação espontânea da Rodoviária do Plano Piloto, “a vida brota”. Proença Leite chama de *contrausos* essa ocupação não planejada e muitas vezes na contramão dos anseios dos planejadores. São esses que conformam pequenos conjuntos públicos e diversos dentro de um espaço que se intencionou homogêneo: a seu ver, no espaço, formam-se *lugares*, forma que encontra para demarcar a diferença, quantitativa e qualitativa, entre projetos de mercado e aqueles nascidos no cotidiano.

[...] a partir do caso da Rua da Moeda, diria que os *lugares*, quando erguidos pelos *contrausos* no interior dos processos de *gentrification*, podem representar formas táticas – espacializadas e simbólicas – de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos (Proença Leite, 2004, p. 130, grifos no original).

Sua leitura do Bairro do Recife é debitária da já comentada *tática*, de De Certeau, apontada pelo autor como avessa à estratégia, o ideal normatizador do espaço. Podemos encontrar também um paralelo com a leitura de Foucault (2008) quanto ao *poder*, para quem nunca se constitui como um atributo, como um capital que se detém e do qual se faz uso bancário, por assim dizer, mas como uma rede entramada de relações entre pessoas e discursos. Poder é algo, nessa perspectiva, a que se recorre, seja para controlar e limitar, seja para reverter, inverter, rachar.

Mais adiante, Proença Leite (2010) recorre à imagem da *inversão* como face conceitual de processos urbanos lidos como heterodoxos, inesperados, suspeitos. Se retomamos aqui a tríade de Lefebvre entre espaço concebido, vivido e percebido na produção do espaço, podemos localizar a inversão como uma mediação simbólica entre esses elementos, ao que se deve acrescentar que necessariamente vinculados à ação cotidiana.

A inversão, tanto como a tática, não é uma ação conclusiva, que destrói de uma vez por todas as estruturas contra as quais é performada e acionada, senão uma articulação situacional de elementos, pessoas, coisas no e para com o espaço. Seus efeitos futuros permanecem, ao longo do tempo, justamente por serem fugidios e por escaparem ao controle e à ordem. Tentar contê-los é, de algum modo, como tentar catar uma mosca com as mãos em meio a uma ventania. Mal você vê, ela escapou e você nem sabe mais onde ela está.

É em torno dessa possibilidade fugidia de experiência urbana que caminho a partir de agora. Ao leitor e à leitora, reitero que, tanto quanto são provisórias muitas das formas de ocupação do espaço, podem ser os conceitos e as categorias que usamos para entendê-las. Sigamos.

A segregação espacial como processo

Falei de produção espacial, de táticas, contrausos, de segregação socioespacial. Falei de camadas médias, de desvio, de estigma, de expansão urbana, de urbanismo. De sincronia e diacronia como abordagens de entendimento da cidade e de práticas espaciais, de dimensões materiais e simbólicas. Todos esses aportes constituem, a meu ver, o fundamento para compreender a segregação socioespacial em Brasília, mas também em outros contextos, como um processo.

Dizer que um fenômeno social é parte de um processo sem que se o caracterize bem é dizer pouco. Quando destaco esta forma de compreensão, quero nuançar em mesma medida que a segregação é produzida ao longo do tempo, com o espaço, nele. O mapa escancarado do Distrito Federal, de grandes distâncias entre suas regiões administrativas, com sua composição racializada do espaço, como veremos no seguinte capítulo, é resultado de uma conformação particular de sujeitos, histórias, trajetórias, trajetos, de desigualdades. Ao mesmo tempo, não se trata de uma única conformação e nem ela é infinitamente replicável, cuja suposição nos levaria a crer em leis sociológicas

imutáveis e definitivas. Muitas foram as escolhas feitas historicamente que definiram os contornos da segregação, como muitas podem, daqui em diante, ser as que a reduzem ou a ampliam.

Trago mais uma vez São Paulo à cena neste ponto do argumento. Desta vez, segundo a abordagem de Frúgoli Jr (2000, 2005, 2007, 2019). Acerca do processo de expansão da cidade, o autor mostra como a relação entre centro e periferia, tema caro aos estudos urbanos, não é uma questão teórica de fácil arremate. São Paulo evidencia, a seu ver, que a produção do espaço urbano é tudo menos linear e unidirecional. O centro da cidade, em especial a região em torno da Praça da Sé, que no início do século XX integrava o imaginário de uma urbs efervescente e pública (Frehse, 2005), foi pouco a pouco “abandonado” e cada vez menos alvo de empreendimentos imobiliários: tornou-se um espaço marcado pela ocupação de sujeitos desviantes. Embora ainda se constitua como epicentro de muitos fluxos comerciais da cidade, sobretudo do comércio de menor valor agregado (Frehse, 2015), com várias repartições públicas nele localizadas, não é o mesmo de *antes*. A Avenida Paulista, em um primeiro momento, e em seguida a Faria Lima, por exemplo, assumiram esses lugares metonímicos da cidade.

Em paralelo, a cidade se desenvolveu para muito além de seus limites históricos (Frehse, 2015; Frúgoli Jr., 2019), em muitas direções cardinais. Esse processo não foi igualmente homogêneo: no decorrer dos anos, foram-se formando muitos centros e muitas periferias na cidade, com todas as polissemias que carregam esses termos. Haveria, como, por exemplo, definir a periferia como um espaço *distante do centro*, ocupado preponderantemente por classes baixas, com pouco acesso à educação formal e ao mercado de trabalho formalizado? E o que dizer de bairros situados próximos ao centro histórico da cidade, com essas mesmas características demográficas ou de bairros que dividem fronteiras com condomínios de luxo ou avenidas comerciais reconhecidas pelo seu cosmopolitismo econômico? O exemplo espacial mais óbvio dessa dificuldade em definir precisamente centros e periferias é a da delimitação entre Morumbi e Paraisópolis.

polis, tão distintos vistos panoramicamente, mas com fluxos simbólicos e econômicos incessantes entre si (Côrrea, 2007).

Frúgoli Jr. (2000, 2005) aponta, consideradas essas dificuldades conceituais, que ao antropólogo cabe compreender, como exercício teórico mais frutífero e exitoso, quais são, afinal, as maneiras como esses termos são definidos etnograficamente. Isto é, centro e periferia existem, mas em que medida e que impacto exercem no cotidiano? Como são significados? Por quem? Que efeitos assumem? Movimentos urbanos que reivindicam o status periférico estão aí para provar a materialidade do conceito, ao passo que negando sua redutibilidade a uma situação inevitável de *falta*. Essa relação é perpassada, claro, por processos de intervenção urbana conduzidos pelo Estado e pelo mercado imobiliário, por interesses especulatórios, por marcações de gênero e de raça (Paterniani, 2019), pela definição política de pobres e indesejáveis (Wacquant, 2007).

O autor enquadra o conjunto dessas relações, entremeadas pela formação e negociação de identidades e subjetividades (individuais e coletivas), no que chama de *centralidades*. Denota-se, com a categoria, a expressão múltipla de produção espacial da cidade, atentando-se para sua sobredeterminação a eventos passados e a configurações urbanas anteriores da cidade. Um centro econômico, ademais, não necessariamente é palco de mobilizações políticas populares, como não assume *per se* um peso na formação subjetiva de religiosidades locais. Um centro relevante do ponto de vista do comércio internacional pode pouco ter relação com moradias de classe alta ou média; ou, pelo contrário, serem diretamente relacionadas, mas com pouca expressão na produção cultural da cidade.

A emergência de várias centralidades no tecido urbano está intimamente relacionada à dimensão conflitiva do espaço urbano, apreensível em suas práticas no espaço (Frúgoli Jr., 2019), aspecto largamente presente na obra de Simmel (2005) e não menos na de Lefebvre (1992). O conflito, como mostra Frúgoli Jr., pode assumir facetas, claro. Nos choques entre movimentos sociais por moradia popular e polícia militar, na expansão urbana sobre espaços politicamente definidos como de ocupação irregular, ou sob

tensões entre diferentes formas de se expressar no espaço, como nas violências de várias ordens sofridas por populações LGBTQIA+, nos ataques a terreiros de matriz africana, entre muitos outros exemplos. Esses conflitos geram o espaço.

Em conjunto com Patriota de Moura, venho chamando a atenção para a dimensão conflitiva da expansão urbana em Brasília e no Distrito Federal (Patriota de Moura, 2010a, 2012; 2013; Patriota de Moura; Januzzi, 2019, 2020; Januzzi, 2016a, 2017, 2018, 2019), em paralelo à necessidade de não se vê-la com lentes analíticas demasiadamente rígidas. Em *Condomínios no Brasil Central* (2012), Patriota de Moura compara o fenômeno da expansão dos condomínios em Goiânia e em Brasília. Entre uma e outra cidade, a autora percebe que os condomínios horizontais, se têm elementos em comum, são marcadamente diferentes. Daí a autora se perguntar se vale a pena entendê-los, inclusive, como uma mesma categoria? A resposta é afirmativa, mas com ressalvas.

Por alguns anos, a antropóloga entrevistou corretores de imóveis, moradores de condomínios e funcionários. Em Goiânia, chegou a morar em um dos lugares onde fez trabalho de campo, assumindo temporariamente a função de síndica. Ao longo do tempo, foi antropóloga, vizinha, representante política de uma comunidade. Essa multiplicidade de papéis lhe permitiu alcançar uma compreensão mais geral do *mundo dos condomínios*. Os condomínios horizontais da capital federal e de Goiânia apresentavam a semelhança de serem murados, separados do conjunto do espaço urbano. Eram compostos de casas, não de apartamentos. Começavam aí, contudo, uma série de diferenças importantes, com distintos significados para a cidade.

Em Brasília, Patriota de Moura (2012) encontrou diferentes modalidades construtivas: condomínios feitos em mutirões de trabalho, outros voltados a camadas médias, ainda aqueles mais próximos de “ilhas do paraíso”, direcionados a camadas altas. Percebeu que um discurso os atravessava, em maior ou menor intensidade, de classificação de moradores a partir da ligação histórica com o Distrito Federal. Os *pioneiros*, segundo essa divisão classificatória, colocavam-se como aqueles que teriam mais direitos de acesso à terra, sobretudo quando isto envolvia acordos com o governo local, em de-

trimento de pessoas recém-chegadas à capital. A detenção dessa marcação simbólica, entretanto, não era linear e diretamente proporcional ao tempo de vida no DF, senão também ligada pela forma como contribuía para as disputas pelo acesso coletivo à terra.

Em Goiânia, o cenário foi outro. Ali, nos condomínios horizontais com que teve contato, a autora se aproximou daquelas unidades residenciais mais próximas ao que Caldeira (2000) entendeu como enclave fortificado. Entretanto, pode ver que, a despeito da intenção óbvia de seus moradores de se isolarem em relação ao “mundo externo”, ao que ficava do lado de fora das fronteiras condominiais, permaneciam vínculos simbólicos evidentes entre o “dentro” e o “fora”. Ademais, a própria vida social interna dos condomínios se mostrou mais complexa antropologicamente e bem distinta do “paraíso” vendido em propagandas e discursos mercadológicos. Os condomínios não eram, portanto, os enclaves fortificados que pretendiam ser, nem essa categoria os explicava em toda sua multiplicidade sociológica.

Patriota de Moura, não somente nessa (2012), quanto em outras oportunidades (2010, 2010a) reconhece a pertinência do estudo das *gated communities* – sobretudo em relação aos modos de urbanização estadunidense, de espraiamento dos subúrbios e de enclaves residenciais com traços marcados de raça e de classe –, atinando, contudo, para sua relativa imprecisão no contexto urbano brasileiro. As “comunidades muradas”, os “enclaves fortificados”, por mais que explicassem muita coisa, evidenciassem determinados aspectos da vida urbana, deixavam muito de fora, justamente por sua tentativa direta de englobar, em uma mesma categoria, fenômenos que se mostravam, no cotidiano, distintos. Ao passo que, claro, seriam discerníveis fluxos simbólicos, econômicos e políticos entre condomínios residenciais, algo reivindicado pelos que os comercializavam e por seus moradores, isso era insuficiente etnograficamente. De algum modo, assumir que os condomínios horizontais, em Goiânia, eram uma replicação de seus ideais estadunidenses do subúrbio ou de seus pares paulistanos, era admitir, erroneamente, a exclusividade epistêmica do discurso segregacionista pelo qual mos-

travam predileção. Seria fácil demais, inclusive do ponto de vista da crítica urbana. O processo de segregação socioespacial não se mantém apenas pela sua coerência e força política, senão também por sua complexidade e inúmeras formas de espraiamento.

Para abranger tanto a unidade quanto a diversidade fenomenológica do *mundo dos condomínios*, Patriota de Moura (2010a, 21013) propõe o conceito de *composições multiescalares*. Em termos de filiação teórica, a noção é baseada na leitura urbana de Sassen (2006) sobre as *assemblages*, formações sociológicas complexas e heterogêneas, na gramática rizomática de Deleuze e Guattari (2019) e na leitura de Foucault (2018) sobre as cidades como um “*milieu de intervenções*”, debatida por Roy e Ong (2011) quando estas falam sobre cidades globais.

Composições multiescalares dão conta da complexidade da expansão urbana, procurando não perder de vista tanto aqueles elementos da particularidade, que são próprios de um outro condomínio, quanto aqueles que se sobressaem entre eles, num plano comparativo. O adjetivo multiescalar denota isso. De um lado, pelo acondicionamento local de fluxos econômicos e simbólicos globais, e pela multiplicidade de processos sociológicos que contêm. De outro, segundo entendo, pelos efeitos *escalares* que os condomínios trazem à cidade em si, pelas transformações exigidas para sua construção, em termos legislativos, de intervenção política, de articulação mercadológica. Não em relação a condomínios, mas quanto a superquadras abertas em Brasília, pelo que envolve, por exemplo, a *classificação do espaço*, quanto à expropriação de pessoas indesejáveis, à invisibilização desta expulsão ao longo do tempo. O efeito escalar, não apenas sobre o espaço, mas igualmente na relação espaço-tempo.

Olhando *de perto e de dentro* (Magnani, 2002), os condomínios horizontais logo mostram, então, mais do que pensaríamos ver a priori. Isso foi o que ocorreu quando comecei a entrevistar moradores do Setor Noroeste (Januzzi, 2016a) e vi um cenário mais complexo e menos óbvio do que imaginava. Seus moradores não eram as encarnações do mal, como somos acostumados a pensar antropologicamente sobre empreende-

dores imobiliários com grandes capitais acumulados⁴⁰, nem eram ingênuos sobre os efeitos que sua escolha de moradia proporcionava à cidade. Entre o cinismo, o ódio e o desejo por uma vida melhor, muita água passava debaixo da ponte, digamos assim. Mas estou me antecipando. Antes de começar a falar sobre estas superquadras abertas (e fechadas), um dos objetos articulados do próximo capítulo, dedico-me à discussão final deste ponto do meu argumento.

Se a segregação socioespacial é um processo dentro da produção do espaço, que dizer das escolas? Qual seu papel nisso? Há diferenças, em Brasília, em relação a escolas públicas e privadas? Que efeitos pode haver da “simples” escolha de um colégio para meu filho, minha sobrinha, em relação à escolha de escolas de meus amigos?

As escolas como espaços de/da segregação

Ao realizar trabalho de campo em uma escola da Asa Sul, como frisei, pude perceber as dissonâncias entre, de um lado, a apropriação urbana dos estudantes em relação ao espaço da escola e da Unidade de Vizinhança e, de outro, as tentativas feitas pelas professoras com as quais convivemos de mostrar o valor patrimonial de Brasília, tanto em sua monumentalidade (nas visitas que fizemos à Praça dos Três Poderes) quanto na originalidade da superquadra (nas visitas à 308 sul). Aqueles e aquelas estudantes não pareciam se importar muito com aquelas referências, senão na medida em que elas lhes proporcionavam o contato com o que era conhecido – o local onde moravam, o percurso que faziam dia após dia, as considerações sobre a moradia de seus amigos (Patriota de Moura; Januzzi, 2021).

40 A resistência ao Noroeste, a partir do Santuários dos Pajés, acabou se tornando um movimento que englobou povos indígenas, estudantes universitários, órgãos de estados. O movimento foi autointitulado Santuário não se move, sobre o qual falo mais detidamente no capítulo V.

A escola pública onde fiz pesquisa em conjunto com o grupo *Cotidianos escolares e Dinâmicas Metropolitanas da Capital do Brasil* tinha estudantes de todas as regiões administrativas do DF. Do Plano Piloto, eram poucas. Configuração bem distante do que pretendiam Costa (1957, 1987) e Teixeira (1961, 1971) para as escolas públicas de Brasília. Observando a vida cotidiana da superquadra (Pais, 2010), pude perceber que esses estudantes viviam a escola para além de seus limites cercados. Isto é, havia efeitos do fato de uma escola pública estar localizada no espaço da superquadra, com estudantes que não eram moradores do Plano Piloto (em sua maioria). Moradores vinham e questionavam hábitos dos estudantes, estes retrucavam. Namorados permaneciam escondidos em arvoredos, ou evidenciando carícias, algo já trazido no prólogo e que exploraremos em conjunto no restante da tese. Por ora, ressalto um aspecto que se tornou mais e mais marcante ao longo de minha pesquisa: as escolas como espaços *de segregação e da segregação*.

Falo, antes de tudo, dessas instituições como espaços *de segregação*. A escolha familiar em relação à escola, seja feita por camadas baixas, seja por camadas médias, é um problema de pesquisa que vem se tornando mais estudado nos últimos anos (Del Cueto, 2002; Carvalho Filho, 2016; Nogueira; Resende. Viana, 2015, Bartholo et al, 2020; Ben-Ayed; Poupeau, 2009; Duru-Bellat, 2004). Aplicado em diferentes contextos geográficos – na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos –, estes estudos, bastante presentes na sociologia, mas não exclusivamente, são notadamente influenciados pela leitura de Bourdieu sobre *classe social*.

Como sabemos, Bourdieu (2013) era um sociólogo de inspiração marxista. Sua obra, no entanto, foi marcada por atualizações do método materialista-dialético, e pela flexibilização do conceito de classe, ao menos em relação a como o autor interpretou que fossem seus contornos na obra de Marx. Para Bourdieu, a *classe social* não seria derivada exclusivamente pela propriedade ou não de meios de produção, algo mais evidente na Europa do século XIX; em sua definição, entrariam outros fatores sociologicamente relevantes: acesso à educação, origem familiar, acesso à cultura. É o que chamou de

capital, uma forma particular de detenção de bens e símbolos numa economia de mercado, que sujeitos poderiam acumular ao longo da vida, herdar, transmitir.

Um indivíduo que tenha estudado numa universidade de prestígio acumula capital cultural. Se é parte de uma família rica, terá mais capital familiar; sendo, por exemplo, uma pessoa que frequenta museus e teatros, terá ainda mais capital do tipo cultural. Se for empresário, neste nosso exercício hipotético, será detentor do capital econômico, do tipo ortodoxo em seu entendimento da sociologia marxista. Em termos gerais, capital econômico e simbólico, com suas ramificações a depender da estrutura social, que é, em primeira instância, onde são tramadas as relações individuais e coletivas que sustentam a relevância própria dos capitais – um raciocínio circular, por evidente que seja, mas sintomático, para Bourdieu, de funcionamento da economia capitalista. Em nível individual, no entanto, Bourdieu admite que é possível agir diferentemente do que é esperado de sua própria classe. A *prática*, compreendida como esse agir “individual”, liga-se fundamentalmente ao *habitus*.

Ao usar a noção de *habitus* desejava colocar em evidência as capacidades <criadoras>, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em acção: trata-se de chamar a atenção para o <primado da razão prática> de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o <lado ativo> do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do <reflexo>, tinha abandonado (Bourdieu, 1989, p. 61).

Ainda,

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-

-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1994, p. 15).

A escola, nessa conformação de estudos, seria uma das formas de entrada nesta estrutura social, senão a principal, ainda mais se pensarmos em termos de mobilidade social. Acumulando capital cultural, posso compensar a insuficiência financeira e me posicionar melhor numa estrutura de distribuição de bens materiais e simbólicos. Escolher uma “boa escola” proporciona, quanto a esse ponto, um futuro mais bem qualificado e a inserção em toda uma rede de relacionamentos interpessoais. Em paralelo, dado o acúmulo familiar de capitais, como mostram Bartholo et al. (2020), as escolhas de escolas são limitadas: há um leque restrito de opções com as quais pais, mães e responsáveis têm que lidar.

Compreender o que significa uma boa escola é, aliás, uma das perguntas fundamentais desta linha de compreensão da escola de segregação. Prefere-se uma escola religiosa ou uma militar? Uma escola pública ou privada? Uma escola perto ou longe de casa? Ensino humanizado ou tradicional? (Nogueira; Resende, Viana, 2015). Uma vez matriculada, o que é preciso oferecer à filha? Um curso de língua estrangeira, aulas de reforço? Como a criança, o adolescente vai chegar ao colégio? (Bartholo et al, 2020). Pesar estas questões não é, como constatam muitos autores, uma decisão exclusivamente vinculada à classe, mas em que *habitus* diferentes, posições e situações distintas na estrutura social condicionam quais as escolhas feitas e quais os efeitos cotidianos (Del Cueto, 2002; Carvalho, 2016). Daí que se mencionam diferentes *estratégias* nos termos da escolha familiar de escolas, com consequências para o futuro profissional e, mais imediatamente, em torno de quem deve ser mobilizado para permitir que essa escolha seja efetiva. Precisarei do apoio financeiro de parentes? Terei que recorrer a meus pais para levar meus filhos à escola? Essas questões foram parte de meu trabalho de campo e constituíram um dos eixos de minhas entrevistas com moradoras e moradores de superquadras abertas. Serão exploradas detidamente a partir do capítulo quarto

Como argumento, todavia, essas questões não evidenciam outros aspectos da ocupação do espaço urbano. Se dizem respeito a trajetórias familiares, não respondem explicitamente os trajetos urbanos (Patriota de Moura; Vasconcelos, 2012). Isto porque, se podemos chavear as escolas como *de* segregação, também podemos entendê-las como espaços *da* segregação socioespacial. Se esses estudos revelam as formas de produção e reprodução da desigualdade, não vão muito adiante, nem pretendem ir, nas articulações entre escola e os espaços de outros níveis e escalas que ou giram em torno dela ou a envolvem. Aí falamos do bairro, da quebrada, da vizinhança, do centro, da cidade como um todo.

Há, quanto a isso, ao menos por ora, uma insuficiência na literatura. Brasília surge, nesse ponto, como uma oportunidade singular para reflexões sobre segregação socioespacial e suas múltiplas dimensões. O fato de a cidade ter sido planejada *com a* escola pública (Chanin, 2018) é, de antemão, um indício que, contraposto à atual configuração dos espaços de camadas médias, inaugura um desafio teórico e analítico. Migramos, nesse ponto, de um nível de análise para outro, mais amplo, quando podemos avaliar a escala metropolitana de uma cidade como Brasília e de um espaço como o Distrito Federal. Começamos a integrar mais fenômenos multiescalares em nosso exercício teórico.

É certo que essa distinção (*de/da*) é um postulado metodológico, analítico, cujos efeitos práticos e discursivos não são indissociáveis na produção do espaço. Entendo, entretanto, que os estudos sobre escolhas familiares em torno da escola, por conta de seu foco, possuem alcance limitado nos termos da antropologia urbana. As análises das escolhas familiares, se acompanhada de observação participante ou de outras técnicas etnográficas, potencializam esse alcance. Pois, vejamos.

Como já mencionei, a partir do contato com estudantes de uma escola pública da Asa Sul, pude notar como a presença de uma instituição do tipo produzia diferentes formas de ocupação do espaço da superquadra, muito pouco ou quase nada abordadas em estudos urbanos sobre Brasília. Diferentes áreas de estudo se debruçaram sobre

o projeto pedagógico das escolas da cidade, quando de sua construção nos anos 60, atentando para a originalidade de sua proposta, para a convergência com os princípios modernistas da nova capital, sem que ficasse evidente, no entanto, o comportamento de crianças e adolescentes *fora* da escola (Pereira, 2001; Pereira; Carvalho, 2011). Uma vez abandonado esse intuito inicial, que pregava a indivisibilidade entre a vida da superquadra e a rotina escolar (Teixeira, 1971), não há menções diretas aos *comos* dessa mudança paradigmática na vida urbana de Brasília. Se muitos pais e mães que vieram para a cidade nos anos após sua inauguração estudaram em escola pública, com seus filhos não repetindo o mesmo recurso, algo poderia ter ocorrido com o espaço urbano, não? Se admitimos como certo o pressuposto do *habitus* à la Bourdieu, que modificações teriam ocorrido neste sistema de disposições duráveis no espaço urbano?

Foi com essas dúvidas fervilhando minha cabeça e em busca de textos que pudessem discorrer sobre que fui percebendo, ao longo do tempo, que as escolas constituem um espaço com peso relevante na configuração urbana da cidade. Ainda mais em Brasília, no espaço das superquadras, com um número considerável de escolas públicas localizadas em seus espaços internos (Mapa 7). Uma presença que também se faz sentir, ademais, pela *ausência*, quando as pessoas pertencentes a segmentos de camadas médias admitem explicitamente o abandono da escola pública em seus *projetos* familiares, considerando-as como instituições relegadas a uma parte da população que “não pode pagar por algo melhor” – conforme uma de minhas entrevistadas –, em detrimento de escolas privadas, cuja qualidade é apenas posta em questão em termos de grau, não de natureza – uma escola privada é, não há dúvidas, segundo essa perspectiva valorativa, melhor que uma escola pública.

O que se vê numa superquadra como as do Setor Noroeste, portanto, não tem apenas relação com o espaço interno onde se desenvolve sua sociabilidade ordinária. Embora não faça especificamente uma análise histórica da mudança de perspectiva das escolas em Brasília (quando mudaram, que estratégias foram utilizadas), um campo certamente frutífero para reflexões futuras, é certo que moradores façam menção a

um movimento histórico de mudança. Dizem, portanto, que houve uma mudança e que as superquadras de hoje, construídas a partir dos anos 80, refletem em alguma medida essa reconfiguração qualitativa da escola no Brasil. Algo similar poderá ser dito, em escalas e níveis diferentes, sobre outras cidades, sobre a relação entre espaços escolares, discursos de camadas médias e relações sociais próprias de um mundo de sociabilidade urbana em particular.

É este *mundo* de Brasília, em particular, que agora busco traçar. À leitora e ao leitor, pondero que a segregação socioespacial está estreitamente vinculada, ao que me parece, a uma gramática modernista. Seja pelos poucos anos da cidade, seja pelo seu caráter inicialmente planejado, e por uma série de outras razões, a superquadra na cidade, quando ocupada por camadas médias, é compreendida como parte de uma *evolução* urbana própria – uma cidade que evoluiu sobre si mesma, mas que passou a agregar fluxos simbólicos em escalas globais, exigências de um mundo mais conectado e “integrado”; a preocupação com a *sustentabilidade*, com o conforto, com a formação educacional ampla de filhos e filhas. Começamos do começo, ou com aquele que é recorrentemente apontado como um dos gênios criadores desta cidade: Lucio Costa.

CAPÍTULO III

Brasília e Distrito Federal: formação e produção do espaço em perspectiva temporal

É mais do que conhecida a frase de Lucio Costa que define o princípio de seu plano piloto, como idealizado para a nova capital brasileira: “Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”. Ao problema de como idealizar a cidade que agora prometia sair do papel, o arquiteto apresentava este princípio como a matriz de toda sua *solução*, expressão própria do jargão arquitetônico e urbanístico.

Começo este capítulo neste ponto porque compreendo que esta frase, se não deliberadamente refletida por Lucio Costa, que mais de uma vez mencionou que seu projeto quase não foi entregue (Costa, 2018), sintetiza em linhas gerais a composição política, histórica e simbólica que fez emergir Brasília. Magnani (1980) pontuou que um discurso é verossímil na medida em que seus elementos internos são coerentes (em tese, ao menos) e que há “[...] conformidade entre as significações expressas e o sistema de representações (p. 57)”. O *gesto primário*, o *sinal da cruz* e o ângulo reto (Figura 2) foram alguns dos elementos que permearam a epopeia de construção de Bra-

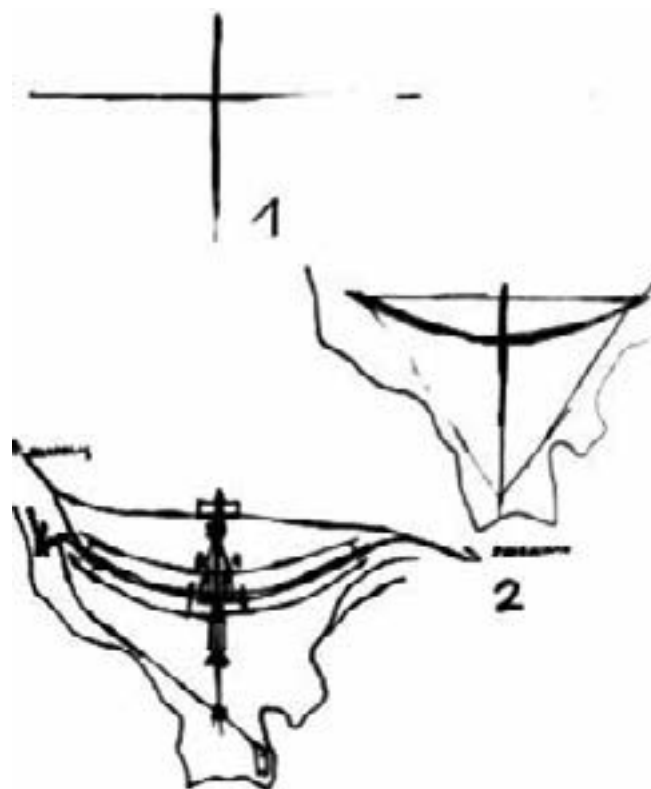


FIGURA 2 O passo-a-passo da concepção de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília. O gesto do sinal da cruz dando lugar ao planejamento racional. Fonte: Costa, 2018, p. 284

sília enquanto capital federal e, anteriormente, todo um longo percurso decisório, incerto e disputado sobre se o Brasil deveria ou não ter uma cidade que não o Rio de Janeiro como capital política e administrativa.

Nas próximas páginas, proponho uma discussão teórica sobre Brasília e o Distrito Federal, com ênfase nas articulações entre: (i) o discurso “motivador” de construção da capital, que acompanha até hoje, em maior ou menor medida, a expansão urbana local; (ii) o processo de ocupação espacial e simbólica desse espaço; e (iii) a relevância *escalar* da escola no desenho ideológico da então “Brasília planejada”, uma dimensão que ainda hoje é alicerce de *projetos* de camadas médias e altas que moram em superquadras.

Antes de Brasília, o “espaço vazio”

Brasília foi inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960. O ato de *inauguração* foi, na oficialidade do poder político institucional, o ato de seu nascimento como capital, o pórtico temporal que separaria o antes, o Brasil-passado, do depois, o Brasil-futuro, cuja expressão máxima seria a própria cidade. Um divisor de águas, em poucas palavras. Sabemos, contudo, que o corte da fita foi antecedido por processos de ordem sociológica, simbólica, política, muito anteriores. Parte deles foi, claro, recuperado pelos próprios idealizadores da cidade, como aponta Vidal (2009). É sobre esse ponto que me detenho momentaneamente.

Juscelino Kubistchek, o JK, foi o presidente responsável pela construção de Brasília. Incluiu a cidade como parte de seu tão conhecido Plano de Metas, o plano de natureza desenvolvimentista e tecnicista, que abrangia ações de escopo macromonetário, de estímulo a industrialização e à educação. Eram trinta as metas destinadas a fazer o Brasil avançar “50 anos em 5”. Brasília era a trigésima-primeira, a meta-síntese, como foi denominada. Não se pode dizer, por óbvio, que o Plano fosse infundado. Não eram poucos os que constatavam, à época, que o país passava por um processo de desindustrialização, e decerto não desconhecemos quão poucos eram os que frequentavam a

escola formal e pública. Se queríamos participar mais ativamente do capitalismo cada vez mais de natureza internacional, era preciso se movimentar. Uma dessas escolhas de movimento, já alardeada e debatida em períodos anteriores, foi de que era necessário que o Brasil olhasse “para dentro”, voltasse seus olhos para o interior de seu vasto território (Vidal, 2009).

A interiorização é um dos elementos centrais em todos os projetos de mudança de capital, no modo como foram lidos a posteriori. Se o Brasil continuasse a se manter próximo do litoral, estaria, por um lado, sujeito a todo e qualquer tipo de ataque bélico – isto, claro, fazia muito mais sentido do que atualmente, quando drones atiram a torto e a direito – e, de outro, poderia direcionar seu desenvolvimento econômico segundo outros fluxos demográficos e geográficos. O “isolamento” de parte de população brasileira em estados que não localizados no litoral fazia com que não estivesse integrada ao ciclo produtivo nacional. Era como se Tordesilhas, o Tratado, já tivesse caducado na letra da lei, mas ainda fosse vicejante na prática.

Uma das mais lembradas manifestações de que se têm notícia dessa tentativa de interiorização da capital é do movimento Inconfidente, no último terço do século XVIII. A seu tempo, esse objetivo era igualmente atrelado a um sentido econômico – Minas Gerais concentrava uma parte importante da produção econômica daquele momento, desde o início do ciclo do ouro. Diferentemente de Brasília e de alguns movimentos do século XIX, contudo, a transferência da capital do Rio de Janeiro para Minas Gerais, em Ouro Preto, em São-João-Del-Rei, em Mariana, estava menos vinculada à ideia de redirecionar a economia a partir de um novo ponto político do que articulada à pretensão de dar centralidade a um espaço então considerado relevante na escala de um país: se Minas era um polo de desenvolvimento, que fosse reconhecido como tal. Esse é o aspecto econômico. Tão importante quanto este é o de natureza simbólica. Se o movimento inconfidente era contra o poder colonial, fosse qual fosse sua envergadura – com o passar do tempo, o aspecto antes regional de seu intento passou a

ser lido como uma ode à liberdade nacional⁴¹ –, também seria coerente que uma nova configuração das relações de poder no interior do território brasileiro fosse simbolizada por uma nova capital.

Houve outras tentativas: Nova Lisboa, Petrópole, Brasília (não a do século XX, mas a proposta por Joaquim Nabuco, de onde surge a “inspiração” para o nome da cidade que hoje é a capital), Imperatório, Cabrália, Vera Cruz. Elas carregam em comum o critério de terem proposto um delineamento distinto do poder institucionalizado e da economia (regional e/ou nacional). Seu vínculo entre si, no entanto, é um artifício discursivo, argumentativo. A história que põe Brasília, inaugurada em 1960, no mesmo plano dessas outras cidades é uma história *imaginada*, para me valer dos termos de Anderson, com base na análise de Vidal (2009). Nos termos de Latour (2000, 2012), é um *fato*, isto é, com conjunto narrativo circunscrito e delineado, praticamente incontestável, erigido a partir de um processo de agregação e desagregação de ideias, pessoas, coisas e relações entre elas. Se é um fato construído e imaginado, nem por isso irreal, antes pelo contrário.

Essa história *imaginada* nivela muitas realidades sociológicas vividas no que hoje conhecemos como Brasil, muitas vezes opostas entre si, sob o pano de fundo da constituição de uma nação. Por um tecido invisível, mas discernível, todas essas idealizações urbanas fariam parte de um mesmo projeto: um destino prefigurado nas ações de pessoas e grupos que nos antecederam. Era o que pretendiam JK e equipe. Neste ponto – e, claro, não apenas por isso – seja qual tenha sido o seu intento, como apontamos, as palavras de Lucio Costa foram música para os ouvidos da Comissão que julgou o Concurso Nacional do Plano Piloto na Nova Capital do Brasil, cujo edital foi aberto em 1956 e cujo resultado foi oficializado em março de 1957.

41 Tiradentes, um dos líderes do movimento, foi alçado à protagonista por antecipação do processo de conquista do próprio país (Vidal, 2009). JK vira e mexe mencionava que levaria adiante o legado de seu conterrâneo mineiro, criando as condições endógenas da transformação entrópica do desenvolvimento nacional (Kubitscheck, 2000).

Se o Brasil precisava ir além do seu litoral, ir além da *fronteira econômica* (Fontoura, 1960, p. 96)⁴², era porque o que estava para-além era tido como um problema a ser solucionado. Não que não houvesse cidades, pessoas, ocupação humana no interior do Brasil. Sabia-se que sim, pelo menos desde o início da colonização do nosso território – foram elas as maiores vítimas desse processo. É que este território não ocupado por processos extrativistas, industriais e agrícolas de pequena, média e grande escala – integrados a um sistema maior de escoamento, produção e consumo – poderiam ser alterados em outra direção produtiva – e exploratória. Quanto a este ponto, o Brasil foi apresentado como um imenso *vazio* – demográfico, político, social, etc. Este vácuo era um problema e, na face oposta, uma oportunidade.

Brasília surge “no vazio”⁴³. Surge da concepção socioespacial segundo a qual o território brasileiro deveria ter outro propósito (Figura 3), outra forma, outra modulação. Num dos discursos que fez sobre a cidade, Juscelino disse: “Deste Planalto Central, desta *solidão* que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã o do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu *grande destino*⁴⁴ (grifos meus)”. Em outra oportunidade, já em texto de memórias: “Havia visto o Brasil de cima — a bordo de um avião — e pude sentir o problema em todas as suas complexas implicações. Dois terços do território nacional ainda estavam *virgens* da presença

42 Amaral Fontoura apresenta a ideia de fronteira econômica na *Revista Brasília*, em sua edição comemorativa da inauguração da cidade. Segundo ele, o Brasil teria esta fronteira, determinada pelo espaço que é ocupado e voltado à produção econômica, e a política, fixada pelos limites com outros países da América do Sul.

43 Não poderia deixar de pontuar aqui um duplo sentido desta expressão, aqui relacionado ao projeto urbanístico da cidade, que explora o vazio pelo seu lado positivo – portanto, oposto ao tratado neste ponto do texto – como espaço de sociabilidade e como elemento de composição da ordem urbana.

44 A frase teria sido dita em 1956, no dia 2 de outubro, quando JK visitava o espaço onde seria edificada a nova cidade. Hoje, está registrada em um monumento na Praça dos Três Poderes, no Museu da Cidade.

humana. Eram os ‘vazios demográficos’ de que falavam os sociólogos” (Kubitscheck, 2000, p. 7, grifo meu)⁴⁵.



FIGURA 3 Distância de Brasília das capitais brasileiras, apresentada por Holston (1993), um dos pontos do argumento para levar a capital para o “centro do país”.

Fonte: Holston, 1993⁴⁶

Juscelino se elegeu como um missionário desse movimento de emancipação territorial brasileiro. Era o representante eleito que faria cumprir o destino nacional em sua “essência”, no que tinha de mais profundo e necessário, mesmo que, para isso, precisasse se sacrificar (Kubitscheck, 2000, p. 341); se fosse ser sacrificado, seria em prol da reconversão nacional, canibalizado em benefício de um bem maior – e comum.

A ascensão de Juscelino como esta figura é uma conjunção histórica entre as circunstâncias de seu mandato, em um período de instabilidade político-institucional grande, e desse movi-

mento expansionista já em curso no seio do Estado brasileiro desde, ao menos, meados do século XVIII. Na primeira constituição posterior à Proclamação da República, estava lá, no artigo 3º, quase que como um fundamento da ordem política nacional: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal (Brasil, 1891)”. O irônico legislativo é que o texto constitucional prevê a delimitação matemática de uma área que já se imaginava ser no Planalto Central, pela

45 A Brasília inaugurada, por sua vez, teria corrigido este problema: “A nova Capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território — que eram desalentadores “espaços vazios” — fossem conquistados” (Kubitscheck, 2000, p. 11, grifo meu).

46 O mapa feito por Holston (1993) está com a configuração administrativa do Brasil do momento em que redigiu seu texto. Tocantins ainda não havia sido separado do estado de Goiás, algo que somente aconteceu a partir de 1988, com a promulgação da Constituição.

“centralidade” geográfica em relação às fronteiras continentais e marítimas brasileiras, mas ainda sem contornos definidos. Esses contornos seriam apenas definidos nos anos seguintes, a partir da Missão Cruls, de caráter exploratório.

Iniciada em 1892, por ordem direta do então presidente Floriano Peixoto, a Comissão Exploradora do Planalto Central foi liderada por Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Foram duas as missões, uma finalizada um ano depois, em 1893, outra em 1894, de caráter mais detalhista. Desde 1893 e até a construção de Brasília, a maior parte dos mapas oficiais destacava o *Quadrilátero Cruls* (Figura 4), demarcando geográfica e simbolicamente – um aviso a quem pagasse de desavisado – que ali seria a nova capital da República.

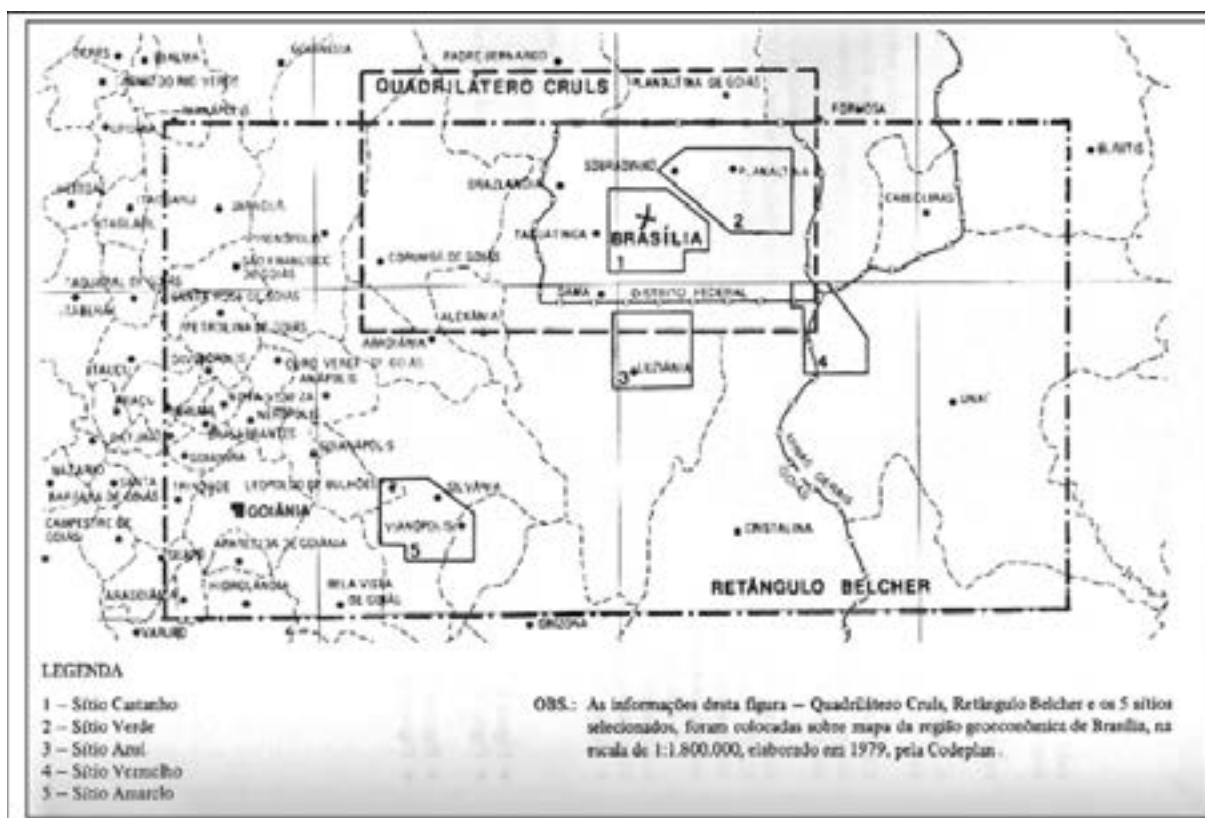


FIGURA 4 Recorte do mapa do Brasil, com destaque para os quadriláteros desenhados para abrigar a sede do poder administrativo nacional. Fonte: Distrito Federal, 1984

A despeito da definição administrativa que encravou holograficamente no território brasileiro os limites da nova sede política brasileira, nada saiu do papel naquele momento. Esse objetivo é retomado nos anos 20, no renascido âmago desenvolvimentista que atravessou o Estado Nacional. É Getúlio Vargas quem dá fôlego renovado à mudança da capital, com previsão constitucional da transferência em 1934. Três anos depois, seria iniciada a campanha da *Marcha para o Oeste*, de estímulo à ocupação demográfica do *interior* do território brasileiro, em sintonia, claro, com todo o propósito colonial e exploratório que pode se esperar de iniciativas similares. O nome da campanha não à toa é tomado *ipsis litteris* da homônima estadunidense, cujo rastro de violência é mais do que documentado – nesse ponto, o saldo brasileiro é incerto, ou menos documentado. A Marcha, todavia, não estende seu alcance para a mudança da capital, retomada mais uma vez na Constituição de 1946 e, pouco depois, durante o governo de Eurico Dutra. É neste momento que é desenhado o Retângulo Becker (Figura 4), mais um dos esboços representativos desse ímpeto *mudancista*, como ficou conhecido, retrospectivamente, o movimento de mudança da capital brasileira.

Lida a “história” do modo como procurei escrevê-la nos últimos parágrafos, fica-se com a impressão de que foi, de fato, parte de um fio de relações sociais e políticas relativamente homogêneo. Era o meu propósito, com o objetivo de realçar que essa modulação discursiva foi exitosa justamente pela campanha de Juscelino Kubitschek pela transferência da capital. As peças do quebra-cabeça, se assim podemos comparar, não existiam a priori; foram criadas – imaginadas – pela competente batuta de JK e a equipe responsável por conduzir as obras da cidade. Como bem a antropologia nos ensina, o lado simbólico de um processo é parte constitutiva e fundamental de sua materialização no “real”. As partes desse todo, encaixadas, compõem a história oficial brasileira, como não deixam dúvidas as informações no site do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁴⁷ e o próprio Juscelino, em *Por que construí Brasília* (2000).

A *Marcha para o Oeste* é retomada e reconvertida nas mãos e palavras de Juscelino, sob a centralidade da meta-síntese desenvolvimentista. JK se apresenta para a opinião pública, “para a nação”, como aquele que cumpriria, custasse o que custasse, o desejo imanente do povo brasileiro. Outros tentaram, ele “foi lá e fez”.

O modernismo brasiliense

Ao comentar sua experiência empírica com moradores de Brasília, Tarlei de Aragão afirma, em obra postumamente publicada (2018b), que há três predicados relevantes para situar simbolicamente o que denomina de *caso brasileiro*: são a *liberdade*, a *ordem* e o *futuro*.

Não sendo a ocasião de discordar da abrangência desse trinômio para o Brasil *como um todo*, para o conjunto das várias circunscrições e dos vários períodos sociológicos espacializados no território brasileiro, considero que podemos usá-los como signos da mudança derradeira da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Não os únicos signos, a bem da verdade, senão porque outros poderiam ser enumerados (*poder*, *centralidade*, *controle*, etc.), como serão à frente elencados, mas cujas ramificações cumprem a função de entender os objetivos de *modernização* pretendidos com a construção da nova capital *em meio* ao Planalto Central.

Liberdade, *ordem* e *futuro* encerram, individualmente, um sem-número de significados, dos mais genéricos aos mais específicos. Podem ser o mote de justificativas políticas para a reclusão, para a opressão, para a morte (como apontou Foucault⁴⁸); podem ser

47 A informação está disponível na seção História – Brasília (DF): <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1484/>, cuja data de postagem é desconhecida ou não informada.

48 Sobretudo em *Segurança, território e população* (2008)

os ideais revolucionários de teorias emancipatórias, de cunho libertário, autonomista. Ao se articulá-las como parte de um conjunto único, seus significados são ainda mais numerosos. Araújo (2018) aponta, em relação ao Brasil, entretanto, e aí reside um aspecto fundamental, que se tratam de predicados que dizem menos respeito, do ponto de vista *do* poder, das relações entre as pessoas, de modos discerníveis sociológica e antropologicamente na análise empírica de suas vidas, do que de pontos a partir dos quais se busca *governar*, tramam um enredo de gestão, administração e controle da vida e das relações humanas (a partir daí, poderíamos esticar o seu argumento, entre humanos e não humanos também).

Quando falo nesses termos, nesses significantes, chamo a atenção para as implicações deles, associados, no projeto de modernização nacional. Relembradas aqui as considerações feitas preliminarmente sobre o *vazio* demográfico e territorial, é de se pontuar que o território que era habitado, ocupado, povoado, era feito segundo uma matriz vulgar e imprópria, dir-se-ia incivilizada. Se o Rio de Janeiro, se São Paulo, se Salvador e outras cidades litorâneas ou próximas do litoral apresentavam problemas – e eram muitos –, traziam consigo uma expectativa de desenvolvimento, de evolução, de caminho para o futuro. O Brasil intestino, por sua vez, se não mexidas as suas estruturas, se não passasse por um tratamento de choque, um “choque de gestão”, ficaria a esmo, imutável em sua insignificância.

Aquêles que ainda não transpuseram de extremo a outro, este País, de Goiás ao Amazonas, voando sobre esse oceano de selva impenetrável, certamente não tiveram ensejo de objetivar que, no território nacional, existe uma área igual à metade de toda a Europa, *abandonada aos índios*, sem produção, sem um risco de estrada. Só agora, depois de quatro séculos e meio, apareceu um dirigente [Juscelino] que não esmoreceu ante o hercúleo trabalho de desbravamento e integração nacional do gigante ‘deitado eternamente em berço esplêndido’. As nações européias já cobiçavam esse rico latifúndio para solver os prementes problemas de superpovoamento [de seu território] (Kroeff, 1959, p. 3, redação como no original, grifo meu)⁴⁹.

49 As coincidências semânticas e discursivas com discursos das duas primeiras décadas do século XXI ficam a cargo da leitora e do leitor.

Ocorre que esse olhar sobre o Brasil não era restrito a políticos profissionais, acadêmicos e jornalistas. No campo da arquitetura e do urbanismo brasileiro, uma parcela substancial dessas ponderações encontrava seus adeptos. Lembremo-nos antes que, em 1922, o Brasil vivera um momento marcante, de inflexão nos rumos da arte e da cultura nacional. Falo, claro, da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, que contou com participantes das mais diversas formas de manifestação artística. A Semana não foi um momento isolado: teve um antes e, acima de tudo, um depois. Um dos efeitos de seu “sucesso”, se assim posso me expressar, foi o protagonismo assumido a partir dali pelo movimento modernista em arquitetura e em urbanismo. Esse movimento não era originariamente nacional, decerto, mas encontrou um terreno fértil a ser explorado com o movimento artístico representado por 1922 e com a articulação política que passou a ser realizada posteriormente.

O movimento modernista – não confundamos com modernizador⁵⁰, apesar de suas óbvias semelhanças – de caráter urbano tinha um diagnóstico sobre as cidades brasileiras. Ao seu ver, o espaço urbano brasileiro era um arrazoado disforme de referências arquitetônicas, disfuncionais, que, em conjunto, tiravam dos seus moradores a capacidade de *viver bem* e em *harmonia*. Cidades sujas, desorganizadas, dessistematizadas, sem governança: esse era o retrato pintado sobre nossas grandes cidades. Não permitindo que moradores e moradoras pudessem viver de modo razoável, as cidades também não permitiam um modo decente de escoamento da produção e do consumo. Melhor dizendo, boa parte de nossas cidades foi construída, constatava-se, em torno de nossos ciclos econômicos, envolvidas pela premissa de serem suportes espaciais da produção econômica. Produzia-se muito, mas de maneiras ilógicas e sem quaisquer preocupações com a vida em si do cidadão. Muitos problemas, portanto, restavam ser solucionados.

50 O discurso modernizador, grosso modo, tem maior amplitude discursiva, podendo-se referir desde a movimentos culturais, urbanos, como também ao que Weber (2004) denominou desencantamento do mundo, vivido de forma aguda em sociedades capitalistas, majoritariamente europeias ou derivadas de processo de expansão além-mar do poder colonial europeu. Modernizar, nesse sentido, é igualmente dessacralizar, racionalizar, burocratizar e impessoalizar.

Essa crítica às cidades brasileiras era também de ordem estética. Não apenas as cidades brasileiras eram um salseiro, uma bagunça, como não tinham um índice comum de referências arquitetônicas. Somavam-se, no limite de poucos quarteirões, construções de inspiração portuguesa, moura, barroca, indiana, afora os muitos prédios e objetos sobre os quais sequer se poderia definir com precisão de onde vinham e para que serviam. Lucio Costa, um dos arquitetos mais conhecidos do modernismo brasileiro, por exemplo, argumentava que uma das missões do movimento modernista era recuperar o que o Brasil tinha produzido de melhor e juntar esse conjunto referencial a elementos já idealizados e refletidos por outras pessoas em outros cenários (Costa, 2018). Uma dessas referências necessárias era Le Corbusier, arquiteto suíço e naturalizado francês.

Le Corbusier liderava àquele momento a empreitada de modificação das diretrizes arquitetônicas em escala mundial. Seja em eventos internacionais, como os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM), ou em ensaios (1998), o arquiteto redefiniu os sentidos da organização do espaço urbano e do próprio modelo residencial. A *Carta de Atenas*, publicada por ocasião do CIAM de 1933, sem nenhuma dúvida, é um dos documentos emblemáticos desse período e de sua contribuição moduladora.

O diagnóstico de Le Corbusier era de que o modelo da cidade industrial estava esgotado. Sua eficiência em termos de alocação e de distribuição de bens e das pessoas estava fadada ao insucesso e, levado adiante, o modelo seria o responsável pela absoluta incapacidade das cidades de se constituírem como um sistema ordenado e agregador. A cidade, afinal, segundo pontuava, havia surgido dessa necessidade de atender ao fluxo de produtos e de serviços comercializáveis e vendidos desde a derrocada do regime feudal e da ascensão do capitalismo como modo de produção hegemônico. Esperar por essa derrocada urbana não era uma opção, razão pela qual foram propostos que, para o bom funcionamento e bom ordenamento do espaço urbano, deveriam ser atendidas de modo prioritário quatro funções: *habitar, circular, recrear e trabalhar*.

Essas funções representavam, em linhas gerais, todas as dimensões da vida do “homem moderno”, portador de um emprego, proprietário (ou locatário) de um imóvel e usuário de algum meio de transporte para chegar ao seu trabalho. Fundamentalmente, seria preciso que a cidade *ideal* atendesse bem e, de modo sistematizado, às quatro funções. Elas não deveriam, no entanto, ser compreendidas como elementos dissociados um do outro; constituíam um *conjunto*. A falha em efetivar uma comprometeria todas outras, sob pena de o exercício de transformação pouco valer em seu objetivo máximo – a partir do espaço, transformar a realidade.

O modelo que se tornou mais difundido da obra de Le Corbusier é o da cidade radiante (*ville radieuse*, Figuras 5 e 6), que acabou por não ser efetivamente construído em lugar nenhum. Embora tenha permanecido como um desenho na prancheta e apenas concretizado em maquetes, o modelo serviu de inspiração a praticamente todo o pensamento modernista, a ver pela incorporação de seus princípios no texto final da Carta de Atenas (em uma de suas versões). O arquiteto francês, com base em suas premissas sobre a *circulação* na cidade, desenvolveu uma proposta de intervenção para Paris. Se realizado, o projeto adequaria o “homem” ao seu “mundo”. No cotidiano do trabalho fabril, a título de exemplo, empregados não tinham tempo para se exercitar ou simplesmente deambular.

Morriam de antemão, de cara, na forma como as cidades estavam organizadas, os *flâneurs*, de Baudelaire, em detrimento de seres puramente objetificados para a produção. Em seu desenho, o arquiteto conjugava essas dimensões da vida cotidiana em um sistema interligado de espaços urbanos dentro do espaço urbano mais amplo da cidade. Sobre essa proposta, Lefebvre (2011) mencionou de forma ácida que se tratava de um “espaço de morte” – neste ponto, lembremos das considerações lefebvrianas sobre o ímpeto racionalista *sobre* a organização do espaço urbano.

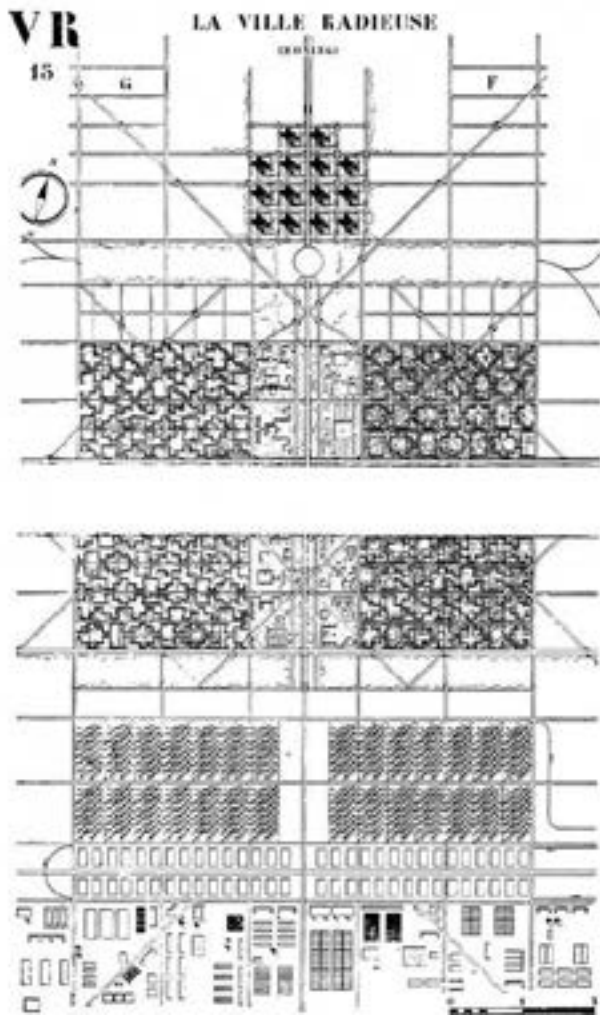


FIGURA 5 A cidade radiante, de Le Corbusier. *Fonte: Le Corbusier (1967)*



FIGURA 6 A cidade radiante, com separação do fluxo de pedestres e veículos em níveis distintos, característica incorporada ao projeto de Brasília. *Fonte: Le Corbusier, 1967*

Igualmente inspiradoras para o movimento modernista brasileiro foram as propostas da *cidade-jardim* (Howard, 2003) e das “novas” cidades britânicas, como Milton Keynes e Cumbernauld. Se carregam diferenças relevantes entre si (Ferreira; Gorovitz, 2020), em níveis de hierarquização das dimensões relevantes da vida cotidiana (ênfase no trabalho, no consumo, na circulação, na fruição, e assim por diante), uniam-se pelo diagnóstico de necessidade de intervenção no modo como as cidades vinham se desenvolvendo. Se, de uma parte, o capitalismo avançava de modo mais ou menos cego e despropositado aonde fosse preciso para expandir suas margens de lucro, em constante processo de cercamento de campos, devia o urbanismo ser uma força repressora ou, no mínimo, reguladora desse processo. Não é à toa, nesse sentido, que o modernismo arquitetônico e urbanístico tenha encontrado tantos adeptos no regime soviético.

É neste ponto de minha narrativa que introduzo a figura de Oscar Niemeyer. Antes de Lucio Costa ser o vencedor do concurso que selecionou o seu plano piloto como o plano piloto da capital federal, Oscar já trabalhava diuturnamente nas obras de Brasília, iniciadas entre os anos de 1956 e 1957. Niemeyer trabalhara anteriormente com Juscelino Kubitschek durante o governo deste

em Minas Gerais, tendo sido o responsável pela construção, em Belo Horizonte, de ícones da arquitetura moderna, como a Pampulha, o Iate Clube e a Casa de Kubitschek, residência de final de semana do então governador.

Antes da definição exata do novo traçado da capital, Niemeyer já havia definido como seriam os palácios-sede do executivo (Palácio do Planalto), legislativo (Congresso Nacional) e do judiciário nacional (Supremo Tribunal Federal). A residência oficial, o Palácio da Alvorada, também já tinha sido projetada. Quando Lucio Costa (Foto 15) venceu o certame, juntou-se à equipe de maneira oficial – parceiros do movimento modernista, conheciam-se ele e Niemeyer de outrora.

Retomemos agora a articulação entre os predicados *liberdade, ordem e futuro*, a partir dos entrecruzamentos da necessidade diagnosticada de interiorização do Brasil, de desenvolvimento econômico e de alteração da ordem urbana vista até o momento. Se havia uma dificuldade para o trabalho de Le Corbusier ser implantado de maneira concreta, para além de projetos abstratos e princípios, por mais coerentes que fossem – dada certa indisposição de capitais e cidades europeias em encamparem, de modo amplo, suas propostas –, o Brasil apresentava ao movimento modernista uma oportunidade única: Brasília. Uma chance de começar uma cidade *do nada, a partir do zero*, como que reproduzindo, em escala real (real até demais) a confiabilidade, a replicabilidade e a viabilidade de suas ideias e seus objetivos. Brasília seria esse experimento, destinado,



FOTO 15 Enquanto despretensiosamente posam para a foto, Lucio Costa e JK analisam um documento detrás de uma placa que demarcava a Avenida Monumental, no projeto já apontada como Eixo Monumental. *Fonte: ArPDF. Autoria desconhecida, 1957*

segundo pensavam, a estabelecer um marco universal para o urbanismo: se exitosa, poderia ser exemplo ao mundo da eficiência modernista; em plano interno, seria a condutora de um novo modelo de sociabilidade urbana e experiência estética. Por mais que houvesse obras modernistas Brasil afora, nunca atingiriam a dimensão de uma cidade feita em um território de largas proporções. Facilitava em todo esse processo a elástica autoridade que JK tinha para determinar os rumos da construção e do que deveria – ou não – ser dispendido em recursos financeiros e humanos (Ribeiro, 2008)

A nova capital, se seguisse fielmente seu planejamento primário e a *organização racional* de seu espaço, permitiria, ao mesmo tempo: (i) o desenvolvimento nacional, conduzindo-nos ao futuro prometido tão ansiado pela oficialidade do poder; e (ii) uma experiência singular ao seu morador, planejada para aplainar diferenças de classe e para fazer da cidade e de seu cidadão uma composição orgânica – eu vivo na cidade não apenas porque preciso me sustentar, mas porque posso *definitivamente viver* nela (ter o meu momento para o trabalho e outro para o lazer, despreocupado do trânsito e do caos “naturais” das cidades brasileiras).

Clifford Geertz, ao comentar sobre o estado clássico balinês, o *Negara* (1999), pontuou sobre a necessidade ritualística marcante de se fazer do Estado um *centro exemplar*, cuja forma de organização e cujas disposições administrativas executadas são demonstrações do que deve ser replicado em níveis institucionais inferiores. O exemplo vige também não apenas pelo seu lado positivo – o que *deve* ser feito –, mas também pelo que condena, desaconselha, proíbe – isto não pode, isto não deve ser feito. A figura do Estado é, nesse ponto, mitológica, por concentrar um universo de referências rituais, visuais, imagéticas, simbólicas e políticas que informam o comportamento desejável de grupos e pessoas. Assim se pensava que Brasília fosse para o Brasil – um centro exemplar. Uma pedrinha pingada no meio do oceano, com ondas concêntricas que se espalhariam e modelariam uma nova forma de pensar, agir e produzir no país. *Negara*,

ainda, não era apenas Estado, diz Geertz, era também cidade, um ajuntamento, um conglomerado, um centro de irradiação.

Mas, afinal, de que cidade estamos falando?

Brasília: a superquadra como modo de vida

Pensado dentro do ideário modernista mais amplo, o projeto vencedor de Lucio Costa propõe uma inovação urbanística: a superquadra. Seu conceito deve ser entendido, nos termos do arquiteto-urbanista, na relação com o *todo* do espaço urbano. É nessa *totalidade* e na relação entre esta e suas partes, e vice-versa, que Brasília apresenta um novo *modo de viver*. É esta integração harmônica entre os elementos do espaço urbano que, em primeira instância, teria sido perdida pelas cidades brasileiras e pela grande maioria das cidades industriais.

O *Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil* estabeleceu regras básicas para que os candidatos apresentassem suas propostas. Em especial, duas: (i) a apresentação de um plano geral de ocupação urbana, um *plano piloto*, como em geral se denominava esse documento no âmbito do modernismo; (ii) um relatório justificado, com o detalhamento das opções feitas pelo candidato, que mostrassem as razões das escolhas feitas e sua aplicabilidade na topografia do território escolhido para abrigar Brasília. Para facilitar o entendimento dos concorrentes, o Edital, publicado em 1956, incluía mapas topográficos, com uma área reservada para o futuro Lago Paranoá – o Lago seria um componente bucólico do novo espaço urbano, ao passo que atenuador da baixa umidade constatada no território, marcante em determinados períodos do ano, algo constatado pela Comissão Cruls, ainda no final do século XIX. O Palácio da Alvorada teria sua construção iniciada em breve, motivo pelo qual não poderia ter sua posição espacial alterada nos projetos apresentados.

Vinte e cinco propostas foram validadas para a concorrência ampla e para o julgamento dos membros do júri. Ainda que muito diferentes entre si quanto à modulação espacial de Brasília (Brasil, 2014), quanto ao tipo de prédios a serem construídos e ao percentual de ocupação do novo Distrito Federal, entre si compartilhavam das muitas premissas do movimento modernista. Na essência, exemplificavam o atendimento prioritário e conjugado às funções modernistas (habitar, circular, recrear e trabalhar). Um dos menos detalhados projetos era o de Lucio Costa, que restou vencedor ao final das avaliações.

O arquiteto propôs que a nova cidade fosse tanto *urbs* como *civitas* (Costa, 2018, p.283), ao molde de outras grandes cidades da “cultura ocidental”, como Paris e a Roma do antigo Império. Brasília teria, segundo seu projeto, o caráter de cidade do *poder institucional* ao mesmo tempo que seria um núcleo urbano *harmônico* e habilitado para uma boa vida. Dois eixos principais (Figura 7) recortariam o centro da nova cidade. De norte a sul, o extenso eixo rodoviário, uma via de alta velocidade, direcionada a servir de suporte de circulação rápida e eficiente à cidade. Perpendicular a este, de leste a oeste, o eixo monumental, onde estariam dispostos os prédios governamentais. Na cabeça leste desse eixo, a “cabeça do pássaro” (Aragão, 2018), estaria a Praça dos Três Poderes, com os órgãos-sede do poder nacional (executivo, legislativo e judiciário). O destaque ficaria para o prédio do Congresso Nacional, plenamente visível desde o cruzamento dos eixos, onde ficaria instalada a “estação rodoviária interurbana” (Costa, 1957), atual e popularmente conhecida como “Rodoviária do Plano”.

De uma só feita, Lucio Costa argumentava que a *solução* conferiria, de um lado, ao poder a oficialidade e a ritualidade (a teatralidade, afinal de contas) que lhe seriam características – e necessárias –, e, de outro, o contato imediato do morador com seu entorno, sua vizinhança. *Urbs* e *civitas*. Isto porque, paralelamente ao eixo rodoviário, estariam as superquadras residenciais, destinadas a receber os novos moradores de Brasília. Paralelas a esse eixo, elas seriam distribuídas de modo “rebatido” dos

dois lados do eixo monumental. Criavam-se, assim, as Asas Sul e Norte, como foram nomeadas posteriormente.

No texto do relatório eis a definição de superquadra:

[...] Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma *seqüência contínua de grandes quadras dispostas*, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem [...] Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras [...].

Dentro destas “super-quadras” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra [...] (Costa, 2018, p. 291-292, redação no original, grifos meus).

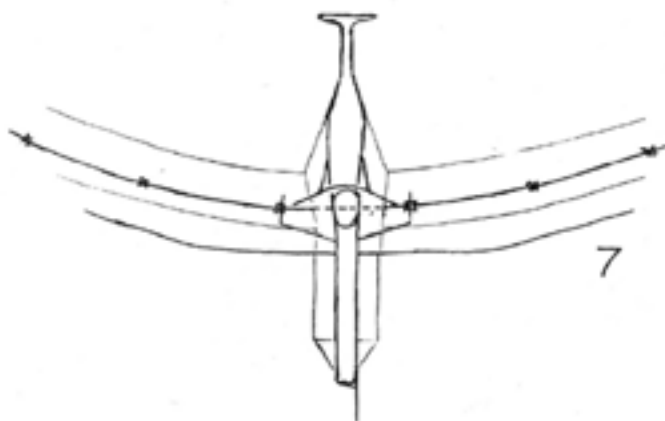


FIGURA 7 Eixos monumental e rodoviário da nova capital. O número 7 se refere à ordenação deste croqui no relatório apresentado por Lucio Costa para o Concurso. Fonte: Costa, 2018, p. 286

Estamos, nesse momento, falando, nos termos do projeto urbanístico, do conjunto *idealizado*, antes da construção da cidade propriamente dita, de preposições, predicados e adjetivos da gramática modernista de Brasília, como pensada pelo seu “criador”. Adiante na tese, veremos algumas modificações que foram feitas logo no início das obras da cidade e ao longo do tempo – essas alterações são, sobretudo, um dos elementos que

compõem o objeto de minha pesquisa. Como procuro argumentar, o que se diz atualmente sobre o projeto urbanístico original de Brasília é fruto de um acúmulo discursivo feito no decorrer do tempo. É como se cada entrevista dada por Lucio Costa e cada pequeno rearranjo de seus princípios e de suas disposições, feitos posteriormente à inauguração da cidade e mesmo muitas décadas depois, fossem acoplados ao relatório do plano piloto original. O arquiteto, claro, não deixa de ter seu peso nisso, por assumir muitas vezes essa ambivalência, quase como a dizer, “veja, isso estava lá no que escrevi, ainda que não com essas palavras”, como que num truque cuja revelação pelo mestre mágico nos mostra elementos que já eram existentes, *reais*, efetivos a priori, ainda que o público os desconhecesse. Antes, voltemos.

A superquadra brasiliense, na ordenação do relatório, é apresentada primeiramente pela sua sequência, isto é, como conjunto – totalidade. Dentro desse agregado, o primeiro elemento é de ordem naturalista, com a menção à “larga cinta densamente arborizada”. Estariam dispostas as superquadras em cada lado do eixo rodoviário. Essa disposição permitiria um benefício duplo: que houvesse uma ordem urbanística, consideradas as possíveis diferenças internas a cada superquadra, e que os moradores tivessem perto de si faixas extensas de áreas arborizadas (Figura 8).

A formação interna das superquadras, seu conteúdo residencial elementar, seriam os blocos, como até hoje é chamada a maioria das construções do Plano Piloto (o bloco A, o B da residencial, o bloco D da comercial, etc.). Os blocos poderiam ser distintos quanto à fachada, ao material empregado e, sobretudo, quanto à disposição no espaço de uma superquadra, mas deveriam se ater a dois princípios: (i) altura máxima *uniforme* (em linguagem técnica, o gabarito); e (ii) *separação* do tráfego de veículos do trânsito pedestre. Carros e pedestres, logo, não dividiriam o mesmo fluxo cotidiano, como é mais comum nas cidades brasileiras, com o pedestre restrito à calçada e os carros proprietários das ruas. Por princípio, ao menos *dentro da superquadra*, o privilégio de acesso seria de pessoas a pé, sozinhas ou em grupo.

Neste ponto, ressalto o que Lucio Costa diz sobre o gabarito máximo dos blocos. O arquiteto-autor, ao preconizar este primeiro princípio, menciona logo em seguida que sua consecução *poderia* ser de seis pavimentos e pilotis. Há um *talvez* no meio da frase. O relatório do plano piloto, no todo, é um tanto quanto ambivalente, quase que como um documento de propósitos negociáveis – é também aí. São negociáveis apenas

SETOR RESIDENCIAL

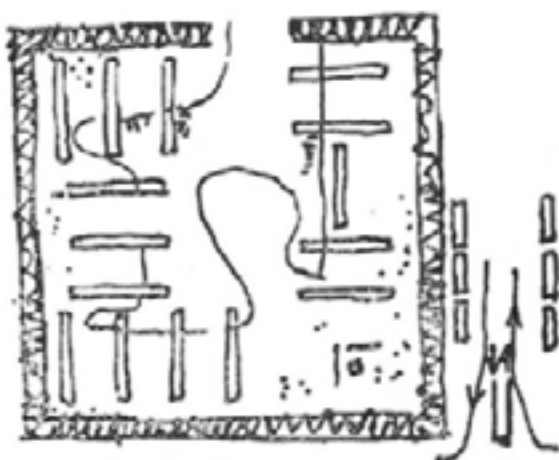


FIGURA 8 Croqui de uma superquadra. Os contornos tracejados são referentes à cobertura vegetal. No canto inferior direito, vê-se uma quadra comercial. Fonte: Costa, 2018, p. 287

textualmente, pontue-se, isto porque, em vista de o modernismo arquitetônico ser a moeda corrente da vez, a menção a pilotis e a uma determinada sugestão de altura ganharam ares de proposição exata, em última instância, porque fiéis aos cânones arquitetônicos de então, como atesta mesmo uma leitura transversal das Cartas de Atenas (1933 e 1943).

Outro elemento fundamental da proposta de Lucio Costa está ao final desses dois parágrafos: “mormente acesso à escola primária”. Como venho falando repetidamente, a escola de caráter público era um pilar do modernismo brasileiro, se entendido, como prefeririam seus autores, *em conjunto*. Sua inscrição espacial junto à superquadra, com acesso privilegiado do pedestre, deveria ser, em tese, uma parte azeitada da engenharia social proposta a partir do modelo de superquadra. Essa engenharia, ao menos seu elemento escolar, esteve em questão desde o início da cidade. Pelo que mostraram meus anfitriões, como veremos à frente, hoje mais do que nunca.

Ainda na definição de superquadra, o relatório diz:

Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras, à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso etc., e reservando-se uma faixa de terreno, equivalente a uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza (Costa, 2018, p. 292-293).

Sobre este ponto, gostaria de me deter um pouco mais. Muito se comenta acerca de Brasília sobre a dependência imediata de carros e outros veículos automotores para a devida circulação na cidade. A cidade seria indissociável do princípio *rodoviarista* (Holanda, 2012; Ficher, 2019a, 2019b): se se quer visitar um amigo, um parente, ir a um restaurante, tem-se de abrir a porta do carro e, no mínimo, engatar a terceira marcha. Para ir ao trabalho, para um parque recreativo: carro. Para se deslocar em distâncias nem muito grandes: carro. Trata-se, sem nenhuma dúvida, de uma afirmação relativamente inquestionável, a se verificar, por exemplo, pelo nível per capita de veículos no Distrito Federal⁵¹. A existência de um eixo rodoviário que corta o Plano Piloto é certamente um exemplo desse ideário, que entende o morador de uma cidade como potencial proprietário de um veículo. Considerado, claro, o fato de o sistema público de transporte público da cidade ser deficitário⁵², é indubitavelmente possível afirmar que Brasília *depende* da existência do transporte individual automotor. Mais do que isso, isso era um dos cerne de seu projeto, feito como foi na esteira de um modelo desenvolvimentista de nação. Mas essa não é toda a história.

Sim, para ir de um lado a outro das Asas, para chegar ao eixo monumental, para ir ao “setor de diversões”, seria necessário ir de carro ou ônibus. Ocorre que a proposta mo-

51 Ver em: <http://www.and.org.br/brasil-ja-tem-1-carro-a-cada-4-habitantes-diz-de-natran/>. Acesso em 04 fev. 2021.

52 Ver, por exemplo, os relatórios feitos pelo Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) e pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) sobre as opiniões de usuários e usuárias do transporte público no DF. Documentos disponíveis em: <https://www.ifc.org.br/single-post/relatorio-final-como-anda-meu-onibus>. Acesso em 06 jul. 2021.

modernista de sociabilidade era de que a vida cotidiana ficasse *concentrada* na superquadra e em seu entorno. Trata-se de uma variável de proporcionalidade. A proporção do tempo em um veículo seria incomparavelmente menor do que em relação a outras cidades, seja pelas velocidades das vias previstas, facilitada pelo não cruzamento em nível (os carros ficariam sem muitos obstáculos nos seus percursos ordinários), seja pelo fato de que grande parte da vida seria levada no apartamento, nos parques recreativos, no comércio local, nos equipamentos culturais mais próximos. Se isso era relativamente improvável, senão impossível, que acontecesse numa cidade daquele momento, Brasília se pautava pela realização dessa impossibilidade: começando do “zero”.

Neste ponto, a ordenação urbanística da superquadra deveria ser compreendida como parte de um *sistema de produção e distribuição* (Figuras 9 e 10). Os eixos e as vias internas das superquadras, direcionadas ao uso de veículos, seriam os suportes espaciais desse sistema, cujo resultado deveria ser, ao fim e ao cabo, o permanente abastecimento de bens e serviços a moradores e moradoras das superquadras, com necessidade residual de saída do espaço mais imediato da superquadra para esse tipo de acesso.

Este era o princípio, a premissa do projeto. A referência a ele poderia, bem sei, soar como um aviso de precaução, como se estivesse a dizer: “vejam, mas isso não é culpa de Lucio Costa, ele tinha previsto outra coisa” – argumento corrente entre defensores mais ou menos ortodoxos de seu projeto. Não se trata disso. No âmago desse debate, está também em ponderação o quanto o *espaço* é um agente modulador da sociabilidade urbana, em nível familiar, de pequenos grupos ou de todo o conjunto de moradores. Lucio Costa mesmo admitiria, penso eu, esta premissa, como modernista fiel que era – se o espaço estiver modulado de certa forma, é muito provável que tal coisa e não aquela seja a consequência. No capítulo anterior, mostrei que esse é um dos debates maiores da antropologia urbana, desde os primeiros registros que hoje consideramos parte de nosso corpus disciplinar. Em alguns casos, como pude verificar ao longo de minha etnografia, pude perceber, entretanto, que o uso de um veículo automotor individual e não de um ônibus, para além do conjunto de infraestrutura urbana que uma cidade

engloba, está relacionado a um certo modo de ver e fazer as coisas, *pelas* pessoas. É, nesse sentido, uma dimensão valorativa, de como se quer e o que se quer viver.

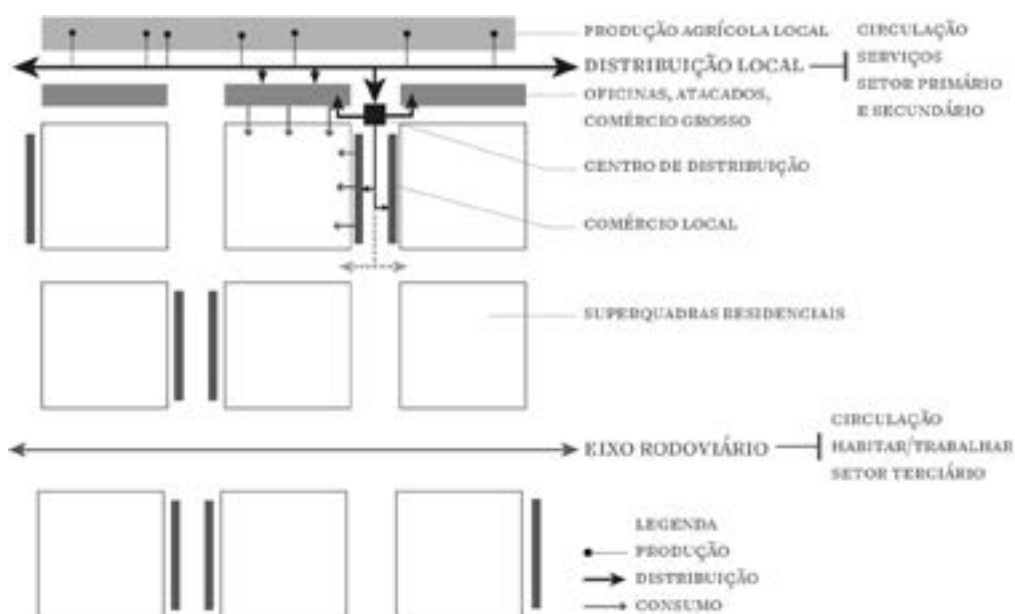


FIGURA 9 Diagrama de representação do sistema de distribuição e produção de Brasília, interna às superquadras, segundo projetado por Lucio Costa.

Fonte: Camargo, 2019

Poder-se-ia pensar, na contramão desse meu ponto, que essa possibilidade surge justamente pela falta de alternativas viáveis e pela não realização *total* do projeto original, com o que decerto tenderia a concordar e ao que somaria que, pelo que posso analisar, o uso do carro é também fruto da possibilidade de se usá-lo – ter ou não condições materiais de adquirir um, ter condições de mantê-lo, de custear seu abastecimento, de enfrentar menos congestionamentos, etc. Não apenas espaço modulador, não somente modulação simbólica e cultural sobre e na cidade.

Lá atrás, ainda no início desta tese, expus que um dos espaços onde realizei observações de campo e onde conversei com moradores era a Unidade de Vizinhança n. 1, localizada na Asa Sul do Plano Piloto. Como também disse, trata-se da única unidade do tipo edificada no Plano. No projeto de Lucio Costa, contudo, sua constituição e seu

espraiamento eram uma premissa para o funcionamento orgânico de Brasília (Figura 11 e Mapa 1).

Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as *escolas secundárias*, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio (Costa, 2018, p. 293, grifo meu).

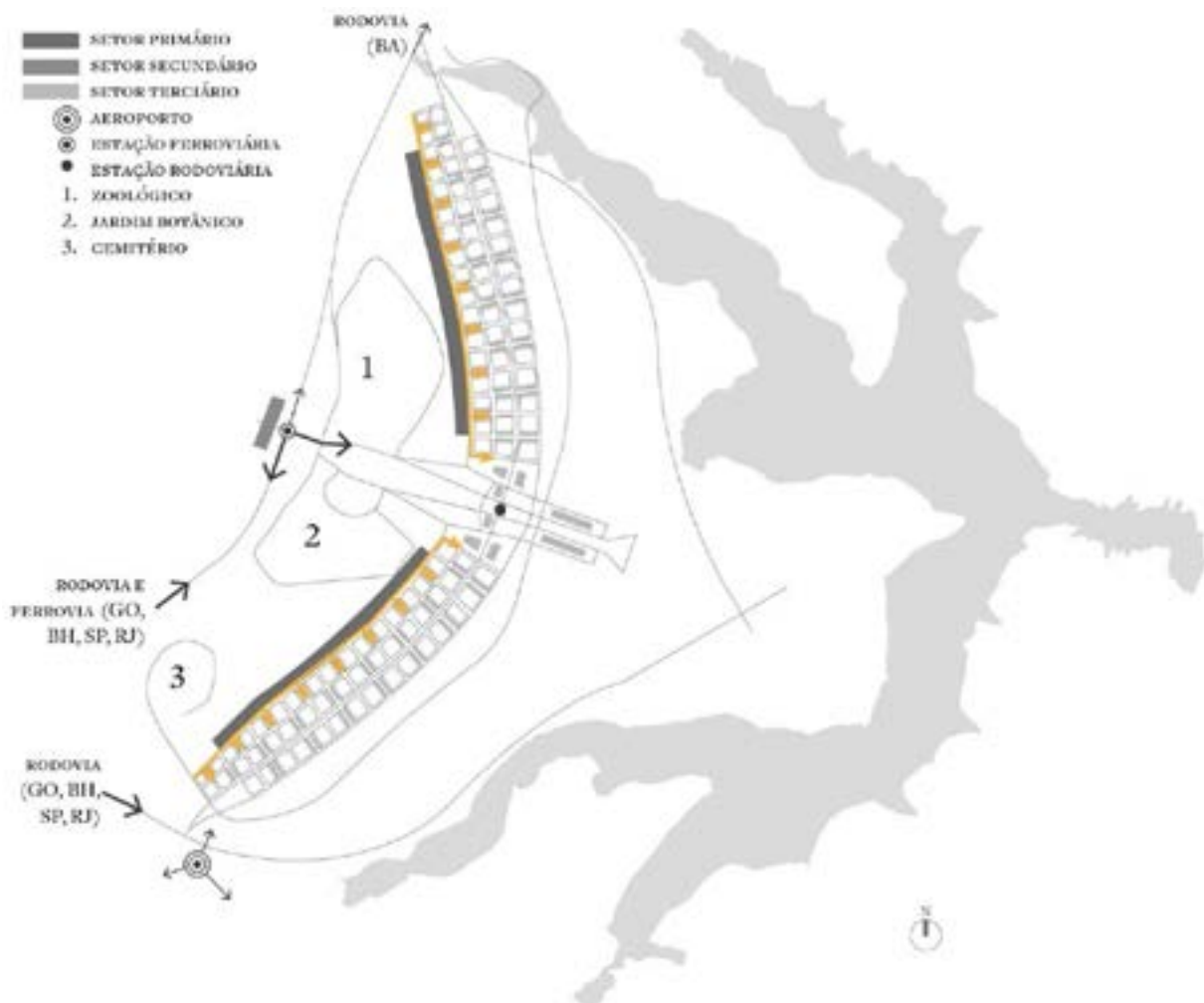


FIGURA 10 Diagrama de representação do sistema de distribuição e produção de Brasília, em escala regional, segundo projetado por Lucio Costa. *Fonte: Camargo, 2019*

Se a superquadra como modelo urbano e residencial era a inovação de Lucio Costa para o projeto de Brasília, ela seria parte

desse conjunto mais amplo. Ainda que não denominada desta forma no relatório do Plano Piloto, a Unidade de Vizinhança foi nomeada posteriormente pelo arquiteto-au-

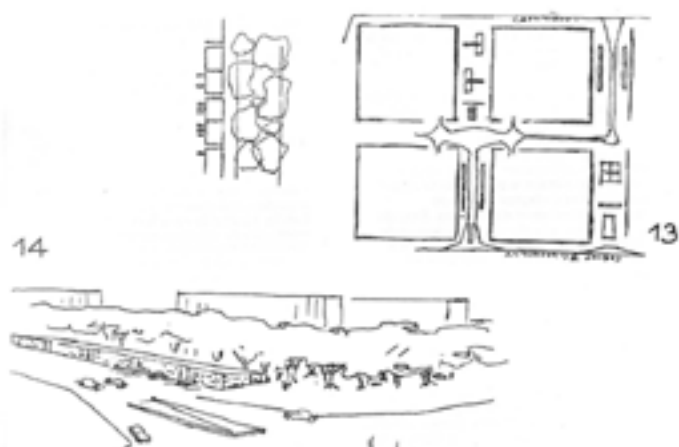


FIGURA 11 O conjunto de quatro superquadras, com equipamentos culturais e de abastecimento: a Unidade de Vizinhança. *Fonte: Costa, 2018, p.292*

de industrial, os moradores e as moradoras, principalmente as mulheres e as crianças, estariam vinculados aos benefícios de um grande aglomerado urbano, uma vez que, antes mais confinados à sociabilidade privada, da casa, teriam a seu dispor, agora, comércios, escolas, cinemas, clubes, etc.

Portanto, a cada duas superquadras, contíguas ou separadas por uma via de acesso, uma quadra comercial, com oferta de bens e serviços. Esse procedimento seria análogo por todo o eixo residencial, de modo simétrico na Asa Sul e Asa Norte, com a exceção pontual de alguns espaços. No lado leste do eixo rodoviário, apenas uma fileira de superquadras, o que nos levaria a entender que, nesse espaço, não existiriam, segundo o risco original, unidades de vizinhança. No lado oeste, duas fileiras de superquadras (vide Mapa 8), as chamadas quadras ímpares. Aí, a cada quatro (duas de uma fileira, duas de outra), um conjunto de equipamentos, blocos residenciais e vias de acesso constituiria *uma* unidade. Das muitas mudanças em relação ao projeto original, destaco aqui duas: (i) a implantação de mais uma fileira de superquadras no lado leste do

tor (Costa, 1987, 2018). A inovação andava lado a lado dessa unidade morfológica tão cara ao modernismo. A Área de Vizinhança, como era mais conhecida naquele momento (Ferreira; Gorovitz, 2009), era o elemento que permitiria fazer a conexão sutil entre a escala das relações sociais mais imediatas e a escala das relações urbanas mais indiretas e impessoais (caso de relações comerciais, de lazer, etc.). Ao passo que protegido em sua vida cotidiana dos muitos problemas associados à cidade

eixo rodoviário, as quadras 400, com blocos de três andares com pilotis⁵³; (ii) a não existência, no Plano Piloto, de nenhuma outra unidade de vizinhança completa, a não ser a formada pelo conjunto da 108, 308, 107 e 307 sul.

Este modelo de superquadra, idealizado, reformado, projetado, flexibilizado, como mostraram muitos dos meus anfitriões, é uma das espinhas dorsais da gramática modernista como a conceituo, esse conjunto discursivo, mais ou menos homogêneo, continuamente produzido, que sustenta algumas das formas de viver em Brasília e das políticas de intervenção e expansão urbana da cidade modernista. Não que não haja um núcleo conceitual no que Lucio Costa propôs, muito pelo contrário, mas que mesmo os caracteres essenciais da proposta são alargados ao longo do tempo e a depender de determinadas circunstâncias.

Um dos problemas alegados pelos modernistas em relação às cidades industriais era, como ressaltai, a dissociação entre os fluxos do trabalho e da habitação, esta vista de modo mais amplo, não apenas como um lugar para se morar, mas como um lugar *para se viver* – não exclusivamente o teto sob o qual se dorme, mas os espaços que vão para além dos apartamentos e são mais imediatamente próximos. Essa dissociação seria responsável por impactos grandes no modo de vida das cidades: poderíamos, aqui, juntar essa crítica ao que lemos sobre Simmel (2005) e o caráter *blasé* diante da eferescência nervosa das cidades ou a Park (1967), com sua afirmação de que, nas grandes cidades, seriam mais numerosas as relações secundárias, impessoais. A superquadra era o antídoto brasileiro para isso.

Em um primeiro plano, pela altura máxima dos blocos residenciais, a mãe teria acesso ao filho que frequentasse o espaço debaixo e entre os blocos, onde, por conta da disposição sobre pilotis, seria permitida a *livre circulação*, apartada do tráfego de veículos. Fosse no primeiro ou no sexto andar, o filho estaria ao som de um grito lhe convidando

53 Afirmação que é, ainda, não generalizável, em vista de haver blocos assentados diretamente sobre o chão, os denominados blocos JK, localizados em algumas quadras 400 da Asa Sul.

para o almoço (Costa, 2018; Patriota de Moura; Januzzi, 2021). Em segundo, porque o cotidiano urbano das famílias deveria ser o mais próximo possível de seu entorno espacial, criando a possibilidade de que vizinhos passassem a se conhecer e, quem sabe, fortalecessem entre si uma rede de solidariedade. Sem cercas ou muros, as barreiras tão comuns às cidades brasileiras do período, sem obstáculos espaciais ao pedestre, uma vez que os blocos estariam no *mesmo plano* da calçada, seriam muitas as oportunidades dadas à convivialidade e ao bem estar coletivo. Ao menos, em tese.

O espaço vazio é outro desses elementos espaciais que garantiriam a fluidez das relações sociais entre vizinhos (de pequenas ou médias distâncias). Pode soar estranho se falar do vazio como um suporte do espaço, mas esse era, sem sombra de dúvidas, ponto pacífico entre modernistas: o espaço vazio não é um elemento figurativo, é constituinte de uma nova forma – melhor – de se viver. Holston (1993), sabemos, argumentou que essa inversão entre cheios e vazios (figuras e fundos) teria sido um objeto de tensão para os primeiros brasilienses. Se o foi, difícil dizê-lo – as inquietações com Brasília eram outras e, quiçá, de outra ordem) – não parece ser o caso das atuais famílias moradores desses espaços.

A sustentação dos blocos por pilotis abriria uma área de convivência extensa por todo o conjunto de superquadra: seriam um espaço de sociabilidade pública por excelência. O espaço seria, quanto a isso, um agenciador do modo como as pessoas organizariam seu tempo – desejavelmente de modo público, coletivo. Essa nova sociabilidade pensada para ser de caráter *exemplar* levaria, se fosse exitoso o experimento brasiliense, ao apaziguamento das diferenças de classe.

Vemos aqui o quão abrangente era o raciocínio modernista e de Lucio Costa: uma certa articulação espacial, se bem planejada, executada, racionalizada, conduzida com primor e técnica, poderia desconstruir os alicerces dessa forma tão evidente e aparentemente inquebrável de diferenciação social no Brasil. O filho do motorista poderia conviver, em um mesmo espaço (a escola, o parque recreativo, o clube), com o filho do ministro (Patriota de Moura; Januzzi, 2019), pelo que as prováveis rivalidades entre seus pais

e familiares seriam atenuadas ao longo das gerações. Se convivessem entre si, sem privilégios e oportunidades muito distintas, estariam, muito provavelmente, mais sujeitos a criarem um laço afetivo positivo. Daí que não é absurdo imaginar que, ao longo do tempo e a partir do espaço, projetava-se um estreitamento das fronteiras entre classes *sociais* sem ruptura, amenizada em suas contradições e em suas disputas. Não se tratava, contudo, de não haver *nenhuma* distinção apriorística, mas de se dosá-la:

A gradação social poderá ser *dosada* facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às *quadras singelas contíguas* ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais. Essa alameda, por assim dizer, privativa do bairro das embaixadas e legações, se prevê edificada apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, *as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente*; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação.

E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a *totalidade* da população. (Costa, 2018, p. 293-294, grifos meu, com grifo do autor ao final)

As quadras singelas contíguas referidas por Lucio Costa são as quadras 200. Logo no início das obras dos espaços residenciais, constatou-se que deveria ser adicionada mais uma fileira de quadras à porção leste do Plano Piloto. Essas quadras seriam feitas com custos menores (financeiros, humanos e de tempo) e poderiam abrigar famílias com

menos recursos. No relatório original, apresentado ao júri do Comitê Nacional (Figura 12), essas quadras, por óbvio, não existiam.

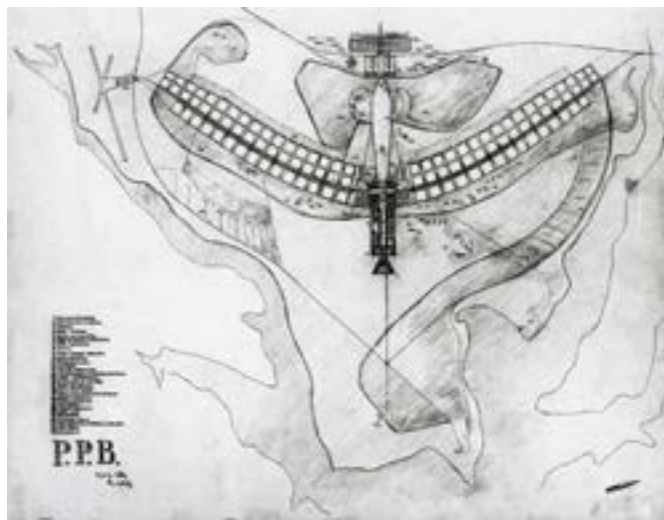


FIGURA 12 O plano piloto de Brasília, como submetido por Lucio Costa à avaliação do Júri. O croqui não contém tanto as quadras 400, como, por exemplo, a ocupação residencial das quadras 700⁵⁴

O modernismo arquitetônico e urbanístico brasiliense nunca negou, vê-se, que as *gradações sociais* ainda estariam em Brasília, espacialmente concretas não apenas em blocos construídos (o acabamento, o refinamento, o número de quartos, etc.), senão também em que posição do espaço destinado às superquadras ficariam os “menos graduados” – potencialmente, podemos conjecturar, aqueles e aquelas que ocupassem status inferiores na estrutura da administração pública. A *solução*, no entanto, evitava a *enquistação* em favelas na *periferia urbana e rural* e trazia, para dentro de um mesmo espaço, o Plano Piloto, moradores

mais e menos abastados. Procurava-se aí, em princípio, evitar que a cidade se tornasse segregada espacialmente – a alta segregação espacial do Distrito Federal como o conhecemos faz com que o objetivo, visto com olhar retrospectivo, soe utopicamente ingênuo ou propositadamente cínico.

O leitor e a leitora não de ter percebido que, em muitas das citações originais que trouxe de Lucio Costa, há referências diretas a escolas primárias e secundárias. As instituições de ensino, bem como outras de natureza cultural (bibliotecas e cinemas), não estão aí, no texto do arquiteto-autor, de modo casuístico. Este é o meu argumento, é claro. Se analisadas as articulações políticas em torno da nova capital, e consideradas as referências explícitas a elas em pontos relevantes do relatório do plano piloto, é

54 Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2010/04/21/plano-piloto-de-brasilia-lucio-costa/>. Acesso em 07 jul. 2021.

certo que a presença espacial da escola na superquadra e na unidade de vizinhança era, ao meu ver, uma premissa da sociabilidade urbana prevista para Brasília. A premissa, ademais, não era que a escola fosse *um* elemento do cotidiano, mas que fosse, senão o principal, um de seus mais importantes. Ao se tornar relevante cotidianamente, em sintonia com a narrativa modernista, a escola produziria efeitos sociais de curto, médio e longo prazo.

A escola como espaço de mudança

Não somos nação a ser moldada napoleônicamente do centro para a periferia, mas um grande e ariado império a ser assistido e, quando muito coordenado pelo centro, a fim de poder prosseguir no seu destino de criar, nos trópicos, uma grande cultura, diversificada nas suas características regionais e una nos seus propósitos e aspirações de *civilização* e *democracia* (Teixeira, 1989, p. 445, redação no original, grifo meu).

Em se tratando da história oficial que hoje se conta sobre Brasília, sobretudo em relação a seu projeto urbanístico, Anísio Teixeira não é das pessoas mais mencionadas. Se aparece, em geral, é de modo secundário, como uma personagem relativamente importante, mas, quando muito, acessória ao planejamento racional e ordenado do movimento modernista. Sua contribuição é, no geral, mais atribuída por estudos do campo da pedagogia e da história (Pereira et al, 2011; Pereira; Carvalho, 2011; Pereira et al, 2018). A meu ver, esta circunscrição do pedagogo à educação, entendida de modo *strictu sensu*, é pouco fiel a sua participação no bojo do debate modernista sobre Brasília, cuja intensidade é evidenciada já no relatório do plano piloto e nos primeiros

documentos feitos sobre a cidade – esses, também de caráter oficial, como é o caso da *Revista Brasília*⁵⁵.

O plano urbanístico da cidade tinha como premissa a presença de um tipo de escola (Garcia; Gabrieli, 2018). Era ela que modularia uma parcela relevante da sociabilidade ordinária e seria uma das responsáveis por pavimentar os caminhos do novo Brasil que se planejava existir a partir de Brasília. Não se trata nem de uma questão de *tanto* como a arquitetura ou a *superquadra* ou a convivência *ordinária* entre pessoas mais e menos ricas, mas de as escolas serem um elemento indissociável de todos eles.

A proposta pedagógica para Brasília foi baseada numa experiência exitosa de Anísio Teixeira e outros pedagogos na implantação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Salvador dos anos 50 (Pereira et al., 2010). A se ver pela epígrafe que inaugura esta seção, o pedagogo-autor compartilhava com o modernismo alguns dos olhares sobre a relevância simbólica de Brasília para um novo *tempo*. A partir de um centro, nesse “grande e ariado império”, um novo modo de vida como prelúdio e prefiguração de um novo país. Sua pretensão, entretanto, era de voltagem menos autoritária, porque não necessariamente vinculada a determinações estatais mandatárias do que deveria (ou não) ser feito em termos educacionais, e mais simbólica. Teria cunho pedagógico, se nos valermos dos termos do autor. Brasília seria, mais uma vez, um centro *irradiador*, que mostraria, como um farol, qual o melhor destino nacional – não o “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, mas “a melhor forma de educar é o exemplo”.

55 A Revista Brasília foi criada em 1957, pela Novacap. Seu objeto era proporcionar que o leitor pudesse acompanhar os andamentos da obra da nova capital. Tomo a revista aqui não como um retrato fiel da produção da cidade, senão como um modo de acessar o discurso oficial atrelado à Brasília. De janeiro de 1957, quando criada, a maio de 1963, a Revista foi publicada mensalmente, com 44 edições. Posteriormente, quando da instauração do regime militar, foi publicada mais algumas poucas vezes, retornando em 1988, para apenas uma edição. Para acessar as primeiras 44 edições, ver: <http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em 08 fev. 2021. Hoje, a Revista integra o acervo do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.

O diagnóstico de Anísio Teixeira (1961, 1971, 1976) era de que a política educacional no Brasil pouco era digna de ser enquadrada dessa forma. Melhor dizendo, as escolas existentes, o modelo de ensino adotado e a estrutura das escolas não funcionavam de modo *ordenado e integrado*. Eram antes uma arrazoado disforme de referências, postulados e princípios desconexos, aplicados ao sabor da ocasião. No todo, contudo, elas falhavam por conta de dois princípios: (i) para grupos sociais com pouco poder aquisitivo, o ensino era exclusivamente direcionado ao mercado de trabalho e, ainda por cima, para posições de baixa qualificação; (ii) para grupos que poderiam pagar por algo melhor, a situação era um pouco melhor, mas ainda ruim, uma vez que o ensino ofertado era estritamente enciclopédico, com pouca ou nenhuma aplicabilidade no cotidiano dos estudantes. Na conjunção de ambos os princípios, o estudante era visto como um agente passivo, que estava em sala de aula para *receber* os ensinamentos transmitidos por um docente. Do estudante, esperava-se que não participasse ativamente do ambiente escolar. Pelo contrário, a expectativa era, no geral, de que fosse rigorosamente obediente e disciplinado.

Esse estado de coisas não vinha funcionando bem. O conteúdo transmitido era bem pouco absorvido em grande escala. A escola, quanto a isso, era uma obrigação temporal na rotina das famílias, sem efeito nos rumos *civilizatórios* nacionais. É contra esse “sistema” parcial e ortodoxo que Anísio Teixeira propõe o *Plano de Construções Escolares de Brasília* (1961).

A premissa do Plano era de integrar a escola à vida do estudante, fazê-la parte de sua rotina. Era esse o elemento primordial para a formação do *homem novo*, o novo cidadão brasileiro (a desinência masculina⁵⁶, sabemos, era o comum à época): “Verifica-se assim que os objetivos da educação em nosso tempo, seja ela geral e comum ou especial e

56 A antropóloga Carolina Castor (2018) atentou, em conversa pessoal, para o quanto a “mitologia heroica” de Brasília é preenchida de corpos masculinos, representados como sonhadores, ousados e destemidos. Em geral, não há monumentos que fazem menção à presença feminina na capital e, se as há, estão sob vínculo com seus cônjuges, como é o caso de Sarah Kubitschek, esposa de JK, que dá nome a um hospital e à Igreja da SQS 307/308.

profissional, se reencontram em um objetivo maior, que é o do preparo do homem novo para a sociedade nova em que vivemos... (Teixeira, 1971, p. 13, redação no original). Integrada à rotina *familiar*, a escolar deveria ser integrada, em maior escala, ao cotidiano urbano da cidade. O trânsito separado do tráfego, nos termos de Lucio Costa, isto é, o caminho dos pedestres desimpedido do fluxo veicular, faria a conexão entre escola, bloco residencial e apartamento, partes da mesma *totalidade*.

A estrutura escolar seguiria um padrão relativamente simples. Em cada Unidade de Vizinhança, um jardim de infância e uma escola classe por superquadra, e uma escola parque (Foto 16). Os moradores e as moradoras estudariam, em um dos turnos do dia, na escola respectiva de sua superquadra (no jardim de infância ou na escola classe) e, no turno oposto, frequentariam a escola parque. Nessa, poderiam se dedicar ao desenvolvimento de habilidades artísticas, manuais e esportivas. O estudante passaria o dia todo na escola, retornando brevemente para almoçar em casa. Vê-se aqui o quão *próxima* a escola deveria estar localizada do apartamento onde se vivia: esperava-se, em primeira instância, que o estudante fosse a pé para a escola e não dependesse em nenhum momento do carro. Como procuro expor nos capítulos IV e V, mesmo aqueles e aquelas que hoje moram perto de suas escolas, dificilmente fazem a pé o caminho de casa para a escola. Ir de carro é a regra. Se colocarmos na equação reflexiva quem, de fato, frequenta as escolas públicas de Brasília e do Plano Piloto (Mapa 7), a situação é mais ainda distante do que a originalmente prevista.

Estabeleceu-se, assim, que cada quadra mantém um jardim de infância, com 4 salas para atender, em dois turnos, a 160 alunos, ou então com 8 salas, funcionando em regime de tempo integral. A escola-classe contém 8 salas, com o fim de atender a 480 escolares, em 2 turnos, com 16 turmas e 30 alunos. Em cada super-quadra há uma escola-parque, com capacidade para atender a 1.900 estudantes, em dois turnos, provenientes das 4 escolas-classe. Ali as crianças de 10 a 12 anos iniciarão suas atividades industriais em pequenas oficinas, dedicando-se à arte da tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, costura, bordados e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc. Ali também as crianças de 7 a 12 anos dedicar-se-ão a atividades artísticas, sociais, culturais e recreativas, como pintura, biblioteca, exposições, grêmios, música, jogos e natação. Como o regime é de tempo integral, os alunos frequentarão diariamente a escola-parque, em revezamento, de acordo com o horário da escola-classe. De modo que cada aluno permanecerá quatro horas nas classes

de cultura intelectual e quatro horas nas atividades da escola-parque, com o intervalo de almoço. (Revista Brasília, 1960, abril, p. 69, redação no original).



FOTO 16 Escola parque da 308 sul, em vias de conclusão, antes mesmo da construção da camada asfáltica da superquadra. Fonte: *Revista Brasília*, abr. 1960. Autoria desconhecida



FOTO 17 Escola classe concluída, também sem cerca divisória. Fonte: *Revista Brasília*, abr. 1960. Autoria desconhecida

Essa modulação pedagógica, claro, passava também pela arquitetura escolar (Foto 16).

Peço, neste ponto, ao leitor que dirija seu olhar mais uma vez para a fotografia anterior. Não há cercas divisórias que determinem a fronteira entre a escola e a superquadra (Chanin, 2018). As grades visíveis são de corrimões de escadas de acesso ou que isolavam algum ponto inconcluso da obra. O mesmo pode ser visto na fotografia seguinte (Foto 17).

Comparemos, por exemplo, com as fotografias apresentada no primeiro capítulo (Fotos 6 e 7), tiradas do Centro de Ensino Fundamental 02, nome que hoje por vezes substitui o de Escola Classe. As escolas atualmente estão todas cercadas, e é difícil, a depender do ângulo de onde se observa, saber o que ocorre dentro dos “muros” da escola. Podemos pensar, claro, que se trata de uma medida de proteção aos estudantes, de impedimento a pequenas escapadas durante o intervalo, ou mesmo de pre-

venção a ataques caninos, se aguçarmos muito a imaginação, tão comuns nas proximidades. Ora, todos esses motivos são pertinentes e nenhum, poderíamos dizer, aparenta ser irrazoável. É de se destacar, no entanto, que a ausência de enclausramento (de enclavamento, se pensarmos nos termos de Caldeira, 2000) das escolas em relação à superquadra, como no projeto urbanístico-pedagógico de Anísio Teixeira, tinha uma premissa e um propósito: se integrados os estudantes e suas famílias às escolas, como *uma comunidade, uma vizinhança*, o risco de depredação, de vandalismo, de ataques, seria mínimo. Quando ocorresse, poder-se-ia supor que isso afetaria os moradores da superquadra a ponto de mobilizá-los para proteger a escola – nunca de modo a isolá-la do espaço maior da vizinhança. O propósito se voltava à premissa: vista a escola como um espaço aberto, seria potencialmente entendida como parte contínua da vida familiar e urbana. Com o tempo, quaisquer que sejam as razões que apontemos, esse objetivo mudou.

Anísio Teixeira era um crítico do que posso chamar de *encurtamento de perspectivas*. A estudante, se frequentasse uma escola voltada para a qualificação profissional, não aprendia, a partir de sua própria experiência pedagógica, a questionar os parâmetros dessa inserção mercadológica. Se, por sua vez, fosse de uma família que pudesse custear uma educação “melhor”, teria a sua frente um conteúdo gigantesco (matemática, latim, ciências, gramática, etc.), sem que isso a auxiliasse a se posicionar criticamente diante desse mesmo conteúdo. A *sociedade industrial, superorganizada e impessoal* (Teixeira, 1976, p. 324) conseguia ser eficiente somente quanto a isso: inserir estudantes na esteira dos processos produtivos, quase como os incentivando a reproduzir inquestionavelmente esta mesma sociedade.

O contraponto experimental de Brasília deveria, então, partir de outra configuração pedagógica, cujo ponto de partida fosse a *escola pública* como modelo e regra, não

como locus institucional – residual⁵⁷ - daqueles e daquelas que não conseguissem se adaptar ao ensino então ofertado.

[...] Só a escola e uma escola verdadeiramente de estudo e de conhecimento do Brasil poderá mostrar-nos o caminho para esse imenso esforço de emancipação nacional. Tal escola não poderá ser a escola privada mas a escola pública, pois só esta poderá vir a inspirar-se nessa suprema missão pública, a de nacionalizar o Brasil (Teixeira, 1976, p. 322)

A matriz de ensino brasileiro deveria ser necessariamente de natureza pública: moradores de superquadra, sejam filhos de ministros ou de motoristas, frequentariam os mesmos colégios, as mesmas aulas, algumas das mesmas oficinas.

A solução estaria em fazê-la passar do fracionamento para a *orquestração*. Tudo, com efeito, estaria em que o “trabalho em série” pudesse realmente corresponder ao trabalho de uma orquestra. Também na orquestra a divisão do trabalho é extrema e a ordem dêse trabalho uma imposição suprema. Mas como são todos felizes! Feliz é o maestro, o responsável maior. Felizes todos os músicos, do mais ao menos importante... E por quê? Porque a *ordem* é compreendida, e mais do que isto, *sentida* (Teixeira, 1971, p. 13, redação no original, grifo meu).

Ao encurtamento de perspectivas se sucederia a orquestração feliz, de mestres e estudantes trabalhando, aprendendo, vivendo *em harmonia*. A figura de um maestro é clara. Cada um e cada uma daqueles sob sua batuta mostrariam o que melhor podiam fazer e executar. O trabalho do docente não seria tanto o de transmitir o conhecimento do qual seria o único detentor, mas de conduzir seus estudantes de modo a ser formado um conjunto mais aperfeiçoado. O indivíduo como elemento de uma totalidade, a totalidade como conjunto maior de indivíduos ativos e participativos.

57 A família Santos, que retrato no capítulo IV, adotou esse procedimento com um de seus filhos: a matrícula em uma escola pública, por um breve período, teria servido como período de grande aprendizado e de demonstração das boas condições que a família ofertava aos seus descendentes.

A sequência musical-espacial dessa orquestra começaria com os jardins de infância, seguiria com as escolas classe e as escolas parque e chegaria aos centros de ensino médio. Mais uma vez, em termos principiologicos, nada mudaria: a escola – pública – continuaria a ser um suporte da sociabilidade urbana mais ampla. Nesta faixa etária, no entanto, as pessoas já estariam mais conscientes daquilo que mais gostavam, das disciplinas onde mais se destacassem e se sentissem à vontade, das habilidades com as quais fossem mais próximas. De uma certa convivência com múltiplas artes e práticas culturais enquanto mais jovem, a estudante poderia agora buscar o que fosse mais *seu*, aquilo que fosse mais com sua cara. A escola é que deveria aí se adaptar ao estudante, esforçando-se para conduzi-lo na jornada de aprendizado e autoconhecimento.

O ensino médio seria, quem sabe, a maior demonstração dessa virada ao avesso que o Plano de Construções Escolares de Brasília pretendia realizar na educação brasileira: da escola formadora de trabalhadores aptos à sociedade industrial para a instituição de formação humanista, cujos rumos seriam determinados, por princípio, por seus próprios estudantes, em mediação com docentes-maestros. Ainda que não localizados na Unidade de Vizinhança, os Centros de Ensino Médio não estariam distantes: seriam ainda acessíveis a pé.

A Educação Elementar é ministrada nos Centros de Educação Elementar. Cada Super-quadra, integrada de quatro quadras, retém um Centro de Educação Elementar. O Centro abrange 4 jardins de infância, 4 escolas-classe e 1 escola parque. Os jardins de infância destinam-se à educação das crianças de 4 a 6 anos de idade. As escolas-classe ministram educação intelectual sistemática a menores de 7 a 12 anos de idade, em curso completo de 6 anos ou séries escolares. A escola-parque visa a complementar o conteúdo das escolas-classe, aprimorando e desenvolvendo artística, física e socialmente a criança. A escola-parque visa também, sobretudo, a iniciar a criança ao trabalho, mediante uma rede de instituições, que se entrosam e se ligam entre si, dentro da mesma área. E constitui-se de biblioteca infantil e museu; de pavilhão de atividade de artes industriais; e conjunto de atividades recreativas; de conjunto de atividades sociais, como música, dança, teatro, clubes, exposições; de dependências destinadas a refeitório e administração. É de notar-se que cada quadra contará uma população de 2.500 a 3.000 habitantes. Por isso, calcula-se, então, que as crianças de 4 a 6 anos, em cada quadra, serão de 80 para os jardins de infância, e 480, de 7 a 12 anos, para as outras escolas (Revista Brasília, 1960, abril, p. 68, redação no original)

As escolas constituiriam, em termos ideais, um *espaço de mudança*, se assim posso dizê-lo, de dentro do qual surgiriam os novos cidadãos de uma nação organicamente construída, a partir do qual seriam formadas, solidificadas e espraiadas novas redes de sociabilidade, com o qual a sociedade industrial poderia se reorganizar segundo outras formas e outros elementos. A sua centralidade no espaço urbano seria como que uma presença *liminar*, que faria a passagem do Brasil-passado e, em outra escola, da humanidade-passado, para o Brasil-futuro – podemos, aqui, lembrarmo-nos dos pórticos sugeridos por Magnani (1984, 2002), com o porém de que a escola, segundo esse objetivo, seria uma demarcação espacial também de um novo tempo.

Quando falo aqui em sociabilidade e da mudança que se pretendia sobre ela, é pertinente colocar que, se Brasília era uma cidade surgida a partir de um modelo estatal desenvolvimentista (e mesmo autoritário), carregava consigo um elemento quanto a isso contraditório, ou, ao menos, paradoxal. O plano piloto e o plano pedagógico de Brasília deveriam fortalecer, em primeira instância, a dimensão pública da convivência urbana, pelo que se poderia formar, constituir e organizar, ao longo do tempo, um novo modelo de organização social, mais coletivo, mais harmônico e mais político – em seu sentido grego (Pateman, 1993), de mediação e discussão pública e ampliada de conflitos. O espaço urbano seria um espaço *político* por definição, produzindo endogenamente os parâmetros entrópicos da mudança estrutural pretendida para o Brasil.

Como isso “saiu dos trilhos” é uma pergunta que inquietou (e inquieta) muitos pesquisadores e moradores da cidade. Essa questão carrega, em si, uma contraparte reflexiva, também apontada ao longo do tempo: a cidade saiu mesmo dos trilhos ou seu próprio planejamento teria determinado, no todo ou em partes, o seu “insucesso”. É sobre esses elementos que me lanço mão daqui em diante.

A cidade como problema e como objeto

Em 1959, durante visita ao Brasil e à Brasília, o então ministro da cultura francês, André Malraux, profetizou: “Esta é a capital da esperança”. Malraux viera visitar JK e acompanhar as obras de construção da cidade. Mostrou-se deslumbrado. O Brasil, para ele, realmente vinha se mostrando capaz de construir uma obra faraônica, em meio ao *nada*. Dava um grande passo em direção a um futuro de ordem e liberdade.

A sentença é, hoje, embaraçosa, seja porque, já naquele momento, as obras de construção evidenciavam problemas de longa data da história brasileira, seja porque, muitos anos depois, Brasília acabou por reproduzir – e ampliar – outras de nossas mazelas sociais (desigualdade, segregação, racismo, etc.), seja por nuançar um otimismo relativamente ingênuo (ou até mentiroso) acerca da possibilidade de transformação civilizatória a partir de um espaço de uma cidade, mesmo que a capital. Quais foram, podemos nos perguntar, os percursos trilhados em Brasília que nos fazem, retrospectivamente, poder relativizar a esperança sacramentada pelo político e filósofo francês?

Chegamos, pois, ao momento em que proponho a retomada da literatura crítica e apologética sobre a cidade – e o Distrito Federal –, com foco nos elementos que nos permitem compreender as formas de segregação socioespacial na Brasília de hoje. Como não poderia deixar de ser, assim como em outros estudos urbanos, a circunscrição da cidade como problema e como objeto de reflexão acompanha tanto os debates feitos sobre a cidade, como as próprias mudanças *no* e *do* espaço urbano. Espaço esse que, desde os primeiros momentos da obra epopeica de construção da cidade, foi outra coisa que não apenas o projeto de Lucio Costa.

Por mais exitosa que a campanha de Juscelino e seu governo tenha sido em relação à construção de Brasília, não foram poucos os que se opuseram a ela. A oposição era tanto de natureza fiscal, pelo imenso dispêndio de recursos financeiros que seriam invertidos para a construção da cidade, quanto de natureza mais detidamente política – por



FOTO 18 Brasília foi marcada por controvérsias e questionamentos desde muito antes de sua construção. Fonte: ArPDF. Ake Borglund, 1957

que mudar a capital para um território quase que totalmente desvinculado do “centro” brasileiro? Por que o Planalto Central e por que uma cidade feita a partir de uma prancheta e não uma cidade já construída? Todos os questionamentos, como procurei mostrar, eram, em última instância, os motivos que JK considerava pertinentes para a construção da cidade. Ao final, a despeito das posições contrárias, de uma “minoría”, por mais barulhenta que fosse, todos seriam beneficiados (Foto 18, logo acima).

A construção da cidade foi iniciada já no ano de 1956. Com o resultado do Concurso Nacional e a escolha do plano piloto de Lucio Costa, as obras foram aceleradas exponencialmente. Nesse momento, o governo federal iniciou uma campanha para atrair operários, trabalhadores da construção civil, marceneiros e todos que pudessem ser úteis ao serviço de fazer da cidade tanto urbs como civitas. Se, de início, as primeiras obras se concentraram nos edifícios monumentais (Foto 19) do poder institucionalizado, não tardaram a se estender ao corredor residencial da nova capital (Holston, 1993; Ribeiro, 2008).

Milhares de pessoas migraram para o novo Distrito Federal naquele momento, a maioria vinda de estados do Nordeste. Segundo promovia o governo à época, a cidade seria uma oportunidade única para eles e suas famílias: obteriam uma forma de sustento permanente e, em paralelo, participariam de um momento histórico (Kubitscheck, 2000). No micro, saíam da situação de miséria que se julgava que estavam, no macro, entrariam para o rol de personagens marcantes de nossa trajetória civilizatória

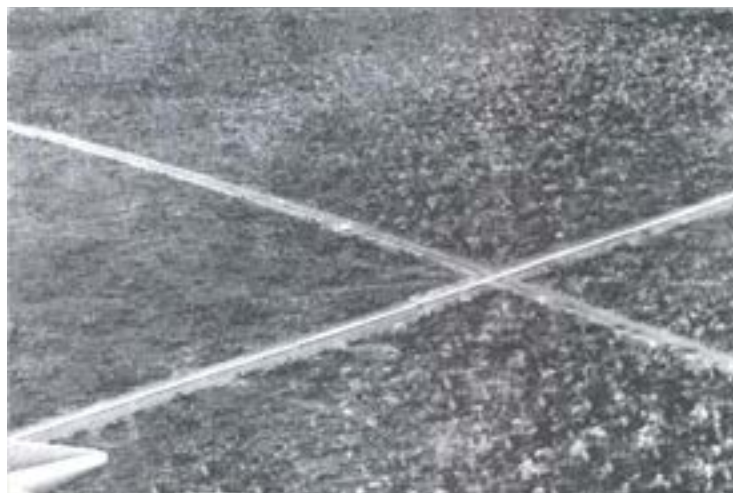


FOTO 19 O cruzamento do eixo monumental com eixo rodoviário, em ângulo reto, tal como o sinal da cruz. *Fonte: ArPDF. Mário Fontenelle, 1957*

– “*muitos a favor, todos beneficiados*”, conforme a placa na fotografia. Inicialmente, grande parte desses migrantes foi deslocada para a Cidade Livre, um acampamento provisório, com infraestrutura mínima, voltado a recebê-los. Suas famílias, esposas e filhos (os homens eram aqueles que eram o objeto preferencial dessa política migratória), chegariam um pouco depois. A Cidade Livre era, naquele momento, um conjunto de vias paralelas preenchidas por

casas, pequenos comércios e algumas repartições públicas, nas quais eram realizados os cadastros de novos trabalhadores e o acompanhamento de sua situação funcional.

Juscelino Kubitschek pretendia, e nunca deixou de anunciá-lo, que Brasília estaria pronta ao final de seu mandato – o último ano de governo seria em 1960. O prazo demasiadamente apertado, tamanho o volume de obras a serem feitas, devia-se sobremaneira pela consideração política feita pela sua equipe de que a capital, se não terminada e inaugurada nesse período, muito provavelmente não seria levada adiante (Ribeiro, 2008). Brasília poderia acabar como uma cidade fantasma, um esqueleto no armário, cuja estrutura evidenciaria um projeto fracassado e desnecessário para o futuro do país.

Para que isso fosse viável, era preciso, contudo, combinar com quem pudesse ser afetado no processo. No nosso caso, com os operários e trabalhadores da construção civil. Eram – foram – eles, afinal, que seriam os responsáveis diretos por fazer Brasília sair do papel, da nobreza de intenção apontada por Costa em seu relatório (2018, p. 283). O regime de trabalho estabelecido diante dessa necessidade foi o mais absurdo que podemos imaginar. Poucas eram as folgas concedidas. As obras, durante todo o

tempo até a inauguração, seguiriam dia após dia, noite após noite, de modo integral. Apesar do volume imenso de trabalhadores migrados, mesmo assim era preciso que esses trabalhassem mais, esforçassem-se mais. A Novacap⁵⁸, então, estimulou jornadas duplas e até triplas: para uma jornada de X horas, recebia-se um montante, para uma jornada dupla, o montante era multiplicado, seguindo-se o mesmo com as triplas. Para pessoas habituadas a receber pouco ou quase nada do poder público ou de antigos empregadores, tratava-se, de fato, de uma chance sem igual. Com seu custo, claro (Ribeiro, 2008).

Foram muitos os acidentes nas construções da cidade. Cansados e em condições de trabalho das menos seguras, muitos acabavam dormindo durante o trabalho ou simplesmente escorregando de alturas humanamente letais. As obras, no entanto, quase nunca pararam, a não ser em feriados religiosos, em alguns carnavais ou quando de visitas de JK à cidade. Segundo via o presidente, esses momentos eram simbolicamente fundamentais, porque era neles que poderia revitalizar aqueles que estivessem desolados e proporcionar uma nova aceleração no andamento já astronômico da construção (Ribeiro, 2008).

O custo humano desse regime absurdo foi, como pode se supor, objeto de conflitos. O mais conhecido deles é o do *Massacre da Pacheco*, relatado minuciosamente por Ribeiro (2008) e por Carvalho (1992). Pacheco Fernandes era uma das construtoras presentes na cidade. O regime excessivo de trabalho, acompanhado de atrasos nos pagamentos e de precárias instalações, levou trabalhadores a se insurgirem, dentro das instalações da própria construtora, onde dormiam durante a semana. A rebelião foi duramente reprimida pela ação da Guarda Especial de Brasília (GEB), a instituição militar responsável pelo policiamento ostensivo no terreno de obras e por exigir, via vigilância constante

58 A Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) é uma empresa estatal do Distrito Federal. Foi criada por ocasião das obras de construção da cidade, em 1956. Ainda hoje é responsável pela execução de obras no DF. Na década de 70, a Terracap, antes um departamento imobiliário da empresa, tornou-se um empresa pública autônoma, ainda que muitas de suas atribuições, em diferentes graus, sejam sobrepostas e continuem a executar obras em conjunto.

e reprimendas funcionais, que os trabalhadores estivessem sempre *aptos* ao trabalho. O número de mortos e feridos nunca foi preciso: as fontes oficiais falam em apenas um morto e menos de 50 feridos; outros apontam que os mortos passaram de uma centena, cujos cadáveres teriam sido ocultados (Correio, 2019).

O Massacre, assim como outras ações de repressão, tinha o mesmo objetivo das ações de “estímulo” moral encampadas por Juscelino ou por outras autoridades da construção, como Bernardo Sayão e Israel Pinheiro. Mostrar aos trabalhadores que estavam sendo vigiados em suas atitudes cotidianas e que todos aqueles que ousassem se contrapor ao governo teriam a punição devida. O futuro seria conquistado, com os custos que fossem necessários.

Como parte da construção imagética da figura do operário incansável, o governo JK passou a nominar os trabalhadores e suas famílias como *candangos*. Lemos (2017), por exemplo, aponta a possível origem racializada do termo, utilizada originalmente por alguns povos africanos para demarcar agentes coloniais invasores. No Brasil, o inverso:

[...] se para os *mbundu* os *kandongo* eram os portugueses, que vieram do mar causando destruição, aqui, desse lado, os *candangos* eram o resultado de negras e negros africanos transformados em mercadoria, atravessados no oceano e vendidos nos portos (Lemos, 2017, p. 18, destaques no original).

A corruptela *candango*, do adjetivo *kandongo*, atravessou o Atlântico e passou a marcar corpos negros e enegrecidos (caso de trabalhadores pobres, mas cujo fenótipo não seria imediatamente associado à pele preta) capacitados ao trabalho servil. Se essa foi a premissa, ela teria sido associada a um elemento de valorização: o corpo-trabalhador-negro como sujeito histórico da mudança civilizatória brasileira. Isso, claro, se pensarmos estritamente no cunho propagandístico das ações governamentais (Figuras 13 e 14).

O *candango* era alardeado, pois, como o *herói*. Seu sacrifício não seria desconhecido pela nação. O “suor vertido” seria recompensado politicamente e pela autoridade divina maior – Deus. Brasília era imaginada, ademais, como parte de um momento sa-



FIGURA 13 Retrato propagandístico de um trabalhador candango⁵⁹

crifical do “povo brasileiro”. Para “sangrar o Planalto Central”, como disse JK (2001), não restava outra alternativa a não ser sangrar e suar até a última gota. Na bacia das almas, o sacrifício dava o tom a mais da epopeia brasiliense. Era ele que trazia, em seu bojo, a esperança.

Daí podermos pensar que a nova cidade se especializava pela lógica exploratória e colonial de um regime capitalista. Ribeiro (2008), em contraponto a Malraux, abordou os meandros do surgimento da cidade, a partir de entrevistas com ex-operários da construção de Brasília. Um processo de colonização espacial, de expansão fronteiriça e de apagamento dos conflitos, de inviabilização da própria sangria decorrente da ex-

pansão, daria à cidade a alcunha inversa da apresentada na viagem do ministro francês: seria Brasília *o capital* da esperança. O uso oficial da noção de *bandeirante* (Figura 14) não deixa muitas dúvidas quanto à precisão da aplicação do termo.

O leitor e a leitora poderão ver que, no recorte de jornal trazido em seguida (Figura 14), há menção à expressão *pioneiros*. Ainda nos primeiros anos da cidade, é possível dizer que sua utilização era feita como um sinônimo de candango. Com o passar do tempo e a ocupação de Brasília por mais e mais funcionários públicos, deixou de ser o caso. A figura do candango passou, no senso comum e no imaginário oficial da cidade, a ser atrelada à do operário migrante e de sua família – candango designaria os condenados

59 Propaganda da empresa petrolífera Esso. In: SUED, Ibrahim. Programa Oficial dos festejos da inauguração de Brasília. Brasília: Eduardo Casali Editor, 21 abr. 1960.

da terra (ou da cidade, Wacquant, 2001), se assim posso dizê-lo, aqueles que passaram a ter que resistir aos esforços ativos por parte do Estado brasileiro em desorganizá-los e forçá-los a saírem de seus locais de moradia. O pioneiro, antes uma categoria mais englobante, que articulava tanto os candangos como os funcionários públicos que vieram logo após a inauguração ou nos seus primeiros anos, passou a demarcar tão somente esses últimos. Ganhou um aspecto que diferia não somente classe social, senão também o status.



Aqui também não podia faltar uma palavra àqueles pioneiros, que se dirigiram para a região inóspita, a enfrentar as intempéries. Claro que nos referimos aos pioneiros do Núcleo Bandeirante, que, por 3 anos, abasteceram e continuam abastecendo a Nova Cidade, cujo capital investido sobe a mais de um bilhão de cruzeiros.

Os operários, as autarquias, os bancos, os fornecedores e empreiteiros são também objeto de nossa menção.

A todos os bandeirantes de Brasília e a todos aqueles que, por ventura não constem diretamente ou indiretamente neste registro e nesta memória, queremos ressaltar-lhes os trabalhos e o suor vertido no amanho da maior obra do século XX, a construção da Nova Capital brasileira. Deus recompense largamente a todos.

FIGURA 14 Recorte de texto apresentado na Revista Brasília. Os trabalhadores são apresentados como os pioneiros bandeirantes. *Fonte: Revista Brasília, 1960, p. 28*

Essa é a história em linhas gerais, é preciso assinalar. Patriota de Moura (2011, 2012) demonstrou, a partir de pesquisas em condomínios horizontais do Distrito Federal, como a categoria de pioneiro é polissêmica e circunstancial: a depender de com quem se fala e com qual objetivo, é possível se definir como um pioneiro ou não. Ainda, o mesmo significante abrange um número variado de significados, definindo tanto aqueles que estiveram na capital desde sua construção como aqueles, por exemplo, que ocuparam

recentemente um território antes “inexplorado”. Aqui, pioneiro é aquele que chegou primeiro, não importa onde.

O termo, nesse sentido, é um elemento simbólico da história de Brasília e do Distrito Federal, servindo a propósitos identitários e pragmáticos, como bem apontado por Borges (2003). A autora, a partir de etnografia realizada no Recanto das Remas na passagem do século, mostra os efeitos políticos da adoção, por parte do Estado, da figura do pioneiro como elemento de distinção e de acesso (ou não) a uma casa própria. O pioneiro, de alguma forma, é aquele que teria mais *tempo de Brasília*, modulação temporal que não necessariamente seria derivada de anos decorridos no território distrital, mas igualmente de modos pelos quais se viveu nela.

Foram vários os momentos em que pude perceber, ao longo de minha etnografia, o uso polissêmico do termo pioneiro por parte de meus anfitriões. De antemão, ainda que seja possível, não ouvi ninguém dizer, aliás, que se considerava um *candango* – filho de candango sim, no caso de pessoas cujos pais operários ou funcionários públicos teriam vindo para Brasília quando “tudo aqui era um poeirão”, como me disse uma entrevistada. Nas atuais circunstâncias, pioneiro pode ser, de um lado, aquele que, junto com a família, mudou-se primeiramente para espaços de superquadra como o Sudoeste e o Noroeste, enfrentando os desafios decorrentes dessa escolha (a falta de infraestrutura pública e privada, a solidão, o silêncio, etc.), como, de outro lado, aqueles que ousaram enfrentar o desconhecido e passaram a lutar por um espaço melhor do que o inicialmente previsto. Nessa relação, não seriam todos os moradores de um espaço os pioneiros, por mais antigos que sejam, mas aqueles que se dispuseram a “dar a cara a tapa” em busca de melhorias coletivas. Quanto à Asa Sul, espaço de consolidação espacial menos recente, as articulações simbólicas são outras. É o morador que se mudou para a cidade só com a roupa do corpo e promessas do governo federal, é o filho de engenheiro que esteve aqui para construir o Catetinho ou o bloco A de alguma superquadra. Não tanto a luta pelo espaço, mas a origem temporal de sua chegada nele.

Feito esse aparte relevante, voltemos aos primórdios da capital. Em convergência a isso, faço menção a outro aspecto bem conhecido da construção de Brasília como nova capital. A nova cidade, seu Plano Piloto, receberia, em torno de 500 mil habitantes (Comissão, 1955). Lucio Costa reafirmou isso, já nos anos 70 :

o Plano estabelecido era para que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500 a 700 mil habitantes. Ao aproximar-se destes limites, então, é que seriam planejadas as Cidades-Satélites, para que estas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas, arquitetonicamente definidas. Este era o Plano proposto (Costa, 1974, p. 26).

Esse cálculo era veladamente segregacionista. Se o Plano Piloto deveria receber essa quantidade de pessoas e se estava previsto que o Plano fosse ocupado por funcionários públicos (de baixo a alto escalão), nivelados por status, não por classe, ou se mudaria o plano do Plano Piloto, alocando operários e suas famílias para o espaço das superquadras, ou se expulsaria esse “contingente” do novo Distrito Federal. Nem uma, nem outra alternativa. Nem os funcionários teriam seus imóveis destinados a outra *categoria* de pessoas, nem *apenas* seriam expulsos os trabalhadores. Daí que se antecipa a construção das cidades-satélites, hoje oficialmente designadas pelo rótulo de regiões administrativas.

Com o passar do tempo e o avanço das obras, o governo federal se deparou com o “imbróglio”, obviamente algo a se esperar, mas não “planejado”: as famílias então moradoras da capital, os *candangos bandeirantes*, não queriam voltar aos seus territórios de origem. Por mais que fossem as construtoras da cidade, pretendia-se que se despedissem de Brasília tão logo terminassem o papel que deles era esperado, algo como, “moço, eu fiz esta cidade, mas agora vou me indo, muito obrigado por tudo”. Decerto podemos concluir que isso não ocorreria sem algum tipo de resistência.

Se havia um espaço onde se morar, bem poderiam os construtores morar ali. Mas, a segregação espacial é, no mais das vezes, também socioespacial, como pudemos ver no capítulo anterior. Nesse caso, não poderia ser diferente, segundo imaginavam os

realizadores oficiais da cidade. Já durante as obras, passaram a surgir núcleos habitacionais para além da Cidade Livre, posteriormente renomeada para Núcleo Bandeirante. Taguatinga foi oficialmente inaugurada em 5 de junho de 1958. Vilas como a Amaury e a IAPI tinham uma vida própria não exclusivamente condicionada pelo regime de obras da cidade. A Vila Amaury estava localizada onde hoje é o Lago Paranoá. Para as águas do Lago encherem o espaço que lhes era destinado, os moradores não tiveram tempo nem de recolher objetos pessoais. A Vila do IAPI, que antes concentrava trabalhadores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, daí seu nome, posteriormente foi se adensando mais e mais, sendo também extirpada do Distrito Federal, isso já na década de 70. Seus moradores foram *removidos* (é essa a expressão mesmo) para a recém-criada Ceilândia (Lemos, 2017). No todo, então, esses espaços urbanos foram ou considerados ilegais ou passaram a ser geridos administrativamente pelo Estado brasileiro.

Derntl (2019) aponta essa gestão e ressalta que as primeiras cidades-satélites não escaparam dos contornos racionalistas do planejamento estatal. Em maior ou menor medida, o traçado, a forma de ocupação e a colocação de equipamentos urbanos (hospitais, escolas, etc.) foram todos determinados antecipadamente pela Novacap e seus gestores. Quando não fosse possível eliminar uma ocupação, seja pelo seu volume, seja por dificuldades de engenharia, seria necessário adequá-lo a um padrão espacial organizado – ordem e futuro, mais uma vez.

Uma das exigências que faziam que essa organização fosse mandatária estava contida no próprio relatório do plano piloto de Lucio Costa. Como mencionei anteriormente, as superquadras deveriam ser margeadas por uma extensa cobertura vegetal, que proporcionaria experiências bucólicas aos seus moradores. Dentro desse mesmo espectro, o arquiteto previa que a capital, o novo Plano Piloto, deveria ser margeado por um cinturão verde, não apenas de ordem bucólica, mas contendo um intervalo espacial para produção agrícola de pequena e média escala. Nesse reduto, seriam produzidos os bens alimentares que abasteceriam a capital (Figuras 9 e 10).

O cinturão verde não teve, ao que se sabe, uma delimitação territorial clara. No entanto, ainda no sentido de restringir a ocupação urbana, definiu-se uma *faixa sanitária*, correspondente à bacia hidrográfica do Lago Paranoá, para demarcar a área no entorno imediato do Plano Piloto onde não deveria haver urbanização ou mesmo núcleos rurais. A delimitação da faixa sanitária foi feita pela equipe do Departamento de Terras e Agricultura da Novacap, tendo à frente o engenheiro agrônomo Joaquim Alfredo da Silva Tavares (Derntl, 2019, p. 32, grifo meu).

A cidade seria cercada, por conta disso, por dois círculos concêntricos, mais ou menos delimitados. Um, imediatamente contíguo às áreas residenciais, outro, envolvendo uma porção territorial mais ampla. Desnecessário mencionar a precisão do termo oficial na adoção desses círculos: *faixa sanitária*. Aqueles e aquelas mais próximos dos estudos da biopolítica e da necropolítica, como Lemos (2017), poderiam dizer que se trata de uma nomenclatura hiperbolicamente real, dada a despreocupação em disfarçar, ainda que minimamente, o propósito político da medida. Claro que podemos ver, clinicamente, a medida como parte de uma proteção territorial que preservaria intactos o novo espaço da cidade, no que seria convergente ao intuito modernista crítico às cidades industriais de então – o argumento seria, também, grosseiramente cínico.

Ao que se sabe, apesar de Lucio Costa (1967, 1974) ter apontado falhas em relação à forma de condução da remoção dos trabalhadores, não estendeu seu raciocínio às remoções em si, isto é, ao fato de que elas poderiam, e deveriam, ocorrer. A expulsão de pessoas e suas famílias das *margens* da cidade era antes um problema de modo do que de princípio, mais de grau do que natureza. O mesmo pode ser dito sobre Niemeyer (Carvalho, 1992).

Já nos seus primeiros anos e nas primeiras décadas, Brasília enfrentava problemas espaciais, habitacionais e sociais comuns a outras cidades brasileiras, os mesmos que deveriam ser combatidos com sua implantação. Era como se a utopia modernista estivesse batendo de frente, em alta velocidade, com um muro que a levaria a migalhas antes mesmo de a tentativa começar a ser “efetivamente” tentada. Essa é uma forma de ver o processo. A outra é de que o projeto, tal como feito por Lucio Costa e, de ma-

neira mais geral, preconizado pelos modernistas, não teria sido seguido à risca. Como estamos vendo, não necessariamente precisamos concordar com ambas as visões.

Quanto ao projeto inicial para Brasília, assinalo que desde o início mudanças mais procedimentais foram também adotadas. Uma fileira de superquadras foi acrescentada no lado leste do eixo rodoviário, vindo a constituir as quadras 400. Foram construídos também blocos com, no máximo, três andares, como forma de garantir que funcionários públicos menos ricos ou de menor status pudessem já se mudar para a cidade nos primeiros anos após a inauguração (Paviani, 2010). Alguns desses nem mesmo foram assentados sobre pilotis, caso de alguns blocos ao final da Asa Sul, colocados diretamente sobre o chão e impedindo o “trânsito desimpedido” de pedestres. Mudanças pontuais, que não alteraram substancialmente a direção dos princípios do projeto, é preciso ressaltar. Mesmo as quadras 400, uma mudança grande em termos estruturais, pela necessidade de afastamento das vias para porções a leste do Plano Piloto, com a conseqüente aproximação do Lago Paranoá, não foi, em termos, uma alteração significativa quanto aos princípios.

Diante da urgência de inauguração da cidade e da insuficiência de recursos financeiros, somadas ao fato de que muitos funcionários públicos do Rio de Janeiro agudamente se mostravam insatisfeitos com a então possibilidade de mudança (Vidal, 2012), decidiu-se que a prioridade de obras seria em uma das metades do Plano Piloto, a Asa Sul. As obras de blocos residenciais e comerciais na Asa Norte foram iniciadas apenas no começo da década de 60, alguns anos após a inauguração (Ferreira; Gorovitz, 2020). O eixo rodoviário, em virtude da topografia do Planalto Central, foi também levemente arqueado, com as pontas das asas ficando alguns ângulos acima do inicialmente previsto. Essas são mudanças que também podemos considerar como convergentes aos princípios do projeto.

Logo durante as obras, no entanto, algumas obras de grande envergadura começaram a evidenciar um afastamento das linhas gerais previstas – isso, claro, se consideramos o projeto como um todo acabado em 1957, algo que, ressalto, não é toda a verdade, em

vista de o próprio arquiteto-autor ter incorporado elementos inicialmente inexistentes. A estrutura de abastecimento de bens e serviços, incorporada na confecção das principais vias do traçado viário de Brasília, foi parcialmente abandonada (Ferreira; Gorovitz, 2020). Com isso, perdia-se uma premissa fundamental da sociabilidade pública da superquadra: com seu relativo isolamento dessa estrutura de abastecimento, seria necessário se deslocar por distâncias maiores para poder acessar algo que antes estaria próximo à porta de casa. A experiência cotidiana seria, com isso, transformada.

Outro aspecto merece nossa atenção. Lucio Costa (2018, p. 283-295) nuançava que as quadras comerciais, localizadas no intervalo entre as superquadras residenciais, seriam suportes imediatos da sociabilidade local. Foi por isso que os estabelecimentos foram colocados de frente para as superquadras e não para a via de acesso rodoviário – essas seriam apenas meios de acesso aos conjuntos residenciais, onde estaria a vida cotidiana *per se*. Nos primeiros anos da cidade, a configuração caiu em desuso e as quadras comerciais passaram a ter estabelecimentos em ambos os lados de seus blocos, tanto virados de frente para os blocos residenciais quanto para as vias de acesso⁶⁰. Holston (1993) argumenta que essa alteração se deveu a uma dissociação entre o planejado e o que vinha com o planejado – as pessoas. Os moradores, por hábito, pelo uso constante de veículos, pela insuficiência alastrada de serviços e bens, foram os que exigiram que a então prefeitura de Brasília alterasse o modo de uso das quadras. Seria uma das primeiras manifestações, segundo o autor, de adaptação do projeto pelos próprios moradores. Afinal, afirma, eles vinham de outras experiências urbanas, não as tendo abandonado tão logo desembarcassem em Brasília – pelo contrário, no mais, tenta-

60 É possível demarcar, não obstante, que a alteração entre frente e fundo das quadras comerciais pode ter sido um desejo não exclusivo dos moradores de superquadras, senão também dos comerciantes e vendedores, de grandes ou pequenas lojas. Com o passar dos anos, tanto frente quanto fundo das quadras passaram a ser ocupados comercialmente, o que indicaria uma expansão mercadológica sobre o espaço. Na Asa Norte, as quadras comerciais, construídas posteriormente, seguem outro padrão arquitetônico, com os blocos acessíveis por todos os lados e não conjugados entre si. O uso desses blocos, a saber, não é exclusivamente comercial. Há quitinetes disponíveis para aluguel ou venda, em geral localizadas no segundo andar ou no subsolo dos blocos, uma dessas últimas, inclusive, ocupadas no início da graduação por este que vos fala.

ram que Brasília fosse moldada a sua imagem e semelhança, a seus valores e práticas cotidianas de antes da cidade nova onde agora se encontravam.

É nesse momento histórico, de início dos anos 60, com a cidade já inaugurada, que Lucio Costa começa também a reler seu projeto para o plano piloto, propondo: (i) readequações endógenas, isto é, em conformidade estrita aos princípios que já elencara anteriormente; (ii) mudanças decorrentes das necessidades apresentadas pela construção da cidade, incluído aí o fato de que muitas pessoas que não deveriam estar no Plano Piloto e em suas adjacências já moravam ali, caso dos candangos e de alguns pioneiros; e (iii) releituras principiológicas e simbólicas. Sobre essas últimas, acentuo a introdução, ainda em 1961, da ideia das *escalas* de Brasília.

Se fizermos uma leitura acentuadamente exegética do relatório do plano piloto, podemos argumentar que as escalas estavam implícitas no texto. Tudo bem que não estivessem explicitamente redigidas, mas estariam, como muitos dos aspectos do próprio projeto, atravessando todo o conjunto de indicações do arquiteto. O que são as escalas, em primeira instância? Assim Lucio Costa se manifestou, quatro anos depois de vencer o concurso de Brasília, com a cidade já inaugurada:

[...] é o jogo de três escalas que vai caracterizar e dar sentido a Brasília. Primeiro, a escala residencial ou quotidiana, nas áreas de vizinhança constituídas de superquadras, que embora autônomas, se encadeiam umas às outras, permitindo as pessoas encontrar-se, conversar, conviver, compreender-se. A segunda é a escala dita *monumental*, em que o homem adquire dimensão coletiva; a expressão urbanística desse novo conceito de nobreza [...] Finalmente a escala *Gregária*, onde as dimensões e o espaço são deliberadamente reduzidos e concentrados a fim de criar clima propício ao agrupamento [...] Poderemos ainda acrescentar mais uma quarta escala, a escala *bucólica* das áreas abertas destinadas a fins-de-semana lacustres ou campestres (Costa, 1961, p. 3, sublinhado meu, grifo no original)

As escalas poderiam, mal ou bem, ser traduzidas como valores, ou em linguagem mais apropriada para o campo da arquitetura e urbanismo, como *proporções* (Holanda, 2012). Seriam eixos estruturantes da circulação e da sociabilidade urbanas de Brasília – o *jogo* de cada umas delas e entre elas proporcionaria a experiência da totalidade caracterís-

tica planejada. É esse jogo que faria a passagem ao mesmo tempo suntuosa e natural da cidade-poder para a cidade-civil.

Em outro momento, alguns anos mais à frente, o arquiteto dá mais detalhes:

A cidade foi, de fato, concebida em função de três escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária; o jogo dessas três escalas é que lhe dará o caráter próprio definitivo. No momento, essa terceira escala que corresponde ao centro social e de diversões, ou seja, ao coração da cidade, não existe. Localizada ao longo da extensa plataforma, no cruzamento dos eixos rodoviário e monumental, compõe-se de dois enquadramentos edificadas de 250 x 100m e cinco andares cada um destinados a escritórios para profissões liberais, representações comerciais etc., com cafés e restaurantes no rés do chão ligados entre si por galerias e terraços em contato direto com a plataforma e com vista livre para a Esplanada dos Ministérios. No interior desses enquadramentos estão os teatros, 3 cinemas e pequenas lojas, conjunto esse servido por um duplo sistema de ruelas e pracinhas para pedestres, acessíveis ao tráfego de automóveis e ônibus pela referida plataforma e aos caminhões de serviço pelo extremo oposto, em nível inferior (Costa, 2018, p. 302).

Nesse mesmo texto, *O urbanista defende sua cidade*, Lucio Costa elenca uma série de argumentos que mostrariam que a cidade tinha, sim, problemas, esses eram inegáveis. Decorriam, no entanto, não de questões intrínsecas ao seu projeto, mas da forma como ele havia sido colocado em prática. O x da pendenga de Brasília não ser “exatamente” o que se queria que fosse não eram os croquis e princípios a eles subjacentes, mas o que com eles foi feito. As escalas, nesse sentido, são um artefato simbólico que visa mostrar que a cidade era muitos mais, na verdade, do que pensavam os políticos que a deveriam construir. Onde se viam apenas diretrizes gerais, Lucio Costa demonstrava a necessidade de se ater ao conjunto da obra e ao mandamento de que, somente se realizadas todas as pequenas partes desse, o experimento urbano seria averiguável.

Mas é natural que Brasília tenha os seus problemas, que são em verdade as contradições e os problemas do próprio país ainda em vias de desenvolvimento não integrado, onde a tradição recente de uma economia agrária escravagista e uma industrialização tardia não planejada deixaram a marca tenaz do pauperismo. A simples mudança da capital não poderia resolver estas contradições fundamentais, tanto mais que poderosos interesses adquiridos

beneficiam-se desse status quo de “anomalia crônica” que, na periferia da cidade, já readquiriu os seus direitos (Costa, 2018, p. 301).

Aí, de fato, o arquiteto-autor como que suaviza os propósitos utópicos da cidade. Não exatamente o “esqueçam o que escrevi”, mas uma constatação, algo tanto melancólica, de que a realidade política e econômica do país teria sido mais forte do que os princípios aparentemente inquestionáveis do modernismo arquitetônico e urbanístico. Mais uma vez, no entanto, era como se a realidade insistisse, pelas suas contradições e “deficiências”, contrapor-se a um ideal civilizatório. É preciso que sejamos justos, no entanto. A defesa da cidade é oficialmente publicada em 1967, decorridos três anos do golpe militar que tomou de assalto a estrutura burocrática do Estado brasileiro. Lucio Costa, logo, não apenas defendia os componentes utópicos de seu projeto, como se exclusivamente participante de um debate intelectual e técnico sobre os fundamentos da cidade; ao seu ver, a cidade também vinha sendo remodelada na carne e no esqueleto pelo poder agora institucionalizado dos militares. Pontue-se que até mesmo admitia uma certa limitação dos ideais do seu projeto, forçosamente despreocupado que fora com o planejamento social da nova cidade.

Contra o próprio jugo de desesperança e a arbitrariedade encampadas pelo regime militar, mostrava um otimismo, por conta do que entendia ser uma característica crucial do novo espaço urbano.

Contudo, apesar desses problemas de ordem política, econômica e social – aos quais se vieram juntar agora outros de natureza institucional –, a verdade é que Brasília existe onde há poucos anos só havia deserto e solidão; a verdade é que a cidade já é acessível dos pontos extremos do país; a verdade é que a vida brota e a atividade se articula ao longo dessas novas vias; a verdade é que seus habitantes se adaptam ao estilo novo de vida que ela enseja, e que as crianças são felizes, lembrança que lhes marcará a vida para sempre; a verdade é que mesmo aqueles que vivem em condições anormais na periferia sentem-se ali melhor que dantes; a verdade é que a sua arquitetura, despojada e algo abstrata, se insere com naturalidade no dia a dia da vida privada e administrativa, o que confere à cidade um caráter irreal e *sui generis* que é o seu atrativo e o seu encanto; a verdade, finalmente, é que Brasília é verdadeiramente capital e não cidade de província uma vez que por sua escala e intenção ela já corresponde, apesar de todas as suas deficiências atuais, à grandeza e aos destinos do país (Costa, 2018, p. 301).

Em última instância, apesar dos pesares, a vida estava brotando, mesmo com a não implantação das unidades de vizinhança, mesmo com o autoritarismo deliberado na expulsão e na remoção de moradores indesejáveis das *proximidades* do Plano Piloto, mesmo com a não consecução dos setores centrais, direcionados à diversão. Brasília, segundo tentava nos levar a crer, resistira, pela força de sua gente e de sua arquitetura. Sobre a não construção das unidades de vizinhança, lamenta intensamente:

Cada conjunto de quatro dessas superquadras tem acesso comum às vias de tráfego local contíguas ao eixo rodoviário, e constitui uma área de vizinhança com os seus complementos indispensáveis – escolas primária e secundária, comércio, clube etc. – entrosando-se assim umas às outras em toda a extensão do referido eixo. Propunha o plano piloto – esta era a sua característica mais importante do ponto de vista social – reunir em cada uma dessas áreas de vizinhança as várias categorias econômicas que constituem, no regime vigente, a sociedade, a fim de evitar a estratificação da cidade em bairros ricos e bairros pobres. Lamentavelmente, esse aspecto fundamental da concepção urbanística de Brasília não pôde ser realizado. De uma parte, o “falso realismo” da mentalidade imobiliária insistiu em vender todas as quadras a pretexto de tornar o empreendimento autofinanciável; de outra parte, a abstração utópica só admitia um mesmo padrão de apartamentos, como se a sociedade atual já fosse sem classes. E, assim, a oportunidade de uma solução verdadeiramente racional e humana, para a época, se perdeu (Costa, 2018, p. 302).

Vendo retrospectivamente, e de modo um tanto anacrônico, a ver pelas conversas que tive com moradores e moradoras de superquadras e pela observação nos espaços urbanos da cidade, é possível afirmar que Lucio Costa estava lendo precisamente o que vinha acontecendo. Se as unidades de vizinhança e as superquadras eram uma das grandes inovações da cidade, argumento que parecia ser esse o mesmo raciocínio do poder militar, que, deliberadamente ou de modo omissivo, recusou sua implantação alastrada pelo Plano Piloto. Se eram elas, aliás, que constituiriam o pano de fundo da sociabilidade urbana pública, poderia ser também nelas que entrariam em cena boa parte dos conflitos entre os habitantes *previstos* da cidade e aqueles que a ela aportaram desde antes de sua inauguração. Sendo um plano público de sociabilidade, por princípio sem restrições de circulação de qualquer natureza, não importando origem, condição financeira, raça, orientação sexual, é de se supor que também aí os militares

vissem um campo minado a ser restrito – algo similar, mas não necessariamente na mesma proporção, logicamente, ao que atualmente é possível observar ocorrendo nos espaços de superquadra.

Dizendo em outras palavras, se a superquadra era o espaço público *per se* de Brasília, o seu definidor enquanto cidade, era nele que poderiam ser distribuídas distintas formas de intervenção e de controle restritivo da sociabilidade. De um lado, uma sociabilidade que se pretendia inovadora; de outro, uma que se podia administrar por diferentes meios, inclusive a restringindo a um conjunto restrito de pessoas, seja pelo acesso diferencial via mercado, seja pela exclusividade de ocupação pelo status dentro do funcionalismo público. Se a utopia modernista ensejava uma forma de administrar a sociabilidade urbana, criando uma nova articulação entre o habitar, o circular, o trabalhar e o recrear, o poder militar institucionalizado considerava as superquadras como o ambiente propício para tanto estancar os efeitos possíveis dessa utopia espacializada, nos espaços da superquadras, quanto para escamoteá-las, retirando dela alguns de seus fundamentos espaciais. Entre eles, os das Unidades de Vizinhança.

A interferência nas UVs foi seguida irrestritamente, como um todo. É aí que também entram em consideração as escolas públicas. Como afirmei desde o início da tese, logo na introdução, meu objetivo e meu argumento não são ancorados numa leitura historicizante do processo de mudança de característica das escolas no espaço do Plano Piloto. Isto é, antes me preocupo com os efeitos dessa mudança, levando-a como um *dado*, uma *premissa*, nas considerações feitas por moradores das superquadras, do que centro minhas atenções nas diferentes formas assumidas pelas instituições escolares desde o início de Brasília. No entanto, assim como canja e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, um pouco de história nos pode levar a entender os primeiros passos de alteração estrutural do funcionamento das escolas públicas no Plano Piloto, processo que, mais à frente, foi incorporado ao conjunto de ações relacionadas à segregação socioespacial na cidade.

As mudanças empreendidas pela ditadura militar, podemos desconfiar, eram vistas de outra forma.

No seu V aniversário de instalação, Brasília deixou de ser o decantado poema de concreto que Lúcio [sic] Costa e Niemeyer compuseram na imensidão vazia do Planalto Central. Hoje, a Capital brasileira é uma comunidade cheia de vida, povoada por milhares de pessoas das mais diferentes condições sociais e de trabalho, tôdas contribuindo para uma aproximação afetiva por uma cidade de calor humano. A esta, altura, sua humanização há muito deixou de ser apenas sonho para se converter na realidade que dia a dia mais se acentua e se alicerça, principalmente nos clubes e associações, onde as diversas personalidades se irmanam em módulos naturalíssimos, contrariando muitas vezes arraigadas ou clássicas fórmulas de convívio social. Êsse, o outro lado do sonho dos construtores de Brasília: nivelamento quanto possível, pelas crianças o mais que possível, para que o Brasil continue sendo um exemplo ímpar de *integração de raças*, em que ninguém se sinta só na sua vastidão nem isolado entre a multidão (Revista Brasília, 1965, abril, p. 6, redação no original, grifo meu).

Seria o regime, segundo o próprio regime, o responsável por ser o que levaria adiante Brasília em sua essência, aqui ressemantizada. Lucio Costa, como pudemos ver, descartava que isso estivesse sendo feito – haveria uma cisão muito nítida, entre o dito e o feito; proclamar a continuidade da essência não seria o mesmo que executá-la.

Mais ainda, seriam os militares, como publicamente se afirmavam, os protagonistas do caráter exemplar da cidade, ao mostrar que, nela, seria concretizado o processo genuinamente brasileiro de integração de raças – é de se notar que o componente classista do projeto tenha sumido. Essa integração social passaria, necessariamente, pela formação pedagógica, pelo nivelamento entre crianças. Logo, concebiam-se as escolas como um espaço único para o esforço civilizatório governamental (Fotos 20 e 21).

Crianças sorrindo, caminhando para as escolas. Possível dizer que, quanto a isso, não havia mudanças evidentes na organização escolar da cidade. Anísio Teixeira estaria sendo cumprido à risca, em plena “Revolução Democrática”, como se autodenominavam os militares no poder (Revista Brasília, 1965, abril). JK, João Goulart, Jânio Quadros é que teriam levado a cidade ao seu estrangulamento e à impossibilidade de realização de seus princípios. Ocorre que, apontemos, o projeto de Anísio Teixeira não era

exclusivamente de convergência ao caráter espacial das superquadras: objetivava a modulação de uma pedagogia própria, que fosse autonomista quanto à participação dos estudantes e à possibilidade de determinarem os rumos de sua própria educação. Não é necessário matutar muito para supor que isso foi em grande parte descartado (Pereira et al., 2011, 2018). Por mais que a estrutura arquitetônica estivesse sendo mantida, o ideal de sociabilidade interna às escolas e externa a elas foi abandonado com o tempo. A integração entre escolas classe, escolas parque e os centros de ensino médio, com a possível transferência para a universidade com o fim dos estudos de base: tudo daria a lugar a um ensino efetivamente válido, de resultados, de inspiração positivista e cristã. Algumas das pessoas que entrevistei, como veremos no capítulo seguinte, mencionaram a existência de aulas de educação moral e cívica e de rígido ensino de disciplina, não apenas em relação ao comportamento coletivo, como sobre



FOTO 20 Crianças são mostradas no caminho para uma escola classe, já durante o período ditatorial. Fonte: Revista Brasília, 1965, abril, p. 10. *Autoria desconhecida*

a postura corporal – “isso me ajudou muito em casa, passei a respeitar muito minha família; antes ia todo desleixado pros lugares, aí se eu aparecesse assim em frente à professora, tomava uma bronca e uma reguada hahaha”, me disse Judite Santos, moradora da 107 sul.

O projeto humanista das Construções Escolares de Brasília tinha, aí, sua primeira pá de cal. Outras se seguiram, como o cercamento de escolas, cuja efetivação pode

ter sido obra mesmo do governo militar por iniciativa própria, ou decorrente de um desejo dos próprios moradores, que poderiam, em grande parte, ter ficado descontentes com a “liberdade” espacial de seus filhos. Fato é que as escolas públicas, como sabemos, foram cercadas, envelopadas, eclipsadas por aparatos espaciais que a distanciaram do imediato da superquadra.

O maior ataque direto, entretanto, partiu da mudança em relação às naturezas das escolas do Plano Piloto. As já implantadas e as que seriam futuramente, no espaço das superquadras, continuaram a ser públicas. As que foram se estabelecendo em espaços limítrofes das superquadras, como nas imediações das vias L2 e W3, passaram a ser privadas, em grande parte,



FOTO 21 Crianças sorriem para a fotografia, com escola classe ao fundo. *Fonte: Revista Brasília, 1965, abril, p. 9. Autoria desconhecida*

te, convivendo com as escolas públicas previamente construídas e com algumas poucas que foram edificadas nas décadas seguintes. Abria-se às famílias o leque de escolha de que educação queriam que seus filhos tivessem, desde que as escolas seguissem,

claro, as diretrizes do governo militar, e começava-se a destinar as escolas públicas para as pessoas que hoje, em ampla maioria, a frequentam – moradores de cidades e espaços que não o Plano Piloto.

De parte a parte, portanto, o projeto pedagógico de Brasília foi abandonado. A isso, somou-se o processo mesmo de segregação socioespacial perpetrado, principalmente, mas não só, pelos governos militares. É nesse período que espaços urbanos como um todo são removidos para fora da “faixa sanitária”, como é o caso mencionado anteriormente de Ceilândia, surgida como parte das *Campanhas de Erradicação de Invasões* (CEI), daí o nome da própria cidade – o nome da campanha, ademais, é um signo de como eram entendidas essas formas de ocupação urbana. Invasor, em primeira instância, é aquele que não é bem-vindo, que não deveria estar ali.

Ficam evidentes os propósitos nada integracionistas (de raças, de classes) levados a cabo durante o período. Se integração houvesse, ademais, bem poderíamos supor que tivesse uma baliza hegemônica – branca, cristã, masculinizada. O movimento é parte do processo em si de ocupação do território da nova capital e foi para além do regime militar – o período democrático teve diferenças menos de natureza do que de grau, intensidade, nesse aspecto.

Lemos (2017) sugere um comparativo da formação de Ceilândia, assim como de outras cidades-satélites, com as iniciativas promovidas na esteira do *apartheid* sul-africano. Tanto lá como cá, os governos teriam se baseado numa política segregacionista, marcada pela violência com relação a quem se considerava necessário expulsar e entrincheirar em determinados espaços – de preferência, a distância considerável, com acesso difícil às regiões “centrais” do DF. Essa faceta já havia sido explorada ainda sobre os primeiros anos de Brasília, em documentário do mesmo período: *Brasília, contradições de uma cidade nova* (1967), de Joaquim Pedro de Andrade, cuja narrativa é alicerçada pela grande dificuldade de trabalhadores da construção civil em chegarem às obras da cidade. Mais adiante, Carvalho (1992) explora a continuidade desse processo, centrado na experiência do Plano Piloto, em sua obra *Conterrâneos Velhos de Guerra*, em

que um afrontado Niemeyer é visto e ouvido tentando se desvencilhar de algumas das contradições do projeto utópico da cidade.

A construção de Ceilândia seguiu, segundo Lemos (2017), parâmetros da *necropolítica*⁶¹. Isto é, a cidade foi pensada para ser um espaço apartado do Plano Piloto, para abrigar moradores indesejáveis. Indesejável, pontuo, em termos de coabitação espacial, uma vez que eram úteis como trabalhadores de baixa qualificação. Soweto, na África do Sul, e em momento similar, fora pensada no mesmo sentido: apartar negros da convivência direta com a elite administrativa, política e econômica branca, uma minoria numérica no país. Soweto e Ceilândia são exemplos, separados pelo Atlântico, de uma política segregacionista marcada pelo signo da raça, articulado a dimensões de classe e de gênero. O “homem”, tomado em consideração o caso brasileiro, era um sujeito histórico de maior envergadura, por mais que a cor de sua pele, como lida pelos governantes, o desabonasse em muitos sentidos. Não se trata, contudo, de um caso isolado na formação espacial da cidade, visto que se repete, como padrão de atuação política e econômica, até hoje.

A materialização de Brasília no Planalto Central, em resumo, foi um processo longo, complexo, vertiginoso e ainda inconcluso, como o é o de demais cidades mundo afora. Não poderia deixar de ser diferente, é claro, a despeito do cartesianismo de intenção modernista. Sobre essa expansão espacial, é possível que nos aprofundemos um pouco mais.

Brasília, o pêndulo do espaço

A literatura crítica sobre Brasília e o Distrito Federal (na antropologia, na arquitetura e no urbanismo, na história, na sociologia, na pedagogia, na geografia...) caminha, de

61 Necropolítica, resumidamente, como o poder estatal de decidir quem deve morrer e quem deve viver. A premissa de Lemos é Mbembe (2018), para quem o conceito é uma explicação mais precisa do poder colonial. Mbembe parte do conceito de biopolítica de Foucault (2008a), enfatizando o caráter racial e étnico da violência colonial contra um determinado conjunto de pessoas. A necropolítica, argumenta, não somente mata, mas também produz discursivamente os sujeitos que devem morrer.

modo generalista, entre dois pêndulos analíticos. Quanto a esse aspecto, segue uma tendência também comum à antropologia urbana. Esse pêndulo gira em torno do eixo da *centralidade* do espaço como chave explicativa e/ou reflexiva para o processo histórico e sociológico de formação e de ocupação do que hoje conhecemos como o território do Distrito Federal.

De um ponto desse pêndulo, temos os estudos que partem da premissa do espaço como principal modulador de relações sociais, políticas, econômicas e simbólicas. Nesse caso, do fato de o espaço do Plano Piloto, por exemplo, ser disposto como é se abre um leque limitado (Foto 22) de possibilidades de convivência, relacionamentos e conflitos. O mesmo pode ser dito quanto à influência do espaço modernista *per se* em referência a outras regiões administrativas do Distrito Federal e do Entorno: a distância geográfica e social de Brasília para Ceilândia, Taguatinga, Gama, Luziânia seria uma característica decorrente de sua estrutura morfológica (Holanda, 2012; Holston, 1993; Paviani et al., 2010a).

No outro ponto, poderíamos localizar aquelas análises e textos centrados nas formas subjetivas de produção e ocupação do espaço. Importariam aqui, com mais ênfase, as diferenças, as minúcias, as idiosincrasias do território distrital, aqueles aspectos que escapariam de definição precisa e englobante – se categorizados em chaves demasiadamente amplas, perderiam sua própria força explicativa. Não é de se duvidar que, no geral, a antropologia (urbana) esteja mais próxima a esse pêndulo explicativo. A etnografia, por excelência, se procura padrões e formas comuns de sociabilidade, procura quase sempre os pôr em perspectiva, por meio da comparação e da relativização endógenas (com aquilo que está mais próximo) ou exógenas (com aquilo que, a priori, é mais distante) – estranhar o familiar, familiarizar-se com o exótico, como diria Gilberto Velho (2003).

É certamente impreciso, no entanto, aplicar um recorte disciplinar exclusivo a cada um desses pontos pendulares. Se a antropologia se aproxima mais do olhar subjetivista, não são *todas* as suas análises que fazem jus exclusivamente a ele – em um mesmo

texto, bem sabemos, a própria análise pode migrar de um para o outro com mais ou menos intensidade. Idem quanto à arquitetura e à geografia, comumente consideradas disciplinas cuja força-motriz deriva da centralidade espacial.



FOTO 22 A ideia de que Brasília, por sua morfologia espacial, aumenta a distância entre uns e outros é corrente desde o início da cidade como nova capital. O eixo rodoviário, que é de ocupação preferencial de automóveis, é um dos elementos apontados nessa linha. *Autoria: Cristina Patriota de Moura, 2019*

Com relação à antiga capital, o Rio de Janeiro, Vidal (2012) comenta o quanto os momentos anteriores de mudança da capital foram marcados por uma mistura incerta e vacilante de melancolia – pelo “abandono” do governo federal ao espaço por muitas e muitas décadas de maior centralidade e impacto nos rumos da política e da economia nacionais – e de ânimo – pelo novo horizonte de possibilidades que se abriria a partir dali, com menos dependência da cidade em relação a arbítrios do poder executivo nacional. O Rio chorava, conforme argumenta, vertia lágrimas, tanto de angústia quando de alegria.

Considero que os que então moravam em Brasília, fossem candangos ou pioneiros, e aqueles que tinham acabado de chegar compartilharam uma sensação também paradoxal. O momento

de inauguração de Brasília como a nova capital, quando a cidade “abriu suas portas” para a nova civilização nacional, foi, sem nenhuma dúvida, ambíguo. Brasília era, definitivamente, a nova capital (Revista Brasília, 1961, abril) e tudo quanto fora possível para construí-la fora feito. A cidade, se ainda era um canteiro imenso de obras, com muitos prédios, ruas e avenidas para serem feitas, era igualmente um espaço eivado de possibilidades, em muito contrastantes, em princípio, com o que viviam outras cidades

brasileiras. Brasília “nascia” para ser grande e um polo de efervescência cultural, social e, claro, política.

A sensação de ineditismo e de novidade foram algumas das marcas momentâneas do período que sucedeu a inauguração (Sinoti, 2005; Costa, 1987; 2018; Kubitschek, 2001). Ao mesmo tempo, e por outro lado, pelo fato mesmo de haver muito a ser construído, Brasília poderia, a depender dos humores políticos nacionais, deixar de ser a capital – movimento que perduraria, com relativa intensidade, até a instauração do governo militar (Pereira; Carvalho, 2010). Se algumas superquadras, ainda, estavam parcialmente concluídas, não era possível avaliar qual seria o resultado de seu espraio pelo espaço urbano. Elas seriam construídas, afinal? Como seriam? Seguiriam os princípios de Lucio Costa? Afora, claro, que a cidade fora inaugurada marcada pela segregação e pela desigualdade, algo que gostaria de ter combatido por definição (Hollanda, 2012; 2020; Nunes, 2004; Ribeiro, 2000). Portanto, vistos de determinadas perspectivas, fatores iguais ou semelhantes geraram leituras distintas. O espaço era novo e inédito, mas até quando? A superquadra era inovadora, mas o que, afinal, isso acarretaria? A capital já não era mais o Rio de Janeiro, mas Brasília continuaria a sê-la, passados um, dois, dez anos?

O movimento de remoção de funcionários públicos do Rio de Janeiro para Brasília, vale a pena mencionar, demorou a ser intensificado. Foram poucos, proporcionalmente, os que aceitaram de início o desafio de se mudar, só ou com a família, para a nova cidade (Holston, 1993). A cidade planejada para abrigar cotidianamente, os funcionários – como *urbs* – e dos ritos do poder – como *civitas* – era majoritariamente, então, habitada por moradores que vieram para cá construí-la, sem o associado status do funcionalismo público: os operários, as empregadas domésticas, os caminhoneiros, todos aqueles dos quais se esperava que saíssem tão logo batessem os sinos inaugurais da cidade. A dúvida sobre a permanência de Brasília como capital decerto contribuía com essa indecisão sobre ir em definitivo ou não para Brasília. Com o governo JK chegando ao fim, os novos eleitos continuariam seu projeto?

Holston (1993) tem uma das teses mais conhecidas sobre Brasília e o Distrito Federal. A despeito de se concordar ou não com suas considerações etnográficas e teóricas, e mesmo com o recorte de sua pesquisa, é inegável que, com o tempo, seu texto, *A cidade modernista*, tornou-se um mediador teórico de estudos urbanos sobre a cidade. A análise do autor percorre duas frentes. Na primeira, procura evidenciar como havia, de antemão, uma dissociação dos propósitos, princípios e métodos modernistas com a própria formação social brasileira. Na segunda, pretensamente de caráter *rés-do-chão* (Candido, 2003), o antropólogo procura evidenciar como moradores e moradoras tiveram, desde os primórdios da inauguração, uma relação no mínimo ambivalente com o espaço urbano da cidade. Mais do que os moradores se adaptarem à superquadra, como desejariam os modernistas, foram os próprios espaços que passaram a ser objeto de intervenções urbanas de moradores e de outros agentes da cidade. Essa relação, pontua, estava dada também pela contradição inerente ao projeto modernista. Primeiramente, destaquemos essa segunda frente de análise, com o que procuro seguir para o seu fio argumentativo em relação ao modernismo em si.

Ao coletar depoimentos de moradores, entrevistá-los e partir de sua própria experiência pessoal como morador e etnógrafo, como ademais não poderia deixar de ser, Holston constatou que o sentimento evidente, à época de seus estudos, era de que o espaço de Brasília, como projetado pelos modernistas e construído no território do Distrito Federal, era considerado desconfortante e estranho. Se Juscelino Kubitschek ressaltou, em tom otimista, a fala de Yuri Gagarin sobre Brasília parecer um outro planeta, poderíamos dizer que, do ponto de vista do antropólogo estadunidense, Gagarin não poderia ter sido mais preciso. Aos seus novos moradores funcionários públicos, Brasília se apresentava como um outro planeta, inegavelmente. O lado ruim da coisa é que o terreno planetário desse lugar desconhecido era relativamente inóspito e totalmente alheio às necessidades cotidianas.

A distância de serviços os mais ordinários, como um supermercado, uma padaria, uma farmácia, obrigava moradores a ter que se valer de um automóvel constantemente.

Ir ao trabalho, sem um sistema adequado de transporte público, com vias ainda por construir, tornava-se um exercício excruciante. A ausência de vínculos primários e secundários (se usarmos os termos de Park) fazia com que a experiência familiar fosse, no mais, solitária e restritiva. Não importava aí muito o fato de que houvesse equipamentos públicos ao olhar de uma mãe sobre o parapeito de uma janela: seriam usados *por quem e com quem?* Poucos se conheciam e poucos, aliás, pareciam estar dispostos a se conhecer. Sinoti (2005) traz relatos parecidos de moradores que viveram esses primeiros anos e décadas do Plano Piloto. A sensação de solidão, relatada por JK e concretada na Praça dos Poderes, parecia a melodia que definiu a cidade de então.

Para Holston, bem esse sentimento, essa fragilidade de relacionamentos interpessoais e a incompletude da cidade poderiam estar associados ao fato de que, em primeira instância, todos e todas viviam em uma cidade nova. Haviam-se mudado e eram, em maior ou menor medida, a depender do momento dessa mudança, todos estrangeiros, num espaço onde ainda não havia tido tempo suficiente para que laços estivessem assentados. Se no Rio de Janeiro ou em qualquer outra cidade de origem tinham seus amigos e sua família extensa, aqui eram eles e o grupo doméstico, tendo que se deslocar muito, e com dificuldade, para acessar o mínimo. Isso, como já vimos, foi facilitado pelo abandono parcial da estrutura de abastecimento de bens e serviços prevista para a cidade. Mas não se tratava somente disso. Nem isso, em última instância, era o mais relevante, conforme argumentou. É nesse sentido que Holston aponta que os modernistas foram paradoxalmente exitosos e fracassados em seus intuitos.

Já comentei anteriormente que a previsão de que as quadras comerciais servissem *diretamente* os núcleos residenciais foi abandonada nos primórdios da nova cidade. Essa não foi uma decisão de ordem pragmática e de planejamento, apenas. Holston argumenta que essa configuração simplesmente não atendia aos interesses e às necessidades dos novos moradores. Se pela insuficiência de abastecimento ou pela possibilidade de exploração imobiliária e simbólica dos dois lados de uma quadra comercial, fato é que, desde cedo, os novos moradores, e aqueles com comércios na região, do Plano

fizeram questão de que o projeto comercial cedesse à realidade de seus desejos. Dito e feito, as quadras comerciais ganharam ali os contornos da configuração que seguem até hoje. Esse é um dos exemplos, entre muitos que poderiam ser explorados, pelo qual Holston considera que faltou aos modernistas considerar o principal de uma ocupação urbana, melhor dizendo, de qualquer ocupação humana que seja: nos espaços, há gente vivendo e para viver, e isso muda toda a equação.

Esse raciocínio pode ser estendido à própria mudança de funcionamento das escolas públicas no espaço do Plano Piloto, como veremos nos próximos dois capítulos. Desde já adianto que, neste ponto, a linha seguida pelo antropólogo parece ser útil para explicar os comos e os porquês da presença e da ausência de espaços escolares públicos e privados em determinados espaços. Como um casal entrevistado me reportou: “mas a gente nem usaria, né? se tivesse uma escola pública, ia servir para quem? Para gente é que não”. Dona Deise, uma das entrevistadas por Sinoti (2005), assim pontuou, em convergência com essa linha: “deixa a escola pública para quem não pode [pagar]” (p. 78).

Poderíamos dizer que Holston decididamente mostra que o uso *subjetivo* de um espaço urbano é o que define prioritariamente seu caráter e suas possíveis relações no espaço mais amplo de uma cidade. Ficaria, nesse ponto, mais próximo à relativização etnográfica cara à antropologia. Destaque-se, contudo, que o autor não quer, com seu argumento, pontuar a resistência, um contra-uso (Proença Leite, 2004) da cidade, uma tática (De Certeau, 1998) frente a práticas hegemônicas. Aliás, não quer *exclusivamente* isso. Para o antropólogo, o uso subjetivo de Brasília tem a ver, no íntimo, com sua própria configuração urbana *sui generis* – morfológica e historicamente.

Como se sabe, uma das pretensões modernistas era acabar com a *rua* como espaço público principal e muitas vezes exclusivo da sociabilidade urbana (Le Corbusier, 1967, 1998). Na sociedade industrial e capitalista, a rua, longe de ser um espaço de convivência solidária, comunal e “boa”, em termos simples, era um espaço residual, de sujeira: a grande circulação de amontoados humanos, na direção do trabalho ou da casa, fazia com que a rua fosse caracterizada pelo caos e pela desorganização. No limite, sua

existência era uma prova da imperfeição da cidade capitalista. Se o modo de produção não poderia ser extirpado, que sua dimensão espacial mais óbvia assim o fosse. Para que uma cidade vivesse, era imprescindível que a *rua*, como considerada pelo modernismo arquitetônico, morresse. Esse postulado foi o que orientou muitas das intervenções urbanas feitas em Nova York na mesma época da construção de Brasília, como mostra Jacobs (1961), mudanças que acabaram, segundo a autora, por reduzir drasticamente possibilidades de sociabilidade pública e despreziosa na cidade – o *flâneur* baudelairiano nem mesmo poderia existir nas cidades racionalizadas segundo o modernismo. Holston diz que, na cidade modernista, o mesmo teria ocorrido. A rua deveria ser morta? Pois assim o foi, de um modo ou de outro.

Entramos em um campo de debates acalorado. Brasília privilegia ou reprime o uso público do espaço? Se sim ou se não, isso ocorre de modo mais frequente em relação a outras realidades urbanas? N'A *cidade modernista*, o diagnóstico é unívoco: faltam espaços que estimulem os encontros públicos (fortuitos ou não). Muitos desses, pontua o autor, existem justamente pelo cruzamento imperfeito de vias, casas, ruelas, calçadas, comuns a cidades não planejadas. O imprevisto em Brasília, em última instância, existiria *a despeito* de seu traçado urbano, tão limitante quanto mais perfeito pretendeu ser. Para demonstrar seu argumento, recorre a uma analogia: a relação entre sólidos (edifícios, monumentos) e vazios (ruas, avenidas, passagens), figuras e fundos (Figuras 15, 16, 17 e 18)⁶².

O modernismo, ao pregar a necessidade de se desqualificar a rua como espaço privilegiado de relacionamentos urbanos, teve que necessariamente, segundo o que postulavam seus arquitetos e urbanistas, recorrer à *inversão* dessa convenção tão marcante em cidades antigas, estivessem elas localizadas na Europa ou no Brasil.

62 Todas as figuras foram extraídas de Holston (1993). Com exceção da Figura 15 (Parma), cujos direitos autorais são apresentados como do The Cornell Journal of Architecture (1983), as demais figuras são do próprio autor. As figuras 15 e 17 (Parma e Asa Sul) estão disponíveis, no original, na página 124. As outras podem ser encontradas na página 134.



FIGURA 15 Plano urbanístico da cidade italiana de Parma, em 1830, segundo a matriz sólido-vazio

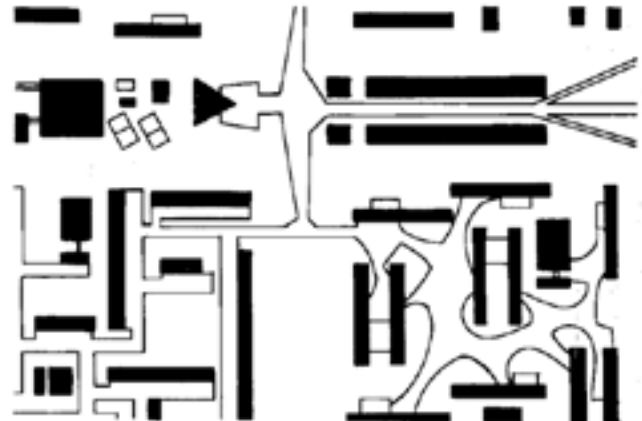


FIGURA 17 Matriz sólido-vazio aplicada a um conjunto de superquadras residenciais e comerciais, em 1960. A proporção de área e de escala representadas são as mesmas do plano de Parma.



FIGURA 16 Centro de Ouro Preto, em 1980

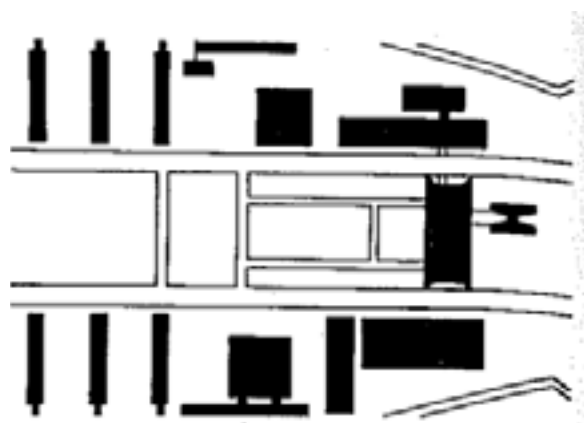


FIGURA 18 Eixo Monumental, em 1981, representado com a mesma área e na mesma escala em relação ao centro de Ouro Preto

Essa inversão proposta pelo modernismo e, especificamente em Brasília, por Lucio Costa é o principal fator que levaria o morador de Brasília a se ver *desfamiliarizado* (Holston, 1993, principalmente capítulo 4). Em cidades ocidentais “comuns”, a bidimensionalidade entre sólido e vazio seria um suporte cognitivo à compreensão das relações entre as esferas pública e privada. Em Ouro Preto, por exemplo, em uma rua qualquer, se utilizada uma matriz representativa sólida, o que seria constatado? As

casas, o universo de relações privadas, seriam os elementos mais presentes. Teríamos, então, uma imagem com poucos vazios (figuras) em meio a muitos sólidos (fundos). As ruas, o universo de relações públicas, entremeadas por casas, seriam minoritárias. Em resumo: sólido-fundo-privado, vazio-figura-público. Quando, no entanto, um morador, uma moradora, chegasse a uma praça pública, onde lá estivesse uma igreja matriz, teria a sua frente uma inversão da composição anterior. Algo similar com relação a outras construções que se objetivasse designar como distintas em relação às demais. Segundo Holston (1993), essa inversão foi historicamente uma estratégia arquitetônica para estabelecer igualmente uma fronteira entre o tempo das relações cotidianas daquelas extraordinárias ou menos frequentes. A Igreja estaria destacada pela sua monumentalidade, na praça pública. Agora, teríamos o pulo do gato: sólidos se tornariam figuras, vazios os fundos. A inversão sacramentaria, pela relativização da experiência cotidiana entre ruas e casas, a monumentalidade figurativa de um monumento público.

Contra essa bidimensionalidade de “fácil” compreensão, Brasília tentou simplificar. Tudo que é sólido, os blocos residenciais, as quadras comerciais, as escolas, tornou-se figura, nunca fundo! Tudo que é vazio, os espaços da superquadra, o eixo monumental, fez-se fundo, nunca figura (Holston, 1993, p. 134). O espaço público teria se tornado, então, de difícil apreensão – se julgamos, claro, a convenção trazida pelo autor como explicativa do processo de desfamiliarização que sugere. Voltemos, como exemplo, às Figuras 16 e 18 (Asa Sul e Eixo Monumental). O que vemos? Poucos sólidos em meio a grandes áreas preenchidas pelo vazio, tanto na escala residencial quanto na escala monumental. Se Lucio Costa objetivou que o monumental se destacasse da experiência cotidiana residencial, não seria nunca o caso de Brasília. Todo o espaço, em potencial, seria de caráter público, o que seria *per se* uma experiência totalizante, segundo pontua Holston. No limite, essa não diferenciação trouxe, no âmago, uma das grandes falhas urbanas da cidade.

Insisti tanto nessa sistematização de *A cidade modernista* não somente pela sua relevância argumentativa assumida ao longo do tempo. Em contraponto aos

modernistas, o autor ponderava que faltou aos planejadores se atentar para a dimensão humana, lembremos. O conteúdo de sua narrativa mostraria, como oposto, que levada em conta essa dimensão, Brasília poderia ter sido outra. Ocorre que, como vemos, sua leitura sobre a cidade é tudo menos “humana” – faltam pessoas, vozes, discursos, opiniões. Quando aparecem, são um anteparo da discussão feita pelo autor, isto é, se alguém diz x ou y, quais elementos espaciais que podem tê-la levado a agir dessa ou não de outra maneira? O espaço continua a ser sobredeterminante.

Não é sempre assim, é claro. Para além da frente mais etnográfica, Holston explora como o modernismo leu sociologicamente mal o Brasil. Não me estenderei muito sobre essa dimensão, para seguirmos adiante. Se o Brasil era um país agudamente desigual e violento, marcado por intensa segregação urbana, por uma trajetória política instável e vacilante, o experimento de Brasília teria apenas maiores chances de êxito, e ainda muito relativo, se já fosse iniciado com “tudo pronto”. Podemos aí recorrer a Latour (2000, 2012), que expressa o quanto experimentos *vão se fazendo* com as circunstâncias e as ocasiões, para dizer que, mesmo se fosse esse ocorrido, as coisas poderiam ter sido às avessas. Holston concordaria com o autor francês, claro.

Em primeiro lugar, porque a própria possibilidade de tudo ficar pronto para a inauguração seria improvável. Afinal, o Brasil era como era e não como os modernistas imaginavam que fosse (Holston, 1993). Em segundo, porque, se o experimento seria feito ao longo do tempo, mesmo seus elementos não formariam um todo que corresponderia ao desejo utópico. A sociabilidade pretendida não seria plenamente alcançável porque as pessoas não chegariam, e não chegaram, à cidade como tábulas-rasas, para o talho do arquiteto. Vieram eivadas de experiências, preconceitos, interesses, projetos, sonhos. A utopia não seria Brasília, em si. Seria pensar que, a partir dela, um novo futuro fosse aberto com um passado que nunca teria existido. Nessa parte de sua análise, vemos, a dimensão subjetiva é protagonista.



MAPA 16 Distrito Federal e municípios de Goiás, sob o englobamento da RIDE. *Autoria:* Laura Camargo, 2021

Ainda no ponto pendular do espaço como principal chave explicativa, podemos nos debruçar, por exemplo, sobre alguns estudos do campo da arquitetura e da geografia regional. Aldo Paviani (1996, 2010, 2010a) liderou uma série de estudos com essa perspectiva pelo menos desde o fim dos anos 70 e início dos anos 80. Para o autor, hoje é inevitável que, ao se falar de Brasília, de seu Plano Piloto, recorra-se a outros espaços do Distrito Federal, do Entorno e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Mapa 16). Isso porque, atrelados à centralidade econômica e política do Plano, há um grande conjunto de fenômenos de toda ordem se desenrolando. Para entender, por exemplo, os porquês da segregação na cidade, pode-se focar o olhar em uma ou mais

regiões administrativas, a partir de variáveis como renda, profissão, raça, gênero, meio de transporte preferencial, disponibilidade de tempo livre para lazer, etc.

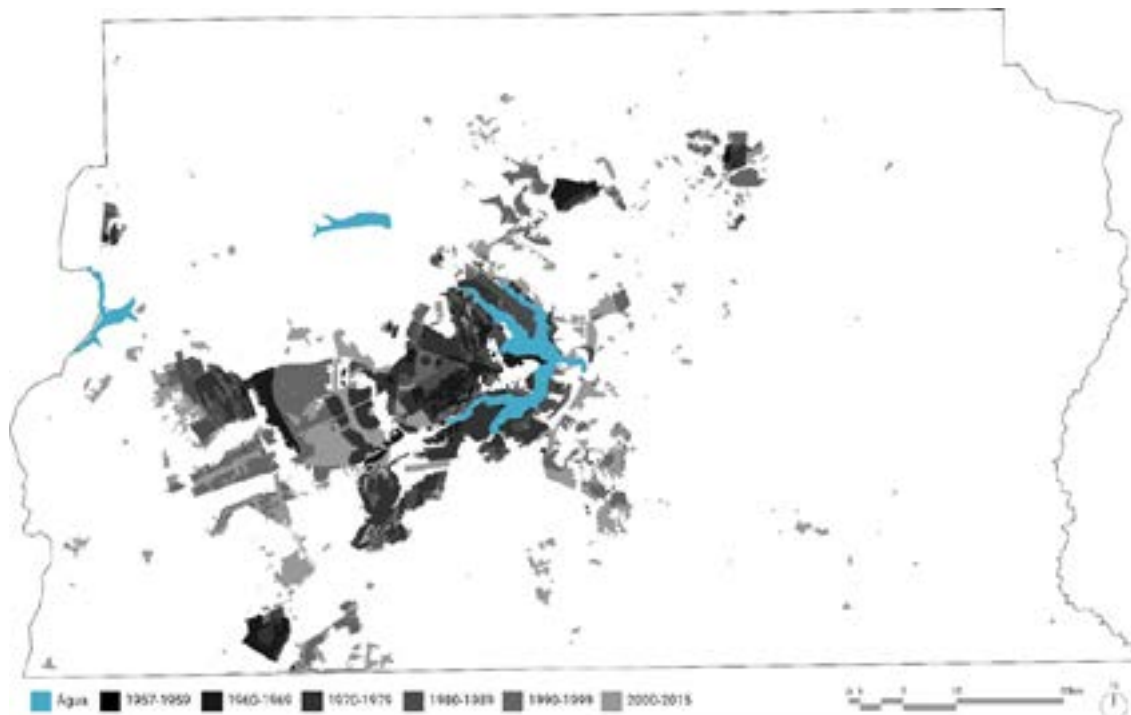
Se Brasília concentra, por exemplo, um setor econômico de serviços forte, vinculado ao funcionalismo público (Codeplan, 1984, 2019), isso pode ter a ver tanto, por um lado, com o fato de que foram suas famílias que, originalmente, mudaram-se para cá e construíram um patrimônio financeiro que os possibilitou custear valores imobiliários altos (Sinoti, 2005; Paviani, 2010a), quanto, por outro, com a abertura (relativa) dada pela seleção pública, que proporcionaria trajetórias de ascensão social de camadas pobres e médias da cidade e de outros estados.

Na perspectiva desses estudos, aspectos históricos e sociais, medidos pela via quantitativa, auxiliariam a compreensão do espaço como um todo. O Plano, ademais, cada vez mais abriga fluxos populacionais e econômicos de maior distância geográfica de seu ponto referencial monumental, a Praça dos Três Poderes. Se o Distrito Federal tem pouco mais de 3 milhões de habitantes, a RIDE conta com mais de 4 milhões e meio de habitantes, o que gera um impacto grande em como o espaço é construído (Codeplan, 2020)⁶³.

Por mais que Lucio Costa (1987) tenha afirmado que a Brasília não interessava ser metrópole, bastando que cumprisse seu propósito original, essa realidade nunca foi, segundo Paviani, mais distante: Brasília é uma cidade-metrópole, é uma metrópole-capital (Mapa 17). Essa metrópole, aliás, é das mais segregadas do Brasil e do mundo (Paviani; 1996; Paviani et al, 2010; Pacheco, 2018; Peixoto; Lima; Pescatori, 2019). Para o autor, bem como para Nunes (2014) e para Holanda (2000), isso também se deve não somente à história de ocupação do Distrito Federal, com a expulsão de indesejáveis dos espaços politicamente centrais, como também à própria morfologia espacial de Brasília. A não expansividade de Brasília, dada pelo seu tombamento

63 Para ser mais preciso, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), órgão de pesquisa que subsidia o planejamento e a gestão urbanas no DF, estimou, em 2019, a população do DF em 3.015.268 habitantes, enquanto a da RIDE em 4.627.971 pessoas.

e pelo reconhecimento pela Unesco, somada ao seu princípio rodoviarista, aumenta a possibilidade de que as distâncias entre o Plano e outras regiões fiquem cada vez mais acentuadas. Num país, como dizem, marcado ainda por forte apelo do transporte individual motorizado, com investimento insuficiente em meios públicos de transporte, A se junta a B: se é mais fácil ir de carro e se se incentiva todo mundo a ter carro, tem-se a combinação perfeita. Potencialmente explosiva, é claro, pela constante fuga para a frente levada a cabo pelos planejadores urbanos: continua-se a expandir a cidade com vias de alta e rápida circulação, com acesso ou ruim ou inexistente para pedestres (Fotos 23 e 24), o que leva a mais congestionamentos e daí por diante, indefinidamente.



MAPA 17 O crescimento e alastramento urbano de Brasília, ao longo do tempo, pelo Distrito Federal.

Autoria: Laura Camargo, 2021

Neste ponto, Holanda (2020) argumenta que Brasília se depara com relações ambientais de inclusão e exclusão, de impenetrabilidade maior ou menor em *espaços de exceção*. O Plano Piloto, para o autor, não corresponde aos contornos apontados por



FOTO 23 Trevo de Triagem Norte, visto de cima, com destaque para a Ponte do Braghetto, que se suspende sobre a parte norte do Lago Paranoá. *Autoria: Renato Alves, 2021/ Agência Brasília*



FOTO 24 Trevo de Triagem Norte, visto de cima. Ao fundo e à direita, o Setor Noroeste; à esquerda e ao fundo, a Asa Norte. *Autoria: Renato Alves, 2021/Agência Brasília*

Holston, considerada ainda a relativização histórica que possa ser feita em relação ao que foi trazido pelo antropólogo.

Há uma dimensão de Brasília que decerto exclui e informa morfologicamente processos de segregação, caso do eixo rodoviário, dos imensos espaços vazios, do protagonismo das estradas-parque. Mesmo nessa dimensão, contudo, é possível apreender outras modalidades de relação: as manifestações políticas na Esplanada do Ministérios, os festejos mais e mais comuns no Setor Comercial Sul, a ocupação artística e cultural de parques e canteiros centrais, os carnavais fora de hora. Neste ponto, é possível dizer, usando as palavras de Lucio Costa, que a vida brota (Costa, 2018, p. 301). Se há engendramentos espaciais, há também interstícios que vão se revelando ao longo do tempo e a partir das relações das pessoas com o espaço. Essa análise, contudo, não descarta que, em linhas gerais, há espaços na cidade que se constituem a partir da exceção,

ou seja, da tentativa de exclusividade de usos segundo grupos sociais ou segundo possibilidades burocraticamente definidas.

Essa circunscrição burocrática, ademais, foi o que caracterizou o projeto de Lucio Costa para a cidade: uma divisão funcional e orgânica entre setores residenciais, comerciais, hoteleiros, culturais, etc. Esses foram os usos previstos e, em muitos casos, continuam a sê-lo. Não se pode, por exemplo, morar nos prédios comerciais do Setor Comercial Sul (SCS)⁶⁴ e não se pode aumentar o gabarito de blocos residenciais nas Asas Sul e Norte. Ocorre que essas orientações legais, se dizem sobre limites de uso dos espaços, não dizem sobre o conjunto múltiplo de possibilidades que é produzido entre eles, com eles e neles. Quanto à ocupação estratificada de Brasília e do Distrito Federal, seria impossível argumentar que ela não existe ou que, pelo contrário, vem diminuindo nos últimos tempos. O que se diz sobre ela e a partir dela, todavia, é um ponto analítico que deve ser explorado.

Nem o espaço projetado de Lucio Costa representava o Éden urbano e civilizatório (talvez sim nos sonhos mais ufanistas de JK), nem o próprio projeto carregava os gérmenes de seu fracasso, como postulados por Holston. Nem o projeto deu errado porque o executaram erroneamente, nem foi um fracasso porque estava determinado a sê-lo. Há uma justa medida aí para ser aproveitada, argumenta Holanda (2012). Claro, desde o ponto de vista de seu campo disciplinar, a arquitetura e o urbanismo. Na antropologia urbana, a situação é um tanto quanto diferente, seja pela abordagem teórica, seja pelo método em si.

64 Essa é uma demarcação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SE-DUH), ligada ao GDF, em continuidade estrita às diretrizes do relatório do Plano Piloto. Há projetos que sugerem que essa restrição seja alterada, dando margem para que imóveis residenciais possam ser alugados e/ou vendidos para moradia dentro dos já construídos no espaço. Afora isso, é preciso dizer que o uso residencial, em sentido amplo, já é feito, uma vez que ali mora uma população relativamente grande de pessoas em situação de rua (Cordeiro, 2018). Sobre os projetos de mudança para o SCS, ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4879135-entrevista--mateus-oliveira.html>. Acesso em 15 jun. 2021.

Caminhemos, agora, para outro ponto do pêndulo, o de análises mais detidamente subjetivistas sobre o espaço em Brasília e em sua conformação como parte do processo de segregação na cidade. Magalhães (1985) é um exemplo com o qual já trabalhei em outras oportunidades (Januzzi, 2017, 2018). Para a autora, boa parte do que se fala sobre Brasília, seja por seus apologistas ou por seus críticos, é falado tendo o espaço como uma chave-mestra explicativa.

Não exatamente, friso, como no pêndulo que proponho – o espaço, de um lado, que limita ou capacita, de modo estrito, possibilidades de uso e ocupação; de outro, o espaço plenamente subjetivável. Segundo aponta Magalhães, em Brasília, o cenário crítico seria monótono justamente por se reduzir a um debate entre apologistas e críticos, que, em comum, porém, compartilhariam a mesma premissa errônea. Se algo é ruim na cidade, é por conta do espaço, se é bom, idem, numa relação *ad infinitum* que não iria para lugar nenhum. Poucos foram, contudo, os que conversaram seriamente com os moradores da cidade e do DF para entenderem o que pensavam, afinal, de onde moravam. Era como se o espaço e os especialistas falassem pelas pessoas, antes que elas mesmas se manifestassem antes do julgamento final. Ademais, se diferentes indivíduos dentro de um mesmo grupo social, mais ou menos homogêneo, agiam de modo diferente *no mesmo espaço*, algo não funcionava bem nesse raciocínio.

O que disseram, então, as pessoas com quem conversou? A autora entrevistou moradoras e moradores da Asa Norte, da Asa Sul e do Gama e chegou a uma conclusão relativamente simples. Brasília e o Distrito Federal não pareciam inadequadas a esses grupos. Nas dificuldades e nas facilidades, o espaço se mostrava como um suporte de realizações simbólicas, políticas, econômicas e religiosas. O espaço de uma cidade-satélite (como era denominada à época) era considerado bom porque apresentava x, y, ou z. Ir ao Plano, no entanto, era uma grande dificuldade, em razão da insuficiência de linhas de ônibus, da falta de condições financeiras de adquirir um carro ou um imóvel mais próximo do trabalho. Em muitos casos, ir ao Plano era, sobremaneira, uma necessidade ocupacional: sua centralidade econômica seria evidente durante a semana,

em dias úteis, diminuindo sensivelmente aos sábados, domingos, feriados, ou durante as férias, quando a vida transcorria normalmente sem ao menos se passar pelo Eixão ou pela W3.

Em relação a moradores do Plano, longe dos depoimentos críticos de Holston (1993), de Ribeiro (2008) e de Epstein (1973), o que Magalhães pode ver foi uma sintonia entre os anseios pessoais e familiares e os elementos do espaço. Se era preciso fazer algo de carro, tudo bem, a família tinha um, não se importava de utilizá-lo; pelo contrário, fazia quase tudo com ele. Um espaço silencioso, vazio, sem muito movimento nas superquadras e entre elas: era isso que tinham querido durante muito tempo, era isso que tendiam a não gostar em suas cidades de origem, apesar de alguns momentos de nostalgia. As dificuldades, claro, existiam, como seria diferente? O que importava é que, se Brasília apresentava problemas, também apresentava as soluções, adequadas aos anseios e desejos (os *projetos*) de indivíduos e famílias (Magalhães, 1985; Machado; Magalhães, 2010). O uso diferenciado do espaço de Brasília não se devia, portanto, a modulações do espaço, mas muito por conta de conformações de ordem sociológica. Quanto a isso, apologistas ou críticos não tinham nada a dizer.

A explicação da autora é relativamente convincente. Ao fim e ao cabo, os moradores comprovavam suas afirmações e críticas. Ocorre que, sob determinado ângulo, encontram uma ausência. Ausência que, a princípio, não se refere a problemas de ordem metodológica ou teórica – e mais por conta de transformações pelas quais passou Brasília daquele momento em diante. São essas que exploro a partir de agora, no momento final do capítulo.

A segregação em Brasília, um processo multifacetado

Na década de 1980, com o governo militar perdendo paulatinamente estabilidade legislativa e movimentos civis em prol de um regime democrático institucional se estabelecendo, crescia também a possibilidade de que o Distrito Federal pudesse ter uma eleição própria. Sendo um território administrativo oficialmente indivisível, sem

municípios, como apontei anteriormente no capítulo I, até aquele momento ninguém havia sido eleito democraticamente para governar o DF. Não importava o nome que recebessem os cargos de mando do executivo distrital, fossem prefeitos ou fossem governadores, todos passavam antes pelo crivo da junta militar comandante do país.

Em paralelo, nesse mesmo momento histórico, como destacam Frúgoli Jr. (2000, 2019), Telles e Cabanes (2006) e Frehse (2005, 2015), as cidades brasileiras passavam por um processo de reorganização espacial e social. No cenário de incerteza política, floresciam movimentos de contestação dos processos segregatórios urbanos e lutas por habitação, saneamento e outras com propósitos similares. Da década de 50 até o fim do século, o Brasil viveu, como apontam, os momentos mais intensos de *urbanização*, com deslocamento massivo de grandes contingentes populacionais para o espaço urbano. Problemas e mais problemas, de toda ordem, espalhavam-se pelo território brasileiro em uma escala e em níveis que outrora seriam inimagináveis. O país *rural* do início do século teria se tornando um país *urbano*, em seu final (Telles; Cabanes, 2006).

Brasília esteve inserida nessa trama urbana. A despeito de ponderar que não tinha predileção para opinar sobre os rumos de Brasília e do Distrito Federal, Lucio Costa escreve, nesse momento, uma de suas obras textuais mais conhecidas, o motivo documental que, pelo uso feito dele ao longo do tempo, fundam o recorte desta tese. Para o arquiteto-autor, o Plano Piloto, como havia imaginado, e a configuração urbana *total* do DF enfrentavam desafios de grandes proporções. De um lado, uma pressão imobiliária de adensamento dos espaços de superquadras, seja pelo aumento dos gabaritos de prédios residenciais, seja pela expansão urbana em espaços “vazios”. De outro, uma ascendente postura governamental de cessão a esses anseios imobiliários, acompanhada por um movimento intenso de migração para a cidade desde a década de 70, quando mais e mais imóveis residenciais foram sendo edificadas (Costa, 1987, com apontamentos semelhantes feitos em discurso de 1974).

A proposta de Lucio Costa se encontra oficialmente em *Brasília revisitada* (1987), documento que contém uma série de proposições para o então espaço do Plano Piloto, para

a cidade que acabara de completar um quarto de século. O texto acabou incorporado ao Decreto que definiu o tombamento de Brasília em nível federal. O princípio que o recorta, no entanto, data de dois anos antes, quando o autor assim se pronunciou: “o conceito de ‘superquadra’ como extensão residencial aberta ao público, contraposição ao de ‘condomínio’ como área fechada e privativa, foi inovador e revelou-se válido e civilizado (Costa [1985], 2001, p. 93). A menção à palavra condomínio, como contraponto para definição da contribuição inovadora de Brasília, não é fortuita. Uma das direções imobiliárias e dos moradores das superquadras é de que elas pudessem ser *fechadas* (Paviani, 2010, 2010a, 2010b; Costa, 2001). Suas entradas únicas e os pilotis entornados por vãos livres dariam, segundo esse objetivo, lugar a uma extensão fechada em si mesmo, nos moldes de enclaves fortificados (Caldeira, 2000). Apesar de concordar com muitos dos questionamentos aos seus princípios, desse Lucio não arredou o pé. Fosse a superquadra isso que se pretendia, ela seria outra coisa que não a proposta e na contramão de todo o modernismo.

Esse redirecionamento do arquiteto seria, em primeira instância, uma volta ativa ao relatório do plano. Por mais que não explícitos, esses termos estariam lá, com o que não poderia discordar, ao menos quanto a essa modulação das unidades residenciais. Ademais, disse: “Vendo Brasília atualmente, o que surpreende, mais que as alterações, é exatamente a semelhança entre o que existe e a concepção original” (Costa, 1987, p. 116).

Para alargar a concepção original e o que existia então, a proposta para o Plano Piloto é que em alguns dos espaços “vazios” fossem construídos conjuntos de superquadras, intitulados como setores oeste norte e oeste sul. O pulo do gato histórico está nas seguintes passagens:

Na implantação dos dois novos bairros a oeste — Oeste Sul e Oeste Norte — foram previstas Quadras Econômicas (pilotis e três pavimentos) para responder à demanda habitacional popular e Superquadras (pilotis e seis pavimentos) para *classe média*, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos

(dois pavimentos sem pilotis) e uso misto (Costa, 1987, p. 120, grifo meu).

Garantir a estrutura das unidades de vizinhança do Eixo Rodoviário-Residencial, mantendo a entrada única nas Superquadras, a interrupção das vias que lhes dão acesso — para evitar tráfego de passagem — bem como ocupando devidamente as Entrequadras não comerciais com instalações para esporte e recreio e demais equipamentos de interesse comunitário, sobretudo escolas públicas destinadas ao ensino médio. Proibir a vedação das áreas cobertas de acesso aos prédios (pilotis) e dos parqueamentos — cobertos ou não (Costa, 1987, p. 118, grifo meu).

No mesmo texto, Lucio Costa propõe, em suma, que novas áreas do Plano Piloto sejam adensadas e que a estrutura morfológica das quadras “originais” seja mantida, com a devida instalação de equipamentos públicos como escolas públicas para o ensino médio, de resto ainda pouco implantadas à época, segundo sugere. As escolas públicas deixam, de modo generalista, de constar como partes do projeto urbanístico da superquadra como conceito. Ora, o que se tem é que se as superquadras continuam como um projeto urbanístico e as escolas públicas deixam de estar atreladas a ele (com exceção feita às de ensino médio), as superquadras daí em diante não precisariam, desde o seu planejamento, contar com elas.

Por óbvio, meu argumento não é de que a palavra do arquiteto-autor tenha sido, ao longo da história da cidade, um instrumento mandatário para políticos, técnicos e moradores. Não foi, decerto. Não obstante, as palavras de Lucio Costa, em maior ou menor medida, sempre foram um escudo e uma arma para determinadas intervenções no espaço urbano. Se se opõe a alguma forma de ocupação, diz-se que, bom, isso estava proibido pelo mestre arquiteto; se se concorda, quem sabe não haveria pontos que poderiam permiti-la? Assim, aos poucos, e ao longo dos dias, meses e anos, a palavra de Lucio Costa, encravada em textos oficiais ou não, vai ganhando distintas modulações, tornando-se nebulosa a fronteira entre o dito, o feito e o prescrito. Quem conta um conto, aumenta um ponto...

Outro ponto da proposta de revisitação a Brasília é que as novas quadras fossem direcionadas para a classe média. Sendo um desafio hercúleo defini-la academicamente

(Salata, 2015), seu uso político pode ser tão ou mais elástico do que imaginamos. É como se todos soubéssemos o que é classe média, mas não conseguíssemos resultados bons em circunscrevê-la com palavras – algo similar a outros conceitos antropológicos, como a nossa primeira força-motriz, a cultura. Classe média poderia ser lida, segundo esse texto de Costa, como um conjunto menos abastado que o já habitante do Plano Piloto? Afinal, mencionam-se ali *quadrads econômicas*, o que poderia nos levar a supor algo nesse sentido. Mas se a proposta era resolver o déficit habitacional de moradia no Plano, e se esse déficit se encontrasse entre grupos de maior poder aquisitivo, com mais relacionamentos com as esferas do poder institucionalizado?

A recuperação histórica termina aí, para os meus propósitos. De posse desse documento, foi que, então, o Governo do Distrito Federal propôs a criação, durante os anos 80, do Setor Sudoeste (o oeste Sul) e, ainda nos 90, do Setor Noroeste (o oeste norte). Em comum entre eles, considerados os diferentes momentos históricos de sua construção, a ausência de planejamento de edificação de escolas públicas e a previsão anunciada de que contivessem imóveis de *alto padrão*. No Noroeste, por exemplo, os preços por metro quadrado de apartamentos beiraram os maiores do país (Estadão, 2017)⁶⁵. Como explorarei mais detidamente detalhes dessa implantação a partir das entrevistas realizadas com moradores, no próximo capítulo, voltemos por ora às considerações de Magalhães (1985) e do porquê uma certa ausência em sua análise abriu caminho para a discussão que proponho no momento.

Magalhães afirma, como lemos, que o espaço do Plano Piloto era o mais adequado aos propósitos de uso que queriam seus moradores. Ocorre que, quando chegaram esses moradores e moradoras, e ao longo do tempo em que viveram nesses imóveis, Brasília contava, mal ou bem, com um plano público de educação dentro das unidades residenciais do Plano Piloto. Se levarmos adiante seu raciocínio, de que o espaço será

65 O preço do Noroeste nunca foi baixo. Em 2013, por exemplo, já se reportava algo similar. Ver: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/02/03/com-metro-quadrado-mais-carro-que-jardins-novo-bairro-de-brasilia-e-inaugurado-com-lama-e-problemas-de-infraestrutura.htm>. Acesso em 08 jul. 2021.

modulado a partir da subjetividade de uso de quem o ocupa, consideradas as questões de segregação, obviamente, poderíamos supor que, em novos espaços, fundados no conceito de superquadra, algo pudesse ser mudado. Foi.

No Setor Noroeste, não há escolas públicas previstas, apesar de espaços holográficos as demarcando (Foto 25). Nos limites administrativos do Sudoeste, há apenas uma, a Escola Classe 08, que, contudo, é considerada, pela Secretaria de Educação, como sendo do Cruzeiro – escola, a propósito, que apareceu em algumas de minhas conversas. A região do Cruzeiro foi construída como parte do Plano Piloto de Brasília, com aumento de seus limites ainda no final dos anos 60. Ali estão pouco menos de uma dezena de colégios públicos. Entre o Sudoeste e o Cruzeiro, há, hoje, 14 escolas particulares. Observados os depoimentos dos moradores e os tomando como uma narrativa, esse cenário não mudará daqui em diante. Como me disse uma moradora do Sudoeste, “não precisamos desse tipo [de escola, a pública], ninguém *daqui* ia se matricular”.

O exercício que faço aqui se trata, sem sombra de dúvidas, de um pinga-pinga histórico. Poderia o leitor argumentar que de um elemento X, de um momento X, não decorre, necessariamente, um efeito Y num momento posterior Y. A combinação entre essas variáveis exigiria que um estudo mais detalhado em termos de historiografia fosse, de fato, conduzido, o que nunca beirou meus intuitos. Destaco todas essas combinações e articulações *factuais* a partir de meu material etnográfico em suas semelhanças com discursos oficiais e narrativas modernistas. A se ver, por exemplo, como um morador do Noroeste reportou: “Se eles [o governo] quisessem [uma escola pública], iam arrumar uma puta briga, ia virar o inferno para eles”.

Essa configuração espacial *nova*, marcada pela ausência ativa de escolas públicas, em comparação com os espaços da superquadra da Asa Sul e da Asa Norte, é parte do processo de segregação socioespacial de Brasília e do Distrito Federal. Espaços *abertos* e *públicos*, mas atravessados por posturas excludentes e estigmatizadoras que levam a momentos de conflito, de tensão e de encontro entre moradores e não moradores (mais ou menos *desviantes*, nos termos de Goffman, 1981, e *puros*, se pensarmos com

Douglas, 2010). Os problemas *comuns* de Brasília, ressaltados por todos os autores que vimos ao longo do argumento, são, portanto, matizados por outras características espaciais e por outras posturas sobre esse espaço e na relação constante de se produzi-lo e modulá-lo.

Sobre a segregação, volto a afirmar que a penso como um processo como estratégia metodológica e teórica. Lembremos aqui de Latour (2012, 2020) quando assinala que, sim, sabemos que o capitalismo é o modo de produção e ontológico dominante globalmente, mas como essa hegemonia econômica-cultural-política é feita, é produzida, é resistida? O que muda a depender de quem fala, quem não fala, o que se usa, para o que se usa? Tudo isso importa e faz diferença para compreendê-lo – e mesmo apara derrubá-lo, se for o caso. Com a segregação, afirmo o mesmo. Afinal, se olharmos atentamente para os mapas do Distrito Federal, do Entorno, da RIDE, para os dados



FOTO 25 Demarcação holográfica das escolas públicas. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2019*

estatísticos de deslocamento, profissão, remuneração, raça⁶⁶, constataremos que o espaço amostral de análise é altamente segregado, racializado, generificado, com distâncias sociais e simbólicas “evidentes” na maioria dos cruzamentos de informações que utilizarmos. Isso é um elemento analítico fundamental. Por baixo dele, em escala não determinada a priori (Latour, 2012), há algo a mais para dizermos? Não houvesse, poderíamos seguir adiante com o trabalho estatístico que já é conduzido de modo eficaz por instituições governamentais, organizações da sociedade civil e outras disciplinas acadêmicas.

Essa perspectiva é ancorada naquilo que Agier (2015) intitulou como *fazer-cidade*, pelo qual o espaço urbano é feito e refeito, tramado e destramado ao longo do tempo, num movimento contínuo e infinito. Não é de todo, sabe-se, indefinido, por conta de condicionantes estruturais, de relações entre agentes e de discursos que informam, conformam e disformam uns aos outros e o espaço em si. O retrato urbano de uma cidade é, nesse sentido, um retrato inevitavelmente temporário e em vias de transformação.

Se a antropologia pode e tem todo o interesse em se apoiar nesta teoria da relatividade urbana no tempo e no espaço, é porque a dinâmica e a transformação podem ser reconhecidas em um saber livre de amarras políticas, normativas e institucionais, como é o saber antropológico. São portanto a descrição e a compreensão do movimento permanente de transformação urbana no tempo e no espaço que podem constituir a contribuição do olhar antropológico sobre a cidade (Agier, 2015, p. 484).

Sobre Brasília, com o olhar focado em relações sociais tramadas no espaço do Plano Piloto e espaços vizinhos, Nunes (2004) afirmou, por exemplo, que se a cidade modernista é uma *ilha da fantasia*, como é conhecida no senso comum, é também pelas diferentes formas como são produzidos, rotulados e disputados os corpos no espaço da cidade. A noção de corpo me é cara, como mostrei, porque evidencia de antemão que a pesquisa etnográfica é necessariamente por ela atravessada. No Plano Piloto, a depender de como é lida sua pele, sua fala, suas feições, posturas e mais posturas são

66 Ver, por exemplo, Codeplan (2014, 2018).

adotadas como formas de segregar ou de incluir, numa conformação própria da cidade, mediada pelo espaço da superquadra e pelas distâncias quase homéricas de seu centro administrativo-político. Trata-se o espaço urbano brasiliense de uma *fantasia corporificada*, nos termos de Nunes, justamente pelas formas de ocupação urbana do Plano Piloto pelos seus moradores: se é fantasia, pelo que poderíamos pensar como uma ilusão irreal, Nunes nos aconselha a vê-la como efetiva, logo, real.

Em abordagem posterior, o autor alçou voos maiores (Nunes, 2014). À fantasia corporificada teria se somado um fluxo internacional de capitais no Distrito Federal, que corroborariam suas conclusões anteriores e acentuariam o processo de dispersão espacial de determinados grupos sociais no Plano ou *fora* dele. Longe de se comparar, em termos desses fluxos, a cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro, e a *global cities* (Sassen, 2006), Brasília seria um locus privilegiado de determinados fluxos de capital, inclusive relacionados ao seu modernismo arquitetônico e, claro, ao seu princípio *ci-vitas*, como cidade-capital. Apesar de sua relevância analítica, essa escala global, panorâmica, no entanto, diz muito pouco a respeito de meu recorte analítico.

Desço um tanto ao rés-do-chão (Candido, 2003). Dessa escala, menciono novamente o estudo de Borges (2003), feito com moradores e moradoras do Recanto das Emas, entre o fim anos 90 do último século e o início do século XXI. Como constatou, o *tempo de Brasília* era um elemento que informava processos de expansão urbana e de constituição de identidades, valores e alianças na cidade.

A autora conversou com líderes de movimentos pela habitação, com políticos locais e com técnicos de secretarias do governo, todos relacionados a diferentes formas de se utilizar, instrumentalizar e contornar esse critério da burocracia estatal: na concorrência pela casa própria, mereceriam mais, teriam mais prioridade aqueles com mais *tempo de Brasília*. A subjetividade de sua definição, traduzida na objetividade de um número final exato, foi o que a moveu em campo. Essa dimensão subjetiva, de produção de um tempo urbano, em primeira instância, era o que movia seus anfitriões etnográficos. Um documento a mais coletado, uma conversa amistosa com um gestor local, uma aliança

negociada com políticos locais: todos eram elementos que poderiam contribuir com as chances de obtenção de uma casa própria, ou, na contramão, de afundar de vez essas pretensões.

Ocorria, no entanto, que mesmo a derrocada dessas chances era circunstancial, porque o *tempo da política* (Palmeira; Goldman, 1995) traz reformulações de alianças e renova as posições e disposições das pessoas em seus relacionamentos cotidianos. Um apoio dado a um político de oposição, se bem sustentado ao longo do *tempo*, abria horizontes para que, em caso de sucesso eleitoral dessa liderança, uma série de benesses fosse possível, entre elas a casa própria. Tudo isso entrelaçado à própria modulação espacial e simbólica própria de um locus em particular, o Recanto das Emas.

Em linha teórica similar, Patriota de Moura (2012), a partir de estudo comparativo entre condomínios horizontais em Goiânia e em Brasília, mostra como a forma *condomínio* pode apresentar diferentes facetas e usos, engendrando distintas maneiras de ocupação, produção e subjetivação do espaço. Como pode ver, os condomínios horizontais não encerram um processo social unívoco e monolítico. Se estudados a fundo, no plano horizontal, no cotidiano público, junto a moradores e moradoras, pode-se ver como, por exemplo, nem todos são espaços ocupados exclusivamente por pessoas ricas e que, mesmo em casos de pessoas que o sejam, suas trajetórias são em muito diversas entre si. O conceito de camadas médias é efetivo justamente por isso, por conter essa perspectiva flexibilizante como uma ferramenta de entendimento de um determinado conjunto de relações. Há aqueles que nasceram como “herdeiros”, membros de famílias ricas e “tradicionais”, e há aqueles que ascenderam socialmente, pela concretização de projetos atravessados pela passagem em concurso público ou pelo sucesso empresarial.

Não obstante, argumenta a autora, os condomínios constituem uma forma de se entender processos de produção urbana e de expansão das cidades. Entre eles e neles, há elementos em comum que, ao final, podem ser comparados entre si e, no limite, dar ensejo a um exercício de categorização. É daí que Patriota de Moura (2010a) argumenta

em prol da efetividade da noção de *composições multiescalares*, mencionada anteriormente. As composições encerram tanto processos similares como dissonâncias. Para se entender a segregação, portanto, não é necessário que a definamos de maneira totalizante. Algo que escapa de uma tentativa desse tipo não necessariamente vai contra ela, senão que pode se somar a um exercício de compreensão antropológica mais robusto e decididamente etnográfico, em sintonia com o que pensam, fazem e vivem nossos anfitriões.



FIGURA 19 Anúncio do Setor Noroeste, da Brasal Incorporações. Proximidade e exclusividade.⁶⁷

Foi essa direção que procurei seguir quando de minha pesquisa etnográfica com os primeiros moradores e moradoras do Setor Noroeste, com início em 2014 (Januzzi, 2016, 2017). Considerado o recorte amostral e as limitações temporais de uma pesquisa iniciada e concluída durante o mestrado, o que pude observar, em relação ao Noroeste, é que havia algo mais do que o discurso mercadológico e propagandístico sobre o *bairro* e sobre como era *vendido*. O espaço era comercializado como uma concretização do so-

67 Os três anúncios (Figuras 19 a 21) compõem diferentes Cadernos do Corretor e foram encaminhados para mim por um corretor da empresa, indicado por um entrevistado. Para sua infelicidade, disse que o uso era exclusivo para pesquisa e que não tinha condições financeiras de adquirir um imóvel no bairro. À direita e abaixo do primeiro anúncio, estão listadas as seguintes características: “Localização privilegiada; Parque Burle Marx; Reuso de água para irrigação do paisagismo; Transporte público diário; Vegetação nativa do cerrado; Calçadas e ruas com livre acesso à comunidade”.

nho modernista, em conjunção com aspectos ainda inexistentes na fundação da cidade (como a preocupação com a *sustentabilidade*) e com a proximidade de equipamentos urbanos hoje considerados essenciais (academias, pistas de caminhada, lavanderias, etc.). Esse era o *sonho* apontado em anúncios (Figura 19) e foi o *sonho* apontado por algumas pessoas com quem conversei.

Entretanto, o *sonho* tinha suas limitações . No início, faltava água, faltava energia elétrica, faltava calçamento, faltava... Parecia, segundo se pensava, que o Setor Noroeste compartilhava dos “mesmos” problemas que outras cidades do Distrito Federal, conhecidas por esse signo. “Eu comprei para ter uma vida boa, não para passar perrengue, isso aqui acontece lá na Ceilândia, lá no Varjão, não aqui”, disse um morador à época. Esses percalços, entretanto, serviram de estímulo à criação de um espírito comunitário, de *luta pela cidade*. A luta tinha por objetivos que o bairro fosse entregue *completo*, tanto por empreendedoras imobiliárias quanto pelo Governo do Distrito Federal. Havia algo a mais nas entrelinhas.



FIGURA 20 Um futuro próximo.⁶⁸

68 No segundo, à esquerda e abaixo, lê-se: “Planejado para ser um dos melhores setores residenciais de Brasília, o Noroeste traz uma qualidade única para os seus moradores. Fácil acesso, estacionamentos, ciclovias, pista de cooper, transporte público e proximidade com Parque Burle Marx, além de múltiplas opções de compras e lazer na mesma região, criam um cenário perfeito para um futuro próximo, onde viver bem será rotina” (grifo no original).

Por mais que os moradores se considerassem, no geral, figuras pioneiras na ocupação daquele espaço, nem por isso se viam como tendo os mesmos interesses, os mesmos objetivos, as mesmas práticas no dia a dia. Alguns, afirmavam, podiam pagar mais ou menos por determinados bens e serviços. Pipocaram aqui e ali e cada vez mais constantemente, conforme avançava em meu campo, referências ao *céu* como signo dessa disputa endógena ao bairro e também particular de uma cidade que tem o horizonte amplo e aberto como um de seus fundamentos (Januzzi; 2016; Costa, 1987, p. 118).

Um bloco residencial mais alto que outro ou um andar mais alto significavam um acesso mais imediato e próximo ao *céu de Brasília*. O *céu* se tornou, conforme vi, um signo do processo de segregação acentuado com o Setor Noroeste e uma forma de demarcação interna aos próprios moradores, que compartilhavam, ademais, diferenças significativas com relação a quem *não morava* no bairro, mas vivia por ali. Casos de catadores de recicláveis (Matias, 2018) ou de operários e empregadas domésticas, que eram apontados como pessoas que viviam o bairro, mas *não moravam* nele. Esse processo era estendido, com diferenças, aos indígenas moradores do Santuários dos Pajés, cuja Terra Indígena fora invadida pela construção dos blocos residenciais. Os índios moravam, sim, no Noroeste (uma inversão temporal relevante, claro, uma vez que chegaram *antes* para aquele espaço), mas viviam outra realidade. Alguns moradores mencionaram que, longe de segregá-los, era possível mantê-los próximos, por conta da lembrança histórica que proporcionavam: “é como se tivéssemos uma floresta de frente para nossa janela, dá para ver como *foi* nossa história” (grifo meu), disse-me um deles em 2015.

Como forma de tentar articular esse processo de segregação a outros presentes no Distrito Federal, recorri ao que denominei *reclassificação do espaço* (Januzzi, 2016a), categoria posteriormente refinada para *classificação do espaço*.

[...] processos de classificação do espaço [...] configuram maneiras de apropriação do chão abaixo e do céu acima das moradias. Esses processos, a partir da percepção de segmentos de camadas médias, privilegiam o discurso da conquista pelo mérito de lugares que dão acesso à terra e ao céu da capital,

em formulações simbólicas que classificam novos espaços, territorializando-os e tornando-os tangíveis e negociáveis em uma economia de mercado, ao passo que apagam e fazem esquecer formas de vida pré-existentes nas mesmas localidades, ao criarem noções de “vazios” a serem conquistados e contemplados (Patriota de Moura; Januzzi, 2019, p. 116)



FIGURA 21 Um empreendimento perto de tudo que “importa”, inclusive faculdades e escolas

A classificação do espaço reúne tanto, de um lado, os processos espaciais de segregação, sua forma estritamente geográfica, territorial, quanto, de outro, as dimensões simbólicas e subjetivas associadas a ele. Se a segregação é feita *no* e *pelo* espaço, é mediada por alguém, contra alguém, em direção a algo, com base numa perspectiva histórica e de futuro. É assim em Brasília como o seria em outras cidades. É na especificidade da cidade modernista, com relação a seus espaços escolares, que caminho a partir de agora. Como veremos, a segregação socioespacial em Brasília, via *classificação do espaço*, é também um processo de *autossegregação escolar*.

CAPÍTULO IV

A escola como escolha: a vida em superquadra, para além da superquadra

Ao longo dos capítulos anteriores, propus uma costura teórica panorâmica sobre estudos antropológicos da cidade e sobre a crítica do espaço urbano de Brasília. Por mais que vez ou outra tenha feito referência às pessoas que me receberam em campo, aos meus anfitriões, em especial quando ponderei os deslocamentos que a escola pública da SQS 107 me proporcionou em 2017, fato é que, até este momento, dei menos protagonismo a eles e elas.

Diz-se, num misto de senso comum alastrado pelos quatro cantos, que “em Brasília falta gente, tudo é meio vazio”. Como vimos, isso pode estar relacionado tanto a uma apreciação da diferença do espaço urbano do Plano Piloto com os de outras cidades brasileiras (e até mesmo do DF) quanto, não em menor medida, a uma consideração pouco enraizada, por vezes uma falácia, em outras algo dito irreflexivamente.

Num território distrital de 3 milhões de habitantes, gente é que não falta, podemos pensar. Mesmo o Plano, em termos estritamente administrativos, é habitado por mais de 200 mil pessoas⁶⁹ (Codeplan, 2019). Sendo o senso comum mais ou menos “verdadeiro”, remeto-me a ele justamente por entender que traz algumas pistas interessantes para iniciarmos nossa conversa com minhas anfitriãs e meus anfitriões. Como veremos, *gente* não é um significante homogêneo, límpido, sobre o qual não pairam dúvidas. Quando se diz, afinal, que em Brasília falta gente, de qual estamos falando? São todas da mesma altura, usam os mesmos carros, vestem as mesmas roupas? São todas da mesma cor? São todas “daqui”, de “perto”, de “longe”? Ainda mais. E se sobra “gente” e

69 Eram, em 2019, estimadas 3.015.268 pessoas residentes no Distrito Federal, 225.002 delas no Plano Piloto, segundo pesquisa distrital por amostra de domicílios, elaborada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2019, 2020).

falta “gente” ao mesmo tempo? Sobretudo, o que essas *gentes* fazem no espaço? Como o pensam e como o produzem?

Falar de escolhas familiares em relação à escola é, em primeira instância, falar de pessoas e de seus corpos, como habitantes e produtoras do espaço urbano. Daqui em diante, tiro dos bastidores as conversas com as 14 famílias que fiz ao longo dos últimos anos. As conversas foram organizadas por bairros e a sequência delas têm a ver com temas levantados pelos próprios anfitriões. Não são cópias exatas de meus diários de campo, antes excertos trabalhados a partir deles. Após cada uma delas, reflito sobre esses temas, a partir de suas ressonâncias com outras entrevistas e, claro, com a literatura da qual parti. Entre todas as conversas, paira o seguinte questionamento: por que você escolheu esta escola?

“Por que eu escolhi essa escola? É simples! Quer dizer...”

Garcia (Noroeste)

Chego ao apartamento dos Garcia⁷⁰ em uma noite seca de agosto. O grupo doméstico, composto por três filhos, mãe e pai, mora em um imóvel de 4 quartos, todos suítes, em um dos primeiros blocos construídos do Setor Noroeste. Como é noite, consigo conversar com Rosa e Carlos, os anfitriões da ocasião. Informam-me que dois de seus filhos não estão em casa e que a mais nova está no quarto, estudando – “amanhã é dia de prova, tem que ficar concentrada”. Rosa é servidora pública, num órgão do judiciário. Carlos é dentista e atende em uma clínica na Asa Norte, com mais um sócio.

O apartamento em que moram tem mais de 200 metros quadrados e fica no quinto andar, de onde é possível visualizar uma parcela da Asa Norte, do Lago Norte e de So-

70 Como já mencionado anteriormente, os sobrenomes apresentados na tese são indicações fictícias. Indico apenas um para cada um dos grupos domésticos, por entender que se aproximam do modo com o qual se apresentaram para mim. No geral, o sobrenome indicado em campo se referiu, como não é incomum, ao atrelado ao lado paterno da família.

bradinho. Sentamos na sala de TV, ambos ao lado um do outro, eu de frente, em uma poltrona lateral. Começo a conversa expondo um pouco do que pesquiso e sugiro que a gente comece pelo bairro, de como é morar ali, e depois partamos para as escolas, a educação de seus filhos.

“Falar sobre o Noroeste é fácil, não tem muito o que dizer”, adianta-se Carlos, um homem branco de seus 60 e tantos anos, cabelos ralos e grisalhos, piauiense. “A gente veio para cá no começo, em 2014, quando era vazio, né, não tinha quase ninguém” – continua. Relata em seguida as primeiras dificuldades, associadas à “falta” de infraestrutura, algo que já ouvira durante o mestrado (Januzzi, 2016a) – internet muito instável, apenas oferecida pela Oi⁷¹, quedas recorrentes de energia elétrica e, durante as chuvas, pontos de alagamento. Quando comento que outras famílias haviam mencionado pontos similares, diz: “Foi assim mesmo, quem viveu, sabe... Hoje está bem melhor”.

Questiono se houve motivos para a mudança ao bairro. Rosa, nesse momento, toma a palavra. É mineira, é mais nova que seu marido, tem cabelos tingidos de loiro claro. É também branca e usa adereços de ouro nas orelhas, no pescoço e no pulso esquerdo. “Nossa família sempre quis ir para um espaço maior e mais novo, nosso antigo apartamento na 215 [norte] era menor e, mesmo com as reformas, a gente achava que não era o que era bom”. Seguindo a sugestão de amigos que ou haviam se mudado ou pensavam nisso, decidiram fazer uma visita a um apartamento decorado no espaço pretendido. “Foi paixão à primeira vista”, segue Rosa, “saímos do decorado pensando em como fazer para comprar”. Venderam o imóvel que tinham e pagaram à vista o novo imóvel, em processo de poucos meses.

O Noroeste, afirmaram, fica próximo de seus trabalhos. Podem voltar para casa para o almoço, conseguem não enfrentar trânsito. “Foi tudo que a gente sempre quis” – emen-

71 Nos primeiros anos de ocupação do bairro por seus novos moradores, a Oi era a única operadora de telecomunicações que oferecia serviços de internet e TV.

da Carlos. Um aspecto ainda mais positivo foi a segurança do novo espaço, uma vez que, na Asa Norte, a “sensação de medo” aumentou muito nos últimos anos – “é muita gente pedindo dinheiro, muito flanelinha⁷² e a região onde a gente morava era muito escura”, continua o dentista. Embora o início no Noroeste tenha sido de desconfiança quanto ao que poderia oferecer o bairro, esse sentimento foi se diluindo até o ponto da total tranquilidade de hoje em dia. “Eu indico para todo mundo! O Noroeste é o futuro de Brasília. Daqui para o meu consultório, coisa de minutos, família em casa...”.

Seguimos a conversa. Usando o exemplo da filha em estudo, pergunto a Carlos e Rosa como foi o processo de escolha de sua escola e o que fazem, cotidianamente, para levá-la até a instituição. Beatriz tem 15 anos e estuda muito próximo dali, no Colégio Leonardo da Vinci, uma instituição privada da Asa Norte. Como estuda pela manhã, Carlos é quem a leva, antes de sair para o trabalho, passando para buscá-la no horário de almoço. Escolheram a escola “meio sem pensar”, avaliando as opções de estabelecimentos privados próximos de seu antigo apartamento. Como Beatriz estudou desde a infância em escolas na Asa Norte, quis seguir aonde a maioria de suas amigas e seus amigos estavam indo.

O respeito pela opção dela veio, contudo, como secundário em relação a outros critérios: “nosso primeiro motivo para escolher fazer algo, não foi diferente com a escola, é a segurança, a gente precisa ter certeza que o que a escola oferece é que queremos”, pontua Rosa, continuando: “O Carlos pode até cuidar do dinheiro, mas, na educação, eu que mexo. Defendi o Leonardo [da Vinci] com unhas e dentes haha”.

A escolha da instituição passou por outro crivo. Como seus dois outros filhos estão na universidade – a UnB – e têm gastos com automóvel e com cursos extracurriculares, tiveram que colocar na ponta do lápis o quanto podiam gastar, consideradas as suas

72 Flanelinha é como são chamadas, em algumas cidades do Brasil, as pessoas que ficam próximas aos estacionamentos de prédios comerciais (e de outros lugares onde vagas de estacionamento são um objeto de intensa procura), oferecendo serviço de vigia e cuidado do veículo na ausência de seu proprietário.

preferências. Beatriz, a propósito, não “apenas estuda”. Às tardes e ao longo da semana, tem aulas de francês, de violão e de natação. Seus dois irmãos também fazem atividades físicas em espaços pagos; por terem carros, dividem-se entre quem leva a irmã para suas atividades extras, “ainda que eles não gostem muito, sabe como é a molecada”, enfatiza Carlos.

Puxo, então, o assunto para a escola em que estudaram seus filhos, antes de ingressarem no ensino superior. Rosa e Carlos contam que o processo não foi muito diferente com a escola escolhida, em razão de segurança, preço e também pela preferência de seus filhos. Como ambos têm idades parecidas, era mais fácil conduzi-los até e de volta do Leonardo da Vinci, onde estudaram. Frisam que, antes, no entanto, o “clima de segurança” era maior e, por serem homens, podiam dar mais autonomia aos filhos. “Eles podiam ir pra lá e pra cá sem se preocupar muito e sem que a gente tivesse que se preocupar. Com a Bia [apelido de Beatriz], não tem como”, Rosa me diz. Pergunto se em algum momento pensaram em colocar algum de seus filhos em escolas públicas.

- Você diz a militar? – pergunta Rosa

- Não necessariamente – retruco –, escolas públicas no geral.

- Não, não, nunca cogitamos, isso não passou pela nossa cabeça. Você pergunta por quê?

- Não chegou a ser uma opção em nenhum momento?

- Foi não. Foi não...

Tento esticar um pouco mais esse momento de nossa conversa. Indago os porquês. Rosa está no seu sofá e hesita, põe o dedo indicador da mão direita no queixo. “Bom, é simples. Nunca parei muito para pensar sobre. Tem um monte de fatores, de questões,

né? Eu mesma estudei em escola pública na minha terra [Minas Gerais], meus irmãos também. O Carlos estudou lá na cidade dele [no Piauí]. Era outro tempo, outros tempos, muita coisa mudou”. Entre as mudanças, considera que, hoje, a cidade é muito menos segura, com os índices de violência sempre lá em cima. “Não se pode dar brecha, é uma desatenção e pronto...”.

Carlos complementa. Considera que, além da segurança, as escolas públicas hoje são muito piores em relação ao que eram no passado. “O ensino, no geral, piorou muito. Os professores não são valorizados, a estrutura é ruim”, adiciona. “Hoje, as salas tão muito cheias, não tem como dar conta, não tem mesmo. Não é como antigamente”. Insisto no ponto e lhes pergunto se há algum motivo que os faria escolher a escola pública em detrimento da privada. É o marido quem responde. “Acho que só se não tivéssemos como pagar, se a gente não tivesse dinheiro. Mas aí, né, não estaríamos morando aqui, você sabe hahaha”.

*

A entrevista que fiz com Rosa e Carlos é um ótimo ponto de partida. De algumas formas, o casal condensa muitos dos debates que anteriormente trouxe e outros que já acompanho mais recentemente, relacionados propriamente ao meu trabalho de campo.

Os Garcia se mudaram para o Setor Noroeste ainda nos primeiros anos de sua ocupação como novo espaço de Brasília. Como outros naquele momento, viveram as dificuldades de instalação em um espaço que se apresentava, no papel, como um oásis para seu estilo de vida, mas que, no dia a dia, teimava em confrontá-los com falta de luz, fornecimento instável de água, pouca iluminação pública. Se essas reclamações foram uma constante em algum momento (Januzzi, 2016a), levando alguns moradores a cogitar uma mudança para outros espaços, pode-se dizer que, hoje, pelo que indicaram as pessoas com quem conversei, o bairro é menos uma promessa irrealizada que um futuro que está por vir. Como me disseram os Garcia, “o Noroeste é o futuro de Brasília”.

Essa frase diz muito. Rosa e Carlos, afinal, viveram durante muito tempo em superquadras do Plano Piloto, entre elas na Asa Norte, na 215. Acostumaram-se com a “nova forma de viver” de Brasília, como Lucio Costa a chamou. Por mais que tivessem em boa conta essa experiência urbana, colocavam-na, então, em perspectiva, com o novo espaço num marco superior.

Tanto como o antigo apartamento, permaneciam ainda perto de seus trabalhos, conseguiam ir até eles em viagens curtas de carro; continuavam com estabelecimentos de bens e serviços próximos. Isso não fora alterado. A “sensação de medo”, contudo, não era mais a mesma, e associavam-na à ausência de flanelinhas e à iluminação mais intensa no novo espaço. De um lado, a ausência de grupos que não o de moradores, podemos pensar. De outro, um equipamento urbano que se aproxima mais de seus ideais de vida urbana – seus valores.

Esses sujeitos outros, bem sabemos, existem no Setor Noroeste. Não há apenas moradores de apartamentos, para nos valermos de um sentido estrito de moradia no bairro. São os catadores de recicláveis com quem Matias (2018) fez trabalho etnográfico; os povos indígenas habitantes do Santuário dos Pajés (Crevels, 2013; Brayner, 2013). Não apareceram entre os Garcia em nenhum momento, mas foram indicados em outras conversas que tive. Vez ou outra, essa presença, por mais ou menos “pacificada” que esteja, é reivindicada pelos moradores e pelas moradoras como um índice de imperfeição do espaço (Januzzi, 2016a), algo, vejamos, próximo ao que Rosa apontou com relação aos antigos ocupantes de sua superquadra na Asa Norte.

Sobre a escola de seus filhos, Rosa e Carlos expressaram que sua escolha foi feita “meio sem pensar”. Essa expressão que utilizaram, aparentemente casuística, não foi nada incomum; pelo contrário, ela e algumas que entendo como próximas em significado apareceram recorrentemente ao longo das entrevistas – a escola como uma instituição que se apresentou à família “sem pensar muito”, numa escolha “simples”, “fácil”. A princípio, é como se a matrícula em um colégio, ao menos no processo que é evidenciado

ao etnógrafo, fosse um dado menor, quase que irrelevante. Meu argumento é que não. Vejamos alguns dos porquês.

O primeiro e mais forte deles é que a escolha de estabelecimentos escolares, como se apresentou em campo, é feita dentro de um rol muito específico de instituições. Elas estão localizadas próximas de onde moram essas pessoas, entendendo a distância como uma medida relativa dada por viagens de carro ou por aplicativos de carona. São privadas. Considerado esse leque de escolas, e não são poucas as localizadas no espaço do Plano Piloto, os Garcia escolheram o Colégio Leonardo da Vinci. Mas essa escolha tem mais significados.

Em nenhum momento, a escola pública foi uma alternativa, não obstante Rosa e Carlos terem estudado, quando mais novos, em instituições do tipo. Entenderam que essas escolas eram uma escolha possível em outro contexto, em “outros tempos”, e que, com o passar desse mesmo tempo, pioraram. Tornaram-se uma não-opção em sua família, a não ser que, numa hipótese da qual quiseram se afastar, não tivessem recursos financeiros para custear um estabelecimento particular.

Quando perguntados sobre essa possibilidade, a escola militar foi a que despontou como alternativa. O Colégio Militar, como veremos, é também um alvo preferencial de famílias de camadas médias-altas de Brasília, seja pela qualidade do ensino oferecido, pela oferta de ensino atrelada à hierarquia e à disciplina, ou por outras razões. É uma instituição pública, cujo ingresso é feito ou por meio de concurso público (no 6º ano do ensino fundamental ou no 1º ano do ensino médio), ou em decorrência do vínculo familiar ao corpo das forças armadas.

Rosa nos contou, ainda, que a segurança foi um critério decisivo para a escola de seus filhos, por ser um divisor no modo como se relacionam com a cidade e com a vida. Seus filhos, igualmente, mostraram-se favoráveis ao colégio, embora tenha havido uma distinção de gênero óbvia em suas formas de ocupação da cidade. Entre os três filhos, os homens podiam ir e voltar da escola a pé. A mais nova deles, Bia, nunca pode

e, até aquele momento, era conduzida por seu pai pelo trajeto até a escola. Essa divisão de gênero foi também acentuada por Rosa quando destacou que a educação era uma questão que lhe seria mais próxima, em detrimento da gestão financeira feita por seu marido.

Escolher uma escola particular, ressalte-se, envolve uma matemática financeira, seja ela mais ou menos precisa. O Leonardo da Vinci, por exemplo, tem mensalidades que passam dos mil reais⁷³. Nenhuma das escolas mencionadas enumeradas nas entrevistas estava abaixo desse parâmetro. Considerando-se apenas o custeio desse valor, estamos falando de um investimento anual mínimo de quinze, vinte mil reais, algo que, decerto, insere estas famílias num conjunto de pessoas que o consideram como ajustável ou necessário aos seus orçamentos. Em grupos domésticos que estão com mais de um filho ou filha em idade escolar, tem-se a situação multiplicada.

Por último, chamo atenção para um denominador comum de muitas famílias com quem falei nos últimos anos. Beatriz, além dos turnos ordinários de sua escola, fazia aulas extracurriculares de francês, de violão e de natação. Eram duas aulas de duas horas cada. Num cálculo aproximado que façamos, é possível dizer que, em nenhum dos turnos de sua semana, ela deixava de ter um compromisso previamente agendado. Se levamos em conta a necessidade registrada por Rosa no começo de nossa conversa em relação ao estudo, podemos constatar que Beatriz, não muito diferente de seus irmãos, tinha a rotina semanal completamente preenchida por atividades pedagógicas ou esportivas. Quando pontuei isso à família, Carlos ponderou que, se não fosse assim, a filha estaria no celular ou fazendo “nada”.

73 Há um portal online em que podem ser conferidas informações sobre escolas do Distrito Federal, com indicações de valores médios e promoções (no caso de escolas particulares ou com exigência de algum investimento inicial). Ver: <https://www.melhorescola.com.br/escola/por-mensalidade/distrito-federal/brasilia>. Acesso em 27 abril 2021.

Castro (Sudoeste)

Valter e Alice Castro são moradores do Sudoeste, de uma quadra localizada próxima ao Bosque do bairro. Moram num apartamento de 3 quartos, do sexto andar, há aproximadamente 10 anos, desde que se casaram. Tudo o que sei de Valter foi dito por Alice, com quem, de fato, conversei. A entrevista foi feita numa tarde seca de quarta-feira, na mesa da sala de jantar. Estávamos acompanhadas de Betina, sua pequena poodle branca, um tanto inquieta pela presença de um estranho.

Alice é branca, tem 33 anos e é servidora pública do executivo federal. Nasceu no Rio de Janeiro e se mudou para o Distrito Federal bem nova, junto de seus pais. Valter, seu marido, é também carioca e é um “profissional liberal”, em suas palavras; veio para a capital para estudar na UnB e aqui ficou. Alice e Valter tem um filho pequeno, Valentim, estudante da escola Céu de Brasília, não muito longe dali, de carro.

Aline me conta que ela e o marido se mudaram para o Sudoeste por uma questão circunstancial, “uma oportunidade”. Seus pais estavam se mudando para um apartamento no Noroeste e, como presente à filha e ao casamento, ofereceram o imóvel onde moravam para que pudessem “construir sua vida”. Fizeram apenas algumas reformas, a maior delas no quarto que é hoje de seu filho. “Não foi por opção [a mudança]”, acrescenta, “foi por essa questão mesmo”. Antes, ela e Valter moravam num apartamento menor, na Asa Sul, “desses mais velhos, até sem garagem”.

Adaptou-se muito bem ao bairro, porque afirma que não é muito diferente de sua residência anterior. Segundo entende, a única diferença é na vegetação, menos densa e menos numerosa no Sudoeste. “Na Asa Sul, ali nas 400, é quase uma mata mesmo, quando criança eu adorava ficar passeando entre os blocos e aquelas árvores”, destaca. Hoje em dia compensa essa “ausência” indo ao Bosque algumas vezes na semana, sozinha ou com sua família. Exceção feita a esse aspecto, o Setor Sudoeste entrega tudo de que precisa: um bom setor de serviços comerciais, tranquilidade e proximidade de seus parentes mais próximos e de seus amigos. Questiono Alice sobre a escola de

Valentim. “A Céu de Brasília é fantástica, sem tirar nem pôr, eu não mudaria [nada]. O Valentim é acompanhado pelas professoras o tempo todo, se alimenta ali [na escola] mesmo. Eu levo cedo e à tarde o pai vai buscá-lo”. Escolheu a escola após uma indicação de amigas do trabalho e, após pesquisar na internet algumas informações e uma visita às instalações, matriculou Valentim “imediatamente”.

Minha anfitriã cursou o ensino médio em uma escola privada, localizada na Asa Sul, o Colégio Marista, o “Maristão”. Não sabe muito sobre a escola do Valter, mas sabe que não era pública, que “no Rio, não tem condição, lá é bagunçado, é outro nível”. Valentim, seu filho, costuma ficar mais dentro de casa, na companhia de seus pais ou de amigos de colégio. Dificilmente sai, Alice pontua, “porque não dá mais para brincar no pilotis. Conheço mães que deixam, mas eu não tenho coragem, não”. Quanto ao futuro, quer mudar seu filho de escola, para que ele comece a se preparar para um vestibular e para que tenha mais tempo para fazer atividades fora de sala de aula, como inglês, francês e alguma prática esportiva.

“Minha mãe sempre me diz que eu preciso prestar atenção no menino, porque para ela as coisas atualmente são aquilo, né, não dá para ter certeza do que seu filho está fazendo. Por mais que você dê um celular e fique acompanhando, mandando mensagem, pedindo para a professora avisar, é difícil...”

Faço a mesma pergunta que fiz aos Garcia sobre a escola pública. Alice conta que não considerou colocar Valentim numa instituição do tipo, ainda que saiba que há boas escolas e que há professores esforçados. “Se você quer algo a mais para o seu filho, para a sua família, precisa também de algo a mais”. Pergunto o que seria esse “a mais”. “É muita coisa, não tem como definir aqui nesse papo. Tem que dar suporte, tem que ficar perto, tem que ficar estimulando os estudos. Tem hora que é de celular, tem hora que é de livro, né? Se bem que hoje está tudo no Ipad, mas você entendeu, existe o momento para tudo”.

Nesse ponto, acrescenta que, apesar de ser a maior responsável pela gestão do tempo de aprendizado de Valentim, tem o apoio constante de Valter, que é um pai presente,

diferentemente dos seus próprios sogros. “Ele está sempre estimulando nosso filho a pensar fora da caixinha, a querer ir para frente”. Isso seria possível em escolas públicas, questiono. Alice responde.

[...] não sei se algum dia foi assim, você que estuda [o tema] é que deve saber, mas acho que hoje isso não é trabalhado, não. As crianças ficam ali, sabe aquelas ali? Meio jogadas, sem saber para que estão ali, o que querem do futuro. Eu até entendo elas, porque vivem uma realidade difícil.

*

Alice e Valter Castro moravam no Sudoeste por uma questão que, segundo ela afirma, era circunstancial, por conta de uma “oportunidade”. Esta chance surgiu não aleatoriamente, todavia. Se antes moravam na Asa Sul, num apartamento não lá muito bom, foram para o novo espaço por uma herança familiar. Seus pais, curiosamente, mudaram-se para o Noroeste. Embora tenha feito contato com eles, para uma conversa, não fui respondido.

Foi Alice quem me recebeu. Essa configuração foi a mais recorrente ao longo das entrevistas. O antropólogo sendo recebido por um dos pares do grupo doméstico e, na maior parte das vezes, pela mulher. Em algumas situações, no espaço urbano propriamente dito, sob os pilotis, ou em bancos de jardins das superquadras. Em outras, em algum cômodo mais associado à convivialidade familiar e/ou amistosa, como salas de jantar ou de TV.

Em determinadas situações, ainda, me foi dito que a porta de entrada no apartamento deveria ficar aberta, para “vizinhos não desconfiarem”, para se sentirem “mais seguras”. Pela recorrência, mas, sobremaneira, pela forma como isso foi articulado por essas anfitriãs, entendo que ficou claro que a presença de um pesquisador homem atravessou muitas de nossas conversas. Posso ainda acrescentar algo que havíamos visto quando de nossa pesquisa (Castor, 2018, 2020; Silva, 2019; Patriota de Moura; Januzzi, 2019,

2021) com familiares de estudantes do CEF 02: a proporção maior de mulheres como responsáveis pela educação de crianças e adolescentes.

Alice posicionou o Sudoeste numa escala qualitativa relativamente diferenciada em relação à Asa Sul. Se não lhe ocorreu dizer que seu bairro é totalmente distinto de sua superquadra anterior, indicou haver menos “verde” na disposição de seus espaços residenciais e comerciais, ao passo que mais integração espacial entre bens, serviços e locais de moradia. Sobre este ponto, resalte-se, indico que o Sudoeste apresenta uma configuração um pouco diferente das quadras da Asa Sul. Alice e Valter têm uma fileira extensa de comércios e serviços dispostos numa grande avenida, que intermedia espaços residenciais. Essa faixa é menor e menos diversificada em comércios da Asa Sul.

Faço menção, igualmente, ao quanto valorizaram a *tranquilidade* como um elemento positivado da experiência urbana. Pela categoria, podem ser destacados muitos significados. Para Alice, tratava-se de uma vida o máximo possível *previsível*, sem intercorrências relacionadas ao trânsito ou à insegurança. Tranquilidade era também estar próxima de uma rede familiar extensa e de amigos. Meus anfitriões, muitas vezes, atinaram para essa relação desejável entre espaço e lazer, como parte de um estilo de vida marcado por celebrações, festas e encontros casuais ou periódicos entre conhecidos. Se um casal de amigos mora perto, não é preciso enfrentar longas distâncias no trânsito, nem demora muito para se chegar aonde quer.

A cidade, bem vemos, mudou. Ainda que lembrasse com certa nostalgia de seus tempos de infância, quando perambulava pelos espaços das superquadras, considerava que, “hoje”, isso seria inviável. O pilotis, antes tido como um espaço de liberdade, de deambulação e de socialização, teria ficado inseguro e impróprio.

Como Sinoti (2005) pode observar, Brasília é considerada, por aqueles que a vivem em suas superquadras (abertas ou não), como um espaço urbano em transformação. Em muitos sentidos, para pior. Uma das entrevistadas da autora destacava que “me chamava a atenção [no Plano, quando da construção] também a organização, tudo

bem arrumadinho” (Sinoti, 2005), p. 76). Outra ponderou que “a qualidade de vida de Brasília ultrapassa tudo isso que assusta a população (p. 88)”. Entre a década de 60 e os anos 2000, pois, uma linha de continuidade. Ainda assim, como frisaram alguns:

“Acabou a W3 [...] Você passa na W2 e ficam roupas penduradas, tudo descaracterizado, horrível”
(p. 95)

“O assaltante vem de longe, os policiais já sabem quando tem gente estranha na quadra, já conhecem os moradores” (p. 103)

“Como os alunos são lá de Santa Maria, eles vêm e destroem”.

Por *n* razões e encontros urbanos, a segurança começou a preocupar, ou, ao menos, a ser um objeto de maior tensão e avaliação dos percursos e das formas de se viver. Os assaltos e a convivência com não-moradores, como no caso do depoimento que menciona Santa Maria, uma das regiões administrativas do DF, seriam, em tese, as indicações de uma sociabilidade desestabilizada. Se antes a *ordem*, atualmente certo desequilíbrio. Nessa toada, Alice preferia não arriscar, ainda que conhecesse outras mães que o fizessem.

Nada custa, pondero, expressar que essa sensação de (in)segurança, se aparece constantemente, é relativa – há também famílias que se preocupam menos, que querem viver mais publicamente o espaço, que comparam Brasília a outras cidades brasileiras, indicando a “boa vida” local em detrimento da alheia. Há outras, ainda, mais cínicas, ou, poderíamos dizer, mais incisivas: “A bagunça que foi feita aqui, a gente costuma jogar lá para fora, vamos dizer assim, as cidades-satélites (Sinoti, 2005, p. 82)”.

O filho da família Castro, Valentim, estudava em uma escola próxima de onde moravam. A Céu de Brasília oferecia, como me apontaram, ensino integral, com o que ficavam

menos preocupados com a organização de sua rotina. Buscavam-no e traziam-no da escola apenas uma vez por dia. Na escola, Valentim fazia refeições ao longo de todo o dia. Toda essa estrutura integrava o que Alice classificou como “algo a mais”, uma necessidade que atingiria como um todo o sistema de parentesco, mas que, em sua condição particular (financeiramente melhor), implicaria na escolha das melhores instituições escolares – privadas. Ela mesma vivenciou esse “algo a mais”, uma vez que estudou em uma escola como o “Maristão”, quando cursou o ensino médio.

De novo, as escolas públicas não estão no leque de escolhas. Aparecem como instituições a que se recorre(ria) em um cenário de precariedade e para crianças e jovens que vivem uma “realidade difícil”. Numa concomitância negativa, a escola abrigaria essas “realidades”, tornando-se, ela mesma, um instrumento de reprodução e ampliação dessas dificuldades – um sistema autopoietico, que é produto e produtor da “precariedade”. As crianças ficariam, segundo entendia Alice, “meio jogadas”, sem que um futuro promissor fosse possível.

Consideradas todas as relativizações do que pode ou não ser uma vida futura promissora, inclusive se levando em conta que, afinal, todos pensamos no (e com) o futuro⁷⁴, estudantes de instituições públicas estariam mais sujeitos aos grilhões do passado, restando apenas viver seus cotidianos – sujeitos rodando em torno de seu próprio eixo, sem mudanças associadas ao “progresso” e ao “crescimento”, que não poderiam devidamente planejar suas vidas, pela falta de recursos financeiros, de estímulos da família, do convívio com pessoas que os incentivassem “para frente”.

Esses estudantes poderiam ou não ter mais ou menos “responsabilidade” nesse processo, mas muito do que *não poderiam* fazer estava relacionado ao que fizeram seus pais, seus avós, seus antecedentes; num espaço competitivo, marcado pela desigualdade,

74 Nogueira et al (2015) e Müller et al (2018) trazem exemplos desse raciocínio de médio e longo prazo em famílias que seriam, com relação às que entrevistei, mais pobres em termos da propriedade de recursos financeiros. Para elas, mostram os autores, a escolha da escola não é também uma decisão tomada a esmo; pelo contrário, é calcada em estratégias cotidianas e em perspectivas de médio e longo prazo.

pela pobreza e pela precariedade, que poderiam fazer, a não ser continuar suas vidas sem perspectivas elásticas de melhorarem suas trajetórias? Pais que pudessem evitar essas “amarras” deveriam, portanto, fazê-lo.

Oliveira (Asa Sul)

Mais uma vez, conheço uma família entrevistada a partir da visão de apenas um dos cônjuges. Converso com a mãe, Marta Oliveira, casada com José Roberto. Marta tem entre 40 e 50 anos, é branca, tem o cabelo castanho escuro na altura dos ombros. Na portaria, o porteiro me avisa que “dona Marta” virá me buscar para subir até o apartamento, num imóvel de 3 quartos numa das quadras 100 do início da Asa Sul. “Agora é assim, temos que descer para pegar comida, uma entrega, ou para subir com alguém. Só deixam entrar os conhecidos mesmo”, diz logo após me cumprimentar.

Sentamos na mesa de jantar, com uma pequena xícara de café adoçado em mãos. É uma segunda-feira do período de seca, com os primeiros sinais de chuva (ainda bem!) visíveis no horizonte. Marta e seu marido moram na Asa Sul desde a infância. Ela é do Espírito Santo, ele do estado vizinho, Rio de Janeiro, com seus pais servidores públicos transferidos para a capital. Os pais de Marta ainda moram no mesmo apartamento desde que chegaram aqui; José Roberto, o “Zé”, como ela o chama carinhosamente, não tem mais pai e sua mãe voltou para seu estado natal.

Vivem uma “vida muito tranquila”, com “poucos perrengues”, somente as “dificuldades da vida, né?”. Como têm dois carros, conseguem se virar muito bem, indo ao mercado, ao Parque da Cidade para se exercitar, para visitar sua família aos finais de semana, para ir à academia e, claro, para ir e voltar do trabalho. “De quando eu era criança, mudou muito pouco, né? Tem o bloco, tem os jardins, tem a molecada na escola aqui perto”, comenta Marta, quando a indago se vê mudanças ao longo do tempo em Brasília. “Agora...posso dizer que, no geral, deixa eu ver... é só ver as notícias, piorou muito, então, nunca se sabe. Da minha quadra, posso dizer que está tudo certo, mas daqui para fora acho que é diferente”.

Seu filho Gabriel, de 15 anos, estuda num colégio da Asa Sul, o Dínatos, e fica praticamente o dia todo lá. Almoça numa quadra comercial próxima, ou num restaurante self-service, ou num dos restaurantes fast-food. Tem aulas pela manhã e, à tarde, faz atividades extras, de reforço em exatas e em biológicas. Ainda não sabe exatamente o que quer “fazer da vida, a profissão”, mas está se preparando para seguir algo nessas áreas. “Claro que queria que fosse um curso mais estável, que garanta um emprego mais facilmente, mas a escolha é dele. Comigo foi assim, tem que ser com ele também”. Em alguns dias da semana, Gabriel frequenta um curso de inglês; como começou bem cedo, deve fazer mais dois ou três semestres no máximo, formando-se antes do terceiro ano do ensino médio.

Pergunto se há alguma razão ou algumas razões para a escolha do Dínatos para seu filho. Marta me responde que nunca parou para pensar muito nisso, mas que o principal é que sabe se tratar de uma escola bem avaliada, com índices bons de estudantes ingressantes em universidades boas. “Como outros amigos deles estão lá, acho que faz todo o sentido, fechou direitinho. Ele está feliz lá, é um menino estudioso, não dá trabalho nenhum, sempre foi assim”, emenda.

José Roberto e Marta são ambos servidores públicos, de um mesmo órgão na administração pública federal. Foi aí, aliás, onde se conheceram, onde sua família nuclear começou. Como são muitos os amigos em comum, a maioria moradora do Plano Piloto ou dos Lagos [Sul e Norte], visitá-los ou fazer programas conjuntos são tarefas fáceis, que exigem pouco esforço de tempo, de trânsito, de energia. “Eu te disse, a gente vive uma vida bem tranquila, até bem pacata”.

Quando chegou a Brasília, conseguiu notar uma diferença bem grande em relação ao seu estado de origem. “As “coisas aqui eram bem mais tranquilas, pouca gente na rua, muito verde”. Seus pais não a deixavam, contudo, sair desacompanhada de casa, porque temiam que fosse roubada, furtada, ou “algo pior”. “Com o Zé [seu marido] não era assim, vivia por aí de cigarro na mão, andando pra lá e pra cá”.

Sobre as escolas públicas como uma opção, Marta enfatiza que está mais do que na hora de se dar o devido valor ao ensino público e gratuito. Considera que, durante muito tempo, as escolas foram precarizadas, com pouco investimento, salas de aula lotadas, com desrespeito generalizado entre professores e alunos. “Não tem como dar certo desse jeito, isso é claro”.

Pergunto, então: “Na Asa Sul, nas escolas públicas daqui, você acha que são assim também?”. Pensativa, um tanto quanto em silêncio, Marta diz: “Eu nunca reparo muito nelas, não, assim, sei que tem uma algazarra, porque ouço o pessoal gritando... são crianças, né? Aquela energia toda, corre para lá e para cá, é desse jeito em qualquer lugar”. Ainda assim, apesar da semelhança apontada, não pensou em matricular Gustavo, porque acha que mesmo que fosse uma boa escola, diferente da maioria, seria difícil ele passar num vestibular. “Todos os amigos dele estudaram quase todos juntos, ele também não teria amigos”.

*

Marta e José Roberto viviam na Asa Sul. Seu bloco residencial era vizinho, no interior da superquadra, de uma escola pública. Ao longo de sua trajetória familiar, da infância até hoje, cresceram em blocos similares e em circunstâncias parecidas, ao menos no que diz respeito a determinada configuração espacial, segundo me disse Marta. Como apontou, “mudou muito pouco”. Esse diagnóstico, contudo, não foi totalmente homogêneo, unívoco, límpido. Tem cá suas ambiguidades.

Na infância e na adolescência, Marta viveu o espaço público de Brasília sob a indicação de seus pais de que não deveria sair “sozinha”. Zé, pelo contrário, teria vivido a superquadra “de cigarro na mão”, com movimentos menos controlados e vigiados. Ambos cresceram, profissionalizaram-se, cursaram o ensino superior. Se o que viam *na* Asa Sul era bem pouco distinto do que viam há algumas décadas, não se pode dizer o mesmo do que se passava “fora” das superquadradas.

A manutenção de um estado de coisas neste espaço teria sido acompanhada por um movimento de transformação “externa”, associado à violência, à criminalidade, à “desordem”, como ponderou Marta em outro momento de nossa conversa. Essa mudança exógena, no entanto, não deixou de afetar sua sociabilidade ordinária. Afinal, como destacou logo quando nos conhecemos presencialmente, em seu bloco somente deixavam entrar os “conhecidos”. Paremos um pouco para refletir sobre isso.

Antes de efetivamente entrar no apartamento dos Oliveira, havia conversado com Marta apenas três vezes. A primeira, depois de uma indicação, para convidá-la a participar da pesquisa. A segunda, para confirmar o horário de nossa conversa. A terceira, quando estava nos pilotis de seu bloco. Todas foram por whatsapp. Mesmo assim, tratou-me como um “conhecido” no momento e posteriormente. Nunca os tinha encontrado, em primeira instância. Mas, para chegar até eles, fui indicado por uma amiga sua, quem já entrevistara antes. Em alguma medida, a indicação me tornou alguém pelo qual se poderia ter uma confiança mínima; tornei-me, ainda que provisoriamente, parte de uma rede de contatos e deixei de ser, naquele espaço de seu bloco, um mero usuário desconhecido. Há algo mais aí, segundo entendo.

De todas as minhas 70 entrevistas, fui abordado pelos porteiros, zeladores ou outros profissionais trabalhadores dos blocos residenciais apenas três vezes. Ao lhes indicar o motivo de estar embaixo do bloco sem propósito aparente, mostraram-se gentis e receptivos.

O mesmo, entretanto, não consegui ver recorrentemente com estudantes com uniformes de escolas públicas ou com pessoas em situação de rua, sobre quem muitas vezes recaíam pedidos diretos para que não usassem os bancos do bloco, para que fossem para “outro lugar”, para que “fossem fazer baderna na puta que o pariu, mas não ali”, como disse um dos senhores na situação de conflito, na 107 sul, entre estudantes adolescentes e moradores em torno da colheita de mangas – situação que narro no próximo capítulo. Claro, houve muitos outros momentos em que essas mesmas pes-

soas, sozinhas ou não, não foram alvo de reclamações e simplesmente puderam fazer o que quer que estivessem fazendo.

Se há a probabilidade estatística de esses momentos não serem uma “norma”, não deixo de notar, no entanto, para a singularidade distintiva de minha experiência pessoal. Impossível deixar de mencionar que a gigantesca maioria das pessoas que eram “convidadas” a se movimentar eram negras, bem como o eram os porteiros que reclamavam, enxotavam, xingavam. De uma ou outra forma, minha pele branca se tornou um marcador associado a essa faceta “conhecida” durante o processo de pesquisa.

Ainda, pontuo que muitos funcionários dos blocos comerciais próximos às superquadras, em especial na Asa Sul, tiravam cochilos no período do almoço. Apontei isto já no prólogo. Embora estivessem em grupos – cheguei a ver grupos de até 5 pessoas deitadas lado a lado –, não vi, em nenhuma oportunidade, qualquer tipo de questionamento vindo dos funcionários responsáveis pela manutenção dos blocos residenciais. Eram, em sua maioria, negros.

A visão de Marta sobre as escolas públicas não diferiu muito da que me apresentaram os Castro e os Garcia. Segundo entendia, ao longo do tempo, essas escolas pioraram em infraestrutura e em nível de respeito entre estudantes e seus professores; assim, “não têm como dar certo”. Essas mudanças, no entanto, ou não eram observáveis em seu cotidiano, na interação que tinham próximas ao seu bloco, ou não afetavam esta escola em particular. A algazarra das crianças não a incomodava e era considerada parte de um todo: “é assim em qualquer lugar”.

A escola pública tão próxima nunca, pelo que afirmou, passou pela sua cabeça no momento de matricular o filho em uma instituição de ensino; “nunca parou para pensar nisso”. Escolheu o colégio Dímatos pela qualidade oferecida e pela convivência de seu filho com amigos que também estudavam lá. Esta qualidade, assinalo, é relacionada não apenas ao conteúdo do aprendizado, mas a sua associação com a entrada em “universidades boas”.

Como argumentou Di Piero (2020), a convivência com pessoas a quem se considera como pertencentes a um mesmo grupo social, com estilos de vida parecidos e, sobretudo, com pessoas com ambições futuras similares, é um requisito de peso em escolhas familiares de escolas. Quando estas escolhas são feitas por indivíduos dentro de segmentos de classe média ou alta, é possível indicar uma correlação ainda maior entre instituições escolhidas e tipo de socialização pretendida: para um futuro acadêmico, para a formação empresarial, para o desenvolvimento da disciplina, não mutuamente excludentes entre si. Se Gabriel quisesse continuar adiante seus estudos e ter mais próxima de si uma carreira “estruturada”, o Dínatos era uma escolha não muito difícil. Era o mais “certo” e “fácil” de se fazer.

Essa socialização de valores e de *projetos*, no caso de Marta, José Roberto e Gabriel, era relacionada igualmente aos trajetos percorridos pela cidade. A escola onde estudava não estava muito longe dali, bem como estavam perto os seus melhores amigos e amigas. Igualmente, não ficavam distantes seus cursos extracurriculares. Perto ou longe, entretanto, esses trajetos eram feitos de carro – ainda mais à noite, quando fazer algo a pé não era considerada uma possibilidade. Gabriel reclamava, me apontou Marta, que poderia fazer boa parte de seus percursos urbanos a pé, mas ela e seu marido consideravam essa opção menos segura. Pelo que sabia no momento, o filho ia apenas almoçar perto de seu colégio a pé, quase sempre acompanhado de colegas.

A vida “pacata” da família nuclear incluía visitas a amigos do trabalho e de outros âmbitos em espaços próximos, na Asa Sul, na Asa Norte e nos Lagos. Não necessitavam, mesmo de carro, passar muito tempo no trânsito ou mesmo nas estradas de alta velocidade, como as Estradas Parque do Distrito Federal. Aproximavam-se, ao menos neste sentido, do propósito modernista para a cidade, ainda que numa escala geográfica não tanto restrita à superquadra e mais conjugada a pessoas que compartilhavam um status profissional e/ou um tipo de vida similar. Na Asa Sul, estavam “muito perto de tudo”, por conta desta convergência entre o espaço de moradia e seus espaços de

trabalho e de lazer. Tirante, por óbvio, a ausência espectral da escola pública em suas trajetórias biográficas.

Portes (Noroeste)

Denise e Márcio Portes moram em uma cobertura no Setor Noroeste. Seu apartamento, de cerca de 400m², tem cinco suítes, dois banheiros para visita, uma piscina e um espaço com churrasqueira e forno de pizza. Os Portes têm dois filhos, ambos meninos, um de 14, outro de 16 anos. Entro em seu apartamento depois de ter subido os andares por um elevador privativo, unicamente a serviço dele, com ligação estrutural direta entre o térreo e o andar onde viviam. Márcio me pergunta se aceito uma bebida alcoólica – é noite de quarta e ele está se preparando para um jogo de seu time, o Corinthians, por coincidência, o time para o qual torço, algo que facilita a conversa desde o início. Recuso a tentadora oferta, uma vez que estou dirigindo e, primeiro de tudo, poderia perder o foco na conversa em si. Márcio não se chateia com a negativa e se mostra compreensível.

Sou conduzido até o patamar superior de sua cobertura, de onde consigo ver uma parte grande da Asa Norte. Embora seja um dia quente, com nenhuma nuvem no céu, o vento que nos atinge ajuda a refrescar um pouco. Márcio e Denise são brancos e têm entre 40 e 50 anos. São servidores públicos, ela do GDF, ele do poder judiciário. Mudaram-se de Águas Claras para o Setor Noroeste recentemente, em 2018⁷⁵, depois de venderem seu imóvel anterior. Márcio afirma que se cansou do trânsito enorme que enfrentava diariamente na ida e na volta do trabalho. “Tinha que acordar cinco da manhã para chegar a tempo”, menciona. Denise acrescenta que seus filhos sofriam ainda mais, por estudarem de manhã. Como seus pais trabalhavam no Plano Piloto, tinham que seguir uma rotina que “não era deles”. “Ficavam emburrados na hora de sair e chateados na hora de volta, por conta dos amigos”, destaca.

75 Entrevista feita em 2019.

Esperam que, no futuro, o bairro possa ter o Parque Burle Marx, um dos itens que a construtora enfatizou no momento de vender o imóvel. Entendem que o Noroeste já é um dos melhores, senão o melhor, bairros da cidade. Denise diz:

Com o Parque, com a pista ali [a W9], com as comerciais⁷⁶, tem tudo para ser o melhor do Brasil. Aqui é muito mais seguro do que em Águas Claras, o trânsito é bom, os vizinhos são ótimos, não tem barulheira, à noite você escuta até os grilos. Não tem muita gente como tinha lá [no apartamento anterior, em um condomínio de mais de 20 andares]. É perfeito? Não é, mas tem tudo para ser. O negócio é de primeira”.

Menciono o fato de haver uma Terra Indígena logo ao lado. Quem responde é Márcio, que diz compreender a situação difícil “dessa questão”, mas supõe que, com o tempo, os próprios indígenas não vão querer ficar mais onde estão. “É isso, né? O bairro crescendo, carros, vão ficar isolados, ali no meio de tudo. Isso não é a vida que querem, eu acho”.

Lucas e Letícia Portes têm, respectivamente, 13 e 15 anos. Estudam no Colégio Sigma, ambos pela manhã, com alguns dias com aulas até o período da tarde. É Márcio quem os leva logo cedo e vai buscá-los, quando é o caso de aulas que vão até o fim do dia; em caso contrário, Denise passa no colégio no seu intervalo de almoço e os pega. Almoçam todos juntos, a refeição feita por sua empregada doméstica, Vânia, uma goiana assim como Márcio. “Venha um dia para o almoço... para provar a melhor galinhada do Brasil”, comenta o anfitrião mais receptivo com quem conversei até o momento. Quando almoçam em casa, “como todo adolescente”, Lucas e Letícia dormem, sendo difícil acordá-los e colocá-los para estudar. “Não que não sejam estudiosos, não é isso, é só que eles acham que vão conseguir as coisas de mão beijada. Eu sei que não é assim, que tem que se esforçar, é isso que digo para eles”, menciona Denise.

No momento da entrevista, os filhos estão em seus quartos. “Agora é a hora que ficam ali vendo série e mexendo no celular”, segue contando a anfitriã. “Mas eu tento

76 Sobre essas “demandas”, farei considerações no capítulo V.

controlar e fazer com que estudem um pouco depois do jantar, que seja uma lição do inglês ou coisa assim, só para não perder o costume”. Às 20h, Márcio me pede licença, para vestir a camisa do “Timão”, “para entrar no clima do jogo, porque hoje nós vamos ganhar”. Diz que logo volta, mas só o encontro mais uma vez, quando já estou de saída do apartamento, trinta minutos depois.

À Denise, pergunto o porquê da escolha do Sigma para seus filhos. Como Rosa Garcia, começa dizendo que os motivos são simples. Para ela, o Sigma é tão bom quanto outros colégios particulares da cidade e, em particular, da Asa Norte. Estudar ali é “meio caminhado andado”, em suas palavras, para entrar na UnB, qualquer que seja o curso escolhido. “A infraestrutura é boa, o preço é justo, a gente consegue pagar duas [mensalidades] sem sofrer, é perto de casa. Dez minutos e olha lá, o Márcio chega no portão da escola”.

Antes de matricular seus filhos, contudo, fez um levantamento de colégios privados e foi atrás de suas amigas à procura de indicações.

Uma disse o Leonardo, outra falou o Olimpo, teve quem disse que escola faz pouca diferença, tem filho que estuda no Galois, por toda a cidade. Acabou que no Sigma estuda o filho de uma grande amiga minha, outro filho dela está na UnB e estudou lá, visitei, conversei com o pessoal e pronto.

Letícia e Lucas não gostaram muito da decisão, porque queriam estar junto de outros amigos, matriculados em um colégio da Asa Sul, o Salesiano, onde antes estudavam. “Com o tempo, esqueceram, nessa época, passa rápido, você sabe”.

Apesar de ter estudado em escola pública quando criança, ainda em São Paulo, sua terra natal, Denise afirma não ter pensado em uma instituição do tipo para seus filhos. Ainda adolescente, foi para um colégio privado e ficou nele até se formar no ensino médio, antes de iniciar a faculdade. Segundo entende, “a escola [privada] tem estrutura, tem acompanhamento, tem material... se o seu filho quer passar em uma faculdade, quer

seguir adiante, você tem que oferecer esse suporte, você tendo condição, pode ser com ajuda do pai, da mãe, da sogra, tem que oferecer”.

Como última pergunta, indago Denise se, para ela, uma escola pública instalada no Setor Noroeste seria um problema. “Não, não seria”, afirma, “mas ninguém ia estudar, eu acho, a não ser que fossem os filhos do pessoal que trabalha aqui, acho que ninguém ia pôr o filho ali, só se fosse creche, nível mais básico... daí para mais velho, ia ter ninguém”.

*

Neste retorno ao Setor Noroeste, começo destacando uma diferença de grau em relação à família Garcia. Não há dúvida de que eles e os Portes podem ser considerados como membros de estratos socioeconômicos superiores do Brasil. Seus apartamentos passavam dos 200 metros quadrados e, certamente, custaram mais de um milhão e meio de reais, considerando o que muitas das famílias expuseram sobre os valores de seus imóveis. Se os Garcia moravam, à época de nossa conversa, em um apartamento de quatro quartos, com “tudo do bom e do melhor”, como a ele se referiram, com os Portes estamos tratando de uma cobertura com o dobro de área, com cômodos mais numerosos e individualmente mais espaçosos.

Ainda que ambos façam parte de uma mesma *classe*, se os vemos como uma camada, com valores, propósito de vida e trabalhos heterogêneos, integram do mesmo modo segmentos econômicos distintos. Trata-se de uma característica a se notar com relação a Brasília ou a qualquer outra cidade brasileira, a propósito. Se estamos falando de uma “realidade” espacial da qual se pode tecer considerações generalistas e comparativas, nem sempre estamos tratando de pessoas e grupos idênticos, no todo ou parcialmente.

No caso de Márcio e Denise, há um adendo. Diferentemente dos Garcia, por exemplo, seus pais e avós já eram pessoas, como me apontaram, com posses. O pai de Denise era proprietário de uma empresa com mais de 100 empregados. Os avós de Márcio eram proprietários de grandes extensões de terra no estado de Goiás, e seus pais con-

tinuaram o legado econômico da família. Daí terem tido mais “facilidade”, para além do “trabalho duro”, em ter um imóvel cuja entrada era dada por um elevador privativo, algo ainda inexistente quando de minhas primeiras incursões em campo no Noroeste.

Antes de chegar ao bairro, entretanto, Márcio sinalizou que nem tudo foram flores. Foram algumas dessas dificuldades que os fizeram cogitar e efetivar a mudança para o novo bairro, por onde haviam circulado antes apenas para visitar amigos. O casal e os filhos moravam em Águas Claras, também numa cobertura. Não lhes faltava espaço nem serviços oferecidos em seu “condomínio”: áreas de lazer, quadras poliesportivas, vagas de garagem, salões de festa. Como tinham que se deslocar até o Plano Piloto todos os dias, enfrentavam, inevitavelmente, distâncias consideráveis e um longo tempo parados em congestionamentos. *Fugir do trânsito* sempre foi uma das razões mais apontadas para a mudança para o bairro (Januzzi, 2016a), ainda mais se a mudança foi feita de Águas Claras para o Noroeste. Isso, ao que me parece, não mudou muito. Posso dizer o mesmo sobre o Setor Sudoeste.

À época de moradia em Águas Claras, uma das regiões administrativas do Distrito Federal, comumente conhecida pela presença numerosa de prédios que ultrapassam os 30 andares (algo inexistente nos espaços do Plano Piloto), os filhos estudavam na Asa Sul e tinham que fazer o mesmo percurso diário de seus pais. Acordavam mais cedo do que julgavam justo. Embora tenham discordado da mudança de escola, em nenhum momento, pelo que me indicaram Denise e Márcio, reclamaram de irem para o Noroeste. A maioria de seus amigos, aliás, morava naquele momento mais perto do que antes, uma vez que seus amigos da escola antiga, o Colégio Salesiano, eram em grande parte moradores “daqui”.

A excelência atribuída ao Setor Noroeste não viria somente de sua proximidade com relação ao trabalho e ao local de estudo. Era “um dos melhores bairros, senão o melhor”, pelas comerciais, pela W9 Norte, pela segurança e, inclusive, pelo silêncio. O silêncio como um fator atrelado à tranquilidade, principalmente como vivida pelos moradores adultos – essa calma sonora e de movimento que se contrastava, em outro mo-

mento, ao ritmo incessante de construção de novos prédios (Januzzi, 2016a), ou às violências direcionadas contra os povos indígenas do Santuário dos Pajés (Brayner, 2013), ou aos catadores de material reciclável (Matias, 2018).

A W9 Norte, quando de minha conversa em 2019 com os Portes, estava inacabada. Hoje, está “pronta”: foi inaugurada em abril último, ainda sem iluminação, após anos e anos de “espera” e depois de firmado um acordo com alguns dos povos habitantes do Santuário (Agência Brasil, 2018). Se não consideravam os indígenas um “problema”, destacaram os Portes que seria muito provável que saíssem do bairro uma vez executada a obra. O bairro em crescimento e os carros para lá e para cá os deixaria “ainda mais” isolados. Em paralelo, como vimos, a construção da avenida, sendo um dos elementos básicos do projeto do bairro, facilitaria em muito a vida cotidiana da família. Em outra escala, a do bairro em si. Há ganhos, há perdas, há os que podem sair, há os que vão ficar.

Enquanto a avenida ainda era uma promessa inacabada, uma projeção para o futuro, um anseio, também questionei Denise e Márcio sobre as escolhas escolares para/de seus filhos. Não tiveram muita dificuldade em escolher o Sigma, localizado na W5 Norte, para o qual chegavam em poucos minutos de carro. Os índices de ingresso em universidades, em especial na UnB, eram altos; a escola era próxima; muitos dos amigos deles estudavam ali. Com todos esses espaços localizados nas proximidades do bairro, todos conseguiam almoçar em casa, juntos, o que era impossível em anos anteriores. Chegar à escola, chegar ao apartamento, entrar na UnB, todos esses movimentos eram facilitados pela proximidade e pela qualidade de onde moravam/trabalhavam/estudavam: nos muitos sentidos da expressão que me trouxeram, “é meio caminho andado”.

Mas e se houvesse uma escola mais próxima, e pública? Para o casal, não seria uma questão. Não mostraram oposição, nem indicaram medidas pelas quais elas poderiam não ser construídas. Como nunca pensaram em matricular seus filhos em escolas públicas, tampouco o fizeram amigos e conhecidos com seus filhos e suas filhas, imaginavam que não seriam utilizadas, a não ser por pessoas que não morassem no bairro.

Neste caso, a escola poderia se apresentar como uma “facilidade”; para porteiros, para operários, para trabalhadores do comércio, para empregadas domésticas. Para Vânia, por exemplo, que trabalhava com a família há muitos anos, cujos filhos estudavam em escolas do Entorno, onde morava, de onde vinha às 4h30 e para onde ia às 16h, seis dias por semana.

Carvalho (Sudoeste)

A família Carvalho é moradora do Sudoeste há 10 anos. Moram em um apartamento de três quartos, no primeiro andar de um bloco das quadras 300 do bairro. Sou recebido numa tarde de terça-feira por Catarina, uma mulher de seus 30 e tantos anos, negra. A entrevista é feita na companhia de Belinha, uma cachorra bem pequena, sem raça definida; no quarto, me avisa que está seu filho, Lucas, tirando um cochilo pós-aula.

Marcamos a conversa por whatsapp para às 15h, depois de termos que remarcar. É sexta-feira. Cheguei ao seu bloco por volta de 14h, para perambular pelos pilotis. Em dado momento, sentado em um banco, o porteiro de seu bloco veio me questionar se estava à espera de alguém. Mencionei a situação, e ele voltou à guarita onde estava anteriormente. Próximo de mim, duas crianças brincavam entre si, acompanhadas de uma senhora mais velha, a quem chamavam de vó vez ou outra.

Ficamos sentados na mesa de jantar. A entrevistada está de frente para mim. Explico brevemente minha pesquisa e seguimos. Catarina é servidora pública do GDF, natural de Goiás. Mora em Brasília desde que se mudou para cá para cursar o ensino superior, com um intervalo de dois anos em que voltou para Goiânia por conta de um trabalho que arranjava à época. Seu marido, Roberto, é brasiliense. Conheceram-se “nas andanças da vida”, sem terem muitos amigos e conhecidos em comum.

Classificam a vida no Sudoeste como “ideal”.

É assim, eu sempre morei no Plano Piloto, desde que vim para cá. Cheguei a morar numa república por pouco tempo, logo depois fui para uma quitinete na Asa Norte. Depois que passei no concurso e voltei para Brasília, com um

dinheiro que tínhamos juntado, demos entrada nesse apartamento, que já estamos terminando de quitar. Aqui tem de tudo, as comerciais atendem, tem mercado, tem padaria, farmácia, tem academia... A gente vive mais aqui dentro [do apartamento], né, mas sempre que [nós] precisamos sair, é por aqui tudo. Cinco minutos de carro, um pouco mais a pé e temos tudo. Tá aqui perto.

Por ora, ela e marido não pretendem se mudar ou mesmo procurar outro imóvel no Sudoeste. Estão em um “momento da vida” em que não podem fazer muitas “loucuras financeiras”. Quando acabarem de pagar o financiamento de seu imóvel e “as crianças tiverem mais crescidas”, quem sabe, pergunta-se, não mudam para um apartamento maior ou para uma cobertura.

Meus filhos estão adaptados ao Sudoeste, os amigos moram aqui ou na Asa Sul, um ou outro que mora em Águas Claras ou no Noroeste, mas é também tudo muito pertinho. Brincam aqui debaixo do bloco, quando eu posso ficar olhando, ou quando peço para o porteiro ficar de olho neles. Logo vou colocar o mais novo num [curso de inglês] que fica aqui, o mais velho já fez. A gente se vira muito bem, sabe?

Guilherme e Lucas Carvalho, os filhos, estudam numa escola privada do Setor Sudoeste, o Colégio Dromos, que oferece, segundo seu site, “Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em uma excelente vizinhança⁷⁷”. Quem os leva e os busca todos os dias é Roberto. Catarina fica responsável por conduzi-los à casa de amigos ou a atividades extracurriculares – a família, como se vê, possui dois automóveis. Em algumas circunstâncias, os pais de Roberto ajudam nessa divisão de tarefas, até mesmo ficando com os netos em viagens do casal, a trabalho ou a lazer.

A escolha desse colégio foi feita pelos próprios filhos. Melhor dizendo, por Guilherme, o mais velho, que sempre estudou ali e acabou por influenciar o irmão mais novo. Embora Catarina peça sempre para que fiquem próximos da escola, desconfia que isso não ocorre muito. “Guilherme está naquela fase de querer ficar mais independente, eu não julgo, fui bem pior hahaha”. Pergunto a ela, caso queira responder, se os filhos já

77 Disponível em: <http://www.colegiodromos.com.br/>. Acesso em 19 out. 2020.

presenciaram situações racistas no colégio (Guilherme é negro, “o Lucas é mais como o pai dele, não tanto, mas é, nessa questão da pele”).

Racismo, racismo, por assim dizer não, ele [Guilherme] se põe bem, sabe se impor, ensinamos isso desde pequeno. Só que ele é um dos poucos na escola, aí, né, depende, fica mais isolado, mais sozinho. Tá aprendendo na pele, é difícil, não queria.

Continua. “Mesmo aqui no Sudoeste, não é muito comum, você deve ter visto isso na sua pesquisa, tem menos, né, a gente é minoria no bloco e onde mais a gente for. Acontece...”.

Em relação ao uso do espaço público, no geral, entende que o Sudoeste, “como o Plano no geral”, é bem seguro, com casos bem isolados de assalto ou outros crimes. Nunca foi vítima, diz, de nenhuma situação de violência urbana em Brasília. Considera que existe muito alarde em cima de um problema que é proporcionalmente maior em outras cidades brasileiras e em outras cidades do próprio DF. “O problema não é aqui, com certeza”. No entanto, admite que hoje a situação de violência, como um todo, é maior,

[...] bem maior do que no tempo dos meus pais. A gente tem celular, tem um monte de coisas que não tinha, a tentação é maior, a pobreza também, a desigualdade. Isso vai parar em algum lugar, não dá para tapar o sol com a peneira. O que eu acho é que a gente não tem que se fechar, sabe? Sabendo lidar, não precisa, né?

Faço minha última pergunta, relacionada à hipotética escolha de uma escola pública. Catarina pontua que gostaria que seus filhos tivessem a oportunidade de viver a experiência desse “tipo de educação”, mesmo que brevemente. “Lá para a frente, a gente os colocaria num colégio bom, para se prepararem para o vestibular”, frisa, “mas seria uma boa chance de terem outra convivência, de saberem mais sobre o país, a cidade em que vivem”. Em nenhum momento, contudo, chegou a visitar alguma, como fez com colégios privados, ou conversar com amigos ou familiares. “Acabou que foi o de sem-

pre, né? A gente está acostumado [com isso]”, finaliza, “mas acho que o que importa é o que a gente também passa para eles. Nesse ponto, acho que estão crescendo bem”.

*

Quando se fala que Brasília, o Plano Piloto, é um espaço cuja marcação de classe é nítida, decerto não se fala à toa. Como vimos nos capítulos anteriores, a associação entre faixa salarial e moradia é uma constante da Asa Sul, da Asa Norte, do Setor Noroeste e de espaços próximos. Essa distribuição de classe não torna o espaço homogêneo: não custa, mais uma vez, lembrar de que poderio econômico não implica, necessariamente, em mesmas posições ideológicas ou em estilos de vida idênticos (Velho, 1998, 2003).

Se falamos que o Plano Piloto e os espaços de superquadra são brancos, sem dúvida estamos próximos a um dado estatístico (Codeplan, 2014). No Brasil, ademais, a convergência entre classe e raça é insuspeita (Paterniani, 2019); no Distrito Federal, não é diferente. A imensa maioria das pessoas que entrevistei era branca. O padrão das conversas, nesse sentido, seguiu o padrão espaço-racial do Plano. Nem todas as pessoas, contudo, eram brancas. Foi o caso de Catarina.

Tanto como outros anfitriões que me receberam em seus apartamentos, Catarina vivia em um apartamento grande, com vários cômodos. Ela e o marido poderiam se mudar? Sim, mas não tinham, no momento, essa pretensão, pelo valor, que seria desnecessário, e pela atribulação que uma mudança traria. Como outras mulheres e homens com quem conversei, Catarina era servidora pública e, por isso, estava muito menos sujeita à possibilidade de se ver sem emprego. Seu salário estava garantido e só era reduzido em decorrência de movimentos inflacionários – muitas vezes, reduzidos ou invertidos por conta de aumentos ao longo da carreira.

Catarina era negra. Seu marido, como ela mesmo me disse, não. Roberto era branco. Um de seus filhos, por sua vez, era considerado rotineiramente como negro, o outro, não – “o Lucas é mais como o pai, não tanto, mas é, nessa questão [da pele, da raça]”. Não posso afirmar com certeza se a experiência racial na cidade e na escola surgiria na

entrevista sem que eu a indicasse, a trouxesse à tona; pode ter vindo à baila somente porque a mencionei – nunca saberei.

Sendo problematizada, é relevante destacar que as experiências de Guilherme e Lucas sejam consideradas distintas quanto a esse aspecto. Guilherme, minoria em sua escola, estava “aprendendo na pele” e tinha de se impor, como seus pais lhe ensinaram que deveria em situações em que era confrontado quanto à raça. Catarina acrescentou que eram minoria no bloco e, ressaltou, “onde mais a gente for”. Trata-se de uma expressão marcante.

Quando Catarina me indicou essa associação entre raça e minoria numérica, entendo que frequente, majoritariamente, espaços marcadamente brancos. Em um dado momento, mencionou que os amigos de seus filhos moravam no Noroeste, nas Asas, em Águas Claras, dizendo que todos esses espaços eram perto de onde mora.

Se se referia apenas à distância geográfica, pondero que esses espaços não são necessariamente próximos, a ver pelo quanto Águas Claras está afastada do Sudoeste (de carro, o trajeto de um para o outro gira em torno de 30 minutos) – ou foi uma confusão de sua parte, ou entendia que, de fato, estes bairros estão perto. Agora, se pensamos numa proximidade valorativa, com a camada social em mente, Águas Claras e Sudoeste estão bem mais próximos do que o estão Sudoeste e Vila Paranoá, por exemplo. Ainda assim, dentro dessa proximidade, continuavam ela e Guilherme como minorias numéricas – por conta de sua cor de pele e pelo modo como era – e é – encarada.

Catarina afirmou não considerar o Sudoeste um bairro inseguro, pelo contrário. Embora tenha feito uma demarcação temporal, expressando que, em relação ao “tempo de seus pais”, vivemos um período de maior insegurança, não entendia que isso devesse nos levar a um fechamento. Era preciso “saber lidar”; ainda mais numa vizinhança que lhes atendia bem comercialmente e cujas distâncias aos bens e serviços podiam ser feitas a pé ou em trajetos curtos de carro. Como propagandeado pelo Colégio Dromos: uma “excelente vizinhança”.

A escolha por este colégio veio de Guilherme, que influenciou seu irmão. Ao que parece, os episódios de discriminação racial pelos quais passou na escola, mencionados sem muitos detalhes por sua mãe, não influenciaram, ou tendo influenciado, não o fizeram mudar de ideia. Guilherme “sempre estudou ali”, desde sua infância. Sobre isso, pontuo que Catarina argumenta que uma escola pública poderia ser uma opção familiar. Seria uma oportunidade, segundo pensa, para que os filhos tivessem contato e experiências com uma escala maior do que o que ordinariamente vivem. Sem nenhuma dúvida, refere-se aí, indiretamente, à conformação socioespacial de onde moram.

Se poderia ser uma opção, alvo de uma escolha, a escola pública seria logo mais substituída por uma alternativa que os aproximasse de uma vaga em uma universidade, via vestibular. Mesmo em se considerando as cotas raciais e para escola pública, Catarina compreendia que uma preparação mais sólida seria necessária e desejável. Talvez por isso, ainda que a escola pública pudesse estar no horizonte, não foi uma opção.

Durante nossa conversa, acabei me esquecendo de questionar Catarina sobre a presença de uma escola pública. Chegando em casa, quando atentei para isso em minhas anotações de campo, mandei-lhe uma mensagem, perguntando-a sobre a possibilidade. Ela me respondeu com um áudio. Afirmou que, tudo bem, a conversa tinha sido legal e que: “ah, seria um problema? Não vejo. Pra gente, acho, né? O pessoal não sei, ia gostar muito, não. Não, não ia [risos]. Eu acho que deveriam, sabe? Quem trabalha aqui ia colocar o filho, ia facilitar. Só que é Brasília, né, Vinicius?”

Bastos (Asa Sul)

É mais um dia de campo na Unidade de Vizinhança n. 1. Desta vez, na SQS 308, a chamada “quadra-modelo”. Estou embaixo de um bloco próximo à W2 Sul, quando o porteiro me avisa que “dona Marlene” já vem me receber. Marlene Bastos é síndica do bloco há alguns anos, eleita por alguns mandatos consecutivos. Ao abrir a porta de vidro da entrada, é abordada por um morador, um senhor idoso, que lhe pergunta algo com um papel na mão. Marlene lhe responde gentilmente e logo se aproxima de mim.

Após nos cumprimentarmos, afirma que prefere ser entrevistada *debaixo do bloco*, para ela poder mostrar o que “vem acontecendo por aqui”.

Começamos do começo. Peço para que me conte um pouco sobre sua trajetória em Brasília. Me conta que mora nesse apartamento desde que se mudou para a cidade, quando ainda era criança. Seu pai era um funcionário público legislativo e veio do Rio de Janeiro com a família nos primeiros anos da cidade, “quando havia quase nada por aqui, terra vermelha para todo lado”. Nunca saiu, nem quis sair da capital, porque a considera uma das melhores cidades do mundo, senão a melhor. A 308 sul, parte dessa cidade, é o espaço “mais ajeitadinho, mais bonito de Brasília. Se tudo fosse como é aqui...”.

Ela e o marido já se aposentaram. Vivem a rotina da quadra como outros moradores que conheci ao longo do tempo de pesquisa. Passeiam pelos jardins, são sócios do Clube de Vizinhança, vão à Igrejinha semanalmente. Formam uma “comunidade”, um “grupo de pessoas que ama Brasília como ela é e como ela é para ser”. Hoje em dia, usa o carro apenas para comprar ou para levar seus netos a algum lugar. Fez uso constante no passado, para ir ao trabalho, porque “é bem melhor, bem mais rápido. Agora, eu resolvo quase tudo por aqui mesmo [na quadra]”, comenta Marlene.

Marlene é uma mulher de mais de 60 anos, branca, com poucos cabelos brancos em meio a muitos fios castanhos. No dia de nossa conversa, veste uma calça jeans, um tênis esportivo e uma camisa polo azul claro. Trabalhou por mais de 30 anos como servidora do Senado Federal; seu marido, Alberto, foi servidor por tempo similar da Câmara dos Deputados. Conta muito pouco de seu apartamento, porque “diz que não é nada de mais, é desses muito bons, feitos no início de Brasília, com espaços amplos, quartos arejados”.

Teve três filhos, todos estudantes do Colégio Marista, na Asa Sul. Formaram-se na UnB e apenas um deles ainda mora em Brasília. “Gostam menos da cidade do que eu, você pode perceber”, fala e gargalha em seguida. “Eles pegaram uma época boa da cidade, não tanto quanto a minha, mas gostam de outras coisas, se casaram, tão vivendo

no mundo”. Um filho, o mais novo, não seguiu adiante com os estudos. O mais velho concluiu um curso em uma faculdade privada, e sua filha, a do meio, formou-se em medicina na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), instituição pública e distrital.

Pergunto sobre o que seria essa época boa da cidade. Marlene é incisiva e contrapõe uma cidade insegura, com poucos investimentos, com pessoas despreocupadas com o “patrimônio que é Brasília”, com outra cujos moradores viviam próximos uns dos outros, em harmonia, segura, organizada, “em ordem”. Exemplifica: “meus filhos cresceram embaixo do bloco, eu cresci. Eu faria isso hoje? Você imagina! Não tem como, nem cabimento. As coisas foram se perdendo”.

À época da educação de seus filhos, escolheu a escola por ser uma instituição de referência, onde estudaram as “grandes cabeças da cidade”, em suas palavras. O ambiente proporcionado pelo colégio era “ótimo, tranquilo, voltado para os estudos”. Marlene, por sua vez, estudou nas escolas da Unidade de Vizinhança, todas elas públicas; frequentou a escola classe e a escola parque, vivendo os primeiros anos do novo projeto pedagógico da cidade. “Era tudo nas redondezas, tudo se resolvia aqui. Mamãe me levava e me buscava a pé quando eu era menor, depois ia e voltava eu mesma”. Guarda boas memórias desse tempo, tendo preservado até hoje amizades construídas na escola – amigos que já faleceram, que se mudaram e outros seus vizinhos.

Questiono Marlene do porquê não ter colocado seus filhos em uma escola pública. Responde que esse foi um dilema interno que enfrentou por um tempo, porque “naquele tempo, a educação era melhor”. Ocorre que, desde quando escolheu qual seria a escola de seus filhos, “o negócio já vinha piorando, virando o que virou hoje”. “Não quis arriscar e não me arrependo. Não consigo pensar em quem seriam meus filhos se eu tivesse colocado [eles] aqui [nas escolas da quadra]”, disse em outro momento.

Para ela, a relação próxima entre vizinhança e escolas há muito se tornou tensa, conflituosa, “por conta dos moradores, claro, que muitas vezes reclamam por reclamar, mas muitas vezes por conta de umas situações ruins que aconteceram”. Indago se ela pode

descrever ou citar alguns desses momentos. Me conta que ficou sabendo de usos de drogas por parte dos estudantes e de situações em que seus vizinhos foram xingados por jovens estudantes, “esses não das escolas daqui, mas das que ficam perto⁷⁸”. “É muito comum”, prossegue, “ver estudantes que fugiram da aula, que ficam aí vadiando na quadra, temos sempre que chamar alguém para resolver”. Esse alguém, detalha, é a polícia, algum órgão do GDF ou os síndicos de outros blocos, acionados para “darem conta daquilo que é nosso”.

Não me entenda mal, Vinicius”, fala Marlene, abrindo um sorriso de canto,

[...] a escola pública já foi boa, já foi ótima, melhor que as particulares, eu vivi isso, [mas] foi piorando, foi virando outra coisa, mudou de cara, perdeu aquilo que era. Tem a ver com muitas coisas, [muitos] fatores. Dá para dizer com 100% de certeza que piorou.

Em sequência a esse ponto, questiono Marlene se e o que precisou fazer como síndica para se prevenir ou conter esses “problemas”. Além de reiterar os chamados à polícia ou reclamações à Secretaria de Educação, quando não com as coordenações das escolas locais, disse que precisou instalar câmeras por todo o bloco (“os outros blocos também fizeram isso”) e que pede aos seus porteiros que fiquem de olho nas crianças e nos adolescentes que andam por ali. Insistiu que não quer categorizar ninguém, ser preconceituosa, que gosta de conviver com a diferença⁷⁹, “como vocês antropólogos sabem”. Hoje, ressalta, há “muito mais pessoas da periferia, o que não é, claro, nenhum problema, é só o que acontece”.

Marlene compreende, no entanto, que a mudança nas escolas públicas não é um fenômeno isolado. “Veja, por exemplo, o que estou enfrentando no meu bloco”, iniciou. Recentemente, os moradores do bloco em que é síndica organizaram um movimento

78 Lembro ao leitor e à leitora das escolas mencionadas no prólogo, instituições públicas de ensino médio localizadas em espaços próximos à Unidade de Vizinhança n. 1.

79 Em trabalho anterior (Januzzi, 2019), articulei teoricamente este mesmo exemplo, com considerações mais generalistas sobre a forma de ocupação histórica de Brasília.

para que pudessem instalar aparelhos de ar-condicionado em seus apartamentos, “algo que ficaria muito feio, afetaria toda a fachada”, em seus termos. Tanto se contrapôs a essa iniciativa que conseguiu barrá-la, ao menos por enquanto. Acrescenta que teve que ser aguerrida também pedindo autorização do grupo de moradores, em assembleia, para colocar muretas no meio-fio do bloco, com o objetivo de impedir motoristas de estacionarem carros e motocicletas no local. Insistiu, insistiu e, mais uma vez, saiu vitoriosa. Afirma que essa é, hoje, sua missão de vida: barrar “os excessos” dos moradores, das pessoas que frequentam a quadra, controlar quem usa e como usa o bloco e a própria 308 sul. Ao final, me diz, com o olhar compenetrado: “isso aqui não pode virar cortiço, não”.

*

O que é um cortiço?

Um espaço compartilhado, com infraestrutura precária, habitado por *muitos*? É o que descreve, por exemplo, Aluísio Azevedo, em sua obra *O Cortiço*, publicada originalmente em 1890.

Um espaço do qual se quer ver afastado, contra o qual são realizadas políticas de intervenção ou, em sentido contrário, para o qual nada é feito e planejado?

Um espaço da desordem, da violência, da *falta*?

São acepções possíveis. Se procuro dimensionar o que Marlene, a “dona Marlene”, entendeu pela categoria, somente posso fazê-lo ao compará-lo ao espaço onde mora: a fachada de seu bloco, o seu bloco, a superquadra, as pessoas que passam por ali e também as pessoas que moram ali. Um significante cujo significado repousa no contraste, por assim dizer.

Fato é que Marlene afirmou que não queria e, ainda mais, que seu espaço *não podia* virar um cortiço. Mas por que estaria ameaçado nesse sentido?

Em primeiro lugar, por conta de alterações demandadas pelos moradores de seu bloco residencial. Como era síndica há muito tempo, colocou-se diretamente contrária à ideia de instalação de aparelhos de ar-condicionado no prédio. Ao seu ver, a mudança na fachada a deixaria “feia”, algo que, extrapolemos, um cortiço é, não um bloco de superquadra. Marlene me expôs que os moradores vinham se excedendo em seus desejos de mudança. Trata-se de um aspecto interessante, já trabalhado por Vasconcelos (2013) em sua monografia de graduação.

A Unidade de Vizinhança, onde mora a família Bastos, é um conjunto de superquadras considerado como um ideal de Brasília, tanto aquilo para o qual a cidade deveria ter caminhado quanto um exemplo melancólico daquilo que não “funcionou” (Patriota de Moura; Januzzi, 2021). De um lado, o “se tudo fosse como aqui”, apontado pela anfitriã, de outro, a necessidade que ela me externou no início de nossa conversa, de mostrar o que “vinha acontecendo” na 308 sul, uma de suas superquadras residenciais”.

Esse paradoxo simbólico da Unidade é atravessado por um sentido patrimonial. A SQS 308 é, afinal, tombada em nível distrital, pelo Governo do Distrito Federal, além de pertencer ao Conjunto Urbanístico de Brasília, este reconhecido como patrimônio cultural material pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Num primeiro olhar, poderíamos pensar que o patrimônio, enquanto discurso, pode ser manejado numa direção estritamente expropriatória. Quem não caberia nos seus parâmetros e meandros, ou sairia de fininho, ou seria simplesmente expulso de onde está. Pensemos, por exemplo, nas pessoas em situação de rua que vivem às margens da Igrejinha, com quem Cordeiro (2018) fez pesquisa de campo. Não são poucos os moradores e nem as tentativas de remoção dessas pessoas desses espaços, em se considerando, claro, as exceções receptivas, como a de Judite Santos, que veremos mais adiante.

O que Vasconcelos (2013) mostra é uma faceta “inesperada” da camada preservacionista da cidade. Usado como uma chave de expropriação, o patrimônio é também um

modo de se contrapor a determinados investimentos imobiliários ou a alterações arquitetônicas e urbanísticas que são contrapostas a um denominador comum estético – a fachada que deve permanecer como está e as oposições diretas a construções de mais e mais blocos residenciais num dado espaço, capitaneadas por investidores locais. Um processo, logo, que é mais complexo do que podemos vislumbrar à primeira hora.

É o caso aqui. O excesso dos moradores estava, segundo via “dona Marlene”, diretamente relacionado a um movimento mais amplo de “abandono” da superquadra. Seus filhos encarnavam essa mudança, uma vez que não se importariam tanto com a cidade como ela – uma transformação geracional acerca dos sentidos e dos pertencimentos a Brasília como utopia e como forma de vida. Vizinhos seus ignoravam o que *representa* a cidade, seu marco simbólico de uma civilização em alvorada.

Ainda assim, colocadas na mesa todas essas cartas, Marlene me garantiu que ela e aqueles com quem vivia e convivia formavam uma “comunidade”, fundada numa relação de amor com Brasília e, mais, numa síntese com o que Brasília “é para ser”. Há muito envolvido aqui. Como estamos vendo, o que a cidade pode ou não ser compreende um conjunto amplo de desejos, objetivos, meios, estratégias, valores. No que Marlene propôs, a manutenção e a atualização urbanas do Plano Piloto requerem, por exemplo, a adoção de medidas de segurança e de controle. Chegamos ao debate em torno das escolas de sua superquadra.

Os Bastos não escolheram uma escola pública para seus filhos. À época da matrícula de cada um deles, o que diagnosticaram é que essas instituições já eram piores e não seriam suficientes para seus *projetos* familiares. Ela estudou tanto em uma das escolas classe quanto na escola parque da 308 sul, vivendo, de algum modo, a sintonia urbana proposta por Lucio Costa e Anísio Teixeira. Tudo se “resolvia nas redondezas”. A “desordem”, contudo, chegou; com ela foi preciso mudar a trajetória de suas biografias familiares.

Para além da qualidade inferior da escola pública em relação às escolas particulares, Marlene descreveu um conjunto de situações em que estudantes que frequentam a superquadra foram desrespeitosos, usaram drogas ou simplesmente ficaram “vadiando” pelo espaço, aparentemente sem propósito – vagar e deambular, vejamos, como um problema de ordem moral. Não digo, preciso dizer, que essas situações não a “incomodaram”. De fato, se trago à tona e ao texto, é para ponderar que há situações similares que incomodam e outras não.

Seus filhos viviam, como me contou, embaixo dos blocos, brincando, ou “fazendo nada” – podem não ter fumado, não terem desrespeitado ninguém, ou, se o fizeram, podem também não ter sido alvos de críticas e reclamações quanto a isso. Nesta série de alternativas e hipóteses, me parece nítido que Marlene e muitos moradores categorizam as pessoas *no* espaço em contraponto e em relação às *do* espaço, ou, propriamente, *da* superquadra. Se o espaço público da superquadra recebe, a princípio, diferentes pessoas, e diferentes conjuntos delas, nem por isso suas práticas, seus hábitos, suas formas de ocupação são lidas e categorizadas da mesma forma. Pertencer ou não a uma superquadra é uma diferença que, para ela, importava, e muito, ainda que não fosse a única possível. Em duas expressões, as moradoras e as não moradoras. A visibilidade e a sonoridade das atitudes de alguns não necessariamente são julgadas como as de outros. Decerto, ser morador ou moradora não me pareceu, para Marlene Bastos, ser um salvo-conduto para a ação indiscriminada *na* superquadra, senão uma pertença que a tornaria mais próxima aos valores e às premissas daquele espaço, o que, via de regra, deveria ensejar um sentimento de valorização de onde moravam esses moradores e estimular ações de proteção de suas características. Não ser morador, por outro lado, colocaria quaisquer de suas atitudes no espaço sob suspeita. Se certas ou erradas, quem as julgariam eram ela, a “comunidade” e quem mais pudesse vir ao caso.

Novamente, voltemos ao cortiço. As câmeras de segurança que Marlene se propôs a instalar, as recusas a modificações em seu bloco e as recorrências a um passado memorável da cidade integram um discurso cujo sentido aponta para o que considero

um elemento crucial para entendê-lo. O cortiço é algo do qual se deve afastar, contra o qual se deve *agir, mover-se, articular-se*. Se a superquadra em que morava era tanto uma utopia quanto uma reminiscência do que poderia ter sido, a escola pública era aí um índice triplo do quão bom foi o passado, do que é o presente e do que *não se quer* que seja o futuro: antes boas, hoje péssimas.

Quem as frequentava era da “periferia”, Marlene me disse, insistindo não se tratar de um problema *em si*. Sua constatação é de que essa composição demográfica da escola pública, no entanto, traz alguns efeitos, entre eles, uma indiferença ainda maior do que a dos moradores com que vira e mexe se contrapunha. O que seria de seus filhos se tivessem convivido diretamente com quem as frequentava? Marlene afirmou não conseguir nem imaginar. Por isso, seria fundamental agir, em “comunidade”, para que o cortiço fosse só um exercício imaginativo – Brasília poderia ser o que foi, não deveria ser o que é.

Lopes (Sudoeste)

No whatsapp, Fernanda manda uma mensagem pedindo para que aguarde um momento, porque está acabando de limpar seu apartamento. Ela e o marido, Heitor, moram no Sudoeste, na SQSW 102, em um apartamento de três quartos, herança de sua família, “um deles só de visita, para quando recebemos alguém, um parente de fora, um amigo que vem [para Brasília], coisa assim, e outro para quando a gente tiver um filho”. Marcamos de conversar em um banco debaixo de seu bloco.

Fernanda Lopes tem menos de 30 anos e está com vestido colorido, com flores estampadas. É branca e usa óculos de aros finos. É tarde de uma sexta-feira e a semana teve dias quentes e secos, como é comum nessa época. Assim que abre a porta da entrada, dirige-se ao porteiro e conversa por alguns minutos com ele, indo em minha direção com um pacote nas mãos, provavelmente uma entrega recebida. Explico como cheguei até ela, detalhando um pouco mais os temas que havia sugerido anteriormente por mensagem. “Olha, tudo bem, posso conversar, numa boa, mas como não tenho filho

ainda, não sei se vou ser útil”. Explico que é parte da pesquisa conversar com pessoas que estão em formas diferentes de arranjo familiar, ela parece entender, ou ao menos se mostra compreensiva. Seguimos.

Os Lopes são de Brasília e nunca se mudaram da cidade. Conheceram-se por meio de amigos em comum e, em pouco tempo de namoro, decidiram se casar. Foi somente após o casamento que passaram a viver juntos, não por exigência deles próprios, senão por uma questão familiar. “Nossos pais são muito religiosos, são cheios de regras, e nós escolhemos respeitar”, menciona. Fernanda é advogada e trabalha alguns dias no escritório, outros em casa. Heitor é empresário, dono de uma loja franqueada de suplementos alimentares; sua loja fica no Sudoeste. Vai e volta a pé do trabalho, usando menos o carro do que ela. É um dos poucos casais que entrevisto, a propósito, que têm menos de dois veículos automotivos.

Embora tenham se conhecido já adultos, Fernanda e Heitor estudaram na mesma escola no ensino médio, um colégio religioso da Asa Sul. “O Heitor diz que reparava em mim [desde aquela época], mas é conversa dele, a gente era de grupos diferentes”. Ele morou boa parte da infância e da adolescência em diferentes apartamentos das Asas Sul e Norte, antes de se mudar por um breve período para Águas Claras. Ela sempre viveu no Sudoeste e pode acompanhar as mudanças no bairro. “Antes, você sabe, era calmo, tinha menos carros, menos gente na rua, agora está cheio, às vezes é uma bagunça, ainda mais quando chove”. Comentamos sobre a necessidade de chuva neste longo intervalo seco de Brasília.

Fernanda conta que adora a rotina que tem no Sudoeste, ainda mais por poder aproveitá-la mais ao longo da semana, algo menos comum para quem tem que ir todo dia ao trabalho em escritório. Como tem horários flexíveis, costuma sair para caminhar, ir ao mercado, passear com seus dois cães. Menciona ter também uma diarista, que é contratada para ir semanalmente ao seu apartamento “dar uma geral”, “nada pesado”. Por também ter menos afazeres domésticos, tem mais tempo para si, que dispende, no momento, com um MBA que vem fazendo há seis meses. “Basicamente, pego o carro

só para ir e voltar das aulas durante a semana”. Vira e mexe, vai visitar a loja do marido, mais nos momentos em que ele precisa se ausentar. Preferem não deixar a loja apenas nas mãos dos funcionários: “quem quer ver o negócio ir para a frente são os donos, né, o funcionário, por mais que goste dali, goste de trabalhar, e o nosso gosta, ele não tem problema se não der certo, ele só procura outro emprego”.

Pretendem ter um filho em breve, “não dá mais para esperar, as pessoas ficam perguntando”, diz em meio a risadas. Pergunto se pensaram na educação do filho e se planejaram algo. Fernanda responde afirmativamente e discorre sobre seus planos.

O que eu penso? Minha mãe estudou numa escola que não era muito boa, mas ela e o meu pai conseguiram se organizar, se sacrificaram, eu vi isso, eu e meus irmãos tivemos o melhor que eles podiam oferecer. Então, eu tenho certeza que o que eu tenho que fazer é dar mais ao meu filho, continuar essa coisa, sabe, a gente vai evoluindo com o tempo, pouco a pouco, mas vai. O Heitor teve menos amparo da família, porque passaram uns apertos que eu não tive, então nós concordamos que temos que nos esforçar, nos dedicar, nos mexer, para que ele, ela [o filho, a filha] tenha algo bom, algo sólido. A gente mora num lugar bacana, que tem de tudo, tem o suporte das nossas famílias, é confiar em Deus e tocar em frente.

Fernanda e Heitor querem que o filho vá para a escola apenas quando “estiver na hora de ir”, pontua ela.

Hoje, a criança começa a estudar desde pequena, não convive direito com os pais, os pais não vivem com a criança, parece que tão querendo se livrar, sabe? É como se ela [a criança] fosse um obstáculo, um negócio que você tem que colocar entre as coisas do seu dia. E eu não concordo, ela é o bem mais importante que a gente pode ter.

Não escolheram, por ora, nenhuma escola em particular. Têm preferência, não obstante, por uma escola de matriz religiosa, que combine o ensino “tradicional” ao ensino religioso. Mais para a frente, quando seu filho estiver maior, mais crescido, se for da vontade dele, pode ir até para o Colégio Militar.

Não é religioso, mas são bem rigorosos, se preocupam até como você veste o uniforme, com a sua postura. Claro, o adolescente não gosta, acha algo ruim, que estão querendo constranger, “oprimir” [Fernanda faz sinal de aspas com as mãos], [mas] isso faz diferença, lá na frente a pessoa agradece.

Para ela, essa formação disciplinar e escolástica prepara as pessoas para um futuro estável, “sólido”, para o momento em que for compor uma família e for ter mais responsabilidades. “Fundamental, também, é claro, isso hoje não tem como [fugir], é [que seja] preparada para a faculdade, para chegar no vestibular e não ter que suar frio, fazer cursinho, chegar, passou, foi”, frisa.

Fernanda considera muito improvável a hipótese de que seu filho venha a estudar em uma escola pública.

Primeiro, porque nem tem aqui perto, né? Segundo, de tudo isso o que falei, acho que seria difícil ele ter isso na escola [pública]. Nela, não tem como ter controle, é muita gente por sala, o professor quer só que acabe o ano para poder descansar, ninguém está preocupado com o seu filho.

Apenas colocariam o filho em colégios públicos se todos os seus planos fossem arruinados, se não tivessem como custear um bom colégio e se os seus pais e seus sogros igualmente estivessem na mesma situação. “Acho difícil ser assim”, comenta. “E no caso de [uma escola] ser construída perto da quadra? Ou numa quadra próxima?”, questiono. “Você consideraria?”

Fernanda fica em silêncio por alguns segundos e diz:

Mas teria como ter uma [escola] pública aqui, aqui no Sudoeste? [hesita um momento]. O bairro está pronto, não? Não tem mais espaço para isso. Acho que é isso, não tem, né? Nem nesses terrenos que não têm construção, não pode construir uma, pode? É para bloco [residencial], para quadra [poliesportiva], não para escola.

Menciono que, em princípio, uma escola pública poderia ser construída. Fernanda afirma que, “ainda assim”, não colocaria seu filho, “por tudo que já falou”. Se “tivesse que

colocar”, faria de tudo para matricular o filho em cursos de inglês, aulas extras, para que ele “não perdesse muito tempo”. Considera, também, que a presença de uma escola pública no bairro seria um desafio muito grande para a população, “que não está acostumada”. “Muita coisa teria que mudar, nos blocos, nas ruas, até no que as pessoas fariam, nos horários. Parece que é um absurdo, mas as pessoas acabam agindo assim, né? Não adianta dizer que não. Tudo que é ação, tem suas consequências”.

*

Fernanda foi criada em uma família religiosa, como ela me disse logo no começo de nossa conversa. Iam à missa regularmente; ela cursou a catequese e a crisma “direitinho”. Cumpriu os chamados sacramentos, como são chamados esses momentos de passagem na vida católica. Heitor foi menos regrado, mas cresceu igualmente em família “fiel a Deus”, nos termos de Fernanda.

Foi por isso que somente se mudaram juntos para um apartamento após o casamento, mesmo que não dessem muito peso a isso. Foi também por isso que seus pais os matricularam em escolas religiosas na infância e na adolescência; escolas onde se conheceram e criaram as “raízes” do que se tornou o relacionamento posterior.

Viviam e trabalhavam boa parte do tempo no Sudoeste, onde moravam num apartamento deixado de herança pelos pais de Fernanda. Não precisavam se preocupar excessivamente com o trânsito ou com grandes deslocamentos. Seus trajetos eram feitos a pé e em poucos minutos. O casal conseguia gerir com eficiência o tempo de dedicação ao trabalho e à manutenção da vida doméstica, alicerçada, ainda, na prática religiosa, que mantinham regularmente.

Contavam, para isso, com a colaboração de uma diarista, frequentadora semanal de seu apartamento, onde, disse-me a anfitriã, não fazia nada “muito pesado”. Seu tempo, logo, era também alinhavado nessa relação entre o que pagava à diarista, pelo seu tempo e seus serviços profissionais, e o que deixava de precisar fazer para limpar o apartamento, organizá-lo.

Fernanda declarou esperar que seu filho pudesse ter uma base “sólida” para crescer e se desenvolver. Utilizou o exemplo de seu pai e de sua mãe, indicando o quanto se sacrificaram para criá-la e seus irmãos. Trata-se de um dado relevante, entendo. Por mais que vejamos, às vezes, a biografia como uma narrativa individual (eu, Vinicius, graduado, morador da Asa Norte...), Fernanda me atentou para que a possibilidade epistêmica, afinal, de que essa narrativa, se se refere a mim e a você, diz respeito igualmente a quem vem antes e a quem vem depois de *nós*. Estamos falando de um desenvolvimento, em seus termos, *intergeracional*, construído ao longo do tempo e sob diferentes arranjos familiares, unidos pela ideia, pelo projeto, de crescimento e de acúmulo simbólico e material. Seus pais fizeram o sacrifício que permitiu a ela ter o “melhor” que podiam oferecer à época. Cabia a ela repetir isso, já num patamar superior de recursos, de posses, com seus descendentes, e daí por diante.

Se o projeto, como diz Velho (2003, 2006), está associado à cultura e ao *campo de possibilidades*, é porque estes são mediados e produzidos na esteira de biografias familiares, de trajetórias que ultrapassam o indivíduo *em si* ou a família nuclear – no tempo e no espaço. Os Lopes são, por analogia, um capítulo intermediário (um plano sequencial) de um filme que começou há muito tempo e que ainda está em desenvolvimento, cujo fim não está determinado a priori, mas que se espera que tenha um “final” feliz.

Esse desenvolvimento intergeracional pode assumir facetas variadas, carregar muitos significados: a *honra*, o *sacrifício*, o *divino*, a *sorte*, o *acaso*, o *trabalho*, etc. Quanto a Heitor e Fernanda, a lógica sacrificial é parte igual de um destino atrelado aos desígnios divinos, isto é, se a biografia é fruto de um trabalho diário e terreno, não necessariamente isto tem resultados diretos e óbvios – como no dito, é possível apontar que muitas vezes “Deus escreve *certo* por linhas *tortas*”.

Esperavam que seu (futuro) filho continuasse essa trajetória. Para isso, teriam que “dar mais”, oferecer-lhe o melhor. Esse quantum de qualidade requereria um colégio de qualidade, que se fundasse igualmente num modelo de ensino baseado na hierarquia e na ordem. Daí a preferência, apontada por Fernanda, por escolas religiosas ou pelo

Colégio Militar. “Oprimir”, com seu gesto de aspas, seria um movimento necessário do processo de educação, a despeito das rebeldias juvenis e das críticas que se faça a esse modelo. Uma escola pública não poderia cumprir com esses requisitos, por conta de sua infraestrutura ruim e das condições oferecidas aos professores e às professoras. Com muitos estudantes em sala de aula, como controlá-los, organizá-los, ensinar-lhes o que se deve?

Fabiana me afirmou, nessa linha, que o Setor Sudoeste não teria “mais espaço” para uma escola pública. Não nos importa muito aqui o fundo legal que permitiria tal instalação, mas o que pode ter destacado com isso. Não se trata, com relação a uma escola do tipo, de espaço físico, geograficamente discernível. Melhor dizendo, não se trata apenas.

Entre as prioridades de crescimento, de expansão do Setor Sudoeste, por que uma escola pública, tendo em conta que poucos moradores fariam uso dela? O terreno que percorremos é *simbólico*. A escola pública não pode ser ali construída porque não é prioritária e pode (deve!) permanecer como destinada a quem dela *precisa* – mantida, portanto, num campo espectral, imaginário, do qual se foge, afasta-se e se usa como raiz para a crítica e para a construção de uma escolha familiar.

Esse “espaço” seria concedido, acrescentou Fabiana, somente se lhes faltassem recursos para custear uma educação privada. Se assim fosse, ponderou que tentariam de tudo para que sua filha ou seu filho pudesse fazer cursos extracurriculares, para que, em primeira instância, seu descendente “não perdesse tempo”. A escola – pública –, pois, como uma instituição *residual*, não apropriada para o desenvolvimento familiar e para a rigidez necessária ao indivíduo, a um *projeto*.

Pereira (Octogonal)

Fabiana Pereira mora no Setor Octogonal, em um dos blocos da Área 7, um “condomínio” de blocos residenciais em pilotis, com praça pública, aparelhos de ginástica e playground. É Fabiana a pessoa citada na introdução da tese⁸⁰.

Depois de entrar em seu apartamento, Fabiane pede que eu deixe a porta aberta. Como comentou na ocasião, seu marido, Osvaldo, não gosta que ela fique fechada, sozinha ou com os filhos, na presença de mais alguém, ainda mais se for alguém *estranho*. “Não é nada de mais, é uma precaução, sabe?”, diz. Desconfio que o uso da desinência de gênero no masculino pode não ser casual, nessa situação.

Osvaldo não está em casa no momento. Trabalha de 10 a 12 horas por dia, como motorista de aplicativos. Tinha um emprego antes, como empresário, mas que vinha sendo insuficiente para pagar as contas do mês sem que precisassem da ajuda dos pais dela e dele. Com as corridas que realiza atualmente, conseguem sobreviver bem, com uma boa folga ao final de cada mês, podendo, inclusive, economizar para viagens periódicas em território nacional. Ambos são mineiros e se conheceram em Brasília, em encontros da igreja protestante que frequentam até hoje, assiduamente. Fabiana é dona de casa e responsável pelos cuidados da filha, Marcela, uma adolescente de 13 anos. Na entrevista, não a vejo, porque está no quarto. “Quando tem visita, peço que fique mais reservada”, afirma Fabiana.

O apartamento onde moram tem dois quartos, um deles uma suíte. “Passamos por uma reforma esses tempos, para dar uma melhorada”. Foi comprado com o auxílio financeiro de seu sogro, mas já conseguiram devolver a quantia que lhes foi emprestada. Fabiana é uma mulher branca, de quase 40 anos, usa uma saia jeans longa, sapatos fechados e tem cabelo longo. Antes de casar, frequentou a universidade e se formou em psicologia, pouco exercendo a profissão posteriormente.

80 Ver Introdução.

Suas semanas são mais ou menos parecidas entre si, me conta. De segunda a sexta-feira, ela sai apenas para fazer compras ou ir buscar algo que seus filhos estejam precisando. Quando o trajeto de trabalho de seu marido está um pouco mais complicado, usa o carro para buscar ou levar a filha a algum lugar, seja no curso de inglês, na casa de alguma amiga ou na casa de seus avós maternos – os paternos moram em Minas Gerais. A filha estuda no Colégio Dromos, não muito distante dali. Aos finais de semana, fazem programas de família, o principal deles a ida ao culto no domingo à noite. No sábado, a filha frequenta ainda um grupo de estudos bíblicos. A igreja que frequentam está localizada na Asa Sul.

A conversa com Fabiana não flui como as outras, dificultada ainda pela presença de uma cachorrinha poodle branca, que em dado momento urina em meus pés. Algumas das respostas são lacônicas, com pouco aprofundamento, ainda que consigamos tocar em todos os pontos que havia pensado para o momento. Para ela e para o marido, o Octogonal é um bairro mais seguro que os demais de Brasília e do Plano Piloto, por terem uma guarita de segurança na entrada, o que dá maior liberdade de movimentos a eles e à filha. “Com o porteiro aqui e as câmeras, com tudo fechado, você viu, não dá para entrar facilmente. Isso tranquiliza”. No Guará, moraram numa casa e, apesar de gostarem do “bairro e da vizinhança”, consideravam que a abertura da “casa para rua, mesmo com grades” proporcionava maior insegurança. “A sensação é diferente”, ressalta.

O Colégio Dromos, segundo Fabiana, é uma escola boa, ainda que não seja a melhor. “É o que podemos pagar e a Marcela tem amigos da igreja lá, então para a gente, está ótimo”. Escolheu a escola depois de conversar com amigas da igreja e pesquisar sobre suas condições de segurança. Menciona que os pais da turma de sua filha mantêm um grupo no whatsapp, onde trocam desde informações burocráticas, sobre reuniões de pais e professores, avisos de prova, até situações vivenciadas no cotidiano escolar, como brigas e “coisas que acontecem dentro de sala”.

Pergunto a ela se poderia falar sobre o que são essas “coisas”, se pode me dar exemplos. Responde que, hoje em dia, alguns professores falam mais “coisas” do que deviam e que os pais ficam atentos, às vezes “escolhendo um lado mais que o outro para abordar um assunto”. Não exemplifica e não insisto, com o receio de a conversa acabar não fluindo mais. Pontua que, além do grupo da turma, as mães de estudantes mantêm um grupo à parte, porque acompanham com mais proximidade o cotidiano das filhas e dos filhos. “Não tem muita informação diferente, mas podemos conversar de um jeito mais direto”.

Nesse ponto, Fabiana alude a um caso em que um menino havia levado “um pacote com um negócio verde” para a escola e que isso gerou grande mobilização por parte das mães, todas “indignadas” com o ocorrido. “O negócio verde era maconha?”, questiono, ao que ela me responde: “Não sei, não dava para saber, ninguém conhece, né?”. O saldo da mobilização foi, de início, a saída da família dos grupos virtuais de comunicação e, depois de um tempo, a saída do estudante da escola. “Como a escola é de diálogo, resolveu não expulsar, acabou que os pais mesmos decidiram assim”.

Fabiana e Osvaldo – destaco que a entrevistada traz sempre à conversa a figura do marido – querem que a filha continue os estudos depois de concluído o ensino médio. Não exigem, diferentemente da maioria dos pais, que a filha faça uma universidade pública. Preferem, aliás, que ela fique em Brasília, para poder ficar mais próxima deles. “A universidade não é mais o que era, é aquela coisa... desculpa te falar, mas às vezes é uma bagunça, uma confusão, pessoal pelado, se drogando”, argumenta, logo complementando que “sei que não é o seu caso, né, você está no doutorado já, deve ter passado longe dessas coisas, tido bons amigos... para isso, tem que ter cabeça boa, família boa, companhias boas... é difícil”.

Fabiana acrescenta que não se trata de não ter confiança na filha, “uma menina muito boa”, mas que quer que ela se afaste das más decisões. “Vocês permitiriam de toda forma, caso ela escolha ir à UnB ou a outra instituição pública?”, pontuo. Para Fabiana,

essas escolhas são tanto dos indivíduos, “nós aqui na Terra”, quanto divinas. “Se for esse o propósito Dele, vai ser o melhor para a Marcela”.

Paramos para tomar um café, oferecido pela anfitriã, que aproveita o momento para gentilmente me mostrar seu apartamento. Apenas não abre a porta do quarto de sua filha. Sobre as escolas públicas, conta que, em Minas, estudou em um colégio municipal durante os primeiros anos do ensino fundamental. Seus pais a transferiram para uma escola privada a partir da 5ª série, quando já tinham condições de pagar uma mensalidade. “A gente escolheria uma escola [pública] em último caso, só se a gente não tivesse dinheiro, tivesse mais apertado, não é o caso, graças a Deus”.

Pergunto sobre a relação dela com a Escola Classe 8, do Cruzeiro, localizada a poucos metros de onde mora. Fabiana me agradece por ter perguntado, porque “essa [escola] é um exemplo do porquê não gosto”.

No geral, a relação é bem ok, é tranquila...só que tem vezes que eu queria que se mudassem. A escola é murada, não dá para ver dentro, mas na hora da entrada e da saída, é uma zona, um deus nos acuda, uma gritaria. Tem um pessoal ainda que fica depois da aula por aqui e não é legal. Para você ter uma ideia, já vi até, vi uma vez uma criança com cigarro na mão.

Acrescenta que entende mães e pais colocarem seus filhos nas escolas públicas, “pela situação do nosso país”. “Não tem como pagar, né?”. Por sorte e pelo suor de seu marido, ainda bem, em nenhum momento Marcela “correu esse risco”.

Para ela, seria um choque muito grande, sair de perto das amigas, de um colégio bom, para ir para tudo isso... Muito diferente. A gente ia se virar, eu sei, a gente sempre deu nossos pulos... Não é legal, você que o diga, você deve saber, disse que fez pesquisa com esse pessoal.

*

Fabiana me convocou algumas vezes durante nossa conversa. A primeira delas de modo indireto, ao sinalizar que seu apartamento deveria ficar de portas abertas, por conta de

minha presença, de uma “visita”. As outras duas, quando comentou sobre a degeneração da universidade ao longo tempo, na qual eu não estaria incluído; e para realçar a má qualidade das escolas públicas. Essas denotações negativas sobre as instituições, dizendo respeito a aspectos de infraestrutura e de modelo de ensino, foram, sobretudo, expostas com relação a quem frequenta esses espaços.

Em relação à universidade, em especial a pública, Fabiana apontou que seus frequentadores, seus estudantes a tornam uma bagunça. Em decorrência de um comportamento que classificou como despropositado, o “pessoal pelado”, não desejava que sua filha estivesse em uma. Claro, ponderou que, quanto aos desígnios divinos, se for o caso, nada podia fazer, mas, em se tratando também de um decisão “terrena”, esperava que as escolhas pessoais de sua filha passassem ao largo dessa alternativa; inclusive, ficando em Brasília e não cursando o ensino superior, por exemplo.

Essa expectativa quanto ao (não) estudo superior é um elemento que pode nos ajudar a pensar as multiplicidades das camadas médias e dos espaços de superquadra. Em maior ou menor medida, é um ponto comum em relação a mães e pais que entrevistei o desejo de que seus filhos se formem. Pode ser um curso mais “estável”, ou a filha pode seguir seus próprios sonhos de forma mais autônoma; o ensino superior é, em primeira instância, um elemento de seus *projetos*. Para o casal Pereira, Fabiana e Osvaldo, não.

O casal não era também totalmente semelhante às outras famílias que antes expus. Tiveram que pegar dinheiro emprestado para que pagassem seu apartamento e não tinham a mesma garantia financeira que outros, derivada da estabilidade do serviço público. Osvaldo trabalhava muitas horas por dia, numa jornada que excedia as 8 horas, como motorista de aplicativo; “cada dia é um dia”, nesse sentido, pela imprevisibilidade de seus rendimentos.

Ademais, sua renda era a única do grupo doméstico, o que o levava a trabalhar mais do que seria no caso em que Fabiana se juntasse a ele nessa composição remuneratória. Esse arranjo não fazia parte de suas escolhas, contudo. Osvaldo e Fabiana preferiam,

segundo ela me disse, que ela ficasse em casa, cuidando da filha e do apartamento. Consideravam, segundo ela, que esta forma de levar a vida era melhor.

Filha, pai e mãe moravam, ainda, no que Fabiana chamou de “condomínio”, uma superquadra cercada, com porteiros e vigilância 24 horas por dia. Blocos residenciais, com “chão livre”, sob pilotis, mas com uma segurança que não seria discernível em outros espaços de Brasília.

Por mais que o Setor Octogonal não fosse um dos trajetos iniciais previstos para o campo, apostar em conversar com alguns de seus moradores me permitiu perceber o quanto, sob um rótulo comum, a *superquadra*, estão encerradas muitas definições e muitas significações cotidianas – a despeito ou com relação aos entendimentos institucionais ou àqueles vinculados ao universo urbanístico e arquitetônico. Segurança era, como expressou a anfitriã, um critério de peso no modo como encarava que deveria(m) viver a cidade. Ao que parece, se tiradas as cercas de seu “bairro”, de sua “vizinhança”, estariam mais sujeitos ao que a cidade apresenta de perigo, como ocorreu antes no Guará, onde antes moravam.



MAPA 18 Área 7 e Escola

À segurança, podemos agregar a ordem e a tranquilidade. São elas que a família encontrou na igreja que frequentavam e da qual eram adeptos. São elas que encontraram junto a outros fiéis, com quem formavam um grupo de apoio mútuo. É pela falta delas que se opunham à escola pública. É na mediação delas, além disso, que Fabiana inseriu uma ocorrência incomum na escola de sua filha, o Colégio Dromos.

Um estudante foi flagrado portando uma substância “verde”. Sua família passou a ser alvo de reprimendas – o “diálogo” entre instituição e família acabou com a retirada do filho da instituição. A saída, consideradas as pressões, foi o que sua família “preferiu”, ao menos assim somos levados a crer. É na mesma chave que minha anfitriã observou, com espanto, uma criança com cigarro na Escola Classe 8 do Cruzeiro. Na escola particular, a mesma situação teria levado a uma saída, nessa pública, não consegue imaginar o que tenha sido feito. Entre outros motivos, era esse um que a levava a concluir que colocaria a filha numa instituição similar *apenas* se não tivesse como custear uma particular.

Entro por último em mais uma das singularidades espaço-simbólicas da Octogonal, em particular de sua Área 7 (Mapa 18). Ali, uma escola pública está bem próxima de um espaço de superquadra. Não como na Asa Sul, em que as cercas em blocos são proibidas – um ou outro bloco, não obstante, adotam essas estruturas⁸¹; ali, há uma cerca divisória, como também há um muro envolvendo a escola, algo inexistente nas superquadradas da Asa Sul e da Asa Norte. Está num caminho do meio, digamos assim, entre a ausência das escolas do Setor Noroeste e do Setor Sudoeste e suas presenças nos espaços demarcados há mais tempo no Plano Piloto.

Em seu bairro, Fabiana argumenta, “a sensação é diferente”.

Costa (Sudoeste)

A família Costa é moradora do Sudoeste desde os anos 90 do século passado, quando os primeiros blocos residenciais e comerciais estavam sendo edificados. Orgulham-se de terem enfrentado, a duras penas, a época de “Faroeste”, como por vezes foi chamado o então novo espaço, em decorrência das nuvens de poeira formadas em avenidas não asfaltadas e da ausência de áreas verdes como em outros espaços do Plano Piloto. O

81 A despeito das proibições expressas em portarias que definem o que pode ou não ser feito em relação ao patrimônio modernista de Brasília (Brasil, 2016).

nome foi utilizado, em alguns momentos, pelos primeiros moradores do Setor Noroeste, como pude observar durante minha pesquisa de mestrado.

“Aqui na nossa família, a gente chamava de ‘Lamoeste’, porque quando chovia, era o caos”, indica Mário Costa, o meu anfitrião desta noite de quinta-feira, coincidentemente um dia que choveu do início da manhã até o momento em que cheguei a minha casa, depois da entrevista.

Mário tem pouco menos de 50 anos. É um homem branco e está com uma calça jeans escura e uma camisa social com o emblema da empresa da qual é proprietário. Helena, sua esposa, é um pouco mais nova, também branca. É médica e tem um consultório na Asa Sul. Moram em uma cobertura de 4 suítes numa das quadras 300 do bairro. Têm dois filhos, uma já formada na UnB, na mesma carreira da mãe, e outro entrando no ensino médio. Helena e Mário são paraibanos, de João Pessoa, e moram em Brasília desde que se casaram e que Mário abriu seu empreendimento na cidade, em sociedade com um parente conterrâneo; atualmente, é o único proprietário.

Quando se mudaram para o Sudoeste, entretanto, não moravam numa cobertura. “A gente não tinha condição para isso”, diz Mário. Com a filha pequena, alugavam um apartamento de dois quartos numa quadra “mais simples”. Helena acrescenta que foi um “período de provação, de aperto, que permitiu que a gente pudesse viver melhor mais à frente”. No início, para além das dificuldades de infraestrutura, eram poucos os estabelecimentos comerciais “de nível” no Sudoeste, o que mudou bastante com o tempo. Percorrendo o DF de “ponta a ponta”, Mário considera que pode avaliar seu bairro como o melhor da cidade. “Sempre tem algo a melhorar, né? Assim é a vida. Aqui a gente sempre se junta quando quer alguma coisa”.

Para o casal, um problema cada vez maior vem sendo o trânsito, que ficou pior nos últimos anos. “Essa questão aí das quadras 500 vai piorar bastante para a gente”⁸². Peço para que falem um pouco mais. Mário diz que o DF tem muito espaço para crescer e que já não é mais possível adensar o Plano Piloto, ainda mais com blocos com muitos moradores. “Não tem condição, o Sudoeste vai virar um inferno, carro para lá e para cá, sem vaga o suficiente. E tem outra, mais gente, mais perigo...”. A seu ver, Brasília tem diretrizes urbanísticas e patrimoniais não à toa e elas precisam ser cumpridas à risca – “tombou, né, agora tem que respeitar, não?”.

A filha mais velha, Carolina, estudou num colégio privado da Asa Sul, o Notre Dame, cursando por um tempo cursinho pré-vestibular. O mais novo, Caio, segue seus passos, estudando na mesma escola, embora não tenha se decidido sobre o que quer ou não fazer. “A gente dá liberdade, ele tem que fazer o que gosta, se não vai ser infeliz. Que bom que a gente pode proporcionar isso pra ele”, afirma Helena. Pouco depois de ter conseguido se formar, com o dinheiro de plantões, Carolina se mudou para um apartamento em Águas Claras, onde mora com seu atual namorado.

Para Helena, escolher uma escola em Brasília não é muito difícil, porque a qualidade média das instituições (privadas) é muito boa, com infraestrutura “de primeira” e “muita gente passando no vestibular”. Com isso, cabe muito aos filhos escolher o que é melhor para si. Contam muito, ainda, as indicações de amigos e amigas cujos filhos estudaram em A ou B. A opinião de alguém “de confiança” ajuda muito. No caso da Notre Dame, quando da matrícula de sua filha, no ensino médio, foi o que mais pesou – ter boas opiniões de uma família muito próxima dos Costa. Quanto a Caio, pesou muito a

82 O projeto paisagístico das quadras 500 foi aprovado somente em 2021. O novo bairro ficaria próximo ao Sudoeste e seria formado pela articulação entre quadras residenciais e comerciais. As controvérsias em torno de sua construção vêm de algum tempo, mobilizando críticas por conta do aumento do volume de trânsito e pelo impacto socioambiental. Ver, por exemplo, matéria do portal Metrôpoles sobre: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/gdf-aprova-projeto-de-paisagismo-para-a-quadra-500-do-sudoeste>. Acesso em 06 jul 2021.

trajetória de sua irmã, estudante dedicada e de bons índices escolares – “notas altas, muito querida pelos professores”.

Caio tem uma rotina semanal intensa. Além das aulas na escola, faz aulas de judô numa academia do Sudoeste, de francês e inglês em escolas de línguas da Asa Sul, e de piano com um professor particular. “Não bastasse”, emenda Helena, “tem a namorada, não sei nem como ele dá conta hahaha isso tudo sem parar de mexer no celular”. Ao filho, dão toda a liberdade possível e a chance de escolher seu futuro, algo que fazem questão de ressaltar que é pouco comum no Brasil. “O mérito existe aí, em saber aproveitar as chances que se tem”, adiciona seu marido.

A família Costa nunca cogitou colocar seus filhos em escola pública. Mário estudou em colégio religioso quando ainda na Paraíba; Helena fez todo o percurso fundamental e médio em uma instituição privada. “Para a gente, não faria nenhum sentido, nenhum. A gente pode pagar quando foi a vez dela [Carolina] e está melhor hoje. Como queremos o melhor, pra quê, né?”.

Vivo aqui a situação em que os entrevistados ficam hesitantes, como se a pergunta fosse descabida. Questiono, então, o que pensariam de escolas públicas no Sudoeste, como as da Asa Sul. Helena considera que, por princípio, não se oporia, mas muita coisa teria que ser vista, ser resolvida, “falando de segurança, de deslocamento das pessoas que viriam”. Ainda que relativamente ciente da resposta, emendo se os moradores não poriam seus filhos ali. “Não, dificilmente, a não ser que os pais quisessem muito, que fossem a favor [a esse ensino], contra o ensino privado”, diz a anfitriã. “Só não sei porque seriam [contra] hahaha, depois os filhos ficam aí no mundo. Vão culpar quem? Quem sempre culpam... os pais”.

Mário Costa endossa as palavras de sua esposa e se coloca a favor de melhorias no ensino público, tanto em relação a sua universalização quanto ao seu aperfeiçoamento. Assinala, contudo, que escolas públicas e privadas podem conviver, cada qual com suas possibilidades e seus propósitos. Ao final, quando já estou me despedindo, pede que

envie texto final da tese para o seu e-mail, para ver a discussão que eu farei. “Tese dá um trabalhão, né? Passo longe”.

*

Desta vez, para falar de um grupo doméstico, estive com ao menos dois de seus membros. Mário e Helena Costa se dispuseram a me receber, ouvir-me e falar. Eram um casal de pessoas brancas e, diferentemente da maioria com quem conversei, não eram servidores públicos. Tampouco sua filha era.

Mudaram-se para o Sudoeste no “começo” daquele espaço, quando “faltava muita coisa” e o cenário era um tanto quanto de “precariedade”. Foram alguns longos minutos em que me relataram as agruras e as dificuldades associadas à mudança para o então “Lamoeste”. No período de chuvas, com poucas vias asfaltadas, os carros e os pedestres tinham que se virar em meio ao barro – ir ao trabalho ou ao comércio, mesmo que incipiente, era uma experiência ocasionalmente desagradável. Na seca, os problemas eram outros: a poeira subia e invadia os apartamentos, cuja limpeza tinha que ser feita diariamente. Mesmo assim, lá vinha a poeira cobrir seus móveis, seus livros, seus animais...

Durante todo o tempo em que sua filha mais velha cresceu com eles no apartamento, puderam contar com a “ajuda” de uma série de babás e de uma empregada doméstica. Tentei que me contassem mais sobre a história dessas pessoas, de algumas delas, mas não me contaram muito. Resumiram, contudo, que elas “deram uma mão” muito grande – Alice, a filha médica, tratava-as como as “tias” e vivia sob seus cuidados.

Noto aqui que Helena e Mário expressaram que moravam num apartamento menor do que onde moravam quando de nossa conversa. Não tinham “condições” para luxos – ainda assim, mantinham empregadas pessoas que “colaboravam” com os serviços domésticos e o cuidado de sua filha, em um primeiro momento, e depois de seu filho mais novo. Tratava-se de uma exigência porque quase nunca “paravam em casa” e não tinham parentes em Brasília que pudessem ajudá-los nessa empreitada cotidiana.

Com os esforços de ambos, conseguiram que sua filha estudasse no Colégio Notre Dame e se formasse em medicina. Puderam custear boa parte de seu novo apartamento em Águas Claras. Posteriormente, compraram este apartamento, numa quadra “menos simples”, uma unidade de 4 suítes.

Se o Sudoeste era um espaço não muito convidativo quando chegaram ali, Mário apontou que, à época em que nos encontramos, um dos problemas, relacionados ao bairro, é que se tornou muito convidativo, para ficarmos com os termos que utilizou. Daí que o trânsito estivesse causando “transtornos” à família, cujos tráfegos na cidade, a trabalho, a lazer ou para a educação de seu filho mais novo, eram feitos de carro.

É também por conta do trânsito que ele criticou a instalação das quadras 500, um novo empreendimento de superquadras previsto para ocupar um espaço próximo onde é o Sudoeste, direcionado a camadas médias e altas. Curiosamente, foram poucas as referências às quadras 500 entre as pessoas que entrevistei; pode ser que não seja vista como uma “questão” pelos moradores do bairro; ou não era um problema quando fiz entrevistas; ou, simplesmente, não custa lembrar, a controvérsia não surgiu *entre* as pessoas com quem conversei, indicando aí que a amostra possa não ser, no todo, representativa estatisticamente *do* Sudoeste.

Com relação a esse empreendimento, chamo aqui a atenção à referência feita por Mário ao tombamento de Brasília, algo que lemos aqui um pouco antes, quando falávamos dos Bastos. A seu ver, o tombamento, uma vez que foi determinado e reconhecido, deveria impedir que a cidade “crescesse” e fosse adensada, causando transtornos àqueles que já moram em espaços tombados. Se pensamos que um novo espaço imobiliário de “alto padrão” está previsto para as margens do Sudoeste, é de se apontar que, em alguns sentidos, Mário seguiu uma tendência similar à de Marlene, avessa à expansão “descontrolada” do capital sobre o espaço urbano. Lá, ela defendia que seu espaço fosse mantido o mais próximo do “original”, aqui ele nos indicou que a cidade deveria não se expandir mais, ao menos não em espaços tombados.

Contrário às quadras 500, Mário não foi tão incisivo quanto em relação às escolas públicas no Sudoeste. Neste momento da conversa, em que o tópico escolar foi aparecendo com mais ênfase, Helena passou a falar mais diretamente comigo, em vez de acrescentar algo ou concluir uma ponderação de seu marido. Helena contou que seus filhos tiveram tudo o que poderiam oferecer “de melhor” – um bom colégio, aulas extracurriculares, uma estrutura doméstica para estudos e, sobretudo, tranquilidade e estabilidade na família. Adicionou, em relação a isso, que pouco bastariam os outros elementos se sua família não fosse baseada nesse compromisso. “Se os pais não se amam e vivem brigando, os filhos... pode ver o quanto que pode dar errado, né?”

Helena relatou, ainda, que sua filha poderia estudar o que quisesse e que desejava o mesmo para seu filho mais novo. Ele viveu um período de maior estabilidade e pujança financeira da família – fazer aulas de judô e piano não vieram à toa, mas com o mérito familiar, de “aproveitar as chances” que tiveram. O vestibular, a universidade e o curso superior, se não são uma obrigação direta, constituem decerto uma expectativa e um horizonte quanto às trajetórias dos filhos. Ser uma pessoa “formada” é um passo “natural” do crescimento e da trajetória escolar e *profissional*. Considero curioso que o dado mais relativista que disseram era de que seus filhos poderiam fazer “o que quisessem” – cursar algo, portanto, era aqui uma precondição dessa “liberdade de escolha”. Por óbvio, neste âmbito não falo das pretensões das crianças e jovens, a quem raramente tive acesso durante a pesquisa.

É possível indicar uma associação deste elemento com outro indicado por Mário. Segundo me informou, escolas privadas e públicas apresentariam possibilidades e propósitos diferentes, cada qual podendo existir com base nessas premissas. Poderíamos dizer que um propósito da escola particular é fazer essa passagem da vida estudantil inicial ao ensino superior com a maior “tranquilidade” possível? Se não sobre todas as famílias, certamente é o caso da família Costa, como de muitas outras com as quais os leitores e as leitoras já foram postos de frente. Na outra margem, se um dos objetivos da escola particular é este, podemos supor o inverso quanto à pública? Isto é, a escola

pública não daria conta deste horizonte – quando muito, seria um espaço e uma instituição de estudo para os pais que “não podem pagar” por “algo melhor”?

Quanto a isso, dizem Mário e Helena que a instalação hipotética de uma escola pública no Sudoeste requereria que fossem analisadas as questões de deslocamento e de segurança associadas. Uma análise cuja exigência não se aplicaria, por exemplo, às atuais instituições de ensino (privadas) especializadas no bairro. Nessas escolas públicas, provavelmente não estudariam os filhos dos moradores. E se estudassem, o que poderia acontecer, me devolveu ela, com os filhos, senão “ficarem no mundo” e se revoltarem com os pais?

Santos (Asa Sul)

Judite e João Santos moram juntos na 107 sul, uma das quadras da Unidade de Vizinhança n. 1, há mais de 4 décadas. João mora ali desde que se mudou para Brasília junto de seus pais e irmãos, vindos do Rio Grande do Sul. Conhecem a quadra, como dizem, “canto por canto, como era, como ficou, todo o tempo [que passou] estivemos aqui”.

Os Santos residem num apartamento de 4 quartos. Tiveram 4 filhos, todos já vivendo em outros lugares, ou de Brasília, ou do Brasil. São brancos. Ao chegar ao bloco, ao informar ao porteiro que irei ao apartamento de Judite e João, ele me diz: “Ah, não é por isso, gente boa... Eles não precisam nem descer, não, eles autorizando, você já pode subir”. Em virtude de uma obra nos elevadores, vou de escada. A conversa ocorreu numa segunda-feira pela manhã. Quando fui recebido, Judite e João haviam acabado de chegar de sua caminhada matinal rotineira.

João trabalhou como servidor público do poder judiciário desde o fim do curso de direito. Sua esposa foi servidora pública por um tempo. Com a chegada de seu terceiro filho em um intervalo curto de tempo, Judite passou a se dedicar exclusivamente à casa e à família. Conforme me dizem, vivem uma vida serena de aposentados, como sempre ansiaram ter. Viajam bastante, visitam os filhos e parentes em outras cidades, praticam atividades físicas. “Por sorte, quase nunca ficamos doentes, não damos trabalho

para ninguém, só um para o outro”, diz João, entre sorrisos largos seus e de Judite. Pela manhã, saem para caminhar e passam o dia lendo, conversando com vizinhos, vendo filmes e, duas ou mais vezes por semana, fazem as compras de rotina. Recebem e visitam os amigos aos sábados e aos domingos. No domingo, a propósito, adoram sair para andar um pouco pelo eixão do lazer⁸³.

Participam com frequência das atividades religiosas da Igrejinha, não apenas indo às celebrações na entrequadra, como indo a encontros ocasionais com amigos; vão a terços, novenas e orações distribuídas ao longo do ano e previamente agendadas segundo o calendário eclesiástico. Em sua sala de TV, além de um quadro retangular grande com uma imagem pintada de Jesus Cristo, há um crucifixo, que ocupa boa parte da extensão vertical da parede, posicionado próximo à porta de entrada.

Não consideram um incômodo as pessoas em situação de rua que se estabelecem (provisoriamente) nas margens da Igrejinha. Para Judite, “é uma infelicidade que isso tenha acontecido a eles, na medida do possível a gente ajuda, a gente conversa, faz doação de roupa, de comida. É o que um cristão tem [que fazer]”. Acrescenta, contudo, que essa não é uma opinião compartilhada entre todos os membros da Igreja e é muito menos unânime entre os moradores e as moradoras da quadra. “Eles pensam que ajudando a gente está estimulando a ficar aqui, a não fazer nada”.

A relação que têm com o CEF 107 Sul é ambivalente. Como não gostam muito de “barulho” e de “bagunça”, consideram que as crianças que ali estudam passam muitas vezes dos limites, seja nas andanças na quadra e entre os blocos, seja na interação com os próprios moradores, sobretudo com os mais velhos. Esse “abuso” vem mais dos meninos que das meninas, diz João, que complementa:

83 A os domingos e aos feriados, o eixo rodoviário-residencial é fechado para automóveis, das 6h às 18h, ficando livre para pedestres, ciclistas, skatistas. É comum, nesses momentos, a realização de eventos gastronômicos, esportivos, culturais.

Uma vez, um amigo meu, da minha idade, estava ali na academia [o PEC] e caiu. Descuido, bobeira. Em vez de ajudarem, os meninos que estavam no local, em vez de estenderem uma mão, ficaram sacaneando o coitado. Ainda bem que ele conseguiu se levantar, depois que o guarda da escola veio ajudá-lo. Ele não deixou barato porque é desbocado, xingou a gurizada de tudo quanto é nome.

Por mais que haja momentos como esse, João conta que considera a presença de uma escola, em alguns momentos, um elemento “de vida” na quadra. Como se trata de uma vizinhança mais velha, com muitos moradores convivendo há muito tempo entre si, entende que ter crianças, adolescentes e professores indo e voltando da escola dá um ânimo aos dias e às tardes. “A quadra é muito tranquila, às vezes até demais, né? Pessoal é mais velho, tu vê pela quantidade de cabelos brancos por aí hahaha... então, no geral, nós gostamos, só às vezes que dá uma raiva...”

Estudaram, ambos, em escolas públicas, das quais se lembram com saudosismo. Era um período, diz o senhor Santos, de maior respeito um pelo outro, entre famílias e pelas autoridades. Com isso, ter controle sobre a sala de aula era mais fácil e, em consequência, todo mundo aprendia mais. “Quem dera os meninos de hoje tivessem o que a gente teve”, fala João, em tom pensativo. O fato de não haver celular e os pais serem mais rigorosos fazia com que meninos e meninas se distraíssem menos. Aponta Judite: “Os pais mandavam, os filhos obedeciam. A gente passou isso para os nossos guris... Sabemos que não é o comum [hoje em dia]”.

João e Judite estudaram em diferentes escolas da Asa Sul, conhecendo-se na UnB. Da universidade, recordam-se menos nostálgicos. “A gente queria era se formar, ter o diploma e sair dali para trabalhar. O quanto antes”, diz João. Para ele, se a escola pública piorou, o problema das universidades é ainda mais grave, por conta da “libertinagem escancarada” e de “vagabundos” que estão ali apenas por conta das “facilidades de hoje em dia”. Pergunto o que seriam essas “facilidades”, e a resposta é evasiva: “você sabe, você sabe o que é”. Nunca soube.

Apenas um de seus filhos, o do meio, estudou em escola pública. Em verdade, não se tratou de uma escolha dele, senão de uma punição dos pais em virtude de seu comportamento “rebelde” e “preguiçoso”. A punição durou um ano e, segundo os pais, deu outra perspectiva ao filho. Judite afirma que, nesse intervalo, “longe dos amigos, longe do conforto, vivendo a vida como ela é, ele entendeu o que a gente tava oferecendo. Hoje, virou doutor, atende num consultório no Plano”. Quanto aos outros filhos, sempre foram obedientes e dedicados aos estudos. Estudaram em escolas privadas da Asa Sul, antes de irem para a universidade; todos na mesma escola, cuidando um dos outros quando necessário.

Não se lembram muito bem da rotina daquela época, mas conseguem me confirmar que levavam seus filhos de carro. Judite não dirigia, portanto, a função ficava sob a responsabilidade de seu marido. “Tu podes ver como era fácil a vida dos quatro”, complementa.

*

Judite e João viveram quase toda uma vida na 107 sul. Mudaram-se para Brasília quando a nova capital tinha pouco mais de uma década, nos anos 70. Judite cresceu nessa superquadra, João em outra da Asa Sul. Casaram-se cedo e logo se mudaram para um apartamento na Unidade de Vizinhança. Conhecem, como disseram, cada “canto” do espaço onde moravam.

No momento, estavam aposentados e adoravam a vida que levavam. Uma vida “tranquila”, com uma rotina bem estabelecida. Todos os seus filhos, quatro, já eram adultos. Saíram de casa e foram para outros estados. Judite e João viajavam, visitavam amigos, praticavam exercícios físicos. Iam à igreja. Os ritos católicos, por sinal, ocupavam uma parcela considerável de sua semana e de seu ano. Dedicavam-se não apenas à missa semanal, mas às celebrações e aos momentos tradicionais realizados anualmente – os festejos e também novenas e terços. É com o grupo de pessoas “da igreja” que mais conviviam e com quem mais se encontravam ao longo dos dias.

O casal estudou nas escolas públicas de suas quadras. Foram nelas que fizeram os primeiros anos de estudos e concluíram o ensino médio. Depois, cursaram o ensino superior e trabalharam com os diplomas que obtiveram. Seus filhos não seguiram a mesma trajetória. Foram matriculados em escolas privadas. Estamos falando de diferenças aqui de 15, 20 anos entre o período em que estudaram e o que seus filhos o fizeram. Nesse período, consideram, o ensino público piorou muito, em se falando de qualidade. Mas o aspecto que mais os fez refletir sobre essa mudança foi a organização e a estrutura oferecida pelos colégios particulares. Não fosse essa opção, talvez seus filhos não tivessem “se encaminhado”, como mencionaram em um momento de nossa conversa, e nem “ido fazer faculdade”. Em suma, “não seriam quem são, seriam outros, seria tudo diferente”, disse Judite.

Como bem sabemos neste ponto da tese, há algumas pessoas em situação de rua que se instalam em frente à Igrejinha. Segundo os Santos, não os incomodavam; pelo contrário, como cristãos, procuravam ajudá-los no que podiam. Faziam-no sob apelos contrários de amigos de igreja, de bloco e de quadra, para quem quaisquer tipos de ações voluntaristas e de caridade levariam essas pessoas a “ficar na mesma” e a não “seguir em frente”. Judite, em tom crítico: “o pessoal fala que, assim, fica muito fácil, não tem que pagar contas e ficam comendo. Eu vejo diferente, mas Deus, né, Ele sabe o caminho que a gente vai trilhar”.

Se respeitavam e acolhiam esses “moradores” da superquadra (“eles moram aqui, não é”, me diz João), não se dava exatamente o mesmo com outros que frequentam o espaço da 107 sul. A principal reclamação que me fizeram foi de estudantes que bagunçavam e atormentavam a paz do dia a dia. Não viam problema na escola pública em si, o CEF 02, senão em alguns que nela estudavam. João exemplificou com uma situação em que, segundo ele, uma queda de seu amigo foi levada na “zoeira” por um grupo de meninos. Esse tipo de atitude, segundo via, acabava por levar muitos moradores a “terem raiva dos guris”. Os Santos, quanto a isso, definiram que os meninos são muito mais

“bagunceiros” que suas colegas e amigas de escola. “É coisa de guri, só que passa do ponto, né?”, me indicou João.

Muito desse comportamento repreensível se deveria a uma falta de disciplina dos estudantes, para quem a autoridade familiar (paterna/materna) e a de professores não seria minimamente seguida. Isso respingaria em muitos outros comportamentos. O caminho inverso, de crianças, adolescentes, filhos que seguiam a autoridade é o de seus “tempos de estudante”, quando não havia celular e nem outros elementos de distração. “Era aquilo, era casa, escola, igreja e família, e tudo de novo”, concluiu Judite.

Ainda que todos os seus filhos tenham estudado em colégios particulares, “dos mais tradicionais”, dos “melhores”, um deles precisou ser “punido”. A punição: ir para a escola pública. Nesse período de castigo paterno, o filho – não me foi dito seu nome na ocasião – pode aprender “a vida como ela é”. Uma vez que aprendeu, voltou ao percurso que vinha traçando anteriormente.

Paremos um pouco. Considero curiosa e instigante essa referência ao período probatório no ensino público como uma demonstração de “realidade”. Bom, se ali, neste colégio, neste tipo de ensino, ele viveu a vida *em si*, o que vivera antes? E o que viveu depois? De algum ou outro modo, os Santos indicaram ao seu descendente que o que vinham lhe fornecendo não deveria ser uma consequência imediata do vínculo de parentesco que mantinham, senão como uma *conquista*; seu filho deveria ser grato e retribuir pelo que lhe concediam.

A provação pode lhe mostrar, em primeira instância, que o seu universo de práticas, de hábitos, de valores, de recursos, era um privilégio social, inacessível a muitos outros, inacessível àqueles com quem o filho teve que conviver durante um ano letivo. Por outro lado, decidindo “ficar do lado dos pais”, ele pode acessar mais uma vez essa manta de proteção que ofereciam – não devia encarar a vida como “se tudo viesse de mão beijada”, complementou João.

Vendo como a vida como “ela é”, seu filho deu mais valor à vida *como ela pode ser*, é o que sugiro pensarmos. E o que é esta, como me disseram os Santos? Uma vida tranquila, bem ordenada, com propósito, “em família”. Essa trajetória direcional pode variar em um outro momento, mas sua direção é apontada para frente, para o desenvolvimento pessoal e familiar. “É o que os pais têm que fazer, né? É o que uma família precisa fazer, [permitir] que o filho *evolua*”, diz João, orgulhoso.

Igualmente curiosa, ainda nesse ponto, é a menção que João fez ao espaço público de sua superquadra. Embora a bagunça e a desordem trouxessem contratempos cotidianos, levando muitos à desavença direta, a xingamentos, e mesmo a pensarem que a “escola não tinha que estar ali”, entendem os Santos que a escola como estava trazia “vida” àquele espaço. O sentido continua aí preservado. A vida que mantinham em família é um ideal que perseguiram e que atingiram; por vezes, gostavam de vê-la fora desses alicerces, como um exemplo de uma elasticidade que não lhes afetava diretamente. A vida como ela é.

Lima (Octogonal)

Sônia Lima mora no Setor Octogonal, com marido e filho, há 5 anos. Sou recebido por ela em uma segunda-feira, no fim da tarde. Recebe-me no pilotis, após ser avisada por Antônio, o porteiro do bloco, que eu estava a sua espera. Antes de descer, falo brevemente com Antônio sobre o Flamengo, uma vez que guarda uma bandeira do time ao lado da tela onde estão exibidas as imagens das câmeras do prédio. Está animado para as próximas rodadas e confiante de que o time vá bem, quem sabe ganhará títulos ao final do ano⁸⁴. Sônia é uma mulher branca, não muito alta. Está com roupa e tênis esportivos, porque, após nossa conversa, fará sua sessão semanal de exercícios funcionais. Essas sessões são feitas ali mesmo, na quadra poliesportiva da Área Octogonal 8, onde mora.

84 A entrevista foi feita em 2019. O Flamengo, para alegria de Antônio, foi campeão naquele ano: do Campeonato Carioca, do Campeonato Brasileiro e da Copa Libertadores da América, todas competições esportivas de futebol masculino.

O apartamento onde vive tem dois quartos. “É bem pequeno. A gente quer se mudar quando conseguir. Tem o nosso jeitinho”. Conversamos no sofá de sua sala de TV. Acima da televisão, há um quadro com girassóis e outras flores. Na estante, alguns livros. Não consigo notar todos os livros, vejo apenas alguns guias de viagem e biografias, entre elas a de Steve Jobs.

Começo pedindo à Sônia que fale um pouco sobre sua rotina semanal, seja na Octogonal, seja em relação ao trabalho. Sônia é servidora pública do GDF e trabalha 40 horas semanais. Ao menos, trabalhava, porque pediu, no momento, redução de jornada. Queria um tempo maior para si e para a família. “Estava é cansada e vem sendo muito, muito, muito bom...”, diz, com um sorriso largo. “Consigo ter um tempo para mim, dar uma caminhada, visitar umas amigas, está excelente assim”, complementa.

Com disponibilidade maior de tempo que o marido, Pedro, é Sônia quem vai buscar e levar o filho à escola. Murilo, de 8 anos, estuda num colégio particular do Sudoeste, o CIMAN, em período integral. Leva pela manhã e o pega ao final da tarde. Não precisa, por conta da integralidade da escola, preocupar-se muito com refeições ou em matriculá-lo em aulas de inglês. Durante as aulas, pela manhã e no contraturno, Pedro estuda, brinca, lancha, almoça e estuda mais e mais uma vez. Sônia, no momento, é a responsável pelos afazeres domésticos e pelas idas ao mercado, quando necessário. Como a Octogonal é próxima do CEASA⁸⁵ e de hipermercados, essas idas são mais rápidas do que seriam se morassem em outros lugares. Se tudo der certo, pretendem continuar no Setor Octogonal, quando puderem adquirir um imóvel.

Pedro, conta-me sua esposa, é advogado em um escritório. Por algum tempo, teve sua própria firma advocatícia, mas preferiu uma vida mais tranquila e menos atribulada, em uma empresa reconhecidamente profissional e que paga bons salários aos seus

85 Denominação mais comum das Centrais de Abastecimento S.A. No DF, é uma empresa de economia mista, ligado ao governo local. Nela, encontra-se a oferta de itens alimentícios (mas não somente), em preços usualmente menores que os encontrados em supermercados.

funcionários. Infelizmente, como é comum no “mundo dos advogados”, não tem muito controle sobre o tempo de saída do trabalho, ficando muitas vezes até 20h, 21h para resolver algum “abacaxi” que precisa ser urgentemente solucionado. “É o homem de confiança do chefe”, comenta.

A Octogonal, aponta, é com certeza mais segura que outros espaços do Plano Piloto, por ter disponibilidade, na entrada de cada uma das Áreas, de porteiros 24 horas, algo menos comum nas quadras 400 e 200 das Asas Sul e Norte, e limites cercados e securitizados. “É uma quadra com cerca e segura”, define. Isso permite que ela tenha relativa despreocupação com as saídas de seu filho com os amigos nos espaços internos de seu “condomínio” e mesmo com as suas próprias, porque os exercícios que faz semanalmente acabam quando o sol já se pôs. Alguns amigos que foram ao seu apartamento pela primeira vez, exemplifica, notaram a segurança do espaço, afirmando que desconheciam esse aspecto.

Sobre a escola de seu filho, Sônia aponta que o casal escolheu o CIMAM “rapidamente”.

É simples, Vinicius, conversamos com alguns amigos nossos e visitamos algumas escolas. Vimos que era o mais se adequava ao nosso orçamento, era perto daqui, bem perto, na verdade, tinha alguns filhos de umas amigas minhas que tinham estudado ali, pessoas que se deram bem na vida, então acabou sendo a melhor opção.

Ponto que, pelos fatores que ela enumerou, pode ter sido um processo de algum tempo, não necessariamente muito rápido. “Isso, isso mesmo, quando digo simples, quer dizer, a gente chegou à decisão satisfeito, o Pedro ficou feliz, a gente também, só que [a gente] pesquisou bastante, foi atrás de referências, viu se tinha acontecido alguma coisa, se [nós] podíamos confiar em pôr nosso filho na escola”, afirma Sônia. “Na verdade”, continua,

[...] desde antes que ele nasceu, a gente meio que começou a fazer pesquisa, conversar com gente ali, gente aqui, [foi] investigando. Quando ele chegou à idade [de ir para a escola], foi mais rápido, porque já sabíamos onde colocar e o que a gente ia ter que fazer para tudo sair direito.

Sônia e Pedro esperam que o filho faça um curso universitário, em Brasília ou onde quer que seja, “porque agora, né, tem o ENEM⁸⁶, o pessoal vai para mais longe”. Não vão, destaca, direcioná-lo a nenhuma escolha de curso, embora preferam que ele opte por algo que “seja mais certo, mais garantido”. “Tem profissão que paga menos, que o emprego está difícil de arranjar... [mas] se ele quiser, vamos dar o apoio, todo o suporte, porque é o que pais têm que fazer”. Consideram que ter o ensino superior é, hoje, fundamental: “Tudo bem, você pode virar músico, ser artista, ter uma empresa, o que for, mas ter um curso te dá uma base, até para concurso, né? Esses concursos mais gerais, assim”.

Questiono Sônia se consideraram, nesse período de pesquisa de escolas para o filho, instituições públicas de ensino. “Em algum momento, pensaram em alguma escola classe, em centro de ensino, aqui no Plano ou em outro lugar?”, pergunto. Sônia e Pedro não cogitaram essa possibilidade. Em verdade, sendo mais preciso, não se tratou, em momento algum, de uma alternativa.

Uhm...o que eu posso te dizer? Não, não pensamos. A gente já começou pesquisando, perguntando, buscando as informações com essas escolas [privadas], né? Não pensamos, não, para ser sincera com você, até porque... bom, nenhuma amiga nossa, nenhum amigo tem filho que estudou também. Eu não estudei [em escola pública], ele [Pedro] também não, meus pais sim, mas era outro tempo, completamente diferente.

Perto de seu apartamento, para além das cercas que envolvem os blocos da Octogonal, a EC 08, do Cruzeiro, não a atrapalha muito. O único problema é o trânsito de ônibus e vans, que deixa o ar mais carregado, poluído, porque trânsito, diz, “tem perto de qualquer escola, né, as crianças vão chegar como? [Elas] Têm que chegar de algum jeito hahaha”. Pouco pode falar mais a respeito da escola, acentua, porque não

86 O processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) engloba, hoje, todo o território nacional, num sistema de seleção unificada (Sisu), o que, por princípio, permite a ida de estudantes a universidades “distantes”, universidades para as quais, normalmente, ao menos no sentido empregado por Sônia Lima, não se candidatariam.

conhece muito sobre e porque não convive com pessoas que tenham filhos ou filhas lá. “Eu quase nem percebo, às vezes, tá ali, mas não tá, sabe? Então, para mim, é isso, está ok”, finaliza.

Agradeço sua colaboração, digo que devolverei o texto final, quando estiver pronto. Descemos juntos do elevador. Quando chegamos à quadra, ela se despede e em seguida cumprimenta suas colegas de atividade física, aparentemente todas da mesma idade. O professor é um pouco mais velho e logo já as saúda com um grito de guerra: “Hoje, ‘simbora’ lá, ‘bora, ‘bora, ‘bora!”

*

Convido a leitora e o leitor a pensarmos, por um breve momento, em pessoas que apareceram ao longo de minhas entrevistas, mas com quem tive interações apenas breves e sobre assuntos superficiais. Falo de Antônio, o porteiro do bloco residencial de Sônia e sua família nuclear, bem como de muitos outros a que fiz referência sob esse índice profissional.

Foram eles que, em boa parte das entrevistas, fizeram minha passagem do espaço público sob pilotis para o interior dos apartamentos; com uns e outros, falei sobre futebol, sobre o tempo seco ou chuvoso, sobre o trânsito; alguns me abordaram e me questionaram o porquê de estar ali, bem poucos, outros, muitos, me ignoraram. Foram eles que, em última instância, me “autorizaram” a entrar nos blocos, seja por um gesto no indicador biométrico numa porta de vidro, seja num apertado de dedo sobre um botão escondido na portaria. Para mim, exceção feita a um número bem pequeno, ficaram assim conhecidos, como porteiros. Mas, bem, sob essa categoria, há obviamente muito mais. Há gente.

Antônio ligou para Sônia. Outros comentaram sobre a intimidade que mantinham com tal ou qual família. Alguns viviam interagindo com moradores ou com os cães dos moradores, embaixo dos blocos. Alguns moradores que vieram me encontrar nos pilotis aproveitaram para buscar uma encomenda que estava na portaria, sob a guarda deles.

Veremos mais adiante, ainda, como podem ser acionados a uma posição de segurança do espaço, pela vigilância de câmeras, por acompanhar um comportamento “suspeito” ou *desviante*, por afastar pessoas *indesejáveis* das proximidades.

No caso do Setor Octogonal, há os porteiros dos blocos e outros que se ocupam da portaria central, por onde entram e saem veículos de moradores, visitantes, entregadores – por onde não entram aqueles que não deveriam estar no espaço. É por eles, a depender de como me porto, de minha cor, de com quem estou, do barulho que faço, da minha forma de andar, que passa uma definição de quem é quem num determinado espaço. Por ora, sigamos.

Sônia se referiu ao espaço onde mora de modo idêntico ao de Fabiana Pereira: um “condomínio”. Foi além. Definiu-o como uma “quadra com cerca e segura”, em contraponto às superquadras residenciais da Asa Norte e da Sul, que não contariam, em sua visão, com esse tipo de “proteção”. Era ali, cercada, que realizava boa parte de suas atividades cotidianas, ainda mais por estar sob um regime de trabalho que lhe dava maior liberdade de movimento e de organização de seu tempo. No dia em que a entrevistei, logo mais saiu para se encontrar com amigos de bloco e da Octogonal. “Sei não se eu ia fazer isso num lugar que não aqui”, me disse quanto estávamos no elevador ao sair de seu apartamento.

O casal não pretendia sair dali. Planejavam, caso conseguissem, comprar um apartamento ali mesmo, “saindo do aluguel”, para terem mais espaço. Isso dependeria de que seu marido Pedro ganhasse mais contratos no trabalho. Sônia afirmou que “não têm pressa” e que “tudo tem seu tempo”. Tempo importa muito na forma como o espaço é feito. Essa relação é ainda mais nítida aqui, quando há uma despesa mensal com a gestão financeira de seu imóvel – “ah, se fosse só o condomínio”, emendou Sônia, rindo. Eu digo o mesmo.

O filho de Sônia, Murilo, estudava em uma escola integral. Como entendia, sua presença durante todo o dia na escola permitia que interagisse mais com os amigos, que

fizesse diferentes atividades pedagógicas que não necessariamente atreladas à sala de aula e, além do mais, que conseguisse dividir melhor suas tarefas diárias. Qualidade do ensino e gestão do tempo, a seu ver, caminhariam em conjunto, como variáveis mais ou menos proporcionais da mesma equação.

Esta relação não foi exatamente igual quando estive em pesquisa no CEF 02 (Patriota de Moura; Januzzi, 2019, 2021), ocasião em que pudemos conversar com alguns dos familiares de estudantes dessa escola pública – conversas que mencionei no primeiro capítulo. Ali, os pais, as mães, os responsáveis nos afirmavam que a escola era um espaço onde seus filhos poderiam estar protegidos do mundo, em razão do que poderiam ficar menos preocupados com o que estariam fazendo, com quem estariam, onde estariam – a integralidade oferecida era medida pelo tempo passado *dentro* da escola (e, por conseguinte, “fora” do espaço público), sem um vínculo imediato com *o que* a escola proporcionava em termos de conteúdo; a qualidade como um valor adicional, mas potencialmente supérfluo. Daí ser relevante mencionar, por exemplo, o quanto a rigidez e a disciplina associada ao corpo diretor dessa escola pública eram fatores de peso na decisão de onde matricular um estudante. Neste ponto, ter alguém com apreço pelas regras e com disposição para ensiná-las e fazê-las valer na escola foi uma âncora discursiva relevante.

E como Sônia chegou a essa escolha? Foi, como me apontou, *simples*, isto é, depois de conversar com amigas e amigos, familiares, pesquisar algumas instituições, debater com o marido o que gostariam de ter numa instituição de ensino, o que teriam que fazer a depender de qual escolhessem, quanto poderiam pagar... depois de feito esse percurso e avaliadas diferentes estratégias e possibilidades, Murilo foi matriculado no CIMAN, para onde ia diariamente com sua mãe ou com amigos, de carro. O marco principal, como me apontou, dentro do qual gravitou para fundamentar sua escolha, foi em como Murilo poderia “se dar bem na vida”. Considerando todos esses critérios, esses elementos de decisão, nunca pensou numa escola pública. Em nenhum momento.

Contavam com uma bem próxima à Área onde moravam. Estava a alguns metros a pé. A Escola Classe do Cruzeiro, me disse, não os incomodava, a não ser pelo trânsito de vans e de outros veículos de transporte que conduziam estudantes. Este problema, contudo, não era próprio dessa instituição, senão estava atrelado ao fato de ser uma escola – tanto faria uma pública ou um particular, nesse sentido. Quanto a isso, Sônia foi mais relativista que outras famílias. Houve quem apontasse o trânsito das escolas classe como um problema, indicando logo depois que passavam um perrengue para chegar ao portão da escola (privada) de seu filho. Ou se tratava de um *problema* ligado a um tipo de ocupação institucional ou, igualmente, de um que é visto e lembrado porque é próximo – o trânsito como uma reclamação se ocorrendo *dentro* da minha superquadra.

No mais, Sônia considerou que sua relação com a escola pública era indiferente. A escola “está ali, mas não está”. Esta é uma boa linha reflexiva para entendermos algumas das características que permeiam os processos de autossegregação escolar. A escola pública, mais ou menos ausente do discurso, das estratégias, da vida cotidiana dos moradores de superquadras, *está ali, mas não está* – um espectro simbólico, por vezes espacializado, do que não se quer para a trajetória familiar, do que não se quer para si.

Gonçalves (Noroeste)

É sábado, sete da manhã. Estou sentado no Mercado do Pão, uma padaria do Setor Noroeste. Essa é uma das poucas entrevistas com moradores que faço fora dos espaços dos apartamentos. Assim preferem Felipe e Vilma Gonçalves, um casal de pouco mais de 30 anos, morador do bairro há 2 anos. Chego um pouco antes do horário marcado e logo ouço alguém me chamando pelo nome, provavelmente me reconhecendo pela foto de perfil do whatsapp. Sentamos. Felipe pede uma tapioca de frango, Vilma uma de queijo minas e tomate, junto com um café expresso. Perguntam-me se quero algo para beber e comer. Já havia tomado café antes de sair de casa, mas aceito mais uma xícara, dizendo que poderia pagá-lo. “Não precisa, você veio até aqui, fique à vontade”, começa falando Vilma.

Vilma é dentista, tem um consultório na Asa Norte. É branca e, no momento, veste uma roupa esportiva, com óculos escuros sobre a cabeça. Felipe é servidor público, trabalha em um órgão do judiciário desde o fim da graduação: “Não trabalho na área [em economia]”. Moram na SQNW 110, em um apartamento de dois quartos e duas vagas de garagem, um dos quartos já reservado ao filho que querem ter em algum momento do futuro.

O apartamento foi comprado com uma entrada alta e parcelas “infinitas” de financiamento, valores que devem conseguir pagar em cinco anos, “se tudo der certo”. Felipe é paranaense e veio para Brasília assim que aprovado no concurso. Vilma é brasiliense e se formou na Universidade de Brasília. Casaram-se em uma celebração pequena, apenas para familiares, a despeito do desejo de seus parentes mais próximos por uma “festa daquelas”. Em seu bloco, têm academia, cobertura coletiva, espaço para festas e brinquedoteca, todos itens que os convenceram de que valia a pena investir um pouco mais. Pontua Felipe,

Vimos [imóveis] em Águas Claras, no Sudoeste. Aqui os apartamentos estão mais novos, são maiores, não têm problema de vaga e tem a questão maior, que é o trânsito. Hoje, vir de Águas Claras para cá [o Plano], é um saco. O conforto que tem aqui, não sei se tem em outro lugar.

Felipe é um homem branco, tem barba cheia e também veste roupa esportiva. Chegou a morar em Águas Claras, logo que chegou ao Distrito Federal, mas ficou por pouco tempo, porque tinha que acordar muito cedo e não tinha hora para chegar em casa. “Academia, alguma aula, um bar com o pessoal, não tinha como combinar. Quando chovia, era uma merda”. Mudou-se para uma quitinete na Asa Norte, algo provisório, quando conheceu Vilma. Rapidamente, resolveram morar juntos. Foi para o apartamento dela na SQN 216 e, ao se casarem, chegaram aqui, no Noroeste.

Se consideram o Noroeste o melhor espaço de Brasília, a vida na capital, por si só, é vista como qualitativamente melhor que outros lugares e cidades do Brasil. “Ou seja, se você for parar para pensar, o pessoal chama Brasília de ilha, né? É como se a gente

tivesse no melhor lugar dessa ilha, um lugar que tem de tudo, onde a gente consegue fazer tudo que a gente quer, num apartamento que eu nunca imaginei que iria ter”, continua Felipe. “Da minha casa, a gente mora no terceiro andar, quando tiver o Parque, vou ter uma vista do cacete. Estamos de frente para a W7, perto do lugar ali de exercício [o PEC], tem nem o que falar”.

Menciono os contratempos que alguns moradores anteriores me contam ter passado e pergunto se vivem alguma dificuldade que queiram relatar. Vilma menciona apenas a W9, ainda inexistente⁸⁷, não tanto porque precisa dela no momento, mas por ser um item que foi alardeado quando da compra do apartamento. “Por enquanto, a via aqui do lado [a W7] funciona bem. Quando tiver mais gente, aí a gente precisa ver”. Com relação aos povos do Santuário dos Pajés, não se julgam aptos a falar. Vilma afirma: “muita gente fala muita coisa... não tenho nada do que reclamar. Você me diga se atrapalham, eu não acho, tem espaço, se sempre estiveram aí, ok, está mais do que certo. Eu que não quero brigar por algo errado”.

Como haviam mencionado que planejam ter um filho, inicio o momento da conversa sobre escolas e educação. Vilma e Felipe ainda não pararam muito para pensar nisso. Avaliam, no entanto, que uma escola deve preparar o estudante em duas direções: (i) uma profissional, que contempla uma boa formação científica, com oferta dos melhores conteúdos nas disciplinas ofertadas; (ii) outra “humana” e “cidadã”, preparando a pessoa não somente para o mercado de trabalho, mas para o “convívio em sociedade”. “Você imagina, o cara sabe de tudo, é um nerd, um cabeçudo, [mas] não sabe dar um oi, ter uma conversa, não respeita nada, nem ninguém. Não dá, tem que ter, isso é mínimo”. Os pais de Vilma e de Felipe não hesitam, contam-me, em darem palpites sobre onde devem ser educados seus netos. Acham que não faltarão boas opções. “Aqui na beira [do bairro, na W5]”, menciona Vilma, “tem um punhado delas, só passar de carro ali, tem um corredor de escola e é aqui pertinho”.

87 Inexistente à época, a W9 Norte, ou, como é chamada pelo governo local, a Avenida dos Ipês, foi inaugurada no início de abril de 2021, ainda sem iluminação.

Em resumo, mais uma vez, “é simples”. “Parando para ver, é simples, Vinicius, não tem muito para onde correr. Claro que tem uma opção que hoje é boa e não pode ser amanhã, as coisas mudam, mas, estando atento, você acompanhando, tudo pode caminhar bem”, diz Felipe. E em escolas públicas, pergunto. Seria possível? Vilma é quem responde.

Bom, como te dissemos, nunca pensamos muito sobre, então, não dá para dar certeza absoluta... se a gente escolheria... por um lado, você tem essa experiência com outras pessoas, com o que não está aí no seu dia, você pode enxergar o mundo de outra forma, ampliar horizontes... mas, eu fico pensando se, mesmo assim, é o suficiente para que a pessoa possa ter um futuro, quer dizer, mais sólido, de passar em vestibular, de ter uma boa formação, maior que a da sala de aula. É uma coisa que estou pensando, não sei te confirmar... acho que, no mínimo, tem menos formação fora de sala, né? Aí tem algo que complica...

Felipe acrescenta que, se fosse o caso, uma escola pública seria uma experiência mais dos primeiros anos escolares, quando *não* saber determinadas coisas, alguns conteúdos, não é prejudicial. Mais à frente, todavia, isso pode vir a ser um elemento de diferenciação: “se você teve na escola uma preparação para o vestibular e se você não teve... é diferente. Depende do aluno, claro, se ele se esforçar, pode se garantir, [mas] sai com atraso, fica prejudicado”. Isso, pontua, não é culpa de estudantes e professores, senão de uma desatenção geral para com a educação pública, há anos com recursos financeiros “minguados” e sem apoio. “Se os filhos dos políticos não estudam lá, se o filho de quem está em cima não estuda, fica assim, largado”.

Por último, questiono ao casal o que significaria uma escola pública no Noroeste, para os moradores e para a rotina do bairro. Vilma fala que a presença de uma ou mais escolas desse tipo poderia ser um ganho a todos.

Os moradores, é aquela coisa, não iam colocar [seus filhos], eu acho, mas e quem trabalha aqui? Parece até feio falar isso, mas o pessoal tem o direito de ter escola perto do trabalho, então, seria bom. Daria uma outra cara para o bairro. Aliás, se eu tenho a criticar [o bairro], acho que o Felipe concorda, é

o risco de isso aqui virar uma ilha pelo lado negativo, que é ficar todo mundo fechado aqui achando que esse é o mundo real, é o mundo certo. E não é.

Felipe acena, concordando.

*

Entre os 70 grupos domésticos com as quais mantive contato, a minoria foi de casais sem filhos. Seus apontamentos me mostraram, no entanto, uma faceta do planejamento familiar que, se estava mais ou menos nítida no grupo com filhos, aqui ficou exacerbada. Os casais com quem conversei não têm filhos, sim, mas se programam para tê-los e constroem suas biografias, suas trajetórias, tendo em mente essa possibilidade.

Felipe integra um perfil comumente associado à Brasília, o de pessoas que entraram para o serviço público mediante concurso. Foi este o status que garantiu, nos primeiros anos da cidade, o acesso – ainda que diferenciado – aos imóveis recém-construídos da Asa Sul. Era segundo essa baliza que os novos moradores de superquadra seriam distribuídos nos blocos residenciais. Apartamentos funcionais, com diferentes tipos de arranjo, de detalhe e tamanho, entregues a distintas posições dentro do serviço público. A classe seria um determinante de menor peso, estando associada não necessariamente à posição nas relações de produção (Marx, 2011; 2017), senão aos ganhos e símbolos vinculados à função pública exercida. Esse “roteiro”, se assim podemos chamá-lo, logo caiu por terra, com a permissão de venda de imóveis e não apenas de sua cessão via programas estatais (Paviani et al, 2010a; Holston, 1993).

A mudança de Felipe ocorre nesse outro momento da capital modernista. Primeiramente, vai para Águas Claras, porque era o que sua renda lhe permitia. Não suporta enfrentar o trânsito diário ao trabalho, ainda mais sob chuva. Já com Vilma, muda-se para a Asa Norte, quando “descobrem” um novo bairro, o Setor Noroeste. Outra mudança de “roteiro” aqui. Lá atrás, quando de minha dissertação, em entrevista com o primeiro presidente da Associação de Moradores do Noroeste (AMONOR), João Pereira, uma de suas principais reclamações era de que o projeto original do bairro não contava

com apartamentos menores, de um e dois quartos. Os blocos construídos segundo essa oferta, esse padrão, levariam o trânsito local a um gargalo, comum a outros espaços do Distrito Federal, e trariam ao Noroeste moradores que não poderiam arcar com o custo de vida que tinha o bairro. Viraria uma “bagunça”.

Uma mudança, outra mudança, e Felipe e Vilma “puderam” comprar um imóvel no Noroeste, com condições de financiamento que exigiam um controle orçamentário muito rígido de sua parte – situação bem distinta da que lemos sobre os Portes, os Garcia ou os Carvalho, com imóveis espaçosos e quitados até que rapidamente, isso quando não à vista. À época de nossa conversa, ainda pagavam pelo imóvel. Seu apartamento tinha dois quartos, um deles já reservado para um futuro filho.

Para Felipe, o Noroeste era o melhor “lugar” dentro de uma ilha. Se Brasília é um conjunto espacial e simbolicamente privilegiado, seu bairro era como que um exemplo marcado de esgarçamento desse privilégio urbano; uma ilha relativamente exclusiva dentro de um arquipélago maior. Mencionou, como traços dessa distinção, a proximidade da via W7 e do Parque Burle Marx, não inaugurado naquele momento e nem agora, quando escrevo esta tese. A via W9, um “sonho” dos primeiros moradores (Januzzi, 2016a), por sua vez, foi aberta (Fotos 26 e 27).

Felipe adicionou que o Parque, do alto de seu terceiro andar, vai lhes proporcionar uma vista “do cacete”. Mais uma vez, uma menção ao que denominei antes de *luta pelo céu*, uma forma discursiva que destaca o acesso especializado ao horizonte brasiliense como parte de uma trajetória familiar e individual ancorada no progresso e no acúmulo, num *projeto* de valores e práticas específicas. Com o tempo, o que pude perceber é que o número crescente de blocos residenciais no bairro

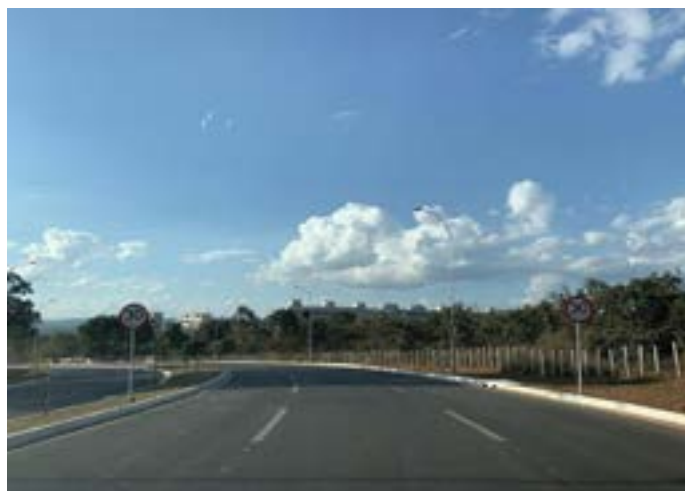


FOTO 26 Via W9 norte, com Santuário dos Pajés à direita e blocos residenciais ao fundo. *Autoria: Mariana Cartaxo, 2021*

tornou esta luta ainda mais escancarada. Blocos que antes estavam com a “vista livre” ganharam fachadas vizinhas que impedem ou bloqueiam a observação do horizonte; outros, como os Gonçalves, nunca terão este problema, a princípio, uma vez que não serão construídos blocos numa via de circulação automotiva e pedestre.

Sobre os povos que habitam o Santuário, os Gonçalves me convocaram. Talvez por associarem um antropólogo aos estudos de povos indígenas ou, mais simplesmente, ao fato de eu estudar com os moradores do bairro há um tempo. Não pediram diretamente minha opinião, mas indicaram que não eram os mais aptos a falar sobre isso. Vilma acrescentou que não queria fazer considerações em cima de algo “errado”. Neste formato, sua ponderação não deixa de ser minoritária entre os que conversei, ou ávidos por criticar a presença indígena no bairro (cronologicamente, seria o inverso, a propósito), ou indicando certo bucolismo quanto a indígenas e brancos no “mesmo” espaço.

Vilma me indicou, ainda, que não entendia a escola pública como um problema para o Noroeste, se instalada ali. Considerava-a até como um convite à alteridade, ao encontro da diferença, para que o bairro não ficasse mais ilhado, encerrado em si mesmo, cujos moradores o encarassem como o “mundo certo”, o “mundo real”. Real aqui tem um sentido



FOTO 27 W9 Norte, com Santuário dos Pajés à direita e ao fundo, com a presença de uma catadora de materiais recicláveis e sua cargueira.

Autoria: Mariana Cartaxo, 2021

múltiplo. No mínimo, arrisco dizer que está associado à contraposição entre maioria e minoria, entre o que “muitos não têm” e “poucos têm”, em termos de propriedade, acesso ao Estado, facilidades em bens e serviços, etc. Vilma esperava que uma instituição pública funcionasse como uma âncora nessa linha. A escola, aliás, poderia receber os filhos de quem trabalha no Noroeste, mas não mora no bairro, não tem um apartamento. “O bairro teria outra cara”, adicionou.

Disseram-me que nunca pensaram muito sobre a escolha de uma escola para seu filho ou sua filha. “É simples”, emendaram. Todavia, já me expuseram que uma escola tem que cumprir uma função pedagógica dupla: profissional e cidadã. Só “saber” conteúdos, aprender matemática, física, gramática, é insuficiente se um estudante não aprende “a viver em sociedade”. Entre essas exigências, consideravam que as escolas particulares próximas ao Noroeste, na “beira da W5”, eram boas opções.

Ainda tendo em mente essas exigências, nunca pensaram detidamente em uma escola pública, a não ser nos anos iniciais de educação, quando não haveria muita diferença entre “saber” e “não saber”. Isto é, as funções pedagógicas, a seu ver, seriam inevitavelmente desproporcionais: a formação cidadã como secundária à profissional, ao encaminhamento ao mercado de trabalho. Trata-se, afinal, de um mundo “de concorrência”. Quem se prepara melhor para o vestibular, tem mais chances de ingressar em boas universidades e “seguir bem” depois. Aí neste ponto, há, sem dúvida, como me disse Felipe, um critério de “diferenciação”, decerto não cumprido pelo ensino público, senão pelo que lhe *falta*.

Silva (Asa Sul)

Manuel e Priscila Silva moram num apartamento de dois quartos na Asa Sul, na SQS 205. Ele é piauiense, ela é rondoniense, ambos são servidores públicos federais. Conheceram-se durante a graduação na Universidade de Brasília e passaram em concursos diferentes, mas ambos ligados à carreira de formação, direito. Manuel é um homem negro, de pouco mais de 30 anos, e está com roupas casuais e chinelos havaianas. Priscila tem idade similar, é branca e está com vestido “de casa”, como ela mesmo disse no dia em que conversamos. É 7 de setembro de 2018, um feriado, ocasião que disseram ser a melhor para a conversa, “tanto pela folga na semana, quanto porque a gente não gosta dessa patriotada desmiolada”, menciona Manuel, logo no início da conversa, feita na sala de estar de seu apartamento.

Priscila pede que explique, “com mais detalhes”, os objetivos e a metodologia da minha tese. Explico os contornos gerais da pesquisa, ponderando que a etnografia é um exercício, em primeira instância, de adaptar-se às circunstâncias e aos movimentos do campo. Parecem interessados na proposta e pedem referências de textos e vídeos, caso tenha, que envio por whatsapp tão logo chego a minha casa. Agradecem e o papo termina aí.

Priscila e Manuel vivem na Asa Sul desde que se mudaram para Brasília, há pouco mais de 10 anos. Adoram a vida no Plano, saem aos finais de semana para bares e restaurantes próximos, visitam amigos, fazem churrascos, caminham/correm no eixão (do lazer), andam de bicicletas pelas ciclovias. “Fazemos de tudo, vamos para tudo quanto é lugar, [vivemos] a vida mais agitada, vamos para o cinema, para o teatro, para o CCBB⁸⁸, para o Lago⁸⁹”, pontua Priscila. Fazem todas suas atividades semanais no Plano Piloto, indo em alguns momentos para o Guará, para Águas Claras ou para Taguatinga, quando precisam resolver algo específico da rotina familiar ou para visitar alguns amigos. Costumam, ainda, viajar bastante para cidades próximas ao DF, como Pirenópolis e Alto Paraíso.

A opinião de ambos é que Brasília possibilita que se viva uma vida de qualidade incomparável, em se tratando de Brasil. Manuel, por exemplo, considera que o Plano Piloto é um dos espaços mais seguros do Brasil e não entende muito o medo que muitos moradores dizem sentir.

Cara, se você pegar os números, for acompanhar a rotina, tem quantos roubos, assaltos, quantas [são] as situações de violência? E quem é que sofre na pele? Pessoal se preocupa com isso, mas não sei se teria [porquê]... e com o barulho, né? Não tem uma semana que não tenha reclamação de barulho aqui na quadra. É um saco, uma aporrinhção, ‘não dá, não dá, não pode isso, não pode aquilo’. Querem que a cidade seja só de quem mora aqui?

88 Centro Cultural Banco do Brasil, espaço que oferece espetáculos, exposições, mostras e eventos culturais. O CCBB de Brasília foi projetado por Oscar Niemeyer.

89 As orlas do Lago comportam uma série de equipamentos públicos de uso diversificado (para a prática esportiva, para o lazer, para eventos).

Priscila concorda com o argumento do companheiro, como o chama, indicando que a “sensação de segurança” varia conforme se é homem, mulher, negro, branco, criança, idoso, se se está a pé ou num carro, se se anda de ônibus, nas passagens do eixão. “A segurança”, diz, “não é um fato único, afeta as pessoas de jeitos diferentes, né? Isso sem contar o individual”.

Pergunto sobre a percepção que têm das escolas públicas e se colocariam seus filhos em uma. Manuel e Priscila estudaram em instituições privadas, ele em uma religiosa, por ter pais mais “tradicionais”. Tiveram, segundo informam, as melhores condições possíveis, com acompanhamento próximo de docentes, com cursos extras, com apoio familiar. Entendem, entretanto, que essa não é uma oferta “exclusiva”, “única” de escolas particulares, e que é preciso, cada vez mais, que se escolham as instituições públicas para que sejam valorizadas com o tempo.

Priscila argumenta.

Pegue as universidades [públicas], todo mundo quer, todo mundo tenta, se esforça para entrar. É pública, né? Aí, antes, o que acontece? As pessoas preterem, mandam para longe, falar de escola pública para o seu filho, se você pode pagar [uma particular], parece um crime – só ouvir minha mãe hahaha”.

Para ela, a preparação de uma escola pública “boa” com outras privadas não deixa nada a desejar, sendo preferíveis as primeiras pelo contato com a diferença, pelo aprendizado da diversidade e pela “vivência” “crucial” de uma instituição que “é de todos e para todos”. “Você tem um conflito, passa por um problema, não pode interferir quanto você ganha, onde seus pais trabalham, tem que ser resolvido na conversa, no diálogo, na construção de um caminho”, menciona.

Não enxergam problemas relacionados às escolas públicas nas superquadras próximas.

Priscila continua:

Você tem problemas? Você tem pessoas que abusam? Há estudantes que bagunçam? É claro que tem, é assim em qualquer lugar, é assim na [escola]

particular também. Mas fazem o quê? Escondem, jogam para debaixo do tapete, mudam de escola. A vida do cara é alterada? Nada, continua na dele, continua numa boa. Aí parece que, por ter uma escola pública, por vir gente da perifa para cá, muda tudo, é um espaço de bagunça no meio da coisinha toda organizada que é a quadra, toda bonitinha. Vão para o inferno, sabe? As pessoas têm que saber que existe um mundo lá fora, que tem algo mais que a vidinha delas.

Por ora, não planejam ter um filho ou uma filha. “Vamos esperar um pouco mais, até estarmos mais seguros”, comenta Manuel. “Queremos que ele, ela, tenha uma base de apoio, uma situação mais equilibrada, da gente mesmo, né?”, finaliza.

*

Manuel e Priscila destoam do “perfil” que mais comumente encontrei em campo, entre moradores e moradoras de superquadra. Manuel era negro, num espaço marcadamente branco. Seu discurso era, em linhas gerais, mais receptivo a pessoas de “fora da quadra”, por mais impreciso que seja o termo. Entendiam-se, sim, como parte de uma escala mais ampla de fluxos e movimentos urbanos. Outros também o fizeram. Contudo, tendiam a encarar isso de forma mais positiva, em tom denotadamente crítico àqueles com quem compartilhavam um bloco, uma superquadra, uma cidade. Mantinham um estilo de vida com o qual me aproximo, frequentavam espaços relativamente similares, tinham uma rotina similar à que eu tenho em Brasília – um tanto quanto distantes das configurações mais presentes em outros grupos domésticos. Falemos um pouco sobre cada um desses pontos.

Conheceram-se na graduação em direito, na Universidade de Brasília. A condição de pessoas não nascidas em Brasília, inclusive, facilitou esse encontro. “A gente era de fora do eixo, né, veio pra estudar, aí [nós] vimos que tínhamos ainda mais em comum”, afirmou Priscila. Compartilharam, posteriormente, uma aprovação em concurso público federal. Nunca se casaram, ao menos não segundo as regras cartoriais desse acordo; tornaram-se “companheiros” de “jornada”, compartilhando deveres, responsabilidades e “sonhos”.

Foram esses “sonhos” que mais os fizeram se aproximar. Ao longo da graduação, participaram de diferentes grupos do movimento estudantil, foram a muitas manifestações juntos, alguns de seus amigos foram presos. Não se tratou, contudo, da mesma experiência, como ponderou Priscila: “Manuel tem um corpo que é, é, alvo, eu não. É bem diferente ser ativista assim”. Essa distinção racial, se presente à época, não deixou de ser parte de sua experiência urbana enquanto morador do Plano Piloto. Na Asa Sul, e na superquadra onde moravam, Manuel via poucas pessoas negras moradoras. Elas eram, em maioria, trabalhadoras dos prédios, funcionárias dos comércios, das escolas; “eu sou uma minoria aqui, mas sou de uma maioria, né?”. Referia-se, evidentemente, à maior proporção de pessoas pretas e pardas na população brasileira, algo que se repete no DF (Codeplan, 2014). A cada duas semanas, recebiam uma diarista em seu apartamento, porque não conseguiam dar conta da limpeza “necessária” do apartamento. Contavam aí com a divisão de trabalho/doméstica ancorada na oferta de que faz uso Fernanda Lopes; seu tempo “livre” está também associado a essa disponibilidade.

Priscila e Manuel tinham uma rotina “cheia”, como pontuou ele. Encontravam-se bastante com amigos de trabalho e dos tempos de universidade. Frequentavam exposições, festivais de música e de dança. Costumavam (quando não havia uma pandemia exigindo o isolamento físico) ir a muitos dos eventos realizados no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), a pouco menos de 15 minutos de seu bloco, de carro, ou pouco mais de meia hora, de bicicleta. Utilizavam-na muito como meio de transporte, a propósito, para ir ao trabalho, para irem e voltarem (“bêbados”) de um bar, para as atividades de lazer. Iam às orlas do Lago Sul e do Lago Norte, seja “só pra passar o tempo, olhar pro nada” ou se encontrar com conhecidos. Faziam o mesmo no eixão do lazer, não sempre.

Isso tudo, segundo me apontaram, num dos espaços mais seguros do Brasil. Referendaram essa afirmação com base em números, indicando o quanto os índices de violência (de roubo, de furto, de sequestro, etc.) eram comparativamente menores na

Asa Sul em relação a outras regiões do DF. Priscila completou dizendo que a sensação de segurança é sempre uma medida relativa, relacionada a quem você é e o que faz.

Daí que concluíram que quem mais deveria “ficar preocupado” com os números não seria o “morador típico daqui [da Asa Sul, do Plano Piloto]... assim, se você é mulher, talvez mais”, indica Manuel. Já argumentei antes e não custa lembrar, ademais, como a *segurança* é um índice que, se associado a números e a “fatos”, é também produto de uma circulação subjetiva de referências simbólicas, de julgamentos corporais e de processos outros no espaço urbano – e não apenas nele (Borges; Machado; Patriota de Moura, 2014; Tseng, 2019).

Essas considerações levavam os Silva a não se identificarem com seus vizinhos imediatos. “Reclamações de barulho”, por exemplo, eram comuns; injustificadas, a seu ver, por não entenderem, primeiro, a pertinência delas e, segundo, sua abrangência. Há sons que incomodam mais, outros que incomodam menos, como ponderei no prólogo; entre esses, o dos estudantes das escolas públicas. Sobre elas, Manuel afirmou que ele e Priscila já refletiram sobre a questão e consideravam matricular um futuro filho numa. Enfrentada a possibilidade de o ensino oferecido “não ser o melhor”, é nela que teria contato com a *diferença* e a *diversidade*, seja por conta de serem majoritariamente frequentadas por pessoas “da perifa” ou por pessoas negras, o que seria menos comum numa escola particular.

Entendiam, por fim, que a “bagunça” da escola pública é similar à de outros colégios, públicos ou particulares. “Vinicius, são dois pesos, são duas medidas”, explica Priscila, que ainda diz: “Nossos vizinhos vão pensar que colocamos porque somos os diferentes [faz um sinal de aspas com a mão esquerda]. E estão certos, né?”. Depois de gargalharem juntos, é Manuel que me respondeu que não pretendem ter filhos, por ora, precisam ter um “equilíbrio” maior. O equilíbrio não difere muito do que outros me apontaram, ou por essa categoria, ou quando indicaram a “solidez” como uma característica desejada na vida urbana, em suas trajetórias familiares: acúmulo de reservas financeiras, a propriedade ou o início do pagamento de um imóvel financiado, a realização profissional

de cada um. Priscila Silva enumerou um fator que é “essencial pra eles”: “aproveitar mais a vida, viajar, curtir... depois a gente fica sem dormir um pouco, né? hahahaha”.

Moreira (Octogonal)

Carla Moreira mora no Setor Octogonal há três anos. Divide com seu marido um apartamento de dois quartos, menor do que os demais em que estive, mas razoavelmente espaçoso. Carla é uma mulher branca, com menos de 30 anos, é advogada. Formou-se recentemente, em uma instituição de ensino superior da cidade. Seu marido, Fred, é um pouco mais velho e se formou na mesma faculdade, no mesmo ano. O casal tem dois carros, recém-comprados. Com rotinas parecidas, mas trabalhando em lugares diferentes do Plano Piloto, “é a única alternativa”, diz Carla logo de início.

Sou recebido pela anfitriã em sua sala de estar. Ao longo da conversa, ficamos sentados em sua mesa de jantar, onde bebemos café e comemos biscoitos de nata, por ela oferecidos. Carla trabalha quase todos os dias da semana, em seu escritório na Asa Sul. Acumula, além do trabalho, um curso de mestrado e aulas de italiano. Fred é especialista em outra área do direito e prefere não ter o próprio negócio; trabalha no Setor Comercial Sul. É mais responsável que ela pelos trabalhos domésticos, os mais rotineiros. A “faxina pesada” é feita por uma diarista, que vem ao apartamento duas vezes por semana. Como almoçam perto dos seus trabalhos, não têm que se preocupar em cozinhar. À noite, preparam “alguma coisinha rápida” e aos finais de semana vão a algum restaurante ou pedem comida via delivery.

Antes de se mudarem para a Octogonal, Carla e Fred dividiram um apartamento na Asa Norte, por pouco tempo. A mãe de Carla, viúva, aposentada, ajudou o casal a iniciar o financiamento do imóvel. Após quitá-lo, pretendem usar o dinheiro da venda, mais o que estão economizando no momento, para comprar um “maior e melhor”. “Queremos que seja aqui no Plano. A gente quer ver tudo, né, mas se for no Sudoeste, ou ali no Noroeste, algo mais novo, um lugar maior, com piscina, academia, facilita. Aí você tem tudo em casa, nem precisa sair, está tudo ali”, comenta Carla. Como Fred não está em

casa quando conversamos, um sábado pela manhã, ouço dela que ele concorda. Se precisarem, recorrerão novamente aos pais ou a um financiamento. “Ainda que a gente demore mais para pagar, um imóvel desse é para a vida”.

Atualmente, pondera Carla, ela e o marido estão com uma rotina bem apertada, com poucos intervalos de folga e muito tempo dedicado ou ao trabalho, ou aos estudos. Nas horas vagas, ou se exercitam, em uma academia do Sudoeste, ou veem alguma série. Encontram-se ocasionalmente com amigos e uma vez por ano com suas famílias, que moram em diferentes cidades do interior de Minas Gerais, de onde vieram para estudar em Brasília. Muito raramente, quando estão cansados do apartamento, descem e ficam nos bancos da quadra poliesportiva próxima de seu bloco. Fumam um cigarro, jogam conversa fora, às vezes encontram um vizinho ou vizinha. “A gente fica mais aqui [no apartamento], morrendo de sono e já pensando no que fazer amanhã”.

Ambos entendem, segundo Carla, que esses “anos de sacrifício” terão um retorno positivo em breve e ainda maior a médio e longo prazo. “Em [termos de] conforto, recurso, dinheiro, tempo para viajar, segurança, a gente estica a corda e depois aproveita”.

Carla fez o ensino fundamental e o médio em uma escola privada de sua cidade natal. Considera que não era “a melhor escola do mundo”, mas comparada a outras da cidade, todas públicas, “ganhava de longe”. “Conhecidos meus que estudaram nessas [outras, as instituições públicas], a maioria não se formou, não saiu da cidade. Da minha [escola] [tem] mais, é maior [a proporção]”. Comento que em Borborema, minha cidade natal, tenho impressão semelhante e pergunto se ela imagina o porquê em relação aos seus colegas. “Ah, difícil falar uma razão, uma coisa só. O que eu vejo é que muita gente não quis mesmo, os pais não estimularam, não forçaram, não incentivaram. [Com] meus amigos foi isso, pelo menos, faltou aquele empurrãozinho, [a pessoa] se acomodou”, conta. “Na escola pública, penso que é maior, porque tem também a questão de os professores penarem mais, serem, né, estimulados, não tem muito, receberem menos, por um monte de coisas. Aí, dá nisso”.

Carla acrescenta que poucos estudantes de escolas públicas querem fazer um curso superior porque precisam de recursos financeiros de maneira mais imediata, seja para sustentar a família (mães, pais, filhos, etc.), seja para pagar alguma dívida de compras supérfluas.

O cara compra uma moto com 18 anos, gasta tudo o que tem, chega na hora de fazer uma faculdade e faz o quê? Não faz nada, porque nunca chega a hora, o cara já gastou tudo. Com o tempo, se algum dia pensou em fazer algo, já tem filho, tem mais conta para pagar. Não tem mais como. É viver o hoje. O que não tem nenhum problema também, pode anotar aí hahaha [apontando para meu caderno, que coloquei sobre a mesa], são jeitos de levar a vida. Cada um vai vivendo como pode.

Considera, contudo, que não colocaria o filho, a filha – “queremos apenas um” – em uma escola pública, mesmo que fosse em uma ao lado do seu apartamento, nem em uma da qual ouvisse boas recomendações. Para Carla, há ainda o fator motivacional, isto é, “nesse ambiente, se os seus colegas não querem cursar uma universidade, querem terminar os estudos no terceiro ano, você tem menos estímulos para seguir adiante. Você parar por ali se torna algo mais comum, né? Então, acho difícil, também por conta desse fator”. Outro critério substancial é a segurança, porque entende que, em escolas particulares, a vigilância é maior. “Se você faz algo de errado, ou vai ser expulso, ou vão ‘te convidar a sair’. Você leva uma bronca dos seus pais, ou os outros [pais] criam um constrangimento”. O estudante, com esses “estímulos”, tende a andar mais na linha.

Sobre uma escola pública ou escolas públicas no Setor Octogonal, entende não ser um problema, ainda que não saiba julgar se sua opinião é compartilhada com mais pessoas do bairro ou do Plano. “No nosso caso, é mais simples, não? Digo, mesmo que tenha algo mais sério, a gente está cercado, o condomínio é fechado, com segurança, com vigilância. Não garante segurança total, mas não chega gente aqui”, diz Carla. “A que tem aí [EC 08], deve ser a coisa que te falei. Não parece que é ruim, mas como é que faz para ser boa?”, finaliza.

*

Os biscoitos de nata estavam ótimos.

Carla Moreira me recebeu em seu apartamento numa manhã de sábado, durante o período de seca no Distrito Federal. Essa referência à seca foi comum nas conversas que tive com moradores ao longo dos últimos anos. Também foram bons temas para se iniciar uma conversa com porteiros, logo ao chegar aos blocos residenciais, ou para os papos banais que emendei vez ou outra enquanto andava pelo Sudoeste, pelo Noroeste ou pela Asa Sul. “Hoje tá seco, né? Tá difícil, tomara que logo chova” era uma frase que, em algumas variações, ou me eram ditas, ou eu acabava por dizer. A partir daí, uma possível conversa se desenvolvia.

No Setor Noroeste, cheguei até a distinguir a rotina diária do bairro segundo uma divisão temporal entre os *tempos de seca* e os *tempos de chuva* (Januzzi, 2016a). Na ocasião, entendi que, por mais que o cotidiano não fosse substancialmente alterado nesses períodos do ano, alguns movimentos, fluxos e encontros se davam em um e não necessariamente no outro. Isso, de algumas maneiras, repetiu-se ao longo desta pesquisa.

Quantas não foram, afinal de contas, as referências ao trânsito e a sua piora com “a chuva”? Quantas referências não foram feitas ao apartamento “sujo” por conta do “poeirão” que se levantava dos gramados amarelados pelo tempo relativamente grande sem chuva? Quantas, ainda, não foram as indicações de que o Sudoeste e o Noroeste eram terras mais áridas, em seus inícios, com transformações urbanas posteriores que diminuíram o impacto climático na sociabilidade ordinária? No Sudoeste, por exemplo, contou-me Mário Costa, a terra não asfaltada virava barro durante a chuva. Como boa parte da população do bairro utilizava o carro, pronto, tudo se tornava mais difícil.

No início do trabalho de campo do mestrado, porque ou ia a pé, ou de ônibus ao novo espaço, um dos primeiros gestos que fazia ao entrar nos apartamentos era pedir desculpas pelo estado de meus sapatos, que, de preto ou de outra cor, ganhavam um tom amarelado, esmaecido. “Vocês me desculpem, vim a pé, e não consegui deixar

eles limpos”, era o que emendava assim que os anfitriões me abriam as portas de seus apartamentos. Seguiam-se, muitas vezes, os “que isso”, “sem problemas”, “o bairro tá assim mesmo”. A etnografia, bem sabemos, mora nos detalhes.

Esse “incômodo”, na situação dos Moreira, era mais sutil por utilizarem o carro como o principal meio de transporte no dia a dia. Carla complementou que esse uso era “a única alternativa” no Plano Piloto, algo com o que poderiam concordar os muitos críticos do rodoviarismo do modernismo brasileiro.

Se há, no entanto, um “estímulo” espacial à utilização veicular, trata-se, ao meu ver, de uma relação com o espaço também mediada por um estilo de vida em particular. Como argumenta Caldeira (2000), veículos automotivos, quer sejam para maiores ou menores distâncias, compõem uma forma socialmente conformada de se viver o espaço urbano. Ir de carro, ademais, ajuda Carla e Fred na gestão de seu tempo. Com eles, conseguiam ir aonde queriam e voltar de onde queriam com mais rapidez. Como estão sempre “correndo contra o tempo”, sintetizou Carla, era o melhor a se fazer.

A escola pública que ficava próxima ao espaço onde moravam não lhes era um problema, me diz Carla. Não pela escola em si, sobre a qual afirmou que não podia opinar, mas pelo modo como definiu a Octogonal: um “condomínio”, cercado e vigiado, portanto, seguro – uma superquadra, segundo definia, mas uma superquadra *fechada*. Se moravam ali, todavia, pretendiam se mudar assim que tivessem condição financeira suficiente para adquirir um imóvel em outro bairro da cidade. Citou o Sudoeste e o Noroeste como aqueles para onde gostariam de se mudar, não tanto pela proximidade em relação aos seus locais de trabalho, mas pela oferta, em blocos residenciais, de academia, áreas de lazer. Pesaria positivamente o fato de terem apartamentos mais novos e maiores. Um investimento, mesmo que alto, seria “para a vida toda” e faria com que saíssem bem menos de seus apartamentos. Estaria “tudo ali”, conclui Carla.

A proximidade e a oferta de serviços foram critérios decisivos não apenas para os Moreira, senão para quase a totalidade dos grupos domésticos entrevistados. Estar *perto* do

trabalho, da escola (privada) do filho, da filha; estar também a poucos quilômetros (de carro) de um supermercado bom, de uma academia, de parques, de padarias, de cafés. Estar perto, por sua vez, pode significar estar *longe* do que não se quer: para Carla, se era indiferente a escola pública estar ao lado da Octogonal, para outros, não.

Esses dois critérios são fruto de uma *conquista*, de um percurso seguido numa trajetória de trabalho duro. Em suas palavras, os “anos de sacrifício”, que requereram planejamento, organização e um projeto para o futuro. Se o casal não tinha acesso a tudo que poderiam, dentro daquilo que consideravam que poderiam e deveriam, isso se suavizará ao longo do tempo. Quem sabe, espera-se, com uma mudança de espaço.

É também pelo sacrifício que os Moreira pretendiam que uma futura filha fosse a uma escola particular. Em instituições públicas, de nível fundamental e médio, faltariam os estímulos dos professores e da direção, faltariam as condições próprias para o ensino que qualifique a estudante a um futuro “certo” no “mercado de trabalho”. Nelas, ainda, os estudantes estariam logo sujeitos a *terem* que trabalhar para colaborar com a composição da renda familiar ou por, simplesmente, terem que quitar bens adquiridos nos últimos anos do ensino médio. Carla aqui encara o estudante de escolas públicas como um sujeito em *impermanência, precariedade* e, sobretudo, como que inconscientes de suas “limitações” financeiras. Um bem comprado pode significar uma definição de trajetória. No seu caso, de sua família, é um índice do sucesso. No caso das famílias que critica, é um índice da insuficiência que está por vir, como que numa ilusão prestes a terminar tão logo acabem os efeitos ilógicos do consumo despropositado. Carla não gostaria, logo, que um descendente estivesse nesse “ambiente”.

Ambiente aí constitui uma dimensão importante do que aponta. Carla circunscreveu a escola particular como uma em que estudantes, coordenadores e docentes dão “estímulos” ao desenvolvimento de cada um/a. A escola como uma instância de socialização de valores e de projetos associados ao que tem como norte de sua vida familiar; o mesmo vale para o reflexo negativo desse ambiente, quando a socialização que oferece é a de indivíduos que não querem – e não podem – almejar algo a “mais”. Num caso,

os horizontes se ampliam, dão opções, trazem liberdade; noutro, estreitam-se, apertam-se, limitam.

“Só que é Brasília, né?”

Há uma consideração de escopo geral a fazer sobre o que pensavam os grupos domésticos e famílias nucleares com quem conversei. As escolhas familiares de instituições escolares podem ser muitas coisas, mas, decerto, não foram *simples*. Por trás da menção recorrente à simplicidade da escolha, apareceram diferentes alianças, estratégias, concepções sobre o espaço (público), sobre o que é (e pode ser) uma vida, decisões e indecisões.

Se elas podem ser conformadas num processo de expansão urbana marcado pela segregação socioespacial, suas especificidades em muito podem nos ajudar a compreender, em primeira e em última instância, *como* Brasília é vivida, pensada, sonhada, percorrida... Ainda, a escola pública, objeto de muitas hesitações e silêncios durante as conversas, foi pintada sob distintos matizes e distintas colorações. O que pude perceber é que, embora, a priori, não fossem consideradas como uma opção, uma alternativa, elas estavam ali em muitos momentos, durante os trajetos que percorriam na cidade, ao longo de suas trajetórias individuais e de suas famílias, nas formas como foi rotulada, processada, (des)valorizada. Sônia Lima foi quem melhor me trouxe à tona esse argumento.

A escola pública “tá ali, mas não tá, sabe?”

Uma boa porta de entrada a essa visibilidade controversa da escola pública, no espaço urbano e, em particular, nos trajetos e nas trajetórias individuais/familiares, é trazer à baila a multiplicidade de sua significação. Afinal, que valores pareceram estar em jogo, sendo produzidos, disputados, vividos e concebidos, por este conjunto de 70 grupos domésticos?

Estamos na dimensão do que Velho (2006) chamava de *estilos de vida*, ao mesmo tempo uma categoria e uma ferramenta analítica cujo compromisso apriorístico é permitir que a multiplicidade da vida urbana seja um fundamento do texto etnográfico, da teoria antropológica. Em Brasília, nesses espaços de superquadra, há muitos.

É possível apontar algumas recorrências. Começemos com elas. Em maior ou menor medida, as famílias entrevistadas eram compostas de pessoas que procuravam a *estabilidade*. Não se trata de uma só estabilidade, mas de um significante com variados significados.

Estabilidade profissional, com o objetivo de ingressar no serviço público ou se ter uma pós-graduação para ter mais sucesso no mercado competitivo de trabalho.

Estabilidade econômica, com um emprego que possa suprir necessidades diárias de alimentação, transporte, manutenção doméstica, mas que sirva igualmente à fruição, ao lazer, a viagens.

Estabilidade no parentesco, não menos importante, pela valorização de arranjos tradicionais de união familiar (um homem e uma mulher, heterossexuais, compartilhando casa, orçamento, rotinas e filhos).

Estabilidade no cotidiano, pelo que entendo a valorização de uma concepção do tempo marcada por poucos percalços, obstáculos, enraizada no desenrolar *contínuo* das horas, dos dias, dos meses – às vezes com sustos, uma despesa inesperada, um familiar que morreu, um acidente de trânsito, a chuva que atrapalhou a chegada em casa, mas, no geral, entendidos como moscas na sopa, ciscos no olho. Todas essas articuladas segundo proporções diferenciadas, a depender da idade das pessoas, do momento da vida profissional, da trajetória dos ascendentes, da disponibilidade orçamentária atual.

A estabilidade não vem, contudo, por si só. Ela tem de ser acompanhada por um *planejamento*. Se eu quero, ambiciono, desejo, ou, para me valer de um termo de meu campo, *sonho* uma vida melhor, filhos, morar em tal ou qual lugar, viajar para fora do

país, tirar um período de férias anuais, tudo isso demanda, nessa forma de ver o mundo, de vivê-lo, um processo constante de planejar.

Não falo necessariamente de pôr tudo no papel, organizar-se segundo tabelas, matrizes e dados, mas, ao que me parece, o que me apontaram é de que uma família deve se assentar numa avaliação substantiva do passado, do presente e do futuro. Com as experiências vividas em momentos anteriores, de acordo com os objetivos traçados em mente, consideradas as possibilidades de mudança, de melhoria, de redirecionamento, os indivíduos podem construir seus cotidianos, organizar suas rotinas, pensar na próxima semana, no próximo mês. Alguns vão mais longe no tempo, pensando em metas de 5, 10 anos. É o menos comum.

Parece-me que os detalhes e os contornos de uma vida assentada em previsibilidade e em organização sempre aparecem. Aqui, cabem tanto os Silva, que preferiam não ter filhos no momento, para se organizarem melhor, quanto os Santos, que caminharam toda uma vida com base nessa premissa. Mesmo quando seu filho quis sair do prumo, apenas mudaram um pouco a direção da biruta e logo conseguiram trazer os ventos de volta a seu favor. Ele aprendeu a lição, viu a vida “como ela é” e voltou ao eixo.

É no jogo entre estabilidade e planejamento que são realizadas as *escolhas*. Vejamos, elas são tanto um produto dessa construção cotidiana quanto pavimentam um tempo futuro, um porvir, imediato, de médio ou de longo prazo. Os grupos domésticos podem aí se ater às prioridades momentâneas e mesmo aos imprevistos, porque, no quadro amplo, limites e alternativas estão mais ou menos dados.

Escolha é uma categoria aqui, porque encerra, a meu ver, um modo particular de se entender como, em primeiro lugar, indivíduo e, em outro nível, como parte de um arranjo coletivo mais amplo (uma família nuclear, uma família extensa, uma comunidade, um bloco de apartamentos, uma sociedade). Mas há escolha porque também se compreende que uma trajetória é permeada por etapas, transições, metas. Idem, que se pode medi-la em termos de resultados, de conquistas. Friso neste ponto que é

mais do que necessário atentar para as direções desses valores. As escolhas dos Moreira não foram as mesmas dos Garcia, nem que as dos Carvalho e daí por diante. No íntimo, entretanto, prevalece a ideia de que é assim, afinal, que uma vida é vivida. Há de se ressaltar que a estabilidade e o planejamento podem se associar diretamente ou indiretamente à procura pelo *equilíbrio* e pela *solidez*. Podem todos parecer termos muito similares, mas têm suas peculiaridades.

Mais um exemplo de Sônia Lima e de sua família nuclear. Sônia me relatou que lhes faltava tempo, ao marido, a ela e a Murilo, seu filho. Viviam menos momentos *juntos* do que gostariam e, no mais, precisavam descansar após suas jornadas diárias à espera de um próximo dia. Planejavam, contudo, que esse arranjo “melhorasse” ao longo do tempo, quando adquirissem outro imóvel, quando o filho estivesse mais velho, quando suas carreiras estivessem mais bem estabelecidas. Não viviam, à época, o *ideal*, mas o possível, trabalhando o máximo que podiam para revertê-lo. No panorama de uma trajetória de vida, estavam, por ora, num período de relativo desequilíbrio. Denise e Márcio, por sua vez, relataram que conciliavam equilíbrio e solidez em seu cotidiano. Tinham os recursos financeiros para isso, como destacaram, conseguiam organizar seu tempo de modo satisfatório, inclusive almoçando e jantando em casa, algo que há muito tinham expectativa em conseguirem.

Alinhavando a estabilidade, num horizonte esticado de tempo, e o equilíbrio, uma dimensão menor dele, as famílias poderiam construir algo *sólido*, isto é, um arranjo o menos possível sujeito às intempéries, aos desbalanços, às crises. Em alguns casos, a solidez estava também sujeita a um propósito não totalmente à disposição das pessoas. Fernanda Lopes e Fabiana Pereira me atentaram, por exemplo, que os planos feitos entre humanos não necessariamente são os mesmos traçados em outro plano, de ordem divina. Às vezes, o que é sólido pode se desmanchar no ar, se essa for a vontade Dele. É necessário que se trabalhe mais e em conjunto com uma ordenação religiosa da vida para que isso possa estar a serviço da família e de si, mas, no limite, a imprevisibilidade é um dado da equação.

Há algo mais que sustenta toda essa amarração, essa costura. É a ideia de que um *projeto*, no entendimento velhiano, é um elemento associado ao *progresso*. Se se está considerando, nessa configuração discursiva, o indivíduo como dotado de capacidade, potencialidade de escolha, como um ser que se afirma no e perante o mundo, como simultaneamente vinculado a um grupo (familiar, religioso, escolar, etc) e uma parte autônoma dele, sua conformação é de que uma trajetória deve ser sempre direcionada ao aprimoramento, ao acúmulo e ao “sucesso”. Conquistar melhores empregos, ganhar melhor, casar-se, ter uma família, *comprar* um imóvel, ter um apartamento espaçoso, que tenha *conforto*; falar línguas estrangeiras, viajar a diferentes continentes (“conhecer o mundo”); ter redes de amigos, colegas, conhecidos, no trabalho, no cotidiano, no bloco, na igreja, na academia. Pôr o peso todo sobre o indivíduo é, contudo, assumir uma parte da problemática, porque se o foco, muitas vezes, recai na dimensão individual, ele vai além.

O *progresso* de uma vida é apenas sustentado na medida em que compartilhado e produzido em conjunto com outras pessoas, sobretudo as mais próximas, mais íntimas. Em especial, as de um mesmo grupo doméstico, mas sem descartar as alianças mais ou menos constantes com a família extensa.

Daí ser pertinente apontar que, se trajetórias individuais na cidade podem nos dar pistas para compreender as formas pelas quais o espaço urbano é produzido – e valorado –, isto também está contido em como isso chegou até a mim pelos meus anfitriões. Uma trajetória de sucesso é retratada, em grande parte, como uma trajetória familiar de sucesso, por algo que se constrói em planos, sonhos, objetivos e ao longo do dia a dia nas diferentes instâncias de socialização de um mesmo núcleo familiar (mais ou menos estendido, a depender das circunstâncias). Uma biografia, nessa linha, pode ser *individual* como *familiar*.

Esse aspecto ficou mais nítido, a meu ver, pela ideia de *sacrifício* e de *recompensa*. Algumas anfitriãs explicitaram o quanto a mobilidade social, com suas estratégias, alianças e projetos, pode ser construída *ao longo das* gerações, para além do tempo

intrageneracional. Pais e mães que se sacrificaram, gastaram “o que não podiam”, investiram, permitiram aos seus descendentes ter mais possibilidades de progresso e menos de insucessos: um curso superior, um apartamento melhor, um curso de línguas, dentre outras coisas. Ter algo agora é uma consequência de muitas decisões tomadas lá atrás, muitas vezes invisíveis aos que estão vivendo o presente, não cientes do que lhes proporcionou caminhar numa certa direção.

O sacrifício *recompensa* mesmo aí, quando não vivido imediatamente ou se não é visualizado em vida pelos membros de uma família. Ficam as marcas das ações para o futuro e sobre elas se fazem as relações do hoje. A ideia de sacrífico, vale a pena mencionar, não foi algo que se alastrou entre todas as conversas, ao menos não nessa tonalidade; muitas vezes, foram apenas citações aos “esforços paternos” ou à “luta de minha família”. Em Brasília, essa discussão tem uma significação particular, porquanto pode ser ligada ao *pioneiro*, como aqueles que se mudaram para uma cidade cujo futuro era incerto, no caso daqueles que vieram para a nova capital ainda nos anos 60, ou para um espaço com poucos moradores e “sem” infraestrutura, situação exemplificada no uso dos termos *faroeste* e *lamoeste* para o Sudoeste e o Noroeste. A recompensa pode ser, de outro modo, uma dimensão do desbravamento do desconhecido, colocado até num mesmo pote em que “vir a Brasília” e “mudar-se para o Noroeste” fazem parte de uma história urbana cujos ecos do passado são escutados hoje e o serão mais à frente.

Progredir, como pudemos ver, não é um movimento inercial. Ele exige. Pais e mães se inscrevem em muitos cursos, fazem pós-graduação (mais de uma, às vezes), estão guardando dinheiro para novas aquisições, novos investimentos. Filhos e filhas precisam se organizar em torno de aulas de inglês, francês, espanhol, de reforço em alguma disciplina específica da escola, de algum instrumento musical. Praticam exercícios físicos em alguma academia e/ou com profissionais contratados especificamente com esse propósito.

No geral, espera-se que os descendentes tenham um diploma de ensino superior, com algumas famílias sugerindo (ou esperando, ou ditando) que sejam feitos cursos “mais

estáveis”, que apontem “para um futuro mais garantido”, leia-se, mais próspero financeiramente, estável, equilibrado. Não é de se surpreender que muitas das escolhas de escolas tenham como eixo as chances que o estudante terá de “passar no vestibular”, preferencialmente em uma instituição pública. Alguns pais me contaram que fizeram “cursinho” quando à época de seus estudos pré-universitários, uma forma de preparação extra para a seleção do vestibular, em paralelo aos estudos ordinários, de modo a poder ter mais êxito na hora do vamos ver.

Beatriz Garcia, por exemplo, a filha de Carlos e Rosa, não tinha nenhum turno livre dos dias da semana. Helena Costa, a mãe de Caio, relatou com surpresa que seu filho ainda conseguia, em meio a todos os compromissos, arranjar tempo para uma namorada e para mexer no celular. Pensando numa hipótese tentativa, não é de se descartar a ideia de que o tempo dedicado a esses momentos e a afetos não necessariamente relacionados aos estudos, à formação continuada e ao progresso em marcha constante seja o tempo (ou um deles) para os quais mais se arranja disposição, energia. Afinal, como bem nos mostraram os estudantes do CEF 02, lá em 2018, os trajetos de ônibus para a casa e para a escola eram os períodos em que mais se divertiam, quando supúnhamos o contrário. Quando escapavam dos efeitos disciplinares de dispositivos de vigilância, de controle e de ordenamento, conversavam mais entre si, riam, divertiam-se.

Além disso, seus efeitos sobre o cotidiano não são um processo iniciado apenas pelos próprios pais. Melhor dizendo, é conveniente atentar para uma complexidade dessa dinâmica de produção “individual” do progresso. Como ponderou Carla Moreira, estudantes tendem a ter mais sucesso quando compartilham não apenas um conjunto de conteúdos oferecidos pela escola, como também um tipo de *técnica pedagógica* e um ambiente comum de socialização em tornos de projetos similares. Chamo aqui de *técnica pedagógica* as modulações possíveis pelas quais pode se pensar o compartilhamento de um conjunto de saberes e conhecimentos: de forma hierárquica, linear, ou em termos menos rígidos e focados em tarefas e na construção coletiva; na disciplina e na ordem, na competitividade (não mutuamente excludentes) ou na produção comunitária.

Sobre tudo isso, pesa uma forma de se dispor os corpos, de se organizar os horários, de se demandar mais ou menos deveres para com a escola.

A socialização *entre pares* é umas das facetas esperadas dessa técnica e das escolas, como um todo, por pavimentar alianças, afetos e expectativas dos estudantes uns com os outros, a partir do que planejam seus pais e suas mães. Escolas privadas e públicas seriam, em Brasília, e num contexto mais amplo, diferentes em quaisquer proporções dessas variáveis numa equação. Ao que me consta do que ponderaram as famílias, por melhor que seja uma escola pública, ela estaria, em primeira instância, fadada a não receber estudantes que não os que estudam nelas “hoje”.

Seja porque “mudaram”, porque “pioraram”, porque o “mundo mudou”, “não é mais como antes”, parte-se do diagnóstico de que sua ocupação majoritária, sua composição demográfica, afastará as pessoas com as quais não se compartilham projetos, estilos de vida e valores de base – com exceção da primeira infância, “quando saber mais e menos” não importaria tanto, ou onde não se sentiriam os efeitos de uma socialização que não se quer para o filho; ou nas universidades, para onde se espera, no mais das vezes, que as filhas se encaminhem futuramente. Há um quê de profecia autorrealizável (Merton, 1948; Biggs, 2009) aí, não podemos negar, porquanto a escola pública ou não receberia estudantes de camadas médias e altas pela sua qualidade inferior, ou seria de qualidade inferior pelo fato de não receber esses estudantes; ou, ainda, mesmo que boa, não teria condições de ser um ambiente de socialização de valores adequado, de conformação pedagógica. Agora, julgo relevante ressaltar que os termos da profecia, por mais que muitas vezes façam referências (in)diretas uns aos outros, importam, para o que me cabe, pelo que fica deles no espaço (e vice-versa). Dito de outro modo, se o *resultado* desse processo é essas crianças e esses adolescentes não estarem nas escolas públicas, os modos pelos quais *não estão* dizem – e muito – sobre a cidade.

Não menos importante como um valor proeminente de minhas conversas é o *trabalho*. Entendido não apenas como o emprego onde se está momentaneamente, mas como uma dimensão da vida, como algo valoroso a priori, às vezes menos um meio que um

fim em si; é o levantar-se todos os dias para ir trabalhar, é progredir nele e com ele. Não é o caso certamente dos Gonçalves, mas o é com certeza o que me foi trazido por Marlene Bastos, pelos Portes, pelos Castro. Trabalho como a dedicação a si, à família e a uma trajetória, como uma disciplina corporal e um arranjo simbólico que mobiliza anseios, expectativas, frustrações, glórias. É no trabalho que surge o mérito, “aproveitar as oportunidades que se tem”, é ele um índice do qual se extrai o que é necessário para viver uma boa vida – não apenas recursos financeiros, um “salário”, mas uma forma de levá-la, conduzi-la, planejá-la.

Vejo aqui um paralelo nítido com o argumento de Aragão (2018, 2018b) em relação ao trinômio *liberdade, ordem e futuro*. Mas há uma distinção fundamental, e ela é de premissa. Aragão avaliava que esses valores eram antes formas de exercício do poder institucionalizado que valores encontrados *na* sociedade brasileira. A liberdade, a ordem e o futuro seriam uma síntese de como o poder agiu historicamente – e age – para conformar relações sociais, para lhes dar um direcionamento específico. Não seriam necessariamente, nessa linha, características predominantes de uma classe média, de uma elite econômica, política, de uma classe dirigente.

A ressonância aqui com o que manifestaram meus anfitriões está em seus *estilos de vida* e em seus *campos de possibilidades* (Velho, 2003, 2006): uma preferência proeminente por uma vida ordenada, planejada e direcionada a um acúmulo de bens materiais e simbólicos. Esse planejamento pode ser articulado a um emprego satisfatório, a um casamento equilibrado, ao aproveitamento *máximo* do tempo para o lazer, para o trabalho e para as relações familiares vividas no íntimo do apartamento.

Uso Aragão aqui para fazer esse destaque. Tendo de se considerar sempre a divergência e a multiplicidade das experiências urbanas desses grupos domésticos, parece-me evidente o peso dado à produção do *tempo* em seu cotidiano. Digo com relação a ter “tempo” para a vida doméstica, um almoço, um jantar em família, a ter o “tempo organizado” entre estudos, família e relações interpessoais, a *funcionalizar* a vida segundo um esquema temporalizado marcado para o *progresso*. Daí que a *ordem* é um

parâmetro mínimo pertinente para um processo permanente de *individualização* numa sociedade que é considerada competitiva e que, portanto, requer constante vigilância pessoal quanto à necessidade de evoluir, manter-se atualizado(a). O tempo é produzido também como uma *medida* neste ponto: um índice de horas dedicadas a tal ou qual dimensão da vida cotidiana. Espera-se que um filho estude X horas por dia para que, lá na frente, possa almejar um emprego bom, possa comprar um apartamento, possa “se dar bem na vida”. Um tempo “mal gasto”, se interfere pouco no hoje e no amanhã, pode ter um impacto significativo lá na frente.

Mas, em se tratando de tempo, resta também óbvio que tudo o que meus anfitriões me disseram tem relações diretas com a produção do espaço. Em primeiro lugar, no espaço interno dos próprios apartamentos, algo que não é comumente destacado em etnografias sobre/com camadas médias e altas, ou em estudos de grande envergadura como os de Caldeira (1997, 2000) ou Telles da Silva (2006). O foco, se feito sobre propagandas de imóveis, como veiculadas em jornais, em sites ou em folders promocionais, é insuficiente quando vemos que todos os grupos domésticos querem deixar seus apartamentos com *a sua cara*, um *lar*.

No Sudoeste e no Noroeste, falo de apartamentos com, no mínimo, mais de 100 m². Falo também de apartamentos com previsão de um quarto por membro da família e com a disponibilidade de espaços de estudo, muitas vezes já colocados dentro dos próprios quartos ou num cômodo como uma biblioteca, um escritório. Quartos que, coincidentemente ou não, têm quase todos um aparelho televisor à disposição de seu morador mais recorrente, para além de um aparelho comum a todos na sala de jantar ou numa sala de estar.

As famílias que se mudaram para os bairros, em especial para o Noroeste, relataram-me que a procura era por um apartamento grande, confortável e que se adequasse aos “gostos” e às “necessidades” da família e, não menos importante, de cada um. Na Asa Sul, é de se considerar que, a essas expectativas familiares, soma-se o fato de que os imóveis foram muitas vezes construídos nos idos dos anos 60 e 70, segundo uma

previsão modernista do que deveria ser o “morar em apartamento”. Não foram poucas as pessoas, nesse sentido, que me contaram que fizeram reformas para que o espaço pudesse ficar mais adequado a esse novo tempo. Com exceções pontuais, em especial de casais mais velhos, aposentados, que julgaram não ter mudado muito os hábitos ao longo da vida, as famílias alargaram cômodos, reduziram outros, instalaram mais tomadas, etc.

Beatriz, Caio e Murilo (mesmo ele, num apartamento que sua família considerou “apertado”) precisavam, conforme viam seus familiares, de um quarto individualizado, que lhes permitisse ter maior “liberdade” de movimento, que lhes proporcionasse o isolamento necessário para um período maior dedicado à leitura, aos deveres escolares, ao estudo de línguas. Uma conformação espacial, em primeira instância, derivada dos projetos familiares.

Tudo isso tinha, em segundo lugar, seus efeitos no espaço urbano. Uma “forma” de “levar a vida” leva a uma compra de apartamento e uma ordenação interna em particular (claro, decorada, ornamentada), senão também a expectativas com relação ao espaço da cidade. Entram em perspectiva aqui, pelo que vejo, algumas peculiaridades dos espaços de superquadra onde estive.

Lembremos de Machado e Magalhães (2010), na crítica da crítica sobre Brasília, quando apontam que o insucesso ou o sucesso do planejamento modernista da cidade tem menos a ver com a morfologia que foi pensada para a capital, no seu Plano Piloto, do que com as maneiras com as quais os moradores dela se apropriaram – um deslocamento da “genialidade” do planejamento para as subjetivações cotidianas, sistêmicas. Sigamos.

Uma vida que se quer tranquila, estável e equilibrada é uma vida que se espera que seja vivida num espaço *tranquilo* e com sossego. Normalmente, um espaço que não é marcado pelo “barulho”, pelo trânsito denso, pelo vai e vem intenso de pedestres. A muitos, agradava a proximidade dos pássaros e da “natureza” das superquadras, em particular na Asa Sul – Alice Castro enfatizou essa marca deste espaço, em contraponto

ao seu –, com o que certamente Lucio Costa esboçaria um sorriso de contentamento. É também um espaço que pode ser menos “movimentado”, por não ser próximo de comércios muito demandados. Há referências constantes aí a outras cidades brasileiras, para marcar o quanto Brasília é distinta e melhor, algo que Sinoti (2005) igualmente notou. Brasília seria boa não apenas por si própria, mas por ser boa num plano comparativo com outros conjuntos urbanos – em particular, quanto ao que se afirma sobre São Paulo, sobre o Rio de Janeiro, cidades que, grandes, seriam inseguras, desorganizadas, impróprias para uma boa qualidade de vida.

Um espaço tranquilo demanda, igualmente, *segurança*: “O primeiro problema, maior de todos em Brasília... a segurança”, disse um entrevistado, Seu Felisberto, para Sinoti (2005, p. 122). Quanto a mim, não houve nenhuma entrevista em que o tema não tivesse surgido, mesmo que indiretamente. Esta é uma preocupação que mobiliza muitos afetos e movimentos dos moradores, apontados, por exemplo, por Tseng (2019), em sua dissertação de mestrado.

Tseng mostra como alertas para que ela tivesse *cuidado* no dia a dia eram parte de uma percepção mais generalizada de moradores de casas na Asa Sul de que viviam num espaço, senão inseguro, sujeito a possibilidades de assalto, de furto e de outras violências. Colaborava para a intensidade dos alertas que lhe eram dados um entendimento que seus interlocutores tinham de que, por ser uma estrangeira, poderia não compreender propriamente as dinâmicas locais, tornando-se um alvo da violência urbana. A violência, bem sabemos, é um tema que acompanha os estudos urbanos desde Park (1967), para quem derivaria de uma tensão crescente entre desarranjos organizacionais e de um processo mais amplo de anomização da sociedade.

Para que um espaço seja seguro, podem ser utilizadas várias estratégias. A primeira delas, mais comumente lembrada: a polícia. Lá nos idos de 2015, durante uma conversa com um morador do Noroeste, ele me disse que o problema da insegurança no bairro, da *sensação* que todos tinham ali de que poderiam ser assaltados a qualquer hora, seria resolvido com uma instalação de um posto policial ou nas proximidades do Noroeste,

ou mesmo *dentro* do bairro, nas quadras residenciais, para “afugentar o pessoal”. Foi o que apontaram também a Tseng (2019). Ou como a referência feita por Marlene Bastos a mim, cujos chamados a policiais eram comuns, principalmente quando moradores a procuravam alertando sobre alguém “estranho” ou sobre uma “perturbação do sossego” – um barulho de obra fora de hora, uma festa dada por algum vizinho, um carro com música alta estacionado nas vagas públicas de estacionamento. Não custa lembrar ao leitor e à leitora que o Distrito Federal conta uma legislação própria para conter a poluição sonora, conhecida como lei do silêncio. Trata-se da lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que define parâmetros e punições para quem “perturbar o sossego”, ao atingir determinadas frequências sonoras em determinados horários do dia. A polícia aí deveria agir nesse duplo controle da *ordem*: com respeito à segurança e à proteção pessoal e com a disciplina sonora espacial.

Uma ponderação é relevante. Carla Pereira, Sônia Lima e Fabiana Pereira chamaram o Setor Octogonal de *condomínio*, distinguindo-o de outros espaços de superquadra pelas cercas (Foto 28) que os envolvem e pelo aparato de segurança instalado em guaritas nas entradas de cada uma das Áreas, como são chamados oficialmente os conjuntos parciais de blocos residenciais da Octogonal. Parece-me aí que conciliavam o ideal modernista no sentido propriamente arquitetônico, de blocos assentados sobre pilotis, com um aspecto que consideravam de valor, a proteção.

Patriota de Moura (2010a, 2012) refletiu, lembremos, sobre a elasticidade da categoria condomínio no Distrito Federal e em cidades brasileiras e de outros países. No DF, por condomínio se entendem tanto agrupamentos mais comumente associados ao termo, por mecanismos físicos e simbólicos de segurança, pela vigilância exercida com o uso de câmeras de segurança e funcionários direcionados para isso, como agrupamentos com outras conformações espaciais, sem que essa modulação esteja presente ou que seja ostensiva. Há também diferentes grupos que os ocupam, desde segmentos de camadas médias até grupos de pessoas que têm menor poder aquisitivo. O condomínio, mais frequentemente o horizontal, pode ser tanto o arranjo de um *ideal* de vida

quanto uma forma de se “virar” diante de remoções do Estado, de dividir despesas que não poderiam ser pagas em apartamentos e em outros tipos de residência (Patriota de Moura, 2010, 2010a, 2012). Não há como se falar, portanto, em uma única forma condominial, como se tivéssemos entre nós uma replicação das *gated communities* (Patriota de Moura, 2012). Nessa variação de usos e de configurações, é de se notar que Mário Costa, por exemplo, referiu-se ao espaço onde morava em Águas Claras como um condomínio. Moravam ele e sua família em um conjunto de edifícios de apartamentos, com áreas comuns de lazer e de práticas de exercícios físicos.



FOTO 28 Entrada de uma Área do Setor Octogonal.

Autoria: Vinicius Januzzi

Quem me acompanha até aqui há de ter notado também que essa flexibilidade terminológica vem em paralelo ao uso de termos como “bairro”, “cidade”, “vizinhança”, “rua”. Meus anfitriões chamaram seus blocos, suas superquadras e suas imediações por todos esses nomes. É algo comum. Decerto algo cujo entendimento fica mais complexo pela nomenclatura oficial de Brasília e do DF, norteadas pelo uso de abreviaturas, de números e de setorizações (O Setor Noroeste, a Superquadra Sul, a SQN 108, etc.), com o que o Noroeste seria oficialmente não um bairro, mas um Setor. Pondero que

uma reflexão sobre o uso prático deve ser atrelada sempre à premissa de que é feito de modo *circunstancial*, isto é, a depender de com quem se fala, do que, de quantos.

Grosso modo, se os moradores do Noroeste se valem de *bairro* para se referirem ao seu espaço *como um todo*, podem se referir aos moradores com quem mais têm contato próximo como membros de uma *vizinhança*. Um *vizinho*, contudo, se faz parte dessa vizinhança, é mais imediatamente associado aos moradores de um mesmo bloco residencial ou àqueles com quem se divide um andar. Posso dizer o mesmo sobre o Sudoeste, a Asa Sul e a Asa Norte, por exemplo, onde apartamentos são as formas mais comuns de se viver. Não posso afirmar o mesmo com relação ao Lago Sul ou à Ceilândia, onde são predominantes casas e onde não fiz meu trabalho de campo.

A profusão de usos vai além. Holston (1993) explicitou o argumento modernista para os quais a *rua* como a entendiam sociologicamente deveria ser extinta numa cidade funcional, planejada, que se opusesse ao caos das grandes cidades industriais. Queriam que a rua, como o espaço público do dejetos, da circulação desenfreada e da desorganização, perdesse a centralidade para outras articulações entre o circular e o habitar. O autor estadunidense pontua que em Brasília, de fato, o espaço público, como conhecido em outras cidades, perdera-se, em detrimento do uso individualizado dos automóveis e da exagerada espacialização funcional da cidade. O direcionamento do habitante a um espaço determinado para uma função predeterminada teria feito com que o acaso e o encontro se tornassem raros na cidade. Não obstante, como já o fiz previamente, é forçoso reconhecer que, no modernismo urbanístico, previa-se que o espaço público pudesse ser vivido de forma *comunitária*, ao menos no interior da superquadra, pela integração entre os mesmos circular e habitar, mas também ao lazer e aos estudos.

Ambas as ruas, pelo que vejo, permaneceram, segundo sentidos imprevistos tanto pelos planejadores quanto pelo crítico da utopia modernista. Em se considerando o ponto de vista dos moradores, *rua* é o espaço para fora dos apartamentos, no chão das superquadras, tanto físico, geográfico, quanto simbólico (“vou sair pra rua comprar

algo”, “meu filho [não] brinca na rua”). É também onde pode se desenvolver o perigo, quando referido ao “morador de rua”, ao “menino de rua”, ou ao “cuidado na rua”.

Não é com certeza um índice comum a outras cidades, de posicionamento numa malha geográfica urbana, a exemplo de “moro na Rua X, número Y”, algo que no Plano Piloto veríamos como “moro no bloco D da SQS 308”. Pontos de referência, como aqueles pedidos no momento de realização de um cadastro funcional ou de uma loja, perdem um pouco o sentido de ser, pela proximidade de um bloco ser mais comumente ou outro bloco, ou uma via de acesso, não uma loja, um monumento ou mesmo uma escola. Veja-se que até aí a Asa Sul, pela presença de escolas públicas, é diferente do Sudoeste e do Noroeste diante da ausência dela nos demais: a título de exemplo, refere-se, num caso, ao CEF 02 como um ponto de referência (“a escola”); noutro, perde-se uma possibilidade referencial.

Enfatizo, por agora, outro dos elementos valorizados na experiência urbana desses moradores. Trata-se da *proximidade*. Estar próximo implica um conjunto de espaços de referência e de dimensões do cotidiano que são valorizadas: é o trabalho, o lazer, um parque, como o é o Parque da Cidade para o Sudoeste, ou o é o Parque Burle Marx, ainda uma “promessa” feita aos novos moradores do Noroeste. Nele, ademais, embora não haja abertura oficial ao público, circulam muitos dos funcionários de estabelecimentos comerciais do bairro, empregadas domésticas e demais trabalhadores que têm um emprego ali, algo que se tornou, me parece, menos frequente com o passar do tempo, com o aumento do número de linhas de ônibus que chegam ao Noroeste (Januzzi, 2016a). Muitos se mudaram para o Sudoeste e para o Noroeste com esse propósito, para estarem mais próximos, alguns vindo de Águas Claras ou de outras regiões.

As escolas privadas que ficam a alguns passos de distância ou a poucos quilômetros de carro são uma parte dessa rotina que se quer viver em pequena escala no contexto urbano. De resto, em oposição, não o são as escolas públicas, inexistentes nos novos bairros de superquadra, cujo interesse hipotético em sua construção beneficiaria os moradores *apenas* na medida em que servisse a estudantes com vínculo a trabalha-

dores dali. As escolas públicas presentes na Asa Sul são um contraponto histórico do modernismo pensado para a cidade e daquele que hoje em dia está mais em voga junto aos seus moradores, isto é, da mudança ao longo do tempo de um uso que era feito por quem morava nas superquadras e que, hoje, é pouco comum.

Faço referência nesse momento a algo que me disse Denise Portes quando indicou o movimento que fez para procurar um colégio para seus filhos Lucas e Letícia. Repito a citação que trouxe anteriormente: “Uma [amiga] disse o Leonardo, outra falou o Olimpo, teve quem disse que escola faz pouca diferença, tem filho que estuda no Galois, *por toda a cidade*”. A priori, Denise poderia estar se referindo ao espaço urbano do Distrito Federal como um todo. Estaria indicando, portanto, que escolas boas – particulares – são encontradas independentemente de onde se mora, de leste a oeste, de norte a sul.

Falava, no entanto, de uma parcela de escolas nas quais filhos de suas amigas estudavam à época, localizadas, ademais, em várias regiões administrativas do DF, não somente no Plano Piloto. Julgo pertinente contrapor que a escala *de cidade* de sua expressão tem tanto a ver com uma proporção geográfica quanto mais detidamente com uma expressão simbólica. Denise incorporou em “toda a cidade” referências que, argumento, fazem-na crer que são ou especificamente de moradores do Plano Piloto, ou, em outro nível, de pessoas com as quais compartilha determinados valores e práticas. Águas Claras e Asa Sul poderiam ser classificadas, nessa perspectiva, como mais próximas entre si do que seriam Asa Sul e São Sebastião (uma das regiões administrativas do Distrito Federal). Sua totalização, vez que está expressa linguisticamente, está relacionada aos modos pelos quais o espaço é produzido no Distrito Federal (mas não somente ele, se consideramos o Entorno, é claro) e, sobremaneira, a uma definição de com quem se compartilha (e com quem não) um estilo de vida.

Esse compartilhamento de estilos e de valores, na conjuntura de um espaço *próximo*, foi legível de igual modo nos efeitos sobre como esses grupos domésticos organizavam suas rotinas.

Pais e mães se alternavam para levarem seus filhos aos colégios. Alguns explicitaram que, antes de suas mudanças para novos apartamentos, demoravam mais para chegar aonde queriam e que, à época de nossas conversas, estavam mais perto. O carro era um facilitador desses trajetos, em geral um por pessoa adulta dentro de um mesmo grupo doméstico. Moradores que se mudaram para o Noroeste costumavam me indicar que uma das razões da escolha pelo bairro estava na quantidade maior de vagas disponíveis em estacionamentos subterrâneos – há apartamentos com 4, 5 vagas à disposição. Faziam ainda referência a mudanças processuais na configuração espacial do Plano Piloto, como um indicativo de que os espaços atenderiam hoje melhor as suas necessidades do que os inicialmente construídos em Brasília ou daqueles que foram edificadas posteriormente.

Do ponto de vista de moradores do Noroeste que usam muito o carro, as Asas surgem, nesse plano comparativo, por conta de seus blocos com poucas vagas privativas de estacionamento; o Sudoeste como um conjunto melhor, mas ainda que não atende plenamente essa demanda, de resto prejudicada pelo seu trânsito mais intenso. Nos intervalos para almoço e na saída do trabalho, mais uma vez pais e mães definiam aqueles que iriam buscar seus filhos, contando periodicamente com a ajuda de filhos mais velhos, que já dirigiam. Pode parecer pouco, mas isso lhes permitia, segundo viam, como argumentaram os Portes, os Garcia e os Lopes, maior *qualidade de vida*, um índice significativo para como procuram estruturar suas vidas.

Com o carro, podiam também não depender exclusivamente do comércio local, por vezes considerado muito caro, por vezes insuficiente de acordo com os desejos de consumo familiar. Ir a hipermercados, a feiras, a shoppings era uma constante de muitos casais, com o que ressaltavam que economizar na hora de fazer uma compra é algo desejável. Com os primeiros moradores do Setor Noroeste (Januzzi, 2016a), essa ida a espaços não localizados no bairro era frequente, pela presença quase que ínfima de estabelecimentos comerciais. Cheguei a apontar que, entre os poucos comércios do bairro, quando de minha pesquisa, a maioria era de pet shops.

Com o Sudoeste, as circunstâncias foram outras. Não me foram feitas reclamações sobre a “qualidade” do comércio local, a despeito dos comentários pontuais de que a oferta era, de fato, muito cara. Sobretudo aqueles que se mudaram para o bairro no momento “lamoeste” expressaram o desenvolvimento econômico do bairro como um índice incontestável de melhora do espaço. Vejamos aqui que muito do que um bairro pode oferecer de “melhor” está intimamente relacionado a essa relação entre supostas demandas coletivas dos moradores e a oferta privada de bens e serviços. Um bairro melhora na medida em que está mais abastecido com aquilo que se quer comprar e para onde se quer ir.

Essa organização do tempo e sua relação com alterações no uso do espaço me leva a atentar para um movimento dos moradores do Noroeste que, a princípio, contrariou minhas expectativas em relação ao bairro. Desde quando comecei a fazer pesquisa, eram recorrentes as reclamações de como o bairro ainda era “distante” do Plano e dos lugares aonde queriam ir os moradores, a partir do que apontavam que a Terracap, a empresa pública do governo do Distrito Federal responsável pela urbanização do bairro, não estava entregando o que prometera: facilidade de acesso, vias rápidas de circulação, comércio local intenso. Essa distância tinha ressonâncias em outros momentos do dia, quando trabalhadores do Noroeste tinham que se deslocar a pé da W3 norte ou de vias próximas até o bairro por conta da insuficiência de ônibus que os levasse até ali. Operários se organizavam, nessa época, em grupos de carona ou vinham para as obras de blocos residenciais e comerciais com o transporte (Foto 29) fornecido pelas empresas para as quais trabalhavam (Colela, 2013).



FOTO 29 Trabalhadores da construção civil, durante obra de edificação de um bloco residencial.

Autoria: Lucas Gesser, 2015

Essa dificuldade de acesso dos trabalhadores ao bairro era acentuada, não posso deixar de frisar, por uma característica do território do Distrito Federal, uma metrópole polinucleada (Paviani, 1996, 2010), com grandes distâncias percorridas diariamente até o Plano Piloto, onde se concentra boa parte dos empregos, públicos ou privados (Paviani, 2010; Paviani et al, 2010a). No Noroeste, tínhamos a mesma situação. Lembro-me de que, na primeira entrevista que fiz, estava lá isso, ainda que não atentasse tanto para os significados que isso poderia conter. Foi com os Montenegro (Januzzi, 2016a), que disseram que, muitas vezes, como precisavam que a empregada doméstica ficasse mais tempo trabalhando, tinham que levá-la até a Rodoviária do Plano Piloto⁹⁰ ou até a W3 Norte, de carro, para que pudesse pegar um ônibus – se não o fizessem, sua empregada teria que ou dormir no trabalho, ou ir a pé, o que consideravam muito inseguro, pela “escuridão” do bairro à noite.

As reclamações foram comunicadas à Associação de Moradores do Setor Noroeste (AMONOR). Conversei sobre esse assunto com seu então presidente, João Pereira, e logo depois com seu sucessor, Lucas Filho⁹¹. Ambos me disseram que essa era uma das principais “demandas” dos moradores e que já tinham se encontrado com a Secretaria de Transportes e com a cúpula do GDF para comunicar o problema. Entre vais e vens de negociações e após muitas reuniões com moradores, muitas conversas via whatsapp e por chamadas de telefone, conseguiram a promessa do governo de que seria ampliada a oferta de linhas para o bairro, algo que, pouco depois, Lucas veio me comunicar por telefone que haviam conseguido. “Vai acabar a confusão”, me disse na ocasião. Pontos de ônibus foram construídos, linhas diretas para o Noroeste foram criadas e, segundo via, seria o suficiente para o tamanho do bairro naquele momento, com população de 10 mil moradores.

90 A “Rodoviária do Plano”, como é comumente nomeada, é o principal hub do transporte público do DF.

91 Lucas Filho e João Pereira entraram em conflito logo nos primeiros meses de gestão desse, pelo que João se afastou da presidência. Ver mais sobre em Januzzi (2016a), em especial o prólogo.

A Associação, requisitada por seus moradores, foi a instituição que correu atrás do fornecimento de oferta de transporte público. Entendiam os moradores que a procuraram, entre eles os Montenegro, que sua insuficiência, para além dos problemas criados aos trabalhadores, dificultava a própria organização de seu tempo cotidiano, dificultando, por conseguinte, que pudessem circular na cidade com mais rapidez ou que tivessem, vira e mexe, de abdicar de ir à academia, ao parque, ao mercado, para terem que conduzir uma empregada, uma diarista, uma babá, até um ponto de ônibus. Afora isso, ficava muito prejudicado o trânsito de crianças e adolescentes até as escolas, cujos horários de entrada e saída muitas vezes não coincidiam com o término de jornada de trabalho das funcionárias, criando um lapso em que ou elas esperavam por uma “carona” com os patrões, ou em que os filhos tinham que esperar mais tempo pelos seus pais, ficando “sozinhos” nas escolas.

Esses trajetos, por óbvio, não eram feitos apenas pelos grupos domésticos. Alguns pais e mães me relataram poder contar com o auxílio de outros familiares, como avós e tios de seus filhos. Judite e João Santos tinham esse apoio, quando seus filhos estavam em idade escolar. Outros também contavam com amigas e amigos, cujos filhos estudavam nas mesmas escolas e que moravam ou perto de seus blocos residenciais, ou no mesmo bairro. Moradores do Noroeste, do Sudoeste, da Asa Sul e da Octogonal não diferiram entre si neste ponto. Revezavam-se entre amigos para poderem percorrer esses trajetos, muitos dos quais foram aqueles e aquelas que indicaram as escolas onde tinham escolhido a matrícula.

Um facilitador dessa dinâmica era o whatsapp, onde conversavam diretamente ou em grupos com outras mães e pais e a escola. Fabiana Pereira apontou que mantinha, ainda, um grupo apenas de mães, para além de outro mais geral, usado para comunicados da escola. Nesse grupo mais seletivo, discutiam questões específicas. Como comentei antes, esses grupos de mães eram comuns, uma vez que eram elas as diretamente responsáveis pela “educação” dos filhos, com a gestão de horários, de aulas, de tarefas – principalmente no caso de filhos mais novos. Eram neles, além disso, onde se

comentavam “problemas” ocorridos na escola ou com seus estudantes, como o foi o evento do menino portando “algo verde”.

Preciso ponderar que o uso do carro, se mais costumeiro, parte até do que Caldeira (2000) associou a uma experiência privada do espaço, um enclave fortificado em movimento, era em algumas situações preterido. Os filhos homens me pareceram aí, embora não possa precisar quantos e a frequência desse movimento, como aqueles que poderiam andar mais a pé no interior das superquadras, em trajetos que não eram considerados “tão perto”. Um adolescente, levado pela manhã à escola, poderia vir à tarde a pé, num horário mais “tranquilo”, na companhia de amigos ou da namorada. Isso foi mais evidente no Sudoeste, arrisco dizer, pela maior proximidade de escolas privadas de seus blocos residenciais, algo não visto na Asa Sul ou no Noroeste. Neste, ademais, não me foi contada nenhuma dessas jornadas dos adolescentes até à escola – havia trajetos da escola a escolas de inglês, de música, por exemplo. Uma vez concluída a aula extracurricular, os filhos comunicavam os pais, que, então, arrumavam uma forma de buscá-los ou sugeriam que “pedissem um Uber” – mais uma vez, havia uma distinção de gênero, pela relativa ausência desses chamados a aplicativos de carona por adolescentes mulheres, ao menos segundo sabiam suas mães e seus pais. Trajetos mais curtos, portanto, poderiam ser feitos a pé, trajetos mais longos normalmente não.

Entro agora num debate mais sintético sobre a produção do espaço por esses moradores, com foco nas relações com escolas públicas e nas perspectivas que as encaram. A escola pública, pudemos ler, não estava no projeto familiar desses grupos domésticos, com poucas exceções. As exceções, em geral, atribuíram a ela um espaço de encontro da diferença, de experiência da alteridade, pelo diagnóstico mais ou menos sistemático de que seus frequentadores seriam, no geral, estudantes não moradores do Plano Piloto, com estilos de vida e renda distintos em relação aos seus próprios. A *diferença* foi, na regra ou na exceção, uma ponderação daquelas com quem conversei – uma característica definidora das instituições públicas, seja avaliada negativa ou positivamente.

Retomo Lefebvre (1992). Para o autor, o espaço é triádico, um produto impermanente da prática espacial, da representação do espaço e dos espaços de representação. Sendo dimensões a priori discerníveis analiticamente, considero que as relações entre os termos importam tanto quanto cada um deles. As práticas estão estreitamente conectadas tanto a como se representa o espaço, a como é imaginado, pensado, visto, quanto a como aquilo que escapa do ordinário, da ordem cotidiana. Espaço como vivido, percebido e concebido – *simultaneamente*, em camadas complexas e que se misturam.

Se as escolas públicas eram uma parte do projeto modernista de Brasília, deixaram de sê-lo, considerando-se que esse projeto, em todas as suas contradições, negações e complexidades, foi atualizado com as construções de novos bairros de superquadras. Deixaram de ser, ainda, um elemento da sociabilidade ordinária, pela simples inexistência de escolas públicas *da* quadra, como na Asa Norte, na Asa Sul ou no modelo de unidade de vizinhança de Ceilândia, por exemplo, cuja modulação também implicava a presença de uma escola do tipo (Peixoto; Solé, 2021).

No âmbito desses moradores de superquadras, argumento que a escola pública foi apontada, majoritariamente, pelo avesso, pelo que representa negativamente. A estranheza no momento da pergunta sobre a escolha da instituição para os filhos, os silêncios, os questionamentos diretos do porquê de uma pergunta como essa – essas interações etnográficas enfatizam o caráter “exótico” da hipótese levantada. Esse deslocamento da questão, a meu ver, está relacionado a esse ponto fundamental.

Se Gilberto Velho falava dos campos de possibilidades na dinâmica múltipla da interação social, pelos quais os indivíduos formariam seus valores, suas opiniões, enfim, suas vidas, considero pertinente atinar que sua proposta inclui também as *não possibilidades*, isto é, aquelas certezas que se desenvolve ao longo de uma biografia sobre o que pode (ou não) ser o mundo, pelas quais determinados elementos não são nem tematizados, nem se tornam visíveis nas relações sociais. Num campo de possibilidades, podemos entender que há um *horizonte de opções*, com o que enfatizo esta dimensão dos projetos

de camadas médias e altas com relação a um futuro que se quer o mais possivelmente previsível e determinado e para o qual dadas opções são consideradas, *outras não*.

São como caminhos invisíveis no mapa que cotidianamente desenham de suas vidas, traços que se pode apenas visualizar quando dadas escalas da vida urbana são trazidas à tona, como quando estávamos em conversa ou, na Asa Sul, a título de exemplo, nas proximidades de alguns blocos residenciais. No mais das vezes, está certo, no horizonte, que uma escola particular será a escola escolhida – no planejamento, na ordem esperada. Não é de se estranhar o quanto meus anfitriões e minhas anfitriãs argumentavam que uma escola pública seria escolhida quase que apenas na hipótese de uma restrição orçamentária muito grande. Mesmo aí, seria improvável que não fizessem um esforço para evitar essa opção.

Como uma *não opção*, as escolhas escolares agem diretamente nos usos do espaço urbano. Pelo contraponto direto, no caso de superquadras que as têm, pela presença espectral naquelas onde não existem. A representação que os moradores anfitriões fazem do espaço excluem as possibilidades de que estejam lá, a não ser na exceção de que pudessem ser frequentadas por filhas e por filhos de trabalhadores do bairro, muito raramente pelos próprios moradores. Catarina Carvalho falou:

Ah, seria um problema? Não vejo. Pra gente, acho, né? O pessoal não sei, ia gostar muito, não. Não, não ia [risos]. Eu acho que deveriam, sabe? Quem trabalha aqui ia colocar o filho, ia facilitar. Só que é Brasília, né, Vinicius?

Catarina disse que, muito provavelmente, não poria seus filhos Guilherme e Lucas numa escola pública. Tinha outras expectativas para seus futuros e para o futuro de sua família. Para ela, contudo, a construção de uma no Sudoeste não seria um problema. Trata-se de um bairro seguro e que lhes permitia ter uma boa vida. Contudo,

compreendeu que sua visão não seria compartilhada com seus vizinhos e com outros moradores. Se quem fosse estudar na escola em questão fossem estudantes de outras regiões administrativas, sem que muitos dali optassem por uma matrícula, isso traria reclamações. De um lado, facilitaria o acesso daqueles que trabalham, mas não moram; de outro, a sociabilidade no espaço seria prejudicada entre aqueles que ali moram.

Catarina circunscreveu essa opinião dos outros moradores como uma característica de Brasília. Falava da segregação na cidade, no DF? Falava de como, no geral, são classificados os estudantes de escolas públicas? Falava dos valores proeminentes entre os moradores, relativos à segurança e à tranquilidade, que poderiam ser afetados nessa hipótese? Falava do caráter racializado de ocupação do Sudoeste, bem como de outros espaços de superquadra (mas não somente)? Falava da intensificação do trânsito, do barulho? Segundo vejo, de tudo isso, em diferentes proporções.

É aqui aonde chego a algumas considerações de como o espaço público da cidade modernista é produzido por esses moradores de superquadra. A escola pública é uma âncora fundamental dessa relação que desenvolvem nele e com ele. Se falasse, todavia, dessa relação como determinada por uma posição de *classe* ou como uma condição dela, estaria sendo simplista. Decerto, pode parecer tentador homogeneizar essas pessoas com quem conversei num grupo com anseios privatistas, exclusivistas, racistas do espaço, cuja experiência urbana é marcada e fundamentada pela segregação socioespacial e cujo objetivo a priori é manter e avançar relações de dominação, numa luta de Golias contra Davi. Temos aí muitos elementos que poderiam ser somados a essa visão que, de resto, teria seu quê explicativo e fundamentado.

Não obstante, a vida social é mais fugidia e incerta do que supomos de antemão, mesmo quando um dos objetivos analíticos é entender como se formam os fenômenos de maior escala, as recorrências urbanas, as situações paradigmáticas, as normas dentro das quais são categorizadas as relações sociais. Se tudo isso é possível, e estou perseguindo esse objetivo desde a primeira página até agora, é imprescindível observar que tanto quanto importa o “resultado” final de um processo, importam os detalhes de

como ele é feito, disputado, lutado e invisibilizado. Fosse o contrário, tudo terminaria nos resumos de um trabalho analítico.

Holston (1993) falou sobre a segregação em Brasília como uma consequência quase que inexorável das nossas chagas históricas. Sua visão não estava de todo incorreta, a não ser quando nos levou a crer que a morfologia brasiliense, o espaço modernista, não poderia ter sido produzido de modo distinto do que foi. Afora ter trazido muito poucos depoimentos, entrevistas ou outros elementos que dessem ao seu texto um caráter propriamente etnográfico, o autor se apressou em vaticinar um diagnóstico que as mudanças ao longo do tempo acabaram por mostrar que não eram, no todo, o que argumentava. Digo que se apressou porque, a bem da verdade, não haveria como ser futurologista nesse sentido, prevendo o que ocorreria e como ocorreria.

Fato é que o espaço público da superquadra foi sendo desenhado segundo novos projetos das camadas médias e altas da cidade, em convergência ao que consideraram como o *seu* modernismo. As escolas públicas “saíram” de cena, os comércios locais mudaram de lugar e de padrão, foram agregadas dimensões de *sustentabilidade* na prática do espaço, foram desenvolvidos mecanismos complexos de vigilância, de monitoramento, o carro se tornou ainda mais presente na vida cotidiana, a escala de sociabilidade foi modificada – espera-se que se esteja mais e mais perto do trabalho e dos locais do cotidiano, mas nem sempre é possível.

O espaço não somente poderia ter sido produzido de maneiras distintas de como foi previsto que fosse; ele está sendo permanentemente atualizado e transformado, em composições urbanas (Patriota de Moura, 2010a, 2012) ao mesmo tempo nitidamente vinculadas a esses momentos iniciais da cidade, quanto completamente distintas. A cidade mudou, e não foi para permanecer exatamente a mesma.

Daí que falar em *classe* é pouco. Falar em *figura* e *fundo* é pouco. Falar em segregação por si só, ou em *gated communities* ou em enclaves fortificados, é pouco. É insuficiente teoricamente – um conjunto fechado pode muito bem funcionar como modelo, mas é

difícil encontrá-lo por aí (mesmo, ironicamente, quando falamos de condomínios fechados!). Há mais água debaixo da ponte. Melhor dizendo, há mais gente embaixo dos blocos residenciais, a despeito do que os moradores queiram muitas vezes. Passemos, então, a entender quem elas são e o que fazem.

CAPÍTULO V

A superquadra como espaço em movimento, em processo

Na crítica que fez ao planejamento urbano de viés modernista (mas não somente), Jane Jacobs (1961) descreveu em detalhes a vida urbana da Nova York dos anos 60. Vista de sua prática urbana, a cidade tinha muito mais a revelar e a mostrar do que pressupunham seus planejadores. Criar modelos e formas de organizar essa espontaneidade da cidade era uma forma de diminuir o imprevisível do espaço urbano, tornando-o opaco. Em alguns sentidos, ao se dar um plano a um espaço, esquadrinhá-lo, recortá-lo e tentar fazer com que se transformasse em outras direções, acabava-se por matá-lo. Uma cidade viva seria perdida nesse caminho.

A despeito dos anseios de planificação e de ordenamento, um olhar mais atento permitia observar que a vida estava ali, desenvolvendo-se, florendo-se, interligando-se – não nos espaços modernistas, mas naqueles que não haviam sido objeto de intervenções do tipo. As pessoas e as múltiplas formas pelas quais viviam produziam sentidos inesperados à vida urbana. O paralelo com Brasília aqui é óbvio. Lucio Costa reconheceu algo parecido com relação ao seu projeto para a Rodoviária do Plano Piloto, para a qual concebera uma encruzilhada espacial no meio da cidade, com fluxos bem delineados, um encontro ordenado das escalas que pensara para Brasília. Ocorreu que, contra ou em torno de suas proposições, a cidade caminhou em passos próprios. A rodoviária se tornou um epicentro do transporte local, recebendo muito mais pessoas do que estava prevista para receber, pessoas de diferentes estados, com diferentes sotaques, diferentes formas de estar no mundo. Eis que, em sua linguagem poética, o arquiteto-planejador disse que a rodoviária seria uma prova de que a “vida brota” (Costa, 2018, p. 301).

Argumento que podemos dizer o mesmo da superquadra. Estamos falando, claro, de processos de segregação, de um espaço produzido na conformação de valores de cama-

das médias e altas, segundo relações sociais racializadas, atravessadas por muitos movimentos de exclusão, que envolvem por vezes violências simbólicas, respingadas em violência física (Cordeiro, 2018). Tudo isso está posto. Nem tudo são flores, obviamente.

Mas há muito mais gente no espaço público da superquadra do que se suporia de antemão: há porteiros, há empregadas domésticas, há estudantes, há atletas (amadores ou não), há comerciantes e trabalhadores do comércio. A depender do horário, essas pessoas estão mais ou menos presentes, em fluxos mais ou menos visíveis de circulação, encontrando-se ou não com os moradores desses espaços, os proprietários de apartamentos ou seus filhos e agregados. E não só gente, ademais. Pássaros, cadeiras de roda, cachorros, cigarras, poças d'água, atalhos de terra em meio ao gramado retamente cortado, etc (Januzzi; Chan-Viana, 2021). Essa abrangência de usos espaciais, de algum modo, não foi reconhecida por Holston (1993), quando de sua crítica à utopia modernista – a simbiose entre morfologia brasiliense e estrutura social brasileira seria um marco da segregação local. Pontuo, em contraponto, que, se a utopia errou por pressupor um Brasil inexistente, errou também por imaginar que conseguiria canalizar tudo numa direção só. Tanto Holston como os modernistas, de um modo ou de outro, postularam, sobre Brasília, uma homogeneidade que enfrenta percalços, é combatida, matizada no cotidiano da experiência do espaço público. Nem tanto a cidade da completa segregação, consequência indelével da história brasileira que teria se repetido mais uma vez, nem a vida harmônica sonhada para a capital.

Jacobs (1961) nos traz exemplos de práticas cotidianas no espaço urbano, observadas no bairro de Greenwich Village em Nova York, argumentando que podem ser comparadas aos ritmos e aos movimentos de um espetáculo de balé, numa analogia de traço goffmaniano. Para ela, o ir e vir das pessoas aos seus trabalhos, pegando um ônibus, fugindo da chuva, esbarrando-se, correndo, conversando: uma dança, executada todos os dias segundo um ritmo parecido, mas com pequenas peculiaridades e se transformando ao longo do tempo. Nunca, afinal, o mesmo espetáculo seria igual ao anterior, ainda que com muitos ensaios e toda uma técnica corporal de dançarinas e dançari-

nos. A meu ver, contudo, embora esteja indicando que esse balé existe em espaços não planejados, o que podemos descrever, observar e analisar quando o fazemos em espaços desse tipo diverso (planejado)? Fiz um exercício similar ao proposto pela autora na descrição do Noroeste (Januzzi, 2016a), enfatizando encontros e desencontros no dia a dia, os barulhos e os silêncios, os períodos de calma e de movimentação intensa, o amanhecer e o anoitecer, com os fluxos do trabalho, do descanso, do lazer, da brincadeira.

Ingold (2011, 2012) pode ser de grande valia para nós nesse momento, como um acréscimo crítico à perspectiva de Jacobs (1961) e mesmo àquela à qual já me dediquei em outras ocasiões. Partindo da premissa de que a antropologia é uma procura reflexiva sobre as condições e as potencialidades da vida, o autor argumenta que quaisquer leituras etnográficas sobre a produção da vida devem repousar na compreensão de que os seres vivos constroem coisas *no* mundo e não necessariamente *do* mundo. Se parece uma distinção simples, é de se ponderar que é de base, de fundamento. Isto porque, argumenta, um movimento adquire um sentido se visto *enquanto* é feito e outro completamente diferente uma vez que *foi* realizado; uma viagem não como seu ponto de chegada ou de partida, mas como aquilo que está no caminho, no percurso.

Ingold chama essa perspectiva de *movimento*, com a qual contrapõe o *transporte*.

[...] Eu me referi ao movimento [linear ao longo dos caminhos de viagem] do primeiro tipo como itinerante. Movimento deste último tipo, eu chamo de transporte. Mostrarei agora que a inversão que torna o mundo habitado espaço, também converte o caminhar em transporte. O viajante está continuamente em movimento. Mais estritamente, ele é seu movimento [...]. É uma linha que avança desde a ponta à medida que vai avançando, num processo contínuo de crescimento e desenvolvimento ou de auto-renovação. À medida que avança, no entanto, o viajante tem que se sustentar, tanto de modo perceptivo quanto materialmente, por meio de um engajamento ativo com o país que se abre ao longo de seu caminho. [...] O transporte, em contraste, é essencialmente orientado para o destino (Wallace 1993: 65-66). Não é tanto um desenvolvimento ao longo de um modo de vida, mas um transporte, de um local para outro, de pessoas e bens de forma a não afetar suas naturezas básicas. Pois no transporte, o próprio viajante não se move. Em vez disso, ele é movido, tornando-se um passageiro em seu próprio corpo, senão em alguma embarcação que pode estender ou substituir os poderes

de propulsão do corpo. Enquanto em trânsito, ele permanece encerrado em seu navio, extraíndo para seu sustento com seus próprios suprimentos e mantendo um curso predeterminado. Somente ao chegar ao seu destino, e quando o seu meio de transporte parar, o viajante começa a se mover. Mas esse movimento, confinado a um lugar, concentra-se em um ponto. Assim, os próprios lugares onde o habitante viajante faz uma pausa para descansar são, para o passageiro transportado, locais de ocupação. Por entre os locais, ele quase não desliza na superfície do mundo (Ingold, 2011, p. 149-150, tradução minha)⁹².

Podemos entender o *movimento*, resumidamente, como o caminho que se faz; em maior ou menor medida, como um movimento feito *no* presente, cujas linhas e traçados podem ser delineados a posteriori – inclusive pelo etnógrafo, no que nos diz respeito. Transportar, por sua vez, é *carregar* algo ou alguém, perdendo-se de vista a dimensão da agência da vida em detrimento daquilo que é estacionário. Neste capítulo, é um pouco disso a que faço referência.

Retomo, na esteira da descrição que faço a seguir, muitas das discussões promovidas por De Certeau (1998) e por Pais (2010), com a ênfase na produção do espaço urbano

92 No original: [...] I have referred to movement of the former kind as wayfaring. Movement of the latter kind, I call transport. I shall now show that the inversion that renders the inhabited world as space, also converts wayfaring into transport. The wayfarer is continually on the move. More strictly, he is his movement. [...] It is a line that advances from the tip as he presses on, in an ongoing process of growth and development, or self-renewal. As he proceeds, however, the wayfarer has to sustain himself, both perceptually and materially, through an active engagement with the country that opens up along his path. Though from time to time he must pause for rest, and may even return repeatedly to the same place to do so, each pause is a moment of tension that – like holding one's breath – becomes ever more intense and less sustainable the longer it lasts. Indeed, the wayfarer has no final destination, for wherever he is, and so long as life goes on, there is somewhere further he can go. Transport, by contrast, is essentially destination-oriented (Wallace 1993: 65–66). It is not so much a development along a way of life as a carrying across, from location to location, of people and goods in such a way as to leave their basic natures unaffected. For in transport, the traveler does not himself move. Rather he is moved, becoming a passenger in his own body, if not in some vessel that can extend or replace the body's powers of propulsion. While in transit he remains encased within his vessel, drawing for sustenance on his own supplies and holding a predetermined course. Only upon reaching his destination, and when his means of transport comes to a halt, does the traveler begin to move. But this movement, confined within a place, is concentrated on one spot. Thus, the very places where the wayfaring inhabitant pauses for rest are, for the transported passenger, sites of occupation. In between sites, he barely skims the surface of the world.

no cotidiano. Exploro aqui o que chamo de *situações etnográficas*, que são tanto fruto de minha observação momentânea do dia a dia das superquadras quanto leituras posteriores que me foram possíveis a partir do que me falaram moradoras e moradores de superquadra. Observar e acompanhar as pessoas, no sentido *flutuante* (Pettonét, 2008), foram as ferramentas das quais me vali para me aproximar dos movimentos, dos fluxos, dos encontros no espaço. Mas há algo mais.

Quando digo que pude ler posteriormente essas observações feitas em campo me afastou, em alguns sentidos, das proposições de Ingold. Assumo uma leitura analítica sobre um movimento em processo e, aqui em especial, como esse movimento é feito nos encontros e nos desencontros, a partir da perspectiva de *quem mora* na superquadra. Há uma razão para isso. Em muitos sentidos, o controle e a categorização das práticas no espaço público da superquadra eram uma forma de se administrar o movimento, de se canalizá-lo numa direção, de se tomá-lo como suspeito e, a partir daí, engendrar mecanismos de constrição. Essa inversão metodológica, entre o movimento visto como processo e o movimento visto analiticamente, é parte importante nas maneiras como o espaço é produzido na superquadra.

Quando moradores tecem considerações sobre quem são e como devem se comportar determinadas pessoas no espaço, não necessariamente procuram observar o *movimento* e a cotidianidade do outro. Certas presenças se tornam desviantes e indesejáveis por uma série de assunções e julgamentos, que pudemos acompanhar no capítulo anterior, com as quais, em primeira instância, somam-se também suas formas de viver o espaço. Não sabendo das trajetórias das pessoas nem de seus trajetos (Patriota de Moura; Vasconcelos, 2012), ou, em outra escala, pressupondo-as como parte de uma generalização discriminatória, fantasiosa ou “empírica”, a segregação se torna um dos processos constitutivos do espaço urbano (de Brasília).

A partir de agora, volto mais uma vez *aos rés do chão* (Candido, 2003), detalhando observações feitas *debaixo dos blocos*, em espaços que não os dos apartamentos de meus anfitriões, no espaço público da superquadra. *Debaixo do bloco* é, por sinal, uma

expressão comum no mundo das superquadras, quando moradores enfatizam esse espaço que é ao mesmo tempo público, relativamente indefinido, e de um bloco em particular. Isso tem seus efeitos, como veremos.

A descrição etnográfica que faço é feita a partir de meus diários de campo, embora não sejam versões idênticas de quando foram escritos. Procurei, na medida de meu argumento, atentar para aquilo que foi recorrente durante meus trajetos de pesquisa, bem como para aquilo que fugia ao ordinário. Necessário dizer que a recorrência e o fugidio teriam que ser parte de um processo analítico tanto prévio ao campo quanto simultâneo a ele. Sendo morador de Brasília, e da Asa Norte, pontuo que, se isso era uma premissa de pesquisa, nem por isso deixava de ser um desafio. O mais “fácil” seria pressupor o cotidiano local, com o que poderia me perder na relação complicada entre o familiar e o conhecido (Velho, 2006). Se a etnografia foi feita em território com a qual estava mais ou menos acostumado, desde o início sabia que muita coisa me escapava aos sentidos e que não devia me dar por ciente do que poderia (ou não) ver e percorrer em Brasília.

O leitor e a leitora não de perceber, ainda, que dividi a vida debaixo do bloco por períodos de tempo. As descrições que se seguem foram categorizadas em momentos: dias de semana, de final de semana e de férias escolares. Embora *entre* esses dias boa parte da rotina tivesse suas semelhanças e ressonâncias, pude perceber, ao longo de minhas observações flutuantes, de minhas flutuações, que tanto quanto segunda e sábado, por exemplo, aproximavam-se em alguns sentidos, afastavam-se em muitos outros.

O mesmo posso dizê-lo com relação aos períodos em que as escolas (públicas e particulares) estão com seus semestres letivos em andamento ou não. No caso da Asa Sul, esse contraste da experiência ordinária era significado pela presença de escolas públicas em seu espaço. No Sudoeste, ao menos em algumas das superquadras residenciais, pela presença de colégios particulares. No Noroeste, pelo menos até o momento em que escrevo, nem um, nem outro tipo de instituição.

Passemos, então, a cada um dos bairros e em torno de cada um desse momentos da semana e do ano. Passemos aos rés do chão, de onde os apartamentos só podem ser vistos e ouvidos a distância.

A vida na superquadra, a vida debaixo do bloco

Sudoeste (dia de semana)

No dia em que o pneu de minha moto havia furado, na 107 sul, estava com uma entrevista marcada para o período da tarde. Havia planejado almoçar pela quadra, em um dos restaurantes próximos, fazer trabalho de campo depois e seguir para o Sudoeste. Conversaria com Catarina Carvalho, em seu apartamento, para quem mandei mensagem avisando do ocorrido. Catarina lamentou e disse que poderia conversar comigo no dia seguinte. Todo o planejado caíra por terra e tive que voltar de ônibus para casa – a moto apenas ficaria pronta no dia seguinte, mas preferi ficar à tarde na oficina para acompanhar o conserto e para saber quanto custaria – afinal, uma bolsa de pesquisa não seria lá muito suficiente para custear valores altos.

Resolvi ir à Asa Sul logo pela manhã, para mais um período de campo, à espera da abertura da oficina, às 8h. Cheguei à 308 sul por volta de seis da manhã, depois de um trajeto de pouco mais de meia hora no ônibus. Fiquei sentado em frente aos bancos da Igrejinha, acompanhando os primeiros movimentos da manhã, a essa hora cheia dos sons de maritacas e de uns poucos carros de saída dos blocos residenciais. Não tardou muito e pude ver muitos moradores em passeio com seus cães (um poodle, dois beagles, um doberman e mais alguns). Nesse dia, tudo estava mais calmo. Resolvi ir direto para a oficina, a uns dois quilômetros dali, cujo proprietário era morador de Taguatinga. O conserto terminou já passava do meio-dia. Segui em direção ao Sudoeste.

Catarina e sua família moravam próximos de um colégio particular, o Dromos. Como a entrevista estava marcada para às 15 horas, havia tempo suficiente para ficar por ali

e para *flutuar* quando necessário. O movimento em volta da escola era grande, com vários carros chegando e saindo de seu estacionamento. Algumas vans, por vezes, chegavam, e crianças e adolescentes desembarcavam com a ajuda do motorista. O frenesi diminuiu quando uma campainha tocou. Era a chamada para o início das aulas. Caminhei para as imediações do bloco de Catarina.

Não havia muitas pessoas nos pilotis. Não neste bloco, pelo menos. No bloco vizinho, contíguo a ele, um grupo de homens estava deitado próximo ao gramado. Vestiam uma mesma camiseta, com a logomarca de uma empresa que presta serviços terceirizados a prédios residenciais. Eram jardineiros e faxineiros, como mais tarde fui descobrir, tão logo se muniram de seus equipamentos de trabalho. Na hora, um tentava cochilar, deitado sobre um papelão, enquanto outros dois se divertiam ao ver alguma coisa no celular de um deles. Ficaram ali por volta de 30 minutos.

Próxima ao bloco e ao colégio, havia uma academia de natação, de onde escutei os sons de corpos mergulhando na água, algumas músicas pop tocando e as vozes que imaginei serem de um instrutor, por conta dos estímulos dados a quem quer que estivesse nadando. O prédio da academia era todo cercado, com paredes altas cobrindo os cômodos internos, e somente pude presumir o que estivesse acontecendo, sem poder saber ao certo quem eram e quantos eram ali dentro. Em dado momento, o instrutor levantou a voz e, no compasso rítmico da música, pediu para que seus estudantes acelerassem nas braçadas. Alguns cachorros que eram conduzidos na calçada ao lado se alvoraçaram, aparentemente procurando a origem sonora que os incomodava. Não demorou muito e já se cheiravam, sob os olhares e os risos das pessoas que os guiavam, que trocaram algumas palavras.

Como faltavam apenas 20 minutos para a conversa com Catarina, fui para seu bloco. Encostei-me num banco de madeira colocado próximo a uma das paredes do salão de festas, para fazer algumas anotações que não conseguira fazer em meu celular. O porteiro estava sentado em uma cadeira em sua guarita, observando os registros visuais das câmeras de segurança do prédio e, ao mesmo tempo, vendo vez ou outra

seu celular. Levantou-se e veio falar comigo, perguntando se estava à procura de alguém “do bloco”. Mencionei Catarina e o horário de nossa conversa, ao que esboçou um sorriso, um “tudo bem”.

No bloco, duas crianças andavam com bicicletas, acompanhadas de uma mulher mais velha. Estavam, pelo que vi, aprendendo a andar com elas, tanto pelas “rodinhas” que estavam penduradas nos pneus traseiros quanto pelas instruções vocais dadas pela adulta, que procurava o mais que podia ir lado a lado delas. As crianças aceleravam, freavam, riam. No gramado ao lado, sobre uma toalha de mesa colorida, com desenhos de animais e balões, um bebê engatinhava. Não estava sozinho, mas com uma mulher adulta ao seu lado. Era negra e olhava atentamente as tentativas de seus passos, rindo com o canto dos lábios e pedindo “cuidado” à criança. A mulher vestia uma camiseta branca, de manga curta, e uma bermuda amarela, com chinelos havaianas pretos. Não pareceram me notar, nem mesmo a criança, para quem tentei fazer algumas caretas. Pouco antes das 15 horas, mandei mensagem para Catarina e me aproximei da guarita. O porteiro interfonou para ela, mencionando “um moço aqui embaixo”. Fui autorizado a subir, agradei e segui adiante. Tentava sempre começar as conversas recorrendo a esses movimentos que acabara de ver nos blocos residenciais. Catarina logo sorriu, dizendo “adorar a vizinhança”. Perguntei-lhe sobre a academia ao lado e ela disse que nunca a incomodou, “o pessoal mais velho que não gosta muito, mas tem netos ali”.

Terminada a nossa conversa, resolvi descer pelas escadas. Nos pilotis, as pessoas que antes estavam ali não estavam mais. O porteiro brincava com um pequeno Zwergspitz, um lulu da poremania, que tentava subir em suas pernas, contrariando os avisos de um homem adulto que dizia que a “a Betina fica assim passeando”. Saindo de uma das guaritas, vinham uma mulher e um homem adultos, vestidos em roupas esportivas e com óculos escuros. Chegaram à guarita, perguntaram se havia uma encomenda (não havia) e entraram mais uma vez porta adentro. No mesmo banco onde estivera, um menino de seus 15 anos, com uma camiseta do Flamengo, olhava seu celular, aparentemente sem estar acompanhando nada a sua volta.

Fui mais uma vez em direção ao Dromos, para acompanhar a saída de aula. Era uma sexta-feira, as crianças pareciam alvoraçadas. Esperei o movimento diminuir, o vai e vem incessante de carros, os sorrisos e as conversas entre adultos, os gritos de crianças, as pequenas reuniões entre adolescentes, e segui superquadra adentro, me aproximando da quadra poliesportiva, sentando-me em um gramado próximo, debaixo de uma árvore de porte médio. Dois adolescentes arremessavam uma bola de basquete a uma cesta, brincando um com ou o outro quando erravam ou acertavam.

Ficaram ali por meia hora, até a chegada de alguns carros e pessoas a pé, avolumando-se próximo da grade que dividia a quadra do gramado imediatamente vizinho. Eram homens adultos, alguns mais velhos, outros mais novos, conversando. Não tardou muito e os adolescentes terminaram a partida que vinham realizando, com o que a quadra foi muito rapidamente ocupada por novos jogadores, desta vez de futebol. Acompanhei a partida durante um tempo. Nesse intervalo, percebi cada vez mais mulheres adultas saindo dos blocos, com bolsas a tiracolo, caminhando em direção à Primeira Avenida. Eram quase todas negras, umas bem jovens, talvez de minha idade, outras nem tanto. Imaginei que estivessem a caminho dos pontos de ônibus distribuídos ali para a área comercial. Por mais que fosse tentador acompanhar as tensões e as alegrias de uma partida de futebol, resolvi flutuar na companhia do outro movimento.

Na avenida, os bares e os restaurantes logo começaram a receber mais e mais pessoas. Fiquei sentado próximo a um supermercado, comendo uma porção de pães de queijo que comprara na padaria do estabelecimento. Ali perto, carregando carrinhos de supermercado, pessoas se ofereciam aos clientes para “cuidar da vaga”, pelo que alguns recebiam alguns centavos depois. Uma criança se aproximou de mim, pedindo uma cesta básica. Disse que não tinha condições para fazê-lo, mas que podia dar os pães de queijo que ainda restavam. Ela aceitou e saiu correndo. De uma das árvores próximas, uma dessas pessoas que perambulava pelo estacionamento saiu para acompanhar a mesma criança para a entrada do supermercado. Debaixo da árvore, debruçavam-se

sobre o gramado, com mais duas outras crianças. Havia três ali e um homem adulto. Todos eram negros.

A noite era bem mais refrescante que o dia, chegava a estar frio, depois de um dia não muito ameno e seco. Era seca em Brasília. Segui em direção ao bloco de Catarina para pegar minha moto novamente. Os pneus estavam bem, e ela funcionou. Ainda bem.

Sudoeste (fim de semana)

Voltei ao Sudoeste no dia seguinte. Pretendia observar mais uma vez as proximidades da quadra poliesportiva. Estacionei perto de onde havia partido no dia anterior, circulando pelos comércios. Era o começo da manhã, com o sol já intenso e a seca pegando pesado, 30% de umidade, com previsão de chegar a menos de 10% no fim do dia. Não seria fácil.

Na avenida comercial, senhores mais velhos entravam e saíam de uma padaria, alguns casais estavam sentados nas mesas, alguns com crianças, outros não. Outras lojas começavam a abrir, uma de suplementação esportiva, outra de venda de roupas femininas, um pet shop. O trânsito aumentava, mas bem menos intenso quando comparado a um dia de semana. Segui em frente.

Na quadra de esportes, duas mulheres adultas se alongavam sobre tapetes de yoga. No lado oposto, uma menina andava de bicicleta acompanhada de um homem adulto. O movimento do dia anterior se repetiu, com alguns carros logo chegando, dos quais saíram alguns homens. Logo, dividiram entre si coletes amarelos e vermelhos, discutiram quem pegaria tal ou tal número de camisa e ficaram à espera. O pai com sua filha saiu, as mulheres terminaram sua sessão de yoga. Entraram em quadra para uma partida, que se estenderia por toda a manhã. Fiquei ali observando até o momento final do jogo, vendo os revezamentos dos times. Cheguei a ser convidado a participar, mas disse que não tinha como, estava sem roupa apropriada. Já ao final do jogo, num momento de comemoração, abriram uma cerveja e acenderam cigarros (de maconha, inclusive).

Fiquei o dia todo indo de um lado para o outro da quadra. Perto do Dromos, quase nenhum movimento, com exceção de vigilantes que papeavam entre si. Na academia de natação, sons apenas pela manhã, a maioria de crianças, que pareciam agitadas, respondendo ativamente aos pedidos de quem supus ser uma instrutora: “pessoal, vâmo, vâmo, vâmo, é pra terminar o dia, tá acabando”. Cumprimentei o porteiro de Catarina, que conversava com um jardineiro trabalhando por ali. Ambos uniformizados, com as marcas da mesma empresa que vira previamente.

Voltei para a comercial para comer algo rapidamente. Optei, contudo, por ficar ali até o fim do dia. Os bares estavam cheios, com algumas bandas se apresentando ao vivo, outros apenas com música ambiente. Era dia de feijoada, ofertada por preços fixos de 50, 60 reais, com ofertas conjuntas de chopp e/ou caipirinha. Alguns estabelecimentos de fast-food também tinham frequentadores, embora menos. A agitação dos bares seguiu até o fim da tarde, com as vozes cada vez mais altas e abraços efusivos de um lado a outro. Adultos, a maioria de óculos escuros, em roupas “leves”, crianças e adolescentes, esses um pouco mais fixos às mesas, acompanhavam o desenrolar dos sambas e pagodes. Por volta das 16 horas, o ritmo começou a diminuir, com as pessoas entrando em carros estacionados perto ou pedindo uma carona por aplicativo, deduzi pelas mexidas que davam nos celulares e por entrarem logo nos bancos traseiros de veículos.

A tranquilidade dos funcionários desses comércios não duraria muito. Logo chegaria o turno noturno, nos quais acompanhei funcionários que vira durante a tarde. Não havia mais muitas bandas presentes, mas o agito em alguma medida se repetia, desta vez com adultos maquiados, em trajes mais “fechados” (as bermudas dando lugar a calças), os saltos altos em profusão. A noite chegara e, com ela, a avenida comercial parecia não parar. Carros para lá e para cá, buzinas frequentes, gritos recorrentes, de brinde, de alegria, de comemoração. Permaneci no Sudoeste, nesse dia, até às duas da manhã, ao lado de um ponto de ônibus, quando já havia bem poucas pessoas entrando

nesses veículos e o silêncio começava a se sobrepor ao agito sonoro e físico de antes. O dia de lazer havia terminado. O dia de trabalho, igualmente. O dia de campo também.

Voltei para casa.

Asa Sul (dia de semana)

Era uma manhã de novembro e as chuvas haviam começado há cerca de dois meses, com um mês de outubro para lá de chuvoso. Os gramados das superquadras, se estavam amarelados, ressecados, nos meses de junho, julho, agora tinham se esverdeado. Os ipês já não mais floresciam, o que fariam apenas no ano seguinte, durante a próxima seca.

Cheguei à 107 sul às 5h30, um tanto quanto molhado com os pingos que me atingiram durante a travessia do eixão com minha moto. Estacionei-a em frente ao CEF 02 e caminhei em direção às calçadas próximas do eixinho. Queria acompanhar os movimentos das passagens subterrâneas dos eixos. Durante o campo, elas foram alvo de um constante incômodo de minha parte. Muitos moradores das Asas apontavam que elas eram um espaço perigoso e que evitavam atravessá-las, mesmo de bicicleta. Pais e mães se opunham a que seus filhos as frequentassem, pesando a restrição mais para as meninas do que para os meninos.

As passagens (Foto 30) são um dos espaços do planejamento modernista de Brasília. Localizadas no subterrâneo dos eixos rodoviários, deveriam evitar o cruzamento do trânsito pedestre e do rodoviário de alta velocidade. Moradoras e moradores poderiam caminhar de quadra a quadra “por baixo”, entre pares e ímpares no sentido leste-oeste⁹³. Os moradores, contudo, parecem não o fazer, justificando o não uso pela insegurança, pela sujeira, pela escuridão, pela falta de policiamento. O que me intrigava, entretanto,

93 Pontuo que há diversas propostas para usos alternativos do eixo rodoviário, procurando viabilizar o cruzamento pedestre com o automotivo, como a inclusão de faixas de pedestre, de semáforos e de outros itens de sinalização (Holanda, 2020), boa parte delas já negadas pelos órgãos locais e federais de patrimônio, por, em tese, irem na direção contrária ao tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília.

era que alguns afirmavam que “ninguém usava”, que “só” “morador de rua” é que dormia ali, ou mesmo “fazia suas necessidades”, que aquele espaço era “vazio”.

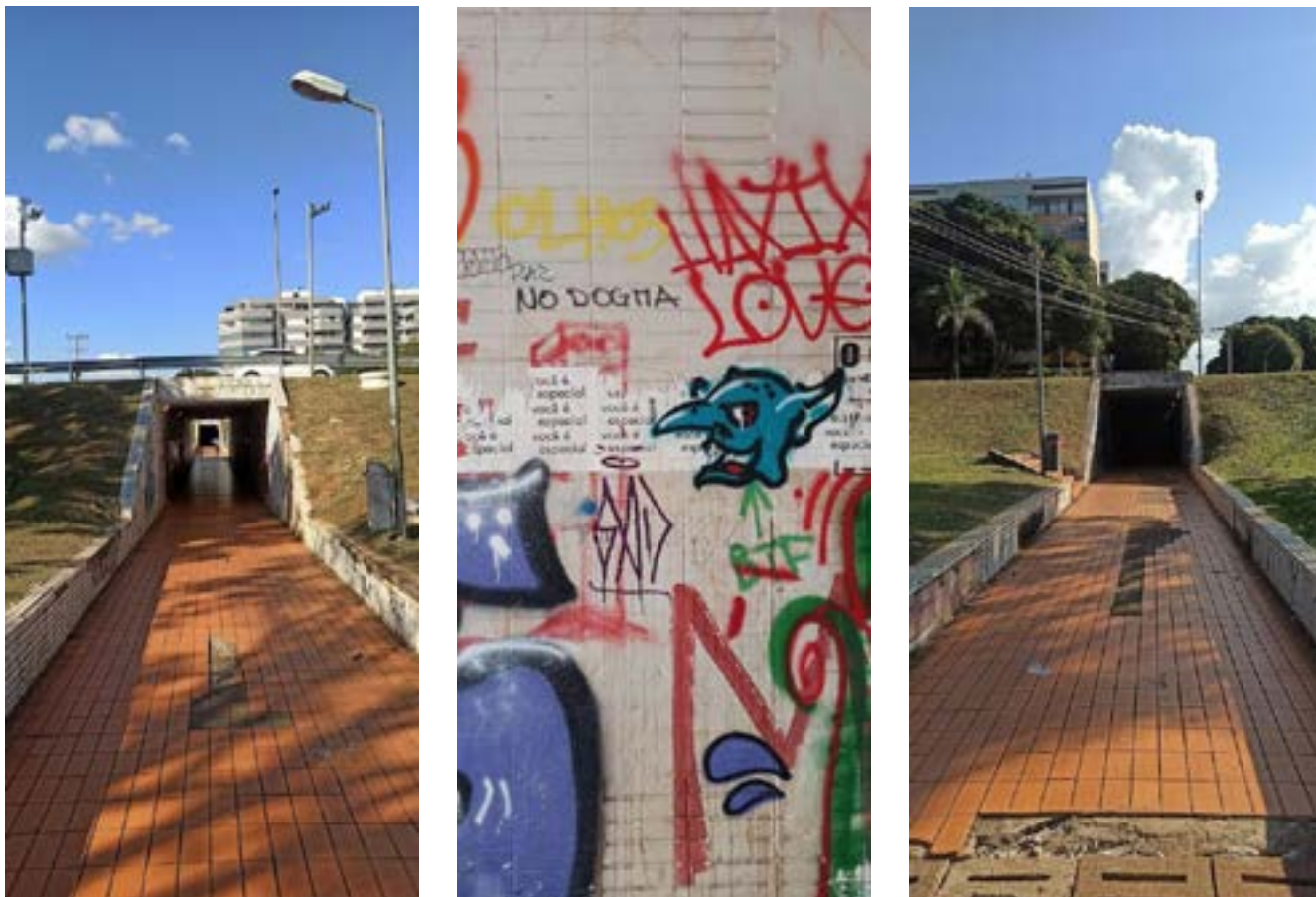


FOTO 30 Passagem subterrânea entre as comerciais 111/112 e 211/212 norte, vista sob diversos ângulos. *Autoria: Vinicius Januzzi, 2021*

Morando no Plano Piloto desde que cheguei a Brasília e tendo que me virar boa parte das vezes a pé, via outra coisa. Para além das vezes em que as utilizei como via de passagem, ou “pegando um atalho” pelo eixão – a travessia por cima do “eixo” também é comum, com pedestres aguardando um momento “seguro” para passarem e não serem atropelados por carros a, no mínimo, 60 quilômetros por hora – no eixão, o limite de velocidade é de 80 km/h, um limite que nem sempre é respeitado pelos motoristas que nele circulam. Via que muitas eram as pessoas que usavam as passagens, principalmente no início da manhã e no fim da tarde. Era esse movimento, essa presença ou ausência, que queria observar nesse dia.

Num gramado próximo a um dos blocos da 107, me sentei. Já havia pessoas nas passagens⁹⁴. Vinham sozinhas, em duplas, em trios, em pequenos grupos, geralmente em grupos ou de mulheres, ou de homens. Algumas das mulheres vinham acompanhadas de crianças, mais novas ou menos. A maioria dos homens em uniformes e tênis esportivos, Em alguns momentos, das saídas/entradas das passagens, vi mais de cinco pessoas saírem ao mesmo tempo. As passagens, não tive dúvidas, tinham movimento e, fossem seguras ou não, o que é de se ponderar como uma possibilidade, estavam sendo usadas – incessantemente. Pelo menos, claro, até mais ou menos 9 da manhã, quando já não observei muitas pessoas.

Na saída da plataforma, havia instalada uma mesa com uma toalha colorida, sobre a qual estavam dispostos jarras de café e de suco, potes com bolos, tapiocas, pães de queijo. Ocasionalmente, algumas das pessoas que emergiam das passagens subterrâneas paravam para comprar um desses itens, vez ou outra parando para conversar com a senhora que as atendia. Com o movimento menor, fui até a banca e comprei um bolo de milho e um copo de café. Tentei puxar conversa com a senhora, mas entendi que eu estava sendo um incômodo. Havia um comércio a ser tocado e não havia tempo o suficiente para um papo. Disse-me que morava em Planaltina de Goiás e vinha todos os dias para esse mesmo espaço, para atender o “pessoal que trabalha por aqui”. Seu marido fazia o mesmo numa banca da Asa Norte. Saíam de casa às 4 da manhã e voltavam no fim da manhã para casa. Com seus movimentos de limpeza da mesa e de recolhimentos das comidas e das bebidas, pedi licença e desejei bom trabalho.

– Tchau, disse dona Joana, eu sorri e segui adiante.

94 Na Asa Sul, há, também, outra forma de se locomover pelo subterrâneo do eixo rodoviário. As estações do metrô do Distrito Federal, localizadas na Asa Sul, podem ser acessadas tanto a oeste quanto a leste, em entradas colocadas próximas aos eixinhos. Mesmo quem não pega o metrô faz uso delas para passar de um lado ao outro do eixo, num espaço relativamente mais movimentado e mais vigiado que o das outras passagens subterrâneas. Na Asa Norte, por outro lado, não há oferta de linhas de metrô, restando, aos pedestres, as opções de passar sobre o eixo, infiltrando-se entre os carros, ou sob ele, nas passagens construídas para essa finalidade.

Caminhei para a pracinha Marcelino, para acompanhar os encontros e os movimentos do PEC (Ponto de Encontro Comunitário) e da escola. A chuva ia e vinha, aumentando e diminuindo; nessa hora, para a serenidade da estada no banco, o sol me acompanhava límpido, algo que não impediu de me molhar um pouco ao ficar sentado. Os estudantes começavam a chegar ao portão do CEF, onde entravam, deixavam suas mochilas e logo saíam. Muitos, como já observei antes, acompanhados de mulheres adultas, que logo seguiam para o interior da quadra. Outros, descendo de ônibus e vans, com os familiares letreiros que os identificam. Quando saíam da escola, vinham logo para o espaço da “pracinha” – era esse o nome dado ao PEC por alguns dos estudantes com quem convivemos durante as oficinas no CEF 02 (Castor, 2018, 2020; Silva, 2019).

A “pracinha” não estava lá muito movimentava no dia, talvez pela chuva recente, talvez por ser uma manhã de sexta-feira, talvez por qualquer outro motivo. Mas havia gente. Passeando pela quadra, vinham alguns adultos com cães, que ora se cheiravam, ora se repeliam com latidos. Alguns pareciam se conhecer, por conversas mais alongadas. Uma mulher adulta, negra, também veio com um cachorro ao seu lado, um labrador pequeno, e uma criança branca, que vinha sorridente.

A senhora logo se aproximou do banco onde estava sentado e se sentou, junto da criança, que veio me pedindo para mexer em meu celular, onde fazia anotações e tirava algumas fotografias. Ela pediu “desculpas”, ao que respondi “sem problema”, entregando o aparelho ao menino, Lucas. Ficamos ali por um tempo, entre comentários sobre a chuva e o movimento. Ana, como a chamo agora, era moradora de Ceilândia e trabalhava na 307 sul, como diarista. Tinha um filho que estudava no Elefante Branco, já mais velho, com quem se encontrava ocasionalmente em alguns dias de semana, para tomarem juntos um ônibus de volta para casa. Ana me disse que “tinha que ir”, pediu “licença”, chamou Lucas, que, contrariado, foi para o colo dela. O labrador, que se divertia nas árvores próximas, preso à coleira, respondeu ao sinal de Ana de “vem, vem” e os acompanhou.

A conversa com Ana me levou a prestar menos atenção ao que ocorria nas redondezas. Flutuei. Vendo-a caminhar quadra “acima”, olhei para o relógio e vi que eram quase 7h10, o horário de início das aulas. Havia muitos estudantes por ali, que se movimentavam sobre os equipamentos de ginástica e fuçavam nos celulares uns dos outros. Um grupo de meninas ouvia uma música e ensaiava uma coreografia. Logo, uma música ao fundo chegou aos ouvidos daqueles que ali estávamos, um som calmo, com batidas de bossa nova. Era o sinal convocando para o começo das aulas. Pouco a pouco, começaram a se dirigir à escola, alguns um pouco mais atrasados, aparentemente pouco dispostos a ter que atravessar o portão que dividia a escola do restante da superquadra. O portão foi fechado.

Fiquei por ali toda a manhã. Com a saída dos estudantes, mais e mais moradores das quadras começaram a se aproximar da “pracinha”. Muitos se conheciam, pelo que pude perceber, porque falavam de suas rotinas, da família, do cotidiano. Por volta das 9h, chegaram alguns jovens, uns com uniformes do Elefante Branco, outros com casacos não muito pesados. Eram todos homens e, com exceção de um, negros. Distribuíram-se entre os equipamentos de exercício, um pouco distante de uma dupla de senhores de cabelos brancos. Saí dos bancos e fui em direção a um banco oposto, do outro lado. Coincidência ou não, pouco após, o grupo de meninos foi para a Marcelino, sentando-se de dois em dois em cada um dos bancos (eram três). Sentaram-se não sobre os assentos, mas sobre os encostos, a despeito de sua arquitetura hostil (ver Foto 1).

Passou-se meia hora em que ficaram conversando, fumando, rindo. Um deles logo se aproximou de uma mangueira, abarrotada de mangas nesse período do ano. Escalou a árvore e começou a balançar um galho, forçando a queda dos frutos. Seus colegas ora o estimulavam, indicando que fosse mais para lá, mais para cá, que subisse para “aquele galho ali”, para que pegasse um fruto, “aquele tá bom”, ora o criticavam pela suposta imperícia em conseguir colhê-las. “Esse aí” não serve para nada, comentou um dos meninos, ia “morrer de fome” com todos os frutos a sua disposição. Ele, por sua vez, respondia diretamente a cada um deles, xingando ou comentando o quanto

eram “cagões” por nem o ajudarem na empreitada, enquanto se mantinha atento aos seus pés e à postura das mãos. Não custa lembrar: chovera a semana toda, boa parte do mês, e a mangueira estava escorregadia.

Entre subidas e descidas, idas e vindas, gritos e vaias de seus amigos, em dado momento ele escorregou e caiu de bunda num dos galhos, sob o olhar preocupado de seus colegas. Com a constatação de que não havia se machucado, todos riram e continuaram na mesma toada. Pediu que começassem a preparar suas mochilas porque sairiam dali com elas lotadas.

Os homens que estavam nos aparelhos de ginástica, agora olhando a movimentação juvenil com atenção, apontavam para os jovens e diziam algo entre si. No momento, não escutei nada, nem mesmo me parecia que um conflito pudesse surgir dali. Quem sabe estivessem apenas conversando sobre o clima, indicando algum outro espaço da quadra ou mesmo a qualidade da mangueira, atestada pelos jovens na colheita numerosa de frutos? Quem sabe estivessem elogiando a habilidade do jovem na escalada da árvore ou o estado dos bancos da praça Marcelino? Quem sabe falassem de suas famílias, das consultas médicas que teriam ido recentemente, da política nacional ou do DF, das cigarras que já faziam a festa durante quase todo o dia?

Estava errado.

Caminhava em direção à escola, de onde seguiria para a 307 sul, à procura de alguma outra observação a se fazer, quando ouvi um grito. Os homens agora estavam perto dos meninos, ordenando para que saíssem dali. Um deles, com a mão apontada em direção a um dos meninos, disse que “isso tava passando dos limites”. Pediram ao menino que estava na árvore para que descesse, que aquela baderna tinha que acabar e que a paciência deles estava esgotada. Os adolescentes olhavam assustados, tanto para os adultos quanto entre si mesmos. O que estava em cima da árvore começou a preparar sua descida, no que foi dificultado por um dos adultos, que se colocou logo abaixo de onde estava descendo, puxando-o com força. Esses gestos pareceram ser o estopim

de uma tensão que crescera vertiginosamente em minutos. Os amigos do jovem chegaram mais perto e empurraram o homem para o lado, que por pouco não tropeçou.

O outro adulto chegou ainda mais próximo e passou a empurrá-lo e a falar alto: “saiam daqui, cambada, saiam, porra, chega dessa zona, sai daqui, sai”. “Socorria” seu amigo sem se esquecer de manter em alto e bom som os improperios aos estudantes. Ao se levantar, o adulto limpou sua camisa, suja pelo contato direto com a árvore molhada, e se juntou ao coro: “vaza, oh, vazem daqui que a gente vai chamar a polícia, que aí eles vão te levar para o lugar de vocês”.

Eu acompanhava de longe, sem saber muito como proceder. Infelizmente ou não, nada fiz. Não o fizeram também outros pedestres que perambulavam pelas calçadas e pelos blocos, nem os porteiros dos blocos, agora observando tudo bem atentamente, nem o vigilante da escola, que espiava por entre os arames que acercavam. Não o fez a senhora que passeava com seu yorkshire, que até tentara latir para o ocorrido, mas logo se contivera, distraíndo-se com os cheiros do gramado.

Tão rápido como a situação toda tivera início, ela terminara. Os estudantes, tendo se juntado ao seu amigo, fechado suas mochilas, saíram correndo na direção do eixinho, sob os olhares de todos que presenciavam a movimentação. Pegaram umas mangas que ainda estavam no chão, puseram sobre os braços e se foram. Alguns gargalhavam, outros xingavam de volta, “seus véio cuzão, aqui quem manda é nós”, ou continuavam a pôr o amigo da manga sob suspeita, “se não fosse nós, cê tava fudido, veí”.

Davam risada e aparentavam se divertir com a situação. Da “pracinha”, os adultos os acompanhavam com os olhos, mencionando que aquilo se tratava de um desrespeito, que isso não podia acontecer. Cinco minutos depois, despediram-se e caminharam juntos para um mesmo bloco residencial, contíguo ao eixinho, a poucos metros de onde estavam.

Se o dia começara agitado, e imaginava que tudo seria mais calmo ao longo da tarde, me enganara. Quando a tensão pareceu baixar no espaço da PEC, resolvi caminhar pela

superquadra. Em vez da 307 sul, resolvi seguir mais uma vez para a 308, passando pela Igrejinha. A “comercial” estava cheia, o Xique-Xique⁹⁵ com fila de espera, as vagas de estacionamento disputadíssimas, sob a organização de três a quatro flanelinhas.

Na Igrejinha, poucos metros adiante, conseguia ver e ouvir o fluxo intenso de carros e pedestres, sentir o cheiro da comida. Mas ali mesmo havia pouca gente. Não fossem esses sons e cheiros que vinham da quadra comercial, teria para notar “apenas” este contraponto silencioso de um espaço próximo em relação a outro. Ou o silêncio da Igrejinha em relação a outros períodos do dia e do ano, como no período de suas festas religiosas (Vasconcelos, 2013). *Apenas* é um modo impreciso de se dizer, bem vemos.

Fiquei parado por alguns minutos pós almoço num dos bancos vizinhos à igreja. Do lado oposto da praça que avança diante da entrada da construção, dos adultos, um homem e uma mulher estavam juntos com uma criança pequena, uma menina. Suas roupas estavam um pouco sujas e, com exceção da mais nova, os outros estavam descalços. Sentavam-se ao pé de uma pequena árvore, perto da saída de uma faixa de pedestre que faz a ligação entre as quadras 100 e as 300.

Dentro da igreja, nenhum movimento. Estava aberta naquele instante, mas recebeu bem poucos fiéis e visitantes até quando fiquei por ali. Na escola parque logo acima, algumas crianças corriam para lá e para cá numa quadra esportiva, bem próximas à grade de arame que a separava da superquadra. Segui para ela, tentando ver os espaços internos da escola. Apesar de não conseguir ver muita coisa, somente pequenos grupos de crianças correndo, algumas adultas as alertando de alguma coisa, consegui *ouvir* muito. Eram os sons agudos das vozes infantis, os gritos estridentes de suas comunicações, mesmo o vento que faziam circular ao correrem em conjunto.

O silêncio em volta da escola, imaginei, contribuía para que percebesse esses ruídos, que via estampado nos sorrisos e, claro, em algumas caras emburradas de vez em

95 Restaurante “tradicional” de Brasília, serve comida típica “nordestina”, como carne-de-sol, queijo coalho assado, macaxeira e feijão de corda.

quando. “Ô, tio da mochila, ô, tio, tira uma foto nossa”, me pediram algumas, notando com minúcia o equipamento que carregava sempre comigo às costas e notando, sobretudo, que estava anteriormente tirando fotos dos espaços ao redor. Mencionei para eles que não podia tirar fotos delas, sem que tivesse autorização da escola e de seus familiares. Pedi licença. Uma delas, não satisfeita, mostrou-me a língua. Eu sorri. Comecei a caminhar para o laguinho do bloco F.

Antes de lá chegar, passei pela Praça dos Cogumelos, onde não havia ninguém. Na calçada do outro lado, um senhor passeava com dois cachorros, cuja raça não reconheci. Carregava em uma das mãos uma sacola, como carregavam muitos dos que passeavam com os pares caninos – a sacola como um item para as fezes dos animais, que podiam ser depositadas em lixeiras próprias no espaço da superquadra; em algumas dessas lixeiras, ao lado, estavam sacolas especificamente produzidas para essa finalidade.

No bloco F, dois homens se encostavam num dos pilotis, cada um dos lados, mexendo em seus aparelhos celulares. Mais adiante, dois jogavam cartas (Foto 31). Um deles mostrou a tela do celular para o outro, “olha só essa porra hahahaha”. Vestiam camisetas e calça jeans. O bloco tinha muitas câmeras instaladas, colocadas de ponta a ponta. Em uma delas, uma cena me chamou a atenção.



FOTO 31 Jogo de cartas, na pausa do almoço. *Auto-
ria: Vinicius Januzzi, 2018*

Um grupo de estudantes, adolescentes de não mais que 12 anos, que reconheci por conta do uniforme da Secretaria de Educação (branco e azul), estava gesticulando para a câmera. Esbugalhavam os olhos e logo levantavam o dedo médio ou da mão direita ou mão esquerda, quando não das duas, tentando encarar quem quer que estivesse os vigiando. Um deles, um pouco mais afastado, parecia estar de olho no porteiro, sentado na guarita, para ver se

ele estava atento aos movimentos de seus companheiros. De início, pensei que o porteiro não prestava atenção. Os meninos insistiam nos movimentos de seus corpos. Tentaram algumas vezes que o porteiro os visse, até fazendo barulhos com a boca. Conseguiram.

Ao sinal com a mão do companheiro mais afastado, de que o porteiro agora, ao que parecia, via os registros das câmeras nos monitores sobre a mesa de sua guarita, os meninos reiniciaram a coreografia. As caretas vieram primeiramente. Com elas, o porteiro deu risadas, enquanto forçava com as costas um movimento de sua cadeira reclinável para trás.

Mas ele desconhecia o restante da sequência ensaiada. Vieram os dedos e segundos depois ele se levantou repentinamente, levantando a voz e ordenando pros “moleques saírem dali”, “seus filhos de uma puta”. Bem, os “moleques” saíram, ele prosseguiu xingando. De onde estavam nos pilotis, os homens de uniforme azul olhavam, dando uma risada.

O porteiro voltou para sua guarita, com a cara ligeiramente fechada e ainda observando as câmeras. Tudo parecia resolvido. E bem resolvido. Não pude deixar de notar que sorria com o canto dos lábios, decerto rindo de si e da situação. Isso nunca saberei ao certo.

O horário do almoço estava chegando ao fim. Se isso podia ser visto no relógio, que apontava 13h30, era mais nítido em outros sinais. Por volta desse horário, meus companheiros de bloco se levantaram, caminhando pela calçada lateral da quadra comercial, no sentido oeste, para a W3 Sul.

Os sinais mais óbvios vinham da portaria do bloco e do Jardim de Infância próximo. Das portarias, desciam adultos, sozinhos ou acompanhados de crianças e adolescentes, e logo se dirigiam a automóveis estacionados ao lado (o bloco F não tem, como outros blocos residenciais da Asa Sul, estacionamentos subterrâneos, itens hoje considerados indispensáveis, por exemplo, no Noroeste e no Sudoeste).

Uma criança veio com seu pai, que estava com uma camisa social e uma calça de linho azul. A menina vestia o uniforme de Jardim de Infância e foi para lá que o adulto a levou. Nesse caso, a escolha da família estava em sintonia com o ideário modernista. Na entrada da escola, que via de longe, muitos adultos deixavam crianças com as mulheres que estavam posicionadas nos portões que dividiam o espaço interno do colégio da escadaria que lhe dá acesso e para onde se caminha em direção à quadra. O estacionamento, lá pelas 14h, estava bem mais vazio do que antes. Resolvi, então, ir para o laguinho.

Sob a árvore frondosa localizada de frente e à esquerda do bloco, duas senhoras estavam juntas. Uma delas, de cabelos brancos, branca, numa cadeira de rodas. A outra, negra, com um short vermelho e uma blusa de alças branca, que estava a acompanhando. Trocaram poucas palavras, aproveitando uma fresta de luz solar que passava por entre os galhos e folhas da árvore. A que cuidava estava sentada no banco de concreto, que circunda todo aquele espaço e no qual já havia realizado uma das atividades de pesquisa com estudantes do CEF 02 (Patriota de Moura; Januzzi, 2021). Agora, repousava quase que a absoluta calma no lago, e um espaço me convidando ao sono e ao descanso depois de dias contínuos de pesquisa. Não havendo muito o que fazer, decidi ficar por ali, ouvindo o canto aleatório de pássaros, que deambulavam de uma árvore a outra, o canto frenético, mas muito rápido, de cigarras, que tão logo começavam, terminavam.

Observando o Clube de Vizinhança, via poucos carros e poucos pedestres. Um passeio com um cachorro ali, um adolescente andando sozinho acolá, com fones de ouvido e de olhos conectados na tela de seu celular. Deixei de lado o meu celular, minha mochila. Quem sabe terá sido isso o que Burle Marx esperava que os moradores vivessem com seu jardim planejado para a 308 sul? Um estado de tranquilidade, de repouso em meio à atribulação cotidiana, de contemplação da natureza, de acompanhamento calmo do ir e vir das pessoas e de suas atividades? Quem sabe terá sido isso também que esperava Lucio Costa desse espaço, uma transição entre o espaço da vida urbana e o

da vida íntima, entre o público e o privado, a poucos metros das fachadas de um bloco residencial e com um monte de equipamentos públicos a sua volta?

Dos blocos residenciais próximos, ouvia muito pouco. Uma máquina de lavar se mexendo pela sua centrifugação, o som de pratos de chocando com copos e talheres, que imaginei ser uma lavagem de louças, o som inconfundível mas bem baixo de televisores ligados na programação da TV aberta. Isso se direcionasse minha audição, porque, de resto, estava (em) silêncio.

Fiquei assim por mais ou menos 40 minutos, sem perceber muito a passagem do tempo, sem mesmo olhar para o relógio ou fuçar desnecessariamente em uma rede social. Eram quase 15 horas e a temperatura não lá muito amena, ainda que bem melhor que em dias anteriores. Quando dei por mim, havia um grupo de jovens atravessando a passarela de concreto que fazia a passagem entre os pilotis do bloco F e o restante do espaço do bloco residencial, sobre o lago ornamental com peixes coloridos. O zelador do prédio, inclusive, estivera uma vez ali por volta das 14h para alimentá-los, não sei se para o almoço dos peixes ou, talvez, para um lanche da tarde. Os peixes se amontoaram sobre um dos cantos do lago artificial, devorando tudo que lhes tinha dado.

Era um grupo de meninos, com apenas uma menina entre eles. Estavam em seis pessoas, chutei que não tivessem mais de 15 anos, com os uniformes da Secretaria de Educação do DF, mas nem todos com o da mesma escola. Se eram de diferentes instituições, aparentavam ser íntimos ou, ao menos, reconhecer-se de outrora. Sentaram-se no banco do lado oposto ao lugar onde estava sentado, o mesmo que mencionei anteriormente, no excerto que abre esta tese, onde se sentara outro grupo de adolescentes. Formaram um círculo, com três sentados sobre o banco e três sentados diretamente no chão, uns de olhos voltados para os outros. Abriram um refrigerante de dois litros e um pacote de chocolate em barras e por ali ficaram, despretensiosamente.

Um deles acendeu um cigarro. Não demorou muito e o odor característico da maconha percorreu o espaço, chegando até mim. Passavam o cigarro de um para o outro, de

forma quase que despreziosa, como se já o tivessem feito anteriormente e soubessem “o que fazer”, como num ritual que se sabe o que fazer, pode-se executá-lo sem que seja necessário “prestar atenção”. O movimento do corpo se torna “natural”, um compasso ritmado e em harmonia com o que ocorre para *além* disso.

Continuaram nessa roda de conversa e fumo por alguns minutos. Faço essa demarcação temporal pelo que veio *depois*. É com isso que consigo falar mais particularmente de um *antes*. Conversando, bebendo, rindo, falando alto. Logo, o mesmo porteiro da manhã se aproximou do grupo, com passos apressados. Não consegui escutar o que disse, mas, dado um recado, uma ordem, ou feito um pedido, saiu muito brevemente. Os jovens pareceram não se importar muito. Necessário dizer, eram todos negros, tanto o porteiro quanto os adolescentes.

O único branco, naquele momento, era este que vos escreve, e muito provavelmente alguns dos moradores que estavam em seus apartamentos. Havia poucos carros nos estacionamentos, com movimentos muito pouco frequentes de automóveis estacionando ou partindo dali; o mais audível ou eram os pássaros, ou o som das copas das árvores sendo jogadas contra e pelo vento.

Cinco minutos depois, o porteiro voltou, com o tom de voz já audível, embora ainda não conseguisse reconhecer com nitidez o que falava. Veio até eles com o passo ainda mais apressado, gesticulando enquanto falava e apontando para o bloco com os braços e as mãos. Algum dos meninos falou algo, ele pareceu responder. Voltou para a guarita. Um dos cigarros tinha acabado há pouco. Havia mais de um.

É difícil precisar se planejavam continuar fumando antes do porteiro vir até eles. É improvável que saibamos se não o fizeram como uma provocação. Da mesma forma, não sei se o porteiro fez isso por iniciativa própria ou porque lhe foi pedido que fizesse – pelo síndico, por algum morador do bloco, por algum vizinho, por algum proprietário ou cliente das lojas comerciais próximas. Também não saberia dizer, em primeira instância, se os adolescentes pensavam, antes de chegarem àquele espaço, em começar

a fumar, daí a continuar. Podia ser algo que nem mesmo tivessem parado para refletir muito. A pergunta de fundo que me parece necessária é: deveriam refletir? Parar para pensar? E se deveriam, por quê?

Por ora, fiquemos com os movimentos do porteiro, um funcionário terceirizado, como evidenciava o emblema portado num bolso à direita de sua camisa social cinza de mangas curtas. Ele retornou ao grupo de adolescentes, agora mais risonhos, alguns em silêncio, outros mais agitados. Com o porteiro, veio junto um funcionário da limpeza, responsável pelo tratamento de peixes. Agora, gritavam. Diziam ter chamado a polícia, que não podiam “fazer isso” na quadra, um “lugar de respeito. Aqui é família, pessoal”. Na fachada de um apartamento do bloco F, uma senhora observava a situação. Também era negra. Poucos minutos depois, outra senhora se aproximou do parapeito de uma das janelas, com uma criança ao seu lado. Eram brancas.

Um dos meninos adolescentes se levantou e, me pareceu, tentou contra-argumentar, dizendo que “não é nada demais”. O porteiro se irritou e pediu para que saíssem, porque a polícia estava chegando, não ia demorar muito para que “acabassem com a brincadeira”. Era o “melhor para eles”, “não se ferrarem por uma besteira dessas”. Ficaram se entreolhando.

Os meninos e a menina resolveram aderir ao “conselho”. Começaram a arrumar suas coisas, ajeitar suas mochilas. A menina pegou o cigarro, apagou-o com a ponta dos pés e o ofereceu ao porteiro, que não retrucou, ao menos pelo que consegui perceber na hora. Pegou o cigarro, amassou e foi para o bloco, onde o depositou em uma lixeira. Os jovens saíram dali, descendo as escadarias que levavam para o bloco residencial próximo, na direção da quadra comercial. Estavam em silêncio. Não os vi mais, nem naquele momento, nem depois em atividades de campo. Fiquei um pouco mais sentado no mesmo banco. Queria confirmar se a polícia viria. Os ocupantes do apartamento que acompanhavam a situação logo saíram das janelas. Aparentemente, não estavam curiosos como eu.

A polícia não veio.

Podemos especular se realmente tinha sido convocada como “mediadora” da situação ou se tinha sido apenas uma convocação espectral, em tom de ameaça. Não deixa de ser provável, também, que, se foi chamada, não compareceu. Vocalizada, presente na situação, fato é que não veio. Mas isso tem sua relevância relativa, pelo modo como podemos entender que *produz* o espaço. Pelo sim ou pelo não, a polícia foi tomada, pelos jovens e pelo porteiro, como um elemento que poderia levar aquela situação a outro nível, particularmente prejudicial aos estudantes. Pelo sim ou pelo não, também surgiu como um elemento que se pode *reivindicar*, para contenção, para disciplinamento e para afastamento desses sujeitos dali. Na dúvida, tendo “chamado a atenção” ou feito “algo errado”, optaram por sair e seguir para onde quer que tenham ido. Ocorre que, bem sabemos, é nos detalhes que desconhecemos ou que não olhamos à primeira vista que moram muitos dos meandros da sociabilidade urbana. Veremos isso daqui a pouco.



FOTO 32 Placa com instruções de uso de quadra poliesportiva, na 307 sul. *Autoria:* Vinicius Januzzi, 2018

Fiquei no bloco por mais uma hora, tanto para anotar tudo aquilo que registrara com olhos e outros sentidos quanto para ver se algo mais poderia ser observado. Tendo já acompanhado a superquadra em muitos outros momentos, resolvi seguir adiante e fui para a 307 sul, contornando a escola parque “por cima”, na via W2 sul, passando pela fileira de comércios instalados nos fundos da W3. Ali na quadra, queria ficar perto da quadra poliesportiva (Foto 32).

Acompanhara esta quadra em outras ocasiões (Januzzi; Chan-Viana, 2021). Tinha em mente observá-la durante o período de chuvas, se isso implicava alguma diferença, ou mesmo saber se o “acaso” etnográfico poderia me levar a uma situação interessante. Sempre ficava, em campo, com aquela pulga atrás de orelha de “será que isso teria

acontecido de outra forma em outro dia?”, “isso poderia se repetir?” e perguntas similares, às quais ora procurava tentar observá-las no dia ou depois. Decerto, nunca saberia o *todo* da superquadra, nem seria possível fazê-lo, mas queria o mais que pudesse me manter aberto ao imprevisível.

Sentei-me no gramado próximo à quadra. Dali, podia ver nitidamente os recados inscritos no painel azul (a cor é a mesma de outras placas da Unidade de Vizinhança). Limites de horários, instruções do que evitar e do que fazer, procurando indicar as restrições de uso. Se os moradores ou demais usuários a viam e se a viam e a ignoravam, não o sei. Noto que, em uma ou em outra hipótese, estavam com eles vira e mexe as latas de cerveja ou os gritos efusivos durante as partidas que disputavam.

Os primeiros usuários só chegaram das 18h em diante, quando o sol estava no limbo luminoso antes do anoitecer. Um grupo de homens adultos tinha vindo para “jogar bola”, para uma partida de futebol. Eram, no início, umas 10 pessoas e, meia hora depois, umas 30, que se alternavam nos jogos. Um deles trouxera dois rodinhos, que utilizaram para secar, tanto quanto conseguiram, o chão da quadra. As regras eram simples.

Para além das ordinárias de uma partida como aquela, o vencedor de uma partida ganhava o direito de enfrentar outra. O perdedor tinha que sair, dando lugar a outra equipe. Em caso de empate, as duas saíam. Uma equipe que ganhasse uma partida e outra consecutiva tinha que, necessariamente, dar “sua vez”, junto com a perdedora, reiniciando-se o revezamento, num ciclo que só se encerraria com o avançar da noite ou com o cansaço dos jogadores.

Não havia árbitros, com faltas e jogadas mais ríspidas sendo decididas na base de papos “durante o jogo” ou com gritos, naquelas situações em que um dos times se mostrava mais avesso a um lance ou quando uma falta tinha sido muito dura. Encaradas de uns para os outros eram até comuns, com os gritos de apoio para uma jogada plasticamente mais bonita ou um gol inesperado. O resultado tinha que ser definido em 10 minutos ou com a vantagem de dois gols de diferença no placar (2x0, 3x1, 4x2 e assim por diante).

Os que chutavam a bola para muito longe da quadra eram os responsáveis por buscá-las e trazê-las de volta ao jogo. Se aparentassem cansaço, podiam logo tomar uma bronca, “não chutasse desse jeito, mané”, ou “calma, ‘tamos ganhando”. Essas regras, necessário dizer, se conseguia ler a partir de minhas observações, também o fazia por ter participado anteriormente desses jogos nas superquodras, na Asa Norte. Senão comuns, são relativamente conhecidas por muitos dos que frequentam esportivamente esses espaços.

Eram mais de 20 horas e a disputa parecia não ter fim. Em volta da quadra, alguns moradores passavam com cachorros em suas coleiras, às vezes com crianças pequenas ao lado, às vezes não. Faço essa menção com um propósito. Nesse período, quem passeia com os cães não são mais as diaristas, as empregadas e as babás. São os moradores. As partidas se estenderam até às 21h, quando os jogadores não se dedicavam mais com tanto afinco quando perdiam um “lance” e quando os times tinham que se repetir muitas vezes jogando em sequência, pela ausência de jogadores – muitos tinham ido embora, nesse momento. Com o fim “decretado” das disputas, numa decisão consensual e quase silenciosa de admissão de que “tinha que acabar”, todos partiram em direção às grades laterais da quadra. Eram agora apenas 10, apenas dois entre os que chegaram no início do jogo, no início da noite. Ficaram conversando por um tempo e se foram. Antes, um “até semana que vem” e os “bora, bora” costumeiros.

Arrumei minhas coisas e voltei para a 107 sul. Mais um dia de campo, longuíssimo, terminara. Consegui compilar as informações e as fotografias apenas no dia seguinte. Chegando em meu apartamento, só fiz dormir.

Asa Sul (fim de semana)

Era um domingo do fim de março de 2017. As aulas haviam começado há pouco menos de um mês. Nesse dia, contudo, estava mais interessado em observar a 107 sul e as quadras vizinhas em um fim de semana. Minha experiência como morador do Plano Piloto me induzia a pensar que esses dias, sábados e domingos, mas também feriados,

eram menos movimentados que nos dias (úteis) da semana. Embora tivesse morado anteriormente em quadras residenciais com escola pública, não havia registrado isso com uma perspectiva etnográfica, a não ser na medida em que estamos, como antropólogos, mais ou menos sujeitos a sempre colocar a antropologia em nossos cotidianos.

Estacionei minha moto perto numa vaga da comercial da 107 sul e fui logo em direção à passagem subterrânea, para acompanhar e registrar os movimentos desse início de manhã. O solo estava bem escorregadio, há mais de uma semana o Plano Piloto não ficava sem chuva. No dia anterior, para meu desespero, chovera intensamente, o que poderia inviabilizar qualquer tentativa mais confortável de chegar à Asa Sul e, ainda, de conseguir me aventurar por seu espaço público sem me molhar minimamente.

Na saída da passagem, nenhuma banca oferecia bebidas e comidas. Apenas ocasionalmente, uma ou outra pessoa saía dela, a maior parte delas tão logo chegara por ali. Eram mulheres, mais uma vez com suas bolsas a tiracolo, que faziam o caminho de subida para as quadras residenciais. Se havia quem vinha sozinha, é de se notar que a maioria vinha em pares ou em trios. Não vi crianças ou adolescentes mais novos com nenhuma delas, ao menos nessa ocasião. Como os fluxos não eram muitos, resolvi seguir para a Igreja, onde, pelo calendário oficial disponibilizado em seu site, seria realizada uma missa em breve.

Quando cheguei, a missa já ocorria. Por acaso, era o momento em que seus participantes tinham que se ajoelhar, à espera da sinalização ritual do padre responsável para que se levantasse. Com exceção de alguns poucos carros que passavam por ali perto, indo para a direita ou para a esquerda, o silêncio reinava quase que absoluto. Havia, ainda, para além daqueles sentados entre os bancos, uma senhora e um senhor, um de cada lado, em cadeiras de rodas. O senhor, um idoso de cabelos brancos, estava acompanhado por uma mulher ao seu lado. Era, como ele, branca, e vestia uma roupa que lhe cobria todas as pernas e os braços até os cotovelos.

Fora da Igrejinha, estavam alguns grupos de “moradores de rua”, como comumente se referiam a eles os moradores de apartamentos. Dois, para ser mais exato. Um grupo era formado por um casal, homem e mulher, com duas crianças pequenas. As crianças ajudavam os adultos a separar um monte de objetos distribuídos sobre o chão de grama. Do outro lado, oposto ao espaço em que estava, três homens conversavam entre si, bem baixinho. Os movimentos de todos eram bem silenciosos, mesmo quando faziam um gesto mais brusco em direção a um ou outro, ou às coisas nas quais mexiam, faziam-no vagarosamente. Esperei a missa terminar e entrei na 307 sul, em direção à quadra poliesportiva.

Passando pelos blocos, pude notar que eram poucas as pessoas no espaço dos pilotis. Em um deles, um porteiro conversava animadamente com seu colega de trabalho, ambos uniformizados. Em dado momento, interromperam a conversa quando um homem, saído de uma portaria, veio até o porteiro e trocou algumas palavras com ambos. Finda o papo, cada um seguiu seu rumo: o porteiro para sua guarita, seu colega voltou para o jardim de bloco e o morador entrou em um carro estacionado ali por perto.

Na quadra de esportes, vi apenas uma criança e um adulto. A criança estava com um uniforme do Flamengo, vestia calções próprios para a prática futebolística. Seu pai, como pude deduzir das palavras que trocaram entre si, estava no gol e pedia para que o filho chutasse ora com uma perna, ora com outra. Sentei-me num banco de concreto não muito afastado dali, onde comecei a fazer as anotações do que vira até àquele momento. Pai e filho ficaram na quadra pouco mais de uma hora.

Fiquei sentado até pouco antes de meio-dia, quando optei por ir à Praça dos Cogumelos e ao laguinho da 308 sul. No trajeto, vi uma senhora passeando com um yorkshire, que tentava de todos os modos se desvencilhar dela em direção ao caminho de passagem de carros. A mulher, imaginei que em torno de seus 40 anos, pedia para que Bibi se contivesse e lhe obedecesse. As broncas surtiram ainda menos efeito quando Bibi avistou ao longe um companheiro de espécie, um pastor alemão, que vinha sendo conduzido por um par de adultos, em roupas esportivas. A despeito da diferença considerável de

tamanho, Bibi latiu até chamar a atenção do outro cachorro, que não fez muito caso de sua presença. Aos cumprimentos de seus donos, Bibi rosnou para o cão, cujo nome me pareceu ser Zeus; não consegui distinguir muito facilmente o que falavam os adultos entre si. Na troca rápida de cumprimentos e conversa sobre seus animais, Zeus tentou cheirar Bibi de todas as formas, momento a partir do que o casal que o conduzia se despediu. Seguiram em direções opostas.

No Bloco F, o porteiro do bloco almoçava dentro da guarita. Pelo que pude ver, alimentava-se em um pote de plástico. O cheiro de comida, aliás, fez com que eu me lembrasse que precisava comer. Fui para o banco em torno do laguinho, onde me sentei. O céu acima de mim estava bem nublado e fiquei receoso de que, em breve, começaria a chover. Decidi que comeria e ficaria apenas até o meio da tarde na quadra ou, no máximo, até quando sentisse que não conseguiria fugir da chuva que parecia se avizinhar.

Durante o almoço, mais ou menos até às 13h30, não vi muitos moradores. Exceção feita a um ou a outro que saía com seus animais de estimação e aos barulhos que escutei acima de mim, vindos do interior dos apartamentos, não pude observar muito. A não ser, claro, pelo contraponto, pelo que o dia trazia de silêncio e de calma, quando comparava com o ritmo da semana.

Resolvi terminar o campo nesse momento. No trajeto de volta, contudo, quando já estava um tanto quanto desatento, ouvi uma música que me pareceu um samba. Fui atrás da pista sonora e me deparei com um grupo de pessoas sentado em volta da banca de jornais da 308 sul (Foto 12). Eram umas 10 pessoas, sentadas em cadeiras de praia, em torno de um grupo de músicos ao centro. Conversavam animadamente, com garrafas de cerveja na mão.

Entrei rapidamente na banca, para folhear os produtos dispostos nos estandes. Eram, em maioria, publicações sobre Brasília, como livros de fotografia, de memórias, cartões postais, revistas. Havia, também, itens de decoração, com representações dos principais monumentos da cidade, e camisetas com referências às tesourinhas, ao eixão, ao

sotaque brasileiro. Ao sair da banca, quando pensava em abordar uma das pessoas, para perguntar sobre aquela ocasião (o que era, se era recorrente, se poderia entrevistá-los em outra oportunidade, etc.), vi que tinha me esquecido, nesse pouco tempo que ali estava, de atentar para as nuvens que sobrevoavam sobre nossas cabeças. Um erro. Conversava com um dos adultos dali, sobre música e Brasília, quando a chuva veio impiedosa. Aos primeiros pingos se somaram muitos outros, num intervalo muito curto de tempo. O grupo logo se desfez, após uma despedida apressada. Dirigiram-se a seus carros, que disseram estar por ali, “no bloco da Virgínia”, como um deles disse. Fiquei dentro da banca à espera de a chuva diminuir, o que só aconteceu meia hora depois. Quando os pingos começaram a rarear, despedi-me da proprietária da banca, que se colocou à disposição para “falar da cidade”.

Voltei para onde estacionara minha moto. No trajeto da Asa Sul até minha casa, a chuva resolveu, de novo, aparecer. Como choveu a cântaros, só pude redigir o diário de campo depois de me livrar das roupas encharcadas e de um banho o mais quente possível.

Asa Sul (férias escolares)

Voltei para a 107 sul, dessa vez em dezembro. As chuvas aumentaram. E muito. Cheguei ao estacionamento do CEF 02 completamente encharcado, ávido por me chacoalhar um pouco, tal como faziam os cães da superquadra procurando se livrar das gotas nos cantos do corpo.

Era o período de férias escolares, tanto da rede pública quanto da rede particular. A ideia era saber se algo diferente ocorreria na quadra, com esse movimento de estudantes “ausente” no espaço. Mais uma vez, ficaria ali dia todo, à espera do movimento e da flutuação. Sentei-me no mesmo lugar de sempre, nos bancos da pracinha Marcelino.

Senhores e senhoras mais velhos faziam seus exercícios. Mulheres de havaianas andavam com cachorros e crianças. Algumas pessoas, vestidas em roupas esportivas, saíam dos blocos e entravam nos carros. Nas janelas, podia ver decorações natalinas, luzes piscantes (àquela hora, apagadas), um e outro boneco de Papai Noel pendurado nas fa-

chadas. Não havia, contudo, o som dos adolescentes indo e voltando para a escola, nem o momento anterior ao início das aulas, quando se reuniam na PEC, ouvindo música, conversando. Dentro da escola, no mais, silêncio, com a exceção de um vigilante que andava vez por outra ao seu redor, mexendo em seu celular. Em boa parte do tempo, ficou sentado numa cadeira de frente para a porta de entrada da escola, com o portão principal de grade fechado, às vezes com os olhos fechados e com a cabeça encostada na parede onde se reclinava com sua cadeira.

A manhã seguiu tranquila. De dentro dos apartamentos, escutava os aparelhos de rádio tocando músicas, anunciando uma mercadoria, falando sobre o clima do momento (“na EPTG, trânsito tranquilo, férias são isso aí, quem fica na cidade porque precisa trabalhar tem essa facilidade...”; “o que dar de presente de Natal para seu filho quando acabou a inspiração?” “Venha para o Conjunto Nacional, onde você encontra as melhores ofertas e as melhores condições de pagamento”). Próximo do almoço, os cheiros de refeições sendo preparadas, o som de talheres sendo manejados. Poucas pessoas vieram até o espaço durante a manhã. O mesmo na 307 sul, onde fui acompanhar a movimentação na quadra esportiva, na qual vi apenas dois adolescentes jogando uma bola de basquete, durante poucos minutos. Eram 10 da manhã.

Na Igrejinha, o ritmo, comparado a outros momentos do ano, era pouco intenso. De um lado e de outro do espaço, grupos de pessoas estavam sentados em pequenos panos, estendidos sob árvores. Mexiam em seus pertences em mochilas, organizavam itens que guardavam em carrinhos de compra⁹⁶, conversavam entre si.

Nesse dia, havia levado uma porção de frutas e um sanduíche para o almoço. Pretendia encerrar as atividades de campo antes do fim da noite. Fui com minha “marmita” para

96 Esse grupo, que poderíamos classificar dentro da categoria múltipla de “pessoas em situação de rua”, valia-se de carrinhos de compra, daqueles tipicamente encontrados em supermercados, para o transporte de pertences pessoais e alimentos no espaço da superquadra.

o laguinho do Bloco F, para almoçar por ali mesmo e onde pretendia ficar durante toda a tarde, a não ser que fosse “levado” para outros espaços da superquadra.

Entre meio-dia e 14h, bem pouca movimentação. Os fluxos eram de moradores passeando com cães, com crianças, um senhor sendo conduzido em sua cadeira de rodas, funcionários dos comércios locais, encostados pelas árvores, pelo chão dos pilotis, no gramado ao lado. Se me refiro a todas essas pessoas, eram em número reduzido, como se o dia estivesse teimando em terminar, em meio à competição do sol com as nuvens pesadas que insistiam em cobri-lo.

Tudo seguia nesse ritmo, com os pássaros me fazendo companhia, quando um grupo de jovens se aproximou do banco de concreto próximo a uma árvore do bloco F. Estavam com roupas casuais, sem nenhum tipo de uniforme. Um deles descera de um dos blocos próximos e se encontrara com outros que vieram ao seu encontro, avisado pelo porteiro no interfone (pude deduzir pela movimentação de todos). Eram três meninos, entre seus 15 anos, brancos. Um deles, como eu, tinha brincos em ambas as orelhas. Outros estavam com a barba por fazer, tentando destacar os raros pelos nos maxilares.

No banco, iniciaram uma conversa animada. Falavam em voz alta, usando-se das mãos e dos braços. Alternaram duas vezes o protagonismo na contação de uma história, com as quais se esbaldavam. Um deles, tendo olhado ao redor, para cima, em direção à fachada do bloco, para mim, retirou um cigarro de sua mochila, antes pendurada à frente de seu corpo. Acendeu-o. Reconheci o cheiro de maconha quase que imediatamente.

Passaram o cigarro de mão a mão, mantendo a conversa. Foram ao longo da conversa três os “becks”. Entre os três cigarros, suas vozes foram ficando mais arrastadas, ao mesmo tempo que mais altas. As conversas não pareceram seguir um rumo muito linear. Mais de uma vez, pude ouvir: “o que eu tava falando mesmo?”, com o que se seguiam risadas. Pude observar a situação durante mais ou menos duas horas. Quem sabe quanto tempo durou para os jovens?

Terminado o terceiro cigarro, imaginei que fossem acender outro. Não o fizeram. Continuaram em roda, agora mais silenciosos. Um deles se deitou de costas no banco, os outros no chão diretamente. Cochilaram.

Em nenhum momento, o porteiro os abordou ou sequer fez menção de vir até eles. Nem o zelador. Se poderia ser um acaso, é difícil acreditar, já que vieram várias vezes até o laguinho, de um lado a outro do bloco, e puderam observar a conversa, e o fumo, do grupo. Mas, bem, nada fizeram, ou nada quiseram fazer, ou nada puderam fazer. Continuaram seus trabalhos normalmente.

Saí do bloco trinta minutos depois que acordaram. Eram quase 18 horas e o fim do dia se aproximava. A luz do sol ainda estava presente – estávamos com poucos dias de mudança de horário para o horário de verão. Dos blocos, ainda saíam algumas mulheres com bolsas a tiracolo, rasteirinhas ou tênis esportivos, em direção ao eixinho. Os blocos estavam com seus porteiros trocando de turno, algo que por ali ocorria entre as 18h e as 19h. Os que iam, desciam, os que chegavam, vinham subindo das quadras 100⁹⁷.

Voltei para a 107 sul para pegar minha moto. O campo havia terminado. O ano, 2018, estava em seus últimos dias.

Sudoeste (férias escolares)

Ainda havia tempo para mais observações nesse ano. Entre elas, uma que pretendia fazer também no Sudoeste, em espaços onde estivera antes, próximos ao Candanguinho, ao Dromos e à Academia de Natação. Era uma segunda-feira, a uma semana do natal e do ano novo. Cheguei logo cedo na avenida comercial, indo de ônibus da Asa Norte. O ônibus estava bem vazio, como também estavam os comércios. Mercados

97 Descer e subir aqui são medidas subjetivas de percepção da mudança de relevo, por conta de as quadras 300 estarem, no geral, situadas numa altura superior a suas correspondentes numéricas nas quadras 100 (a 307 mais alta que a 107, a 306 mais alta que a 106, a 302 mais alta que a 102, mas não necessariamente a 306 mais alta que a 102, por conta das diferenças topográficas ao longo do eixo norte-sul do Plano Piloto). As superquadras 400, por sua vez, estão abaixo das superquadras 200, tanto na Asa Sul quanto na Asa Norte.

e padarias, por sua vez, estavam lotados, com as pessoas saindo com sacolas e mais sacolas de suas portas de entrada/saída.

Fiquei o dia todo flutuando entre a quadra comercial e as residenciais próximas, observando o vai e vem de pessoas, de animais, de carros. Na SQSW 304, pela manhã, vi alguns cachorros passeando. Na quadra poliesportiva, acompanhei uma sessão coletiva de calistenia para idosos, que se movimentavam ao som de músicas pop, guiados por uma instrutora. Perto dali, duas crianças estavam acompanhadas de uma mulher adulta, deitadas sobre um tecido colorido, sobre o qual estavam distribuídas frutas, salgados e até mesmo uma daquelas cestas de vime envernizadas que vemos em filmes hollywoodianos.

Subi para o bloco de Catarina Carvalho para dar uma volta. Ali, havia uma movimentação em torno do salão de festas do bloco, que estava sendo preparado para uma festa infantil, supus, por conta dos balões coloridos e das colagens na parede, de um desenho animado que não reconheci. O tempo passa, pensei.

Afora esse ir e vir de pessoas em torno do salão, não havia muitas pessoas no bloco. Não conseguia ouvir dali nenhum som vindo da academia de natação. Nem mais próximo dela, aliás. Logo à frente, estava um cartaz anunciando três semanas de férias das aulas. O Dromos e o Candanguinho tinham muitos poucos veículos estacionados em seus estacionamentos. No do Dromos, uma pessoa em situação de rua arrumava seu abrigo debaixo de uma árvore. Chovera a noite toda, e ele havia colocado suas roupas para secar em alguns galhos. Fiquei pelo estacionamento por mais ou menos uma hora. Ele se aproximou de mim, pedindo “umas moedinhas”. Dei o que eu tinha no bolso, 50 centavos, com exceção do dinheiro para a passagem de volta. “Obrigado. Feliz Natal pro senhor”, ele me disse. “Por nada, um Feliz Natal para você, também”. Voltei para o Dromos e segui para outros blocos residenciais vizinhos, pelos quais passaria a tarde, anotando, tirando fotos. Com o movimento menor, dei-me um tempo para mexer em minhas anotações mais antigas, observando o que fizera até o momento.

No fim da tarde, comecei a ver nos blocos mulheres saindo das portas de entrada. Dirigiavam-se à Primeira Avenida, em maioria, ou para pontos de ônibus de vias acessórias do Sudoeste. Perto do Dromos, uma delas tinha ficado à espera de mais duas, que entendi serem empregadas domésticas (ou diaristas, ou babás) de outros apartamentos. Juntaram-se, aprumaram suas bolsas, uma delas disse que ia mandar mensagem pro filho dizendo que estava a caminho, e seguiram. Esperei mais uns 10 minutos e também fui.

No ponto de ônibus em que pegaria meu transporte até a Asa Norte, elas estavam lá. A maior parte dos veículos seguia direto para a Rodoviária do Plano Piloto. Não eram muitos, a constatar pelas reclamações dos usuários durante o tempo em que fiquei por ali. “Nas férias, é assim, fica tudo devagar”, uma senhora disse a uma criança com quem estava sentada no banco do ponto. Uma hora depois, o ônibus que eu esperava chegou. Estava bem vazio. O motorista vestia um gorro vermelho, com uma bola branca na ponta, mimetizando um Papai Noel, com sua camisa social azul, do uniforme da empresa de transporte metropolitano. Em pouco menos de uma hora, cheguei ao meu apartamento.

Noroeste (dia de semana)

Era madrugada no Noroeste quando cruzei a via W7 norte em direção a um estacionamento da SQNW 309, do bloco K, onde queria deixar minha moto estacionada. Saíra de casa às 5h e chegara ao bairro 15 minutos depois, com o café da manhã tomado. Com a moto estacionada, segui a pé para a W7. Queria acompanhar o ritmo de subida e de descida dos ônibus e dos carros na via, bem como de ciclistas e pedestres que passassem por ali. O sol ainda não nascera, mas parecia que nasceria em breve. Surgiam os primeiros movimentos da manhã.

Fui até um dos PECs do “novo” bairro, escolhendo um banco de concreto, sem encosto, para me acomodar. Não havia ninguém na rua àquela hora e mal sabia se as luzes dos apartamentos que via acesas tinham acabado de ser acesas ou haviam ficado ligadas durante toda a noite. De um bloco em construção no caminho, um vigilante, que es-

tava sentado em uma cabine de vigilância, deu-me “bom dia, senhor”, ao que respondi com os cumprimentos de ocasião. Era uma sexta-feira de março de 2019, um mês que vinha sendo para lá de chuvoso. As pistas estavam escorregadias e andar de moto era um desafio permanente. O carnaval havia terminado menos de duas semanas atrás.

Como num relógio cujo movimento pendular nos leva a saber qual a hora que se segue à que estamos, o primeiro ônibus parou no ponto de ônibus às 5h45. Era o primeiro, mas, a partir daí, começaram a chegar com frequência (Foto 33). Em maioria, desciam mulheres, sozinhas ou em duplas, com sacolas nas mãos, bolsas penduradas. Os homens que saíam do ônibus logo se encaminhavam para prédios em obras ou para algum bloco da redondeza. Imaginei que fossem ou porteiros, ou executassem outros serviços nos blocos residenciais (pedreiro, marceneiro, jardineiro, zelador, piscineiro, eletricista, etc.). Desse horário até às 7h, não faltaram ônibus e pessoas que deles desciam. Por outro lado, se em minhas primeiras incursões de campo no Noroeste eram comuns os “atalhos” pelo Parque Burle Marx, feitos, principalmente, por trabalhadores do bairro (Januzzi, 2016a), já não mais os via com muita frequência. Em 2019, havia bem mais linhas de ônibus em circulação e, ao mesmo tempo, pelo menos naquela área do Noroeste, menos blocos sendo construídos.



FOTO 33 A chegada de trabalhadores, ainda com o sol escondido pela noite.

Autoria: Lucas Gesser, 2015

Nesse dia, não tinha entrevistas marcadas. Tinha o dia todo pela frente para andar pelos espaços do bairro, à procura do movimento, em busca de contrapontos, ritmos, silêncios. Nas entradas das quadras residenciais, carros que saíam das garagens subterrâneas e dos estacionamentos públicos eram ocupados por uma, duas, três pessoas em seu interior. Com o tempo maior de observações, comecei a atentar para esse movimento de adolescentes e

crianças no banco dos passageiros, algo que já aparecera em minhas conversas durante o mestrado e que continuou, ainda mais, a aparecer durante esse período específico da pesquisa. Eram os estudantes sendo levados às escolas particulares do Plano Piloto, boa parte delas, segundo meus entrevistados, para as escolas da W5 norte.

Esse movimento de “ida” tinha, ao longo do dia, dois repiques: um, durante o almoço, para as famílias que se encontravam para esse usufruto da comensalidade; outro, próximo do entardecer, com aquelas famílias que passavam para buscar seus filhos e filhas no trajeto de volta do trabalho, em direção a seus apartamentos. Era o que fazia, por exemplo, a família de minha companheira, Mariana, para levar sua irmã mais nova para um colégio particular próximo ao Noroeste. Antes das 7h, seu pai, meu sogro, levava-a à escola, passando para buscá-la ou no almoço, ou no fim da tarde, a depender das atividades que ela tinha no dia e de seu tempo no trabalho. Faziam um trajeto similar muitas de suas amigas e seus amigos de escola e de outros âmbitos de sua vida.

Antes do início da maior parte das obras dos blocos, muitos de seus funcionários se reuniam em pequenos estabelecimentos (Foto 34) que comercializavam refeições e bebidas, similares àqueles que fiz referência na entrada de uma das passagens subterrâneas da Asa Sul. Ali, pedreiros, ferreiros, babás, diaristas, mestres de obra paravam para um breve lanche, para uma conversa rápida, à espera do momento em que tinham que “bater o ponto”, momento que ritualiza a entrada e a saída oficializadas dos turnos de trabalho.

Essas banquinhas ficavam, no geral, instaladas ao longo de toda a manhã, mas tinham mais uma vez no almoço um período de efervescência, com funcionários ou comprando comida de seus vendedores, ou se instalando em suas proximidades para conversar, jogar baralho, estar junto. Uma vez que comiam, alguns se abrigavam na proteção das sombras das árvores, sobre esteiras de papelão ou recostados em pedras que fossem ergonomicamente mais confortáveis (uma superfície mais lisa e mais dura, sem pontas, era um alvo de disputa).

As manhãs e as tardes, nas proximidades da PEC, chamada rotineiramente de “pracinha”, de “academia” ou por um de seus equipamentos, como a “quadra”, o “gramado”, eram momentos de maior fluxo de moradores. Das 6h às 9h, era ali na SQNW 109 que se reuniam alguns moradores com seus cães, algumas funcionárias com cães e com crianças, alguns moradores com seus filhos e, claro, as pessoas em atividade física. No início da manhã e no fim da tarde, ficavam agendadas aulas coletivas, seja na quadra de areia, seja na de material sintético: vôlei, basquete, ioga, futebol.

Essas aulas se distribuíaam ao longo da semana, com uma grade horária colocada numa das cercas baixas da quadra poliesportiva. Nessa sexta, acompanhei, de longe, uma aula de “funcional”, dada por uma professora, com a presença de 10 pessoas, 9 mulheres e 1 homem, pelo que pude contar. Essas aulas coletivas eram feitas, na maioria, por mulheres, com exceção daquelas que envolviam atividades para adolescentes e crianças, nas quais não conseguia notar diferenças agudas de gênero (aparte feito, também, para o futebol, por exemplo, que era jogado quase sempre por meninos).



FOTO 34 Banca de comida, bem no início da manhã. *Autoria: Lucas Gesser, 2015*

A “pracinha” ficou movimentada por quase toda a manhã. Perto das 11h30, já não havia muita gente por ali, nem cães, nem muitos animais visíveis. O tempo estava nublado e bem quente, algo comum à época, quase como que um indício sensorial de que a noite prometia chuvas densas (“hoje vai chover pesado, né?”; “ó a chuva que tá vindo aí, cuidado”, nas frases trocadas entre as pessoas no espaço do bairro naquele momento).

O barulho das obras, que começara por volta das 8h, ficara mais intenso entre 9h e 11h, quase não existia mais. De onde estava sentado, podia ver funcionários descendo por andaimes, deslizando por cordas, o som dos martelos ficando menos evidente; de

alguns apartamentos próximos, ouvia o ritmo do almoço: as panelas em movimento, os chiados de panela de pressão.

Na W7 Norte, esse horário era de mais intensidade no fluxo dos veículos. Pais e mães, homens e mulheres solteiros estavam voltando para casa, quando assim podiam, para o almoço. Era isso que, em muitas instâncias, queriam quando escolheram o Noroeste como moradia: um bairro *próximo*, de fácil acesso. E como conseguia perceber quem eram, afinal, moradores? Se essa poderia ser uma suposição com base nos trajetos dos veículos, com entradas e saídas na superquadra (aliás, com duas únicas vias para esse tipo de acesso no Noroeste⁹⁸), foi uma impressão consolidada em campo, a partir de minhas conversas com os moradores.

Os carros que utilizavam (SUVs e sedãs, de porte médio ou superior), os horários de movimentação (início da manhã, almoço e no fim da tarde), as roupas utilizadas: todos se tornaram, com o tempo, elementos que me ajudavam a me mover e a descrever mais precisamente os ritmos e os encontros em/de Brasília.

Pois bem. Meu relógio mostrava 14 horas, o dia estava mais quente do que já estivera em qualquer momento anterior. Decidi caminhar para o espaço do PEC, mais para “dentro” da quadra, localizado bem próximo a um campo de futebol de terra batida. Acompanharia, pelo que vislumbrava, alguns movimentos da superquadra, esperando, ao final do dia, a realização dos amistosos de futebol masculino entre operários das obras de construção e indígenas do Santuários dos Pajés, ocasião que acompanhara durante o desenvolvimento de minha dissertação, documentada em projeto audiovisual, com foco nas obras de construção do bairro (Gesser, 2018).

A tarde foi bem tranquila. Perto do PEC, uma senhora passeava com um cachorro, calçada com tênis esportivos e com óculos de sol pendurados na cabeça. Era um poo-

98 Logo, diferentes em relação à Asa Sul e à Asa Norte, que têm uma única via de acesso (entrada e saída) para cada superquadra ou, em casos menos comuns, para superquadras duplas.

dle branco, com as patas ligeiramente tocadas por uns traços de poeira vermelha. O cachorro estava com laços vermelhos pendurados em uma das orelhas. Por volta das 15h, oito meninos chegaram à quadra, com uma bola de futebol. Conversaram durante um tempo e logo entraram “em campo”. Alguns vieram de blocos imediatamente vizinhos, como dos Bloco A e B, ou do K. Vi um deles “descendo”, com a bola na mão direita, segurada entre seu tronco e seu braço. Ficaram por ali até o fim da tarde, com alguns intervalos para descanso e para prosa. Estavam animados. Teriam terminado as aulas de sexta e chegado ao final de semana? É possível.



FOTO 35 O campo de futebol, sem jogadores, com blocos residenciais ao fundo.

Autoria: Vinicius Januzzi, 2021

Entrei apenas algumas poucas vezes no Santuário dos Pajés, todas a convite de alguns dos indígenas com quem conversei ao longo do tempo. Em boa parte delas, é porque estava à beira do campo de terra e queriam “me falar algo” ou apenas me chamar para tomar um café. Não foi dessa vez. Já eram 17h30, o movimento do bairro estava aumentando. Carros e mais carros iam e vinham pelas ruas (as vias) acessórias da quadra. Dos blocos, desciam mulheres em direção aos pontos de ônibus. As obras de um dos blocos próximos tinham pa-

rado e seus sons estridentes e ligeiramente contínuos tinham também cessado. Seus funcionários, após um breve encontro à frente dos tapumes, iam a caminho da W7.

Às 18h, no campo de futebol, havia muita gente (Fotos 35 e 36). De um lado, indígenas; de outro, operários. Era essa a composição dos times formados para todas as sextas-feiras, um compromisso que era tido como inadiável. Ronaldo, um membro dos Tuxá, contou-me certa vez que jogavam “contra os brancos”, apostando caixas de cerveja ou uma galinhada, o que pudessem pagar naquela semana. Dorival, um mestre de obras de um bloco, por sua vez, depois de me passar seu whatsapp e me chamar para jogar

“no seu time”, disse que eram “eles contra os índios, na amizade”. Em verdade, não era um time, eram vários, que se revezavam durante as partidas, mas cuja composição era sempre (não vi exceções, pelo menos) entre “brancos” e “índios”, como se chamavam uns aos outros. Ronaldo, nesse ponto, tinha um irmão, Felipe, que trabalhava como operário numa obra, mas que sempre jogava “com o povo”, não com seus colegas de empresa.

As regras aqui eram um pouco diferentes das que descrevi sobre a 307 sul, dos jogos semanais que ocorriam na quadra poliesportiva da superquadra. Tanto lá como aqui, os times tinham entre 5 e 6 jogadores de cada lado. O jogo terminava, também, depois de um tempo padronizado (15 minutos) e com uma diferença de resultados maior que 2 (2x0, 3x1, 4x2...). Faltas eram decididas coletivamente, com os gritos costumeiros, as reclamações, os xingamentos. Quem chutasse a bola muito para

longe, tinha também que ir buscá-la. Em caso de empate, contudo, no jogo no Noroeste, em vez de os dois times cederem seu lugar para o próximo, o resultado tinha que ser decidido em cobranças alternadas de pênalti, acompanhadas por todos, de dentro do campo. Definida no par ou ímpar a ordem das cobranças, cada time tinha direito a uma delas, numa sequência alternada. Se errasse e o outro acertasse, estava derrotado. Se acertasse e outro acertasse, o processo era reiniciado, com novos cobradores.

Eram, palpito, os momentos mais “esperados” das partidas, quando o envolvimento e o êxtase apareciam nítidos nos movimentos dos corpos, na troca de insultos, nas músicas feitas para tal ou qual jogador. O que era curioso era que boa parte dos resultados terminava empatado. Não raro, de 5, 6 partidas realizadas durante uma tarde,



FOTO 36 O campo de futebol, com bloco à esquerda e o Santuário dos Pajés ao fundo.

Autoria: Vinicius Januzzi, 2021

uma apenas não terminava empatada. Ronaldo me disse que era porque os “brancos” eram retranqueiros, ou seja, jogariam apenas para não tomar gol e não em busca de marcá-los. Dorival justificou dizendo que os “índios” eram muito ruins e não sabiam “jogar como eles”. Me confirmaram que não faltavam a nenhuma das partidas, fizesse chuva ou sol.

Nesse dia, o jogo terminou (Foto 37 e 38) quando passava das 19h, após uma disputa de pênaltis acirradíssima, com 10 cobranças de cada lado. Se, no início, todos estavam agitados, logo estavam esmorecidos. Uma criança, ao meu lado, aparentemente indígena, disse que aquilo nunca ia acabar, que alguém tinha que “logo chutar pra fora”. Eu ri. O final: vitória indígena, depois de um chute fraco, no canto do goleiro, que defendeu sem muita dificuldade.

De um lado, desolação. De outro, uma gritaria comemorativa, com o jogador “responsável” pela vitória levado aos braços. Pelas regras, vale mencionar, não havia distinção entre as partidas disputadas, isto é, todas teriam, a princípio, o mesmo peso. Não seriam parte de um campeonato, com o afunilamento de times até a chegada do campeão. Até onde pude ver, a relevância maior desse jogo se dava por ser o “últi-



FOTO 37 Partida entre “brancos” e “índios”, com Santuário dos Pajés ao fundo.

Autoria: Lucas Gesser, 2018

mo”. Nas partidas que o antecediam, os jogadores iam anunciando: “o próximo é o último”, “quero ver no último”, “ah, não, vamos deixar o último para depois”. Quando o momento chegava, contudo, diziam se entregar mais, dedicar-se mais, ir mais “forte” em divididas da bola, nas faltas em adversários, nas rugas com companheiros de time.

Terminada a partida, a cantoria, todos começaram a se dirigir para veículos estacionados por ali. Não sei na ocasião em particular, mas em outras haviam se reunido, brancos e indígenas, no supermercado Extra, a poucos minutos de carro do Noroeste, para dividirem uma caixa de cerveja. As mulheres e as crianças, meninos e meninas, todas indígenas, começaram a “entrar” no Santuário, num acesso lateral bem próximo à quadra.



FOTO 38 Partida em disputa, sob os olhares dos espectadores. Nesta ocasião, o prédio ao fundo ainda não estava concluído.

Autoria: Lucas Gesser, 2018

É de se notar que boa parte da partida contou, como contava regularmente, para além dos entusiastas “em campo”, com expectadores próximos, os moradores do Noroeste que as assistiam. Viam de suas janelas, em seus apartamentos, ou mesmo da PEC, atentos aos movimentos entre jogadores e na direção da bola. Perguntei a um morador vizinho do Santuário se já tinha acompanhado algum jogo, ao que disse que sim, que vira e mexe “gostava de ver”, “era um jogo pegado”, “muita festa”. Perguntei se tinha, também, pensado em participar, dizendo-me que não sabia nem se poderia, mas que,

certamente, se pudesse, não iria, “por não saber o que poderia acontecer”. Questionei Ronaldo se “moradores” também jogavam com eles: “não, acho que nem iam querer, né, *aqui é mais nosso*. Só ficam ali de olho, mas chegam nem perto”.

Eram mais de 20 horas, de um dia que havia sido longo. Pretendia ir, ainda, passear com a cachorra de minha companheira, a Kiki, moradora de um bloco da SQNW 107. Kiki era (é) uma cocker spaniel inglesa, caramelada/dourada, de porte médio (com pouco mais de 10 quilos). À época, ia com Kiki para muitos espaços do bairro, tanto para cumprir com sua rotina de atividades diárias, que envolviam tanto correr sem propósito para cantos desconhecidos, cheirar tudo e a todos, latir para outros cachorros e para outros humanos, quanto para perambular de modo descompromissado pelo Noroeste, seguindo seu cotidiano.

Noto aí que, como muitos moradores têm cachorros, estar com um facilitava em muito o contato, o ir e vir pelo bairro. Se estivesse sentado, por exemplo, num bloco sem “fazer nada”, apenas observando, um ou outro porteiro poderia me abordar, mesmo um síndico (o que ocorreu uma vez!); com Kiki, nada feito, poderia passar, senão como um morador, como alguém apto a conduzi-la (um funcionário, uma visita, um parente de algum morador, como em minha situação). O fato de Kiki ser um tanto quanto arredia à presença de “desconhecidos”, decerto não contribuía muito com essa aproximação, mas ensejava, sem dúvidas, ocasiões de encontro, de convívio, de trocas de palavras que fosse.

Passei no bloco de Mariana para buscar Kiki e desci sozinho com ela. Nesta sexta, andamos por pouco mais de 1 hora, ali mesmo, pela “9” e pela “8”, o reducionismo terminológico utilizado pelos moradores para se referir ou às quadras 300 e 100, encerradas em 8 e em 9 (vide Mapa 11). Corremos algumas vezes, parando sob o empuxo da coleira quando de uma árvore, de um arbusto, de um cheiro que lhe tivesse chamado a atenção.

Na 108, sentei com ela embaixo de um bloco, dando-lhe um pouco de água para beber, de uma garrafa que levava conosco. Algumas crianças tentaram se aproximar, mas tive-

ram que recuar, diante de um rosnado dela, não muito alto, mas ainda agressivo. Com o fôlego recuperado, fui para a PEC, onde havia passado praticamente toda a manhã.

Era uma noite de sexta-feira, com o céu não muito límpido, as estrelas não muito visíveis. Curiosamente, nessa ocasião, Kiki ficou quieta. Sentou-se ao meu lado num banco de concreto e, logo, pediu colo, que eu confortavelmente concedi, com os afagos de sempre (e suas respostas em lambidas por todo o meu braço). Ficamos ali por mais de 30 minutos. A quadra esportiva estava ocupada pelo futebol, a de areia por pessoas jogando vôlei. Nos equipamentos de musculação, dois homens faziam exercícios, revezando-se no uso de cada um dos aparelhos. Pareceu-me que se conheciam.

A W7, bem ao lado, estava mais vazia, com poucos carros e quase nenhum ônibus. O dia estava terminando, a semana também. Voltei com Kiki para seu apartamento, onde fiquei até o fim da noite. Saí do Noroeste uma da manhã, de moto. No trajeto de volta, nenhum trânsito e muita chuva. O bairro estava em silêncio, com a maioria das luzes dos apartamentos apagadas, as dos postes acesas. Nenhum comércio estava aberto. Ninguém estava sentado nas paradas de ônibus.

Noroeste (fim de semana)

Voltei ao Noroeste uma semana depois, num sábado de manhã. Planejava conversar com a família Gonçalves, Vilma e Felipe. Cheguei ao bairro antes das 6 da manhã. Fui direto para a CLNW 110/111, uma das poucas unidades comerciais totalmente prontas. À época, basicamente a única, com exceção de uma ou outra loja instalada na altura das quadras 500. Fiquei por ali a manhã toda.

Os finais de semana têm outros movimentos e encontros, quando comparados aos dias úteis, os dias da semana. As obras diminuem muito o ritmo no sábado e param totalmente aos domingos. O trânsito de carros e de ônibus é menor, ainda mais nos períodos iniciais de manhã e no fim da tarde. Não à toa, há menos estudantes e moradores indo ao trabalho, à escola. Como um todo, o bairro fica mais silencioso. Cachorros e práticas de atividade física, por sua vez, estão mais presentes.

A padaria que havia combinado de me encontrar com o casal era o Mercado do Pão, hoje rebatizada. Desde às 6h30, recebia muitos clientes, ou à procura de comprar algo no balcão e sair, ou à espera de atendimento nas mesas. Quando Vilma e Felipe me abordaram, havia apenas duas mesas livres. Uma delas, na que nos sentamos, com três cadeiras. No começo, era difícil ouvi-los, por conta do vozerio agitado que saía de dentro da padaria e do bloco comercial em si. Crianças corriam e brincavam, cachorros latiam, as pessoas conversavam. Era um início de manhã animado. A conversa com eles seguiu sem problemas. Durou pouco menos de duas horas, tempo em que, além da prosa, também tomei duas xícaras de café, uma delas quitada pelos entrevistados.

Terminado o papo, entendi que deveria tirar um tempo, pequeno que fosse, para algumas anotações em meu celular. Foi o que fiz durante uns 20 minutos, até seguir caminhando pela quadra comercial. Os outros blocos estavam igualmente agitados. Sorveterias, cafés, docerias, os petshops. Carros iam e vinham das vias de acesso à comercial, lotando os estacionamentos públicos da quadra. Na W7, bem próximos à faixa de pedestre que é visível da comercial, uma empresa construtora fazia anúncios de imóveis à venda. Esses anúncios eram feitos em placas colocadas na beirada da via, em cima de gramados ou sobre algum veículo estacionado, enquanto pessoas, em geral mulheres, se posicionavam dos dois lados da W7, entregando folders para os motoristas que aceitavam recebê-los. Essa oferta continuou pelo dia todo, até umas 16h. Folders pareciam não faltar, sob um calor que, se não muito desconfortável, certamente piorava sem nenhuma cobertura ou sombra sobre o asfalto.

No horário do almoço, a quadra comercial ganhou novos ares. Os estabelecimentos que antes estavam mais cheios, agora estavam menos. Dois restaurantes, por outro lado, estavam com todas as mesas lotadas. Num deles, haveria, nesse dia, conforme um anúncio num cartaz colocado na porta de entrada, música ao vivo. Era dia de feijoada, com uma “oferta especial” para casais e para grupos, com venda de refeições e bebidas na promoção (“pague o almoço e ganhe uma caipirinha”, “peça uma caipirinha e leve duas”).

Esse restaurante em particular ficou movimentado durante praticamente toda a tarde. No momento do show, que começou por volta de 14h, muitos clientes se levantaram das mesas, ensaiaram alguns passos de samba. Um momento de diversão, de celebração. Eu estava sentado numa das escadas próximas ao restaurante, numa que faz a divisão entre um espaço para carros e o espaço dos pilotis do bloco. Em nenhum momento, procurei conversar com ninguém, nem expliquei diretamente o que fazia. Tomei, como outros que ali estavam, uma (duas!) caipirinhas e mais duas garrafas de água.

Ao fim da tarde, os comércios estavam se reorganizando para o período da noite. Alguns tinham fechado as portas, como os petshops, muito movimentados ao longo do dia. Outros estavam abrindo, como uma pizzaria. Se as roupas de quem frequentava o comércio durante a manhã eram mais “leves” (bermudas, regatas, blusas curtas), a partir dali predominariam as calças, as camisas sociais, os vestidos mais longos. A pizzaria, que tinha uma “carta de vinhos muito boa”, como me dissera seu garçom certa vez e com o que concordavam minha sogra e meu sogro, frequentadores do estabelecimento, teria movimento pela noite toda. Não o movimento da padaria pela manhã; aqui, era algo mais silencioso, com conversas feitas em tonalidade baixa, sob as luzes amareladas do estabelecimento, que lhe conferiam, segundo pensei, um ar de maior intimidade, de conforto.

Ainda no fim da tarde, fiquei sentado em um gramado perto de um bloco residencial vizinho à quadra comercial. Havia, ao lado, alguns tapumes de um bloco que estava em estágio inicial de construção, mas procurei uma sombra sob uma árvore frondosa e baixa. Não muito longe, várias pessoas estavam em volta de algumas toalhas de mesa, que serviam como suportes a um piquenique (assim *supus* que era). Pareciam comemorar o aniversário de uma criança, e pude confirmar isso mais tarde com o bolo sendo cortado após a cantoria do parabéns e uma mulher dizendo à criança como assoprar vela, imitando o movimento que ela teria que fazer. A criança assoprou, para alegria de todos, que aplaudiram.

Na festa, havia sobre as toalhas uma série de coisas para comer e para beber (salgadinhos assados, brigadeiros, sucos, refrigerante, água de coco). Quem organizava a distribuição de comida e bebida para as crianças e para outros adultos que ali estavam eram a anfitriã do aniversário, a mulher que ensinou o aniversariante a assoprar a vela, e outra que a ajudava na tarefa. Essa outra mulher era negra, enquanto a maioria dos que ali estavam eram brancos, e estava vestida com uma saia comprida, que ia até as canelas, com óculos amarelos de aros grossos. Aparentava ser um pouco mais velha que todos os demais.

Nem todos ficaram sentados todo o tempo. Formaram-se pequenos grupos de homens, outros de mulheres, com as crianças correndo sem muita distinção de gênero. Quase todos ou estavam com óculos escuros sobre os olhos, ou sobre a cabeça. A festa terminou pouco depois que anoiteceu, quando as duas mulheres começaram a organizar todas as coisas. Uma delas subiu para o bloco residencial, acompanhada da criança e de um homem adulto. A outra continuou embalando, dobrando e organizando o que ficara sobre o gramado. Era a mulher que vira antes, ajudando na organização.

Noroeste (férias escolares)

Era um domingo de julho. Período de férias do meio do ano. Voltávamos à seca. Os gramados dos blocos residenciais do Noroeste estavam amarelados. Mais ainda, estavam os que não “pertenciam” a nenhum bloco, nos espaços entre eles ou nos espaços próximos à W7 Norte, ou calçadas, em que não havia irrigação e rega constantes.

Faço essa menção aqui ao final de semana, num período sem aulas presenciais, para apontar os contrapontos na sociabilidade quando, primeiro, não há aulas e, segundo, estamos num dia de domingo. Os domingos eram os dias mais silenciosos do Noroeste desde o começo de minha pesquisa (Januzzi, 2016a). De alguma forma, continuaram a sê-lo. As obras param, os carros, com exceção do meio da manhã, pouco circulam, há menos gente na rua. Não há muitas funcionárias passeando com cachorros ou cuidando de crianças. Os comércios, desconsiderando restaurantes, padarias e cafés, estão

quase todos fechados. Há poucos ônibus, também, com o mínimo de linhas circulando ao longo do dia.

Este domingo em particular, em 2019, contou com um clássico inter-regional do futebol masculino, entre Flamengo e Corinthians, pelo Campeonato Brasileiro de Futebol daquele ano. O resultado final, um empate, para alívio de uns (meu, inclusive), decepção de outros. Se, normalmente, em especial aos domingos, era muito comum ver pessoas uniformizadas com as camisas de seus times de coração, nesse dia, havia uma profusão delas, a imensa maioria de torcedores do Flamengo – não muitas mulheres, mas muitos homens, mais jovens, mais velhos. Na hora do jogo, debaixo de um bloco da SQNW 111, conseguia ouvir os barulhos de moradores comemorando, xingando, exaltando-se. Como havia, ainda, pouco movimento ao redor, no comércio, e pouca gente na rua, esses sons ainda eram mais nítidos. E me avisavam, claro, de minha sorte e de meu azar como torcedor.

A manhã foi o que costumava ser. Muitas pessoas passeando com seus animais, as PECs bastante ocupadas, com diferentes tipos de atividade física. À tarde, principalmente depois das 14 horas, era possível contar nos dedos o número de carros nas ruas, para não dizer de pessoas. Claro, estavam ali, sempre, os porteiros, alguns vigias, alguns funcionários de limpeza, mas alguns deles aproveitavam o relaxamento do momento para conversarem entre si, mexerem no celular ou mesmo não fazer nada. Nada que eu soubesse, por óbvio – apenas parados, nas calçadas, como o porteiro do bloco onde estava, ou fumando, como o do bloco vizinho.

O jogo terminou no fim da tarde. Nessa tarde, não vi carros saindo com crianças e adolescentes para as escolas, ou voltando delas. Não vi muitos funcionários saindo das entradas dos blocos residenciais.

A semana estava se encerrando. A noite foi de ainda menos movimento. Fiquei no No-roeste até umas 23h, consolidando anotações, lendo registros, fazendo nada. Flutuando apenas comigo mesmo e não no embalo do espaço. Próximo de onde estava, lá pelas

21h, um senhor, do lado de uma bicicleta, mexia no lixo de uma caçamba, enquanto o organizava em recipientes, sacolas e pacotes. Ficou ali por uns 20 minutos e, ao final, montou em sua bicicleta, com um saco enorme pendurado no lugar reservado para o transporte de cargas. Era um catador, em cima de uma cargueira (Matias, 2018).

Nesse dia, em particular, não vi nenhuma atividade oferecida para crianças nos espaços comuns dos blocos, mas ocorreram nas semanas anteriores e em muitas outras. Era raro encontrar um bloco em que não houvesse brinquedoteca e, durante a tarde, em que elas não estivessem ocupadas.

“Sabe aquele ali?” e “Era assim, não é mais” – A Brasília que é, a Brasília que já foi, a Brasília que poderia ser

As descrições etnográficas do espaço urbano da superquadra deixam evidentes, ao menos, três facetas. A primeira delas é a das recorrências. Como no balé de Jacobs, alguns movimentos se estendem ao longo do tempo, repetem-se. Você vê um jogo de futebol num dia e ele acontecerá na próxima semana, no mesmo dia da semana. “Até semana que vem”, “bora, bora”. Os ônibus e os carros percorrem trajetos similares, estacionam em lugares idênticos, saem mais ou menos nos mesmos horários, chegam aonde querem num intervalo aproximadamente igual de tempo.

Pela manhã, alguns tipos de sons e cheiros. Outros pela tarde. Alguns mais, alguns menos durante a noite e daí por diante, numa continuidade semanal, mensal, anual... Como, por exemplo, as celebrações eclesiais da Igrejinha, que obedecem a um calendário entre o divino e o humano, de longa data firmado e regado para ser seguido mundo afora. Uma igreja numa quadra da Asa Sul que segue um roteiro mínimo estabelecido, igual a muitas outras, em Roma, em Nova York, no Rio de Janeiro, em Borborema. Ritos que marcam a peregrinação cristã e, simultaneamente, firmam marcos divisórios nas trajetórias individuais familiares: a comunhão, o batismo, o casamento, em conjunto com a Páscoa, com Pentecostes, com o Natal, com a Quarta-Feira de Cinzas.

A chuva depois da seca. A seca depois da chuva. A sequência de florescimento dos ipês, que animam moradores e moradoras. A sexta-feira antecipando o final de semana, o domingo à noite antecipando o início de mais dias úteis, para o trabalho, para os estudos, para o cotidiano de estilos de vida que vão se espacializando com o tempo. O barro como um depois da poeira, a poeira como aquela que sinaliza a iminência de um período de estiagem: um bairro – dois bairros –, que, no início, é tido como um faroeste, por conta de seus poucos moradores, de suas poucas vias, do pó que invade salas e quartos, nos carros que ficam atolados logo pela manhã, inaugurando um dia que promete tudo menos ser tranquilo.

A recorrência diz respeito a essa ordenação mais ou menos sistemática de diferentes dimensões cotidianas. Os ritmos similares, audíveis, sensíveis, visíveis, do trabalho, do lazer, da escolarização, dos caminhos a pé, de carro, no transporte público, o momento do bar, da corrida, da carona. Os encontros que se têm com os amigos na escola, na turma de inglês, durante a natação, numa quadra poliesportiva, num campo de futebol de terra batida (toda sexta-feira). As andanças com cães, os cães se cheirando e se afastando, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo e segunda.

Os barulhos que são ora agudos, ora graves, ora altos, ora baixos, vindos de crianç as, de adultos, de cachorros, de pássaros, dos interfonos tocando, dos carros freando, das buzinas em profusão. Os barulhos se contrapondo ao silêncio de determinados momentos do dia, da semana, do ano: as noites mais silenciosas, os domingos idem, o período de férias escolares em relação ao restante do ano. Mesmo nos anúncios de rádio, ademais, esse som é dado com distinção. Quem ficou em Brasília, se não foi para uma cidade praiana, não viajou ao exterior, não foi ao interior do Brasil, não visitou a família, pode, pelo menos, contar com uma cidade com menos trânsito, menos barulho, mais quieta.

Recorrência nas obras que são iniciadas no Noroeste a partir das 8 da manhã, terminando no fim da tarde, indo de segunda a sábado, onde martelos, pregos, vigas de aço, andaimes, fitas, pessoas, avisos em letreiros, sinais luminosos fazem com que um

bloco seja erguido do chão em questão de poucos anos. As obras que também estão ligadas às banquinhas de almoço e de café da manhã instaladas ao lado da W7 norte. E às linhas de ônibus que conectam trabalhadores de suas casas até o bairro, algumas vezes passando pela Rodoviária do Plano Piloto, de onde, ademais, saem os ônibus com destino ao Sudoeste e para onde chegam os trabalhadores que têm um emprego nos comércios da Primeira Avenida, nas portarias dos blocos, como vigilantes em escolas.

Os trajetos vão se fazendo, entremeando-se, constituindo-se ao longo do tempo. Uma senhora que atravessa uma passagem subterrânea da Asa Sul passa numa banca de comes e bebes, vai para o bloco onde trabalha, antes deixando seu filho numa escola, desce com o cachorro de seus patrões, trabalha o dia todo, volta fazendo mais ou menos o mesmo percurso, pegando seu filho na escola, atravessando a passagem, tomando o ônibus, voltando para casa. Chega a sua casa.

O estudante que é levado para a escola por sua mãe logo nas primeiras horas da manhã, fica ali até o horário do almoço, é trazido por seu pai até seu apartamento no Noroeste, onde passa a tarde toda, indo para a academia, para a natação, para a aula de espanhol, com uma carona dada por seu irmão mais velho, voltando para casa no fim da tarde, recolhendo-se em seu quarto, junto de seu smartphone, conectado a um mundo digital de muitos outros fluxos, redes e contatos.

Assim, ao longo de muitos anos de sua vida escolar, que seus pais esperam que se “encerre” com a passagem fácil e suave para uma universidade pública, num curso que lhe dê bases sólidas para a estabilidade financeira, emocional, familiar. Ou, de outro modo, para que a filha, como a de Fabiana Pereira, encontre alguém com quem possa passar o restante da vida, em harmonia com sua comunidade religiosa e com seus ascendentes, cursando o ensino superior se assim quiser e se isso encaixar em sua própria trajetória. Trajetos cotidianos que formam trajetórias de vida, que se enredam numa biografia, não apenas em nível individual, senão no do grupo doméstico, no da família extensa, numa biografia urbana.

Digo isto porque se a primeira faceta do espaço urbano é a da recorrência, a segunda é a das pessoas. De *gente*. Essa gente, essas gentes, que, em alguns acionamentos discursivos dos moradores com quem falei, *não* estariam no espaço, tornando-o vazio, opaco, indistinto. Essa “ausência” que faria de Brasília um tudo-igual, uma fileira organizada e sistematizada de blocos residenciais, quadras comerciais, carros e árvores que somente poderia ser distinguida vista de cima, quando assumiria o formato pensado por Lucio Costa.

Mas, bem, se vista panoramicamente, através de recursos dados por um satélite situado a muitos quilômetros de distância, se assim o Plano Piloto assume uma outra forma, também “debaixo” assume outra. Em verdade, muitas outras. A segunda faceta, das gentes, é indissociável, a não ser analiticamente, da terceira. Se há as pessoas, as pessoas estão *fazendo algo* e, no mais das vezes, *fazendo as coisas juntas*, valendo-me aqui da expressão de Becker (1996, p. 186), *ao longo de muito tempo*. Pessoas em seus trajetos e trajetórias, encontrando-se, desencontrando-se, brigando, conversando, fumando, carregando um cachorro pela coleira, tratando de peixes ornamentais. Como disse Lefebvre (1992), *a produção do espaço*.

A consideração sobre o esvaziamento espacial de Brasília está enraizada, em primeira instância, na invisibilidade de alguns corpos no espaço. Uma invisibilidade que, se aparece no discurso dos moradores, está em parte de um discurso acadêmico sobre a cidade. Quando Holston (1993) fala de uma cidade segregada, se acerta numa escala, é demasiadamente totalizante em outra. O Distrito Federal é espacialmente segregado, seja como uma cidade polinucleada, seja como uma região integrada, seja como um conjunto urbano racializado – aqui, o acerto, ligado ou não às teses modernistas brasilienses.

A segregação é feita, em outra escala, não apenas entre os espaços que constituem o DF, as cidades, os bairros, as regiões administrativas; é feita *neles*, também – aqui, o erro. Isto porque, argumento, ignorar outras presenças no espaço é, de alguma forma, assimilar acriticamente um discurso sobre a cidade que é tanto homogeneizante

quanto simplista. Se o DF é mais que o Plano Piloto, há muitas Brasília's numa mesma Brasília, no esgarçamento da segregação ou nas muitas maneiras com as quais os sujeitos vivem com ela – e a despeito dela.

Falemos sobre essas pessoas. Procurei ressaltar nesses relatos de campo, com a observação flutuante, que há muito acontecendo debaixo dos blocos. Em duas superquadras da Asa Sul, estavam estudantes, porteiros, empregadas domésticas, funcionários do comércio. Com elas, estavam cachorros, aparelhos de ginástica, coleiras, celulares, uniformes. Num pequeno trecho do Sudoeste, mais estudantes, trabalhadores, moradores e também bicicletas, bolas de futebol, de basquete, tapetes de ioga. Num trecho do Noroeste, uma Terra Indígena, catadores de material reciclável, bicicletas cargueiras, carros de luxo, moradores, babás, jogos de futebol (ao vivo e na televisão).

Próxima à Praça Marcelino, havia um pé de manga. Em torno dele, na situação que relatei, estavam estudantes do Elefante Branco, dois moradores da superquadra, uma moradora passeando com um cachorro e eu. E em torno de uma colheita despretenhiosa, surgiu um conflito. Na tensão das conversas e dos olhares trocados, estudantes, de um lado, e moradores, de outro. Em determinado momento, um morador ameaçou chamar a polícia, afirmando que, se ela chegasse, colocaria os estudantes no lugar que seria deles. Não vou cogitar nenhum desses lugares hipotéticos. Fico, somente, com a hipótese negativa: o lugar que é deles é o lugar *que não é* dos moradores. Ao menos nessa situação de conflito.

Os estudantes, apesar do susto que levaram no começo, com a abordagem direta dos dois senhores, pelo silêncio de segundos que se seguiu às “ordens” iniciais dos adultos, reagiram. Primeiro, continuaram colhendo as mangas e as distribuindo pelas mochilas. Decidiram levá-las. Segundo, foram embora, mas no trajeto de continuidade entre a pracinha e a superquadra, xingaram os senhores aos montes. Uniram-se nesse ponto como não tinham se unido até então. “Seus véio cuzão”. Pode ser pouco, porque, afinal, saíram do espaço, não continuaram o que vinham fazendo. Pode ser muito, porque não

ficaram em silêncio e tentaram mostrar que tanto quanto a mangueira era da superquadra, as mangas poderiam ir em suas mochilas.

Um *fazer-cidade*, como diria Agier (2015), essa produção casuística do espaço, que se contrapõe a um ordenamento normativo. Se o autor fala de uma cidade sonhada, utópica, ideal, feita contra uma cidade normatizada, mercantilizada, talvez seja o caso, aqui, de relativizar tanto a situação quanto mesmo a elasticidade do conceito. Faz-se cidade nas pequenas desavenças, nas fraturas, nas colheitas nas mangueiras, nas manifestações corporais de conflito e de desejo de identificação com o espaço (público). É pouco, mas é muito, a depender de como vemos, trazemos à tona, observamos, descrevemos.

A polícia foi convocada mais de uma vez enquanto estive em campo. Em uma delas, para “controlar” o conflito em torno das mangas. Na outra, para afastar o uso de maconha por outro grupo de estudantes, alguns deles do Elefante Branco. A polícia não compareceu ao espaço em nenhuma das vezes. Em ambas, contudo, os estudantes saíram de onde estavam e onde ou catavam manga, ou fumavam. Por outro lado, num mês de férias escolares, moradores jovens de uma superquadra fumavam maconha e não foram convocados a esclarecer o que faziam. Ainda, ficaram pela superquadra durante o tempo que quiseram, puderam.

Em sua tese, Velho (1998) argumentou como *uma* substância ilícita pode ter diferentes significados num grupo social que se pode, a priori, tomar como homogêneo. Nobres e anjos a utilizavam com fins variados, que dizia respeito aos seus estilos de vida, aos distintos modos como levavam suas rotinas e como pensavam sobre seu passado, presente, futuro. Rui (2012), em estudo mais recente, argumenta que o crack não é, igualmente, uma substância monolítica, por mais que seja associada comumente a um estado de privação, de falta, de penúria.

Não sei, a partir de minhas observações, os significados que a maconha tinha para seus usuários. Poderiam tanto ser os mesmos quanto diametralmente opostos. Mas, como apontou Fabiana Pereira, mesmo “algo verde” pode ser associado a um comportamento

desviante, a algo que não se quer dentro da normalidade, que é fora do padrão, que não é bem-vindo.

Se há variados modos de significar um uso, me parece haver, por parte de uma parcela dos moradores, uma visão particular dele. Foi o “caso” do estudante que teve seus pais alertados e que acabou “saindo” da escola, depois de muitas de discussões no whatsapp e deliberações por parte de professores e coordenadores. Um comportamento *desviante*, como alerta Rui (2012), é feito por alguém, individual ou coletivamente. Há um *quem* nesse emaranhado de situações que chamam a atenção para o uso da maconha, que pode ser visto de uma forma a depender de qual sujeito a utiliza e quando a utiliza.

Também nessa situação uma tensão que não é resolvida imediatamente. Os estudantes, não moradores, que tentam argumentar com o porteiro, também um não morador, mas vinculado profissionalmente (e simbolicamente) ao bloco residencial. Recusam-se a sair de pronto, a ir adiante como se a ordem tivesse que ser acatada sem revelia. Podemos dizer que, ao final, cederam e se foram, para onde quer que tenham ido. O ato da menina, entre os meninos, parece-me aí singular. Dá o “beck” ao porteiro, como uma indicação de que, se estavam saindo, se estavam cedendo, não o faziam sem um contraponto. Indicaram, nesse pequeno gesto “afrontoso”, que se o uso da maconha foi considerado errado, uma “besteira”, que o porteiro, e a talvez a quadra, portanto, ficassem com ele.

O espaço da Igrejinha é, também, habitado cotidianamente por outras pessoas. A recorrência do calendário católico é vivida por famílias, crianças, adultos que ali moram. Não nos apartamentos, num imóvel próprio ou alugado, ou numa quitinete, mas *na rua*. Quando falo em moradores da superquadra, sei que essa expressão tem seus limites: estou falando de um sentido limitado do substantivo.

Moram ali muitas pessoas, como nos lembra Cordeiro (2018), que mostra, além disso, um fluxo grande de pessoas em situação de rua entre a Igrejinha e outros espaços de Brasília. Constituem grupos, rixas, alianças, formam família. Enfim, vivem a vida que

brotam, num espaço não planejado para recebê-las. Essas pessoas, no entanto, podem ser vistas como não pertencentes à superquadra, como se estivessem de *passagem*, por não terem uma certidão, um comprovante que as vincule ao espaço; podem ser vistas como um chamariz para momentos de violência, para assaltos, roubos, para a transformação simbólica da Unidade de Vizinhança em um *cortiço*, como me disse a senhora Bastos.

A presença significativa desses moradores não é (in)visível apenas ali, claro. Apareceram num supermercado do Sudoeste, em frente ao Colégio Dromos, nos intervalos em que passava pela Rodoviária à procura de um ônibus, nos espaços do Setor Comercial Sul.

Estavam em muitas outras quadras do Plano Piloto, inclusive, vivendo nas passagens subterrâneas, que me foi apontada como um de seus espaços de moradia, numa homologia entre *ninguém*, *vazio* e *espaço de morador de rua*. São os corpos que, por alto, são definidos como invisíveis ao mesmo tempo que indesejáveis, a despeito de estarem constantemente vivendo na superquadra e a vivendo, por vezes, durante mais tempo que seus moradores de apartamentos, conhecerem-na em detalhes que passam despercebidos, transitarem por ela de modos imprevistos por esses mesmos moradores.

Em uma ou outra ocasião, pude presenciar as moradoras da Igrejinha sendo abordadas pela polícia militar, que fazia buscas em seus pertences, dizia algumas coisas e logo ia embora. Se os policiais tinham sido chamados ou não, mais uma vez não soube e não sei até hoje, mas sua presença e sua abordagem conferiam a essa moradia um caráter de *liminaridade*. Vocês estão aqui, mas não deveriam, estão aqui, mas não poderiam.

Conversando com uma dessas pessoas, após uma dessas abordagens, ela me disse que o policial apenas lhe havia pedido para que “limpasse a bagunça”. Era uma jovem de não mais que 30 anos, com um vestido curto, descalça. Negra. Ficamos proseando por um breve período, durante o tempo em que fazíamos a limpeza de seu espaço, após um pedido para que a ajudasse. “Limparamos”: juntamos as roupas que estavam no chão,

dobramos e colocamos em montinhos, juntamos o que o policial havia chamado de “lixo” e ela guardou numa mochila da Hello Kitty. Ela, Neide, pediu “licença”, porque precisava “fazer umas coisas”. Nunca mais conversei com ela, trocando cumprimentos ocasionalmente durante minhas incursões etnográficas. Nessa situação, a moradora seguiu silenciosamente o direcionamento policial, o controle que lhe foi imposto e que ordinariamente lhe foi trazido, mais ou menos agressivamente. O que destaque é que *ficou* no espaço. Não se foi embora, não desistiu de estar ali, de morar na superquadra, em frente à Igreja. A polícia se foi, voltou em outros momentos, abordou não sei quantas vezes mais sua família, as outras famílias que com ela dividiam aquele espaço. Eles ficaram.

Essas formas de ocupação do espaço foram nítidas, ao seu modo, no Setor Noroeste. Da dança que podemos discernir dos ritmos e encontros no bairro, resalto a dos passos que executam os catadores que por ali transitam, andam, correm, rodam de bicicleta. Esses catadores moram, no geral, num espaço próximo ao bairro, numa ocupação que foi (é) rotineiramente alvejada pelo Estado (Matias, 2018). Nas caçambas de recolhimento de lixo de cada um dos blocos residenciais, em geral posicionadas em uma vaga pública de estacionamento ou numa via de circulação interna, homens e mulheres se dedicam a um exercício de coleta, organização, seleção e limpeza do lixo. Têm por objetivo, tinham à época da pesquisa, a venda desses materiais para cooperativas e/ou empresas especializadas.

Numa entrevista com o presidente da Associação de Moradores do Noroeste, Lucas, ele me disse que o trabalho que faziam o “pessoal catador” ajudava em muito o bairro, que não havia, como uma de suas faltas, uma de suas obras não entregues, lixeiras subterrâneas. Esse tipo de acondicionamento fazia parte, segundo mencionou, do projeto do Noroeste. Contudo, a ausência fora suprida com uma “limpeza invisível” feita pelos catadores, que se arriscavam a contrair alguma doença, a se infectar, a se cortar, em troca de poucos reais, mas que, nisso, davam destino *sustentável* ao lixo, em vez de

esse ser simplesmente encaminhado a algum depósito “do governo”. Um objetivo da *ecovila*, como tinha vendido o bairro, fora cumprido, por linhas tortas, por catadores.

Lucas me disse, não obstante, que os catadores representavam um consenso, segundo analisava, entre os moradores: deveriam sair do bairro. Não chegava nem a defender em público seu trabalho porque isso o desgastaria, não somente entre associados, como também com membros da diretoria da Associação. Elencou que muitos os associavam à sujeira e à desordem. Alguns moradores lhe diziam que no transporte de materiais das caçambas à W7 e depois, lixo caía e ficava por ali, à míngua; que muitos não organizavam corretamente as caçambas, deixando o lixo espalhado pelo chão e perto dos blocos, com mal cheiro e até perigo para os animais que poderiam se aventurar nele; que a “permissão” de seu trabalho e de sua moradia numa “invasão” nas vizinhanças do Noroeste seria um polo atrator para mais catadores e mais invasores. “Eles acham que se a gente deixar eles vivendo aqui, logo o bairro vai estar cheio *deles*”, disse-me o presidente da AMONOR.

A associação entre sujeira (atribuída), pessoa e grupo não é incomum na antropologia e, particularmente, na antropologia urbana. Cordeiro (2018) faz essa referência para com Brasília, o mesmo faz Matias (2018). Alguns entrevistados de Sinoti (2015) caminham no mesmo sentido, atribuindo a um sujeito generalizado a responsabilidade pela violência, pelo barulho, pela decadência da cidade. Em São Paulo, Frehse (2015) nos relata as ocupações simbólicas da Praça da Sé, com as relações desenvolvidas entre turistas, pessoas da/de rua, pedestres. Um atravessamento que destaco, no Noroeste ou na Asa Sul, é que a permissividade quanto a uma, duas, três pessoas, é encarada como possível sinal de que o bairro estaria, então, liberado para receber mais e mais pessoas com determinadas práticas urbanas. No horizonte discursivo, é como se o bairro pudesse se transformar radicalmente diante de um “deixa rolar” (*laissez faire*). Um fio invisível seria traçado, entremeado e deveria ser, como apontam alguns, cortado, para não ser embaraçado por ainda mais catadores.

Catadores eram vistos, ainda disse Lucas, como “moradores de rua”, numa associação posicional de determinadas práticas como indesejáveis, a alteridade rasgada que põe de lado a lado sujeitos que, a priori, podem ter pouco em comum para além do fato de *não morarem* no bairro. São os sujeitos sem trabalho formal, sem endereço fixo *formalizado*, sem propriedades reconhecidas. De resto, a diferença entre o que fazem, como vivem, onde moram é, no mínimo, grande. Mas isso, como mostrou Lucas, não entrava em consideração, não era um item a ser refletido. A atração teria que ser podada na raiz. Do discurso, contudo, acionado pela polícia em muitos momentos de *derruba* (Matias, 2018) das ocupações de catadores, aponto que continuaram a existir catadores e cargueiras no Noroeste durante todo o campo. A polícia, as agressões simbólicas, os olhares trocados continuaram. Os catadores, também. E essa presença, por si só, diante de toda a trama, não seria uma forma de *movimento* (Ingold, 2011) e, particularmente nesse caso, de uma ação tática (De Certeau, 1998)? Vejo que sim.

No Noroeste, há o caso relevante de haver um bairro que cresce em torno de uma Terra Indígena, o Santuário dos Pajés. Esses indígenas, de diferentes povos (Fulni-Ô Tapuya, Tuxá, Kariri Xocó e Guajajara), que compartilham um lugar sagrado na mesma Terra, morando em diferentes arranjos em torno dele. Para os moradores de apartamentos, os indígenas aparecem, usualmente, como “índios”; mas não somente para elas e eles, como exemplificou Dorival ao comentar a composição do time adversário. Foram algumas as tentativas de remoção desses povos indígenas do bairro, principalmente de 2009 em diante, com a aprovação legal do Noroeste nos termos regulatórios do PDOT, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).

O movimento de resistência, de contraposição à tomada da Terra Indígena, ficou, à época, conhecido como *Santuário Não se Move!*, abordado diretamente em trabalhos como os de Santarém (2013), Brayner (2013) e Crevels (2014). Neste último, em particular, o autor argumenta como uma forma de viver o mundo, de concebê-lo, de significá-lo, entrou em choque com outra; um mundo mediado pela relação entre valor de uso e

de troca, uma economia capitalista, contra outro construído a partir da agência multifacetada de corpos, de espíritos e de caminhos.

Um espaço como o do Noroeste não compreenderia a significação de *terra* como um ambiente de circulação de saberes, espiritualidade, de uma cosmologia que dela nasce e para ela é direcionada, permanentemente e em constante transformação. Como disse Santxiê, uma das lideranças do Santuário, hoje falecido: “Ninguém fabrica a terra pra vender a terra. Porque pertence a nossos ancestrais, patrimônio do Grande Espírito” (em *Sagrada Terra Especulada*, de Zé Furtado, 2011).

A luta em torno da Terra Indígena não foi, para indígenas, tão somente uma luta pela permanência territorial, senão uma que enveredava num sentido mais profundo. Se da terra vem a vida e se ela não pertence unicamente a quem hoje nela mora, ela não pode ser medida por um valor monetário (Crevels, 2014). Dinheiro nenhum poderia comprar uma cosmologia. Não se compraria, em primeira instância, algo que não se pode vender. Na linguagem simples da economia, há demanda. Nunca houve oferta.

Ainda assim, um acordo de remoção parcial foi oficializado entre indígenas e a Terracap, responsável pela urbanização do Noroeste⁹⁹. Uma parcela dos povos decidiu sair, sob condições específicas, desde que mantida preservada uma parte da área originalmente delimitada. Se poderíamos ler isso como uma derrota do movimento iniciado em 2009, que contou com indígenas, estudantes e movimentos sociais, essa seria uma leitura apenas parcial. A despeito das muitas tentativas empreendidas ao longo dos anos de remoção, de desapropriação do Santuário, ele permaneceu, tanto em seu sentido territorial – em nossa cosmologia espacial, cartesiana – quanto em seu sentido fundamental, ontológico (Patriota de Moura; Januzzi, 2019).

O futebol jogado entre “índios e brancos” era, portanto, mais do que um evento lúdico. Era um signo desse cruzamento de expansão do Setor Noroeste sobre a Terra Indígena e

99 Ver em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/terracap-e-comunidade-indigena-do-santuario-dos-pajes-assinam-acordo>. Acesso em 02 jun. 2021.

de sua resistência frente a isso – “aqui é mais nosso”, disse Ronaldo. O Santuário não se moveu. É relevante apontar que os brancos, se eram os operários das obras, não eram os moradores de apartamentos. Eles não estavam ali, senão como expectadores e, no mais das vezes, do “alto”, vistos pelas fachadas. Brancos eram os que se opunham aos indígenas, durante o jogo, mas com quem se bebia ao final das partidas, na comemoração conjunta de vitoriosos e derrotados. Brancos que nem mesmo moravam no bairro, madrugando com ele, anoitecendo fora dele. E brancos, aliás, que eu lia como corpos negros, num contraponto étnico a partir do conjunto maior dos moradores e com uma escala sociológica que abarcava Brasília, o Distrito Federal e outros espaços urbanos brasileiros. Um evento demasiadamente complexo, até em suas regras enquanto partida, mas ainda mais nos muitos mundos mobilizados em torno dele. A segregação *no* espaço, *entre* espaços e com muitas camadas simbólicas de encontros, acordos e lutas. Um processo cujo resultado nunca esteve dado de antemão.

O Noroeste, o Sudoeste e a Asa Sul compartilham muitos elementos, afastam-se em outros. São alguns os sujeitos que aparecem em um bairro e não estão em evidência nos demais. Estão em todos os porteiros, os trabalhadores domésticos, do comércio, fazendo usos distintos de cada um dos espaços. Estão presentes pedreiros e operários, com um grau maior certamente no bairro mais recente. Se todos são abertos como superquadra, diferem-se do Setor Octogonal, em que não pude observar o espaço público, a não ser quando lá “dentro” para uma entrevista. Se não pude entrar, outros sujeitos não autorizados também não o puderam, sob pena de estarem simplesmente avançando sobre um espaço controlado e vigiado. Nesses afastamentos e aproximações, entram as escolas, as públicas e as privadas.

Para esses moradores das superquadras, a escola representava um projeto familiar, que estava acima de um indivíduo e requeria o envolvimento do grupo doméstico (por vezes, da família extensa) como um todo. Um projeto de *tempo*. Tempo cotidiano, pela organização das rotinas de seus filhos em torno de uma instituição escolar, com os arranjos necessários para levar, trazer, matricular em atividades extras. Tempo futuro,

pela expectativa de que filhos seguissem adiante na formação, adquirindo um diploma de ensino superior. Tempo vivido, pela correspondência entre uma escola e as pessoas que nela estudassem, uma socialização pretendida em termos de hábitos, práticas e valores. Escolas particulares atendiam, mais ou menos plenamente, essa articulação temporal; o inverso, no geral, para as escolas públicas.

Como sói acontecer, falar de tempo requer que se fale de espaço. A temporalidade pretendida, vivida, organizada, cotidianizada, é igualmente espacializada. Em outros termos, distribui-se no espaço, deriva dele, formata. A mera presença de uma escola pública em quadras da Asa Sul trazia estudantes à superquadra, com os muitos encontros decorrentes dessa presença corporal. Em sentido contrário, a ausência institucional em bairros novos de superquadra, implica(va) uma ausência que é tanto física quanto espectral. Uma escola pública não existia no Sudoeste e no Noroeste, mas aparecia de modo posicional, referencial, como a escola que ou não se queria para os filhos, ou que os filhos de ninguém (do bairro) utilizaria, ou que somente a usariam filhos de não moradores. Ao mesmo tempo, espaços *de* e *da* segregação. Esse jogo entre tempo e espaço, o ritmo de sua produção, me foi levantado por duas das moradoras.

Alice Castro me disse que não gostaria que seu filho estudasse numa escola pública. Argumentou

Não sei se algum dia foi assim, você que estuda [o tema] é que deve saber, mas acho que hoje isso não é trabalhado, não. As crianças ficam ali, *sabe aquelas ali?* Meio jogadas, sem saber para que estão ali, o que querem do futuro. Eu até entendo elas, porque vivem uma realidade difícil” (grifo meu).

Quando Alice me falou *aquelas ali*, definiu a escola pública sob um índice: seus estudantes. Ato contínuo, nublou as diferenças que poderiam existir entre eles, a multiplicidade de suas experiências escolares, urbanas, de vida. Vivendo uma realidade difícil, como *um todo*, ficariam “meio jogadas”, sem um propósito delineado, uma perspectiva pavimentada. Não seria sua responsabilidade direta, nem tanto de seus familiares, mas teriam sido levadas a isso. O *tempo* atrelado à escola seria outro, inverso ao seu.

Uma escola do tipo não permitiria o desenvolvimento de Valentim, um estudante da Céu de Brasília, no Sudoeste. Dito de outro modo, o espaço simbólico de instituições escolares público seria aquele em que tempo cotidiano, tempo vivido e tempo futuro fazem parte de uma trajetória estacionária, ou cuja evolução é lenta ou, pior ainda, que expressariam o atraso – das famílias que a frequentam, de uma cidade segregada, da pobreza. Uma temporalidade avaliada como arrastada, de pouca mobilidade entre gerações.

Quando questionei Marlene Bastos sobre sua relação com a escola de sua quadra e se pensou em colocar seus filhos em uma, ela estabeleceu uma comparação. O agora e o antes. “Naquele tempo, a educação era melhor, era sim, não é mais”. Marlene estudou nessas escolas, que ocupam o *mesmo espaço* que ocupavam há algumas décadas. Nesse intervalo, contudo, muita coisa mudou. Hoje, quem nelas estuda não são as pessoas de antes; alguns de seus estudantes, inclusive, ficavam vadiando pela quadra. Não ocasionavam sempre problema, mas as vezes em que o faziam eram o suficiente para causar um transtorno. A se ver pela experiência que vivi nas superquadras, a própria criação de um “problema” é um fenômeno atrelado ao sujeito. A um corpo. A uma forma de ocupar o espaço. Os estudantes eram, em maioria, da “periferia”, algo que Marlene apontou não ser um preconceito, senão uma constatação. Era o que era.

Ao *quem* estuda se seguiu uma piora geral na educação pública. O filho dos Portes passou por essa circunstância pedagógica e pode levar para a vida o quanto seus pais se esforçavam em criá-lo nas melhores condições. Marlene contrapõe essa piora institucional, de modo similar, ao que a cidade passou ao longo do tempo. Antes, os moradores das superquadras eram preocupados com sua conservação, com a preservação de determinadas características que tornariam Brasília distinta, melhor do que outras cidades.

Hoje, pelo contrário, abandonaram esse esforço, ainda que, me contou, houvesse uma “comunidade” em sua quadra. Um curto-circuito na concisão de seu discurso, porque a existência de uma não conseguia evitar a decadência. Por comunidade, entenda-

mos, não *todos* os que moravam na superquadra, mas aqueles e aquelas com os quais compartilhava uma forma de vivê-la: em oposição ao cortiço, com um jeito de encarar o espaço, de entender o tempo. Preciso apontar, contudo, que sua ideia de tempo é, também, nostálgica. Brasília não é mais o que *foi*, mas *poderia ser*: avançar no tempo, mantendo-o intacto em algumas de suas expressões; adaptar-se às circunstâncias, mantendo, consigo e em família, um direcionamento comum. Um futuro do pretérito, por assim dizer, na medida em que a evolução urbana somente poderia ser efetivada a partir da preservação de características definidoras de Brasília. Do mesmo modo, a família, porquanto filhos e filhas deveriam dar continuidade ao que foi construído por seus pais e, antes, pela geração de seus avós. Uma família entendida como um fio que se sucede no tempo, que preserva o que é necessário e atualiza o que é desejável.

Outros moradores, de modo diverso, apontaram um sentido um pouco distinto ao de Bastos: uma Brasília que precisa avançar mais e mais, sem muito apego ao que já foi, a não ser na medida em que isto seja adequado. Um futuro que se avizinha a todo momento e para o qual se deve estar preparado. Não haveria tempo a “perder”, uma vez que, se o mundo muda constantemente, ao menos segundo essa forma de leitura do *mundo*, seria necessário estar sempre em movimento; a mudança, portanto, também como um princípio.

Em todos os casos, concepções sobre o espaço urbano local, sobre a superquadra, sendo ela um eixo de sociabilidade e da experiência urbana, como guias mais ou menos estáveis e indicativos de suas práticas na cidade. Ao seu modo, Marlene condensou muitas das complexidades desses entendimentos. Diria que, a seu ver, era preciso abandonar o que não funcionava mais e seguir adiante com o que ainda podia se encaixar em sua vida. A escola pública foi melhor que a particular, afirmou, mas não era mais. Ela e seus conhecidos estudaram nela. Naquele momento, não faziam o mesmo. Algumas pessoas que moravam na superquadra não moravam mais, e outras conviviam com uso de drogas, xingamentos, conflitos que desconheciam. Passaram a ter que lidar

tanto com comportamentos e sujeitos desviantes quanto com sujeitos indesejáveis. Não era assim lá trás, mas se tornou.

Assim que iniciei minha pesquisa, imaginava que boa parte de minhas contribuições estaria em ouvir os moradores. Em expressar o que me expressavam, problematizar suas concepções, práticas, seus projetos, pensá-los em articulação com outros contextos, com outras leituras antropológicas. Estava parcialmente certo. E errado. Isto porque passei a entender os significados de nossas conversas, sobretudo, quando comecei a descer os andares que me levavam aos seus apartamentos e a prestar atenção *debaixo do bloco*. Foi ali onde pude entender mais a complexidade da vida urbana em Brasília, do viver em superquadra. Foi ali, na relação com tudo que me disseram e com muito do que não me disseram, silenciaram-se, gesticularam, que compreendi que a experiência urbana brasiliense pode ser compreendida como uma experiência processual da segregação, mas não somente. À segregação socioespacial, nítida em mapas, em dados estatísticos, nos ônibus que circulam pelas vias do Plano Piloto, articulam-se suas facetas pedestres. Articula-se, ainda, a autosegregação escolar, um processo que atravessa projetos individuais e familiares, que atravessa a cidade.

CAPÍTULO VI

Brasília, efeitos escalares e processos de autosegregação

[...] as fórmulas totalizantes que tomam Paris “como um todo” circulam, também elas, por Paris, à qual acrescentam, por assim dizer, seus *fragmentos de totalização* (Latour, 2009, p. 5, grifo meu).

Até este ponto da tese, vim explorando insistentemente a possibilidade de que há uma outra Brasília. Não exatamente uma cidade modernista que seria oposta aos princípios do modernismo arquitetônico e urbanístico. Tampouco uma cidade que seria estritamente fiel aos seus planos originais. Também não uma cidade que seria avessa a eles, num contraponto ingênuo e simplista entre a cidade planejada e a cidade real. Holston (1993), nesse ponto, já nos convenceu de que a cidade começou a se tornar real desde que, bem, começou a ser planejada.

Não quis apenas, ainda, trazer à tona as experiências urbanas na superquadra, como vividas por aqueles que não moram nela, para mostrar que sua experiência cotidiana dá mostras de constituir uma outra forma de vida diametralmente oposta à vivida pelos moradores. Dizer isso implicaria, primeiro, negar alguns dos efeitos da segregação urbana em Brasília e, antes de tudo, extrapolar demasiadamente meus dados etnográficos: os significados múltiplos dessa experiência, a partir de quem as viveu, algo que tive apenas indiretamente, na maioria das situações, e bem pouco diretamente, nas convivências fortuitas com porteiros, pessoas em situação de rua, indígenas, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas.

A outra Brasília que emerge durante todos os meus relatos, em todo o meu argumento, é de uma cidade vivida de modos complexos, contraditórios, fugidios, algumas vezes indefiníveis, outras em busca de definição. Outras Brasília, por assim dizer, que são

produzidas na esteira da segregação, da racialização, de uma economia de mercado, de modos fractais, resistentes, táticos; feita na mediação desigual entre sujeitos que conjuntos de moradores querem expulsar do espaço e outros que são muito bem recebidos nele; entre sujeitos que são por eles tolerados, outros que se convida a entrar em seu apartamento, alguns que simplesmente não se quer ver, outros que sequer são vistos.

Brasílias que surgem de muitos planos comparativos e do olhar constante a partir de como as pessoas se movimentam na cidade, do que elas fazem. Do que elas querem. O modernismo aí não é nem totalmente abandonado nem recuperado. É uma das facetas que dão muitas caras à cidade e a sua expansão. Uma cidade construída, tanto por mim quanto por todos que nela moram, por quantos que dela falam, em fragmentos de totalização (Latour, 2009) e nos escalonamentos tecidos cotidianamente (Latour, 2012).

A cidade não é, por princípio, uma cidade só. Dela participam uma infinidade de agentes, que mobilizam discursos, valores, habilidades; agentes (Frúgoli Jr. et al, 2006) – que se aliam e se opõem a outros, que combinam seus trajetos e suas trajetórias (Patriota de Moura; Vasconcelos, 2012) numa série de movimentos (Ingold, 2011), de ritmos, de fluxos.

A cidade mobilizada nesses fragmentos de totalização é um produto sempre parcial, isto é, grupos, indivíduos, famílias, instituições vivem as *suas* cidades, em mundos simbólicos entrecruzados e mais ou menos conectados entre si. Alguns desses conjuntos articulados, como evidenciaram os moradores de superquadra, tentam fazer de sua experiência e de suas vivências o parâmetro em torno do qual a cidade pode ser produzida; o desencaixe em relação ao parâmetro (ele mesmo em transformação e um tanto quanto heterogêneo) pode ensejar movimentos de expulsão, de remoção. Afirmar que a cidade é múltipla, entretanto, não significa que ela não seja atravessada por desejos, sonhos e projetos de natureza individual e coletiva de que parte dela (pequena, grande, maior, menor) seja mais homogênea do que é. Podemos falar aí em termos de estilos de vida, de práticas cotidianas, ou de ideologias, de valores familiares; de faixa etária e,

obviamente, de raça. Do “outro” lado, contudo, há pessoas de carne e osso, que podem recusar ou simplesmente evidenciar o desconforto com essas iniciativas constritivas.

Por isso, não ousaria dizer que a experiência do uso de maconha por jovens negros, estudantes de escolas públicas, numa quadra da Asa Sul, é uma prática que, em primeira instância, está questionando a homogeneidade da expansão capitalista da cidade. A frase, em si, soa tão despropositada quanto é. Nem poderia dizer que uma partida de futebol entre brancos e índios é uma demonstração da inexistência da segregação, por um uso incomum do espaço em um bairro de camadas médias e altas urbanas. Seu próprio caráter “inusitado”, a distância mantida por moradores em relação à partida, dá alguns indícios de que a segregação, enfim, está entre nós. Poderia dizer o mesmo sobre adolescentes catando manga, subindo em árvores, um morador de rua entrando silenciosamente numa igreja, antes de uma celebração oficial, para conversar com o pároco responsável por ela, e saindo tão logo começam a chegar mais e mais moradores; sobre garçons que, passado o expediente, juntam-se num ponto de ônibus, com cervejas especiais, brindando o término de uma noite longa de trabalho.

A vida urbana de Brasília é, portanto, múltipla. Como é a de tantas outras cidades mundo afora, algo que a antropologia, desde que se enraizou como disciplina, procurou mostrar, repetidas vezes, de diferentes maneiras ao longo do tempo. Não obstante, quando falo da totalização a que se refere Latour, julgo que podemos também falar de tentativas de totalização. De definição, de fechamento, de encerramento, de cerco. Uma cidade, pois, que é um fenômeno discernível analiticamente: visível tanto pela sua abertura e pela sua multiplicidade de relacionamentos quanto, em outro olhar, pelas maneiras como as pessoas procuram torná-la menor, menos variada, por quanto querem estreitá-la. Falo, aqui, dos moradores e das escolas.

Foram muitas as vidas com as quais tive contato nos últimos anos, muitas histórias, anedotas, causos que escutei de moradores e moradoras. Se tinham um estilo de vida mais ou menos homogêneo, nem por isso era idêntico, por óbvio que seja afirmá-lo. Os mais velhos, não nascidos na capital, tinham vindo de muitos estados, seja adolescen-

tes, seja muito pequenos. Os mais novos, nascidos ou não em Brasília, a mesma coisa: paraibanos, gaúchos, paulistas, aficionados por séries de TV, por livros, por esportes radicais, pelo trabalho, pela vida em família, pela igreja. Eram indivíduos, com uma vida própria. Era assim que contavam suas histórias para mim, demarcavam seus trajetos, suas trajetórias, narravam seus sonhos, suas fantasias, seus conflitos. Vidas narradas em torno do eu e do nós. Mas quais nós e quais eus, podemos nos perguntar?

Estamos falando, em princípio, de uma matriz individualista de produção do mundo. Isto é, tanto um mundo que é entendido como composto de indivíduos, mais ou menos isolados, quanto de que são eles(as) que o produzem, numa relação cíclica. A procura por um aumento, por um avanço na carreira, pelo crescimento profissional, pela compra de bens materiais; a organização do tempo em termos de cursos, de eventos do trabalho, de ocasiões de formação de redes profissionais, de oportunidades de trabalho, de pausas para o descanso.

No limite, tudo o mais sendo direcionado para o acúmulo de mais oportunidades e para o alcance do sucesso e da estabilidade. No panorama geral, as ideias do esforço e do progresso se sustentariam na relação de um indivíduo consigo mesmo e dele para com os demais, ainda que seja inegável haver diferenças geracionais e mesmo ideológicas em relação a esse sucesso, a essa estabilidade, em relação ao que se planeja e a como se planeja. Ouvidas mais atentamente essas famílias vemos que há mais, entretanto, do que somente um individualismo stricto sensu nessa história.

Afinal, o que estavam me falando a todo momento, durante boa parte de nossas conversas, senão de atividades que faziam em família, com a família, para a família? As mães que se desdobravam em torno da educação de seus filhos, em levá-los para lá e para cá, que se organizavam em grupos de whatsapp; as atividades religiosas para as quais se ia, os cultos, as missas, as novenas. O casamento, a formação de um grupo doméstico, a divisão de despesas, o sustento dos filhos, o “criar um filho”; a convivência entre mães, pais, filhos e avós, a ajuda de parentes da família extensa. Falar de indivíduo

e de individualismo seria, nesse sentido, impreciso. Há um grande peso da família, e de concepções associadas a ela, no modo como se expressaram meus anfitriões.

Em termos gerais, estava lá, sim, o indivíduo, o filho, que deveria progredir na vida, saber mais, aprender mais, relacionar-se mais com os outros. Mas sobre ele também havia a expectativa de que formasse uma família como a que tinha “em casa”, aquela que seus pais exemplificavam e, antes deles, seus avós. Um indivíduo, enfim, que deveria direcionar seus esforços, seu tempo, para construir uma família própria, para a formação de mais um grupo doméstico autônomo. Um individualismo que, ancorado num processo de individualização, é também enraizado na relacionalidade, como Machado (2001) aponta. Para a autora, a combinação desses códigos sociais pode ser uma ferramenta analiticamente útil para se entender as diferentes formações de “famílias” brasileiras, na medida em que permite, de um lado, não se reduzi-las a uma composição rígida de valores e formas de agir, e, de outro, não se perder de vista as possibilidades de generalização em torno de marcadores de diferença, como os de gênero, de classe, de raça. Portanto, incluir valores e estruturas como parte da costura analítica, num balanço equilibrado entre macro e micro, entre a generalização e a singularização. Como defende:

Acredito que este é, atualmente, um dos mais importantes objetivos dos estudos sobre família: a interlocução entre as análises que enfocam a diversidade e as mudanças da estrutura e da organização familiar e as análises que enfatizam o lugar de valor que “a família” e os modelos de família ocupam numa dada sociedade ou segmento social (Machado, 2001, p. 18).

Pensemos aqui a partir de Judite e João Santos, cujo filho foi forçado a ir para a escola pública para aprender o valor de sua família. Seu filho nascera, segundo eles, em um “berço de ouro”, com a oferta de boas condições de habitação, de estudos, de lazer. Seus irmãos as haviam aproveitado muito bem. Ele, pelo contrário, saíra da trajetória esperada por parte de seus pais. Ao mesmo tempo que Judite e João ansiavam, portanto, por criar uma estrutura de apoio para os filhos, proporcionando-lhes a possibilidade de “seguir a vida”, essa mesma estrutura não poderia ser *negada* por quaisquer

um dos filhos. Tratava-se, em alguma medida, de uma oferta que não se podia recusar. Esperava-se que os filhos pudessem “fazer seus estudos”, para que, mais adiante, arranjassem um bom emprego e levassem adiante, com sua própria família, os valores que aprendera em casa. Simultaneamente, dele se esperava que fosse tanto um sujeito que se tornasse autônomo quanto que pudesse formar seu próprio núcleo familiar, num processo cíclico que, a priori, seria indefinito e infinito, ao longo das gerações. Algo como, se posso parafrasear: “Meus pais fizeram dessa forma, os pais dos meus pais fizeram, eu e meu marido fizemos, então você fará, também”. Essa expectativa, não obstante, não caiu apenas sobre os filhos dos Santos. Em geral, ela constituía o próprio modo de se fazer família para muitos dos moradores.

Os códigos individualistas e relacionais, a bem da verdade, não constituem apenas uma regra, uma norma a ser seguida, como códigos invioláveis de conduta, senão como um emaranhado de expectativas e de valores, um norte projetado – um vínculo entre um passado vivido e um futuro por viver, de um lado, e entre as formas pelas quais se viveu (e se significou) o passado e as formas que se espera que os filhos vivam no futuro. Se se vai ser assim, não se sabe, mas se espera que assim seja. Essa forma em particular de se conceber família e indivíduo tem outros efeitos. Nem todos a seguem, nem mesmo querem segui-la. Sair desse compasso é também se desviar dele.

Logo, a articulação entre esses códigos é subjacente a essas biografias familiares, porquanto, antes de ser uma combinação pacífica, seja uma *tensão* (Machado, 2001). Em alguma medida, essa tensão é o cerne da constituição da família, como a entendemos desde o século XVIII, como afirmam Duarte e Gomes (2008): “Sua principal – e paradoxal – característica é constituir uma unidade relacional mínima capaz de produzir “indivíduos”, física e moralmente” (p. 249, aspas no original). Daí ser possível dizer que “[...] o comprometimento da nova família com o individualismo se expressa diretamente nas duas dimensões fundamentais de seu funcionamento: a constituição do casal e a criação da prole” (Idem, ibidem). Essas dimensões, claro, não são fechadas e permitem, como argumentam, uma série de diferentes adesões, modulações e subje-

tivações. Uma família da classe trabalhadora não é a mesma de uma com vínculos com o serviço público ou de outra composta por profissionais liberais, isso em se falando apenas de ocupações profissionais. Quando se pensa que a religião, a ideologia, o patrimônio acumulado, as ascendências entram no jogo, é invariável a conclusão de que a vida real é sempre mais complicada que os modelos em torno dela.

É nessa tensão entre a individualização e o núcleo do grupo doméstico, na relação elementar entre formação do indivíduo e de uma família, que me parece que são estruturados os projetos escolares na cidade, em Brasília. A escola que se quer para o filho, para a filha, é a que permita um futuro de sucesso, uma carreira, um emprego mais ou menos garantido, que permita o aprendizado de uma ou mais línguas, que possibilite o contato com pessoas com propósitos similares, que dê uma “boa formação” e que seja, simultaneamente, amparada em determinados valores – os mais variados, sejam os da disciplina militar, os dos ordenamentos religiosos, os da competitividade, sejam os humanistas, mais afeitos a uma formação que se pretende integral e menos imediatista.

A escola que se quer também é aquela que preza pela convivência harmoniosa entre seus estudantes, entre pais e professores, entre funcionários e estudantes, que preza pela segurança e pela organização, pela sistematização do conteúdo atrelada a um ordenamento racionalizado de princípios, objetivos e diretrizes de ação. Uma escola, não por menos, que prepare para o vestibular desde cedo, que comece a pavimentar essa estrada que será (assim se espera que seja) percorrida mais à frente na vida. Há um conjunto grande de valores associados à experiência escolar, dentro dos quais eram definidas as prioridades e as diretrizes de uma trajetória: as escolhas.

Assentadas nessa relação entre projetos familiares e individuais, a escolha recaía sobre qual a melhor instituição. Mesmo aí, entretanto, um evento crítico, como um professor que se considerasse ruim, ou um caso de violência na porta da escola, poderia redirecionar o planejamento. Também contavam, claro, as opiniões de filhas e filhos, para quem a proximidade de amigos, ou a distância deles, poderia se sobrepor – relativamente – aos desejos afirmados por suas mães, seus pais.

Essa escola que se queria era, no mais das vezes, a escola particular. Ela era a face mais visível das respostas às perguntas que fazia aos meus anfitriões. Em que escola seu filho estuda? Qual a escola que você escolheu para o Valentim, para a Beatriz, para o Lucas? Em qual escola os amigos dele estudam, estudaram? Em qual delas, dentre as indicações de suas amigas, você matriculou o João? A face menos visível, por vezes não dita, a face espectral, era a da escola pública. Na situação em que as conversas foram feitas com moradores da Asa Sul, a escola pública estava ali, senão na mesma superquadra, no máximo, estava duas quadras ao lado. Algumas pessoas haviam estudado em uma ou outra, em algum momento de suas vidas.

Em um nível, a escola pública foi encarada como esse espaço residual e de descrédito, para o qual vão crianças e adolescentes que, se não podem pagar por uma educação melhor, têm que se contentar com uma estrutura considerada insuficiente, precária, com o trabalho precarizado de professores e servidores e, ainda mais, com insegurança e com desorganização. Seriam comuns nas escolas públicas, cuja confirmação me era dada por um caso que se “ouviu falar”, por reportagem que se leu ou se escutou no rádio, as ocasiões de violência, de tráfico de drogas, de más condições.

Em outro, ela aparecia como também o espaço vizinho da desordem, afinal, era possível vê-la da janela ou andando a pé pela quadra. A abstração estatística ou dos índices jornalísticos ganhava, para esses moradores, uma corporeidade espacial. Como disse Marlene Bastos, não que a periferia na quadra fosse um problema em si, mas, consideradas as circunstâncias, apontava que moradores e estudantes não se bicavam, entravam em conflito, também por reclamações injustificadas de moradores, mas, sobretudo, por um comportamento suspeito dos estudantes: a algazarra, a bagunça, o uso de drogas eram as demonstrações irrefutáveis de que as birras não eram enviadas, apenas diziam respeito a como as relações se davam no espaço. Moradores, por mais exagerados que fossem, reagiriam a um comportamento, a ações que entendiam que não deveriam ocorrer no espaço público de suas superquadras.

Tal como a sensação de (in)segurança expressada por Tseng (2019), esses casos eram elementos acionados como indícios de que o que se vê na televisão, nas notícias, está ali, no “mundo real”. Eram elementos que, se não demonstravam que a superquadra estaria “invadida” pela insegurança e pela desordem, indicavam um sentido estatístico, como se fossem parte de um todo – a referência a um caso de violência pode ser um indício de que a segurança, se não for uma preocupação coletiva, poderia estar por um fio. Se um amigo passou por uma situação do tipo, o mesmo poderia ter ocorrido comigo, ou com um filho meu, ou com um parente próximo, ou com outros que moram perto de mim. Se mais de uma vez estudantes foram vistos usando maconha, “fumando por aí”, isso consolidava um imaginário segundo o qual qualquer estudante poderia, a qualquer momento, fumar maconha ou ser alguém pronto a entrar em conflito com as expectativas dos moradores.

Daí que uma escola como o Jardim de Infância, pública, pudesse trazer menos problemas também porque seus estudantes eram menores e não frequentavam, como outros mais velhos, o espaço da superquadra. Nela, também estudavam moradores, embora não tenha conversado diretamente com nenhum deles. Felipe Gonçalves, como outros com quem mantive contato, indicou que, na educação infantil, não haveria muita diferença entre saber e não saber determinados conteúdos e que, portanto, não seria um problema muito grande que um filho ou filha cursasse essa etapa no ensino público. Havia, claro, a sempre insuspeita premissa de que a escola pública seria um espaço que não agregaria conhecimento, ou que o agregaria de maneira deficiente, enquanto as escolas particulares, pelo contrário, dariam as condições necessárias para uma boa formação. De um lado, ainda, as escolas públicas como um todo homogêneo, de outro, as escolas particulares como uma categoria plural: as escolas particulares dariam conta das perspectivas familiares, como um todo, embora tivessem, entre si, as melhores e as piores, as mais e as menos próximas a um objetivo, a uma série de valores.

Se, na Asa Sul, a escola pública aparecia mais recorrentemente, tenho que frisar que o destaque dado a elas no Sudoeste e no Noroeste foi menor. Não havia escolas públi-

cas nos bairros e as afirmações que se fazia de escolas era indireta, não em termos de experiências no espaço, senão de referências a um caso vivido por familiares, amigos, a matérias e a estatísticas, ao “você sabe como é”, “você que estuda o tema”.

Ainda assim, ela estava ali como uma figura espectral a mostrar os caminhos que poderiam ser seguidos e outros dos quais se fugiria a todo custo: as trajetórias ideais, os trajetos cotidianos como não vinculados à experiência da escola pública, considerada como algo de “outros tempos”, como de pais e avós que estudaram nelas, quando “eram boas” ou para aqueles que não tinham como oferecer algo melhor para seus filhos. Tendo condição (financeira), a escola que não seria, em suma, uma alternativa na mesa, uma carta do baralho. Curioso, aqui, é o Setor Octogonal, cercado, mas cuja presença de uma escola pública nas imediações de algumas de suas Áreas é narrada às vezes na chave do desconforto, em outras na dos congestionamentos e, também, na da indiferença. A Escola Classe 8 era a escola dos outros, posso dizer; nenhum filho dos moradores parecia estudar lá, nem ninguém conhecia algum amigo que tivesse colocado suas filhas lá. Era a escola do “filho do porteiro aqui do bloco”, da “menina que me ajuda com a limpeza”, do “jardineiro dos blocos, aqui, que trabalha há mais de 20 anos [na Octogonal], veio com a família e tudo”.

Os projetos dessas famílias de moradores, que eram, também, projetos escolares, se se afirmavam pela escola particular, em torno dela, eram afirmados sobre a escola pública, ou contra ela, ou a despeito dela. Essa referência, mais direta, mais fugidia, mais evasiva, ou escancarada, tornava-se parte de como planejavam e davam sentido a suas biografias. Se escolher implica preferir e preterir, a escola pública vinha a ser a instituição, o espaço não falado, criticado, invisível, o espaço-outro. Um *espaço espectral*, que não se cogita sequer que possa ser construído no bairro, porque ou não vai ser útil, ou não vai ser utilizado pelos moradores, ou vai servir tão somente a quem nele transita, mas não mora.

Ainda que não possa apontar o que, historicamente, levou as escolas da Asa Sul a serem cercadas, quando não o eram logo nos anos que se seguiram à inauguração da cidade,

posso apontar que as cercas têm um efeito demarcado no espaço da superquadra. As escolas ficam separadas da continuidade do espaço público, dela constituindo um espaço delimitado, que separa um *dentro* e um *fora* e ritualiza os momentos das aulas e os intervalos entre elas. É neles que, por vezes, os estudantes podem “sair” da escola e ir para a superquadra. Estão delimitadas de modo distinto aos pilotis, que precisam seguir livres e desimpedidos, ao menos formalmente, para o trânsito pedestre – bem vistos, resalto, que livre e desimpedido é algo que não está dado a priori, que há usos mais livres e menos impedidos que outros.

As escolas públicas estão cercadas e, para entrar ou sair delas, é preciso passar por um portão onde se reconhecem aqueles que com ela têm relação e aqueles que lhe são desconhecidos. Se os estudantes, assim, poderiam estar protegidos do mundo “de fora”, para alguns moradores, seria possível afirmar que a cerca os protegia do que ocorria “lá dentro”. Catarina Carvalho resumiu, totalizou, essa perspectiva, ao afirmar que a presença da escola pública no espaço estaria atrelada aos significados que assume para Brasília, para seus moradores: “só que é Brasília, né?”.

A presença dessas escolas na Asa Sul evidenciava, para alguns, uma ocupação desviante e indesejável do espaço. Pelo modo como as pessoas se comportavam, por suas práticas, pelos movimentos que faziam no espaço e, ainda, por como eram – seus corpos, como lidos e significados na observação cotidiana, no discurso –, proporcionavam diferentes leituras sobre o que seria considerado mais ou menos conveniente, mais ou menos padrão e, ao mesmo tempo, mais ou menos vinculado a quem seria (ou não) morador. Podemos ler esses sentidos numa relação esquemática, entre

forasteiros / moradores

desvio / padrão

indesejável / não indesejável / desejável

Este esquema deve ser lido apenas na medida em que nos pode ajudar a entender como o espaço da superquadra é produzido. Não é, portanto, uma prescrição engessada de como a segregação é produzida processualmente, senão uma outra forma de se compreendê-la nas maneiras como é articulada no dia a dia, nas interações entre sujeitos.

Uma pessoa pode ser lida como uma moradora pela roupa que veste, pela cor de sua pele, se possui um carro, se tem proximidade com porteiros, funcionários, se possui ou aluga um imóvel. Outra pode ser lida como forasteira pelos uniformes trajados, pelo trabalho que executa na superquadra, pelas interações com outras pessoas que estão ali no mesmo espaço. É assim que se pode falar de moradores e de não moradores, ou, como prefiro denominar, forasteiros, para enfatizar esse caráter de não pertencimento a um determinado espaço; trata-se de um bairro, uma quadra, que se frequenta com mais ou menos regularidade, mas cujo vínculo a ele não se configura como permanente. Um porteiro que, por exemplo, trabalha num bloco residencial e, por mais que esteja há muitos anos nessa função, mora em outro lugar. Vai para a superquadra a trabalho, mas não fica nela. Eram eles, ademais, que muitas vezes faziam a leitura ritual de quem era morador ou não, a partir de sua experiência na superquadra, em um bloco, em contato com outras pessoas. Eram agentes seletores, que definiam a pertença ao espaço e, em outro nível, o quanto uma determinada forma de ocupação poderia ser vista como desviante ou não. Caso, por exemplo, dos dois grupos de adolescentes que fumavam maconha em frente ao laguinho do bloco F ou do porteiro do prédio de Catarina, que me procurou para saber o que fazia em seu bloco, lendo-me como alguém, naquele momento, “de fora”, desconhecido.

Digo isso porque entender a diferença entre forasteiros e moradores não é o suficiente para compreender como diferentes formas de interação eram produzidas nas quadras. Retomo a situação dos moradores que fumavam maconha e que não foram importunados por ninguém. Ainda que estivessem agindo como desviantes, fugindo de um padrão esperado de comportamento, nem por isso se tornaram, aos olhos de quem pode ler e pode determinar o quanto se deve ou não fazer algo, indesejáveis. No máximo, o que

faziam era não desejável; embora estivessem saindo do padrão, não foram alvo de reclamações, indagações, questionamentos. Puderam fazer o que estavam fazendo.

Cabe, aqui, uma ponderação. Estamos falando de uma situação em que o uso de maconha era feito por adolescentes da quadra, vistos por um trabalhador de um bloco residencial. Não ambiciono extrapolar o caso aqui para afirmar que qualquer uso de drogas ilícitas e quaisquer comportamentos desviantes, se vindos de moradores, não poderiam ser lidos como indesejáveis. De fato, mesmo moradores poderiam, nessa situação, ter ido confrontar ostensivamente os adolescentes, ou poderiam convocar o porteiro a fazê-lo, ou ido mais além, convocando a polícia ou quem quer que pudesse coibir o uso. Podemos especular que a situação de forasteiro do porteiro não o tenha colocado em uma posição estável o suficiente para se opor, por conta própria, aos adolescentes. Um vínculo de trabalho, por muitos que sejam os anos de trabalho no mesmo emprego, é, ainda, um vínculo de trabalho, e não vejo como negar que confrontar um morador pode não ser uma atitude vista a bons olhos por todos os moradores de um bloco residencial. O jogo das interações cotidianas, como é de se esperar, é sempre menos previsível do que podemos supor pela leitura restritiva de suas normas escritas e não escritas.

Com relação às pessoas em situação de rua, podemos estender a mesma chave de leitura. Poucas vezes vi quaisquer dessas pessoas fazendo algo que poderia ser lido como impróprio, como inesperado. Estavam, no mais das vezes, em frente à Igreja, conversando entre si, as crianças brincando, os adultos indo de lá para cá, muitas vezes abordando pedestres pedindo algum trocado. A polícia, contudo, outro desses agentes seletores, abordava-os com frequência, dando ordens, fazendo buscas em seus pertences pessoais ou mesmo os revistando. Para a polícia e para alguns moradores, eram forasteiros indesejáveis, embora não fossem desviantes.

Pouco importava, nessa situação, que eu os considerasse como moradores da superquadra, afinal, era ali onde dormiam, acordavam e passavam boa parte de seus dias. Não parecia importar muito, ainda, que outros moradores os considerassem desse

modo, como me disse Judite Santos. Ao ajudar o “pessoal da rua”, se indispunha com pessoas de sua igreja, que entendiam que essa atitude contribuía para que ficassem morando por ali e não seguissem adiante, não procurassem emprego, não dessem outros rumos a suas vidas. Se tento, por exemplo, totalizar minha perspectiva, poderia, no máximo, dizer que, se poderiam ser considerados moradores, seriam considerados como moradores indesejáveis, aqueles que estão ali, mas não deveriam, procedimento que estendo aos indígenas do Noroeste, aos catadores de material reciclável e a outras pessoas cuja presença no espaço, como um todo, possa ser considerada liminar e temporária.

Trabalhadores rotineiros das superquadras, como os do comércio, as empregadas domésticas, os operários de obras, as babás: todos não tinham apartamentos nos blocos residenciais, eram forasteiros, mas por estarem associados a um emprego fixo, a um apartamento, a pessoas moradoras, não enfrentavam nenhuma oposição cotidiana, ao menos no que foi possível observar. Não eram dali, mas nem por isso sua presença era questionada. Eram os forasteiros e as forasteiras desejáveis, porquanto “ajudassem” na vida cotidiana nos blocos residenciais, na limpeza dos apartamentos, no cuidado dos filhos, na (re)produção dessa vida cotidiana.

Em termos conceituais, compreendo que os forasteiros desejáveis estão próximos ao *estrangeiro*, de Simmel (2005), como sujeitos vistos a partir de um tipo de pertença que é, de modo singular, tanto próxima quanto distante. O estrangeiro não é *do* espaço, mas tem um acesso direto a ele e, também por isso, está numa posição intermediária entre o local e o visitante. Há, claro, em sua análise um componente de nacionalidade que não encontra ressonância com a situação particular sobre a qual me debruço. Esses forasteiros desejáveis muito bem poderiam ser estrangeiros, no sentido de Simmel, mas mantêm, com as superquadras, outros tipos de vínculos e de relações cotidianas. Esses vínculos, em primeira instância, são o fundamento das relações que vivem ao longo de seus dias.

Abordando o estrangeiro de Simmel, Collins (2016) chama a atenção para as vivências de pensadoras negras no mundo acadêmico. A posição dessas mulheres, num ambiente marcadamente masculino e branco, permite, segundo a autora, que elas o vivam de modos muito particulares. De um lado, como minorias nesses espaços, conseguem observá-los e analisá-los de modos mais “objetivos”; por não estarem familiarizadas com aquelas relações, historicamente construídas em torno de corpos muito específicos, podem estranhá-las de formas pelas quais seus colegas e suas colegas brancos terão muita dificuldade de acessar. De outro, podem trazer à academia suas trajetórias enquanto mulheres negras, também inacessíveis por parte dos sujeitos que, majoritariamente, compõem o mundo acadêmico.

Estão, assim, tanto fora quanto dentro, num entrecruzamento de processos de racialização, de referências simbólicas e de trajetórias individuais e coletivas. Collins (2008) chama essa posição singular de *outsider within*, com a qual demarca as tensões em torno do distanciamento e da proximidade das relações que podem construir nesses mundos simbólicos particulares. A autora combina, assim, a potência analítica de se pensar que a entrada de um sujeito, a partir da ascensão universitária, em um mundo cujo fundamento repousa numa estrutura historicamente desigual, pode abalar as balizas dessa mesma estrutura, conduzindo-a em outras direções.

De onde vejo, a contribuição de Collins (2008) me ajuda a compreender que mesmo as experiências de vida liminares não podem ser, de antemão, descartadas analiticamente. Melhor dizendo, o fato de alguém ser forasteira ou forasteiro, um *outsider*, não o põe necessariamente numa posição que é marginal no todo. Posso afirmar o mesmo quando agrego à dimensão estrangeira variáveis de comportamento e de expectativa, a partir das quais alguém pode se tornar mais ou menos desejável em determinado espaço. A categorização e a liminaridade, se ancoradas num conjunto de relacionamentos construídos ao longo do tempo, na história, encontram eco no cotidiano, nas tramas da vida cotidiana, nos modos pelos quais os sujeitos se encontram e se desencontram, no jogo de suas práticas do dia a dia.

Ao afirmar que se trata de um esquema de categorização que somente encontra eco nas mobilizações circunstanciais e nos encontros cotidianos, digo que alguém não é, durante todo o tempo, indesejável ou desviante, mas, numa dada situação, é ou não visto dessas maneiras a depender do que estiver fazendo, de quem estiver ao seu lado, de quem o observar. Uma situação que emerge, logo, na interação entre pessoas e as distintas formas como se enxergam no espaço.

Tornar-se conhecido de um grupo de moradores, por exemplo, poderia levar à erosão relativa dessas categorias, como no caso de Roberval, um catador que fazia seu trabalho em lixeiras próximas a um bloco residencial da 107 do Noroeste e que tinha boas relações com os porteiros do bloco e com seu síndico. Lembro-me de perguntar a José de Arimatéia, o síndico, durante uma entrevista no pilotis do bloco, o que achava do trabalho que era feito por Roberval.

Arimatéia ressaltou que não saberia dizer a opinião de todos os moradores, mas que sabia que ele era diferente, tinha uma família, e não causava nenhum problema, era bem aceito por todos. Alguns moradores haviam feito, inclusive, uma vaquinha para ajudá-lo na compra de alimentos para sua família. “É um homem casado, com filho pequeno, [fazendo] o que pode para sustentar sua família, como todo mundo aqui”. Segundo acrescentou, era, nesse sentido, diferente dos demais, “do pessoal que mora lá perto dele”; estaria próximo, em termos de comportamento e de alguns valores, dos moradores do bloco. Um vínculo individual, fruto de interações mais sólidas, era afirmado como comprovação de traços distintivos de Roberval em relação àqueles que eram catadores como ele. Roberval não era apenas um catador. Nessa relação, tornava-se um indivíduo conhecido, com raízes, não desviante, desejável.

Em negociação nessa definição de categorias para agentes no espaço urbano, entram os valores a que fiz referência nos capítulos anteriores, que foram afirmados pelos moradores e pelas moradoras quando de nossas conversas. A tranquilidade, a segurança, a ordem, a proximidade, a qualidade de vida, valores que estão associados às distintas formas de classificação do espaço. Tranquilidade, ordem, planejamento (racionalidade),

estabilidade, equilíbrio, solidez, conforto, sacrifício, trabalho, valores pelos quais são categorizados, nivelados, ajustados os variados projetos familiares e individuais.

As formas com as quais podem ser combinados, somados, intercalados, não é definível a priori, sendo fruto da ponderação mais ou menos sistemática que esses sujeitos querem de suas vidas, isto é, tanto pelo que acontece ao longo de uma trajetória, durante os muitos trajetos pelos quais se caminha, quanto pelo que pretendem que aconteça, numa mediação entre o que é inesperado e suas expectativas, entre o peso do que não se sabe que pode vir a acontecer, o que se faz para evitar que aconteça e o que se quer que ocorra no futuro, em curto, médio e longo prazo. Uma das medidas mais nítidas desse planejamento da vida futura, dessa tentativa de totalização, eram as compras de apartamentos com duas ou mais vagas por casais que ainda não tinham filhos. Uma tentativa de se absorver o futuro a partir do presente, de, resumidamente, antecipá-lo: surgirão os problemas e as demandas, já se preparam, antes, as soluções. Nesses casos, uma totalização no espaço, pelo que é comprado, em determinado bairro, em determinada parte da cidade, uma totalização do tempo, pela organização da vida cotidiana e da vida projetada num certo arranjo de dias, meses, anos. E, não por menos, uma tentativa mais ampla, de totalizar a vida e de planejá-la em etapas a serem desenvolvidas e cumpridas. Preparavam-se, seus proprietários, para o momento em que teriam mais um membro da família, fosse esse momento estritamente planejado para um tempo futuro definido, fosse fruto das circunstâncias. Em famílias que indicavam a fidelidade a preceitos religiosos, isso, não à toa, era ainda mais marcado, porque decisões do tipo, se tomadas no dia a dia, eram também tomadas em outro plano, a despeito da intencionalidade humana ou terrena.

Essas interações e classificações guardavam relação intensa, ainda, com os modos pelos quais Brasília era vista, pensada, idealizada, enquanto cidade, enquanto espaço, enquanto lugar para se viver. Em outro nível, como a superquadra em que viviam era fruto de apropriações simbólicas, de mediações subjetivas, de intervenções espaciais e corporais. Uma Brasília, friso, balanceada, direta ou indiretamente, entre uma cidade

que foi, uma cidade que é e uma cidade que pode ser. Essa articulação entre diferentes tempos urbanos era realçada em torno dos tempos biográficos, das narrativas familiares, do cotidiano percorrido pela mãe, pelo pai, pelo filho, pelas avós, pelas pessoas que não se conhece e por aquelas que se faz questão de não conhecer.

A Brasília dos moradores mais velhos da Asa Sul, a se ver, por exemplo, pela família Bastos, pelos Portes, pelos Santos, era a de uma cidade em transformação, muito mais em termos de decadência do que de melhora, substantiva ou mesmo parcial. O início da cidade teria sido seu momento de ouro, simultaneamente o marco da novidade e da diferença em relação a outros centros urbanos. As pessoas que ali chegaram puderam ter contato com um espaço nunca antes visto e puderam, mais ainda, experimentar uma cidade que, se não surgia sem problemas, ao menos surgia sem todos os problemas que acompanhavam a história de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Havia mesmo aqueles, disse Marlene, que diziam odiar a cidade, mas que confessavam que sua vida havia melhorado depois de virem para Brasília. Outros, como nos traz Sinoti (2005), já se mostraram apaixonados à primeira vista, destacando, inclusive, o quanto a desigualdade social, visível no espaço público e uma característica da capital fluminense, teria potencializado uma sociabilidade própria de Brasília, relativamente alheia à desordem, à bagunça e à violência. Controlar a insegurança seria, aqui, bem mais fácil do que em outros espaços também por isso, pela distância em relação a quem seriam os criminosos e pela possibilidade de vigilância dada pela configuração da superquadra, em que todo mundo se conhecia e podia se avisar quando de um problema maior, que afetasse a “comunidade”.

A diferença entre a Brasília de hoje e a de antes era acentuada como sendo, portanto, a de uma cidade que se tornou mais parecida, durante suas poucas décadas de existência, com o restante do Brasil. Nascida tão distinta, teria dele se aproximado, como se a realidade do país houvesse se sobreposto à realidade local e, sobretudo, ao que era o ideal urbano daqui. Daí que procuravam mostrar os porquês da tomada de atitudes como as relacionadas à instalação de câmeras, à maior presença da polícia e ao con-

trole de quem poderia (ou não) estar em determinados espaços. Daí uma síndica, como Marlene Bastos, ter que se mobilizar para transmitir aos novos moradores a relevância do espaço onde moravam, indicando a suposta relação entre determinadas práticas e a perda de elementos positivos característicos da cidade, dos blocos, da quadra – a cidade que não deveria, em suas palavras, transformar-se em um cortiço.

Essa Brasília anterior é também a que era procurada para inspirar a Brasília que se gostaria que fosse a do futuro. Se pensamos, por exemplo, na funcionalidade do centro exemplar, o *Negara*, de Geertz (1999), como esse espaço novo que irradiaria uma nova forma de viver o mundo, podemos pensar que, aqui, o centro é também um índice temporal, de constituição de um período específico de tempo a partir do qual se tirariam os elementos que, se replicados e minimamente atualizados, poderiam ensejar uma outra cidade. Um resgate do antigo, por assim dizer, em direção aos tempos que virão. Quem sabe, cogito, a cidade não voltaria a ser, inclusive, um exemplo (maior ainda) para as demais?

Brasília continuaria, pois, fiel ao seu princípio modernista, seja pelos seus chãos livres, pela separação do trânsito pedestre do tráfego automotivo, na superquadra, seja pela sua aspiração a não ser uma metrópole, na escala de seu Plano Piloto. A densidade do espaço mantida em baixos níveis para o controle da qualidade de vida. Seja, em especial, pela necessidade permanente de atualização e de apropriação do espaço como seu. As superquadras como um modelo de sociabilidade não de todos no sentido amplo, mas de todos que nela moram e que contribuiriam para a sociabilidade desejada e projetada. Não seria muito diferente, nessa linha de raciocínio, do que preconizavam os modernistas planejadores da cidade, que a previram numa escala que não a metropolitana dos grandes centros produtivos e de abastecimento, mas como a cidade que provaria a virtude da escala reduzida de circulação, de recreação e do trabalho. Os limites de expansão como dados de antemão.

Mas, Brasília é mais do que uma, ainda que possa ser convergente a esses parâmetros. O que me mostraram os moradores do Sudoeste e do Noroeste é que a base super-

quadra poderia ser levada em outra direção, porquanto atrelada a circuitos comerciais, financeiros e a uma vida que se pretendia mais individualizada, quer fosse no interior dos apartamentos, entre os membros de uma família, quer fosse no espaço de um bloco residencial, que se julgava mais conveniente quanto mais equipado com ofertas de equipamentos de lazer, de brinquedos infantis, de estacionamentos particulares, de piscinas, de academias.

Não se tratava, a meu ver, de homologia estrita entre o que vendiam as propagandas imobiliárias, com a costumeira tendência de anunciar um espaço como o “melhor para o comprador” e de exagerar muitas das benesses infraestruturais de um apartamento, de um prédio, como se a venda fosse feita porque totalmente adequada à demanda. Poderíamos, fosse isso, tomar as propagandas como sinônimos de um modelo de vida, de valores, de projetos, de sonhos. O que era vendido era, em primeira instância, parecido com os símbolos pretendidos de uma vida urbana, mas numa amplitude exagerada, catapultada, de oferecer o máximo possível de bens simbólicos e arquitetônicos, como uma demonstração de que a aquisição de um imóvel elevaria o indivíduo e sua família a um outro patamar de usos. Alguns dos moradores, e não foram poucos, indicaram que não utilizavam toda a oferta de seus edifícios, a não ser pontualmente, e, quando assim, de alguns equipamentos, não de outros – o filho que vai para a brinquedoteca, o churrasco anual com um grupo de amigos nos espaços de convivência; as partes vividas, no interior de um todo do bloco residencial. A propaganda não como sinônimo, mas como um chamariz e baseado em alguns pressupostos sobre o que seriam os moradores e o que gostariam de possuir.

No geral, contudo, o que destacavam de benéfico dessa cidade atualizada era a articulação entre escalas menores e maiores de circulação e consumo – a oferta próxima de espaços de compra, encontro, lazer, e não tão distante de espaços deste tipo. A proximidade do trabalho e da escola, de um parque, de academias, dos amigos com os quais normalmente se convivia. Uma cidade que lhes permitia tanto a vida cotidiana quanto lhes colocava muito próximos de uma rede já estabelecida de conhecidos e de

amigos, de familiares. Nem uma cidade pequena, na qual se conhece tudo e a todos, nem uma imensa, na qual se correria o risco de ficar anônimo, muito longe de tudo.

A superquadra, aí, menos pelas ocasiões públicas de convivência com desconhecidos, e mais quanto uma forma de diminuir e aumentar os laços, na medida ótima do desejado. Se as escolas públicas não eram mais parte de seus projetos, por que, afinal de contas, estariam ali localizadas ao lado de seus blocos, ao lado dos espaços poliesportivos? O inverso, claro, podendo ser dito das escolas particulares: elas poderiam e deveriam estar ali, num acoplamento, no espaço, da sociabilidade vivida e, mais do que isso, que estava entre seus ideais de vida na cidade.

A proximidade permitia aos moradores que tivessem, em especial, controle sobre a organização de seu cotidiano. Esse argumento era mais evidenciado no caso de famílias que haviam se mudado de Águas Claras para o Sudoeste e para o Noroeste. Ainda que seus prédios tivessem, nas moradias anteriores, espaços de lazer, de esportes, de convívio, fossem murados, vigiados, ir e vir para o Plano, onde, no geral, trabalhavam, tornou-se um hábito muito dispendioso, tanto em termos financeiros quanto, sobremaneira, em termos de tempo. Uma hora para ir, uma hora para voltar, às vezes muito mais, em decorrência de acidentes, de obras, da chuva. Se havia um apartamento similar no Noroeste, por que não se mudar para ele, então?

O raciocínio, se posto como lógico, como parte de um planejamento racional, era calcado na raiz simbólica, nos objetivos de se aproximar dos “seus”: da família, dos amigos, dos conhecidos, dos bares, dos restaurantes. O Noroeste foi para muitos uma “oportunidade” que há muito vislumbravam: um novo bairro, ainda que caro, com muita oferta de novos imóveis, algo que se imaginava ser relativamente impossível para as imediações do Plano Piloto, ou considerado saturado ou com apartamentos não tão convidativos (velhos, sem garagem, quentes, etc.).

Morar nele, e no Sudoeste, ampliava, ainda, seu leque de escolhas, consideradas tão necessárias a essa forma de se viver a vida. Tinham, com seus imóveis, chance de

almoçar com a família, ir à academia depois do trabalho e chegar cedo em casa, ir ao mercado não era mais um desafio tão grande quanto era antes. O carro, sim, ainda era o meio preferencial de transporte, mesmo que com um certo aumento da vida pedestre, sobretudo nos finais de semana ou, para aqueles com cães, nos passeios diurnos e noturnos.

Para os moradores mais antigos do Sudoeste, contudo, nem tudo eram flores. O crescimento do bairro, argumentaram, tinha prejudicado alguns dos elementos que, antes, eram muito marcantes do espaço. Havia comércio, havia lojas, mas elas não estavam sempre cheias. Havia trânsito, havia carros, mas não na intensidade e na quantidade daquele momento. A incorporação de outra superquadra residencial, próxima, como a das quadras 500, seria, para alguns, uma pá de cal nessa sociabilidade que já se tornava quase nostálgica, de um bairro antes excelente se encaminhando, pouco a pouco, para ser apenas mais um. João Pereira, ex-presidente da Associação de Moradores do Noroeste, disse-me algo nessa linha, ao afirmar que a construção de blocos de apartamentos de um e dois quartos prejudicaria o trânsito do bairro e traria “muito movimento” à região, com os mesmos problemas vividos, por exemplo, pela Asa Sul, onde não se achariam mais vagas para estacionar e onde os moradores conviveriam com os barulhos de restaurantes e bares durante as noites e aos finais de semana.

Um bairro ideal, para alguns, não era apenas um bairro que fosse vivido somente com pessoas que se conhecia e longe de problemas que ou se associava à “periferia”, ou às grandes cidades ou aos espaços anteriores de moradia: era, também, um espaço não muito grande, um espaço de poucos. A Brasília querida, aqui, como aquela mantida num limite ótimo entre a abertura ao consumo e a possibilidade de controle da rotina.

Morar perto era, portanto, estar mais apto a poder negociar o tempo.

Esta é, a meu ver, uma dimensão relevante do processo de segregação em Brasília. Quando há um movimento de expansão de Brasília para os espaços do Plano Piloto, em torno da superquadra, o tempo é tão relevante quanto o espaço porque a proximidade

implica, ou se afirma que implica, ter mais controle de si e dos que convivem diretamente consigo. Se antes faltava tempo, agora o tempo poderia sobrar e ser aproveitado para um curso que há muito se gostaria de ter cursado, para uma aula extracurricular da filha, para duas, três aulas de música para o filho, para um bar noturno em plena terça-feira, para a prática esportiva no sábado pela manhã, para a ida à padaria antes do amanhecer, para a corrida antes do trabalho.

Um tempo que pode ser medido em termos dos trajetos, mas que tem relevância gigantesca em como se entendiam as trajetórias individuais e familiares. Estar no Noroeste, no Sudoeste e na Asa Sul era poder se preocupar mais com o que importava e aproveitar a cidade com que tinha de melhor – ao mesmo tempo, fugir do que ela tinha de pior.

Trata-se de uma situação relativamente distinta da reportada por Caldeira (2000), que argumentou que os condomínios serviam de enclaves fortificados porque, particularmente, permitiam que seus moradores fugissem da face pública do espaço urbano. No que percebi, em se tratando das camadas médias e das camadas altas de Brasília, a face pública não seria, por natureza, um problema. Antes o seria em termos de sua composição e de grau. Explico.

Enquanto composição, me refiro a quem está, a quem frequenta e em como frequenta o espaço público: à presença e à ausência de forasteiros e de comportamentos e práticas indesejáveis, não desejáveis. O pilotis livre seria uma qualidade única da cidade, uma particularidade de seu espaço e uma prova viva de uma história que é vivida e, também, atualizada, mas que precisaria ser preservado, não corrompido, mantido sob controle: câmeras, horários, placas de sinalização, alertas de porteiros e zeladores. As praças esportivas, idem. A escola pública, vimos, em muito parecia contribuir, conforme se via, para essa suposta degradação do espaço público e para a necessidade de vigilância estrita de seus estudantes. A presença de pessoas em situação de rua poderia ser considerada segundo esses mesmos parâmetros.

Enquanto grau, me refiro à intensidade da ocupação. O Sudoeste era bom quando menor, o Noroeste estaria crescendo de forma muito rápida e ainda sem todas as promessas feitas (sem o Parque Burle Marx, sem as lixeiras subterrâneas). A Asa Sul teria muitos problemas com a perturbação do sossego, “ninguém” mais conseguiria estacionar, a polícia tinha que ser chamada recorrentemente para conter a barulheira do bar vizinho, da festa fora de hora.

A presença de mais pessoas, de mais atividades, de mais fluxos, de maior movimento, poderia, portanto, engendrar a desestabilização da vida cotidiana, de sua ordem e de sua tranquilidade. Se não controlado, até onde esse esgarçamento seria levado? Se os moradores não se preocupassem com sua própria vizinhança, reclamou Marlene Bastos, o que a cidade viraria?

Na articulação entre graus e composições, entre as escalas e as vidas cotidianas, sujeitos e suas práticas, pessoas e seus corpos, a segregação é produzida. Um processo que é feito no espaço e ao longo do tempo, ou, melhor dizendo, entre espacializações e temporalizações particulares. A vida em superquadra era boa ou excelente não apenas porque traduzia, em alguns sentidos, os valores individuais de seus moradores, mas porque sua expansão, na cidade, era entendida como possibilitada por eles.

Há uma inversão lógica nesse ponto: não a cidade que é oferecida e é necessariamente vendida, mas a cidade que se conquista. Essa expansão valorativa, sobre o espaço urbano, é apontada em duas direções básicas: uma, de criar distanciamento do que não é necessário e do que é indesejável; outra, de se aproximar do que é considerado necessário e do que é desejável. Como apontaram Machado e Magalhães (2010), trata-se de aproximar e se apropriar do espaço com referências simbólicas particulares de estilos de vida que, sendo heterogêneos, convergem em muitos sentidos e em muitas práticas. Essa expansão, no entanto, não é feita sobre espaços “vazios” ou totalmente desocupados, ainda que a tentativa de esvaziamento e de deslegitimação de determinadas formas de moradia seja possível. As primeiras notícias, veiculadas em jornais locais, mas também por moradores, em relação à ocupação indígena no Noroeste,

eram, a título de exemplo, de que ela era transitória e recente, sem que fosse possível caracterizá-la como uma ocupação tradicional (Januzzi, 2016a). Sobre a moradia de catadores de materiais recicláveis, houve recorrentes tentativas de se rotulá-la a partir do signo da “invasão” (Matias, 2018).

Essa expansão não se encerra com o término das obras de um bairro. Na Asa Sul, as tensões e os conflitos com desviantes e indesejáveis me parecem ser uma indicação de que há mais do que desencontros cotidianos e de que mundos simbólicos são, em primeira instância, aqueles que entram em colisão, em especial nos casos em que os agentes são moradores e forasteiros. A ausência de escolas públicas em espaços de camadas médias e altas, nessa toada, não é nada casual; trata-se de uma expressão de valores e de processos em jogo e em movimento. Sua ausência física é parte de uma presença espectral, nos modos como se articula na formação biográfica das trajetórias e dos trajetos de moradores e moradoras.

Por isso, argumento que a experiência urbana da superquadra em Brasília é atravessada por *efeitos escalares*, categoria com a qual procuro demarcar que as decisões, as alianças e os projetos traçados por um conjunto de pessoas se alastram no espaço, produzindo formas em particular de se ocupá-lo, mas também de se concebê-lo. Consideradas suas múltiplas interações e as suas muitas contradições, a superquadra pode ser utilizada como uma forma de expropriação e de segregação de outros corpos e outros sujeitos, com suas experiências, nesses espaços, sendo consideradas liminares ou estreitamente vinculadas a relações mediadas pelo trabalho, pelo emprego ou pela amizade.

Daí ser possível dizer que as superquadras também têm um tempo particular de sociabilidade, vinculado ao ir e vir do trabalho, ao ir e vir da escola, à circulação em torno do consumo, ao lazer e à convivialidade de seus moradores. Um tempo variado, claro, e que é atravessado por dimensões da vida urbana, como a da escola pública, a do futebol num campo de terra, a do “morar na rua”, por sujeitos que têm outros tipos de vínculos com a superquadra e que produzem de outros modos, ainda que nela não tenham um apartamento. Essas dimensões são, também, por conta desses cruzamen-

tos de diferentes pertencas ao espaço e de diferentes formas de ocupá-lo, marcadas por temporalidades variadas. Singularmente, a rotina de um estudante de Centro de Ensino Fundamental é distinta à de um estudante de Ensino Médio e ambas são bem distintas às de moradores adultos dos apartamentos. Os operários que trabalham nas obras de blocos residenciais – e aí não somente no Noroeste, que ainda tem muitos blocos para serem construídos, mas também na Asa Sul e no Sudoeste, com as obras em reformas – seguem uma rotina diferente daquela vivida por moradores, por adolescentes, pelos indígenas, por aqueles e aquelas que moram na rua.

Quando os moradores e as moradores se opunham à escola pública, não apenas na fala, mas em suas práticas cotidianas, estavam tentando totalizar sua experiência urbana (heterogênea) sobre forasteiros e, em outro nível, sobre forasteiros indesejáveis. Tentavam totalizar tanto formas de uso do espaço quanto o tempo (a temporalidade!) de se vivê-lo. É esse o argumento de Silva Telles que repito aqui, depois de trazê-lo no primeiro capítulo: “Tempos biográficos e tempos sociais se articulam na linha de sucessão (das genealogias familiares e suas trajetórias), mas também supõem uma espacialização demarcada pelas temporalidades urbanas corporificadas nos espaços e territórios da cidade (2006, p. 70)”.

Totalizar uma temporalidade é englobar a experiência diversa a partir de uma unidade, é procurar, de forma ativa ou mesmo casual, que um estilo de vida – ou um conjunto (heterogêneo) de estilos de vida, vinculados, por sua vez, a um cotidiano e a uma categorização do tempo (de trabalho, de estudos, de lazer, de encontros com amigos e colegas) – possa ser compartilhado entre desejáveis e entre moradores. Decerto, essa totalização tem seus efeitos escalares e espaciais, na medida que pode entrar em contato ou em ruído com outras formas de se viver e se estar no espaço.

Uma experiência urbana vista como desejável, nesse processo, torna-se o parâmetro a partir do qual a cidade, ou aqueles espaços que interessam a um conjunto de pessoas, sejam aqueles imediatamente espaços vizinhos e/ou aqueles que se frequenta com mais regularidade, tem de ser conformada. Moradores do Sudoeste, em mais de um

exemplo, destacaram que um novo espaço de superquadras, próximo ao bairro, poderia ser inconveniente, porque traria mais trânsito e “bagunça”. Há um cálculo aqui. Se vieram para “cá”, para onde moro, mesmo que sejam pessoas que mantêm hábitos parecidos com os meus e os de minha família, o espaço poderá ficar saturado, cheio, desconfortável.

Nesse “cálculo”, os benefícios da superquadra, se estendidos a muitos, poderiam ser perdidos, ou, no mínimo, tornarem-se menos numerosos. Novos moradores poderiam potencializar a oferta de bens de consumo, a proximidade em relação aos espaços de trabalho e de lazer estaria mantida, mas a qualidade de vida sofreria um abalo. O argumento pode ser estendido às escolas públicas e à sua presença (física ou holográfica). Afastar-se dessas temporalidades é um modo, portanto, de totalizar uma experiência urbana sobre outras; de englobá-las a partir de um referencial. Nesse movimento processual, alguns podem ser jogados para outros espaços, próximos ou mais distantes.

A situação do “acordo” com povos do Santuário dos Pajés é outro dos exemplos desse procedimento. Porque protegidos por uma série de dispositivos constitucionais, legais e infralegais, sua remoção foi sempre acompanhada de uma série de órgãos de Estado, contrários ou favoráveis às intenções de empresas do mercado imobiliário em sua Terra. Os que se foram, não foram para longe. Estão ali, próximos ao Santuário, num espaço conhecido como Arie Cruls¹⁰⁰. Estão, logo, em um espaço que *não é* o Santuário, nem é seu vizinho imediato. De alguns modos, saíram de vista, da observação cotidiana dos moradores.

100 Arie é a sigla para Área de Relevante Interesse Ecológico. Esse espaço é gerido pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão local responsável pela administração da política ambiental no Distrito Federal, desde seus aspectos regulatórios até a promoção de atividades pedagógicas em torno do tema. A Arie está localizada, como corredor ecológico, entre o Setor Noroeste e o Parque Nacional. É nela que estão as moradias provisórias para os indígenas que saíram do bairro e é nela que serão, em tese, construídas suas moradias definitivas, cuja obrigação de construção está a cargo, no momento, do governo local. Ver em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/03/09/terracap-licitacao-para-construir-casas-permanentes-em-reserva-indigena/>. Acesso em 02 jul. 2021.

Nesse emaranhado de relações e de mundos, o fato de Brasília ser um patrimônio cultural, oficializado pelo Estado e por órgãos internacionais, tem seu peso. Embora esse elemento discursivo não tenha sido uma moeda corrente em minhas conversas, é de se ponderar que não é de hoje que se apontam as complexidades, as tensões e contradições em torno do uso do patrimônio. A superquadra, no limite, se é valorizada como uma forma de viver, é também valorizada porque essa forma foi reconhecida e validada segundo a ótica do patrimônio. Afastar a violência, determinados usos do espaço, conter o avanço do mercado imobiliário: todas essas são ações que podem ser mobilizadas como medidas de preservação e de conservação da Brasília “planejada”, da Brasília-exemplar e da Brasília erigida entre a nostalgia e o futuro desejado.

Pondero que a questão de haver um projeto original para Brasília a ser fielmente seguido é, em última instância, relativizável, por conta das emendas e arranjos que Lucio Costa mesmo propôs para a cidade ou com as quais ele concordou, vindas de órgãos públicos ou não. Entram também as próprias mudanças feitas já nos primeiros momentos da obra, como a inclusão das superquadras 400 no espaço do Plano Piloto (com seus blocos de três andares) ou o deslocamento do eixo residencial para oeste, afastando-o do Lago Paranoá. O argumento de “fidelidade” é um argumento de defesa de uma ideia de cidade – a partir do modo como vejo o projeto original, posso argumentar favoravelmente a uma ou outra forma de a cidade se expandir (ou, pelo contrário, ficar como está). Lucio Costa mesmo cooperou com essa flexibilidade discursiva, claro.

Quero também deixar mais evidenciado que isso é parte da própria constituição do espaço urbano de Brasília, em que a gramática modernista – e patrimonial – é um agente discursivo de relevância. Se quero expulsar crianças do bloco, posso dizer que isso estava mais ou menos presente no projeto, se quero mandar uma grande empresa do capital imobiliário às favas, igualmente, e daí por diante... O patrimônio pode ser usado, portanto, de diferentes maneiras (Holanda, 2020; Patriota de Moura; Peixoto; Derntl, 2021; Sinoti, 2005; Vasconcelos, 2013), mas muito marcadamente está atrelado

à constrição, isto é, como uma forma de demarcar usos, conter pessoas, de direcionar espaços – uma forma, como diria Foucault, de governamentalidade (Foucault, 2008).

A gramática modernista, como a entendo, é um conjunto de movimentos, feixes, sínteses e alianças discursivas que definem formas mais ou menos apropriadas de o espaço ser ocupado, que indica, por meio de regras, prescrições, tomadas de decisão, ofensas, xingamentos, incômodos, o que pode ou não ser feito, usado, vivido. Estamos, claro, falando da superquadra, mas singularmente de sua abertura e de seu fechamento, dos modos como pode ter mais ou menos gente e, principalmente, quais são as gentes que podem nela estar, fazendo o quê, a que horas, com quem. Lucio Costa, tanto como outros que o precederam, é um personagem importante nessa articulação, mas não está sozinho, nem muitas vezes tem todo o peso que se poderia atribuir a priori. Um síndico, hoje, pode ser tão ou mais relevante, em termos de coerção, quanto um texto, uma frase do arquiteto-planejador; digo o mesmo de placas e de intervenções de porteiros e da polícia, agentes mediadores da produção espacial da cidade.

Todos esses direcionamentos – e a gramática modernista – são, como procurei deixar marcado, constituintes da autossegregação escolar, com a qual chamo atenção tanto para as escolhas das camadas médias e altas de Brasília, moradoras de superquadra, em relação à escola, quanto para suas não-opções. A autossegregação é, também, um processo que exige, como vimos com quase todas as famílias, constante mobilização, ponderação, que é marcado por tensões intrafamiliares, desavenças, e que é, fundamentalmente, atravessado por projetos de vida e em relação à cidade. Escolher uma escola é uma ação que, se pontual, tomada em algum momento específico da vida, diz respeito às trajetórias trilhadas e as que se quer trilhar, ao que se fez e ao que se quer fazer; ao mesmo tempo, ao que não se fez e ao que não se quer que seja feito. Aproximar-se e afastar-se, por assim dizer. A autossegregação é, claro, uma parte da segregação como um todo.

Por fim, a segregação enquanto processo, argumento, é socioespacial na medida em que é espaço-corporal. A produção da superquadra é a produção de corpos que estão

e que podem estar nela, seja na Asa Sul, no Sudoeste, no Noroeste e, não por menos, no Setor Octogonal – ao longo do tempo, pela experiência cotidiana, pelo exemplo de familiares, pelo noticiário, por estatísticas, pelo “ouvi falar”, pelo “você sabe como é”, vai se definindo quem e como o espaço pode (e deve) ser vivido. Um uniforme com a logomarca da Secretaria de Educação foi, como vi, muitas vezes a diferença entre o tratamento concedido a crianças e adolescentes. Não somente. Porque o uniforme pode vir acompanhado (ou não) de um corpo negro, de um corpo que, de uniforme, é racializado e visto, a depender das circunstâncias, como desviante, indesejável – impróprio.

Corpo, movimento e espaço estão em constante interação, sob distintos signos, simbolizações, sob diferentes temporalizações e escalas (sobre o “vazio”, sobre projetos, sobre sonhos). Leis, portarias, códigos escritos ou não, eventos, circunstâncias, pessoas, deuses, cerimônias, tarefas diárias, vestibulares, uniformes, peixes ornamentais, ônibus, passagens, planos, mapas, fotos, câmeras, cheiros, sons, frutas, plantas, são todos elementos que são articulados e desarticulados entre si, constante e variavelmente. Com eles, podem aparecer as Brasília de muitas pessoas, desde aquelas mais abertas, flexíveis, àquelas encerradas por cercas e super vigiadas. Podem aparecer outras Brasília, invisíveis, deslocadas, dependendo do modo como se as observa e as descreve. Outras Brasília que constituem o espaço em si da cidade e fazem dela mais múltipla do que muitas vezes se pensa que é e mais segregada do que se pensa que pode ser. A Brasília que emerge depende do fragmento que é totalizado, das temporalidades produzidas, das espacialidades que são postas sob interação, do que se procura limitar, daquilo que se quer abrir, das escalas urbanas em produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim que decidi, nos idos de 2018, que sairia à procura etnográfica das relações entre a escola pública e os espaços da superquadra, tinha em mente que muitos outros fenômenos poderiam surgir a minha frente. Essa diversidade fenomenológica poderia guardar muitas semelhanças com o meu tema de pesquisa ou, ao contrário, ser completamente alheia, vez que a cidade abre um leque de possibilidades grande em termos de investigação etnográfica.

De certo modo, consegui, ao longo desses últimos anos de ida a campo, encontrar muitos desses meandros do que chamei de processos de segregação e de autosegregação em Brasília. No limite, contudo, preciso ressaltar que a definição desses processos, e suas leituras possíveis, surgiu a partir do imbricamento entre escolas e o espaço público, mas também a partir de uma extrapolação dos sentidos, dos significados e das práticas em torno da escola (pública e privada). Não empreendi uma pesquisa etnográfica com estudantes de escolas, afinal, senão uma a partir das escolas como um ponto de referência.

Não poderia deixar de falar, ademais, que a pandemia de covid-19 pode ter trazido formas de ocupação da cidade, de produção de seu espaço e da segregação que ainda desconhecemos. Num espaço em que a presença ou a ausência de escolas engendra algumas formas de se relacionar com o espaço e com os outros, não é de se descartar que a emergência de aulas a distância, do chamado sistema remoto, pode ter tornado a cidade uma coisa diferente da que descrevi. Isso apenas saberemos quando os isolamentos físicos a que estamos ainda sujeitos puderem ser relaxados em escala mais abrangente. Que cidades poderão surgir num tempo *pós-pandemia*? Que Brasília surgirão? São perguntas que já podemos nos fazer, mas cujas respostas serão dadas com o tempo.

Mesmo esse ponto de referência das escolas, como procurei ressaltar, se tem um impacto grande na sociabilidade cotidiana, na vida de moradores e moradoras, não diz *tudo* sobre o espaço. E é óbvio que assim seja. Não falei muito diretamente com estudantes, fossem crianças ou adolescentes. Em muitas ocasiões, estavam em seus quartos, ou não estavam em casa. Com exceção de algumas oportunidades em que pude acompanhar os estudantes do CEF 02, ainda em 2018, durante alguns intervalos entre aulas, foram raros, posteriormente, os momentos em que um adulto não estava presente. Essa é uma tese que fala de educação, sim, e de modos de subjetivação dela no espaço público, mas, sobremaneira, a partir de como adultos a significam.

Em relação a este encadeamento, preciso fazer mais um aparte. Esse recorte metodológico – que não deixa, claro, de ser uma restrição no olhar – permitiu que trouxesse à tona uma série de trajetórias de vida, reunidas não apenas num indivíduo. Eram trajetórias de famílias, biografias individuais e coletivas, muitas delas de duas a três gerações atrás das pessoas com quem conversei. Quando perguntados sobre a escolha da escola de seus filhos ou das possibilidades de vida na superquadra, falavam *pelos* filhos, muito pouco *com* eles. Essa modulação, no entanto, não é tão simplória quanto parece. E isso, a meu ver, tem relação com uma característica que me pareceu muito marcante nas conversas com os grupos domésticos.

Ainda que mães e pais afirmassem, a todo momento, que estivessem levando em conta a opinião de suas filhas e de seus filhos na tomada de decisão de uma escola, *o quanto* a levavam em conta, afinal? Não tenho como afirmar com absoluta certeza a extensão da liberdade concedida na escolha. Posso, contudo, conjecturar que, tendo seus depoimentos como base, essa flexibilidade de escolha repousava, em primeira instância, em certos parâmetros simbólicos.

Falo dos *valores* e dos *projetos* dessas famílias, como matizados a partir de seus passados e em torno de seus futuros, tanto com relação a suas próprias vidas quanto com relação ao espaço da cidade. Uma escolha que fugisse desse escopo, que saísse dessa curva valorativa, seria tolerada até quando e em que medida? Pensemos com um exem-

plo. Muitos foram os casos de famílias que indicaram que seus filhos são quem, de fato, fizeram a escolha de seus colégios, seja porque gostariam de ficar perto de seus amigos, porque queriam se afastar de más companhias, ou, ainda, porque queriam “pegar mais pesado nos estudos”, como me disse uma mãe de um menino que decidira, no início do primeiro ano do ensino médio, cursar medicina – um caso que não está, aliás, entre as entrevistas tematizadas no quarto capítulo. E se a escola que indicassem esses jovens fosse a escola pública? Entendo que a questão pode soar absurda e impensável. Afinal, os filhos fariam esse tipo de opção? Ou sequer a considerariam como uma alternativa, como seus pais? Se a considerassem, contudo, teriam a coragem de propô-la aos seus familiares? E eles a acatariam?

Estamos no terreno das hipóteses, do *se*, e qualquer resposta é provisória e incerta. No entanto, com elas, destaco que a experiência que me narraram essas famílias é, também, baseada numa série de hipóteses e assunções sobre suas vidas, bem como de alternativas e não opções para elas. Se adultos me garantiram que a escolha individual de seus descendentes foi o fundamento das decisões familiares, não há como discordar em absoluto. A questão, entretanto, é de que a escolha, para os adultos, pareceu-me delimitada a priori – e aí, a própria leitura de suas vidas como um todo mais ou menos coerente tinha seu peso relevante. Em suma, não há respostas para perguntas que nem são feitas.

Esta delimitação resta, portanto, ser explorada como uma via de investigação etnográfica, algo, por exemplo, realizado por Jaramillo (2016), em estudo etnográfico com jovens argentinos. Na ocasião, o autor pode atentar para os movimentos urbanos como vistos e categorizados *a partir* da experiência juvenil, nos múltiplos sentidos do *andar* no bairro. Foi aí que pode perceber, ainda, como a experiência urbana desses meninos e meninas era demarcada por um recorte de gênero e pela redefinição constante de suas identidades. A etnografia de Gilberto Velho (1998) sobre o uso de tóxicos no Rio de Janeiro é outra entre os muitos exemplos de como acessar a diversidade e a unidade a partir das perspectivas de sujeitos na cidade.

Parece-me, pois bem, que uma forma de complementar, ou mesmo de colocar minhas afirmações em perspectiva, é compreender a experiência urbana *a partir* de como vivida por crianças e adolescentes. Essa tentativa foi feita por Silva (2019) e Castor (2020), junto aos estudantes do CEF 02 e do Elefante Branco, com o acompanhamento dos trajetos urbanos desses adolescentes. Calaf (2007) trabalhou com a Galera do Gramado, um grupo heterogêneo de meninas e meninos de rua, moradoras de espaços próximos à região central do Plano Piloto. Em seu trabalho, atentou para os diferentes valores presentes entre eles e elas, relacionados às formas com as quais vivem a cidade e pelas quais a cidade se faz com esses sujeitos, para os quais a sexualidade e a infância estão em permanente negociação. Belisário (2016), por sua vez, fez etnografia com moradores de um assentamento em Brazlândia, no Distrito Federal. O autor percebeu que ser criança e ser adulto não são condições apriorísticas, senão ontologias em produção a partir de suas experiências com a terra e em meio a *brincadeiras*.

O que poderia, então, ser dito da escola na superquadra (ou de sua ausência) quando passamos a ouvir crianças e adolescentes das camadas médias e altas? A compreensão etnográfica de suas vidas cotidianas no espaço público da superquadra pode abrir muitas frentes analíticas, em convergência ou em contraponto ao que afirmei com relação à perspectiva e ao projeto desses grupos domésticos. Com essa possibilidade investigativa, teríamos a perspectiva, ou antes, as perspectivas, de outras Brasília vividas dentro da superquadra, em se pensando ainda em moradores, não em forasteiros, com comportamentos mais ou menos desviantes. A própria noção de desvio poderia perder aí muito de sua rigidez, vez que estaríamos lidando com outros sentidos e processos de produção da segregação.

A relação entre o que é desviante ou não, e entre o ser forasteiro e o ser morador, podem ser refletidas, também, a partir das vivências de porteiros, de empregadas

domésticas, de “moradores de rua”¹⁰¹, algo que em alguma medida já vem sendo feito na antropologia urbana e em estudos urbanos, no geral, mas que pode ter, em Brasília, suas peculiaridades. Saber se elas existem e quais são seus contornos e suas intersecções é, decerto, um projeto investigativo que merece atenção. Quanto a essas possibilidades, faço o mesmo aceno em relação à experiência urbana, na superquadra, de corpos lidos como negros. Não há a menor dúvida de que minhas conversas trazem uma perspectiva racializada da cidade, na medida em que consegui trazer à tona a vida cotidiana como vivida, em grande parte, por pessoas brancas (segundo se declararam ao longo das conversas ou segundo minhas observações).

As vivências de Manuel Silva, morador da Asa Sul, e de Catarina Carvalho, moradora do Sudoeste, pessoas que se afirmavam como negras, já foram um indício, para mim, de que há uma multiplicidade de vivências que resta ser observada. Por mais estatisticamente branco que seja o Plano Piloto, e que sejam suas superquadras, e talvez por isso mesmo, a compreensão das heterogeneidades e dos processos de segregação e de autosegregação, de forma mais profunda, exige atentar para vivências que podem não corresponder, ou corresponder menos, a esses projetos como me foram relatados.

Não por menos, considero que são igualmente válidas e possíveis pesquisas etnográficas que apontem as formas de produção do gênero no espaço urbano de Brasília. Manuel Silva fez essa referência explicitamente, quando indicou que sua companheira poderia ter uma sensação de medo distinta da que ele tinha e da que tinham outros moradores do Plano Piloto. Decerto, falar que o Plano é seguro ou inseguro, ou que ele é vazio ou plenamente ocupado, se são afirmações incrustadas na classe, na raça, em valores e em projetos, são afirmações também desde um ponto de vista generificado.

Por mais que boa parte das pessoas com quem conversei tenha sido mulheres, não posso negar que muito do que me disseram e da forma como se expuseram pode guar-

101 Ver, por exemplo, a coletânea *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre* (Dorneles; Obst. Silva, 2012), em especial a reflexão trazida por Schuch e Gehlen no capítulo *A Situação de rua para além de determinismos*.

dar relação elementar com o fato de que o que me foi dito pudesse ser dito de forma diferente a uma pesquisadora mulher, ou a uma pesquisadora mulher e mais velha. Daí ser possível pensar, também, neste outro marcador da vida cotidiana na cidade: a idade, ou a geração. Depender ou não de alguém para caminhar na cidade, poder dirigir com mais ou menos autonomia, os espaços que se frequenta na superquadra, nas quadras comerciais, os tipos de atividades cotidianas realizadas, a dependência ou não de uma aposentadoria (de altos ou de baixos valores): todos são elementos que, em alguma medida, podem abrir caminhos reflexivos em torno de meu argumento.

Assim, poderemos ver essas outras cidades vividas num espaço que segrega e é segregado, numa conformação simbólica de pessoas que procuram de muitas formas tornar seu espaço menos impróprio e mais seguro, mais próximo e com maior qualidade de vida. Por mais comuns que sejam os projetos de vida com os quais tive contato, bem sei, portanto, que leituras individuais poderiam me dar outras perspectivas analíticas e, ainda, que leituras corporificadas, digamos assim, abririam margem para outras compreensões do espaço urbano.

De resto, todos esses apontamentos de pesquisas futuras teriam por base analítica, e etnográfica, fundamentalmente, as relações de produção do espaço, a partir de determinados segmentos de camadas médias e altas, ou a partir de outros sujeitos que se movimentam em espaços ocupados por essas camadas. A partir desses sujeitos, poderemos compreender, de variadas formas, como são tecidos e cruzados o tempo e o espaço, tempos e espaços. Estou falando das relações entre trajetórias individuais, familiares e coletivas, de trajetos feitos na cidade, dos movimentos, das alianças, das práticas, das “escolhas”; das relações entre a segregação e a autosegregação num processo que, se é determinado por efeitos escalares, não é de todo definido. Resta saber quais são e como são as outras formas de espacialização do tempo e de temporalização do espaço, já que, em primeira instância, como apontou Lucio Costa, a despeito de todos os planejamentos e de planos, de todas as tentativas de totalização, a vida brota.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- AGUEDA, Rodrigo Cerqueira. *Do Leblon ao Novo Leblon: experiências de fechamento e o processo de expansão urbana em direção à Barra da Tijuca (RJ)*. 2021. 186 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia, com concentração em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- ALCÂNTARA, Manoela. Vendas no Noroeste e Samambaia fazem mercado de imóveis no DF crescer 46%. *Metrópoles*, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/vendas-no-noroeste-e-samambaia-fazem-mercado-de-imoveis-no-df-crescer-4>. Acesso em 09 jun. 2021.
- ALEX DA GUIA, George. *Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades sócio-espaciais no aglomerado urbano de Brasília*. 2006. 182 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ANDRADE, Joaquim Pedro de. Brasília. *Contradições de uma cidade nova*. Direção de Joaquim Pedro de Andrade, Produção de Filmes do Serro (RJ) e montagem de Bárbara Riedel. Brasil, 1967, 23 min.
- ARAGÃO, Luiz Tarlei. Brasília: utopia nos trópicos ou metáfora de uma nação. In: _____. *Coronéis, candangos e doutores: por uma antropologia dos valores aplicada ao caso brasileiro*. Edição, introdução e comentários de Luiz Eduardo Abreu. Curitiba: Appris Editora, 2018b. p. 197-221.
- ARAGÃO, Luiz Tarlei. *Coronéis, candangos e doutores: por uma antropologia dos valores aplicada ao caso brasileiro*. Edição, introdução e comentários de Luiz Eduardo Abreu. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- ARANTES, Antônio. A Guerra dos Lugares: Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminaridades no Espaço Urbano. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 23, p. 190-203, 1994.
- ÂREAS PEIXOTO, Fernanda. Apresentação. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 2, p. 7-10, 2018. Dossiê Michel de Certeau
- ÂREAS PEIXOTO, Fernanda. Relembrar Michel de Certeau. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 2, p. 96-109, 2018. Dossiê Michel de Certeau
- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Penguin, 2016.
- BARTHOLO, Tiago Lisboa; KOSLINSKI, Mariana Campelo; ANDRADE, Felipe Macedo de; CASTRO, Daniel Lopes de. Segregação Escolar e Desigualdades Educacionais

no Início da Escolarização no Brasil. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v. 18, n. 4, p. 57-76, 2020.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. *Mana*, v.2, n. 2, p.177-188, 1996.

BELISÁRIO, Gustavo. *Brincando na terra: tempo, política e faz de conta no acampamento Canaã (MST – DF)*. 2016. 106 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília 2016.

BEN-AYED, Choukri; POUPEAU, Franck. École segregative, école reproductive. *Actes de la Reserche em Sciences Sociales*, v. 180, n. 5, p. 4-10, 2009.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; DOS SANTOS, Sales Augusto; SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações raciais em perspectiva. *Sociedade e cultura*, v. 12, n. 2, p. 215-222, jul./dez. 2009.

BIGGS, Michael. Self-Fulfilling Prophecies. In: HEDSTRÖM, Peter; BEARMAN, Peter [ed.]. *The Oxford Handbook Analytical Sociology*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2009. p. 294-314. Disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~sfos0060/prophecies.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BISPO, Raphael; ZAMPIROLI, Oswaldo. Nobres e Anjos, 45 anos depois: Gilberto Velho e a antropologia de urbanas sensibilidades. *Mana*, v. 26, n.1, p. 1-30, 2020.

BORGES, Antonádia. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 29, pp. 23-42, 2009.

BORGES, Antonádia. Lições Políticas e Transformações Analíticas: os desprezíveis e os desejáveis na democracia. In: Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – FCLAr, XVII, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Universidade Estadual Paulista, 2018.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Damará, 2003.

BORGES, Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. *Cuadernos de Antropología Social*, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, n. 29, p. 23-42, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kerne Guilherme J. F. Teixeira Porto Alegre: Zouk, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. p. 159-166.

- BOURDIEU, Pierre. Esboço da teoria da prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila. São Paulo: Ática, 1994. Coleção Grandes Cientistas Sociais
- BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 24 fev. 1891.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan). *Portaria n. 166, de 11 de maio de 2016*. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 90, seção 1, p. 39, 12 maio 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520662/do1-2016-05-12-portaria-n-166-de-11-de-maio-de-2016-21520401. Acesso em 17 jun. 2021.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan). *Portaria nº 314, de 8 de Outubro de 1992*. Trata da proteção do conjunto urbanístico tombado do Plano Piloto. Brasília: Diário Oficial do GDF, 9 out. 1992. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan). *Projetos para Brasília 1927-1957*. Texto de Jeferson Tavares. Brasília: Iphan, 2014.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan). *Superquadra de Brasília: preservando um lugar de viver*. Organização de Carlos Madson Reis et al. Brasília: Iphan, 2015.
- BRAYNER, Thais Nogueira. *É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés – Brasília/DF*. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BURGESS, Ernest. The Growth of the City: An Introduction to a Research Project. In: PARK, Robert; BURGESS, Ernest; MACKENZIE, Roderick. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.
- CANCLINI, Néstor García. *Imaginaros urbanos*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1997.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Editora Ática, 2003. Volume 5. p. 89-99.

- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 2005. 338 f., il. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. Segregação Espacial e Segregação Escolar: Notas para uma Sociologia da Distribuição Espacial e Social dos Estabelecimentos de Ensino. *Mediações*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 359-380, dez, 2016.
- CARVALHO, José Jorge de. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. *Revista Cinética*, p. 1-14, 2008.
- CARVALHO, Vladimir. *Conterrâneos Velhos de Guerra*. [Documentário]. Direção de Vladimir Carvalho, montagem de Eduardo Leone. Brasil, 1992, 153 min.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CASTOR, Carolina Holanda. Discursos e práticas em meio ao espaço público. In: Seminário Dimensões da Vida Urbana, II, Brasília. *Working paper...* Seminário Dimensões da Vida Urbana, 2018.
- CASTOR, Carolina Holanda. *Estudar e circular: experiências com estudantes em espaços públicos de Brasília*. 2020. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- CHANIN, Samira Bueno. *Cidade nova, escolas novas? Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília*. 2018. 244 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CIAM. *Carta de Atenas*. 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- CLAIR DRAKE, John Gibbs; CAYTON, Horace R. *Black Metropolis: A Study of Negro Life in a Northern City*. Chicago, Illinois, Estados Unidos: University of Chicago Press, 1945.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *A população negra no Distrito Federal*. Analisando as regiões administrativas. Brasília: Codeplan, 2014.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Atlas do Distrito Federal*. Brasília: Codeplan, 1984.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Caracterização da RIDE-DF e AMB, os desafios para o enfrentamento da covid-19*. Brasília: Codeplan, 2020.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – 2018*. Brasília: Codeplan, 2019.

- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.
- COMISSÃO de Cooperação para Mudança da Capital Federal. *Relatório anual*. Comissão de Localização da Nova Capital Federal, 1955.
- CORDEIRO, Alex Sandro Lopes. *Fazer família e cidade na habitação de rua: Brasília em suas múltiplas habitabilidades*. 2018. 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- CÔRREA, Jéssica Beth Sadie Sklair. *Relações de segregação: novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana*. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CORREIO BRAZILIENSE. Segunda-feira, o início do ano letivo. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 maio 1960, p. 1.
- COSTA, Lucio. Brasília revisitada: 1985/1987. Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana. *Projeto – Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial e Construção*, São Paulo, n. 100, p. 115-122, jun. 1987. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/3262/III%20A%2009-03051%20L.pdf?sequence=3>. Acesso em 07 jul. 2021.
- COSTA, Lucio. *Brasília, cidade que inventei: Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: Iphan, 2014.
- COSTA, Lucio. *Com a palavra, Lucio Costa*. Organização de Maria Elisa Costa. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In: Senado Federal. *I Seminário de Estudos dos Problemas de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 21-29.
- COSTA, Lucio. L.C.: Brasília foi feita para o homem com fé no Brasil e num mundo melhores. Entrevistado por Claudius S. P. Ceccon. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, 8 nov. 1961, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=23400. Acesso em 07 jul. 2021.
- COSTA, Lucio. Memória descritiva do Plano Piloto [1957]. In: In: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 283-297.
- COSTA, Lucio. O relatório do Plano Piloto de Brasília [edição em várias línguas]. *Módulo*, n. 8, 1957.
- COSTA, Lucio. O urbanista defende sua cidade [1967]. In: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 301-303.

- COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- COUTO, Álvaro. GDF aprova projeto de paisagismo para a Quadra 500 do Sudoeste. *Metrópoles*, Distrito Federal, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4879135-entrevista--mateus-oliveira.html>. Acesso em: 07 jul. 2021.
- CREVELS, Christian Ferreira. *A semente pesada nas terras da discórdia: o Santuário dos Pajés e o signo móvel*. 2014. 117 f., il. Monografia (Bacharelado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 1997.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- DEL CUETO, Carla Muriel. *Fragmentación social y nuevos modelos de socialización: estrategias educativas de las nuevas clases medias*. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Paris: Editora 34, 2019. Volume 1
- DERNTL, Maria Fernanda. O Plano Piloto e os Planos Regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 26-4, jan./abr. 2019.
- DINO – Divulgador de Notícias. Brasília tem o metro quadrado mais caro do Brasil. *Estadão*, Economia, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,brasil-tem-o-metro-quadrado-mais-car-do-brasil,70001685679>. Acesso em 09 jun. 2021.
- DISTRITO FEDERAL. *Decreto N° 10.829 de 14 de Outubro de 1987*. Regulamenta o art. 38 da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Brasília: Diário Oficial do GDF, n. 201, suplement., Seção Suplemento 2, 23 out. 1987.
- DISTRITO FEDERAL. *Lei Complementar n. 803, de 25 abril de 2009*. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial do GDF, n. 80, suplement., Seção Suplemento A, 27 abr. 2009.
- DISTRITO FEDERAL. *Lei n° 4.092, de 30 de janeiro de 2008*. Dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos

resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal. Brasília: Diário Oficial do GDF, n. 49, 12 mar. 2008.

DORNELES, Aline; OBST, Júlia e SILVA, Marta (org.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DOYLE, Gabriel Henrique Colela. *Percepções de operários sobre o espaço que edificam: três casos no Setor Noroeste*. 2013. 89 f. Monografia (Bacharelado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. Pertencimento familiar, auto-afirmação e individualização. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: Identidades e Trajetórias Transgeracionais das Classes Populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 241-283.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas. In: DURHAM, Eunice. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 357-376.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia In: DURHAM, Eunice. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 377-407.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DURU-BELLAT, Marie. La ségrégation sociale à l'école: faits et effets. *Diversité: ville, école, intégration*, n. 139, p. 73-80, dez. 2004.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

EPSTEIN, David. *Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley, Califórnia, Estados Unidos: University of California Press, 1973.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

FERREIRA DE SOUZA, Pedro H. G. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2018

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. A invenção da superquadra: sobre o conceito da área de vizinhança em Brasília. In: FERREIRA; Marcílio Mendes;

- GOROVITZ, Matheus. (org.). *A invenção da superquadra*. Brasília: Iphan, 2009. p. 15-65.
- FICHER, Sylvia. Brasília: das imprevidentes baixas densidades à imprudente verticalização. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 278–298, 2019a.
- FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. In: Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, 3., 2019, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2019b.
- FINNEGAN, Ruth. A multiplicidade de caminhos na vida urbana. Entrevistada por Heitor Frúgoli Jr. Tradução de Leonardo A. Peres, sob supervisão de Heitor Frúgoli Jr. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 2, p. 110-123, 2018.
- FONTOURA, Amaral de. é o novo brasil que surge (Brasília à luz da sociologia). *Revista Brasília*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 95-97, abr. 1960.
- FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FRASER, David. Inventing Oasis: Luxury Housing Advertisements and Reconfiguring Domestic Space in Shanghai. In: DAVIS, DEBORAH [ed.]. *The Consumer Revolution in China*. Oakland, California, Estados Unidos: University of California Press, 2000. p. 25-53.
- FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FREHSE, Fraya. Tempos no Corpo: Contribuições do Método Lefebvrino para a Pesquisa Urbana (Latino-americana). *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, n. 21, p. 73-120, 2015.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2013.
- FRÚGOLI JR., Heitor. A casa e a rua em tempos de Covid-19: uma leitura antropológica de “Diário de confinamento” (Susana Bragatto). *Horizontes Antropológicos*, n. 58, p. 481-507, 2020.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em SP: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000.

- FRÚGOLI JR., Heitor. Introdução. In: FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico; ADERALDO, Guilherme (org.). *Práticas, conflitos, espaços: pesquisas em Antropologia da Cidade*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 9-24.
- FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2007.
- FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas; São Paulo: Edusp, 2006.
- FURTADO, José. *A Ditadura da Especulação*. Dirigido e montado por José Furtado e produzido por Centro de Mídia Independente e Coletivo Muruá. Brasil, 2012, 13 min.
- FURTADO, José. *Sagrada Terra Especulada*. Dirigido e montado por José Furtado e produzido por Centro de Mídia Independente. Brasil, 2011, 70 min.
- GARCIA, Cláudia da Conceição; GABRIELI, Maria Cecília Filgueiras Lima. A arquitetura da escola parque e da escola classe na concepção de educação de Anísio Teixeira e do ideário de Lucio Costa. In: PEREIRA, Eva Waisros; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (org.). *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória*. Brasília: Editora UnB, 2018, p. 193-214.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado-Teatro no século XIX*. Lisboa: Difel, 1999.
- GESSER, Lucas. *Noroeste*. Dirigido por Lucas Ferreira Gesser. Brasil, 2018, 13 min.
- GIOVENARDI, Eugênio. Impactos Socioambientais do crescimento urbano no DF. In: PAVIANI, Aldo et al. (org.). *Brasília aos 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 427-456.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 227-340.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. São Paulo: LTC, 1981.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- GONDIM, Ystatille. Primeiro bairro verde de Brasília começa a sair do papel e gera polêmicas. *O Globo*, 27 abr. 2009, atualizado em 10 nov. 2011. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/imoveis/primeiro-bairro-verde-de-brasilia-comeca-sair-do-papel-gera-polemicas-3124965>. Acesso em: 09 jun. 2021.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, p. 111-133, jun. 2005.

GUEDES, Gabriela. Mais caro que Jardins, novo bairro de Brasília é inaugurado com lama e problemas de infraestrutura. *UOL*, 03 fev. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/02/03/com-metro-quadrado-mais-carro-que-jardins-novo-bairro-de-brasilia-e-inaugurado-com-lama-e-problemas-de-infraestrutura.html>. Acesso em 08 jul. 2021.

HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.

HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres, Nova York: Verso, 2012.

HOLANDA, Frederico. Inclusão e exclusão em Brasília. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12, p. 1-20, 2020.

HOLANDA, Frederico. O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2., 2012, Natal. *Anais...* Natal: EDUFRN, 2012.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOWARD, Ebenezer. *To-Morrow, A peaceful Path to real Reform* (Demain, une voie pacifique vers la réforme sociale). Londres, Nova York: Routledge, 2003.

IFC. Instituto de Fiscalização e Controle. *Auditoria Cívica nos Transportes*. Elaboração de Marjorie Lynn Nogueira Santos (Coordenadora Executiva) e Arthur Barcelos Dornas (Estagiário). Brasília: IFC, 2019. Disponível em: <https://www.ifc.org.br/single-post/relatorio-final-como-anda-meu-onibus>. Acesso em 06 jul. 2021.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Abingdon, Reino Unido: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

- JACOBS, Jane. *The Death and Life of the Great American Cities*. Nova York, Estados Unidos: Vintage Books, 1961.
- JANUZZI, Vinicius Prado. Capitalismo e fim do mundo: apontamento etnográficos a partir do Setor Noroeste (DF). In: Encontro Anual da ANPOCS, 40., 2016, Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG: ANPOCS, 2016a.
- JANUZZI, Vinicius Prado. Em Brasília, mataram a rua? Considerações etnográficas sobre sentidos possíveis de “rua” (?) no Plano Piloto da capital federal. In: Encontro Anual da ANPOCS, 42., 2018, Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG: ANPOCS, 2018.
- JANUZZI, Vinicius Prado. Espaços escolares no modernismo de Brasília: notas preliminares sobre projetos simbólicos de classe na capital federal. In: Seminário Dimensões da Vida Urbana, II, Brasília... *Working paper*. Seminário Dimensões da Vida Urbana, 2018.
- JANUZZI, Vinicius Prado. *O céu e a terra: o Setor Noroeste e seus primeiros moradores*. 2016, 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016a.
- JANUZZI, Vinicius Prado. *Processos de reclassificação do espaço em Brasília: um estudo antropológico a partir do Setor Noroeste e do Park Sul – Projeto de Pesquisa*. Seleção pública de estudantes de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Brasília, 2016b.
- JANUZZI, Vinicius Prado; CHAN-VIANA, Alexandre. Espaços públicos e vida cotidiana na Unidade de Vizinhança nº 1. In: PATRIOTA DE MOURA; Cristina; PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda (org.). *Cotidianos, Escolas e Patrimônio: Percepções antro-urbanísticas da Capital do Brasil*, 2021. Brasília: Editora UnB. p. 59-86.
- JARAMILLO, Jesús. “Andar todo el día”: construcciones de género de niños y niñas en espacios urbanos. *La Aljaba*, Segunda época, v. XX, pp. 167-186, 2016.
- JARDON, Carlina. Terracap: licitação para construir casas permanentes em reserva indígena. *Agência Brasília*, 09 mar. 2021. Disponível em: <https://www.agencia-brasilia.df.gov.br/2021/03/09/terracap-licitacao-para-construir-casas-permanentes-em-reserva-indigena/>. Acesso em 02 jul. 2021.
- JOSEPH, Isaac. A Escola de Chicago. Entrevistado por Licia Veiga Valladares e Robert Kant de Lima. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, p. 3-13, 2000.
- JUNIOR, Dirceu Arno Krüger. Foucault: a heterotopia como alternativa para pensar o espaço social. *Enciclopédia*, Pelotas/RS, v. 5, p. 22-37, 2016.

- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XII, v. 40, p. 105-13, 2007.
- KROEFF, Mário. Brasília vista a meu modo. *Revista Brasília*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 2-5, dez. 1959.
- KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LATOUR, Bruno. Paris: cidade invisível. *Ponto Urbe*, v. 5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1632>. Acesso em 05 mar. 2021.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru, SP: Edusc, 2012
- LATOUR, Bruno; HERMANT, Emilie. *Paris, Ville Invisible*, 1998. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/virtual/index.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- LE CORBUSIER. *The Radiant City: Elements of a Doctrine of Urbanism to be Used as the Basis of Our Machine-Age Civilization*. Londres: Orion Press, 1967.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins a partir do original, na 4. ed. fev. 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em 17 jun. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of the Space*. Hoboken, Nova Jersey, EUA: Wiley-Blackwell, 1992.

- LEMOS, Guilherme Oliveira. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. *Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, n. 18, p. 1-13, 2017. Dossiê Brasil-África do Sul
- LEÓN, Lucas Pordeus. Terracap e comunidade indígena do Santuário dos Pajés firmam acordo. *Agência Brasil*, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/terracap-e-comunidade-indigena-do-santuario-dos-pajes-assinam-acordo>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*, Lisboa/São Paulo: Ed. 70/Martins Fontes, 1981.
- LISPECTOR, Clarice. Nos primeiros começos de Brasília. *Jornal do Brasil*, 20 jun. 1970.
- LUIZ, Washington. “A cidade tem de ser de todos”, diz secretário de Desenvolvimento Urbano. *Correio Braziliense*, Cidades/DF, 01 out. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4879135-entrevista--mateus-oliveira.html>. Acesso em 17 jun. 2021.
- MACHADO, Lia Zanotta . Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v.4 , n.8, p.11-26, 2001.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gilberto Velho: subjetividade, reflexão intelectual e crítica política. In: PATRIOTA DE MOURA, Cristina; CORADINI, Lisabete (org.). *Trajetórias antropológicas: encontros com Gilberto Velho*. Natal: EDUFRN, 2016. p. 43-72.
- MACHADO, Lia Zanotta. Honra, família e individualismo. *Anuário Antropológico*, n. 85, p.138-51, 1985.
- MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Themis Quezado. Imagens do espaço: imagens de vida. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, SP: Projeto Editores Associados, Brasília, DF: CNPq, 2010. p. 191-214.
- MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia Monteiro; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (org.). *A Cidade e o Medo*. Brasília: Verbena/Francis, 2014.
- MACHADO, Mariana. Massacre da Pacheco Fernandes completa 60 anos e continua sendo mistério. *Correio Braziliense*, Acervo, 08 fev. 2009. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/08/interna_cidadesdf,736183/massacre-da-pacheco-fernandes-completa-60-anos-continua-sendo-misterio.shtml. Acesso em: 09 jun. 2021.
- MAFEJE, Archie. Africanity: a combative ontology. *Codesria Bulletin*, n 3-4, pp. 106-110, 2008.
- MAGALHÃES, Themis Quezado de. Brasília: *Mitos e Vivências* – análise do discurso brasiliense. 199 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 81-95, abr. 2003.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. As cidades de Tristes Trópicos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 42, n. 1-2, p. 97-111, 1999.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedacço: Cultura Popular e Lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MALRAUX, André. *Brasília*, 24 ago. 1959. Disponível em: brasiliapoetica.blog.br. Acesso em: 12 out. 2020.
- MARQUES, Bárbara. Programa Minha Casa Minha Vida: o que se tem produzido a respeito? *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 26 p. 150-161, 2018.
- MARQUES, Rafaela Nunes Marques; MÜLLER, Fernanda; KANEGAE, Mayume Melo Kanegae; MORGADE, Marta. Two childhoods, two neighborhoods, and one city: utopias and dystopias in Brasilia. *Children's Geographies*, p. 1-12, 2020.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro 1
- MATIAS, Ana Carolina Caetano. *As cargueiras do Cerrado: catadores de recicláveis na fronteira da sustentabilidade*. 2018. 154 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MEMÓRIAS da Ditadura. *Voz do Brasil*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/programas/voz-do-brasil/>. Acesso em 13 jul. 2021.
- MERTON, Robert K. The Self-Fulfilling Prophecy. *The Antioch Review*, Yellow Springs, Ohio, Estados Unidos, v. 8, n. 2, p. 193-210, 1948. Disponível em: <http://entrepreneurscommunicate.pbworks.com/f/Merton.+Self+Fulfilling+Profecy.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.
- MITCHELL, Clyde James. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. 1958. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2018675/mod_resource/content/1/10%20-%20J.%20Clyde%20Mitchell%20-%20A%20dan%C3%A7a%20kalela.pdf. Acesso em 06 jul. 2021.

- MÜLLER, Fernanda; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; DUTRA, Christian Pedro Rubini. "Por que tão longe?". Mobilidade de crianças e estrutura urbana no Distrito Federal. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 577-598, mai./ago. 2018.
- MUNANGA, Kabele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, identidade e etnia. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, III, Rio de Janeiro. *Palestra...* Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 2003.
- NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell (Ed.). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Pantheon Books, p. 284-311.
- NOGUEIRA, Cláudia Marques Martins; RESENDE, Tânia de Freitas; VIANA, Maria José Braga. Escolha do estabelecimento de ensino, mobilização familiar e desempenho escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 62, p. 749-772, jul./set. 2015.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência. *Revista Sociologia e Estado*, v. 29, n.3, p. 941-961, set./dez. 2014.
- O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OLIVEIRA, Marta Eliza de. *Grandes empreendimentos, novo urbanismo e imagem ambiental no Setor Noroeste, em Brasília*. 2016. 187 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- OLIVEN, Ruben. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.
- PACHECO, Matías Ocaranza. *Gentrificação em Brasília: transformações urbanas na produção do espaço da Área Metropolitana de Brasília*. 2018. 75 p. Projeto de Qualificação (Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- PAIS, José Machado. *Lufa-Lufa Quotidiana: Ensaio sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- PARK, Robert. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1967. p. 26-66.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 2019. 342 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019

- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas. *Anuário Antropológico*, v. 32, n. 2, p. 209-232, dez. 2010.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Condomínios horizontais no DF: elementos e composições. *Antropolítica*, Niterói, n. 29, p. 47-68, 2010a.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. *Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e antropologia*. Brasília: Letras Livres, Editora Universidade de Brasília, 2012.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Escolas e Escalas nos trânsitos da Vizinhança. In: Seminário Dimensões da Vida Urbana, II, Brasília. *Working paper...* Seminário Dimensões da Vida Urbana, 2018.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. O urbano e suas múltiplas dimensões. *Anuário Antropológico*, v. 38, n. 2, p. 9-15, dez. 2013.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Pioneers and Entrepreneurs: Bio/Ethnographic Notes Towards an Anthropology of Urban Growth. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 8, n. 2, p. 501-528, jul./dez. 2011.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Visionários da Cidade: considerações sobre o ideal de modernidade em diferentes tempos de produção do espaço urbano goianiense. *Plurais*, Anápolis, v. 1, n.2, p. 1-283, 2005.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina.; JANUZZI, Vinicius Prado. A Unidade de Vizinhança nº 1 e as escalas relevantes do patrimônio. In: PATRIOTA DE MOURA; Cristina; PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda (org.). *Cotidianos, Escolas e Patrimônio: Percepções antropológicas da Capital do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2021. p. 59-86.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina; CORADINI, Lisabete (org.). *Trajetórias antropológicas: encontros com Gilberto Velho*. Natal: EDUFRRN, 2016.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina; JANUZZI, Vinicius Prado. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. *Tempo Social*, v. 31, n. 1, p. 113-134, jan. /abr. 2019.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina; JANUZZI, Vinicius Prado. Escolas e escalas cotidianas: reflexões a partir da superquadra. In: International Seminar: Ethnography with Children, Adolescents, & Youth, 3., 2019, Monmouth... *Anais...* Monmouth, Oregon: Western Oregon University, 2019a.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina; PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda (org.). *Cotidianos, escolas e patrimônio: percursos de pesquisa*. In: PATRIOTA DE MOURA; Cristina; PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda (org.).

Cotidianos, Escolas e Patrimônio: Percepções antro-urbanísticas da Capital do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2021. p. 9-26

- PATRIOTA DE MOURA, Cristina; VASCONCELOS, Larissa Fernandes. Trajetórias, Trajetos e “motilidade” na Universidade de Brasília. *Antropolítica*, Niterói, n. 32, p. 87-112, 1. sem. 2012.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina; PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda (org.). *Cotidianos, Escolas e Patrimônio: Percepções antro-urbanísticas da Capital do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2021.
- PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- PAVIANI, Aldo et al. (org.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010a.
- PAVIANI, Aldo. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora UnB, 2010b.
- PEIRANO, Mariza. “In this context” – As várias histórias da antropologia. In: ARÊAS PEIXOTO, Fernanda; PONTES, Heloisa, SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 99-121.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PEIXOTO, Elane Ribeiro; LIMA, Carlos Henrique Magalhães; PESCATORI, Carolina. Urbanização Violenta: dinâmicas da segregação socioespacial em Brasília. In: ENANPUR, XVIII., 2019, Natal. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=971>. Acesso em 08 jul. 2021.
- PEIXOTO, Elane Ribeiro; SOLÉ, Julia Mazutti Bastian. Arte e Cidade em Escolas de Ensino Fundamental. In: PATRIOTA DE MOURA; Cristina; PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda (org.). *Cotidianos, Escolas e Patrimônio: Percepções antro-urbanísticas da Capital do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2021. p. 153-185.
- PENHAVEL, Pedro Felix do Carmo. *Urbanização por expropriação: o caso do Setor Noroeste (Brasília-DF)*. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- PEREIRA, Eva Waisros et al (org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Editora UnB, 2011.

- PEREIRA, Eva Waisros; CARVALHO, Pedro Mesquita de. Resistência, contradições e impasses na contradição do plano de Anísio Teixeira. In: PEREIRA, Eva Waisros et al (org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: Editora UnB, 2011, p. 103-120.
- PEREIRA, Eva Waisros; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (org). *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória*. Brasília: Editora UnB, 2018.
- PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. Polarização urbana e mobilidade espacial da população: O caso dos deslocamentos pendulares na rede pública de ensino médio do Distrito Federal. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XV, 2018, Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG: ABEP, 2006.
- PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. 2015. 273 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.
- PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2. sem. 2008.
- PROENÇA LEITE, Rogério. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.
- PROENÇA LEITE, Rogério. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- PROENÇA LEITE, Rogério. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.
- PROENÇA LEITE, Rogério. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 83, p. 35-54, dez. 2008.
- PROENÇA LEITE, Rogério. Modos insubmissos de viver: Barcelona aos passos de Michel de Certeau. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 2, p. 55-77, 2018. Dossiê Michel de Certeau
- QUEIROZ, Adirley. *A cidade é uma só?* Dirigido e produzido por Adirley Queiroz. Brasil, 2013, 73 min.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. *Polis*, v. 27, p. 1-17, 2010.

- RAPOSO, Fernanda. *Informalidade em trânsito: um olhar sobre os vendedores ambulantes dos ônibus do DF*. 2015. 78 f., il. Monografia (Bacharelado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- REDFIELD, Robert. The folk society. *American Journal of Sociology*, v. 52, n. 4, p. 293-308, jan. 1947.
- REDIFIELD, Robert. *Tepoztlán: a Mexican Village. A Study of Folk Life*. Chicago, University of Chicago Press, 1930.
- REVISTA Brasília, Rio de Janeiro, ano V, número especial, abr. 1965.
- REVISTA Brasília, Rio de Janeiro, v. 40, abr. 1960.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora UnB, 2008.
- RODRIGUES, Gizella. Começam as obras da ciclovia no Noroeste. *Agência Brasília*, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/05/12/comecam-as-obras-da-ciclovia-no-noroeste/> Acesso em 09 jun. 2021.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1997.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROY, Ananya; ONG, Aihwa [org]. *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global*. Wiley-Blackwell, 2011.
- RUBINO, Silvana. Gentrification: notas sobre um conceito incômodo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 83, p. 35-54, 2008.
- RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. 2012. 335 f., il. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- SALATA, André Ricardo. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 111-149, 2015.
- SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. *A Cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça*. 2013. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- SARAIVA, Leila. *Não leve flores: crônicas etnográficas junto a Movimento Passe Livre-DF*. 2017. 187 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

- SASSEN, Saskia. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução de Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, n. 32, p.89-109, 2012.
- SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A Situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELES, Aline; OBST, Júlia e SILVA, Marta (org.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 11-25.
- SCHVARSBERG, Alan. *A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense: uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e ambiental para a capital..* 2009. 59 f., il. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.
- SHEPSLE, Kennedy A. *Analyzing Politics: Rationality, Behavior and Institutions*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010.
- SILVA, Joyce Helen Neves da. “*De rico e de pobre*”: a vivência de estudantes periféricos na unidade de vizinhança nº 1 de Brasília. 2019. 56 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SIMMEL, Georg. The metropolis and mental life. In: SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*. Organização de Donald Levine. Chicago: University of Chicago Press, 1971, pp. 234-339.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 4, n. 12, p. 265-271, dez. 2005B.
- SINOTI, Marta L. *Quem me quer, não me quer: Brasília, MetrÓpole-Patrimônio*. São Paulo: Editora Annablume. 2005.
- STOCKING JR., George. *The Ethnographer’s Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski. Observers observed: Essays in the History of Anthropology*. Madison, Wisconsin, Estados Unidos: The University of Wisconsin Press, 1983.
- STOCKING, JR., George W. *Race, Culture, and Evolution. Essays in the History of Anthropology*. Nova York: The Free Press, 1968.

- SUED, Ibrahim. *Programa Oficial dos festejos da inauguração de Brasília*. Brasília: Eduardo Casali Editor, 21 abr. 1960.
- TEIXEIRA, Anísio. A educação comum do homem moderno. *Arte e Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 13, mar. 1971.
- TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 70, n. 166, p. 435-462, 1989.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INEP/MEC, 1976.
- TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.35, n.81, p. 195-199, jan./mar. 1961.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. Introdução. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 35-64.
- TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006a. p. 69-116.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006b.
- THOMPSON, Edward Palmer. *The Making of the English Working Class*. Nova York: Phantoon Books, 1964.
- TSENG, Han Hui. "Cuidado!" in urban Brazil: An auto-ethnographic discussion of fear and safety in public space. 142 f.; il. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos*. Aspectos do Ritual Ndembu. Niterói: Editora da UFF, 2005.
- URIARTE, Urpi Montoya. Podemos ser todos etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. *REDOBRA*, n. 10, ano 3, p. 171-189, 2012.
- VAN ZANTEN, Agnès. Le quartier ou l'école ? Déviance et sociabilité adolescente dans un collège de banlieue. *Déviance et Société*, v. 24, n. 4, p. 377-401, 2000.
- VASCONCELOS, Larissa Fernandes Lins de. *Patrimonialização na Unidade de Vizinhança nº 1*. 2013, 89 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

- VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 59, p. 11-18, 2009.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- VELHO, Gilberto. *Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
- VELHO, Gilberto. Os mundos de Copacabana. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 11-23.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- VIDAL, Laurent. *As Lágrimas do Rio: O último dia de uma Capital: 20 de abril de 1960*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução de Florence Maria Davret. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- WACQUANT, Loïc J. D. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Tradução de José Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.
- WACQUANT, Loïc J. D. Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 145-161, 1996.
- WACQUANT, Loïc J. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- WEBER, Max *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, Max. *The City*. Nova York: The Free Press, 1966.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p. 90-113
- WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. *The American Journal of Sociology*, v. 44, n. 1, p. 1-24, jul. 1938.
- ZHANG, Li. *In Search of Paradise: middle-class living in a Chinese metropolis*. Londres: Cornell University Press, 2010.

Esta tese foi diagramada por Cecília Cartaxo e composta com as tipografias *Skolar Sans* (de David Březina e Sláva Jevčinová) e *Roboto* (de Christian Robertson)

